

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL – ESS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – DOUTORADO

ANDRÉ VIANNA DANTAS

DO SOCIALISMO À DEMOCRACIA:  
DILEMAS DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL RECENTE E O LUGAR DA  
REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA

RIO DE JANEIRO  
MAIO/2014

ANDRÉ VIANNA DANTAS

DO SOCIALISMO À DEMOCRACIA:  
DILEMAS DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL RECENTE E O LUGAR DA  
REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA

Tese apresentada à Escola de Serviço Social da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos  
requisitos necessários à obtenção do grau de doutor em  
Serviço Social.

ORIENTADOR: PROF. DR. CARLOS MONTAÑO

RIO DE JANEIRO  
MAIO/2014

ANDRÉ VIANNA DANTAS

DO SOCIALISMO À DEMOCRACIA:  
DILEMAS DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL RECENTE E O LUGAR DA  
REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA

Tese apresentada à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de doutor em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Montaña (Presidente)  
Escola de Serviço Social/UFRJ

Profa. Dra. Maria Inês de Souza Bravo  
Escola de Serviço Social/UERJ

Profa. Dra. Sonia Maria Fleury Teixeira  
Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas/FGV

Profa. Dra. Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes  
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/UFF e  
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ

Prof. Dr. Mauro Luís Iasi  
Escola de Serviço Social/UFRJ

Aprovada, com grau 10 (dez), em 30 de maio de 2014.

Local de defesa: sala 9 da Escola de Serviço Social da UFRJ (*campus* Praia Vermelha)

*Para Cátia.  
Por Beatriz, Helena e Santiago.*

## ***Agradecimentos***

Foram seis anos entre matrícula e defesa, em meio a trancamento e prorrogação. Peço que compreendam a extensão dessas linhas, portanto. Não porque sejam tantas as pessoas nem porque todas que aparecerão aqui de fato tenham contribuído para a tese – diria até que alguns atrapalharam! –, mas porque esses meus agradecimentos são também, além de gratidão, uma homenagem que quero prestar, depois de um esforço grande, a pessoas importantes pra mim. Em alguns dos casos, gratidão e homenagem se concentrarão nas mesmas figuras.

De saída, quem primeiro leu o que era o texto de um projeto para ingresso como bolsista na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), da Fiocruz, foi Lúcia Neves. Foi dela a sugestão da Escola de Serviço Social (ESS) da UFRJ e também a indicação do Poulantzas. À Lúcia, obrigado.

À Isabel Brasil, outra que esteve “nas origens” desse projeto, com quem trabalhei nos anos iniciais de EPSJV, obrigado pelo estímulo constante e amizade.

Virgínia Fontes, que na UFF acabei não encontrando como deveria, me deu outra chance de partilhar de sua companhia e convívio na EPSJV, imbuídos todos do espírito de Brancaleone. Com Virgínia conversei, por mais de uma vez, sobre os rumos do trabalho, sem contar ainda as cuidadosas leituras nos momentos da “qualificação de projeto” e “avanço de tese” – pelo quê agradeço muitíssimo. Por sua amizade, generosidade, disposição para o trabalho, e por aquele sorriso que nunca falta, obrigado. Fique sempre por perto.

À Marcela, que perdoo pela nacionalidade futebolística argentina porque é botafoguense, agradeço pela amizade, que chegou com muito trabalho, entrega e sacrifício na EPSJV – dobrados nesses últimos meses em função da minha ausência do setor que até bem pouco tempo era composto apenas por nós e nossa querida Alê (a maior *hegemonia* que a torcida alvinegra já experimentou!). Agora, enfim, vou conseguir passar da segunda faixa do *Las crônicas del viento!* Gracias a ti, querida.

À querida Anamaria, um beijo pelos livros garimpados nas livrarias portenhas, pelo Daniel Moyano que finalmente, HOJE!, comecei a ler, pelo Felisberto Hernández que está na fila... e também uma bronca, singela, pela falta que tu fazes por aqui.

Igualmente pela amizade de tempo pouco (nem tanto!), mas já de cumplicidade muita, vai um beijo para os manos Déco e Val, a quem fiquei devendo a última cerveja de 2013. Mas não tem nada não, o ano só vira depois do dia 30 de maio.

Ao grande amigo Wagner, que me faz uma falta danada: de minha parte, acabou! Resolva a tua agora para desfazer o Feitiço de Águila. Beijo pra ti, meu irmão.

Ao João, pelos livros, pela leitura do material da qualificação e comentários, pelo estímulo e amizade. Um abraço, velhinho!

O começo na ESS não foi fácil. O trabalho demorou a engrenar. Ao Carlos, meu orientador, que deixou de ter sobrenome porque se tornou amigo, devo, além da orientação, a insistência para que eu abandonasse a saúde e centrasse fogo no debate teórico sobre a democracia. Explico: a necessidade de ter o que dizer para o Carlos sempre que ele vinha com a mesma proposta foi parte do esforço de maturação desta tese e dos contornos que o objeto tomou. Mas ao Carlos eu devo ainda outras coisas: a leveza habitual (no trabalho e fora dele), e, fundamentalmente, a leitura orientada do livro 1 d'O Capital, no grupo que coordenou na ESS. Foi daí em diante que a tese deslanchou. Camarada, obrigado. Agente só mais um pouco. Se as críticas forem muitas, tudo bem, eu tiro a saúde!

De Carlos Nelson tive o privilégio de ser aluno. É falta para o mundo a que ele faz, e se estivesse aqui não poderia deixar de fazer parte dessa banca – a não ser que ela acontecesse antes do meio-dia. Um forte abraço, professor. Presente!

Para o Mauro Iasi, em primeiro lugar fica o registro da admiração pela sua militância, que se estende à dedicação ao ofício de educador popular. A contribuição ao trabalho foi consequência deste primeiro traço. Agradeço a ti pela decisiva importância para esta tese, direta e indireta, voluntária e involuntária, através dos cursos, das muitas intervenções no debate público, do grupo de estudos sobre Ideologia, de sua produção disponível e do material não publicado sobre conselhos, ainda do tempo do PT. O bom humor de sempre também não poderia ser esquecido. A ti, um grande abraço!

À Maria Inês Bravo e à Sonia Fleury, obrigado pelo aceite, pelas contribuições e generosidade com os prazos para entrega do texto final. Esta tese não seria legítima se não contasse com o debate da saúde que vocês trazem. Novamente, obrigado.

À Lígia Bahia, um agradecimento especial pelo importante papel que cumpriu ao longo da trajetória deste trabalho. Você foi outra das pessoas que leu, generosamente, o projeto inicial de doutorado e com ele contribuiu imensamente. Um beijo pra ti! Obrigado.

Uma homenagem por uma falta, imensa: meu pai gostaria de estar por essas bandas agora, discutindo o PT comigo – ao qual nos filiamos juntos, em 1990 –, com muita cerveja e memória dos comícios da Candelária, das bocas de urna, do trabalho de fiscal de partido nas eleições. Divido com ele, o Sindicato dos Bancários e as bancas de livro da avenida

Presidente Vargas e do Largo da Carioca a minha formação política inicial e decisiva. Salve, seu Jorge!

Para a minha mãe, Moema, para Carolina e Clarisse, minhas irmãs, vai aquela saudação que só nós sabemos decifrar. Muito antes de qualquer coisa, sejam elas as que forem, vocês já estavam. Ao pequeno Benjamin que acaba de chegar, já tão novo e sem tio, vamos engatinhar atrás do tempo perdido. Me aguarde!

Para Beatriz, Helena e Santiago, vai aqui outra chance de dizer mais do mesmo, do mesmo que é todo meu, inteiro pra vocês. Meninas, há exatos 10 anos, na defesa do mestrado, vocês me ameaçavam com parricídio se eu aventasse a possibilidade de fazer o doutorado. Lembram? Pois é, obrigado por mais esse tempo concedido. Dez anos intensos estes, não? Pelo tempo que faltou nessa reta final para ler as suas poesias, Bia, e conversar sobre os livros e músicas que têm te interessado; para ouvir as suas engraçadas histórias e memórias, Lelê, de sempre, que criam laços sem que nos demos conta e vão da espiga de milho à física quântica, num fôlego só... um beijo que pretende ser bonito como as pessoas que vocês viraram. Ao meu moleque Santiago, quero dizer que essa tese não teria ficado pronta se não fossem as suas invasões do “escritório”, muito bem planejadas, com um ímpeto revolucionário bolchevique de fazer tremer a socialdemocracia, sem nem tomar conhecimento da polícia czarista que vinha logo atrás (e ela vinha sempre!). Cumprido o trajeto na correria, para não dar tempo à reação, bem de perto, olho no olho, você me dizia: “Deixa eu te mostrar uma coisa?!”. E lá se ia seu pai, desmontado e feliz, para uma sessão de bola, carrinho, um som de jazz ou blues... ou um “dededezinho” do Patati Patatá. Funcionou por um tempo, até que você foi engolido pelo *contrato*. Comecei a rebater a suas investidas: “Filho, vamos fazer um combinado?”. Iludido por um tempo, não tardou o seu contragolpe, de mestre, com as armas do seu dominador: “Pai, vamos fazer um combinado?... Deixe eu te mostrar uma coisa?”. Finalmente baixei a guarda e aderi ao revoltoso. Beijo do pai, guri.

Para ti, então... pra tu mesmo, por fim, há sempre muito a dizer. Neste trabalho, sem sombra de formalidade, não tem medida possível a sua contribuição. Não tenho dúvida de que você releu essas páginas mais do que eu. As correções de texto, os alertas e as sugestões teóricas, a capacidade de sintetizar as minhas hipóteses de trabalho muito melhor do que eu mesmo, o entendimento das questões políticas da Saúde... e, claro, o seu gostoso entusiasmo com cada página cumprida, foram um guia permanente e um alento constante. Confesso mesmo que até o regime de terror que você implantou, num verdadeiro campo de trabalhos forçados, teve o seu charme. Acho que estou desenvolvendo por ti uma saudável Síndrome de

Estocolmo. Agora a sério, Cátia; pra você, guria, *eu fiz uma tese, eu li num tratado, está computado nos dados oficiais...*

*Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma.*

K. Marx

*...os escravos assalariados de hoje vivem tão oprimidos pela necessidade e pela miséria que “se desinteressam da democracia”, “se desinteressam da política”.*

V. I. Lênin

*A própria palavra revolução, nesta América de pequenas revoluções, presta-se bastante ao equívoco. Temos de reivindicá-la rigorosa e intransigentemente.*

J. C. Mariátegui

*Não cabe aos socialistas hipostasiar ou reificar mistificadamente a democracia. Essa é uma tarefa da burguesia*

F. Fernandes

## Resumo

Este trabalho pretende apreender o processo de recuo dos horizontes estratégicos da classe trabalhadora brasileira nos últimos 30 anos. *Do socialismo à democracia*, o que chamamos de *recuo* tem significado o abandono do projeto emancipatório em nome de conquistas pontuais no interior da ordem burguesa. Consideramos que a Reforma Sanitária Brasileira, e o Movimento Sanitário que a produziu, desde os anos 1970, na luta contra a ditadura empresarial-militar, expressam de modo bastante significativo – como microcosmo da luta da classe – essa trajetória descendente que sugerimos. A recusa de uma perspectiva de combate à ordem do capital, na busca de sua superação, pela afirmação de uma agenda *democrática*, fetichizada, tomada como valor abstrato, *universal*, resultante não do confronto, mas da conciliação de classes, nos parece o ponto culminante do processo de amoldamento da *estratégia democrático-popular*, liderada desde os anos 1980 pela “esquerda democrática” – cuja principal expressão é o Partido dos Trabalhadores (PT). Para tecermos o enlace do geral com o particular, percorreremos a trajetória do debate estratégico travado no interior Movimento Sanitário, no registro incontornável de uma luta setorial (que é), mas tomando-o como parte constitutiva do debate estratégico da classe; ao mesmo tempo em que acompanharemos o debate travado, sobretudo, no interior do PT, como representativo da expressão abrangente, sintética, da mesma formulação estratégica. Consideramos que a chave para o deslindamento do processo que apontamos encontra-se na compreensão e na relação estabelecida pela classe trabalhadora com o Estado, que parece ter transitado de símbolo do autoritarismo durante o regime ditatorial a instrumento fundamental da luta dos trabalhadores após a “redemocratização”. Tal perspectiva se expressará, na *estratégia democrático-popular*, através de um forte apelo à *via institucional* como principal tática da luta dos trabalhadores, como veremos exemplarmente na prática política do Movimento Sanitário, que poremos sob crítica. Por fim, tal balanço histórico é produto e exigência da *transição estratégica* da classe, que parece ter se precipitado após a chegada do PT ao governo federal, em 2003. Disto concluiremos que a pretendida retomada do projeto da Reforma Sanitária, em sua radicalidade, como projeto civilizatório que transborda dos seus limites setoriais, só poderá se constituir como parte do processo de retomada da radicalidade da classe – o que significará afirmar, como parte do debate estratégico, noutros termos, que a *via institucional* absolutizou-se, a despeito e contra esta mesma classe.

## ***Abstract***

This work intends to understand the receding process of the Brazilian working class strategic horizons over the last 30 years. From Socialism to Democracy, what we call receding has meant the abandonment of the emancipatory project on behalf of specific achievements within the bourgeois order. We consider that the Brazilian Sanitary Reform, and the Sanitary Movement that produced it, since the 1970's, struggling against the national corporate-military dictatorship, express quite significantly - as a microcosm of the class struggle itself - this descendant trajectory. The refusal of a fighting perspective to the Capital Order, through the assertion of a democratic fetichized agenda, taken as abstract and universal value and resulting not from the confrontation, but from the class conciliation, seems to be the culmination of the democratic-popular strategy molding process, which was led by the Democratic Left since the 1980's and whose main expression is the Partido dos Trabalhadores (Workers Party - PT). For we to weave the linkage between the general and particular perspectives, we'll go through the ways of the strategic debate held within the Sanitary Movement, on the unavoidable records of a category struggle (which it is indeed), but taking it as a part of this class strategic debate; At the same time We'll follow the debate held mainly within PT as representative of the synthetic expression of this very strategic formulation. We'll consider that the key to unveil the process we point out here stands in the comprehension and in the relationship set up by the working class with the State, which appears to have been changed, after the "redemocratization", from an symbol of authoritarianism to a fundamental tool of the working class struggle". This perspective will be expressed within the democratic-popular strategy through a strong appeal to the institucional path as the main tactics of the workers struggle, as We'll perfectly see in the political practice of the Health Movement. Finally, this historical analysis is both a product and a demand of the class strategic transition that seems to occur after PT's arrival to the federal government in 2003. From this We conclude that the desired recovery of the Sanitary Reform project, in its radicalism, as a civilizatory project that overflows its sector boundaries, can only be possible as part of the process of recovering the class radicalism - which means to say, in other words, that the institucional path absolutized up, despite and against this same class.

### ***Lista de abreviaturas e siglas***

ABRAMGE – Associação Brasileira de Medicina de Grupo  
 ABRASCO – Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva  
 AMPASA – Associação Nacional do Ministério Público Federal em Defesa da Saúde  
 ANC – Assembleia Nacional Constituinte  
 ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior  
 ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar  
 BM – Banco Mundial  
 CEBES – Centro Brasileiro de Estudos de Saúde  
 CFM – Conselho Federal de Medicina  
 CNRS – Comissão Nacional da Reforma Sanitária  
 CNS – Conferência Nacional de Saúde  
 CUT – Central Única dos Trabalhadores  
 DMP – Departamento de Medicina Preventiva  
 DS – Democracia Socialista  
 EDN – Estratégia Democrático-Nacional  
 EDP – Estratégia Democrático-Popular  
 ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca  
 FBH – Federação Brasileira de Hospitais  
 FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz  
 FNCPS – Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde  
 FMI – Fundo Monetário Internacional  
 FRSB – Fórum da Reforma Sanitária Brasileira  
 IC – Internacional Comunista  
 INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social  
 MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado  
 MOPS – Movimento Popular em Saúde  
 MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social  
 MRSB – Movimento da Reforma Sanitária Brasileira  
 MS – Ministério da Saúde  
 NEP – Nova Política Econômica  
 OMC – Organização Mundial do Comércio  
 OMS – Organização Mundial da Saúde  
 ONG – Organização Não Governamental  
 ONU – Organização das Nações Unidas  
 OP – Orçamento Participativo  
 OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo  
 OS – Organizações Sociais  
 OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público  
 OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte  
 PC – Partido Comunista  
 PCB – Partido Comunista Brasileiro  
 PCdoB – Partido Comunista do Brasil  
 PCE – Partido Comunista Espanhol  
 PCF – Partido Comunista Francês  
 PCI – Partido Comunista Italiano  
 PCUS – Partido Comunista da União Soviética  
 PDT – Partido Democrático Trabalhista  
 PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

SN – Secretariado Nacional

SPD – Partido Social Democrata da Alemanha

SUDS – Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde

SUS – Sistema Único de Saúde

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciências e a Cultura

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## Sumário

<b>AGRADECIMENTOS</b>	<b>4</b>
<b>Introdução</b>	<b>14</b>
<b>PARTE I – ESTADO, DEMOCRACIA E SOCIALISMO: TÁTICA E ESTRATÉGIA NO MARXISMO</b>	<b>25</b>
<b>Capítulo 1 – A questão democrática e a tradição marxista</b>	<b>26</b>
1.1 Preâmbulo: liberalismo e democracia no século XIX	30
1.2 A democracia entre o Estado e a revolução para Marx e Engels	40
1.2.1 Emancipação política e Emancipação humana	47
1.3 Os socialdemocratas alemães e a Democracia	53
<b>Capítulo 2 – Eurocomunismo e “via democrática” para o socialismo</b>	<b>66</b>
2.1 Togliatti e a pavimentação do <i>caminho</i>	68
2.2 Berlinguer sinaliza a <i>via</i>	78
2.3 Um Gramsci no <i>caminho</i>	93
2.4 Ingrao e Poulantzas: um desvio à esquerda	97
2.4.1 Por uma democracia de massas e uma política de reformas	99
2.4.2 As transformações do Estado por um <i>socialismo democrático</i>	107
2.5 Arremate	114
<b>Capítulo 3 – O debate tático e estratégico da esquerda brasileira</b>	<b>117</b>
3.1 Bases teórico-práticas da estratégia democrático-nacional	118
3.2 A “revolução brasileira” de Caio Prado Junior	137
3.3 Revolução burguesa e socialismo em Florestan Fernandes	147
3.4 Carlos Nelson Coutinho e a <i>democracia como valor universal</i>	153
3.5 A estratégia democrático-popular: socialismo e democracia	173
<b>PARTE II – REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA E DEMOCRACIA: QUAL REFORMA E QUAL DEMOCRACIA?</b>	<b>187</b>
<b>Capítulo 4 – Reforma Sanitária Brasileira: ainda em busca de uma teoria para um debate necessário</b>	<b>188</b>
4.1 O SUS como ponto de chegada?	194
4.2 Reforma Sanitária em disputa	204
4.3 “Com que teoria vamos examinar a realidade?”	226
4.4 Quando a democracia vira estratégia: “reformistas graças a Deus”	236
<b>Capítulo 5 – Por uma reeducação do Estado</b>	<b>254</b>
5.1 Participação social e o campo da Saúde: o fenômeno e suas bases materiais	254
5.2 O controle social na Saúde: um gigante com pé de barro?	273
<b>Capítulo 6 – Reforma Sanitária, SUS e Socialismo: questão de princípios</b>	<b>303</b>
6.1 A <i>questão democrática na Saúde</i> : cooptação e apassivamento	306
6.2 Reforma Sanitária e pensamento estratégico: balanço em pleno movimento	316
<b>Considerações Finais</b>	<b>340</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>350</b>

## *Introdução*

Em seu *Qual socialismo?*, Norberto Bobbio, referindo-se aos eurocomunistas, assim se remeteu à relação entre democracia e socialismo:

Como se afirmassem: o socialismo não pode e não deve ser atingido senão através da democracia. Ou então: a democracia é o único meio possível e lícito para se chegar a uma sociedade socialista. Este esclarecimento não é inútil, sobretudo porque também se poderia afirmar o contrário, isto é, **que o socialismo é o meio e a democracia o fim** e que a democracia real ou integral pode ser realizada somente através de uma **reforma socialista** da sociedade; em segundo lugar, porque se todos estão de acordo em que a disputa atual reside sobretudo na “via” para o socialismo e que esta “via” é a democracia, não se pode, também, deixar de concordar em que **o significado prevalente de “democracia”, no binômio democracia-socialismo, é o da democracia** como método (como “via”, portanto). (BOBBIO, 1983, p. 106-107, grifos nossos).

A relação democracia-socialismo se apresenta como um problema do nosso tempo, sem dúvida, como aponta Bobbio, mas diríamos que menos pelo fantasma do dito “socialismo real”<sup>1</sup>, cuja repetição se quer evitar, e mais pelas constantes mistificações que se vêm produzindo em torno dessa relação. Se a linguagem é a consciência prática, como disseram Marx e Engels, o deslocamento da centralidade do socialismo não obedece meramente a simples jogo de palavras, mas diz respeito ao processo de *fetichização da democracia*, coproduzido e endossado pela esquerda. De degrau em degrau, *gradualmente, etapa por etapa*, temos visto a *passagem* do socialismo à democracia, não como afirmação de uma relação intrínseca, mas como redução de horizontes políticos e emancipatórios. Tal processo não tem servido senão à negação de uma perspectiva da revolução, da superação da sociabilidade capitalista, e para a legitimação da ordem. A posição recuada da esquerda nesse debate, engolfada pela retórica ideológica burguesa que se apresenta como defensora máxima dos valores democráticos que historicamente recusou, já é suficiente para relativizar a ênfase de Bobbio e apresentar a mistificação como produto da luta de classes.

Antes que nos pesem acusações de pura retórica sofista, vale notar que, como dito, embora a escolha das palavras não seja nunca aleatória e os seus sentidos estejam sempre em

---

<sup>1</sup> “Socialismo real”, “socialismo realizado” e “socialismo realmente existente” são expressões de modo geral tratadas como sinônimas, criadas pelos dirigentes dos partidos comunistas no período de Leonid Brejnev à frente do Estado soviético (1964-1982), para designar a realidade concreta das experiências socialistas. Tornaram-se comuns na linguagem política corrente ao longo dos anos 1970 (AGOSTI, 2003). Neste trabalho, adotaremos a primeira (socialismo real) para nos referirmos, em bloco, às experiências socialistas vigentes até o início dos anos 1990.

disputa, o título deste trabalho pretende indicar os traços dominantes de um processo histórico que será devidamente descrito e caracterizado. Não pretende, portanto, fazer *tabula rasa* a partir de toda e qualquer manifestação desta ou daquela expressão, apartada do significado teórico e político que lhes foram conferidos no contexto mesmo de sua produção. Lukács e sua “democracia socialista” não se assemelham a Bobbio e seu extenso número de seguidores. Em suma, não estamos em busca dos *pedigrees* dos socialistas autênticos, dos democratas liberais, radicais ou socialistas.

Dito isto, podemos aludir à disputa em torno da via<sup>2</sup> para o socialismo, que esteve marcada desde sempre por duas questões: a atualização do debate tático-estratégico ao longo do século XX e o acerto de contas com a experiência do socialismo real. Não se pode negar a importância e a legitimidade da revisão da estratégia revolucionária pelo movimento comunista internacional, iniciada já com o último Engels (1895). A Revolução Russa e Lênin, que parecem peixe fora d’água nesse movimento de atualização estratégica que perpassa o século XX, não se constituíram, no entanto, em polo oposto e fora de lugar neste debate. Seu deslocamento para uma posição supostamente despropositada se deve, em boa medida, à segunda questão anunciada. Só que nesta, não só o seu caráter apresenta-se de modo recuado e defensivo, como também parece ter lançado mão da primeira para se legitimar, distorcendo-a em parte, como instrumento teórico de uma recusa política que, diga-se de passagem, não poderia estar presente (e de fato não estava) em Gramsci – elevado, à revelia, a cardeal da excomunhão de Lênin.

Sabendo-se que “a maneira pela qual o Estado age para assegurar a reprodução é determinada, em seu conteúdo, pelo movimento do capital e pelas lutas de classe e, em sua forma, pela sua transposição ao nível do aparelho de Estado” (HIRSCH, 1977, p. 93), não será demais, nos dias que seguem, ao menos suspeitar que diante das crescentes dificuldades de reprodução ampliada do capital, a margem de manobra da burguesia para sacrifícios (a base material do consenso) esteja, como nunca, reduzida. E isto significa dizer que talvez já não sejam possíveis as mesmas apostas políticas em torno do caráter emancipatório da democracia burguesa. Não se trata de negá-la, mas também não se pode tratar de considerá-la a despeito

---

<sup>2</sup> A noção de “via” é controversa. Politicamente, tem se prestado também a esquematismos que pretendem distinguir, com uma clareza maior do que o processo histórico permite vislumbrar, *meios* e *fins*. O que nos parece mais interessante destacar neste debate, e que também é parte do debate proposto por Bobbio (1983), é o quanto a compreensão da “via” precisa considerar do comprometimento dos fins, como tem sido habitual negligenciar. A definição *a priori* da “via”, descolada de uma formulação estratégica, tem feito por onde congelar os *fins* como norte que se poderia alcançar através de qualquer meio, bastando escolher o caminho de preferência.

das formações sociais onde se exercita. E isto nos impõe a retomada do debate tático-estratégico de classe.

Se nossa proposta pretende inserir-se no debate estratégico da classe trabalhadora<sup>3</sup>, dos anos 1970 para cá, tomando como *caso* o Movimento da Reforma Sanitária<sup>4</sup>, com o objetivo de avaliar os seus desdobramentos e contribuir para o balanço que hoje se impõe após a experiência de três governos consecutivos sob a liderança do Partido dos Trabalhadores (PT), não podemos nos furtar a apresentar, ainda que rapidamente, a noção de *estratégia de classe*, sob risco de incorrerem em reduções e simplificações. Não pretendemos, portanto, confrontar a *intencionalidade* expressa da classe, através de seus grupos dirigentes, com o efetivamente cumprido e realizado, posto que a história, como nos ensina o materialismo histórico-dialético, não caminha apenas pelo ato de vontade das classes, senão, essencialmente, pelo confronto entre elas. Noutra ponta, também não cabe supor a indeterminação, pelo confronto das intencionalidades, como motor da história. O caminho é a combinação dialética entre fatores objetivos e subjetivos, entre o legado da história e as intencionalidades. Uma estratégia de classe, embora expressa por suas lideranças, vai além delas. Assim,

quando falamos de um determinado comportamento da classe trabalhadora, devemos relacioná-lo a uma estratégia determinada em um certo período histórico [...], como uma síntese que expressa a maneira como uma classe buscou compreender sua formação social e agir sobre ela na perspectiva de sua transformação. (IASI, 2012, p. 288).

Em nosso trabalho, consideramos que o Movimento Sanitário constituiu-se num dos atores coletivos significativos a expressar a Estratégia Democrático-Popular (EDP), que despontou nos anos 1980, sob a liderança do PT (COELHO, 2012; IASI, 2006, 2012), com a clara intenção de superar a Estratégia Democrático-Nacional (EDN), liderada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), mas já em franco processo de crise desde os anos 1960. (MAZZEO, 1999; SANTOS, 2007). Como poderemos notar, uma estratégia de classe não se

---

<sup>3</sup> Como não se trata de um estudo em que estejamos interessados no esquadramento de sua morfologia atual, adotaremos aqui o conceito de *classe trabalhadora* expresso por Marx e Engels no *Manifesto Comunista* (1848), por conter as determinações gerais da caracterização que buscamos: “Por proletários, [entende-se] a classe dos modernos trabalhadores assalariados que, não possuindo meios próprios de produção, dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver”. (MARX; ENGELS, 2005, p. 84).

<sup>4</sup> O termo “Reforma Sanitária” é de inspiração italiana e está diretamente ligado à experiência análoga vivida naquele país, concomitantemente à experimentada pelo Brasil. Já a denominação “Movimento Sanitário” apareceu a primeira vez na dissertação de mestrado de Sarah Escorel, amplamente utilizada aqui por nós (*Reviravolta na Saúde*), sob a orientação de Sergio Arouca e defendida em 1986. A mesma autora, na referida obra, nos informa que o termo foi utilizado durante algum tempo em fins da década de 1970, mas em seguida abandonado e somente retomado por volta de 1985/86. (ESCOREL, 1999, p. 81).

funda em substituição a outra, desconsiderando por completo a experiência anterior. Isto explica por que encontraremos elementos de ambas as estratégias nas formulações do Movimento Sanitário. Mas nossa análise também tomará os partidos citados como objetos acessórios do nosso estudo. Tal opção, no entanto, não significa reduzir a *estratégia* ao que formularam ou praticaram. Servir-nos-ão como atores coletivos que são, representativos do movimento da classe, incluindo e também transpondo os limites dos segmentos e frações aglutinados em torno do Movimento Sanitário. Atualmente, a aparente saturação da EDP impõe uma nova transição, que deve começar pela análise de sua crise. Mas para tanto, precisaremos recuar ao momento de sua formulação, sem deixar de considerar o que nos parece o seu substrato mais nítido: a “questão democrática”.

Para a esquerda brasileira, a questão democrática reaparece com força nos anos 1970. Elementos distintos se conjugaram para tanto. No plano internacional, a combinação, num mesmo tempo histórico, da necessária crítica ao socialismo real, em meio à dita “época de ouro” do capitalismo central, parece ter dado um nó na esquerda comunista a partir da segunda metade do século passado. A recusa das experiências socialistas, tal como se desenvolveram, com destaque para a soviética, exigiu o debate democrático, mas contaminou-se com os termos da *democracia de bem-estar social*, que para além de eficiente no discurso, promoveu de fato a integração de importantes segmentos da classe trabalhadora à ordem do capital. A distância no tempo do *Welfare State* tem ajudado a tornar todo este processo mais claro. Tal como a sua proximidade, há 30 ou 40 anos, parece ter dificultado a compreensão dos limites para a adoção da democracia (no interior da ordem burguesa) como estratégia, posto que não se recuperarão, ao que o movimento do capital indica, as mesmas bases materiais que permitiram a existência daquela forma de relação entre classes, que garantiu o consenso e engendrou (e este é o aspecto importante de reter) os modos dominantes e a compreensão da luta de classes a partir (e através) do exercício democrático adaptado àquela situação. Mas “o problema atual é que a globalização aponta para a destruição das estruturas liberal-democráticas existentes. A questão da compatibilidade entre capitalismo e democracia coloca-se então sob uma nova perspectiva histórica e de modo mais grave”, aponta novamente Hirsch (2010, p. 95).

Internamente, no mesmo período, o debate democrático ainda contava com mais um forte elemento que dificultava a compreensão da questão: a existência de uma ditadura empresarial-militar (1964-1985), que sufocava intensamente mesmo os canais convencionais de manifestação política da ordem burguesa tipicamente republicana. Eis todos os ingredientes misturados: crítica aos rumos antidemocráticos do socialismo real, canonização

da democracia (já que, por um lado, parecia compatível com o sistema do capital e, por outro, justamente onde deveria se realizar, fracassava) e luta pelo retorno à dita *normalidade democrática* contra um regime ditatorial.

Como produto desse contexto é que nasce nos anos 1970 o Movimento Sanitário, reunindo intelectuais, profissionais de saúde e movimento popular. Como luta setorial, em essência suas bandeiras diziam respeito às péssimas condições de saúde da população brasileira, na relação direta com as insuficiências, deficiências e ausências das políticas públicas para o setor. Como reflexo de uma luta de classes pujante e necessariamente transbordante dos limites setoriais, o Movimento também encampava um projeto de sociedade, inserindo numa dimensão de *grande política* – como chamou Gramsci –, totalizante e classista, as demandas que tinham origem nos limites restritos do campo da Saúde. Suas questões de organização, sua tensa relação com o movimento popular e com o Estado, suas formulações táticas, sua busca teórica e sua prática política guardaram uma íntima relação com os dilemas vividos pela classe trabalhadora, bem como atualmente a sua crise expressa uma crise maior.

Não fosse pela relação direta e orgânica de muitos de seus principais militantes com os dois partidos que vocalizavam, a um só tempo, uma estratégia de classe em crise e outra em processo de construção, o tema da democracia foi também central para o Movimento Sanitário. Tal centralidade expressa um primeiro ponto de contato do Movimento com o arco mais abrangente da luta dos trabalhadores em momento de retomada da luta contra a ditadura. Nossa tese diz respeito precisamente ao que consideramos o processo de absolutização da democracia sob tal contexto de luta, concebida como “valor universal”, como estratégia. Para nós, tal processo em torno da fetichização da democracia, se se explica por um corte duplo (a crise do socialismo real e a luta contra a ditadura), expressou também a absolutização do Estado na consecução da tática do Movimento Sanitário pela reforma do sistema de Saúde. A centralidade que crescentemente ganhou a questão democrática, portanto, deslocou o verdadeiro debate estratégico em nome do socialismo, uma vez que fosse para promover a autocrítica da esquerda, fosse para lutar contra a ditadura, fosse, enfim, para lutar pelo socialismo, o caminho a percorrer parecia ser o mesmo. No entanto, não se tratava de qualquer democracia, mas de uma democracia cuja realização deveria passar fortemente pelo Estado, diante de uma sociedade civil compreendida como frágil. A reeducação do Estado pela sociedade civil seria passo consequente da abertura desse Estado para esta mesma sociedade civil, através de canais formais. O Estado, portanto, seria o agente, o patrocinador, por excelência, da democratização, pelo estímulo ao fortalecimento da sociedade civil. Eis o

nó da questão democrática a desafiar a classe trabalhadora brasileira, que teve na luta pela Reforma Sanitária uma expressão concentrada, que refletiu todos os principais gargalos com os quais essa classe precisou lidar. A tomada do campo da Saúde como microcosmo da luta mais abrangente da classe trabalhadora brasileira, como uma totalidade no interior de outra totalidade, como nos sugere Lukács (1968), nos parece bastante fértil para os propósitos que pretendemos.

Na Saúde, a expressão máxima desta agenda, consubstanciada pela questão democrática, foi (e é) a noção de *participação social*. Uma vez realizado o balanço da EDP, o Movimento e o seu programa (a Reforma Sanitária) serão tratados como caso exemplar dessa agenda – o que nos exigirá uma avaliação rigorosa, como parte do movimento de recuperação da autonomia de um discurso e de uma prática emancipatória de esquerda. Para tanto, trataremos de inserir a sua prática política no contexto maior das questões, das apostas e dos obstáculos enfrentados pela classe trabalhadora organizada no Brasil. Uma de nossas preocupações reside no fato de que, a despeito da crise estratégica que vivemos atualmente, a romantizada questão democrática continua na ordem do dia, grosseiramente compreendida como lenitivo indistinto para todos os males. Não é mera coincidência que na Saúde também ressoe este bordão, cujo eco de um tempo de luta social com pretensões socialistas tem ficado cada vez mais distante no tempo, tornando crescentemente artificial o discurso. Tal discurso tem sido utilizado por diferentes atores políticos, individuais e coletivos, para designar uma mesma agenda de *socialização da política*, que se daria através da maior participação da sociedade civil nos assuntos do Estado; ou dito de outra forma, pela assunção consciente por parte dos cidadãos das responsabilidades sobre os seus próprios destinos e sua emancipação. Militantes de esquerda, partidos políticos dos mais variados matizes, Organizações Não Governamentais (ONGs), sindicatos, empresários e intelectuais, portanto, têm sido capazes de sustentar o elã deste ideário pretensamente universal.

Pelo bem da desnaturalização da realidade, é bom que se diga que a bandeira da participação não é nova e nunca foi universal, indistinta, como hoje aparenta ser. Não custa lembrar que o tema da democracia foi desde sempre controverso para a filosofia política moderna. Por outro lado, não são novas também as tentativas de anulação das bandeiras da esquerda pela direita, seja através da *coerção* ou do *consenso*. O que nos parece recente e sumamente desafiante, em termos de exercício de dominação burguesa, é o processo incessante de assunção apassivada dessas mesmas bandeiras da esquerda pela direita, num jogo de indistinção que tem a sua contraface na não menos nefasta e deletéria incorporação

dos discursos e práticas da direita pela esquerda. (COELHO, 2012; MARTINS, 2009; NEVES, 2010; OLIVEIRA et al., 2010).

Esta constatação do avanço e sofisticação das formas de dominação burguesas na contemporaneidade, se não põe em xeque as estratégias de luta que vêm sendo adotadas pelos trabalhadores nas últimas décadas, ao menos nos obriga a uma autocrítica *a contrapelo*, que seja capaz de reposicionar os meios e os fins traçados estrategicamente. Este é o debate com o qual pretendemos contribuir.

Para tanto, o trabalho foi dividido em duas partes. Na primeira, ao longo de três capítulos, forneceremos um panorama teórico-político da questão democrática no interior do marxismo e na expressão da luta entre classes, com destaque para a compreensão do papel do Estado tanto como instrumento de dominação quanto como espaço estratégico de luta. Do geral para o particular, iniciaremos com o debate da democracia entre os liberais no século XIX, em face do ascenso das massas como novo e incontestável ator político, como forma de indicar o terreno sobre o qual Marx e Engels emergirão com a sua crítica do Estado burguês e a partir de uma concepção radical de democracia. Depois de um momento inicial de certo desconcerto no trato da questão democrática trazida pela ampliação da sociedade civil, veremos como a burguesia adequou o exercício da sua dominação a esta nova configuração da luta de classes. Tal processo de absorção do impacto da luta democrática da classe trabalhadora se expressou significativamente pela primeira vez com a capitulação da socialdemocracia alemã da virada do século XIX, provocando um intenso debate estratégico em torno da questão democrática desde então.

Um segundo momento que abordaremos, posto que central para a compreensão da influência do debate internacional sobre a esquerda comunista brasileira, diz respeito à experiência eurocomunista, com destaque para a italiana – lateralmente, abordaremos também os casos francês e espanhol. Embora os anos 1970 sejam, propriamente, os anos do eurocomunismo, na Itália o processo deita raízes ainda nos anos 1940, pelas mãos do Partido Comunista Italiano (PCI), sob a liderança de Palmiro Togliatti. Percorreremos sua trajetória, localizando-o no contexto de crise do mundo socialista, mais claramente a partir de 1956 com a denúncia dos crimes de Stálin. A afirmação de um *caminho italiano para o socialismo*, através da “via democrática”, exerceria forte influência sobre o Brasil, mais notadamente a partir de um conjunto de militantes do PCB que travara contato direto com aquela experiência, com destaque para Carlos Nelson Coutinho. Sua “democracia como valor universal”, emprestada de Enrico Berlinguer, se constituiria na base do programa da *esquerda*

*democrática*<sup>5</sup> que, por sua vez, exerceria forte influência sobre a formulação da EDP, no Brasil. O elenco dos autores estudados nesta parte do trabalho (Palmiro Togliatti, Enrico Berlinguer e Pietro Ingrao) obedece ao papel e importância que concretamente tiveram, mas também indica o roteiro teórico mais comum percorrido no Brasil pelos que nesta corrente do movimento comunista se inspiraram. Um quarto autor, o greco-francês Nicos Poulantzas, foi acrescentado ao conjunto menos pelo rigor da classificação como “eurocomunista” – que também não lhe era estranha, porém – e mais pela aproximação que empreendeu dos grupos à esquerda desta corrente, aqui representados por Ingrao.

Ainda nesta primeira parte, chegaremos ao debate brasileiro da questão democrática, também diretamente associada ao tema da revolução. Percorreremos a trajetória que vai da formulação da EDN à EDP. Veremos de perto como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho, ao construírem a crítica da primeira já punham elementos que mais tarde viriam a se plasmar na segunda. A opção por tratar de ambas as estratégias, repetimos, se deveu ao fato de que é na confluência da crise de uma com a emergência da outra que desponta o Movimento Sanitário e se configura a esquerda democrática<sup>6</sup>.

Ainda sobre a primeira parte, alguns apontamentos metodológicos. O tratamento conferido aos autores nos capítulos 2 e 3 será diferenciado. Os primeiros (os eurocomunistas) serão tratados como teóricos, posto que se constituem em referências importantes para o debate que travamos. Suas contribuições são mais importantes para nós pelo que representaram e pela forma como foram apropriadas do que em função do modo como se construíram e afetaram o seu próprio contexto de produção. Já os brasileiros do capítulo 3, ao contrário, terão suas formulações abordadas no interior da dinâmica histórica que as produziu, como partícipes diretos que foram dos processos relatados e analisados por nós.

Nossa opção foi por um debate teórico-político sobre as estratégias formuladas pela classe trabalhadora brasileira nas últimas décadas. Isto é o que justifica que tenhamos

---

<sup>5</sup> “Esquerda democrática” é uma expressão que não possui um significado unívoco. Na linguagem política corrente, pretende identificar o que seria uma esquerda não autoritária (mais contemporaneamente, por vezes não marxista), o que quase sempre é sinônimo de antileninismo. Na busca de uma caracterização que sirva a este trabalho, diríamos que por esquerda democrática queremos designar a filiação a uma defesa incondicional da democracia, no registro da ordem burguesa, tomada como “valor universal” (mesmo que com o intuito de superá-la), que no mais das vezes tem significado o conseqüente abandono do socialismo como projeto; embora, claro, o elogio da democracia não signifique necessariamente a sua defesa incondicional (potencialmente fetichizante) ou a recusa a Lênin. Em nossa análise privilegiaremos os aspectos passíveis de crítica dessa perspectiva absolutizante da democracia, ainda que com o risco de cometer generalizações.

<sup>6</sup> Há ainda um segundo esclarecimento a ser feito: consideramos que o Movimento Sanitário é expressão desta mesma esquerda democrática, é parte constitutiva dela. Ao longo do trabalho, nos referiremos, por vezes, ao Movimento Sanitário “e” à esquerda democrática não para distingui-los em campos opostos, mas para localizar o terreno mais restrito do Movimento Sanitário ou mais amplo das diversas frações de classe, grupos, partidos e lutas setoriais que compõem a esquerda democrática, sugerindo a correspondência e a identidade dos dilemas e práticas políticas entre a expressão setorial de uma totalidade abrangente.

recorrido, nesta primeira parte, aos clássicos do marxismo sobre a questão democrática, sobre o Estado e a revolução; também à análise da corrente eurocomunista que sobre nós exerceu importante influência; e, por fim, às formulações dos dois partidos brasileiros que exerceram papel de liderança estratégica em dois momentos distintos da luta de classes no Brasil e à produção de três autores selecionados pela importância de suas obras para o debate estratégico. Na sequência do trabalho, tais opções se tornarão mais claras na medida em que pudermos cotejar o debate estratégico com a prática política do Movimento Sanitário e da esquerda democrática.

A segunda parte do trabalho será inteiramente dedicada à Reforma Sanitária e à luta específica do campo da Saúde. No entanto, relativizemos esta afirmação. Uma das preocupações deste trabalho é explicitar a inserção da luta setorial no contexto maior da luta de classes no Brasil, dos anos 1970 para cá. Em primeiro lugar, para que possamos compreender a importância e o peso da estratégia na história recente da classe trabalhadora brasileira. Em segundo, porque na Saúde esta ligação originária parece ter sido pouco considerada. O passado recente de luta contra a ditadura, que guardou um papel de destaque para a Saúde, muito em função de suas expressivas conquistas, como o Sistema Único de Saúde (SUS) – que não se repetiram, na mesma dimensão, em nenhuma outra área –, parece conferir à Saúde e a seus trabalhadores uma compreensão que lhe garantiria certo *lugar especial* no contexto da luta. Parece-nos que esta latência é mais um elemento para a compreensão de uma aparente autonomia tática do setor, autoatribuída, que caminha primordialmente pela institucionalidade mas, na outra ponta, reclama a ausência da classe trabalhadora na defesa de suas bandeiras.

Outros três capítulos pretendem dar conta do debate. Iniciaremos pela constituição do Movimento Sanitário. O foco central da nossa abordagem, neste primeiro momento, passará pela caracterização do debate estratégico no interior do Movimento, expresso pela *busca de uma teoria*. Indicaremos que esta busca, para além da transição estratégica que representa, também resulta da crise do marxismo que marcaria a década de 1980 e culminaria na década seguinte. A saída de cena do marxismo estará na base do processo de fetichização da democracia que apontamos, “desadjetivando-a” a ponto de torná-la bandeira universal a ser incorporada pelo Movimento Sanitário.

Na sequência, iremos a fundo à expressão máxima da agenda democrática do Movimento Sanitário, formulada ainda nos anos 1970, com forte influência do Movimento Popular em Saúde (MOPS), e que se confirmaria nos momentos-chave da história do Movimento, como a 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), a Comissão Nacional da

Reforma Sanitária (CNRS) e a Assembleia Nacional Constituinte (ANC): a *participação social*. Como tentaremos mostrar, a pretensão desta bandeira democrática era a reeducação do Estado, que deveria ser purgado de seus traços patrimonialistas e clientelistas – fortemente presentes na formação social brasileira –, mas também de sua condição de classe. O desenho prático desta participação expressou-se através da formalização do controle social na Saúde, que conta hoje com um complexo de conselhos de saúde nas três esferas de poder, e ainda com conferências periódicas em âmbitos nacional, estadual e municipal. Tal arquitetura participativa tem sido bastante comemorada pela potencialidade de democratização do Estado que supostamente carrega. A avaliação desta agenda participativa, bem como dos seus instrumentos principais, será objeto de nossa análise.

Por fim, retomando mais diretamente o debate estratégico da Reforma Sanitária, teceremos um balanço atual da agenda de luta do Movimento Sanitário. Nosso objetivo nesta parte final, que é também o objetivo central da tese, é indicar o quanto os desdobramentos da luta iniciada nos anos 1970 – que atualmente se expressam em *transformismo* da vanguarda de esquerda, redução de direitos e forte teor privatista –, já estavam colocados como riscos em potencial quando das formulações estratégicas que absolutizavam a democracia e relativizavam o Estado. Tentaremos mostrar que a crise em que o Movimento se encontra deve-se não só à pesada contraofensiva neoliberal que nos assomou desde a década de 1990, com efeitos catastróficos nos últimos 20 anos, mas também e, sobretudo, à crise estratégica que atualmente atravessa a esquerda no Brasil, precisamente após a chegada ao governo de suas lideranças nos últimos 30 anos. Desde então, como em toda a esquerda, o Movimento Sanitário vem multiplicando suas fissuras, que também exploraremos. Tal questão, no entanto, merece um esclarecimento metodológico. A literatura aponta, ao longo da história do Movimento Sanitário, para a existência de conflitos e grupos. Chega-se a sugerir a existência de um campo socialista de um lado e um socialdemocrata de outro. No entanto, a mesma literatura e os mesmos militantes, como veremos, também garantem que se tratou de opção tática não explicitar tais conflitos e manter a unidade acima deles. Esta definição para nós provoca, de saída, uma conclusão, qual seja: se foi possível e desejável a unidade acima dos conflitos é porque os conflitos não tocavam em divergências estruturais, a ponto de comprometerem a estratégia do Movimento. Se estamos corretos, portanto, tornam-se menos relevantes, para o que nos propusemos a analisar neste trabalho, o teor propositalmente ocultado deste conflito. Interessam-nos neste debate, portanto, justamente as opções assumidas e que pautaram a agenda estratégica do Movimento.

No que respeita às fontes, privilegiamos dois conjuntos distintos: documentos produzidos por atores coletivos, que fossem representativos do pensamento estratégico da classe, e a produção teórico-analítica de autores reconhecidamente importantes para o tema que estamos abordando. Assim, neste último caso, do mesmo modo que para o debate da “revolução brasileira” lançamos mão de autores clássicos no estudo do tema, para a Reforma Sanitária tomaremos a produção dos autores e militantes mais representativos da história política e intelectual do Movimento Sanitário, frequentemente citados pela bibliografia especializada, ou dignos de atenção em seus posicionamentos políticos. Por vezes, esta liderança intelectual se desdobrou para a ocupação de postos-chave na máquina do Estado ou nas instituições que vocalizam em maior medida o discurso sanitário reformista, como CEBES (Centro Brasileiro de Estudos de Saúde) e ABRASCO (Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva). Utilizaremos, portanto, o grosso da bibliografia disponível, publicada em diversos livros e, em sua maioria na revista *Saúde em Debate*, editada pelo CEBES; na revista *Ciências e Saúde Coletiva*, editada pela ABRASCO; e na revista *Cadernos de Saúde Pública*, editada pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Por fim, nossa perspectiva de análise está claramente colocada em torno do materialismo histórico-dialético, seja pela compreensão geral do processo histórico a partir dessas lentes, seja pela seleção dos autores que embasam tal perspectiva: Marx, Engels, Lênin, Gramsci e Poulantzas. Acreditamos que se mantém a essência das questões que alimentaram o Movimento Sanitário nos anos 1970 e 1980 a se constituir teórica e politicamente em torno da matriz marxista. O seu abandono deliberado, ao longo do percurso histórico do Movimento Sanitário e também da esquerda democrática, dos anos 1980 para cá, é um dos elementos que não podem e não devem ser ignorados se quisermos compreender de que forma e por que meios o concebido e o praticado, nas condições particulares em que tem se dado, puderam hoje alcançar o grau de descompasso e contradição que temos presenciado.

**Parte I – Estado, Democracia e Socialismo: tática e estratégia no marxismo**

## ***Capítulo 1 – A questão democrática e a tradição marxista***

Há pelo menos 100 anos, por autocrítica de esquerda ou mistificação de direita, a relação entre democracia e socialismo tem sido objeto constante das intervenções no debate público entre militantes e intelectuais. Contemporaneamente, para uns, tática e estrategicamente, na tentativa histórica de superação das formas assumidas pelo *socialismo real*. Para outros, pela condenação do que chamam de “totalitarismo” e pela absolutização dos valores “democráticos” liberais.

Dessa combinação têm surgido sentenças com pretensões peremptórias. De todas, a que nos interessa é, pela esquerda – a qual se filia o Movimento Sanitário –, a que aponta a indissociabilidade entre democracia e socialismo. Ultimamente, a despeito (ou até com a complacência) dos seus defensores, esta relação intrínseca parece ameaçada, não porque estejamos vivendo um processo de “bolchevização”. Da *oxigenação democrática* do socialismo passamos, em velocidade estonteante, desde os anos 1990, a uma democracia atrofiada, de socialismo ausente. Em suma, se se trata de indissociabilidade, ela não pode valer apenas para o elogio da democracia, como salvadora do socialismo que nesse papel se arrogou. O socialismo parece ser a única possibilidade de realização da democracia, perdue ela após a superação da sociabilidade capitalista, seja ela a sua própria decomposição e desaparecimento, de tão plena. Se o vir-a-ser não pode prescindir do debate sobre os meios, queremos também discuti-los, mas sem abrir mão dos fins. Não à toa, reportando-se à capitulação da socialdemocracia alemã, Florestan Fernandes, em interessante texto de fins da década de 1980, fez importante alerta:

As dificuldades e a adulteração do marxismo, por causa do isolamento e das consequências imprevistas da Revolução Russa, conferiam uma aparência de verdade às versões da ‘democracia acima de tudo’ emanadas do farisaísmo pequeno-burguês e intelectualista. Se, de fato, a democracia estivesse em jogo, ela jamais poderia ser dissociada do socialismo. Em relações compassivas e comprometedoras com a ordem existente, ser cruzado da democracia equivalia a abandonar o socialismo e atribuir ao capitalismo a faculdade de assegurar liberdade, igualdade e solidariedade juntamente com a perpetuação da propriedade privada, a expropriação do trabalhador dos meios de produção e a intangibilidade da sociedade civil. (FERNANDES, 1996, p. 12).

E completa com precisão e previsibilidade invejáveis:

que a democracia a ser criada não devore o socialismo, convertendo-se em um sucedâneo bem-comportado do aburguesamento da socialdemocracia e da social-democratização do comunismo. Carecemos com premência da democracia. Mas de uma democracia que não seja o túmulo do socialismo proletário e dos sonhos de igualdade com liberdade e felicidade dos trabalhadores e oprimidos. (FERNANDES, 1996, p. 13).

Parece-nos urgente, então, o reequilíbrio dos termos, isto é, o descongelamento da democracia, a sua “desfetichização”. Florestan, parecendo intuir o que a década seguinte traria, propõe justamente a inversão da problemática que, em plena crise do socialismo real e antessala do recuo crítico e defenestração do marxismo, primava, entre a esquerda, por uma postura defensiva e mesmo revisionista. Apenas como aperitivo, vejamos como essa postura se expressou nas páginas da revista *Teoria e Debate*<sup>7</sup>, que traremos à tona ao longo do trabalho, sempre que oportuno, pela sua representatividade como órgão de debate e difusão de ideias vocalizadas pelo PT. A primeira passagem é de Percival Maricato, advogado, fundador do partido e atualmente empresário do ramo de bares e restaurantes, em São Paulo. Em 1991, a revista convidou-o, como também a Valério Arcary (então membro do Diretório Nacional), para um debate a partir da seguinte pergunta: “Para onde vai o PT?”. Enquanto Arcary fez a crítica do que considerava ser o processo de adaptação do partido à legalidade, tomando como exemplo, não por coincidência, “o destino trágico da socialdemocracia francesa e espanhola e do eurocomunismo italiano” (ARCARY, 1991, não paginado), o caminho apontado por Maricato parece ter sido, afinal, o que vingou, no plano teórico e prático:

A democracia que queremos é a clássica e universal, decorrente das lutas sociais por direitos e liberdades que levaram à Revolução Francesa. [...] Ou seja, queremos a democracia sem adjetivos, sem subterfúgios, desacompanhada dos epítetos “burguesa”, “proletária”, “socialista”. Ao contrário, queremos que ela seja radical e intocável. [...] As sucessivas derrotas em eleições majoritárias refletem as desconfianças e restrições da sociedade a um projeto de socialismo ultrapassado ou no mínimo mal-definido. (MARICATO, 1991, não paginado).

Na mesma edição, embora não diretamente associados ao debate-guia, outros autores se dedicaram a responder a pergunta, ao que parece. O segundo destaque que queremos fazer, portanto, diz respeito ao texto de Eugenio Bucci, um dos criadores da revista e, à época, seu editor. Mais tarde, durante os governos Lula (2003-2010), presidiria a Radiobrás (Empresa

---

<sup>7</sup> Criada pelo Diretório Regional do PT de São Paulo em 1987, passou a ser editada pela Fundação Perseu Abramo (ligada ao partido), em 1997. Tem se mantido desde a sua fundação como importante fórum de debate do partido, essencialmente, embora não exclusivamente. Iniciou os trabalhos com periodicidade trimestral e atualmente é uma revista mensal. Para este trabalho, realizamos um levantamento de temas afins que percorreu todo o período de sua existência até o momento atual.

Brasileira de Comunicação), entre 2003 e 2007. Bucci parece ter acertado na precisão tanto quanto o primeiro autor. Sob sugestivo título, “Nós que amaremos tanto a reforma”, afirmou sem rodeios o jornalista:

Sim, o PT precisa de muita coisa, mas precisa principalmente livrar-se de uma outra coisa. Precisa jogar fora, de uma vez por todas, o comunismo das trongas. O comunismo que fez de cada trabalhador um culatrão infeliz, cujos melhores sonhos migram ou para o comércio pirata ou para o exílio. [...] Sejam francos: qual tem sido a nossa proposta? Um mutirão para erguer o edifício do socialismo, que a gente nem sabe direito como é? [...] A única justificativa para a existência do partido é a democracia – e a democracia é sempre um meio [...] De saída, descartaremos uma via. Democracia operária não, obrigado. A expressão já está devidamente plena de significado *a la* centralismo democrático, está prenhe da noção de autocrítica-purgatório, está fedendo no acostamento da estrada da História. Democracia burguesa talvez. [...] Eis que esboço o programa da social democracia para o PT. [...] O prato vem temperado com aromas libertários de 68 e doses sutis de eurocomunismo. [...] O maior desafio deste período é promover o reencontro do PT com a democracia plena, radical. (BUCCI, 1991, não paginado).

Digamos de passagem, a crítica de Florestan que apresentamos não se produziu no alto da montanha. À época, também filiado ao PT, participava do debate interno em franco diálogo com essas correntes, cada vez mais “democráticas” e menos “socialistas” (este debate, evidentemente, extrapolava as fronteiras do Partido). Sua discordância central não passa, portanto, pela existência da crítica às experiências socialistas, com as quais faz coro, mas sim pelo formato que assume: engolfada pela vaga ideológica burguesa, habilmente construída em meio à crise global da esquerda.

Acreditamos que, sumariamente, está colocado o problema que impõe a necessidade deste debate. A compreensão de conceitos centrais como *democracia*, *Estado* e *revolução* se interdeterminam, afetando não exclusivamente o plano intelectual, mas também a prática política das classes em luta. Em diálogo permanente com a tradição marxista, percorreremos momentos-chave da luta da classe trabalhadora, no Brasil e fora dele, emprestando ao debate uma perspectiva de mais longa duração, que pode contribuir para equilibrar a carga das questões trazidas por cada presente particular que tendeu a considerar suas especificidades de forma um tanto descolada da trajetória histórica de que fazia parte.

Talvez possamos sugerir três grandes momentos, digamos, do processo de fetichização da democracia, que evidentemente não estamos tratando aqui de modo linear ou unívoco. O primeiro se localizaria em fins do século XIX, cujo caso exemplar foi a guinada ao *centro* da socialdemocracia alemã. Neste contexto, não se pode deixar de destacar que, para além do que

podemos considerar fetichização, há em paralelo um processo de conquistas concretas da classe trabalhadora pela extensão dos direitos civis e políticos. Há, portanto, bases materiais para explicar a integração das massas, bem como para clarificar a romantização dessas conquistas. O segundo momento, diríamos, é produto de uma conjuntura muitíssimo particular de pós-2ª Guerra, desfazimento de uma aliança momentânea entre bloco capitalista e bloco socialista, necessária para a derrota do nazifascismo, e retomada de um conflito já existente em novas bases (Guerra Fria). Nesta segunda fase, até mais do que na primeira, foi necessário tornar a democracia não só meio para o *bem-estar* de amplas parcelas das classes dominadas, mas também garantia, antídoto e a mais evidente contraface do socialismo. Assim como na virada do século XIX para o XX, estavam presentes aqui as bases materiais necessárias ao consenso (*Welfare State*) e a consequente mistificação da democracia. A terceira fase, a atual, é a mais desafiante de todas, posto que ocorre em condições bastante distintas das anteriores e, no entanto, permite altas dosagens de mistificação *democrática*. Aqui, ao contrário das outras, ocorre um período de profunda crise econômica do capital, não há inimigo comum contra o qual se possa construir uma unidade em nome dos valores democráticos, assim como não há, notoriamente, o inimigo comunista em cena que possa obrigar o capital a algum recuo ou cautela. Diferentemente, a esquerda encontra-se fragilizada em face do desabamento do socialismo real e diante de um brutal recuo da capacidade organizativa e formuladora dos trabalhadores. O que presenciamos hoje é o avanço, inversamente proporcional, da fetichização da democracia em paralelo ao flagrante e desavergonhado desrespeito, por parte das classes dominantes, às suas regras formais (também produto de conquistas civilizatórias), seja na esfera dos estados nacionais, seja no âmbito dos organismos e pactuações internacionais.

Nem tudo nesse processo, evidentemente, pode ser tachado de fetichização da democracia, o que seria fazer *tabula rasa* de todo e qualquer processo de luta através dos canais institucionais. No entanto, nos parece que não se trata de constatar apenas a existência de contradições na luta democrática. Disso não há dúvida. O aspecto a ser destacado no momento atual, nos parece, é o quanto o apassivamento e a fetichização têm se constituído em obstáculos mesmo à afirmação da *república democrática* como o terreno da luta, como concluiu Marx (2008c)<sup>8</sup>. Essa é a questão prioritária à consecução da luta democrática. A superação do adesismo pesado às regras do jogo, como princípio, precisamente quando um

---

<sup>8</sup> Mas não podemos esquecer de Lênin (1978), que, confirmando Marx, asseverou que a mesma república democrática também se constituiria no melhor *terreno* para a burguesia garantir a sua dominação, posto que legitimada, neste condição, por toda a sociedade.

jogo crescentemente sem regras mínimas começa a valer indiscriminadamente, é a tarefa teórica e prática que se nos coloca.

Partiremos da controvérsia entre os liberais, no século XIX, em torno da democracia e do Estado, para ampliar a nitidez do ângulo a partir do qual Marx e Engels se inserirão no debate e na luta política. Na sequência, trataremos do pensamento de parte da tradição marxista acerca da democracia, do Estado e da revolução, chegando aos combates contra a socialdemocracia alemã. Tal roteiro nos será útil na medida em que nos permitirá abordar o que consideramos que sejam pontos de inflexão decisivos no debate e na prática política em torno da democracia, informados por cada conjuntura específica.

### 1.1 Preâmbulo: liberalismo e democracia no século XIX

O tema da democracia foi desde sempre controverso para a filosofia política moderna. Pensadores como Benjamin Constant (1767-1830), Alexis de Tocqueville (1805-1859) e John Stuart Mill (1806-1873), contemporâneos dos primeiros movimentos de acomodação conservadora da burguesia recém-dominante, estiveram na linha de frente deste debate. A radicalização jacobina (1793-94) durante a Revolução Francesa (1789-99), inspirada nas profundas críticas de Rousseau à sociedade existente já em meados do século XVIII, embora tenha posto em confronto vertentes poderosas dentro de um mesmo arco burguês de visão de mundo, ainda não pôde revelar a divisão de classes que daria corpo e sentido à luta a partir de décadas mais tarde. De um modo ou de outro, representou um primeiro marco divisório no espectro político da virada do século. Já após o fim do período revolucionário, o liberalismo passou a se posicionar claramente à direita, no esforço de legitimação das estruturas do Estado capitalista nascente, do *modus operandi* e da sociabilidade burguesas.

É da Constituição francesa jacobina, de junho de 1793, o mérito da tentativa de implementação, pela primeira vez nos tempos modernos, do sufrágio universal (masculino) – uma das expressões práticas, senão a mais representativa, da luta democrática no interior da ordem burguesa. Embora aprovado, não chegou a entrar em vigor, em face da tumultuada conjuntura interna e externa vivida pela França naqueles anos. A efêmera presença do sufrágio, ainda que apenas como letra de lei que não vingou, foi o suficiente para ativar a reação dos proprietários, uma vez que a tais transformações democráticas corresponderam “intervenções decisivas do Estado no campo econômico”, através do “imposto progressivo” (LOSURDO, 2004, p. 16), da reforma agrária, do confisco de bens da Igreja e da nobreza, da lei do preço máximo e outras mais.

Assim, passado o Termidor<sup>9</sup>, a burguesia liberal se viu diante de um dilema, que lhe impôs um movimento duplo: defensora do sistema eleitoral representativo, posto que o considerava um avanço em relação ao “mandato imperativo”<sup>10</sup> – que remontava à Idade Média e vigorou na França, exatamente, até a Revolução –, precisava conter, no entanto, os impulsos democratizantes dos não-proprietários, das massas populares, que mesmo não tendo sido convidados, desejavam participar da festa da emancipação. Assim, o rechaço da agenda de reformas do período jacobino não deixou para trás a crítica do seu sistema eleitoral ampliado, promovendo a reintrodução das restrições censitárias imediatamente após a queda de Robespierre (LOSURDO, 2004, p. 17).

Mas se a Revolução Francesa apenas ensaiou revelar os antagonismos, ou determinou uma “injeção de consciência política e de permanente atividade política entre as massas” (HOBSBAWM, 2009, p. 418), as revoluções da primeira metade do século XIX intensificaram a percepção do conflito, que culminaria nos acontecimentos de 1848, quando a nova sociedade emergiria em definitivo, acertando suas contas com o que ainda restava do Antigo Regime, mas, a contragosto, pelas mãos do seu oponente medular, o proletariado, a inaugurar um embate que não podia mais ser adiado. Eis o “espectro do comunismo” que rondava a Europa (MARX; ENGELS, 2005). Mas não nos antecipemos.

Constant, em nome da burguesia liberal, sairá em defesa da manutenção do sufrágio restrito, argumentando que o estabelecimento de direitos políticos para os não-proprietários permitiria que estes pudessem ter ingerência sobre a propriedade e a riqueza da qual não eram donos, penalizando, dessa forma, os proprietários, e terminando, assim, por tratar “a pobreza como um privilégio”; o que poria em risco a ordem social (LOSURDO, 2004, p. 16-17). O pensador francês, em uma conferência pronunciada no ano de 1819, forneceu as bases do que décadas mais tarde, e estendendo-se ao século XX, seria reapropriado por pensadores liberais como Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Joseph Schumpeter para positivar a apatia política das massas, além de uma boa explicação para a separação instituída pelo pensamento liberal entre economia e política. Comparando as liberdades antiga e moderna, afirma que na

---

<sup>9</sup> Nome do décimo primeiro mês do Calendário Revolucionário Francês, que vigorou de 22 de setembro de 1792 a 31 de dezembro de 1805. Corresponhia ao período compreendido entre 19 de julho e 17 de agosto do Calendário Gregoriano. O golpe do 9 Termidor (de 1794 – ou do Ano II pelo novo calendário republicano) entrou para a história como o fim do período jacobino durante a Revolução Francesa, que marcou o retorno da alta burguesia (girondinos) ao poder. Destituído e preso, Robespierre foi guilhotinado no dia seguinte.

<sup>10</sup> No mandato imperativo os eleitos encontravam-se diretamente vinculados aos seus eleitores, representando não ideias gerais (nem tampouco a nação), mas interesses eminentemente particulares. Ao contrário do sentido moderno atribuído à representação, os mandatários desse modelo eleitoral não gozavam de autonomia de decisão e deliberação, posto que deveriam seguir as instruções prévias de seus eleitores, consignadas em “cahiers” (cadernos), como se denominava na França. (COMPARATO, 1993).

modernidade, onde os homens não carregariam mais o fardo do exercício do governo, haveria a possibilidade de fruir, na esfera privada, os bens que conquistassem por seus méritos pessoais, sem que fosse preciso se ocupar dos negócios públicos do Estado – o que poderia ser feito por seus “representantes”:

...não podemos mais desfrutar da liberdade dos antigos a qual se compunha da participação ativa e constante do poder coletivo. **Nossa liberdade deve compor-se do exercício pacífico da independência privada.** A participação que, na antiguidade, cada um tinha na soberania nacional não era, como em nossos dias, uma suposição abstrata. A vontade de cada um tinha uma influência real; o exercício dessa vontade era um prazer forte e repetido. Em consequência, os antigos estavam dispostos a fazer muitos sacrifícios pela conservação de seus direitos políticos e de sua parte na administração do Estado. Cada um, sentindo com orgulho o que valia seu voto, experimentava uma enorme compensação na consciência de sua importância social.

Essa compensação já não existe para nós. Perdido na multidão, o indivíduo quase nunca percebe a influência que exerce. Sua vontade não marca o conjunto; nada prova, a seus olhos, sua cooperação. O exercício dos direitos políticos somente nos proporciona pequena parte das satisfações que os antigos nela encontravam e, ao mesmo tempo, os progressos da civilização, a tendência comercial da época, a comunicação entre os povos multiplicaram e variaram ao infinito as formas de felicidade particular.

Conclui-se que devemos ser bem mais apegados que os antigos à nossa independência individual. Pois os antigos, quando sacrificavam essa independência aos direitos políticos, sacrificavam menos para obter mais; enquanto que, fazendo o mesmo sacrifício, nós daríamos mais para obter menos. O objetivo dos antigos era a partilha do poder social entre todos os cidadãos de uma mesma pátria. Era isso o que eles denominavam liberdade.

**O objetivo dos modernos é a segurança dos privilégios privados; e eles chamam liberdade as garantias concedidas pelas instituições a esses privilégios.** (CONSTANT, 1985, p. 3, grifos nossos).

Em suma, a dimensão da liberdade moderna é inversamente proporcional ao grau de participação nos negócios públicos. Tanto mais concentrados nos seus negócios particulares, tanto mais livres os indivíduos seriam. Sigamos o raciocínio:

**Daí vem, Senhores, a necessidade do sistema representativo.** O sistema representativo não é mais que uma organização com a ajuda da qual uma nação confia a alguns indivíduos o que ela não pode ou não quer fazer. **Os pobres fazem eles mesmos seus negócios; os homens ricos contratam administradores.** É a história das nações antigas e das nações modernas. O sistema representativo é uma procuração dada a um certo número de homens pela massa do povo que deseja ter seus interesses defendidos e não tem, no entanto, tempo para defendê-los sozinho. (CONSTANT, 1985, p. 6, grifos nossos).

Como se vê, ainda é possível para Constant, que atua até as primeiras décadas do século XIX, no limiar do reconhecimento incontestável da classe trabalhadora como importante ator político na cena pública, desestimular abertamente a participação na administração dos negócios do Estado, de modo que o governo dos proprietários mantenha-se ileso à participação dos que não podem contar com “administradores”<sup>11</sup>. É possível também para Constant, ainda que empunhando a bandeira da liberdade, sugerir a não-participação dos indivíduos na vida política sem precisar admitir a “intromissão” das massas populares, a contragosto. Mas como veremos, as conquistas crescentes das classes trabalhadoras, especialmente a partir de meados do século XIX, exigiriam também crescentemente do liberalismo o movimento duplo de que falamos acima, isto é: a sofisticação do discurso precisou andar acompanhada da construção de estratégias que amenizassem o impacto da participação crescente das massas populares na vida política dos Estados.

Se quisermos fazer um rápido aparte, podemos dizer que tal incremento não cessou desde então, a ponto de permitir ao filósofo Norberto Bobbio, já aqui mencionado, afirmar que a democracia teira sido “uma consequência histórica do liberalismo” (2000, p. 23, 138), tal como fizera, quase um século antes, Eduard Bernstein. Teremos, ao final desta seção, elementos e oportunidade de arrematarmos o assunto. Voltemos, então, a observar os esforços originais do liberalismo burguês, antes de abordarmos as gerações dos seus seguidores.

Tocqueville que, embora contemporâneo de Constant, viveu por 30 anos mais, passou para a história como defensor e admirador da democracia, após a observação *in loco* que realizou do funcionamento das instituições e da dinâmica Estado/sociedade civil nos Estados Unidos da América (EUA), entre abril de 1831 e março de 1832. Seu clássico *A democracia na América* é até hoje considerado um libelo da democracia e da liberdade, e tem contribuído também para a fama democrática daquele país. No entanto, uma avaliação mais cuidadosa pode permitir que cheguemos a outra conclusão.

Um passo à frente de Constant, Tocqueville compreende que a extensão dos direitos políticos às massas – e continuamos falando do mais festejado desses direitos, o sufrágio universal – era um processo de difícil contenção.

À medida que se recua o limite dos direitos eleitorais, sente-se a necessidade de recuá-lo ainda mais; porque, depois de cada nova concessão, as forças da democracia aumentam e suas exigências crescem com seu novo poder. A

---

<sup>11</sup> Vale notar que, apropriadamente, anos mais tarde, Marx e Engels formulariam a clássica e hoje muito contestada passagem do Manifesto Comunista (1848): “o poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo” (2005, p. 87).

ambição dos que são deixados abaixo do censo inflama-se proporcionalmente ao grande número dos que se acham acima. A exceção se torna enfim a regra; as concessões sucedem-se sem parar e só se pára quando se chega ao sufrágio universal. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 67).

Eis a primeira sombra de dúvida sobre o papel atribuído a Tocqueville. Considera, o pensador francês, que não é uma boa política opor-se abertamente às pressões populares pela ampliação do direito de voto através da restrição censitária, mas nem tampouco acha que se deva antecipar tal concessão. Sua questão central é como evitar o embate direto e ao mesmo tempo enfraquecer o poder de intervenção da política no campo econômico onde, ao fim e ao cabo, reside o essencial. Não por outra razão, afirma: destituído de legitimidade seria um regime político que “ao assegurar aos ricos o gozo do seus bens, proteja ao mesmo tempo os pobres do excesso de sua miséria, exigindo dos primeiros uma parcela do supérfluo para conceder o necessário aos segundos”. (apud LOSURDO, 2004, p. 18).

Sua preocupação, digamos de passagem, é bastante coerente com sua posição de classe. Ninguém menos do que Marx e Engels para lhe dar razão:

Vocês se horrorizam com o fato de que queremos abolir a propriedade privada. No entanto, a propriedade privada foi abolida para nove décimos dos integrantes de sua sociedade; ela existe para vocês exatamente porque para nove décimos ela não existe. Vocês nos acusam de querer suprimir a propriedade cuja premissa é privar de propriedade a imensa maioria da sociedade. Vocês nos acusam, em resumo, de querer acabar com a sua propriedade. De fato, é isso que queremos. (2005, p. 103).

Tocqueville, assim como a classe a que pertence e da qual sai em defesa, diante de um perigo do passado (o despotismo) e outro do futuro (a democracia), se vê impelido ao segundo. O limite até onde aceita recuar é o da garantia da liberdade (burguesa), que a igualdade reivindicada no tempo em que vive coloca sob ameaça. Para Tocqueville, assim como para Constant, o perigo não era nem nunca foi o Estado (não esqueçamos que o liberalismo não possui uma crítica profunda do Estado, mas apenas da sua feição absolutista). A questão dizia respeito, portanto, às tentativas de interferência de uma classe de não-proprietários (a *maioria*) na administração desses negócios, apenas e tão somente. Se, por um lado, este movimento da maioria parecia irresistível, tratava-se de conter a sua tirania – uma vez superada a do despotismo, não cabia cair na da democracia. Mas como conter a tirania da maioria?

O liberal francês dirá que o único remédio é a liberdade de associação. Contra um Estado governado pelos interesses da maioria, só caberia o refúgio da *sociedade civil*. Em

torno das organizações voltadas à defesa dos interesses privados e pela descentralização administrativa giraria a “participação” dos indivíduos que, para Tocqueville, consiste puramente na defesa de interesses particulares contra os interesses da maioria representados no Estado. A participação que advoga serviria para opor ao poder da maioria não-proprietária o poder da minoria proprietária: “é preciso que a minoria oponha sua força moral inteira ao poderio material que a oprime. Opõe-se, pois, um perigo a um perigo mais temível”. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 223).

Nada mais avesso ao sentido da democracia para a luta dos trabalhadores, não? Assim como Losurdo, podemos agora insistir com o leitor que nada esteve mais distante de Tocqueville do que a ideia de participação política substantiva das massas, de defesa de uma democracia ampliada – que se expressava também na preocupação com os efeitos da extensão do sufrágio, seja nos EUA ou na França.

Antes de trazermos John Stuart Mill para o debate, é digno de nota, ainda que na mão inversa em relação aos dias de hoje que, ao longo do período que abordamos, um consenso de outra ordem parecesse se apresentar em torno da democracia: o seu potencial desestabilizante e incendiário. Mas o fato é que estava em disputa a definição do que deveria ser a democracia naquela situação. A esse respeito, Carlos Nelson Coutinho classificou como esquematismo falar de “democracia burguesa”, posto que seria “um equívoco histórico, mas também uma injustiça contra os trabalhadores atribuir à burguesia algo que foi conquistado contra ela” (COUTINHO, 2008, p. 62-63). Não estamos tão certos disso, embora concordemos que a democracia é obra dos trabalhadores. Não nos resta dúvida, porém, de que burgueses e trabalhadores, se afirmadas conscientemente as suas posições de classe, terão necessariamente posicionamentos diametralmente opostos – o que talvez, na contramão de Coutinho, nos permita apontar o risco de uma concepção de democracia *em abstracto*, descolada dos usos de classe que lhe conferem sentido teórico e prático. Portanto, se uma classificação rígida do teor da democracia pode ser inadequada, posto que se perderia a dinâmica da disputa de sentidos entre classes antagônicas, não hesitamos em afirmar que os adjetivos são não apenas válidos, mas imprescindíveis, para marcar a fronteira entre as classes, posto que apenas uma delas se beneficia de tal indiferenciação, como sabemos.

François Guizot, contemporâneo de Tocqueville e primeiro-ministro francês entre 1840 e 1848, durante a Monarquia de Julho, não nos deixa duvidar:

Não há mais causa legítima, nem um pretexto plausível para as máximas e as paixões por tanto tempo colocadas sob a bandeira da democracia. O que

anteriormente era democracia seria agora anarquia; o espírito democrático, hoje e por muito tempo, não é nem será nada senão o espírito revolucionário. (apud HOBSEBAWM, 2009, p. 171).

Marx e Engels, do lado oposto, completam o quadro que tentamos apresentar. Valorizando a aposta na participação política dos trabalhadores, franca e direta, contra a burguesia, afirmam:

Em todas essas lutas, a burguesia se vê forçada a apelar para o apoio do proletariado e arrastá-lo para a arena política. Ela mesma, portanto, supre os elementos para a formação política do proletariado, isto é, as armas contra ela mesma [...] o primeiro passo da revolução dos trabalhadores é a ascensão do proletariado à situação de classe dominante, ou seja, a conquista da democracia. (2005, p. 95, 96, 108).

Mas prossigamos. Se Constant e Tocqueville representam de modo bastante significativo o pensamento da classe dominante francesa, não é coincidência que tenhamos elegido um pensador inglês para completar o quadro. França e Inglaterra, como sabemos, carregam o pioneirismo das revoluções burguesas e, portanto, o pioneirismo também no trato das questões mais candentes do mundo burguês nascente. Se o braço político da deflagração e posterior consolidação do poder burguês na Europa coube à França, foi dos ingleses o seu braço econômico. (HOBSEBAWM, 2009, p. 83).

Assim, se da França surgem os principais receios do liberalismo face à ação política da massas, também não se constitui coincidência que da Inglaterra emergja um pensamento com o mesmo substrato, embora, como veremos, já pareça apresentar a possibilidade de contorno do problema. O que chamamos de *contorno*, evidentemente, não pode ser tomado em termos absolutos, posto que não resolve as reviravoltas da luta de classes. No entanto, com a confirmação da história subsequente, até os nossos dias, é possível avaliar mais precisamente o acerto da aposta burguesa de então, quando decidiu investir no que Losurdo chamou de “des-emancipação”<sup>12</sup>, sutil e concomitantemente ao processo de “emancipação” experimentado pela classe trabalhadora – ainda que, como era de se esperar, nesse processo a

<sup>12</sup> Losurdo chama reiteradas vezes a atenção para as limitações do direito de associação, para um conjunto de procedimentos eleitorais formulados para conter o peso e a importância da participação dos trabalhadores, todos em paralelo à “concessão” de direitos políticos, à medida em que também avança a conquista do sufrágio universal. Mas o ponto central de sua tese gira em torno do fenômeno do bonapartismo – já anunciado por Marx no seu *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Trata-se de um determinado formato de organização do aparelho de Estado, produto do século XIX que, aproveitando-se da luta encarniçada entre as classes fundamentais – além das divisões internas dentro da própria burguesia –, lança mão de líderes carismáticos que, uma vez alçados ao governo, tendem a se colocar acima dos partidos e promover uma brutal centralização do poder, como forma de atenuar fortemente as conquistas populares de direitos, com o intuito precípua de conter o seu poder organizativo.

burguesia tenha precisado (e ainda o faça) rifar alguns anéis para garantir todos os dedos da mão, até então ameaçados.

Assim como para Tocqueville e o pensamento liberal francês, a questão central que desafiava o liberalismo inglês, desde a primeira metade do século XIX, era a incorporação *apaziguada* ao sistema político das massas de trabalhadores pobres das cidades. E embora, como dissemos, cada vez mais sofisticada a des-emancipação que se promovia, Mill também passou para a história (por isso mesmo, talvez) como o mais legítimo representante do pensamento liberal democrático inglês daquele século. Se em seus artigos podemos encontrar, de fato, um elogio da participação de *todos* na vida política nacional, permanece também no seu pensamento o apelo à restrição do voto e o medo manifesto da tirania. (BALBACHEVSKY, 1989).

Mill expressa, mais enfaticamente, a crescente distância entre o desejável e o possível para as classes dominantes diante da força irresistível do proletariado organizado de então. Sua preocupação já é nossa velha conhecida: teme que através do voto as massas operárias ascendam à máquina do Estado e passem a interferir nos negócios dos proprietários. Sua sofisticação, portanto, está não só na compreensão da inevitabilidade da extensão do sufrágio (também presente em Tocqueville), mas na denúncia de que o Estado não pode ser tomado por interesses classistas (da maioria e da minoria, afirma). Com esta operação, logra a indiferenciação das classes antagônicas e a negação do papel de classe do Estado, posto que, se em Tocqueville o receio da tirania da maioria era explicitamente o temor manifesto de um governo de não-proprietários (receava mais pela maioria do que pela tirania); em Mill, a tirania assume o papel de problema central, sugerindo que acima dos interesses particulares em jogo, de uma maioria ou de uma minoria, o bem comum, a pluralidade de interesses, “o governo de todos por todos” é que deveria prevalecer. A liberdade de Mill, portanto, não é senão a liberdade inscrita pelos valores da sociedade burguesa, que reputa, evidentemente, universais.

A democracia não será jamais a melhor forma de governo, a não ser que este seu lado fraco possa ser fortalecido; a não ser que possa ser organizada de maneira a não permitir que nenhuma classe, nem mesmo a mais numerosa, possa reduzir todo o resto à insignificância política, e dirigir o curso da legislação e da administração segundo seus interesses exclusivos de classe. O problema está em achar os meios de impedir este abuso, sem sacrificar as vantagens características do governo popular. (MILL, 1981, p. 87).

Como Mill, na prática, abandona a defesa da restrição censitária do voto – a despeito de uma ou outra passagem presente em sua obra que alerta para a violação do princípio de um governo livre pela concessão do direito de voto aos pobres isentos do pagamento de impostos –, em seu lugar lança mão de algumas medidas não menos restritivas, ainda que não censitárias: a primeira e mais importante, posto que representa a construção de um consenso que se pretende duradouro, é a educação política das massas no exercício da política, isto é, a educação do próprio consenso. Mill está convencido de que a inclusão das classes trabalhadoras na vida política ativa – em âmbito local, vale registrar – trará mais ganhos do que perdas, à medida que as tornaria parte do jogo, que envolve tanto os negócios privados quanto o que compreende como o *bem-comum* (PATEMAN, 1992, p. 42-49). Assim, antes que uma ameaça aos negócios privados, a própria dinâmica característica do mundo burguês funcionaria como a melhor pedagogia para as massas, que a legitimaria ao invés de desejar suprimi-la.

Limitar o sufrágio não é a solução, uma vez que acarretaria uma exclusão compulsória de parte da população de seu direito à representação. Um dos principais benefícios do governo livre é justamente a educação da inteligência e dos sentimentos que é levada às mais baixas camadas da população, quando esta é chamada a tomar parte em atos que afetam diretamente os grandes interesses do país. (MILL, 1981, p. 87).

Outro contemporâneo de Mill, o crítico Leslie Stephen, às vésperas da segunda reforma eleitoral britânica, de 1867, reforça o tom do pensador liberal inglês, dando mostras de como o desafio da inclusão das massas foi sendo absorvido gradativamente, em meio, claro, aos embates dentro da própria classe sobre as melhores táticas a adotar:

Em que medida o remédio de excluir as classes trabalhadoras de qualquer possibilidade real de influência é sadio e satisfatório? O fato de excluí-las da influência no plano legislativo não as levaria talvez a pensar em outros meios? (apud LOSURDO, 2004, p. 71).

As outras duas medidas propostas por Mill dizem respeito ao funcionamento do sistema eleitoral e pretendem, claramente, diminuir o poder de intervenção das massas, paralelamente e em função da sua admissão. Trata-se do “sistema proporcional” e do “voto plural”. O primeiro visa possibilitar a representação das minorias nos parlamentos, através dos cálculos dos quocientes eleitoral e partidário, superando a contagem dos votos em números absolutos. Já o voto plural supõe pesos distintos para cada classe de votantes. A operação proposta por Mill é sutil: como certamente compreendia que a polarização de interesses

deveria se dar entre as duas classes fundamentais (proprietários e assalariados), lança mão de um terceiro grupo, “que por suas condições específicas esteja pessoalmente comprometido com a justiça: as elites culturais. Para que a influência destas elites seja real [...], o peso de seus votos deve ser superior a 1”. (BALBACHEVSKY, 1989, p. 196).

Se bem notarmos, essa perspectiva de Mill representa uma importante inflexão no pensamento liberal burguês de então, uma vez que aponta para uma solução possível diante de um problema colocado e para o qual não cabia a indiferença ou apenas a resposta bruta. Não nos parece exagero afirmar que trata-se de um momento primeiro, ainda no calor das turbulências, de um processo de formação societal e de construção de uma hegemonia de classe, que se dá tanto internamente à classe burguesa, como desta em relação à classe trabalhadora.

O que queremos indicar, portanto, é que a democracia tal como a viemos conhecê-la, a partir da segunda metade do século XIX, se não é burguesa também não pode ser proletária, posto que é síntese resultante da luta de classes. Parecem cair por terra, é verdade, como bem apontou Coutinho, a quem há pouco fizemos referência, as adjetivações “burguesa” e “proletária” para caracterizá-la. Mas se é assim, também é forçoso dizer que ela não pode ser *universal* apenas por se constituir em objeto de disputa – e muito menos por seus resultados ou mesmo por se constituir como *método*, posto que este também é condição e resultado da disputa. Por isto é que, como tem mostrado a história, a democracia tem servido, a depender da correlação de forças entre as classes, como instrumento de opressão (Lei de Le Chapelier<sup>13</sup>, de 1791), conquista (crescimento eleitoral do Partido Social Democrata da Alemanha (SPD) a partir da segunda metade do século XIX), cooptação (e aqui o exemplo anterior, por outro ângulo, pode continuar válido) e mesmo redução drástica de padrões civilizatórios (a imposição da *pax norte-americana* no Oriente Médio).

Outro ponto que é importante reter, posto que marca uma linha de continuidade do século XIX com a contemporaneidade, é o fato de, uma vez absorvido o impacto da participação das massas nas questões do Estado, o processo de socialização da política estar servindo grandemente, embora não exclusivamente, para conter a socialização da economia. A continuidade da tática, no entanto, não significa que ela atue hoje da mesma forma como anteriormente, posto que se a blindagem da economia só fez crescer em pouco mais de 100 anos, a socialização da política vem sendo castrada a passos largos, ao contrário do que talvez pudesse ficar sugerido como uma relação inversamente proporcional entre uma e outra. Eis,

---

<sup>13</sup> Em pleno processo revolucionário francês, significou o cerceamento do direito de associação e organização.

mais uma vez, o papel central de uma democracia fetichizada para a manutenção e reforço da dominação burguesa.

## 1.2 A democracia entre o Estado e a revolução para Marx e Engels

O século XIX testemunhou também, com Marx e Engels, a inauguração de uma nova perspectiva no entendimento da origem e da função do Estado. A tradição liberal de até então – ou mesmo desde antes do liberalismo, já com Maquiavel –, considerou-o sempre como poder exterior, acima dos interesses particulares e, em última análise, indispensável à vida social, fosse para a resolução de conflitos entre os homens, portadores de uma suposta “natureza má” (Maquiavel e Hobbes), fosse para a garantia de direitos ditos “naturais”, como o de propriedade (Locke), fosse ainda em nome do bem comum e do desenvolvimento pleno dos homens em relação ao seu “estado de natureza” (Rousseau) ou, por fim, como representação máxima do desenvolvimento alcançado pelo “Espírito”, grau maior da liberdade atingida pela humanidade (Hegel).

Marx e Engels romperão com esta tradição e afirmarão categoricamente que o Estado é produto ineliminável da sociedade de classes, ou melhor, que o Estado é sempre um *Estado de classe*. Negavam assim, portanto, a universalidade que Hegel lhe atribuía e, sobretudo, o caráter de mediação isenta do conflito de classes que os liberais em peso lhe conferiram.

A despeito disso, tornou-se lugar comum mais recentemente atribuir aos pensadores alemães concepções estreitas sobre o conceito de Estado e acerca da estratégia da revolução, respectivamente nada mais do que um “comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo” (MARX; ENGELS, 2005, p. 87) e tomada súbita e violenta do aparelho de Estado. Teria cabido, então, a Gramsci a acurada percepção da “ampliação” do Estado e a consequente “atualização”, por assim dizer, do conceito de revolução. Evidentemente não podemos concordar inteiramente com tal perspectiva. A “ampliação” conceitual de fato promovida por Gramsci não está na relação direta da suposta estreiteza de Marx e Engels. O grande mérito do conceito gramsciano de “Estado integral” (ou “ampliado”) foi mostrar que a partir de um dado momento do desenvolvimento do sistema do capital e do Estado moderno, a luta anticapitalista se tornara mais difícil justamente porque o poder burguês deixara de se basear apenas, ou em maior medida, na coerção. O poder de dominação da burguesia se tornara sobejamente mais “integral” do que até então fora e, portanto, precisaria ser combatido à altura. Eis o importante alerta que Gramsci nos faz. Supomos, assim – embora esta não seja a hipótese central deste trabalho –, que as muitas imprecisões,

equívocos e oportunismos políticos que têm sido cometidos em nome de Gramsci nas últimas décadas e, claro, à revelia de sua obra e contra a sua história, têm tido sua fonte constante e incessante nessa espécie de “mito fundador” da dita estreiteza marxiana/engelsiana.

Uma apreciação um pouco mais detida dos textos escritos por Marx e Engels, sobretudo na virada da década de 1840, torna patente o impacto que a derrota do movimento revolucionário em 1848, na França especialmente, exerceu sobre os dois, dando início a um reexame sistemático do que vinham pensando e escrevendo, juntos ou individualmente. A partir de então, e sobretudo após a experiência da Comuna de Paris, em 1871, ficou evidenciada para ambos a maior complexidade do papel do Estado na manutenção da dominação de classes, bem como a necessária sofisticação da luta e inovação das táticas por parte dos trabalhadores, face à nova situação que se apresentava. Senão, vejamos.

Já em 1851, em seu *As lutas de classe na França de 1848 a 1850*, Marx constrói uma análise cuidadosa dos embates extra e intraclases, mais flagrantemente expostos após a derrubada da monarquia de Luís Felipe, em fevereiro de 1848, e a posterior subida ao poder de Luís Bonaparte – futuro Napoleão III – no mesmo ano. Diante das vacilações da pequena burguesia, da fragilidade política do capital industrial, do protagonismo da burguesia financeira e dos vazios de poder que esta luta entre frações da classe burguesa promovera, Marx consegue captar a relativa autonomização do Estado em relação às mesmas classes que o disputavam, identificando com clareza mudanças substanciais no que até então concebera. Isto não significou, porém, a negação da condição de classe desse Estado, que continuou afirmando, como fizera no *Manifesto*; nem tampouco uma mudança de interpretação quanto ao caráter não exterior do Estado em relação à divisão da sociedade em classes. Assim também o fizera em *Crítica à filosofia do direito de Hegel* (1843):

Ao transformar o seu lugar de morte em lugar do nascimento da república burguesa, o proletariado obrigou-a ao mesmo tempo a manifestar-se na sua forma pura como Estado, cujo objetivo confesso é eternizar a dominação do capital e a escravidão do trabalho. (MARX, 2010a, p. 94).

Um ano mais tarde, em 1852, quando deu prosseguimento à apreciação do agitado meado de século francês, em seu *18 brumário de Luís Bonaparte*, afirmou com todas as letras o pensador alemão:

Todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina, em vez de a destruir. Os partidos que lutaram alternadamente pela dominação, consideravam a tomada de posse desse imenso edifício do Estado como a presa principal do vencedor. (MARX, 2008a, p. 323).

Esta última afirmação talvez bastasse para dirimir as dúvidas sobre o verdadeiro alcance das concepções de Marx sobre o Estado. Se constantemente, como fica elucidado, as frações da classe burguesa em disputa se viram frustradas nos seus objetivos de dominação acreditando terem apanhado o lobo quando em verdade estavam se apossando apenas de sua pele, é, no mínimo, de se supor que o autor de *O capital* estivesse considerando este alvo de cobiça da burguesia como algo muito além de um simples “comitê executivo”.

Mas se no último trecho citado a análise recai sobre a burguesia, tomemos uma outra passagem em que Marx repete, em essência, a mesma avaliação a partir da perspectiva do proletariado. E note-se que agora o contexto de análise é a Comuna de Paris, em 1871, experiência exitosa ainda que efêmera, que permitiu conferir, num grau de concretude do real nunca antes experimentado, a quem o Estado serve e por que ele precisa ser destruído pelo movimento revolucionário. Sentencia Marx, avaliando criticamente a derrota da experiência: “a classe operária não pode apossar-se simplesmente da maquinaria de Estado já pronta e fazê-la funcionar para os seus próprios objetivos”. (MARX, 2008b, p. 399).

Em suma, para Marx e para Engels, o Estado é produto de relações sociais de dominação entre classes antagônicas. E dessa forma, a sua tomada súbita, violenta, embora em dado momento da luta revolucionária também faça parte do roteiro, não pode representar, isoladamente, o fim das relações sociais de dominação que as engendraram. Ato contínuo, embutida nesta concepção de Estado está a noção de revolução também como algo muito além da simples tomada do aparelho de Estado. Marx e Engels nunca tiveram dúvida de que o melhor destino para o Estado era a sua extinção e, com ele, em paralelo, o consequente desaparecimento da sociedade de classes. Este, inclusive, foi o cerne do encarniçado debate entre Marx e Bakunin, na primeira Internacional Comunista (IC)<sup>14</sup>. Ambos concordavam com a necessária abolição do Estado, mas divergiam, no entanto, na tática. Marx, ciente do imenso desafio, defendia a necessidade de uma transição, onde o poder concentrado nas mãos dos trabalhadores (*ditadura do proletariado*) teria a tarefa de desmontar os pilares de sustentação da sociedade de classes, anulando, assim, a razão de ser do Estado. Bakunin, ao contrário, crítico ferrenho de toda a forma de autoridade, propunha a extinção imediata do Estado: “tudo

---

<sup>14</sup> A história da Internacional Comunista remete à segunda metade do século XIX, quando, sob o impulso e direção de Marx, o movimento operário organizado fundou a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), em 1864. Nas décadas seguintes, a associação, mais de uma vez extinta e refundada, em face dos momentos conjunturais e aos dissensos internos da classe trabalhadora, assumiu outras denominações. Assim é que em 1889, no centenário da Revolução Francesa, o movimento internacional dos trabalhadores se rearticulou na Segunda Internacional dos Trabalhadores e, em 1919, já sob o impacto da Revolução Russa de 1917, fundou a Terceira Internacional dos Trabalhadores ou, como ficou mais comumente conhecida, a Internacional Comunista – IC –, denominação que adotaremos entre as duas possíveis.

o que serve é bom, tudo o que é contrário a seus interesses é declarado criminoso, tal é a moral do Estado” (BAKUNIN, 1989, p. 14). Para um, a extinção do Estado era algo necessariamente processual e figuraria como último ato da revolução. Para outro, se constituía no ato de abertura do processo revolucionário. Marx, em passagem bastante ilustrativa, com a ironia habitual, arremata a questão a partir da referência ao desdobramento fatídico do “episódio de Lyon”, em 1870, quando os trabalhadores – dos quais um dos principais líderes era o mesmo Bakunin – se insurgiram e tomaram a prefeitura da cidade, tal como fariam um ano mais tarde os *communards* de Paris:

Bakunin instalou-se lá [na prefeitura da cidade]; então veio o momento crítico, o momento aguardado por muitos anos, quando Bakunin pôde levar a cabo o mais revolucionário ato que o mundo jamais vira – ele decretou a *Abolição do Estado*. Mas o Estado, na forma e natureza de dois camaradas da Guarda Nacional burguesa, deu uma geral na prefeitura e botou Bakunin para correr de volta para Genebra. (MARX apud POGREBINSCHI, 2009, p. 78).

A citação que acabamos de ler é bastante significativa para o que tentamos caracterizar, posto que deixa mais do que claro que o Estado, na perspectiva marxiana, como produto de relações sociais de dominação, não pode ser extinto por tomada violenta, decreto ou qualquer outro meio que não passe pela restauração da relação dos homens *em comunidade*, sem a mediação da mercadoria nem sob a exploração e expropriação dos resultados do trabalho alheio, de muitos, em benefício de poucos. O Estado extinguir-se-ia, assim, pela extinção das relações de classe, por inanição e inoperância.

Se formos em busca de Engels, veremos também o quão profundamente improcedente é a atribuição a este pensador de uma concepção restrita dos mesmos conceitos, assim como um lugar excessivamente à sombra de Marx. Em *O Anti-Duhring* (1877), n’*A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884) e ainda numa série de cartas, prefácios e posfácios às reedições das obras de Marx, sobretudo após a morte deste, Engels deixou claramente registrado o seu entendimento sobre o tema. Assim como Marx, Engels percebe uma “certa independência momentânea” do Estado em períodos de equilíbrio da luta de classes. Tal como o seu conterrâneo e parceiro intelectual, refuta as interpretações que apontam a origem do Estado como fruto de um processo exterior às classes, isento de seus conflitos. Considera, ainda, na medida da imensa tarefa emancipatória reservada à classe trabalhadora, a extrema complexidade da luta contra o Estado e a sociedade de classes na modernidade, que deve se materializar na organização da classe revolucionária e na definição acertada das estratégias de sua luta revolucionária.

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro [...]. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes, não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-la dentro dos limites da 'ordem'. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 1974, p. 191).

Se ainda resta dúvida sobre o caráter de classe do Estado presente na concepção do autor, este se revela por inteiro na sequência, na mesma obra. Vejamos:

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado (ENGELS, 1974, p. 193-194).

Engels avança ainda mais na compreensão da maior complexidade do Estado – e, por consequência, da luta que caberia aos trabalhadores por uma sociedade sem classes. De todos os textos que atestam este reexame e uma consequente revisão das estratégias, talvez o mais célebre seja a “Introdução” à segunda edição alemã do texto de Marx, *As lutas de classe na França de 1848 a 1850*, escrita em 1895, cinco meses antes de sua morte. Nele, a despeito das manipulações que sofreu<sup>15</sup> – com o intuito de realçar “a defesa da ocupação dos espaços

---

<sup>15</sup> Jacques Texier, em seu livro *Revolução e Democracia em Marx e Engels*, oferece uma versão bastante sólida, baseada em documentos recheados de referências, e um tanto distinta do entendimento que se consolidou sobre o episódio. Segundo o autor, existe uma confusão interpretativa sobre o caso – que supõe interessada, de modo a fazer vista grossa para as formulações do último Engels, que para o autor põe em xeque “o marxismo dos anos 1848-1850” –, reproduzida recorrentemente, e que mistura dois episódios, atribuindo, por consequência, à socialdemocracia alemã a suposta censura e manipulação. Em que pese a extensão de algumas passagens, vale a citação direta: “Fischer, diretor das edições do *Vorwärts* [ver nota 19], pede a colaboração de Engels para uma edição rápida dos três artigos de Marx publicados no início de 1850 na *Nova Gazeta Renana – Revista*, com, é claro, uma introdução de Engels”. Neste mesmo período, informa o autor, “o partido socialdemocrata está sob ameaça direta de um projeto de lei contra a subversão”. Durante a edição do livro, quando Fischer já tem em mãos o texto de Engels, este recebe uma carta daquele, expondo a preocupação da direção do partido com os possíveis usos políticos de algumas passagens “em que Engels aborda a eventualidade de confrontos armados entre o movimento operário e as forças governamentais”. Diante disso, Fischer propõe a Engels que sejam feitas alterações no texto. Embora discordando da postura, Engels aceita as modificações propostas, autorizando a sua

legais e subtraindo toda referência aos métodos clandestinos, tornando o texto de Engels um apelo à paz a todo custo, contrário ao uso da violência” (IASI, 2008, p. 19) –, reforça algumas conclusões a que Marx também chegara e antecipa outras que mais tarde seriam apropriadas e ampliadas por Lênin e Gramsci, como, por exemplo, a necessidade de uma combinação entre formas “legais” e “ilegais” de luta (Lênin) e a compreensão do embate contra a burguesia e o seu Estado como um processo gradual, mais estratégico que explosivo (Gramsci).

Diz-nos Engels em referência à derrota dos trabalhadores em 1848, analisada por Marx:

...o fato de que mesmo esse poderoso exército do proletariado não tenha ainda alcançado o objetivo, esteja ainda longe de alcançar a vitória com um único e grande golpe, se veja obrigado a progredir lentamente de posição para posição, numa luta dura e tenaz, demonstra de uma vez para sempre como em 1848 era impossível conseguir-se a transformação social por meio de um simples ataque de surpresa. (ENGELS, 2008, p. 46).

Esse vislumbre da importância de uma luta gradual é o que permitiu a Engels entusiasmar-se com as conquistas recorrentes de espaços institucionais através do sufrágio universal. Afirma ele referindo-se à situação alemã de fins do século XIX:

Com esta utilização vitoriosa do sufrágio universal, entrara em ação um modo de luta totalmente novo do proletariado, modo de luta esse que rapidamente se desenvolveu. Viu-se que as instituições estatais em que a dominação da burguesia se organiza ainda oferecem mais possibilidades através das quais a classe operária pode lutar contra essas mesmas instituições estatais. Assim [...] disputou-se à burguesia cada lugar [...] De fato, também aqui as condições de luta tinham se alterado essencialmente. A rebelião de velho estilo, a luta de rua com barricadas, que até 1848 tinha sido decisiva em toda a parte, tornou-se consideravelmente antiquada [...]. Mas não tenhamos ilusões: uma efetiva vitória como a que um exército obtém sobre outro, só muito raramente ocorre. O tempo dos ataques de surpresa, das revoluções levadas a cabo por pequenas minorias conscientes à frente das massas inconscientes, já passou. Sempre que se trata de uma transformação completa da organização social, são as próprias massas que devem estar metidas nela, têm de ter compreendido já o que está em causa

---

publicação. “Não se trata de forma alguma de censura”, conclui Texier. O outro episódio a que faz referência o autor diz respeito ao uso não autorizado que Wilhelm Liebknecht, dirigente do partido, faz do mesmo texto de Engels. Liebknecht “publica no jornal do Partido, de que é diretor, um artigo em que procede a uma montagem de citações da ‘Introdução’ escolhidas arbitrariamente, das quais resulta que Engels é apresentado como partidário de uma tática pacífica e legal de transformação social considerada como universalmente válida. Esse artigo aparece antes de ser publicado o texto da “Introdução”, com as alterações aceitas por Engels”. Conclui Texier: “Uma confusão se estabeleceu (ou foi estabelecida) entre o episódio Fischer/Engels e o episódio Liebknecht/Engels, levando à tese de que ‘a socialdemocracia alemã’ falsificou e censurou o texto de Engels”. (TEXIER, 2005, p. 105-108). O texto integral da *Introdução*, tal qual como foi concebido, somente viria à luz em 1952, na URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). (IASI, 2008, p. 19).

[...]. Também nos países latinos se compreende cada vez mais que é necessário rever a velha tática. Por toda a parte, se imitou o exemplo alemão do emprego do direito de voto, da conquista de todos os lugares que nos são acessíveis, por toda a parte passou para segundo plano o ataque sem preparação. (ENGELS, 2008, p. 52, 53, 57).

Não há como negar a força dessas afirmações. O oportunismo de Liebknecht tinha um prato cheio diante dos olhos, e não titubeou. O que vem a seguir é uma pequeníssima parte do que foi suprimido e que equilibra e relativiza o que poderia sugerir uma postura legalista diante da ordem, por parte de Engels:

Quer isso dizer que no futuro a luta de rua deixará de ter importância? De modo nenhum. Significa apenas que desde 1848 as condições se tornaram muito mais desfavoráveis para os combatentes civis, muito mais favoráveis para a tropa. (ENGELS, 2008, p. 56).

E ainda o trecho mais significativo: “O direito à revolução é sem dúvida o único ‘direito’ realmente ‘histórico’, o único em que assentam todos os Estados modernos sem exceção”. (ENGELS, 2008, p. 58).

Em suma, o que grosseiramente foi operado por Liebknecht – e embora consideremos válidas as observações de Jacques Texier, a história subsequente da socialdemocracia alemã em boa medida autoriza que a distorção de Engels, nesse episódio, também seja creditada a ela, como sujeito coletivo – é parte da luta de classes, que deve ser claramente percebida pelos trabalhadores, como nota permanente contra a sua própria adesão aos valores dominantes burgueses e todo oportunismo, frouxidão e equívocos dela resultante na condução da luta.

Não está se tratando aqui, como já dito, da defesa de uma aplicação rigorosa de receitas prontas de revolução, mas do alerta para a necessidade da retomada de horizontes capazes de atacar o cerne da luta anticapitalista – hoje confuso e perdido em meio a tanta fragmentação das bandeiras e variedade de instrumentos de contenção criados ou tomados emprestados à esquerda, assumidos e colonizados pela direita, com vistas à manutenção da dominação, dentre os quais, a democracia sob uma espécie versão pura, incolor, radicalizada nela mesma, sem projeto societário que a qualifique e lhe confira uma tinta. Como afirma Mézáros, com extrema precisão,

...mesmo os objetivos mais difíceis, cuja realização é inevitavelmente mais remota no tempo, devem ser reconhecidos desde o início como vitais para o êxito da necessária transformação radical em sua integralidade, pois, do contrário, mais cedo ou mais tarde todo o empreendimento tende a desencaminhar-se ou se arruinar. Pois sem identificar o *destino geral* da

jornada, junto com a *direção estratégica* e a *bússola necessária* adotadas para alcançá-lo, não pode haver esperança de sucesso. O desastroso fracasso histórico da socialdemocracia por todo o mundo, devido também à sua falsa panaceia de que ‘o objetivo não é nada, o movimento é tudo’ serve, a esse respeito, de poderoso lembrete e advertência. (2007, p. 226, grifos do autor).

Dentre os muitos erros, portanto, da esquerda desde que Marx e Engels vocalizaram questões que a *humanidade já se tornara capaz de resolver*, como aqui estamos tentando mostrar num pequeníssimo extrato, os mais graves, sérios e comprometedores foram sempre os que determinaram o abandono do objetivo maior da luta pela emancipação humana (*ela é que nos interessa*): o fim de uma sociedade de classes.

Ignorar o “direito histórico” à revolução é tornar oca e vazia toda e qualquer luta que se proponha à emancipação humana de fato. O “acúmulo de forças”, a “ocupação de espaços”, a “disputa do Estado”, a “socialização da política”, a “radicalização democrática”, por fim, só podem fazer sentido como tática, não como estratégia. Para isso, um passo importante, dentre muitos outros tantos necessários e urgentes, é manter aceso o esforço intelectual e prático de desnaturalização dos conceitos e das ações que têm sido objeto constante da investida burguesa.

### 1.2.1 Emancipação política e Emancipação humana

As noções de *emancipação política* e *emancipação humana* aparecem muito cedo na obra marxiana. Ainda frequentando os círculos da esquerda hegeliana, da qual Bruno Bauer era seu mais destacado nome, o jovem Marx, com 25 anos, é um “democrata radical em transição para o comunismo”. (NETTO, 2009, p. 18). Isto, no entanto, não nos impede de enxergar, em potência, as elaborações centrais que viriam dar forma ao pensamento do autor nas décadas seguintes. Embora a crítica da economia política não estivesse ainda na ordem do dia de suas investigações, a recusa do liberalismo já permitia a Marx postular o fim do Estado moderno como condição para a verdadeira emancipação humana, indo muito além da limitada, embora indescartável, emancipação política.

Para esta rápida abordagem conceitual, lançaremos mão de dois pequenos textos, ainda da primeira metade da década de 1840: *Para a questão judaica* (1843) e *Glosas críticas marginais ao artigo ‘O rei da Prússia e a reforma social’ de um prussiano* (1844). Cabe destacar que não se trata de um recorte cronológico, posto que outras obras como *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844), *A ideologia alemã* (1846) – este em parceria com Engels – e

*Crítica ao Programa de Gotha*<sup>16</sup> (1875), poderiam perfeitamente figurar neste panorama. Nossa intenção inicial, de apenas apontar um caminho possível de análise da realidade contemporânea, a partir de um conjunto de ferramentas conceituais que gravitam em torno da ideia de emancipação, escora-se também na percepção de que não se pode atribuir ao pensamento de Marx linhas de corte que permitam segmentar o projeto intelectual que empreendeu.

Desde o fim da ocupação napoleônica na Renânia, com a queda do império francês, a restauração patrocinada pela Santa Aliança, já em 1816, restabeleceu para a Confederação Germânica o conceito de Estado cristão. Para os judeus residentes na Alemanha este fato significou um imenso retrocesso, já que ao longo da dominação francesa eles puderam gozar da igualdade civil. Junto disso, aos judeus também ficou vedado, pós-restauração, o exercício de funções públicas. Como arremata Netto, “na abertura dos anos 1840, a questão dos seus direitos cívicos-políticos entra na ordem do dia: converte-se numa reivindicação política sustentada pelos liberais”. (NETTO, 2009, p. 22).

A polêmica girava em torno, portanto, da luta por equiparação de direitos para os judeus. Tal problemática será assumida por Bauer – de quem Marx foi assíduo interlocutor –, que defenderá que não só a emancipação dos judeus não seria viável sob um Estado católico, (não laico, portanto), assim como, por esta condição, estaria vedada toda e qualquer verdadeira emancipação cidadã. A argumentação de Bauer, no entanto, não se reduzirá à manifestação explicitamente favorável à ideia liberal clássica de separação entre Estado e Religião. O até então dileto amigo de Marx porá em xeque ainda a legitimidade do movimento reivindicatório dos judeus, uma vez que estes, segundo acreditava, deveriam, antes de empreender a sua luta particular contra um Estado de privilégios, abrir mão também da condição religiosa que reivindicavam, já que esta distinção em relação aos demais fazia por onde negar a necessária indistinção cívico-política que deveria caracterizar a cidadania moderna, assentada sobre o projeto iluminista. Bauer, assim, antepõe à emancipação política, como condição para esta, a emancipação religiosa, tanto para judeus quanto para cristãos. “É precisamente aí que incide a crítica de Marx: a abordagem marxiana desloca a problemática do campo religioso para o campo imediatamente político”. (NETTO, 2009, p. 23).

Em sua resposta, Marx deslocará o debate do registro meramente liberal, da formalização de direitos, e trará à baila a questão da função do Estado moderno no exercício e

---

<sup>16</sup> O título original desta obra, que se encontrará citado na Bibliografia, é o seguinte: “Glosas marginais ao programa do Partido Operário Alemão”. Doravante, neste trabalho, nos referiremos à obra sempre da maneira convencional, tal como nesta primeira aparição.

na garantia da dominação de classes. Ficará patente desde então, para Marx, o reconhecimento dos limites do liberalismo burguês, bem como a insuficiência da filosofia hegeliana para dar conta dos problemas que a realidade apresentava.

Na contramão, portanto, de toda a filosofia política do período, Marx erguerá uma trincheira no debate sobre o Estado moderno para apontá-lo, dialeticamente, a um só tempo, como produto e artífice da sociabilidade burguesa, assentada esta sobre a separação entre interesses gerais e particulares, entre vida pública e privada, entre este mesmo Estado e a sociedade civil. Marx com a palavra:

...nós encontramos o erro de Bauer em que ele *apenas* submete à crítica o ‘Estado cristão’, não o ‘Estado pura e simplesmente’, em que ele não investiga a *relação da emancipação política com a emancipação humana* e [em que], portanto, ele coloca condições que só são explicáveis a partir de uma confusão incrítica da emancipação política com a [emancipação] universalmente humana. (2009a, p. 44, grifos e colchetes do autor).

A *política*, portanto, e as disputas de interesse de classe estariam, por definição, circunscritas aos limites formais das regras do jogo estabelecidas para a perpetuação da dominação de classe, em ambiente controlado. Isto não sugere, em Marx, evidentemente, o abandono da luta política, mas sim o reconhecimento de que a verdadeira emancipação deve superar o registro da política, através da superação mais significativa de todas, a da sociedade de classes e, por consequência, do Estado.

Eis a distinção entre as duas formas de emancipação. Embora indispensável, “um grande progresso” (MARX, 2009a, p. 52), como afirma, referindo-se ao movimento da burguesia na superação da sociabilidade do período histórico feudal, a emancipação política não poderia se constituir como um fim em si mesma. Ao invés disso, deveria estar a serviço do fim último, por definição, fora do alcance do mundo burguês: a emancipação humana – “quando o homem reconheceu e organizou as suas forças próprias como *forças sociais* e, portanto, não separa mais de si a força social na figura da força *política*” (MARX, 2009a, p. 71-72).

Marx compreende a emancipação humana, portanto, como a superação da oposição entre as dimensões genérica e material da vida dos homens, ou da ilusória correspondência entre a igualdade formal, política, e a discrepância material, econômica. Como afirma, em consideração aos argumentos de Bauer: “A contradição em que o homem religioso se encontra com o homem político é a mesma contradição em que o *bourgeois* [se encontra] com

o *citoyen*, em que o homem da sociedade civil se encontra com a sua *pele de leão* política”. (MARX, 2009a, p. 52, grifos do autor).

Em outros termos, tomar o Estado como mediador da emancipação significa, sob a perspectiva marxiana, manter-se submetido à cisão que está na origem do isolamento dos homens em face da comunidade humana, atravessada pelo antagonismo entre vida pública e privada, que os aliena do usufruto do produto do trabalho destinado à reprodução de sua vida social e do uso autônomo do tempo. “*Toda* a emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, a indivíduo *egoísta independente*; por outro, a *cidadão*, a pessoa moral”. (MARX, 2009a, p. 71, grifos do autor).

Por fim, invertendo em absoluto a perspectiva de Bauer, Marx conclui:

Não dizemos, portanto, como Bauer, aos judeus: vós não podeis ser politicamente emancipados, sem vos emancipardes radicalmente do judaísmo. Nós dizemos-lhes antes: porque vós podeis ser politicamente emancipados sem vos verdes completamente livres e sem contradição do judaísmo, por isso [é que] a *emancipação política* não é propriamente a *emancipação humana*. Se vós, judeus, quereis ser politicamente emancipados sem vos emancipardes vós próprios humanamente, **as meias-tintas e a contradição não residem apenas em vós, elas residem na essência e na categoria da emancipação política**. Se vós estais presos nessa categoria, vós partilhais um constrangimento geral. Assim como o Estado *evangeliza* quando, apesar de Estado, se comporta cristãmente para com os judeus, assim também os judeus *politizam* quando, apesar de judeus, exigem direitos cívicos. (MARX, 2009a, p. 59-60, itálico e colchetes do autor, grifo nosso).

Alguns meses após a publicação de *Para a questão judaica*, ainda em 1844, eclodiu, na província alemã da Silésia, uma estrepitosa revolta de trabalhadores do ramo da tecelagem contra as más condições de trabalho e os baixos salários. Além da destruição de máquinas, os alvos preferidos dos operários foram os edifícios das fábricas, os títulos de propriedade e também os livros comerciais. De tão intenso, o movimento repercutiu dentro e fora da Alemanha.

Em resposta, portanto, a um artigo publicado na França, em *La Réforme*<sup>17</sup>, sobre o episódio e a repressão desencadeada por uma ordem do gabinete do rei da Prússia, outro jovem hegeliano, Arnold Ruge<sup>18</sup>, publicou na Alemanha (*Vorwärts!*<sup>19</sup>, n.º 60) também um

<sup>17</sup> *A Reforma*. Jornal publicado em Paris entre 1843 e 1850, que congregava democratas republicanos e também socialistas pequeno-burgueses (MARX, 2008c, p. 98, nota 47).

<sup>18</sup> Com o mesmo Ruge, Marx editara, em fevereiro daquele ano, em Paris, os Anais Franco-Alemães, onde fora publicado, justamente, o então recentíssimo *Para a questão judaica*.

artigo, sob o título de “O rei da Prússia e a reforma social” – no qual se assinava como “Um prussiano” –, e onde atribuía à suposta falta de “intelecto político” da sociedade alemã, isto é, ao atraso em relação ao desenvolvimento burguês experimentado por Inglaterra e França, o ônus da revolta dos trabalhadores e da reação repressiva das autoridades prussianas. Marx, em suas “Glosas Críticas”, responderá a Ruge bastante duramente. Antes, no entanto, vejamos o que disse *o prussiano*:

O rei e a sociedade alemã não chegaram ainda ao pressentimento de sua reforma e menos ainda as insurreições silesiana e boêmia deram origem a tal sentimento. É impossível, **para um país não político como a Alemanha**, compreender que a miséria parcial dos distritos industriais é uma questão geral e muito menos que representa um problema para o conjunto da sociedade. Para os alemães, esse acontecimento tem o mesmo caráter de qualquer problema local referente à falta de água ou à fome. Por isso o rei o considera como um defeito de administração ou de assistência. Por esse motivo e também porque bastaram poucos soldados para liquidar os frágeis tecelões, a demolição das fábricas e das máquinas não incute ‘terror’, nem ao rei, nem às autoridades (apud MARX, 2010b, p. 41-42, grifo nosso).

Como já dissemos, a *miséria alemã*, para Ruge, era a grande responsável pela suposta miopia das autoridades prussianas no reconhecimento da gravidade e extensão dos problemas sociais existentes. O autor promove, então, uma associação direta entre o “atraso” burguês alemão e a persistência de mazelas sociais que terminariam por redundar em revoltas como a dos trabalhadores silesianos. “Miséria e crime são duas grandes calamidades: quem poderá repará-las?”, pergunta (apud MARX, 2010b, p. 42). O articulista, no entanto, não completa o raciocínio que anuncia. Coube a Marx complexificá-lo a partir do exame detido da história das políticas sociais inglesas, para concluir o seu oposto, com o par que faltava da comparação que não chegou a ser feita pelo prussiano.

Marx, então, para início de conversa, põe a nu o que está implícito no discurso do seu recente colaborador, assumindo os pressupostos dele para o debate: *a Inglaterra é um país político*. E complementa, desmontando a primeira premissa de Ruge: *é também o país do pauperismo*. O que se segue é uma explanação rigorosa do papel de contenção dos conflitos de classe exercido pela política sob o Estado moderno, a partir do caso inglês.

---

<sup>19</sup> *Avante!*. Jornal alemão, de tendência democrática (TONET, 2010, p. 7), publicado em Paris no período. Anos mais tarde, em 1876, outro jornal com o mesmo nome foi fundado na Alemanha, como órgão oficial do SPD, tendo circulado por 113 anos, até 1989. (Ver Dicionário Político do *Marxists Internet Archive*. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/v/vorwarts.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2012).

Marx, portanto, identifica o percurso trilhado pela classe dominante inglesa para o combate da miséria, sempre no terreno da política: ora como querela partidária, ora como questão legal-administrativa e ora como problema moral. Em síntese, nas palavras do próprio Marx:

...a Inglaterra tentou acabar com o pauperismo primeiramente através da assistência e das medidas administrativas. Em seguida, ela descobriu, no progressivo aumento do pauperismo, não a necessária consequência da indústria moderna, mas antes o resultado do imposto inglês para os pobres. Ela entendeu a miséria universal unicamente como uma particularidade da legislação inglesa. Aquilo que, no começo, fazia-se derivar de uma falta de assistência, agora se faz derivar de um excesso de assistência. Finalmente, a miséria é considerada como culpa dos pobres e, desse modo, neles punida. (MARX, 2010b, p. 53-54).

E arremata: “Por acaso, será exclusivo do rei da Prússia esse modo de ver? [...] Pode o Estado comportar-se de outra forma?” (MARX, 2010b, p. 51 e 58). A resposta é não.

Quanto mais poderoso é o Estado e, portanto, quanto mais político é um país, tanto menos está disposto a procurar no princípio do Estado [...] o fundamento dos males sociais [...]. O intelecto político é político exatamente na medida em que pensa dentro dos limites da política. (MARX, 2010b, 62).

Este é o aspecto central, portanto, retomado aqui por Marx, e que diz respeito à já referida separação entre política e economia que toma forma na sociedade burguesa e redundando numa dissociação muito sofisticada entre os apropriadores da riqueza do trabalho alheio e as estruturas (políticas) responsáveis pela manutenção do *status quo* e pela regulação supostamente neutra, racionalizada, dos conflitos. Este é precisamente o ponto que Ruge não consegue enxergar e, por isso, clama ao seu soberano: “Por que o rei da Prússia não determina imediatamente a educação de todas as crianças abandonadas? Por que se dirige antes às autoridades, esperando seus planos e projetos?” (apud MARX, 2010b, p. 55)<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> Sobre este ponto, Ellen Wood, em *Democracia contra capitalismo – a renovação do materialismo histórico*, com precisão, nos diz: “A esfera política no capitalismo tem um caráter especial porque **o poder de coação que apoia a exploração capitalista não é acionado diretamente pelo apropriador nem se baseia na subordinação política ou jurídica do produtor a um senhor apropriador**. Mas são essenciais um poder e uma estrutura de dominação, mesmo que a liberdade ostensiva e a igualdade de intercâmbio entre capital e trabalho signifiquem a separação entre o “momento” da coação e o “momento” da apropriação. A propriedade privada absoluta, a relação contratual que prende o produtor ao apropriador, o processo de troca de mercadorias exigem formas legais, aparato de coação e as funções policiais do Estado. Historicamente, o Estado tem sido essencial para o processo de expropriação que está na base do capitalismo. Em todos esses sentidos, apesar de sua diferenciação, **a esfera econômica se apoia firmemente na política**”. (WOOD, 2003, p. 35, grifos nossos). John Holloway apresenta uma caracterização mais direta: “Se a dominação é sempre um processo de roubo à mão armada, o peculiar do capitalismo é que a pessoa que tem as armas está separada daquela que comete o roubo e apenas supervisiona para que o roubo se realize conforme a lei”. (HOLLOWAY, 2003, p. 55).

Do mesmo modo como em *Para a questão judaica*, Marx enfatizará que a necessária superação dessa dissociação só poderá se dar pela supressão do Estado, que repousa, justamente, sobre esta contradição. “O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo”. (MARX, 2010b, p. 60).

Em pouco mais de 150 anos de história da luta dos trabalhadores contra o capital, a desconsideração dessas análises em torno do Estado e do papel da política tem redundado em derrotas consecutivas. No que cabe à esquerda, portanto, o presente rebaixamento dos seus horizontes de luta, cujas bandeiras mais radicais cerram fileiras em favor da reinstauração do *Welfare State* e da aposta num desenvolvimentismo, tem se constituído na mais eficiente arma do capital para a manutenção de um imaginário de plenitude em meio, curiosamente, à crise estrutural que vem experimentando. (MÉSZÁROS, 2007, p. 55-63). Assim, parece primordial a identificação das categorias de luta e pensamento que mais poderão servir aos trabalhadores, para além dos limites formais do direito e democracia burguesas, e do próprio Estado. Os conceitos apenas anunciados aqui, de emancipação política e emancipação humana, bem como os que lhe dão sustentação e conferem sentido prático, cumprem em boa medida esse papel.

### 1.3 Os socialdemocratas alemães e a Democracia

Coube à socialdemocracia alemã a dissociação entre os conceitos de *reforma* e *revolução*, presente no programa comunista desde o *Manifesto* e consagrada em 1850 na célebre *Mensagem da Direção Central à Liga dos Comunistas*, também escrita por Marx e Engels, com a noção de *revolução permanente*<sup>21</sup>. Tal dissociação não constitui mero detalhe na organização da luta revolucionária, mas o próprio abandono dessa luta, a quebra entre tática e estratégia, o elogio do “movimento” desprovido de direção, configurando o que Lênin chamou de “tática-processo”, ao fazer a crítica, justamente, da social democracia alemã: “é desejável a luta que é possível e é possível a que se trava num determinado momento”. (LÊNIN, 1975b, p. 60).

Desta que, segundo a periodização que propusemos, constitui-se na primeira fase de fetichização da democracia, dois embates são representativos da guinada ao *centro* protagonizada pela socialdemocracia alemã. Tanto um quanto outro se dão na esteira do

---

<sup>21</sup> “Ao passo que os pequeno-burgueses democratas querem pôr fim à revolução o mais depressa possível, realizando, quando muito, as exigências atrás referidas, o nosso interesse e a nossa tarefa são tornar permanente a revolução...”. (1850, p. 4).

fantástico crescimento organizativo e eleitoral do SPD. O primeiro deles foi travado na virada do século XIX entre Eduard Bernstein e Rosa Luxemburgo. O segundo se deu duas décadas mais tarde, entre Karl Kautsky e Lênin. Na sequência, os observaremos de perto. Antes, porém, façamos por onde compreender as bases sobre as quais se assentaram.

Na famosa *Introdução* (1895), Engels teceu efusivos elogios às possibilidades de luta abertas pelo sufrágio universal na Alemanha, introduzido por Bismarck em 1866, ainda antes da unificação e, mais tarde, novamente, em 1871, já com o império germânico unificado. Diz Engels: “transformaram o direito de voto [...] de um meio de logro que tinha sido até aqui, em instrumento de emancipação”. (2008, p. 51).

Eduard Bernstein e Karl Kautsky serão os dois grandes articuladores do *revisionismo* que se propará a reformular o marxismo em bases distintas das até então adotadas – teria chegado o momento de escrever um *novo Manifesto*, dissera Bernstein. O *leitmotiv* dos dois intelectuais-militantes será precisamente a oportunidade de transformação aberta pela via eleitoral, o que, segundo entendiam, poderia significar então o abandono da estratégia revolucionária sem o comprometimento da busca pelo socialismo. Antes da crítica ao teor do que passavam a considerar uma transformação, não façamos pouco do problema. Parece inegável o impacto alvissareiro representado pela abertura de canais institucionais até então inexistentes para a classe trabalhadora. Os números do SPD, a cada pleito, eram mesmo impressionantes<sup>22</sup>.

O seguir dos anos e a contraofensiva burguesa inverteriam o jogo ou revelariam a verdadeira natureza do sufrágio, exigindo dos comunistas mais prudência analítica na hora de avaliar o peso e a importância dessa ferramenta para a luta revolucionária. Mas ao contrário do que talvez possa ser sugerido, o entusiasmo não bastaria para explicar a capitulação. É do mesmo Engels, ainda no texto em questão, a percepção da possibilidade de o sufrágio servir ao logro. E mais: se não fizemos por menos quanto à valorização da novidade de fato representada pelo sufrágio – a exigir reposicionamentos e revisões táticas e estratégicas das classes em luta –, não faremos também desconto para afirmarmos que há uma distância entre a revisão tática de Engels e o *revisionismo* dos socialdemocratas alemães que, como dissemos, fizeram do sufrágio e das regras do jogo democrático burguês a sua grande bandeira, mesmo que isso tenha significado o abandono de uma perspectiva socialista revolucionária.

---

<sup>22</sup> “...o crescimento assombroso do partido surge abertamente aos olhos de todo mundo em números indiscutíveis. Em 1871, 102 mil; em 1874, 352 mil; em 1877, 493 mil votos socialdemocratas. [...] em 1884, 550 mil; em 1887, 763 mil; em 1890, 1,427 milhão [...] ...o número de votos socialistas aumentou para 1,787 milhão, mais de um quarto do total de votos expressos. [...] O Estado gastara todo o seu latim, os trabalhadores começavam agora a fazer ouvir o seu”. (ENGELS, 2008, p. 50).

Com Engels também concluímos esta rápida introdução aos debates que na sequência virão, fornecendo elementos que poderão, já algumas páginas à frente, asseverar a distinção que acabamos de fazer. Para este autor, não parece haver contradição entre o acúmulo de forças que o sufrágio pode permitir e o paralelo trabalho, que se desenvolve concomitantemente, de preparação da ruptura. Consta ainda deste trecho a conclusão precisa sobre as famosas passagens do texto que afirmam a necessidade de revisão das táticas de luta da classe trabalhadora, utilizadas em 1848. A progressão lenta, de posição para posição que sugere, antecipando Gramsci, no lugar do “único e grande golpe” não elide a ruptura da ordem no momento oportuno, mas apenas indica a necessidade de uso das forças acumuladas na hora e situação precisas – prudência estratégica que seria assumida mais tarde por Kautsky e pelos eurocomunistas, mas para combater a ditadura do proletariado:

Já podemos contar com 2,25 milhões de eleitores. Se isso continuar assim, conquistaremos até o fim do século a maior parte das camadas médias da sociedade, tanto os pequeno-burgueses quanto os pequenos camponeses, e nos transformaremos na força decisiva do país perante a qual todas as outras forças, quer queiram ou não, terão de se inclinar. Manter ininterruptamente esse crescimento até que de si mesmo se torne mais forte que o sistema de governo atual, **não desgastar em lutas de vanguarda essa força de choque que dia a dia se reforça, mas sim mantê-la intacta até o dia da decisão**, é a nossa principal tarefa. (ENGELS, 2008, p. 59, grifo nosso).

Em 1900, Rosa Luxemburgo trouxe a público o célebre *Reforma ou Revolução*, escrito contra Bernstein, que empreendera a sua profunda crítica ao marxismo desde os últimos anos da década de 1890, plasmada especialmente em seu *Socialismo Evolucionário*, de 1899. Para repudiá-lo, Rosa decidiu ocupar-se do desbaratamento de todas as teses que sustentavam aquele pensamento: do papel do crédito ao dos sindicatos, passando pela avaliação rigorosa dos riscos da aposta nos valores da democracia sob o capitalismo. É sobre este último ponto que gostaríamos de nos deter. Consideramos que este debate, que marcou a luta política da esquerda marxista no século passado, é central ainda hoje, posto que, em essência, as questões que o norteiam mantêm-se as mesmas.

Para Rosa, a revolução era o ápice de um processo composto por reformas parciais. As conquistas políticas graduais da classe trabalhadora organizada sedimentariam os alicerces do socialismo, preparando o momento da revolução, da ditadura do proletariado. Mais tarde, Lênin e a Revolução Russa – dando sentido prático e validade teórica ao materialismo histórico-dialético – promoveriam uma antecipação do momento da força do processo

revolucionário e a própria ditadura do proletariado, face às contingências do momento histórico<sup>23</sup>.

Em Bernstein, no entanto, não há Lênin. Não só a concretude do real de Bernstein é bastante diversa, como sobretudo as perspectivas são diametralmente opostas. Não se trata da percepção da crise de hegemonia de uma Rússia conflagrada e que, precipuamente, colocava desafios à teoria, mas da aposta na integração da classe trabalhadora ao sistema do capital, acompanhada de um discurso socialista difuso e insustentável pela lógica, como demonstraria Rosa. O problema não reside na aposta democrática se, ao fim e ao cabo, ela se dirige para a consecução do objetivo revolucionário. Mas o fato é que o elogio do liberalismo, do jogo democrático da ordem burguesa, do sufrágio, da luta puramente econômica, está na razão direta do abandono da perspectiva revolucionária para Bernstein e largas fileiras do SPD.

Bernstein, como intelectual que ao mesmo tempo vocaliza e constroi a teoria e a prática política da classe, concebe o socialismo quase liturgicamente, a cumprir o seu caminho de reformas até o desabrochar de uma nova sociedade, preservando as regras do jogo democrático, sem apelo a atos de força e rupturas. Não há “situação revolucionária”, portanto, a ser considerada e que imponha uma prática política para a qual se teoriza no momento próprio da ação. Pelo caminho socialdemocrata não há pedras nem buracos, atropelos ou retrocessos; apenas avanços, lentos, mas avanços. Devagar e sempre parece ser o lema da luta que se propõe, uma espécie de *guerra de posição* que não é guerra, já que não pressupõe recuos, derrotas, posto que também não há inimigos a combater. Nada mais avesso a uma forma de compreensão da história que considere a dinâmica da luta de classes como o seu próprio motor. “A democracia é a escola superior do compromisso”, diz Bernstein. (1997, p. 114) – mais tarde apropriado literalmente por Berlinguer.

Não por outra razão, ainda no prefácio de sua obra, Rosa restitui a combinação até então possível:

Para a socialdemocracia lutar dia a dia, no interior do próprio sistema existente, pelas reformas, pela melhoria da situação dos trabalhadores, pelas instituições democráticas, é o único processo de iniciar a luta da classe

---

<sup>23</sup> Isto, no entanto, ao contrário do entendimento esquemático que se cristalizou sobre o significado do pensamento de Lênin aplicado aos acontecimentos de 1917, não sugere que o revolucionário russo concebesse a política e a relação entre reforma e revolução de modo dicotômico e apartado. A antecipação do momento da ruptura foi contingencial, obedeceu às condições objetivas da realidade russa, da situação revolucionária que se desenhava. Interessadamente, parece ter se confundido oportunidade histórica com a subversão de uma receita estática de revolução, em nome da qual se explicariam supostos desvios vanguardistas e autoritários. Porém, se *toda história* [e toda crítica, acrescentaríamos] *é testemunha do presente*, como disse Gramsci, é do próprio Lênin de *Que fazer?* o alerta contra os juízos confortáveis, que se fazem à distância: “Quando se lança um olhar retrospectivo, muitos anos depois da história ter pronunciado o seu veredicto sobre a conveniência do caminho escolhido, não é difícil, claro, manifestar profundidade de pensamento”. (LÊNIN, 1975b, p. 61).

proletária e de se orientar para o seu objetivo final, quer dizer: trabalhar para conquistar o poder político e abolir o sistema salarial. **Entre a reforma social e a revolução, a socialdemocracia vê um elo indissolúvel:** a luta pela reforma social é o meio, a revolução social o fim (1999, p. 17, grifo nosso).

E arremata, condenando a dicotomia criada entre os dois elementos pelo revisionismo que combatia: “A alternativa: reforma social ou revolução, objetivo final ou movimento é, sob outra capa, a alternativa entre o caráter do pequeno-burguês ou proletário do movimento operário”. (LUXEMBURGO, 1999, p. 19).

Mas retomemos a questão democrática. Se para Rosa a luta política precisa se combinar com o objetivo da revolução, isto significa dizer que meios desprovidos de fins perdem o seu sentido de existência. Em suma, a aposta na luta por dentro e por entre as instituições democráticas do Estado não pode se esgotar nela mesma. Se nos permitirmos uma pequena intromissão neste debate, não será outra coisa que dirá Gramsci, em consideração ao fenômeno:

É possível manter vivo e eficiente um movimento sem a perspectiva de fins imediatos e mediatos? A afirmação de Bernstein segundo a qual o movimento é tudo e o objetivo final não é nada, sob a aparência de uma interpretação ‘ortodoxa’ da dialética, oculta uma concepção mecanicista da vida e do movimento histórico: as forças humanas são consideradas como passivas e não conscientes, como um elemento não distinto das coisas materiais, e o conceito de evolução vulgar, no sentido naturalista, substitui o conceito de processo e desenvolvimento. Isto é ainda mais digno de nota na medida em que Bernstein buscou suas armas no arsenal do revisionismo idealista (esquecendo as teses sobre Feuerbach), que deveria tê-lo levado, ao contrário, a valorizar a intervenção dos homens (ativos, logo capazes de perseguir certos fins imediatos e mediatos) como decisiva no desenrolar da história (naturalmente, sob as condições dadas) [...]. **Sem a perspectiva de fins concretos, não pode de modo algum haver movimento**<sup>24</sup>. (GRAMSCI, 2001, p. 74-75, grifo nosso).

Para Bernstein, no entanto, a classe trabalhadora deveria buscar a instauração do socialismo “por uma extensão gradual do controle social da economia e pelo estabelecimento progressivo de um sistema de cooperativas”, e ainda pela democratização política do Estado (1997, p. 22). Ou dito de outra forma:

Toda a atividade prática da democracia social está dirigida no sentido de criar circunstâncias e condições que tornem possível e garantam uma

---

<sup>24</sup> Esta passagem, nos parece, contribui com o esforço de distinguir o revolucionário sardo do elogio mais frouxo à democracia, que arrebatou consideravelmente a esquerda democrática.

transição (isenta de erupções convulsivas) da moderna ordem social para outra mais evoluída. (BERNSTEIN, 1997, p. 115).

Rosa, mais uma vez, não guarda ilusões a respeito. Para ela, o aspecto formal da democracia não se pode fazer passar pelo seu conteúdo real. Tornar a democracia meio de luta pelo socialismo seria, necessariamente, pô-la a serviço da luta revolucionária dos trabalhadores, e não permitir o seu engolfamento justamente pela confusão entre os seus aspectos formais e reais.

**É inexato e contrário à verdade histórica apresentar-se o trabalho de reforma como uma revolução diluída no tempo, e a revolução como uma reforma condensada. Uma revolução social e uma reforma legal não são elementos que se distingam pela sua duração, mas pelo seu conteúdo;** todo o segredo das revoluções históricas, da conquista do poder político, reside precisamente na passagem de simples modificações quantitativas, numa nova qualidade ou, concretizando, na passagem de uma dada forma de sociedade a outra num período histórico. Quem se pronuncia a favor da reforma legal, em vez do encontro do poder político e da revolução social, na realidade não escolhe uma via mais agradável, mais lenta e segura, conduzindo ao mesmo fim; mas tem um objetivo diferente; em vez de procurar edificar uma sociedade nova, contenta-se com modificações sociais da sociedade anterior. Assim, as teses políticas do revisionismo conduzem à mesma conclusão que as suas teorias econômicas. **Na essência, não visam realizar o socialismo, mas reformar o capitalismo,** não procuram abolir o sistema do salariado, mas dosear ou atenuar a exploração, numa palavra: querem suprimir os abusos do capitalismo, mas não o capitalismo. (LUXEMBURGO, 1999, p. 96-97, grifos nossos).

A despeito do esforço de Rosa, para Bernstein não é difícil explicar o porquê da inutilidade da ruptura. Sem negar a necessidade da transformação social, o líder socialdemocrata a visualiza de outro modo: ao contrário da tradição marxista, da qual abre mão, percebe o socialismo não como produto da luta revolucionária de uma classe estruturalmente oprimida e explorada, que só tem como resolver o antagonismo instituído numa sociedade de classes com a própria superação dessa sociabilidade, mas sim como herdeiro direto do liberalismo burguês. Deixemos que o diga diretamente:

a respeito do liberalismo, como grande movimento histórico que foi, devemos considerar o socialismo como seu herdeiro legítimo, não só na sequência cronológica, mas também nas suas qualidades espirituais, como se demonstra aliás em toda e qualquer questão de princípio em que a democracia social tenha de assumir uma atitude. (BERNSTEIN, 1997, p. 116).

Eis o nó central do debate, colocado desde a virada do século. Poucas décadas mais tarde, incrementado com as novas questões trazidas pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Revolução Russa, um novo capítulo dessa disputa de sentidos, teóricos e práticos, se avizinhava. Assim como Bernstein, Kautsky foi importante teórico do socialismo, a despeito da alcunha de “renegado” que lhe conferiria Lênin. Marca significativa de sua biografia teórico-política deve-se às importantes edições da obra de Marx por que foi responsável. Após a morte de Engels, em 1895, tornou-se uma das mais importantes referências do movimento socialista. Sua inflexão política, que foi ganhando destaque crescentemente dentro do SPD, tornou-se incontestável quando do polêmico apoio do partido ao governo alemão em seu esforço de guerra. Tal apoio iria cindir o partido ao meio em 1916, quando as suas fileiras à esquerda, capitaneadas por Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht e Clara Zetkin fundaram a Liga Espartaquista – que, dois anos mais tarde, reunindo outros grupos, tornar-se-ia o Partido Comunista da Alemanha<sup>25</sup>. A polêmica de que por ora nos aproximaremos se dá em meio a esta conjuntura.

Em 1918, Kautsky publicara *A ditadura do proletariado*, onde tecia duras críticas ao movimento revolucionário soviético, posicionando-se claramente ao lado dos mencheviques, corrente do Partido Operário Socialdemocrata Russo que perdera o controle do processo revolucionário para os bolcheviques, estes liderados por Lênin. O centro da sua argumentação diz respeito ao que identifica como o pomo da discórdia entre as facções partidárias. Para ele se tratam de dois métodos opostos: um *democrático* (que caracterizaria os mencheviques) e outro *ditatorial* (que seria próprio dos bolcheviques). (KAUTSKY, 1979).

Diferentemente de Bernstein, que em sua crítica se reportou aos fundamentos teóricos do marxismo, nesta obra Kautsky privilegiaria uma experiência socialista concreta. Escrevendo apenas alguns meses depois da tomada do poder pelos bolcheviques, em plena guerra civil, não lhe despertam interesse os desafios colocados pela conjuntura de extrema complexidade, mas sim o processo revolucionário que supostamente *fora interrompido* pelo grupo político de Lênin. Ou seja, Kautsky repudiou frontalmente a tomada do poder pelos bolcheviques, que considerou uma antecipação indevida do processo revolucionário, uma *ultrapassagem por saltos*. Considerava que o *curso natural* de construção e consolidação do socialismo deveria ter seguido seu rumo após a decretação de uma república de cunho liberal quando da abdicação de Nicolau II. O processo de uma *revolução social*, afirmara,

---

<sup>25</sup> Ainda em 1917, Kautsky reveria sua posição quanto ao apoio à guerra imperialista e deixaria o partido, tendo regressado apenas em 1922.

“desenvolver-se-á tanto melhor quanto mais pacíficas forem as formas utilizadas para sua realização”. (KAUTSKY, 1979, p. 36 e 60).

A obra contém críticas aos rumos assumidos então pelo processo revolucionário russo, definições de princípios e também passagens dúbias, que pecam pela imprecisão ou pela negação subsequente ao que acabara de ser afirmado. Sua questão de fundo parte de uma máxima muito cara também à esquerda democrática brasileira e ao eurocomunismo, como veremos – correta em essência, mas infelizmente dada a mistificações: “Não há socialismo sem democracia”. (KAUTSKY, 1979, p. 6). Kautsky chega mesmo a dizer que a democracia sem socialismo é realizável, sob uma forma “pura” (KAUTSKY, 1979, p. 7)<sup>26</sup>, dita de modo um tanto impreciso, parecendo significar o respeito pleno às regras do jogo – o que exige uma consideração correlata que considere o “jogo” isento e os seus jogadores iguais. Páginas adiante, revela o que compreende por democracia, permitindo o entendimento exato de como a sua *pureza* se expressaria: “por democracia entende-se no momento a igualdade de direitos políticos de todos os cidadãos de um Estado” (KAUTSKY, 1979, p. 47). Não parece necessário aguardar a crítica de Lênin para apreendermos o registro liberal da concepção democrática do autor, que dá base para toda a intervenção e sustenta a essência do seu pensamento.

A aposta na ferramenta política do sufrágio universal também se encontra presente em Kautsky. Não fosse, como já apontamos, a romantização de uma “via pacífica”, sem rupturas para o socialismo, não estaríamos aqui a destacá-la como problema. A confiança de que por um cálculo matemático simples, que apontasse a maioria numérica dos votos da classe trabalhadora em relação às outras classes, se pudesse alcançar a máquina estatal concebida como *lugar de poder*, e promover um acúmulo de forças incessante rumo ao socialismo, parecia ser uma perspectiva de fato muito sedutora:

É possível, pois, supor-se que o proletariado não tomará normalmente o poder senão onde constitua a maioria da população, ou pelo menos a tenha atrás de si. Ao lado da necessidade econômica, a arma do proletariado em suas lutas políticas é sua existência numérica. (KAUTSKY, 1979, p. 32).

Associar o sentido geral assumido por esta passagem, no entanto, à sentença de Engels – como fez a socialdemocracia – de que *passara o tempo das revoluções conduzidas por minorias*, é apenas em parte uma legitimação da tática, já que, como vimos, o reconhecimento

---

<sup>26</sup> Eis, entre outras, uma passagem contraditória no texto, como anotamos. Pouco antes de afirmar a possibilidade de uma democracia “pura” mesmo sem socialismo, disse: “A democracia não é realizável sem o socialismo” (KAUTSKY, 1979, p. 6).

desta inovadora forma da luta operária não significou, para o primeiro, o abandono da perspectiva revolucionária. Kautsky, ao contrário, para quem socialismo era apenas um vago e genérico “bem-estar geral na civilização” (KAUTSKY, 1979, p. 57), joga todas as fichas na utilização às avessas do Estado burguês – que não pretende destruir –, apostando na mudança de sua natureza classista. O socialismo advindo da democracia kautskyana, então, seria alcançado “por ‘meios’ pacíficos de natureza econômica, legislativa e moral [...] em todo o lugar onde a democracia esteja enraizada”. (KAUTSKY, 1979, p. 26). Em desprezível passagem, ainda em repúdio à organização do poder na URSS, Kautsky revela as bases materiais do consenso que apregoa, pela preservação da integração das massas:

Em realidade, não se pode privar só os capitalistas de todos os direitos. Que é um capitalista no sentido jurídico? Um homem que possui? Mesmo num país economicamente adiantado, como a Alemanha, onde o proletariado é muito numeroso, a instauração do poder soviético teria por efeito privar de direitos políticos massas consideráveis de cidadãos. (KAUTSKY, 1979, p. 48).

A despeito do tom geral de negação da ruptura, há uma passagem em que o autor cita a si próprio, remetendo a uma obra do ano de 1909, de nome *O caminho do poder* – onde a sua trajetória centrada já se apresentava vigorosa –, na qual afirma a perspectiva revolucionária ao mesmo tempo em que a nega, em mais uma de suas passagens ambíguas. Vejamos em que termos o faz:

Se se ouve dizer que em uma democracia o proletariado deixa de ser revolucionário, e que, contentando-se em exprimir abertamente sua indignação e sofrimentos, ele renuncia à revolução política e social, tal afirmação é falsa. A democracia não pode destruir os antagonismos de classe da sociedade capitalista nem adiar o inevitável resultado final que é a queda dessa sociedade. Mas, o que ela pode fazer é impedir, se não a revolução, pelo menos muitas tentativas de revolução prematura e sem possibilidade de êxito; a democracia pode, assim, dispensar mais de uma sublevação revolucionária [...] ela tende, também, a impedir as classes dirigentes de recusar concessões quando não têm força para fazê-lo. [...] O impulso do proletariado nos Estados um tanto quanto democráticos não é determinado por vitórias tão brilhantes como as da burguesia durante seu período revolucionário, mas não se determina por tão grandes derrotas. (KAUTSKY, 1979, p. 25).

Convive o elogio de uma perspectiva revolucionária com a adoção de um tempo para a eclosão da revolução, determinado pela ferramenta tática (a democracia); por si só, como diz o autor, incapaz de superar os antagonismos de classe. Por sua vez, *a inevitável queda dessa*

*sociedade*, minada pouco a pouco, se daria pelo interior da legalidade e do Estado. O que subsiste em Kautsky é a compreensão de que, em tempos de equilíbrio da luta de classes, o Estado pode ser apropriado e usado pela classe trabalhadora em seu próprio benefício. Guardemos o teor desta concepção de socialismo e ação revolucionária. Ela terá vida longa na história da esquerda no século XX, como veremos mais adiante.

Vejamos, no entanto, como se posicionou Lênin diante do que propusera Kautsky. Ainda em 1918, o líder bolchevique publicará uma dura resposta ao ex-companheiro – a começar pelo título da obra: *A revolução proletária e o renegado Kautsky*. Dois anos antes, no entanto, Lênin já polemizara com Kautsky, embora não exclusivamente, quando se anunciava o fim da II Internacional, no panfleto *O oportunismo e a falência da II Internacional*. Em ambos os textos o teor da crítica é o mesmo: a denúncia do oportunismo da socialdemocracia e a necessária desmistificação dos termos do debate teórico que disputavam os rumos da prática política da classe trabalhadora.

De início, vale destacar que em Lênin as capitulações e os momentos de crise da luta dos trabalhadores nunca podem ser explicados apenas por supostos desvios morais dos sujeitos envolvidos, mas precisam ser compreendidos a partir da análise de suas bases materiais, do significado econômico da política, em primeiro lugar. Dessa forma, Kautsky e a inflexão centrista que vocaliza representariam a formação de uma “pequena camada de operários privilegiados” em aliança com a burguesia nacional de seu país, cuja expressão política é “a colaboração de classes, a renúncia à ditadura do proletariado, a renúncia às ações revolucionárias, o reconhecimento sem reservas da legalidade burguesa”. (LÊNIN, 1916, p. 3). Eis o pano de fundo, para Lênin, a justificar a renúncia de Kautsky ao marxismo.

Noutros termos, estamos falando do papel da posição de classe na condução dos rumos da luta entre as classes, posto que não é senão o que permite, entre outros fenômenos possíveis, a fetichização da democracia, como chamamos. Não se trata de processo meramente sensorial ou de todo ilusório. A base material é precisamente o contrapeso na balança que a pode fazer pender, já que resulta em ganho e benefício concreto para os integrados, capaz de abalar os alicerces de uma compreensão e de uma prática do conflito de classes que prime pela superação daquela mesma sociabilidade que momentaneamente está franqueando o acesso a determinadas camadas oprimidas. Vale ressaltar que este é um desenho possível do processo (em potência) e não um determinismo que possa ser conferido como elemento da ciência natural. Além da base material, elenca Lênin, há que se considerar “as ideias que estão na sua base” e a “ligação com a história das tendências no socialismo”. (LÊNIN, 1916, p. 3). Da conjugação desses fatores, em cada formação social específica, pode

resultar o que acabou por se configurar na socialdemocracia desde a experiência alemã da virada do século XIX<sup>27</sup>.

Sobre esta base é que Lênin apontará os desvios da crítica de Kautsky ao processo revolucionário russo e, por extensão, ao marxismo. Contra a noção de democracia kautskyana, o líder russo não se limitará ao mero rechaço da luta democrática, o que o colocaria no extremo oposto de uma adesão acrítica. Embora tenha passado à História como mentor da antidemocracia socialista, ao longo de sua extensa obra, no mais das vezes, fez a crítica dialética da “democracia burguesa”, na sua função apaziguadora e escamoteadora dos conflitos e também como potencial ferramenta para a luta dos trabalhadores, desde que concebida no interior de uma estratégia que se propusesse a superá-la, assim como a sociabilidade que a engendrara. Aliás, Lênin capta o processo de desenvolvimento histórico da democracia, mas não para romantizar a fase burguesa deste desenvolvimento e sim para afirmar a superioridade da democracia socialista e proletária. Não fará diferente com Kautsky quando refuta, precisamente, a suposta pureza que caracterizaria a democracia justamente no estágio do seu desenvolvimento burguês. (LÊNIN, 1975a, p. 27-28). E chega ainda ao plano da tática para apontar os limites da aposta numa vitória parcial que parece querer fazer as vezes de vitória final:

Apassionado [Kautsky] pela democracia ‘pura’, de que não vê o carácter burguês, defende como uma ‘bela lógica’ que a maioria, a partir do momento em que é maioria, não tem necessidade de ‘quebrar a resistência’ da minoria, de a ‘reprimir pela violência’; basta-lhe reprimir os *casos* de violação da democracia. Apassionado pela democracia ‘pura’, Kautsky, *por inadvertência*, comete aqui o pequeno erro que cometem sempre os democratas burgueses, quer dizer, que ele toma a igualdade de forma (de uma ponta a outra falsa e hipócrita em regime capitalista) pela igualdade de facto! Ora esta! (LÊNIN, 1975a, p. 40, grifos do autor).

Ato contínuo, desmontada a tese kautskyana da democracia pura, Lênin aponta, citando Engels, a “fé supersticiosa no Estado” expressa por Kautsky. Para o alemão, duas “fases” fariam parte da realização do socialismo: “a preparação para o socialismo e o

---

<sup>27</sup> Lênin, ainda, identifica com clareza o serviço prestado à dominação de classe pelos oportunistas que, transitando de sua posição original à posição de classe dos dominantes, cumprem a função de embaralhar o espectro político, desorganizando a luta dos trabalhadores. O trecho reproduzido por Lênin pertence a um artigo escrito em 1915 por um socialdemocrata alemão, cujo pseudônimo era “Monitor”. A passagem é ilustrativa para os dias que seguem no Brasil, e nada alentadora, posto que revela que *a farsa também se repete como história* já de há muito: “Monitor considera que para a burguesia seria muito perigoso que a socialdemocracia se deslocasse ainda mais para a direita: ‘Ela deve manter o caráter de partido operário com ideais socialistas. Porque no dia em que ela renunciar a isso, surgirá um novo partido, que adotará o programa rejeitado pelo velho partido anterior e lhe dará uma formulação ainda mais radical’”. (LÊNIN, 1916, p. 5).

socialismo realizado”. No entanto, “entre as duas encontra-se uma fase transitória: é o momento que se segue à conquista do poder político pelo proletariado e que precede à edificação do socialismo no plano econômico”. (KAUTSKY, 1979, p. 29). Apesar da vagueza do entendimento político quanto ao que seria a “preparação” do socialismo e do fato de o próprio socialismo já se constituir, no marxismo, como uma fase transitória, Kautsky inaugura a figura da transição da transição, momento no qual assume importância cabal a conquista do poder político, como antessala da edificação do socialismo no plano econômico. Em resumo, para dirimir o emaranhado: 1) para Marx, Engels e Lênin, a conquista do poder político (produto de uma ruptura da ordem e não conquista institucional por sufrágio) é a própria *transição* ao comunismo, o *socialismo*, o momento da *ditadura do proletariado*; fase da luta em que as minorias oponentes deverão ser reprimidas (motivo primordial para a defesa da manutenção provisória da máquina estatal); 2) como o Estado não serve à classe trabalhadora, produto de relações de classe que é, seria tarefa desta fase transitória promover o seu progressivo desaparecimento; 3) assim, a tese segundo a qual, antes da transição deveria haver uma transição prévia, onde o poder político do Estado estaria sob o controle dos trabalhadores, que teriam chegado a “ele” dentro da ordem e continuariam a respeitá-la enquanto promoveriam a edificação do socialismo no plano econômico, não encontra qualquer estofamento teórico no marxismo a que Kautsky também se remete, nem tampouco amparo na realidade, pelo menos até os dias de hoje. Eis a fé supersticiosa no Estado de que falou Engels. Para a socialdemocracia, é como se o caráter de classe do Estado só valesse de acordo com o seu “ocupante”, a ponto de poder servir de instrumento para a edificação do socialismo. Ora, se a democracia pode ser *pura*, por que não seria puro o Estado? – lhes parece.

A democracia significa, continua Lênin, “*ditadura da burguesia*, por vezes, reformismo impotente da pequena burguesia que se submete a esta ditadura”. (LÊNIN, 1975a, p. 107, grifo do autor). Com esta noção, desmistificadora, Lênin toca em ponto central do debate com a socialdemocracia, inclusive moderna. Parte da fé supersticiosa traz a reboque a ideia de que haveria dimensões legítimas e ilegítimas do Estado, equivocadamente pensado na sua genericidade e não no feitiço moderno e burguês. Uma ditadura (ilegítima, por definição) seria caracterizada exclusivamente pelo uso ostensivo da força em meio à suspensão temporária das ditas “regras do jogo” democrático. Ao contrário, o respeito formal destas mesmas regras, o funcionamento *normal* das instituições representativas, a plenitude cidadã, equivaleria à observância da justiça, da liberdade, da igualdade de condições entre as classes (condições de uma suposta legitimidade), que poderiam então franquear uma disputa franca,

limpa e honesta por projetos distintos de sociedade. Nada mais falacioso. A tarefa do inimigo de classe é trazer o jogo para o seu campo próprio como se de fato o campo não lhe pertencesse. Lênin dirá, então: “A verdade é que o Estado burguês, que exerce a ditadura da burguesia através da república democrática, não pode confessar perante o povo que serve à burguesia; não pode dizer a verdade, é obrigado a mentir”. (LÊNIN, 1975a, p. 109).

Por fim, uma vez recolocado em seu devido lugar o inimigo de classe, Lênin recuperará também a estratégia. Tomar a democracia pelas próprias mãos significaria, para a classe trabalhadora, levá-la às últimas consequências, mas sem que este movimento, por si só, devesse significar, ao seu término, um socialismo por desdobramento lógico, como quer Bernstein. A “revolução democrática burguesa” deve abrir caminho à revolução socialista – concluirá Lênin – e tomar o seu lugar.

Eis, sumariamente colocados, os pontos centrais que com certa constância, ao longo do século XX, aparecerão nos discursos e nas práticas da esquerda marxista e não marxista, com destaque para um importante movimento de partidos comunistas (PCs), na Europa, a partir dos anos 1970, conhecido como eurocomunismo – que passaremos a tratar na sequência.

## ***Capítulo 2 – Eurocomunismo e “via democrática” para o socialismo***

Produto da Guerra Fria, o *Welfare State* não só resolveu temporariamente a crise de acumulação do capital, como logrou a apaziguação da luta de classes pela integração das massas. Se as bases materiais do consenso de fato se traduziram em ganhos substantivos e avanços na qualidade de vida dos trabalhadores, notadamente europeus ocidentais, o custo da socialdemocratização do capitalismo foi a atrofia dos partidos comunistas e dos seus projetos de superação da ordem. Diante do “recesso da esquerda”, como disse Hobsbawm (1995, p. 278) – especialmente nos anos 1950 –, indesejada em meio à fruição do clima de prosperidade que caracterizou a *era de ouro do capitalismo*, o destaque nacional e internacional do PCI, desde o fim da Segunda Guerra, era algo notável (HOBBSAWM, 2003, p. 42-43). O fenômeno do eurocomunismo<sup>28</sup>, a partir dos anos 1970, não pode ser considerado fora deste contexto. Em breve passagem recolhida no *Dicionário do Pensamento Marxista*, assim se apresenta caracterizado o período para os partidos da esquerda comunista:

Na década de 1970, os principais partidos comunistas europeus se deram conta de que o seu êxito político dependeria, a partir de então, de sua capacidade de atrair novos eleitores além da classe operária – em particular, das ‘novas camadas médias’ – e de estabelecer alianças funcionais com outras forças políticas. (BOTTOMORE, 1988, p. 143).

Em brevíssima síntese, por eurocomunismo podemos compreender o esforço capitaneado pelos principais partidos comunistas da Europa (italiano, francês e espanhol) de promover uma recusa do *modelo russo* de revolução e de socialismo real, pela valorização da democracia como via pacífica para a superação do capitalismo. Quando Enrico Berlinguer, portanto, então secretário-geral do PCI, declarou em 1977 a “democracia como valor universal”, observava-se o ponto alto de um processo de revisão (ou desestalinização) do marxismo, iniciado ainda nos anos 1950, após a divulgação dos famosos crimes de Stálin por Krushev (1956), no XX Congresso do PCUS. Tal processo, se necessário no que tinha de propósito autocrítico para os comunistas, não passou à prática limpo de determinações do conflito de classes, evidentemente. E nem sempre esta apropriação, pela direita, dos propósitos eurocomunistas, pareceu mostrar-se claramente. Na base, a conciliação de classes que marcou as décadas seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial é parte importante da expressão eurocomunista nos anos 1970 e 1980. Nesse sentido, não são simples e óbvios os

---

<sup>28</sup> O termo foi utilizado pela primeira vez pelo jornalista iugoslavo Frane Barbieri, em artigo publicado em *Giornale Nuovo*, a 26 de junho de 1975. (BERLINGUER, 2009, p. 105).

contornos que se conferiram à questão democrática, como constantemente se tentou fazer, sob o apelo (que se pretende incontestável), da defesa da democracia como defesa dos próprios valores civilizatórios.

É verdade que também data da década de 1970, mais especificamente da sua segunda metade, o declínio do marxismo e o início de uma longa crise teórica e política da esquerda. E desta conjuntura de descenso nem o PCI escapou. O eurocomunismo, no entanto, também teria guarida nos PCs brasileiro e japonês e, mais tarde nos países nórdicos. (SECCO, 2006). Mas o seu substrato, a democracia como via pacífica para o socialismo, manteve o seu fôlego, seja para a esquerda como formulação tático-estratégica, seja sobretudo para a direita, no que coube, como matéria-prima de mistificação ideológica.

Mas o fenômeno do eurocomunismo também tem uma história intelectual. E esta, nos parece, está intimamente ligada a duas matrizes – a primeira oculta e a segunda declarada: a) o desvio centrista da socialdemocracia, com destaque para a alemã, a partir da virada do século XIX, expresso no pensamento de Bernstein e Kautsky e b) uma determinada leitura da obra de Antonio Gramsci, produzida pelo PCI, especialmente pelas mãos de Palmiro Togliatti e, um pouco mais tarde, por Berlinguer. Na esteira desses autores, os eurocomunistas negaram simultaneamente o marxismo-leninismo e a socialdemocracia, pondo-se abertamente como uma via do meio, uma terceira via, na busca pelo socialismo.

Há que se ressaltar, no entanto, que os eurocomunistas não se constituíram nunca como monólito. Existem diferenças internas se considerarmos apenas os italianos e ainda se compararmos estes com os franceses e espanhóis – para ficarmos entre os principais protagonistas. Não teria procedência que neste espaço fizéssemos esse detalhado mapeamento. Ao contrário, nos proporemos a expor e debater o essencial do movimento, posto que suas divisões internas não alteraram a essência média que lhe caracterizou e a partir da qual foi apropriado no Brasil e em outras partes. Não nos furtaremos de notar, porém, divergências que ocasionalmente possam revelar os gargalos já visualizados da formulação estratégica à época de sua concepção ou quando anteciparem problemas que mais tarde viriam a se configurar como impasses.

Uma premissa básica do eurocomunismo era a de que os rumos que cada realidade nacional deveria assumir para a construção do socialismo não poderiam ser reduzidos ao modelo adotado em outubro de 1917. As diferenças substanciais entre os tipos de formações sociais impunham a necessidade, então, de caminhos próprios. Embora, como já dissemos, nascido na Itália e mais claramente difundido para França e Espanha, a noção de eurocomunismo sugeria um *caminho europeu* (ocidental) para o socialismo, a partir da

caracterização homogênea daqueles Estados como de *capitalismo avançado*. Esta perspectiva reunia a um só tempo uma motivação prática e outra teórica. A primeira dizia respeito a um distanciamento crítico da esfera de influência do PCUS – embora este processo tenha se intensificado mesmo na década de 1970, pela condução de Berlinguer –, como forma de diferenciar-se das concepções e das práticas que engendraram o socialismo real. A segunda apresentava as credenciais insuspeitas de Gramsci como o atualizador de Lênin e formulador de uma nova teoria da revolução para o ocidente. No lugar de um golpe de mão, de um assalto ao poder de Estado, um caminho institucional, eleitoral, com respeito à pluralidade e ao princípio da alternância de poder; aos *valores democráticos*, ditos *universais*.

Tal aposta também fora favorecida pela situação do sul do Europa em meados da década de 1970, que passava por uma crise generalizada das forças de direita. “A região parecia estar preparada para uma mudança profunda na ordem social”. (AMADEO, 2006, p. 58). A mudança não veio, a esquerda caiu em forte refluxo já na década de 1980, mas o apelo à democracia se manteve de pé. Recuperemos um pouco da história e vejamos em que termos se sustentou.

## 2.1 Togliatti e a pavimentação do caminho

Inegavelmente, a formulação de Berlinguer da “democracia como valor universal” é a mais representativa e simbólica do que chamamos de eurocomunismo. A história de sua conformação, no entanto, vem de antes e remonta ao período imediatamente posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial, à atuação do PCI e, dentro dele, especialmente, a Palmiro Togliatti e sua noção de “democracia progressiva”.

Togliatti teve papel central na fundação e construção do PCI e trabalhou ao lado de Gramsci desde *L'Ordine Nuovo*<sup>29</sup>, tendo tornado-se o principal dirigente do partido quando da prisão deste, em 1926. (COUTINHO, 1980). Destacou-se em sua atuação junto à IIIª Internacional, como representante italiano, e teve papel preponderante no VII Congresso da organização<sup>30</sup>, realizado em 1935, responsável pela adoção de uma nova linha de ação frente à questão democrática, que representou uma importante viragem na política até então adotada em relação ao fascismo. Com a vitória dos nazistas na Alemanha, no ano anterior, o propósito era alargar ao máximo a frente nacional de luta antifascista – incluindo agora os

<sup>29</sup> Semanário fundado em Turim, na Itália, por Gramsci, Togliatti, Umberto Terracini e Angelo Tasca, do qual Gramsci foi editor-chefe. Circulou entre 1º de maio de 1919 e 24 de dezembro de 1920. (COUTINHO, 2004).

<sup>30</sup> Segundo Coutinho, Togliatti “foi o principal relator” deste evento, “cabendo-lhe falar sobre o papel da frente democrática na luta pela paz mundial”. (1980, p. 12-13).

socialdemocratas – e a oposição à guerra, que se mostrava iminente. Participou da Guerra Civil Espanhola, entre 1937 e 1939, e viveu na URSS de 1940 a 1944, quando retornou à Itália. Neste mesmo ano passou a ocupar altos postos do governo italiano, até 1946. No ano seguinte se tornaria deputado<sup>31</sup>. Ao longo de sua larga trajetória política, ocuparia o cargo de secretário-geral do PCI em diferentes oportunidades. Sua atuação teórico-política forjou os alicerces do eurocomunismo.

Antes de chegarmos à sua formulação clássica, de um “caminho italiano para o socialismo”, no entanto, atentemos um pouco para a formulação do congresso da IC a que nos referimos, que carrega um alicerce importante para o que viria pelas mãos de Togliatti nas décadas seguintes. Em síntese, eis a resultante dos debates, conforme Coutinho:

A classe operária deve se tornar o centro de uma ampla coalizão que tem como meta a defesa das liberdades democráticas, a consolidação e/ou a construção de um regime democrático aberto às transformações sociais e fundado na mais ampla participação organizada das massas (COUTINHO, 1980, p. 12).

Claramente colocada aparece a intenção de unir esforços, num mesmo movimento, pela luta antifascista e pelo socialismo. Eis em essência, o núcleo a partir do qual, quase uma década mais tarde, Togliatti formulará a sua concepção democrática de construção do socialismo na Itália. “Queremos uma Itália democrática, mas queremos uma democracia forte, que esmague todos os resquícios do fascismo e não deixe ressurgir nada que o reproduza ou a ele se assemelhe” (TOGLIATTI, 1980, p. 29), dirá em 1944, com a Itália ainda sob ocupação estrangeira nazifascista. Mais adiante, no mesmo discurso proferido em Nápoles em abril daquele ano, o “programa democrático e progressivo” para a Itália ficaria mais bem caracterizado:

O objetivo que proporemos ao povo italiano, concluída a guerra, será o de criar na Itália um regime de democracia progressiva. [...] Isso quer dizer que não proporemos absolutamente um regime que se baseie sobre a existência ou sobre o domínio de um só partido. [...] Não são os democratas nem os liberais que queremos pôr à margem da nação: são os fascistas. (TOGLIATTI, 1980, p. 45).

Togliatti supõe o caráter progressivo da democracia como o instrumento através do qual o proletariado poderia alcançar o posto de classe dirigente, no registro gramsciano do

---

<sup>31</sup> Ver verbete “Palmiro Togliatti”, no Dicionário Político do *site Arquivo Marxista na Internet*. Disponível em: <[http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/t/togliatti\\_palmiro.htm](http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/t/togliatti_palmiro.htm)>. Acesso em: 2 fev. 2014.

termo (BRAZ, 2011). Para tanto propõe uma ampla aliança nacional de todas as forças não fascistas por um objetivo democrático comum – e que redundaria, ainda, após o fim da guerra, num governo de coalizão com os democrata-cristãos, do qual o próprio Togliatti seria, seguidamente, ministro sem pasta, ministro da Justiça e vice-primeiro-ministro. O clima aliancista é ainda o da guerra, é ainda o de EUA e URSS do mesmo lado, compreensivelmente. Mas é interessante notar, e aqui levantamos uma primeira questão, que se a construção do socialismo já está na ordem do dia, o contexto no qual se produz a formulação parece ser considerado menos extraordinário do que nos pareceria. Ao contrário, o que está sugerido é que toda a diferença de fundo, significativa, está colocada na relação entre fascismo e democracia, e uma vez superado aquele e alcançada esta, adentrar-se-ia numa espécie de *campo ético*, democrático, onde legitimamente a disputa entre formas econômicas, políticas, sociais e culturais distintas poderia se dar<sup>32</sup>. Togliatti interpreta e objetiva a necessidade prática apontada por Gramsci de “fazer política” como o caminho, por excelência, para a construção de pactuações e consensos capazes de debelar, culturalmente, as raízes do fascismo da sociedade italiana<sup>33</sup>, como passo primeiro em busca do socialismo. No plano da institucionalidade, o “caminho italiano para o socialismo” deveria passar pela convocação de uma Assembleia Constituinte, como propunha Togliatti, tão logo terminasse a guerra. Eis a fase intermediária entre a luta contra o nazifascismo e a luta pelo socialismo que também Gramsci defendera.

O norte político sintetizado por Togliatti, e exposto desta forma pela primeira vez em 1956 – sob o impacto dos crimes de Stálin e da violenta repressão desencadeada em Budapeste pelas tropas soviéticas – exigiu algumas revisões conceituais importantes. Para dialogar com uma concepção de revolução processual, pela via democrática, através do acúmulo de reformas, alcançada sobretudo eleitoralmente, a compreensão do Estado como *Estado de classe* também sofreria mudanças. Este talvez tenha sido o registro mais importante

---

<sup>32</sup> O já citado Coutinho nos oferece outra formulação do conceito de “democracia progressiva”, expressa por Eugenio Curiel, jovem quadro do PCI, assassinado pelos fascistas durante a Resistência, em 1945. Segundo o autor, Curiel teria chegado a esta definição provavelmente de forma independente de Togliatti: “Democracia progressiva significa precisamente orientar a grande maioria da nação no sentido do progresso, do socialismo. A democracia progressiva não significa apenas uma etapa, uma fase à qual se chega e na qual se fica por algum tempo a fim de retomar fôlego para seguir adiante: a democracia progressiva é a formulação política do processo social da revolução permanente. [...] A existência de uma democracia progressiva é condicionada pelo contínuo progresso social, por uma cada vez mais decisiva participação popular no governo, pela cada vez mais madura hegemonia da classe operária. [...] Remeter-se necessariamente às formas que a ruptura assumiu na URSS é um critério historicamente falso. As modalidades da ruptura assumem formas diversas a depender do país. Podem assumir, em certos casos, a forma *uma transformação qualitativa diluída*”. (apud COUTINHO, 1980, p. 13-14, grifo do autor).

<sup>33</sup> “Fazer política significa agir para transformar o mundo”, dirá Togliatti em 1958. (apud SPRIANO, 1987, p. 272).

do *Informe* apresentado por Togliatti ao Comitê Central do PCI, como parte da preparação do VIII Congresso do partido, em junho daquele ano. Depois de reafirmar os princípios da democracia, de uma via pacífica para o socialismo, o então secretário-geral assim se referiu à problemática do Estado:

Primeiro Marx e Engels e, depois, Lênin [...] afirmaram que o aparelho do Estado burguês não pode servir para construir a sociedade socialista. Esse aparelho deve ser quebrado e destruído pela classe operária, substituído pelo aparelho do Estado proletário. [...] Essa posição permanece plenamente válida hoje? Esse é um tema para discussão. **De fato, quando nós afirmamos que é possível um caminho de avanço para o socialismo não apenas sobre o terreno democrático, mas também utilizando as formas parlamentares, é evidente que corrigimos algo dessa posição, levando em conta as transformações que tiveram lugar e que ainda estão se realizando no mundo.** (TOGLIATTI, 1980, p. 148, grifo nosso).

Tal perspectiva, que revela uma compreensão do Estado como agente da transformação, disputável e potencialmente a serviço da classe trabalhadora, se cola a uma concepção de revolução em que se vislumbra a possibilidade de uma transformação dentro da ordem que se desdobraria para fora dela, o que, na tese togliattiana, elidiria a necessidade de ruptura desta mesma ordem, posto que esta poderia comportar a gestação de sua própria ruína.

Não por outra razão, a “democracia de tipo novo” proposta por Togliatti, ao contrário do que a nomenclatura pomposa pudesse sugerir, consistia, para o *caminho italiano*, no cumprimento efetivo da Constituição, ou uma “linha política, portanto, de desenvolvimento democrático consequente” (TOGLIATTI, 1980, p. 151), dito de outra maneira. Sob a perspectiva da realização de reformas concebidas no interior da ordem, adviria o socialismo; um socialismo *consequente*, acrescentaríamos, seja sob um registro temporal, seja mesmo como sinônimo de *responsável*. Mas sob que bases?. *As massas*, diria Togliatti, como mais tarde também Pietro Ingrao.

Togliatti faz questão, então, de deixar claro que não bastava a disputa, pura e simples, do Parlamento. Para que a “utilização do parlamento” se tornasse de fato uma possibilidade efetiva de transformações, verdadeiramente “um espelho do país”, a condição era que houvesse um estofamento democrático proporcionado pela organização das massas, capaz de pressionar as instituições democráticas e disputar de fato o seu exercício de poder. Apenas desta forma, através do que chamou de uma “longa marcha”<sup>34</sup> a cumprir através das

---

<sup>34</sup> Não coincidentemente, Giovanni Berlinguer, irmão de Enrico, e cujo pensamento exerceu forte influência sobre os sanitaristas brasileiros, assim define o processo político da reforma sanitária italiana, também apropriada pelos sanitaristas brasileiros: “[uma] **longa marcha** através das instituições e do processo de

instituições, completa Togliatti, se romperia com o caráter ilusório da democracia burguesa, como denunciado por Lênin, destaca o autor. (TOGLIATTI, 1980, p. 155).

Evidentemente, como já se supõe, a disputa eleitoral era a forma prática, por excelência, pela qual se traduzia a estratégia democrática do PCI aqui apresentada. A aposta na construção de uma hegemonia alternativa à burguesa se concretizaria como *maioria* na disputa das instituições que, embora *de classe* na origem, estariam propensas a uma mudança de sinal, franqueando a construção do socialismo, numa disputa limpa, que “não faz violência a ninguém e não exclui ninguém da vida nacional, salvo os traidores fascistas”. (TOGLIATTI, 1980, p. 37).

Dois anos depois da primeira referência ao “caminho italiano para o socialismo”, Togliatti publicou, em 1958, um livro sob o mesmo título, onde destrinchou o que apresentara em 1956 para o Comitê Central do PCI. Dos dois destaques que pretendemos fazer, o primeiro deles é uma tentativa de explicitação detalhada do papel da luta democrática por aqueles dias. Segue a citação, por partes:

Combater pela democracia, conquistá-la e defendê-la é coisa bem diversa, no atual mundo capitalista, do que foi nos séculos passados. As primeiras liberdades democráticas foram arrebatadas pela classe média burguesa às classes feudais, que impediam o desenvolvimento econômico e a afirmação política dessa classe média, o desenvolvimento da sua atividade produtiva e do seu comércio, o advento à direção do Estado. (TOGLIATTI, 1966, p. 102).

De início, como se vê, a aposta que o autor faz na democracia subentende o seu caráter disputável na atualidade em que se inscreve, se comparada com a situação oposta que teria caracterizado o momento das *primeiras liberdades democráticas*. Isto é, a democracia teria nascido burguesa. É importante reter esta passagem, dado que terá repercussão direta, mais tarde, sobre a afirmação da “democracia como valor universal”, seja porque esta teria se tornado mais proletária do que burguesa, seja porque o fato de estar em disputa conferir-lhe-ia a medida de sua universalidade.

Continua:

Liberdade, igualdade e fraternidade foram a trindade da nova classe dirigente, pela qual o povo é chamado a bater e morrer, e por isso deviam ser apresentadas como algo sagrado, isto é, justamente uma trindade. Os limites

---

transformação da sociedade e do Estado”. (apud TEIXEIRA, 1987, p. 100, grifo nosso). Na sequência da citação, vê-se que as semelhanças não se reduzem à mera utilização da expressão, mas estendem-se ao seu significado político.

começaram a ser postos quando a nova classe consolidou-se no poder e quis impedir que dos princípios da democracia e dos sucessos do movimento democrático popular surgissem consequências inaceitáveis para ela, em prejuízo daquilo que para ela é verdadeiramente sagrado, o direito de propriedade, a livre disposição de todas as riquezas sociais. Então, o bloco de forças populares que fundou as bases do Estado liberal rompe-se inevitavelmente e a realidade se apresenta como realmente é, despida de qualquer disfarce. O regime político não corresponderia a um ideal preestabelecido, mas à correlação de forças, ao seu relativo equilíbrio, à sua solidez e à ameaça de que ele rompa. (TOGLIATTI, 1966, p. 102).

Ao longo dos séculos e das lutas, a mesma democracia, antes exclusivamente burguesa, teria sido apropriada também pela classe trabalhadora, a ponto de valer como terreno comum de disputa entre projetos de sociedade distintos. Esta mesma democracia, que franqueou à burguesia o advento da direção do Estado, poderia servir agora à classe trabalhadora para o mesmo propósito, a depender da correlação de forças.

Por fim:

A violência fascista foi o meio ao qual se recorreu para restabelecer, sobre um sistema de relações de produção antiquadas e de relações sociais reacionárias, num momento em que o anterior equilíbrio instável ameaça ruir, um poder sólido das classes privilegiadas. Não se pode então voltar à democracia, não se pode restaurá-la e defendê-la senão com uma ação que incida sobre as relações econômicas e sociais, para destruir as bases que deram origem à violência fascista. [...] Um movimento que verdadeiramente intente eliminar as raízes do fascismo e de qualquer formação reacionária análoga, necessariamente se coloca no grande caminho do aniquilamento do regime capitalista e de uma revolução socialista. (TOGLIATTI, 1966, p. 102-103).

Marx, Engels e Lênin, para citar apenas as referências apontadas pelo autor, foram categóricos ao afirmarem que a forma do Estado burguês pode variar sem que varie a sua dominação de classe. A violência fascista, portanto, foi apenas um recurso disponível e possível para o momento. O retorno da democracia formal não só se deu como, diríamos, foi necessário para que a dominação se mantivesse depois do profundo desgaste da guerra. As raízes do fascismo não são outra coisa que não as raízes do capital – e não é exatamente isto que diz Togliatti quando compreende o movimento de luta contra o fascismo como o mesmo movimento de construção do socialismo –, mas a eliminação de uma forma pode funcionar no máximo como tática de acúmulo de forças ou, quando derrotada, recuar, estancar a luta, em nome de um místico restabelecimento das regras do jogo. No trecho a seguir, o programa da “democracia progressiva” é exposto em sua forma pura, diríamos, como se a ser exigido pela realidade dos fatos:

O caminho a seguir era manter e defender o mais longamente possível a unidade constituída na resistência e dar a essa unidade um complexo de objetivos realizáveis através de um movimento das massas, a partir da conquista do regime republicano até a aplicação das transformações econômicas, políticas, sociais **que se impunham**, transformações que eram **indispensáveis ao País** e reclamadas pelas classes trabalhadoras. A busca de um caminho democrático de desenvolvimento para uma ordem que não fosse mais a tradicional do capitalismo conservador e reacionário, era pois **sugerida pelos próprios fatos e pelas circunstâncias nas quais a Itália se encontrava**. (TOGLIATTI, 1966, p. 134, grifos nossos).

Vejamos como Togliatti traduz esta nova ordem, não mais a tradicional, citando documentos do próprio PCI (e com isso chegamos ao segundo ponto que queríamos destacar na obra de 1958, o Estado):

...o nosso partido parte da exigência ‘não da restauração de um regime democrático parlamentar de velho tipo, mas da edificação de **uma nova sociedade e de um novo Estado**, no qual sejam extirpadas para sempre as raízes do fascismo e seja possível encaminhar para uma efetiva e radical solução os problemas fundamentais de unidade nacional, de liberdade, de justiça social, de progresso econômico... Esse – agregamos – **não pode ser ainda um Estado socialista, mas não deve mais ser um Estado burguês**, dominado pela grande propriedade e pelos monopólios capitalistas. Tem de ser um novo poder, que tenha suas bases na classe operária, nos camponeses e na classe média trabalhadora, que destrua o monopólio da grande propriedade da terra, que dirija os seus golpes contra os monopólios da indústria, transforme as estruturas econômicas, garanta e estenda todas as liberdades, destrua as incrustações burocráticas e policialescas, subtraia o Estado ao domínio das velhas e reduzidas oligarquias, introduza um regime de ampla autonomia, dê a toda a estrutura democrática um novo conteúdo, que é aquele do avanço para uma transformação profunda da ordem econômica e social. **É deste modo aberto um caminho italiano para o socialismo**. (TOGLIATTI, 1966, p. 135, grifos nossos).

Um novo Estado, nem socialista, nem burguês, eis a essência da formulação togliattiana. E aqui não se trata da polêmica do desvanecimento do Estado, do grau de sua utilização na transição socialista ou coisa que o valha. O “caminho italiano para o socialismo” parece ter pretendido um Estado puro, correlato da democracia *pura* de Kautsky, sem fortes marcas de classe, mas que, ao mesmo tempo, fosse parte da trajetória que desembocaria no socialismo.

Mais adiante, há outra passagem significativa a nos permitir um diálogo que é menos com os clássicos e mais com a compreensão do sentido da prática política, que se expressa também teoricamente nem sempre de forma coerente com as matrizes de pensamento

declaradas. Diz o autor, referindo-se à conjuntura da segunda metade da década de 1940, quando os comunistas chegaram a ocupar postos no governo de coalizão, como vimos:

**Não fazendo mais parte do governo, os partidos avançados dos trabalhadores, voltou este a ser o habitual comitê de negócios da camada dirigente, tornando impossível uma atividade de reforma e renovação organicamente ordenada de cima. Foi assim necessário impor e arranjar tudo o que fosse possível com uma enérgica pressão que partisse de baixo e com lutas sistematicamente organizadas.** Isto custou aos operários, aos camponeses e à camada média trabalhadora um esforço e sacrifícios imensos, a extensão e a exasperação do movimento de reivindicação, conflitos em que tombaram dezenas de cidadãos; custou à sociedade nacional anos e anos de contínua tensão nas relações de classe e políticas... (TOGLIATTI, 1966, p. 161, grifo nosso).

Eis a reedição da *fé supersticiosa* no Estado aqui plenamente caracterizada, bem como uma outra concepção do que teria significado a ampliação do Estado para Gramsci. Em primeiro lugar, Estado, na acepção togliattiana, parece reduzir-se ao próprio aparelho e não incluir a *sociedade civil*, já que uma vez ampliado com a entrada dos partidos avançados dos trabalhadores no governo, teria voltado a ser o comitê de negócios da camada dirigente quando da saída dessas organizações partidárias dos postos que ocupavam na máquina estatal. Em segundo lugar, em tom de lamento e reprovação pela quebra (que considera unilateral) do consenso, o autor atribui a este fato (a saída do governo dos partidos de trabalhadores) a impossibilidade de realização de uma atividade de reforma e renovação organicamente ordenada de cima. E diz mais: esse (suposto) recuo do Estado obrigou sacrifícios às massas (desnecessários, que poderiam ser evitados se as classes dirigentes tivessem sido um pouco mais hábeis – completaríamos em nome de Togliatti), que precisaram se organizar, então e, pressionar e lutar sistematicamente, acirrando a tensão nas relações de classe – o que teria sido o principal custo desse processo para a sociedade nacional. Ora, Gramsci não doura a pílula a esse respeito: “A guerra de posição exige enormes sacrifícios de massas imensas de população”. (GRAMSCI, 2007, p. 255).

Mas Togliatti e a síntese de classe que ele expressa são mais complexas do que o que viemos até agora apresentando e mais ainda se entre ele e Berlinguer estabelecermos uma linha reta, embora uma trajetória nos pareça impossível de ser negada. Vale notar que tal conjunto de perspectivas e defesas de atuação política convive com outro conjunto de afirmações teóricas de fundo, alertas táticos sobre o risco de não se conceber como parte da luta os movimentos do inimigo de classe, a afirmação dos valores proletários junto da coerente negação dos valores defendidos pela sociabilidade burguesa em torno da propriedade

privada e do caráter de classe do Estado. É do mesmo Togliatti, aliás, uma interessante passagem que sintetiza, em 1961, o movimento de recuo da esquerda marxista diante dos desmandos da experiência socialista, especialmente soviética, e que vale até os dias de hoje para clarificar o verdadeiro teor da autocrítica que ainda está por fazer, limpa da moral burguesa:

...é absurdo deixar difundir, ou, pior ainda, contribuir para difundir, no movimento operário, socialista e comunista, uma espécie de complexo de culpa diante dos problemas da democracia, como se por sua natureza ou vocação fossem “democráticas” as classes contra as quais lutamos para retirar-lhes o poder, e como se coubesse a nós, quase como justificação, demonstrar que socialismo e democracia são coisas que também se podem conciliar. (TOGLIATTI, 1980, p. 187).

Neste mesmo texto, há uma passagem em que Togliatti faz uma importante indicação da relação entre democracia e socialismo. Embora não deixe de endossar a relação intrínseca entre uma e outro no que concerne à própria plenitude de realização de uma sociedade socialista, sugere que na dimensão da democracia como método de luta deve prevalecer a avaliação de pertinência de acordo com cada realidade concreta (BRAZ, 2011) – o que desabonaria, parcialmente, a *universalidade* da democracia, que encontramos também na sua formulação. Mas matizemos a questão: afirmar a democracia contra a ordem do capital, portanto, compreendendo a sua realização plena como sinônimo da realização do socialismo, não parece significar, em Togliatti, a dogmatização da democracia como único método de luta. Vejamos:

...tanto nos países de capitalismo mais desenvolvido, quanto nos ainda economicamente atrasados, as formas e as etapas novas de desenvolvimento da democracia e de progresso para o socialismo serão necessariamente diversas, em algumas coisas ou em muitas coisas, do que foi feito até hoje. Quais são as diversidades? É quase inútil perguntar agora, e seria absurdo pretender, nesse momento, dar respostas que fossem além do genérico. Entra-se aqui, de fato, num campo onde o que decide são as circunstâncias concretas da luta de classes; é o grau de desenvolvimento das forças produtivas e de maturação objetiva, no seio da própria sociedade capitalista, das condições de passagem ao socialismo; é a capacidade da classe operária e das massas trabalhadoras de lutarem com sucesso pela democracia e pelo socialismo; são as formas e os métodos da inevitável resistência das classes burguesas; é o nexa entre as situações internas e as relações internacionais, e assim por diante. São todos eles temas que devem ser estudados na concreticidade de um presente, já que as conjeturas sobre as possibilidades do futuro podem ser as mais variadas. (TOGLIATTI, 1980, p. 196).

Tal generalização, desencorajada aqui por Togliatti, vale ser notada não para que descongelemos o bolchevismo e autorizemos a fruição de um passado revolucionário heroico, mas para que as formulações estratégicas da classe trabalhadora não partam, de saída, de princípios dogmáticos que limitam o campo de ação e de reconhecimento do inimigo de classe. Inimigo de classe este que se mantém *dirigente* e *dominante* precisamente porque utiliza todos os meios disponíveis de luta que desenvolveu ao longo de um conflito já secular – o que inclui o Estado e todo a sua violência institucionalizada, obviamente, para a qual a democracia tem exercido um papel central.

Isto nos exige que não lancemos rótulos para o enquadramento da proposta italiana para o socialismo nesta ou naquela fôrma, especialmente em se tratando de Togliatti. Mas, por outro lado, também não nos deve impedir de apontar as fragilidades interpretativas, os traços claramente reformistas, as contradições existentes entre as bases teóricas assumidas e o proposto como tática e estratégia, ou mesmo alguma romantização da relação entre democracia e socialismo. E não se trata puramente das relações contraditórias entre teoria e prática, seja porque no materialismo histórico não sejam concebidas em separado, seja porque sabemos, por Engels, da extrema complexidade da relação dialética entre a intenção consciente dos homens e o resultado final sempre distinto, como síntese, de cada uma de suas ações individuais e potencialmente conflitantes na origem<sup>35</sup>. (1890, p. 2).

Mas é interessante notar como mesmo após o término da guerra esteve fortemente presente no elogio da democracia senão o componente do inimigo comum a capitalistas e socialistas – o que sugeria um terreno também comum a ambos, democrático, a ser defendido a qualquer custo –, por certo a memória do que seriam as experiências totalitárias de ambos os lados (fascismo e socialismo real). Ao que parece, este foi o caldo que possibilitou uma recusa comum entre aliados até então momentâneos contra o que seriam métodos incivilizados de luta política. Eis o campo ético de que falamos, servindo supostamente a inimigos estruturais.

---

<sup>35</sup> Vale a citação direta: “a história é feita de maneira que o resultado final sempre surge da conflitante relação entre muitas vontades individuais, cada qual destas vontades feita em condições particulares de vida. Portanto, é a intersecção de numerosas forças, uma série infinita de paralelogramos de forças, que resulta em um dado evento histórico. Isto pode ser novamente interpretado de modo equívoco, sendo visto como um produto de um poder que trabalha como um todo, *inconscientemente* e sem vontade. Cada vontade individual é obstruída por outra vontade individual e o que emerge é uma vontade final não antecipada pelas singularidades envolvidas. Assim, a história procede na forma de um processo natural e é essencialmente sujeita às leis do movimento. Mas do fato de que as vontades individuais – das quais os desejos que impelem pela constituição física ou externamente e, em último lugar, pelas circunstâncias econômicas (sejam pessoais ou aquelas da sociedade em geral) – não obtém o que querem, mas tem suas vontades amalgamadas em um sentido coletivo, um resultante comum, não deve ser concluído que seus valores são iguais a zero. Ao contrário, cada parte singular contribui para o resultado e é, em certo grau, envolvido com esta soma final”. (ENGELS, 1890, p. 2).

O quanto este campo ético limitou a luta que se pretendia travar sobre o seu terreno é que parece ser a questão crucial do eurocomunismo, na Itália e também fora dela.

Antes de seguirmos, reunamos aqui e agora, oportuna e sinteticamente, algumas formulações clássicas da socialdemocracia alemã já identificadas e criticadas por nós nesta ainda inicial exposição sobre as origens do eurocomunismo, com o fito de notarmos as aproximações: 1) o socialismo como desdobramento do desenvolvimento da democracia, ou a democracia levada ao seu “limite extremo”, para usar os termos de Togliatti (1980, p. 65); 2) uma concepção de *reforma* como se uma *revolução* diluída no tempo e, portanto, portadora de leves e pequenos impactos, sem ruptura violenta; 3) uma determinada compreensão do Estado como agente das transformações, ao sabor da correlação de forças entre as classes e capaz, portanto, de funcionar a favor dos trabalhadores; 4) a aposta no sufrágio como meio efetivo de disputa do poder, capturável pelo jogador mais bem organizado, disposto e potente para o acúmulo de forças necessário à construção socialista; 5) a definição da luta pelo socialismo em etapas, onde antes da transição socialista deveria haver um estágio intermediário, caracterizado pela presença hegemônica dos trabalhadores no poder de Estado. E cabe ainda uma complementação: os socialistas italianos, desde Togliatti, têm sistematicamente negado a perspectiva de uma transição em dois tempos (um período prévio de luta democrática e logo após a ruptura), típica da formulação marxiana de *revolução permanente*. Tal negação era a própria negação do segundo ato, da ruptura. No entanto, o que estamos tentando evidenciar é que, ainda que com outro desenho (de uma fase de transformações gradativas para outra fase com as mesmas características), uma concepção etapista, que já estava presente na socialdemocracia alemã, parece nunca ter saído de cena.

## 2.2 Berlinguer sinaliza a *via*<sup>36</sup>

Aproximemo-nos agora do período célebre da estratégia democrática italiana, já no momento em que se configurou sob a designação que a tornou conhecida: eurocomunismo. Como já adiantamos, Enrico Berlinguer é o grande nome, entre as décadas de 1970 e 1980, da condução do partido e da luta pelo “caminho italiano para o socialismo”. Tendo ingressado na agremiação, formalmente, em 1943, teve rápida ascensão na sua hierarquia. Ocuparia o cargo de secretário-geral entre 1972 e 1984, tendo antes sido vice-secretário entre 1969 e 1971. Suas

---

<sup>36</sup> Como anunciamos, trataremos, lateralmente, as experiências eurocomunistas francesa e espanhola, através de suas principais lideranças no período: Santiago Carrillo (secretário-geral do PCE entre 1959 e 1985, publicou, em 1977, *Eurocomunismo e Estado*) e Georges Marchais (secretário-geral do PCF entre 1972 e 1994, publicou, em 1973, *O desafio democrático*).

teses cumpriram uma trajetória tão polêmica quanto representativa de um tempo de crise do capital e das experiências socialistas e, mais particularmente, do contexto italiano, claro. As noções de “compromisso histórico” e “democracia como valor universal” (que dialogam intimamente) viriam dar cabo, a um só tempo, da revisão da estratégia da classe trabalhadora e da consumação do afastamento do PCI da órbita de influência do PCUS. Se a segunda noção é um tanto autoexplicativa, posto que indica o terreno comum onde deveriam se travar as disputas políticas, por “compromisso histórico” Berlinguer quis designar uma aliança antifascista entre o que considerava as três grandes forças de esquerda na Itália: comunistas, socialistas e católicos – em nome da preservação, a qualquer custo, do tecido democrático nacional, especialmente mobilizado pelos acontecimentos no Chile, em 1973. Na prática, significou uma ampliação considerável do campo de alianças, para além do espectro da esquerda, onde se concentrava até então.

Se, retoricamente, o “compromisso histórico” só aparece em 1973 e a “democracia como valor universal” em 1977, suas linhas gerais já estavam traçadas mesmo antes da chegada de Berlinguer ao posto máximo da hierarquia partidária, como mostramos a partir da construção de uma linha histórica de curta duração para caracterizar o “caminho italiano para o socialismo”. Dando prosseguimento ao pensamento e à linha política da “democracia progressiva” de Togliatti, Berlinguer reafirmou constantemente o socialismo como desenvolvimento pleno da democracia, bem como o caráter processual da revolução através de reformas consecutivas. A questão das alianças necessárias para a efetivação deste programa também foi parte importante das definições posteriores que já apontamos. Para Berlinguer, reformas profundas da estrutura social, política e econômica não se concretizariam sem um amplo arco de alianças que pudessem lhes dar sustentação. O dirigente partidário reivindicava Gramsci a partir dos conceitos de *hegemonia* e *bloco histórico*, especialmente – embora, como veremos, assim como em Togliatti, haja interpretações bastante heterodoxas dos conceitos originais gramscianos para adequá-los a uma estratégia crescentemente reformista. Podemos dizer que a base sobre a qual Togliatti e Berlinguer leram Gramsci sugere uma linha do tempo em que este aparece como inaugurador do *caminho italiano*. A invenção desta tradição é parte da trajetória que redundaria no eurocomunismo e que culminaria com Berlinguer.

Em discurso datado de março de 1971, ainda como vice-secretário, Berlinguer expôs com clareza o princípio das alianças em nome das reformas:

Para impor estas reformas, é necessário trabalhar e lutar para abrir espaço à formação de uma coalizão que compreenda todas as forças sociais interessadas neste desenvolvimento alternativo da sociedade nacional, isto é, todos os operários, as massas camponesas, as populações do *Mezzogiorno*, as massas juvenis, os estudantes, os intelectuais, os técnicos, as mulheres, os artesãos, os pequenos comerciantes, vastos estratos de pequenos empresários, um conjunto de forças produtivas em cujo seio existem e continuarão a existir contradições, mas que podem se reconhecer nas perspectivas novas que uma política de reformas, como a entendemos e desejamos [...], pode abrir a todos os estratos. (BERLINGUER, 2009, p. 70-71).

Um primeiro aspecto a ser notado, e que ganharia contornos cada vez mais nítidos, é o abandono da categoria de classes sociais para a identificação das *forças sociais* com as quais seria pertinente travar alianças. Tal mudança carrega um viés eleitoral claro, que não é novo, mas que se apresenta crescentemente com especial gravidade, à medida que se diversificam as classes. O chamamento se desloca, ao que parece, da luta de classes para um pacto social em nome de condições gerais que pudessem atender à maioria numérica dos aliançados<sup>37</sup>.

Conclui Berlinguer:

Na nossa concepção, então, uma estratégia de reformas é inseparável de uma estratégia de alianças, e a luta pelas reformas está intimamente ligada à luta pelo crescimento do poder democrático na sociedade, pela mudança na direção governamental e nas forças dirigentes do Estado. (BERLINGUER, 2009, p. 71).

Confirma-se nesta passagem o mesmo que já havíamos apontado quanto às proposições de Togliatti: a conquista da hegemonia parece diretamente associada ao alcance de uma substancial maioria numérica, como o ponto alto do processo. E a esta maioria, que franquearia o acesso de forças progressistas à máquina estatal, atribui-se o poder de promover a mudança de rumos do Estado até então apropriado pela burguesia. Esta é também a posição de Carrillo e do eurocomunismo espanhol sobre o assunto:

[...] desenvolver toda essa ação de que vimos falando para *virar* os aparelhos ideológicos do Estado contra as classes dominantes e ganhar progressivamente a compreensão e o apoio, em parte pelo menos, dos aparelhos de força do Estado que permitem àquelas garantirem, até aqui, a sua dominação, o que equivale a lutar pela democratização da vida econômica, social, política e cultural; pela democratização da organização e do aparelho do Estado. (CARRILLO, 1977, p. 87, grifo do autor).

---

<sup>37</sup> A esse respeito nos diz Marchais: “[devemos] respeitar, ao mesmo tempo, a diversidade francesa e a justiça social [...], já que, no nosso país, coexistem **camadas sociais diferentes** e não desejamos lesar (à exceção dos barões do grande capital) os interesses de nenhuma delas”. (1974, p. 77-78, grifo nosso).

O início da marcha para o socialismo tratar-se-ia de uma questão de governo, levada a cabo *pelelo crescimento do poder democrático na sociedade*. Eis no que se configura a defesa do *pluralismo* para esta corrente. A garantia das regras do jogo democrático tornaria legítima, mesmo em se tratando de uma disputa entre classes antagônicas detentoras de projetos civilizatórios distintos, a alternância de poder entre concepções de poder também, em tese, antagônicas, governo a governo. Será útil lembrar Gramsci: “num conflito, todo juízo de moralidade é absurdo, porque ele só se pode basear nos dados de fato existentes, que o conflito visa precisamente a modificar”. (GRAMSCI, 2007, p. 312). Seria ainda oportuno lembrar que por *hegemonia* Gramsci não compreendia consensos provisórios, ao sabor da correlação de forças, à base de compromissos pontuais, que pudessem ser construídos ou desfeitos de acordo com a conjuntura – no sentido mesmo atribuído por ele ao termo: “características imediatas e transitórias”, “tática” (GRAMSCI, 2004a, p. 439-440). Ao contrário, hegemonia pressupunha consensos duradouros, calcados em fortes elementos culturais e resultantes da superação de um estágio de consciência *econômico-corporativo*.

O que está por trás desse posicionamento de Berlinguer, que em última análise significa a negação da ruptura, é a aposta de que em sociedades de capitalismo desenvolvido, como a italiana (a despeito do *Mezzogiorno*), as forças produtivas já se encontrariam plenamente desenvolvidas, anulando a necessidade de uma *ditadura do proletariado* para tal propósito, como não se dera na Rússia atrasada de 1917. Por seu turno, a utilidade de defesa contra o inimigo, que seria o outro propósito da tática propugnada por Marx, Engels e Lênin, também estaria dispensada pelas possibilidades abertas pela disputa democrática, extraída a fórceps à burguesia pela classe trabalhadora e, desde então, supostamente ausente de marcas classistas, deixada ao sabor da correlação de forças em luta. Não teria outro sentido a afirmação de Berlinguer, no mesmo discurso de 1977 em que proclamou o caráter universal da democracia:

Eis por que a nossa luta unitária – que procura constantemente o entendimento com outras forças de inspiração socialista e cristã na Itália e na Europa Ocidental – está voltada para uma sociedade nova, socialista, que garanta todas as liberdades pessoais e coletivas, civis e religiosas, **o caráter não-ideológico do Estado, a possibilidade da existência de diversos partidos**, o pluralismo na vida social, cultural e ideal. (2009, p. 116, grifo nosso).

Carrillo, ao mesmo tempo, na Espanha, trazia a mesmíssima questão. Tratava-se de saber se o tempo histórico continuava a exigir uma transição socialista como a que Marx e

Engels previram para o século XIX e que Lênin vivenciou no início do XX. À questão que colocara, se em países de capitalismo desenvolvido os trabalhadores poderiam impor sua hegemonia sem lançar mão da *ditadura do proletariado*, responde afirmativamente. O que diferenciaria, portanto, o século XIX do XX para que os comunistas de então pudessem apresentar resposta distinta da dos fundadores do socialismo científico e de Lênin? O fato de os trabalhadores desses países se constituírem em maioria numérica.

Neste ponto é oportuno lembrar a análise de Adam Przeworski sobre os dilemas da socialdemocracia. Em linhas gerais, argumenta o autor, justamente, que o problema central dos partidos socialistas foi sempre alcançar uma maioria eleitoral que lhes permitisse ascender ao governo e implementar o seu programa. Esta pretensão está colocada pelo último Engels (1895) e pelo SPD de fins do XIX, como vimos. Przeworski mostra, no entanto, com base em estudo bastante fundamentado, que o proletariado nunca representou, historicamente, a maioria numérica dos eleitores. A diversificação da classe trabalhadora, com a constituição das camadas médias, foi acompanhada, no plano da representação política, pela fragmentação dos partidos. Deste processo resultou outro dilema correlato, que marca a história do movimento operário desde o século XIX, à medida que as conquistas democráticas se avizinhavam: participar ou não? Przeworski compreende que essa pergunta nunca foi de fácil resposta, porque a estrutura do sistema do capital, sobretudo depois das conquistas democráticas dos trabalhadores, abriu efetivamente possibilidades de mudanças nas condições de vida dos oprimidos. Esse caráter indefinido do resultado das lutas (dentro de certos limites, evidentemente) sob o “capitalismo democrático” é que institui a participação, precisamente porque a promessa e a possibilidade concreta de que mudanças se realizem funcionam como motivação elementar do movimento de luta. Porém, é incontornável que esta participação signifique consentimento à ordem. Para tentar alcançar o centro do poder do Estado e implementar uma agenda socialista (que rapidamente se tornará uma agenda de reformas, ressalva), é necessário ampliar a base eleitoral restrita dos socialistas. Este movimento, invariavelmente, institui compromissos de classe que amenizam e transformam a agenda socialista. (PRZEWORSKI, 1989). Não parece ter sido outro o dilema dos eurocomunistas. Voltemos a eles, então.

O ano de 1973 foi decisivo para as esquerdas socialistas e comunistas em todo o mundo. O desfecho da experiência chilena, com o sangrento golpe que pôs fim ao governo da Unidade Popular, de Salvador Allende, serviu tanto aos críticos da “via pacífica” quanto aos seus entusiastas. Berlinguer não ficou de fora do debate. Em mais de uma oportunidade, o secretário-geral do PCI delineou o que seria o reforço da linha política já desenvolvida até

então, em nome da preservação do tecido democrático nacional. O texto intitulado *O compromisso histórico: o aprendizado com a trágica experiência chilena* veio a público no início do mês de outubro daquele ano e contém contribuições valiosas para o nosso debate. O tom geral é de apelo à unidade das forças que guardassem apreço pela democracia, posto que o terreno comum que partilhariam se justificaria pela recusa aos “grupos conservadores e reacionários”. (BERLINGUER, 2009, p. 82).

Pergunta-se Berlinguer se diante da derrota imposta às forças democráticas no Chile, as classes trabalhadoras deveriam também abandonar o “terreno democrático e unitário em benefício de uma estratégia leviana” – entenda-se golpista, violenta. Obviamente, responde que não e reforça o posicionamento oposto. Se a tática conservadora é divisionista, como sugere, posto que antidemocrática, as forças democráticas deveriam responder com mais unidade, evitando ao máximo a fragmentação do país – em alusão clara ao período de ocupação das forças nazifascistas – embora o inimigo já parecesse ser outro<sup>38</sup>. A política de alianças (que nunca saiu de cena) reforça-se com todo o vigor:

Assim, não nos limitamos a buscar e estabelecer convergências com figuras sociais e categorias econômicas já definidas, mas queremos conquistar e incluir, em um articulado conjunto de alianças, grupos inteiros da população, forças sociais não classificáveis como classes, tais como são, precisamente, as mulheres, os jovens e as jovens, as massas populares do *Mezzogiorno*, as forças da cultura, os movimentos de opinião; e propomos objetivos não apenas econômicos e sociais, mas de desenvolvimento civil, de progresso democrático, de afirmação da dignidade da pessoa, de expansão das múltiplas liberdades do homem. Eis o modo pelo qual nós entendemos e cumprimos o trabalho concreto de construir e preparar as bases, as condições e as garantias daquilo que se costuma chamar um ‘modelo’ novo de socialismo. (BERLINGUER, 2009, p. 82).

A tarefa que Berlinguer e o PCI se atribuem, portanto, é a de liderar um amplo arco de alianças que promova o isolamento político das forças conservadoras, a ponto de “evitar que se chegue a uma coligação estável e orgânica entre o centro e a direita”. (BERLINGUER, 2009, p. 83-84). O conjunto das *forças sociais não classificáveis como classes* exigiria, ao que nos parece, que se abandonasse também uma perspectiva declaradamente de esquerda, tornando o

<sup>38</sup> A importância da luta contra o nazifascismo marcou profundamente o imaginário político das esquerdas, especialmente após as lutas de *resistência*. Entre alguns outros poucos, este é um dos argumentos centrais dos eurocomunistas para justificar a importância atribuída à democracia na luta pelo socialismo. Vejamos o que diz Carrillo: “Na luta contra o fascismo, os comunistas e outras pessoas temos confirmado que as liberdades democráticas, mesmo com todas as limitações e restrições aplicadas na sociedade burguesa, têm um valor real que não pode ser subestimado. Talvez por termos vivido essa sinistra experiência compreendemos melhor que *a democracia não é uma criação histórica da burguesia*, como chegamos a pensar nos momentos em que nossa obsessão consistia antes de tudo em nos desmarcarmos do ‘democratismo burguês’ e em afirmar a posição e a ideologia dos trabalhadores diante dele”. (CARRILLO, 1977, p. 133, grifo do autor).

socialismo, como já dissemos, um ideal ético, à moda dos socialistas utópicos. Senão vejamos como se combinaria um projeto revolucionário, socialista, que não comporta classes nem se entende como pertencente à esquerda do espectro político:

Eis por que falamos não de uma “alternativa de esquerda”, mas de uma “alternativa democrática”, isto é, de uma perspectiva política de colaboração e entendimento das forças populares de inspiração comunista e socialista com as forças populares de inspiração católica, além de outras forças de orientação democrática. (BERLINGUER, 2009, p. 84).

Não se trata de um caso de mera retórica. Ao contrário, o discurso expresso pelo PCI denuncia o teor do “compromisso histórico” que propõe, traduzido, em poucas palavras, num “caminho seguro de desenvolvimento, de renovação social e de progresso democrático”. (BERLINGUER, 2009, p. 84). Dito de outra forma, o pouco que havia de uma retórica socialista e revolucionária refletia o empenho na preservação de condições gerais que permitiriam uma atuação política previsível, calculada, sob um quadro seguro de regras democráticas. A avaliação de como e com que intensidade esta conduta proporcionaria condições para a luta socialista (ou, ao contrário, redundaria na apassivação da classe pela ordem) foi, por excelência, o dilema comunista. Não por coincidência, um pensador honesto como Bobbio, que certa vez chamou o eurocomunismo de “comunismo revisado” (BOBBIO, 2000, p. 132), alertara para o limite estrutural a se antepor às disposições democraticamente respeitadas das regras do jogo dessa corrente, como método para a conquista do socialismo:

Quem pode excluir a hipótese de que exista um limite de tolerância do sistema, de tal forma que o sistema se despedace somente para não se dobrar às exigências? [...] me parece mais que justa a suspeita de que o progressivo alargamento das bases democráticas encontraria uma barreira insuperável – insuperável, claro, no âmbito do sistema – em frente aos portões da fábrica. (BOBBIO, 1983, p. 90)<sup>39</sup>.

Houve muita repercussão negativa das ideias de Berlinguer relativas ao “compromisso histórico”. À direita e também à esquerda o Partido angariou descontentamentos: uns

---

<sup>39</sup> Carrillo, indo também ao limite da coerência entre os propósitos políticos declarados e os desafios colocados pela realidade concreta, aponta para uma direção parecida a de Bobbio: “E não se pode pensar em transformar a sociedade sem alcançar o poder do Estado, sem que os trabalhadores se elevem à condição de força hegemônica na sociedade, em detrimento do capital monopolista, e a serviço de *todos* os que vivem do seu trabalho. A questão está em determinar se isto é possível, sem alterar as regras da democracia, mudando o conteúdo de instituições democráticas, tradicionais, completando estas com novas formas que expandam e afirmem ainda mais a democracia política”. (CARRILLO, 1977, p. 135).

exigiram o rompimento imediato com o PCUS e a URSS e outros o acusaram de se render à socialdemocracia. Gramsci continuava a ser o bastião a partir do qual o Partido tentava se legitimar em sua prática política. O próprio presidente de honra do partido à época, Luigi Longo, cobrou do secretário-geral mais precisão teórica, posto que compreendia que falar de “bloco histórico” seria mais apropriado. Pouco tempo depois, Berlinguer respondeu, um tanto evasivamente, que a crítica procedia em alguma medida e que a “substância é igual” entre um conceito e outro (“compromisso histórico” e “bloco histórico”). De modo quase telegráfico, eis a passagem gramsciana que deve ter inspirado Berlinguer:

Uma iniciativa política apropriada é sempre necessária para libertar o impulso econômico dos entraves da política tradicional, ou seja, para modificar a direção política de determinadas forças que devem ser absorvidas a fim de realizar um **bloco histórico econômico-político novo**, homogêneo, sem contradições internas; e, dado que duas forças ‘semelhantes’ só podem fundir-se num organismo novo através de uma série de compromissos ou pela força das armas, unindo-as num plano de aliança ou subordinando uma à outra pela coerção, a questão é saber se se dispõe desta força e se é ‘produtivo’ empregá-la. Se a união de duas forças é necessária para vencer uma terceira, o recurso às armas e à coerção (desde que se tenha disponibilidade de fazê-lo) é uma pura hipótese metodológica e **a única possibilidade concreta é o compromisso**, já que a força pode ser empregada contra os inimigos, não contra uma parte de si mesmo que se quer assimilar rapidamente e cuja ‘boa vontade’ e entusiasmo é preciso obter. (GRAMSCI, 2007, p. 70, grifos nossos).

O conceito de *bloco histórico* é um dos mais controversos em Gramsci, abordado em pouquíssimas passagens ao longo dos *Cadernos do Cárcere*. No entanto, parece haver consenso entre os seus exegetas de que uma aplicação reducionista do conceito tendeu sempre a corromper a sua dimensão marcadamente analítica das relações entre *estrutura* e *superestrutura*, em nome de um viés tático-estratégico, “o que resulta no erro teórico de conceber o bloco histórico como uma simples aliança entre classes sociais” (PORTELLI, 1977, p. 14). Um novo *bloco histórico* não deve pressupor apenas a reunião de grupos de interesse sob um determinado conjunto de bandeiras, sem pretender alterar a própria *estrutura* que a *superestrutura* reflete, dialeticamente. Para os eurocomunistas, a relação pareceu inverter-se: pretenderam acessar a superestrutura e, a partir dela, promover a mudança na *base*, embora não neguemos que em Gramsci, precisamente pelo caráter integral, não fragmentado, presente na relação estrutura-superestrutura, “afinidades de natureza cultural” possam também figurar como cimento de um novo bloco histórico, como aponta Coutinho. (2007a, p. 73). Isoladas, no entanto, não passam de retórica.

Mas há ainda nesta passagem algo interessante a se notar, que marca também a compreensão do conceito de *hegemonia* para o autor dos *Cadernos do Cárcere*. Parece relativamente claro que o conceito guarda uma dupla articulação: condução dos aliados, que implica a existência de consenso no interior do bloco, e domínio sobre os adversários, pelo consenso e também pela força. A formação de um *bloco histórico*, que se expressa na construção de compromissos, não pode abrir mão desta posição de dupla liderança, nunca meramente eleitoral e política (mas também econômica) ou constituída em bases puramente institucionais. O PCI e seu “compromisso histórico” não pareciam gozar desta posição, o que os obrigou, nos parece, a abusar da categoria do pluralismo – estranha ao próprio Gramsci.

A partir deste desenho da estratégia chegamos aos elementos que lhes dão base, essenciais para a afirmação da democracia nos termos laudatórios em que foi expressa em 1977. Para os eurocomunistas, o impulso revolucionário de 1917 esgotara-se. Tratava-se da afirmação do socialismo sob uma nova era, democrática e gradual. Isto impunha a compreensão de que a oportunidade histórica da revolução não mais se apresentaria como numa *situação revolucionária*, onde um conjunto determinado de condições objetivas e subjetivas se configuraria em dado momento histórico. No discurso dos eurocomunistas, face ao que se acreditava ser o trabalho cotidiano, diluído e gradual de construção do socialismo pela via democrática, há certo fatalismo (kautskyano) que parece dispensar a conjugação dialética de condições objetivas e subjetivas em cada conjuntura determinada, desde que observada a manutenção das regras do jogo democrático, através do qual se afirma um progresso incessante que terminaria por desembocar no socialismo, *consequentemente*.

É sob tal base que Berlinguer falará de uma “revolução democrática”, termo concebido também em Lênin, mas que para o revolucionário russo guardava o sentido de etapa democrática da *revolução permanente*. Para o eurocomunista, diferentemente, a revolução democrática – expressão hoje adotada por uma plêiade de organizações da sociedade civil, personagens da política institucional e intelectuais como Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e seus seguidores – é o próprio caminho para a edificação do socialismo em sociedades de capitalismo desenvolvido ou, como traduz, “a introdução de elementos de socialismo no capitalismo”<sup>40</sup>. (BERLINGUER, 2009, p. 93). Tudo cabe na “revolução democrática” de Berlinguer, já que ela deve incluir a todos:

---

<sup>40</sup> Santiago Carrillo neste quesito não deu chance a concorrentes: “A coexistência de formas de propriedade pública e privada significa aceitar a produção da mais-valia, e a apropriação privada de uma parte desta, ou seja, a existência de um sistema misto. A sociedade possui os meios para assegurar, através do imposto, que essas mais-valias não sejam exorbitantes, e que, não obstante, sejam suficientes para estimular a iniciativa privada. Além disso, controlando o crédito, tem a possibilidade de canalizar a poupança para os fins mais convenientes ao

A luta de libertação nacional colocou as premissas da construção de uma ordem superior de sociedade e Estado abertos a todo e qualquer progresso. Então, agora, há necessidade de uma nova etapa da revolução democrática e antifascista, chamando a grande maioria dos cidadãos a se unirem – com um esforço excepcional de trabalho, luta, cultura e criatividade – em torno de um conjunto de objetivos que realizem a salvação e o renascimento do país, e o levem adiante. (BERLINGUER, 2009, p. 94).

Se não bastasse, 30 anos depois de terminada a guerra, a presença em discurso do mesmo inimigo (o fascismo) a justificar a unidade de todos entre todos, os valores a serem defendidos, que têm por base um desenvolvimentismo datado que não poupou os eurocomunistas, não parecem nada universais. Na contramão de suas bases teóricas declaradas, a sociedade civil para os eurocomunistas parece figurar como espaço de exercício da liberdade, onde se reúnem forças do bem empenhadas em conquistas civilizatórias universais. A dimensão da luta de classes na sociedade civil – o ponto alto da contribuição de Gramsci ao marxismo – parece adormecida.

As eleições de 1976 – ano que marcaria o auge e o início do declínio do eurocomunismo (AMADEO, 2006, p. 58) – se aproximavam e, em paralelo, acentuava-se o processo de socialdemocratização do PCI. Para além dos sinais amistosos e chamamentos ao capital, a principal qualidade política com a qual os eurocomunistas se apresentavam, depois da defesa incondicional das regras do jogo democrático, era a honestidade e lisura de suas administrações regionais. Algo como *o modo eurocomunista de governar* despontava como o cartão de visitas do PCI nas manifestações públicas de Berlinguer. (BERLINGUER, 2009, p. 95-104). Ou como sintetiza Amadeo: “A estratégia proclamada de construção contra-hegemônica se transformou, pouco a pouco, em uma simples política democrática de alianças eleitorais”. (AMADEO, 2006, p. 65).

Em fevereiro e junho daquele ano, duas entrevistas concedidas pelo secretário-geral do PCI a órgãos da chamada grande imprensa italiana contribuíram para pôr em evidência o peso

---

conjunto do país. Este sistema, ainda misto no econômico, vai traduzir-se num regime político no qual os proprietários poderão organizar-se não apenas economicamente, mas também em partido ou partidos políticos representativos de seus interesses. Esse vai ser um dos componentes do pluralismo político e ideológico. Tudo isso significa igualmente que a luta de classes se manifestará abertamente, apesar de o consenso social ser logicamente maior do que o existente na sociedade atual em que o capital monopolista tem a hegemonia. A superação das diferenças sociais seguirá um processo natural, não será consequência de medidas coercitivas, porém do desenvolvimento das forças produtivas e dos serviços sociais, de forma que, através de um processo gradual, favorecido pela educação, todos os setores da população ir-se-ão integrando no coletivo social. Resumindo, a democracia político-social terá ainda diferenças sociais não dissimuladas no coletivo social. Contudo, a posição dominante do setor público na economia e a hegemonia política das forças do trabalho e da cultura assegurarão a marcha progressiva para a sociedade sem classes, igualitária: para o socialismo”. (CARRILLO, 1977, p. 72).

e a predominância da tática eleitoral de sedução de novas massas de eleitores, bem como para intensificar o distanciamento do PCI da órbita de influência do PCUS. E já que comodamente no balaio da radicalização da democracia parecia caber de um tudo, foi possível tentar atrair quase todos mantendo o discurso a favor do socialismo e contra a socialdemocracia e o socialismo real. Na primeira dessas entrevistas, pergunta o jornalista a Berlinguer: “Sobre os eurocomunistas, *The Economist* escreveu: ‘Estão a meio caminho da independência, a meio caminho da democracia’. Em suma: pode-se realizar um programa comunista respeitando-se a democracia?”. Antes de conhecermos a resposta, cabe dizer que o viés explorado pelo entrevistador não pretendia tocar no possível desajuste entre o desenho de um projeto contra a ordem (comunista) que pretendia utilizar-se da mesma ordem, paradoxalmente, mantendo-a intacta para subvertê-la – como fazemos aqui. Antes, transitou pela vala comum que marca no lombo das experiências socialistas a pecha da antidemocracia. A resposta do entrevistado, evidentemente, também é sintomática das opções eurocomunistas, que, como de costume em casos de transição discursiva e prática no espectro político da esquerda para a direita, desagrada e afasta a primeira e gera desconfiança na segunda. Berlinguer oferece, então, um comunismo bem arrumado:

Nego que estejamos ‘a meio caminho’ da independência: nossa independência – como já disse – é total. E total é também nossa adesão à democracia e às suas regras. Explicamos e repetimos que a assunção da direção política, por parte das classes trabalhadoras, pode e deve se realizar na Itália com total respeito às instituições democráticas, aos princípios da liberdade e às indicações transformadoras inseridas na nossa Constituição. Sabemos que a construção da sociedade socialista – que hoje está objetivamente madura e é necessária para a salvação da Europa – põe delicados problemas: econômicos, com o risco de quedas bruscas no desenvolvimento produtivo, e políticos, com a necessidade de evitar tentações autoritárias.

Com estas preocupações, elaboramos nosso programa de renovação e de unidade. Consideramos necessárias várias formas de gestão econômica, reconhecendo amplo espaço à empresa privada dentro de uma programação pública nacional, elaborada e realizada democraticamente. Quanto às tentações autoritárias, o modo mais seguro de evitá-las é dar ao poder político a mais ampla base de consenso e de participação dos cidadãos, realizar uma aliança entre todos os partidos populares e antifascistas, e manter viva e desenvolver a adesão dos cidadãos às liberdades. (BERLINGUER, 2009, p. 107).

Mas “nada disso significa que queremos nos tornar socialdemocratas”, disse pouco antes o mesmo Berlinguer<sup>41</sup>. (2009, p. 106).

Parece haver um propósito de, no lugar de abandonar por completo a retórica socialista (porque isto significaria uma explícita socialdemocratização do partido, também no discurso), tornar o socialismo outra coisa, mais palatável para amplas camadas sociais, como se um processo como este pudesse primar por uma tática eleitoral e dispensar o trabalho de base, de construção de uma democracia de fato radicalizada, para além e em permanente tensionamento e subversão das instituições democráticas empenhadas no zelo das regras do jogo. É apenas o que pode explicar que o socialismo seja apresentado sob tal feitio que, no máximo, “põe delicados problemas econômicos e políticos”, como o abalo do “desenvolvimento produtivo” e as “tentações autoritárias”. Ora, a quem senão às classes empresariais mais importaria a ocorrência de problemas na cadeia produtiva? Ou seria razoável supor que Berlinguer estivesse se dirigindo aos trabalhadores em geral para apresentar suas preocupações quanto à ocorrência de possíveis crises de abastecimento ou obsolescência tecnológica numa sociedade de transição socialista? Em que pese a crítica procedente à burocratização e ao viés autoritário dos regimes socialistas em geral, a quem mais senão aos que poderiam ter seu direito de usurpação violentamente suprimido Berlinguer apresenta os seus receios de um desvio autoritário e também a fórmula para impedi-los? O amesquinamento do projeto socialista é flagrante. Notadamente, não era aos trabalhadores que Berlinguer e o PCI se dirigiam<sup>42</sup>.

---

<sup>41</sup> “Não estamos retornando à socialdemocracia!”, diria também Carrillo no ano seguinte. (1977, p. 121).

<sup>42</sup> Marilena Chauí, analisando a política brasileira dos anos 1980, apresenta uma interessante caracterização do que seria uma prática socialdemocrata. Vale notar como o eurocomunismo não parece deixar muitas dúvidas, em toda parte, quanto à sua filiação: “Digamos, de modo aproximativo, que há pelo menos quatro sinais concretos para o possível surgimento de uma oposição de estilo socialdemocrata: os vínculos de certos setores das oposições com a democracia cristã, os vínculos de alguns setores da oposição com a Internacional Socialista, a ênfase dada por certos setores da oposição à ideia de uma política nacional-popular e, enfim, o despontar da linha ‘euro’ nas fileiras do partido comunista”. Mas continua Chauí: “Nossa referência é uma determinada concepção (teórica e prática) da atividade política cujo teor coincide com o de uma visão socialdemocrata. Caracterizemos a prática política de tipo socialdemocrata como aquela que tenta uma ‘síntese do socialismo e da democracia, esta última entendida como um regime sob o império da lei, numa política sustentada por grupos que apoiam a democracia baseada na liberdade e na lei, que estão prontos para uma cooperação pacífica e para uma coalizão com partidos burgueses e que sustentam, ao mesmo tempo, um programa de reformas não-violentas ao longo da linha temporal evolutiva’. Dada a sua antiga origem como política de esquerda, a política socialdemocrata precisa, para ser aceita constitucionalmente, enfatizar seu caráter não-beligerante e legal, assim como a ideia de evolução, excluindo, portanto, ‘ações prematuras’ ou de tipo radical-esquerdista. Na qualidade de política de massa, a socialdemocracia enfatiza também o nacionalismo [...]. Como política moderna, a socialdemocracia defende o intervencionismo estatal [...]. O programa de reformas, dependente da cooperação pacífica ou até da coalizão com partidos de outras orientações e representantes dos mais diversos setores sociais, define a política socialdemocrata como política de frente ou de aliança [...]. Tendo uma concepção evolutiva do processo histórico, a socialdemocracia não pretende impor-se de modo ‘espontaneísta’ ou ‘voluntarista’, mas apenas quando as condições objetivas para sua implantação no cenário político estiverem maduras”. (CHAUI, 2001, p. 230-233).

Ainda outro aspecto a ser destacado é quanto ao afastamento da órbita de influência do PCUS, que embora vigorosa nesta passagem não superaria, em termos de impacto, o que viria a seguir. Antes, no entanto, cabe notar que o destaque conferido por nós a esta dimensão do problema não se deve a uma recusa, de nossa parte, do movimento de distanciamento em si, embora não se possa negar a sua importância para a compreensão do processo como um todo, mas como já apontamos em outros momentos, a defesa incondicional da democracia parece se constituir em elemento diretamente resultante das exigências que se impuseram sob uma determinada leitura da realidade, na tentativa de construção de uma independência, muito mais do que, propriamente, uma estratégia cuidadosamente pensada para o alcance dos objetivos declarados pelo discurso eurocomunista.

Alguns meses mais tarde desta entrevista, a poucos dias da eleição que viria a se configurar no melhor resultado eleitoral do PCI em toda a sua história, na disputa para o Parlamento, Berlinguer pronunciou-se sobre questões ligadas à “original via italiana para o socialismo”. Indagado sobre uma possível intervenção soviética caso o socialismo italiano viesse a se consolidar e representar uma recusa explícita à centralidade do poder soviético dentro do bloco socialista – como ocorrera em Praga, em 1968, quando os tanques soviéticos e os Estados-membros do Pacto de Varsóvia reprimiram violentamente a tentativa de liberalização política e econômica da então Tchecoslováquia – ele não titubeou: “Nós estamos em outra área do mundo. E, supondo-se que haja a vontade, não existe a mínima possibilidade de que nossa via para o socialismo possa ser obstaculizada ou condicionada pela URSS”. O arguto jornalista, então, insiste, atrás de uma declaração bombástica: “O senhor, então, se sente mais tranquilo exatamente porque está na área ocidental?”. Berlinguer avança: “Eu penso que, não pertencendo a Itália ao Pacto de Varsóvia, deste ponto de vista há absoluta certeza de que podemos continuar na via italiana para o socialismo sem nenhum condicionamento”. Arremata o entrevistador: “Em suma, o Pacto Atlântico pode ser também um escudo útil para construir o socialismo na liberdade...”. Berlinguer finaliza, ingênuo e triunfante ou hábil e oportunista: “‘Também’ por isso não quero que a Itália saia do Pacto Atlântico, e não só porque nossa saída abalaria o equilíbrio internacional. **Sinto-me mais seguro estando deste lado**, mas vejo que, também deste lado, existem sérias tentativas de limitar nossa autonomia”<sup>43</sup>. (BERLINGUER, 2009, p. 109-110, grifo nosso).

---

<sup>43</sup> Sobre este episódio, declarou Coutinho certa vez: “Minha ida para a Itália foi certamente um dos momentos mais importantes na minha formação política e intelectual. Lembro-me de que cheguei na Itália, liguei a televisão e vi Enrico Berlinguer, então secretário do PCI, dando uma entrevista na qual dizia mais ou menos o seguinte: ‘Sinto-me mais protegido, para fazer o socialismo que eu quero, sob o guarda-chuva da OTAN [Organização do Tratado do Atlântico Norte] do que no Pacto de Varsóvia’. Eu, que ainda pensava com a cabeça

Não há como tergiversar sobre tais declarações. Fizemos questão, inclusive, de lançar a citação integral da parte final, por puro dever de rigor científico, mas a pobre relativização que é feita na sequência em nada parece negar a força da afirmação de que a ordem capitalista é o espaço mais apropriado e seguro para o desenvolvimento do socialismo italiano. Eis o terreno sobre o qual será lançada a “democracia como valor universal” um ano mais tarde, com pompas e circunstâncias. Embora haja ainda o que ser dito *sobre ela*, a recuperação dos seus alicerces, parece, já nos disse bastante.

Em 1977, portanto, por ocasião da comemoração dos 60 anos da Revolução Russa, na cidade de Moscou, Berlinguer causou mal-estar quando declarou contundentemente sua adesão e a do PCI aos valores democráticos ditos *universais*. Os recados à alta cúpula do PCUS eram claros. Berlinguer atualizava Togliatti quanto à necessidade de que cada formação nacional chegasse às suas próprias conclusões sobre os melhores caminhos para a conquista do socialismo<sup>44</sup>. Isto, por consequência, implicava, segundo o seu entendimento, que a relação entre os PCs fosse marcada não pela ascendência de uns sobre outros, mas pelo “livre confronto de opiniões diferentes [...] e a não ingerência nos assuntos internos”<sup>45</sup>. (BERLINGUER, 2009, p. 116). Isto representava mais um duro golpe na tentativa do PCUS de promover um realinhamento dos partidos em torno de sua esfera de influência<sup>46</sup>. Na sequência, Berlinguer assume a fala em nome dos PCs francês e espanhol, sem nominá-los. Passemos à formulação integral:

O Partido Comunista Italiano também surgiu sob o impulso da Revolução dos Soviéticos. Ele cresceu depois, sobretudo porque conseguiu fazer da classe operária, antes e durante a Resistência, a protagonista da luta pela reconquista da liberdade contra a tirania fascista e, no curso dos últimos 30 anos, pela salvaguarda e o desenvolvimento mais amplo da democracia. A experiência realizada nos levou à conclusão – assim como aconteceu com

---

de Palmiro Togliatti e, portanto, era bem menos crítico em face da URSS, pensei: ‘Mas esse cara é um traidor, isso é um absurdo completo’. Terminei, porém, a partir de minha experiência com o PCI, tornando-me ‘eurocomunista’ [...]. Dizer que a OTAN era melhor do que o Pacto de Varsóvia foi algo que me chocou profundamente. Mas, ainda que até hoje tenha dúvidas se essa era a real alternativa, aprendi muito nessa minha estada na Itália”. (COUTINHO, 2012, p. 398).

<sup>44</sup> Neste aspecto, há que se fazer uma distinção. O afastamento do arco de influência do PCUS e mesmo o abalo e a quebra da unidade do bloco socialista, foi, sobretudo, uma linha política adotada pelo PCI sob Berlinguer. É conhecido o zelo de Togliatti pela preservação da *unidade* do mundo socialista, mesmo na diversidade (como propugnou no seu *Memorial de Ialta*). Sua defesa dos caminhos nacionais para o socialismo, embora por definição, tenha sido mesmo a base de afirmação da independência dos PCs em relação ao PCUS, não elidiu a defesa incontestada que promoveu da unidade do bloco. (SPRIANO, 1987).

<sup>45</sup> “...o PCI é filho da Revolução Russa de 1917, mas um filho já adulto e autônomo”, diria numa entrevista em 1981. (BERLINGUER, 2009, p. 138).

<sup>46</sup> “Embora distintas umas das outras, as definições eurocomunistas desses três partidos [italiano, espanhol e francês] fizeram fracassar as metas soviéticas de recentralização do movimento comunista internacional em torno de uma linha pró-soviética na Conferência dos Partidos Comunistas realizada em Berlim Oriental no ano de 1976”. (BOTTOMORE, 1988, p. 143).

outros partidos comunistas da Europa capitalista – de que **a democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é forçado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual se deve fundar uma original sociedade socialista.** (BERLINGUER, 2009, p. 116, grifo nosso).

Hábil com as palavras, no mesmo movimento Berlinguer apresenta a “via democrática” como produto da experiência italiana, condizente com a particularidade do feitio da luta pelo socialismo em cada realidade nacional, que acabara de defender, e como método universal que, como sugeria, deveria guiar, a partir de então, os rumos da conquista do socialismo no ocidente – num exercício explícito de demarcação das fronteiras entre o que seria o mundo russo e o mundo europeu ocidental. Se a comparação do autoritarismo soviético com tirania fascista ficava no ar, na frase seguinte o secretário-geral faria a crítica, ponto a ponto, dos rumos do socialismo real com os olhos voltados para o seu centro de irradiação.

Eis por que a nossa luta unitária – que procura constantemente o entendimento com outras forças de inspiração socialista e cristã na Itália e na Europa Ocidental – está voltada para realizar uma sociedade nova, socialista, que garanta todas as liberdades pessoais e coletivas, civis e religiosas, o caráter não ideológico do Estado, a possibilidade de existência de diversos partidos, o pluralismo na vida social, cultural e ideal. (BERLINGUER, 2009, p. 116).

Há ainda algo mais. O teor do discurso e das formulações dos eurocomunistas, da dita esquerda pós-comunista, pretendeu ir além da crítica que precisava ser feita. Parecem ter comprado a dogmatização do inimigo de classe, a ponto de compreender que a única alternativa para que o socialismo não se corrompesse com tentações autoritárias era não ser mais socialismo. Como já insinuamos, portanto, o fenômeno da fetichização da democracia é parte-síntese de um processo mais amplo que envolveu e envolve uma concepção de sociedade civil e de Estado muito pouco condizentes com as matrizes teórico-políticas marxistas declaradas por seus próprios defensores. “Caráter não ideológico do Estado”? Haja revisionismo para enquadrar Marx, Engels, Lênin e Gramsci nos quadros do liberalismo. Este último, inclusive, teria respondido ao vivo se tivesse tido a chance: “Na política, o erro acontece por uma inexata compreensão do que é o Estado (no significado integral: ditadura + hegemonia)”. (GRAMSCI, 2007, p. 257).

### 2.3 Um Gramsci no caminho

Provocados, então, vejamos um pouco mais detidamente o pensamento deste autor, cuja herança é pretendida pelos eurocomunistas. Começemos pelo Estado, sem mais delongas. Em Gramsci não há espaço para neutralidade do Estado e nem, portanto, fetichização de suas funções e da utilidade que poderia prestar às classes trabalhadoras em luta e que presta efetivamente às classes dirigentes/dominantes. O Estado dos eurocomunistas é *outro* Estado, como *outra* a democracia:

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’, isto é, o grupo dominante é coordenador concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estrito interesse econômico-corporativo. Na história real, estes momentos implicam-se reciprocamente, por assim dizer, horizontal e verticalmente. (GRAMSCI, 2007, p. 41-42).

Estão claramente colocados os elementos que permitem o desmonte da romantização do Estado, posto que *sociedade política* e *sociedade civil* se distinguem apenas analiticamente, como cansou de dizer Gramsci. E se “a sociedade civil é o próprio Estado” (GRAMSCI, 2001, p. 85), se ambos identificam-se na realidade dos fatos (GRAMSCI, 2007), como afirmou Gramsci em mais de uma oportunidade, pretender por um lado que o aparelho assumira uma ação transformadora ou mantenha-se pelo menos isento de interesses de grupos (diríamos das diversas frações das classes dominantes) e, por outro, que a sociedade civil comungue em torno de valores universais que se colocariam além e acima da base econômica sobre a qual, em última instância, se assenta o conflito de classes, significa precisamente aceitá-lo (o Estado, no mais puro exercício do seu papel de classe) como *força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias nacionais*. Significa, em suma, o troféu das classes dominantes por mais uma batalha ganha. Se não, o que poderia ser mais *ideológico* do que a postulação, pela esquerda, de um “Estado não ideológico”?

Mas supondo que isto não baste, vejamos em Gramsci algumas passagens em que ele analisa e discute a democracia, não antes de tratar, rapidamente, de outros dois conceitos

centrais: *guerra de posição* e *guerra de movimento*. Em primeiro lugar, vale de uma vez afirmar: Gramsci não parece ser o teórico da democracia que se tem tentado caracterizar. Sua preocupação central consiste em compreender como se organiza e desenvolve a dominação de classes. A questão da democracia, que está presente em Gramsci como um importante elemento de deslindamento da forma como se manifesta a *hegemonia* (o autor chega mesmo a tratá-la como sinônimo de “democracia no sentido moderno”) (GRAMSCI, 2006, p. 188), não pode se confundir com a problemática da via pacífica para o socialismo. Esta relação inextricável quem construiu primeiro foi a socialdemocracia alemã, e mais tarde os eurocomunistas a retomaram. Para Gramsci, embora a luta no ocidente exija uma “estratégia de longo fôlego”, com “uma concentração inaudita de hegemonia”, não estão fora de cena os momentos de ruptura, que podem inclusive se multiplicar até o desfecho final (a vitória “definitivamente decisiva” da guerra de posição):

...na política subsiste a guerra de movimento enquanto se trata de conquistar posições não-decisivas e, portanto, não se podem mobilizar todos os recursos de hegemonia e do Estado; mas quando, por uma razão ou por outra, estas posições perderam seu valor e só aquelas decisivas têm importância, então se passa à guerra de assédio, sob pressão, difícil, em que se exigem qualidades excepcionais de paciência e espírito inventivo. (GRAMSCI, 2007, p. 255).

A *guerra de movimento*, em suma, carrega uma articulação com a *guerra de posição* e nada no texto gramsciano parece indicar que devam ser esquematicamente pensadas ou isoladamente executadas. A caracterização, já clássica, que associa a primeira às sociedades de tipo *oriental* e a segunda às sociedades ditas *ocidentais*, aponta, no primeiro caso, a única possibilidade concreta de luta e, no segundo, nos parece, a preponderância de uma estratégia sobre outra e nada mais. Não são, portanto, mutuamente excludentes. Vejamos uma passagem em que Gramsci caracteriza tal articulação de que falamos:

Na guerra militar, alcançado o objetivo estratégico [...] chega-se à paz. [...] A luta política é muitíssimo mais complexa. [...] A resistência passiva de Gandhi é uma guerra de posição, que em determinados momentos se transforma em guerra de movimento e, em outros, em guerra subterrânea: o boicote é guerra de posição, as greves são guerras de movimento, a preparação clandestina de armas e elementos combativos de assalto é guerra subterrânea. (GRAMSCI, 2007, p. 124).

Mas a questão parece chegar a termo se unirmos a este o ponto anterior, referente à separação impropriedade entre Estado e sociedade civil. Os adeptos de uma perspectiva de luta que desconsidera a ruptura (ou promovem o elogio de uma exclusiva e isolada *guerra de posição*), não por coincidência são os mesmos que apostam muitas fichas na luta parlamentar e na conquista do aparelho de Estado. De fato, para uma luta que se pretende sobretudo institucional, a guerra de movimento parece ausente ou desnecessária. Mas se Gramsci estava correto quando identificou as formas contemporâneas da dominação e as possíveis maneiras de reagir a ela, unindo num mesmo esforço, longo e persistente, *posição* e *movimento*, talvez concluamos pelo desserviço apassivador e mistificante de uma luta que se pretende, constrói e executa apenas ou preponderantemente pela via institucional.

Como garante Lincoln Secco, o tema específico da democracia aparece escassamente ao longo dos *Cadernos do Cárcere*. (SECCO, 2006, p. 132). Coerente com a sua preocupação central, via de regra o tema é abordado como forma de manifestação da dominação. Não há em Gramsci a associação incontestável entre democracia e Estado de Direito formal que a socialdemocracia criou e os eurocomunistas retomaram mais tarde. Vejamos uma primeira passagem, das mais significativas:

A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às ‘trincheiras’ e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas ‘parcial’ o elemento do movimento que antes constituía ‘toda’ a guerra, etc. (GRAMSCI, 2007, p. 24).

Não parece difícil afirmar que o autor percebe a democracia como a forma política própria de um tempo a partir do qual a estrutura das classes e seus organismos de defesa de interesses (*aparelhos privados de hegemonia*) se complexificam. A democracia moderna se constituiria, portanto, numa espécie de colchão de amortecimento da luta de classes – para ambas as classes, embora de modos muito distintos. No trecho seguinte a ideia se completa:

Entre os muitos significados de democracia, parece-me que o mais realista e concreto se possa deduzir em conexão com o conceito de hegemonia. No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia e, por conseguinte, a legislação que expressa este desenvolvimento favorecem a

passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente. (GRAMSCI, 2007, p. 287).

O fato de a democracia, assim como o Estado, em seu sentido mesmo *ampliado*, estarem sob plena disputa entre as classes, não quer significar em Gramsci que os beligerantes detenham o mesmo grau de organização e força. A democracia, portanto, sob uma concepção dialética, é parte da luta que precisa ser travada, mas na medida em que nasceu sob a ordem do Estado burguês – mesmo que em parte contra essa mesma ordem –, precisou respeitá-la para poder nascer, e isto a definiu em linhas gerais. Se é produto da complexificação da luta e produz canais através dos quais se escoam, arrefecem ou são parcialmente atendidas as demandas dos subalternos, num *equilíbrio instável* permanente, garante o controle dos dominados ao tempo em que os permite conquistas, que podem variar em profundidade e abrangência, mas que sem ruptura nunca ultrapassarão o limite do essencial à reprodução desta própria dominação.<sup>47</sup>

E aqui já é possível apontar a operação que, parece, se constituir na base fundamental sobre a qual o “caminho italiano para o socialismo” se fundou: a positivação do conceito de *revolução passiva*. O que para Gramsci se constituía, por excelência, em estratégia de dominação burguesa, parece ter sido elevado, pelos eurocomunistas, à estratégia das classes subalternas para a construção do socialismo. Seria o caso de “apropriar-se dessa forma do movimento político da burguesia com o intuito de subvertê-la, invertê-la ou modulá-la”. (BIANCHI, 2006, p. 35). A associação feita pelo próprio Gramsci entre *revolução passiva* e *guerra de posição* (GRAMSCI, 2002, p. 316-317) não parece significar nada mais do que a compreensão de que a luta de classes nunca é jogada apenas por um só time e que, portanto, a burguesia também faz *guerra de posição*. Mas não parece adequado que disto se conclua que a forma e o *modus operandi* da luta, para cada uma das classes antagônicas, deva se dar identicamente. Em suma, assumir uma tática da dominação como estratégia do subalterno é aposta que Gramsci não fez, em primeiro lugar, e uma aceitação *a priori* das regras do jogo do inimigo que parece injustificável.

Diante do que expusemos, não nos parece possível considerar a validade da tese da “democracia como valor universal” apartada de todo o conjunto de conceitos reformulados

---

<sup>47</sup> Ou como afirma Georges Burdeau: “Mesmo utilizando as liberdades públicas que ela [a democracia] não teve outra solução senão reconhecer-lhe, o povo não conseguirá libertar-se, porque os adversários destas liberdades podem também servir-se delas. E a sua situação econômica faz que elas sejam mais eficazes nas suas mãos. [...] Mas a competição é ardilosa, pois a burguesia, dotada dos meios que a sua superioridade econômica lhe confere, tem todas as possibilidades de ganhar, sobretudo se, por cegueira, os meios proletários se prestem ao seu regateio”. (BURDEAU, 1975, p. 53).

face à prodigalidade teórica dos eurocomunistas. A leitura de que uma sociedade socialista não era um objetivo próximo (BERLINGUER, 2009, p. 93-96) parecia o desdobramento esperado, e em certa medida obrigatório, de uma estratégia que não previa a ruptura. O índice das condições objetivas e subjetivas se reduzia agora ao grau e à intensidade da democracia alcançada. Na ausência de um ponto a partir do qual se poderia afirmar o nascimento de uma sociedade socialista, ou a aceleração da marcha noutra patamar qualitativo, posto que isto indicaria a ocorrência de um ato de vanguarda revolucionária, de antecipação do que deveria vir sem irrupções, sobreria uma luta parcial eterna, que por optar pela não ruptura parecia impedir a possibilidade de avanços e saltos imprescindíveis, impraticáveis no estrito respeito da legalidade burguesa.

Ao contrário do que é comum ouvir da esquerda democrática, o sistema do capital e a democracia (no registro da ordem burguesa) já deram mais do que provas de que podem se suportar mutuamente, com certa facilidade. Comumente, o trato de uma democracia plena como potência, e com papel a ser cumprido ainda na luta pelo socialismo, tem se prestado mais à confusão do que ao esclarecimento do debate e da prática política. A necessidade de afirmá-la previamente ao socialismo, como antídoto à experiência do socialismo real, tem impedido que digamos o necessário, com todas as letras: que a *verdadeira democracia*, como disse Marx, é sinônimo da própria superação da sociedade de classes e, portanto, cotidianamente antagônica à ordem burguesa. Se é em parte verdade que a experiência histórica manchou esta máxima – e desconsideramos aqui, por ora, todas as mediações necessárias para a compreensão exata desta afirmação –, não pode haver dúvida de que a fetichização de que viemos falando é consequência de uma tentativa comportada de produzir, previamente, mais democracia, como antecipação do que virá (viria), do que a sociabilidade burguesa comporta. O resultado desta operação tem sido flagrantemente mistificador. E parte dessa mistificação consiste em considerar o pensamento marxista como “entulho autoritário” e fazer de Gramsci o seu antídoto. Mas como bem disse Edmundo Dias, para finalizar: “Não é preciso ser gramsciano para valorizar a luta institucional e o campo da democracia. Mas valorizá-los tampouco faz de alguém um gramsciano”. (DIAS, 1996, p. 111-112).

#### 2.4 Ingrao e Poulantzas: um desvio à esquerda

Até agora o debate da “via democrática” para o socialismo nos tomou inteiramente a atenção, no registro do que se configurou como resposta aos problemas do tempo em que a estratégia

foi formulada (a luta contra o fascismo) e também como reação ao modelo russo de revolução e socialismo. Outro traço decisivo dos eurocomunistas que, embora presente, não foi diretamente explorado por nós, diz respeito à aposta na transformação do Estado, que carrega atrás de si, como a questão democrática, um comboio de polêmica. Desta, em parte e não exclusivamente, trataremos agora. Mas não reside aí a “fronteira” que separa esquerda e direita no interior do eurocomunismo, embora ela não seja tão marcada e clara. Pelo menos uma questão de fundo se apresenta e justifica essa distinção que sugerimos. Ela diz respeito ao papel atribuído a esse Estado e não à possibilidade de sua transformação. Para a corrente que acabamos de ver, tal transformação é, em síntese, uma ação iniciada e dirigida pelo alto, que uma vez detonada se desdobraria em um processo de socialização da política. A participação das massas é afirmada como consequência e desdobramento de uma direção impressa pelo Estado, uma vez que este passasse a ser controlado, democraticamente, pelas forças em aliança capazes de implementar a *viragem da máquina*; é movimento consequente e não fundador, embora conjugado. A ala esquerda dos eurocomunistas não negará o papel do Estado, evidentemente, mas parecerá compreender a sua transformação como parte de um movimento que resulta de uma sólida democracia de massas e não que a institui. Isto é, a formação de uma maioria – objetivo declarado dos eurocomunistas – que daria base à consecução de um conjunto de reformas que, por sua vez, abririam as portas para o socialismo, teria outros propósitos prévios ou concomitantes à conquista pacífica da máquina estatal. O Estado permanece central na estratégia, mas sua transformação não se traduz por uma ação de cúpula e sim por uma luta que se estabeleceria em seu interior, vinda desde baixo.

Os autores indicados aqui por nós cumprem, representativamente, o papel de defesa dessas ideias num espectro mais à esquerda. Pietro Ingrao, também importante quadro do PCI e alinhado com a oposição à linha política do “compromisso histórico” implementada por Berlinguer (BERLINGUER, 2009, p. 53; MAGRI, 2011, p. 24), denunciaria o risco reformista de uma estratégia democrática que pretendia se efetivar mais pela institucionalidade e menos pela base. Em seu *As massas e o poder*, publicado no mesmo ano do famoso discurso de Berlinguer (1977), destrinchará o seu conceito de “democracia de massas”, a partir do qual endossará a aposta do PCI na via pacífica e democrática para o socialismo, não sem antes tomar sob crítica os aspectos que considerava vulneráveis na estratégia defendida pelo partido. Nicos Poulantzas, nascido grego mas radicado na França, em paralelo à carreira acadêmica, foi importante referência das correntes comunistas na Europa, também atuante

junto aos PCs grego e francês, tendo se aproximado do debate eurocomunista italiano (COUTINHO, 2008b, p. 64), justamente de sua ala esquerda (CODATO, 2008, p. 67), especialmente de Ingrao (MOTTA, 2009, p. 222). Assim como Ingrao, Poulantzas compartilhará a aposta na possibilidade de transformação do Estado, mas não sem apresentar o imenso grau de dificuldade associado à tarefa, em face do *modus operandi* da máquina estatal, expresso por sua autonomia relativa frente ao conflito entre as classes fundamentais. Embora o debate em torno da democracia de massas não se constitua na sua questão essencial, como para Ingrao, figurará como a única alternativa concreta de luta pelo socialismo, pela via da transformação democrática do Estado.

#### 2.4.1 Por uma democracia de massas e uma política de reformas

O estabelecimento de uma relação de causa e efeito entre via democrática para o socialismo e reformismo não responde à complexidade das questões envolvidas na aposta, pelo menos não por ora, diante do atual estágio da crítica das esquerdas. Se hoje a agenda em torno da questão democrática encontra-se em pleno movimento de balanço histórico, nos anos 1970, era legítima e justificável a intenção de manutenção da estratégia, ainda que com correções de rumos. Não é senão este o movimento dos eurocomunistas que, em bloco, negavam a possibilidade de socialdemocratização de seus anseios e de sua prática política. Se, no caso das correntes majoritárias até agora apreciadas, o distanciamento entre esta negação discursiva e a prática política efetiva foi crescente, ela reaparece como crítica da crítica na sua ala esquerda. Isto não significou, evidentemente, como a história subsequente mostraria, a salvação da estratégia, mas permitiu que parte dos problemas que hoje apresentam a sua face concreta e acabada já estivessem indicados à época, sob contorno bastante nítido.

Os problemas não parecem ser outros que não a construção de uma *nova maioria*. Mas como garantir a liderança de uma política de alianças com “forças” que, embora potencial e pontualmente interessadas no embate contra o grande capital monopolista, defenderiam a manutenção geral do sistema quando do seu ataque frontal? Como defender o respeito às regras do jogo se elas poderiam ser usadas – com maior benefício, inclusive – pelas forças burguesas, contra os trabalhadores?

Ingrao responderá a essas questões, de início, com a mesma convicção democrática que caracterizaria os eurocomunistas em geral. Dirá o autor:

...a experiência vivida nos países de capitalismo maduro mostra-nos que a expansão da democracia em todos os níveis é hoje uma **condição** para enfrentar os novos modos de penetração e dominação do capital monopolista, para romper seu sistema de alianças e encaminhar a construção de um novo bloco de poder; nisso é que reside o nexos profundo, para nós, entre luta democrática e luta socialista. (INGRAO, 1980, p. 112, grifo nosso).

Está tudo aqui: a convicção de que o desenvolvimento das forças produtivas em formações capitalistas *maduras* não exige mais uma transição socialista que se expresse por uma *ditadura do proletariado*; a recusa da socialdemocracia, por um lado, e do modelo russo, por outro; e a aposta na construção de uma *hegemonia* alternativa que desloque o centro da dominação burguesa para as forças reunidas em torno e sob a liderança dos trabalhadores. Mas nos detemos um pouco. Não exatamente ao contrário, mas de modo distinto, a afirmação da democracia como condição para o enfrentamento do capital, nos parece, se apresenta de modo um tanto mais tático-estratégico do que como resposta aos críticos, à esquerda e à direita, dos desvios do socialismo real.

Nossa posição sobre a democracia socialista não é um “testemunho” feito para salvarmos a alma ou um truque astuto para desmontar os ataques anticomunistas em nosso país: é uma *opção política*, que corresponde a nossa visão estratégica da luta e da edificação do socialismo, que desde agora tem para nós implicações na ação. (INGRAO, 1980, p. 136, grifo do autor)

Mas qual o substrato da aposta, para Ingrao? O que justificaria, além do que já estava dito em linhas gerais pelos eurocomunistas, que a democracia se constituísse em condição para a luta pelo socialismo? A resposta é até interessante, embora as implicações da estratégia não residissem apenas neste ponto. Além do endosso implícito da perspectiva gramsciana para o formato da luta no ocidente, que exigiria um trabalho mais paciente, duradouro e sólido, Ingrao sustentará a necessidade de que as “forças conservadoras” sejam derrotadas em presença, isto é, sob a possibilidade de exercício pleno de suas táticas e estratégias, sem limitações impostas pela suspensão das regras do jogo. Desta explícita “consciência” das condições de luta e das capacidades do inimigo derivaria

a necessidade de golpear com mais dureza e decisão as velhas estruturas, de demolir todos os privilégios das camadas conservadoras, de realizar a

edificação socialista coerentemente. Diria que, quanto mais amplos forem os direitos de liberdade política, tanto mais rigorosa deverá ser a luta para golpear as bases econômicas da velha ordem, e a luta – eis um ponto decisivo – *para renovar e desenvolver as instituições democráticas, para vinculá-las às massas, para animá-las e torná-las eficazes contra a resistência das forças do passado.* (INGRAO, 1980, p. 112, grifo do autor).

No entanto, a aposta numa vitória definitiva sobre um inimigo poderoso, em seu próprio território, não passa impune ao excesso de otimismo também sobre a força dos trabalhadores. Como enredo requentado, a profunda crise do capital nos anos 1970, conjugada ao ascenso do movimento de massas, parece ter servido, noutra escala, como as crises de fins do século XIX e da década de 1920 sobre as quais as esquerdas marxistas formularam suas teses catastrofistas de fim iminente do capitalismo. Ingrao chega mesmo a afirmar que a “socialização da política” era algo necessário para a sustentação do próprio sistema, não como processo associado à *socialização da produção*, como apontara Marx, mas na medida em que estava em xeque a “capacidade racionalizadora da grande empresa, como [...] ordenadora não só da fábrica, mas do território e da sociedade civil”. Uma vez em desgraça o “privatismo”, e “diante dessas *ineficiências*”, era o momento da refundação do “poder local”, através do “sistema de assembleias políticas [...] como ponto de referência e de coordenação para uma vida social que se tornou tão complexa”. Eis porque “a necessidade de ‘socialização da política’ apresenta-se cada vez menos como sonho generoso, como exigência abstrata de democracia, e cada vez mais como necessidade prática: ‘econômica’”. (INGRAO, 1980, p. 34-35, grifo do autor). Noutra passagem, de forma ainda mais clara, defende: “construir uma democracia política que tenha condições não só de intervir na economia com fins igualitários ou solidaristas, mas também de mudar as relações de produção” (INGRAO, 1980, p. 124-125). Ou ainda: “o Estado deve tomar como tarefa explícita o favorecimento da agregação e a capacidade produtiva de novos sujeitos sociais [...]. Por isso, a reforma do Estado é o verdadeiro banco de provas: é talvez a principal *reforma econômica* a ser realizada” (INGRAO, 1980, p. 32, grifo do autor).

Eis a tática da *socialização da economia*<sup>48</sup> através da socialização da política explicitamente colocada – e que seria tão fortemente repercutida pela esquerda democrática brasileira anos mais tarde. A tentativa de não repetir a experiência soviética parece flagrante.

---

<sup>48</sup> Não se trata aqui de *socialização da produção*, como consequente movimento expansivo do capital que, por sua vez, engendra uma crescente *socialização da política*, conforme trabalhado por Marx no livro 1 de *O Capital*. A compreensão de Ingrao é precisamente invertida, como se a *socialização do Estado*, da *política*, pudesse alcançar plenamente as *relações econômicas*, que estão na base do conflito de classes, e tornar favorável aos trabalhadores a correlação de forças.

Se por lá teria faltado precisamente a socialização da política a guiar a socialização da economia, posto que a segunda terminou por realizar-se em sacrifício da primeira, garantir-se-iam as duas em uma quase concomitância, a segunda pelas mãos da primeira e seguidamente retroalimentada por ela. Em que pese o fato de que a tendência à socialização da produção constitui-se em processo inerente ao próprio desenvolvimento do capital – e que por tabela carrega alguma socialização da política –, a sua assunção como bandeira de luta dos trabalhadores só faria sentido se acompanhada do que, no processo do capital, esvazia a socialização inicial: a apropriação privada do produto do trabalho dos produtores diretos. É esta apropriação privada, portanto, em última análise, que “a democratização das grandes decisões que orientam a economia” (INGRAO, 1980, p. 33) proposta por Ingrao pretende atingir com a reforma do Estado. Esta que – e aqui podemos utilizar a experiência chilena com o sentido oposto ao que foi conferido por Berlinguer – não parece franquear o acesso ao seu núcleo tão facilmente e para a qual não parece também haver consenso que baste.

Neste ponto, Ingrao retoma Togliatti com a noção de *Estado proletário*, que para os eurocomunistas seria o Estado de transição de que falaram Marx, Engels e também Lênin, mas algo revisto em sua concepção original: “nós projetamos organizar um poder socialista e um Estado proletário em que determinados direitos políticos – de voto, de palavra, de organização, etc. – sejam conferidos a todos, inclusive a homens e grupos que não são de orientação socialista”. (INGRAO, 1980, p 111). Rememoremos aos poucos os clássicos, para dialogar com Ingrao, começando pelo *Manifesto*:

O proletariado vai usar seu predomínio político para retirar, aos poucos, todo o capital da burguesia, para concentrar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado – quer dizer, do proletariado organizado como classe dominante – e para aumentar a massa das forças produtivas o mais rapidamente possível. (MARX; ENGELS, 2005, p. 108).

Tal como Togliatti, Ingrao supõe um papel distinto para esse Estado de transição, uma vez que, na concepção marxiana-engelsiana sua serventia seria apenas temporária, puramente para a repressão dos inimigos de classe. Lembremos que os eurocomunistas defendem não só a preservação da ordem, por dentro da qual se ergueria o socialismo, como também a coexistência legítima de forças plurais e antagônicas em disputa. Para os clássicos, no entanto, esta concentração temporária de poder, através do Estado, era parte de uma estratégia e não o objetivo a ser alcançado. Vejamos o que diz Engels em carta a August Bebel, datada de 1875:

Conviria abandonar toda essa conversa fiada acerca do Estado, sobretudo após a Comuna, que já não era um Estado no sentido próprio. Os anarquistas nunca se cansaram de nos atirar à cara o *Estado popular*, embora o livro de Marx contra Proudhon e depois o *Manifesto Comunista* digam explicitamente que, com a instauração do regime social socialista, o Estado se dissolve por si mesmo e desaparece. Sendo o Estado apenas uma instituição temporária, de que se é obrigado a servir-se na luta, na revolução, para reprimir pela força os adversários, é perfeitamente absurdo falar de um Estado popular livre: embora o proletariado tenha ainda *necessidade* do Estado, não é de modo algum por causa da liberdade, mas para reprimir os adversários. E no dia em que se tornar possível falar de liberdade, o Estado deixará de existir como tal. (ENGELS, 1975, p. 48-49, grifos do autor).

Ao contrário da corrente majoritária do eurocomunismo, Ingrao abordou, ainda que lateralmente, o tema da extinção do Estado. Sua referência, no entanto, não é mais do que esparsa e hesitante sobre a procedência da tese, que chama de “difícil e contestada meta”. (INGRAO, 1980, p. 38). Fica sugerido, dada a importância atribuída ao Estado na transição propugnada pelos eurocomunistas, que sua extinção, se considerada seriamente, só poderia ser obra deste mesmo Estado – o que pareceria por demais controverso. Embora esta não seja, como dissemos, uma questão de relevo para os eurocomunistas – que estranhamente investem na democracia, *a priori*, como prevenção do que poderia desdobrar-se em antidemocracia, mas não manifestam a mesma preocupação com o peso atribuído ao papel do Estado, que pela mesma prevenção talvez sugerisse uma maior dificuldade para sua extinção futura –, vale recordar o alerta de Lênin para a interpretação truncada sobre o tema pelos socialistas à época da revolução de outubro, a partir da clássica sentença de Engels de que o Estado não seria abolido, mas extinguir-se-ia:

Pode-se dizer, sem receio de engano, que este argumento de Engels, tão notável pela sua riqueza de pensamento, não deixou, nos partidos socialistas de hoje, outro vestígio de pensamento socialista que não seja a noção segundo a qual o Estado ‘se extingue’, na opinião de Marx, ao contrário da doutrina anarquista da ‘abolição’ do Estado. Truncar assim o marxismo é reduzi-lo ao oportunismo, porque, depois de tal ‘interpretação’, fica apenas a ideia vaga de uma mudança lenta, igual, gradual, sem saltos nem tempestades, sem revolução. A ‘extinção’ do Estado, na concepção corrente, geralmente divulgada entre as massas, é sem dúvida nenhuma o adormecimento, senão a negação, da revolução. (LÊNIN, 1978, p. 29).

Guardados os tempos e as diferenças entre as concepções de revolução de Lênin e Gramsci, não seria exagero notar algum encaixe da crítica expressa nesta passagem com a prática política dos eurocomunistas, senão diretamente em relação à questão da extinção do Estado, ao menos no que tange à problemática da edificação de uma sociedade socialista. De um modo ou de outro, não se trata de checar os acertos ou os erros teóricos dos eurocomunistas a partir do que disseram ou não disseram os clássicos. Nossa preocupação neste debate não se traduz como um acerto de contas com o passado, pelo passado, mas reside na avaliação das possibilidades práticas de luta que os trabalhadores construíram em seu passado recente e remoto, a partir do manancial de experiência e teoria de que dispunham, em face do presente. A atualidade desse debate é prova cabal do nosso interesse e recuo na história. Somente assim é que podemos interpretar criticamente o elogio da democracia, do pluralismo, do respeito às regras do jogo, e a valorização do Estado como agente da luta pelo socialismo. Senão vejamos a defesa de Ingrao da originalidade do *caminho italiano*:

Efetivamente – eis a novidade da hipótese da esquerda italiana – nós não nos defrontamos com uma dupla dificuldade: queremos chegar à mudança das estruturas e portanto das relações de poder, para o que não basta apenas uma mudança de homens e de fórmulas políticas; por isso queremos atingir nosso objetivo através do consenso num regime de economia mista. [...] Assim, o ‘gradualismo’ reside na busca do consenso e no agir num contexto pluralista e de conflitualidade de poderes, que não se reduz apenas ao pluralismo partidário. Portanto, estamos experimentando a possibilidade de determinar ‘compromissos’, é verdade, mas compromissos que permitam o deslocamento de poder necessário sem levar imediatamente a uma ruptura vertical e ao isolamento das forças progressistas. (INGRAO, 1980, p. 215-216).

Em suma, lutar no terreno herdado do inimigo, com as regras arrancadas ao inimigo (mas que continuavam a lhe servir), exigiria acirrar o conflito, torná-lo explícito, não silenciá-lo através de uma luta ilegal; exigiria ainda travar uma luta lenta, longa, árdua, mas definitiva, plena de resultados. Nessas condições, sem rupturas, a conquista do consenso e a conseqüente transformação das estruturas atingiria graus incontestáveis.

A expansão da democracia, a participação das massas na gestão do poder econômico e político, a análise crítica, a justa relação dialética entre a elaboração do partido político e a experiência da classe e das massas não são portanto *um luxo*, uma concessão a outros, mas uma necessidade nossa para desenvolver a luta, para criar uma força revolucionária duradoura, sem a

qual nem mesmo a força militar se sustenta. (INGRAO, 1980, p. 134-135, grifo do autor)

Isto requereria uma sólida democracia de massas, com intensa participação democrática, representativa e direta, posto que as massas não poderiam apenas coadjuvar ao longo do tortuoso processo, mas deveriam ser elas próprias os agentes da transformação do Estado e da construção do socialismo (eis aqui, marcadamente, o ponto de inflexão da esquerda eurocomunista). Ingrao vê os anos 1970 como uma oportunidade sem igual para a aposta na força das massas, “antes subalternas” (INGRAO, 1980, p. 31), na Itália, mas também fora dela. Tal presença das massas na vida política, acrescenta, traria a reboque a necessidade de um “executivo forte” (INGRAO, 1980, p. 218), posto que representativo, como expressão direta da socialização da política.

Cabe lembrar também do papel do partido que, se continuava válido para os eurocomunistas, não significava que não devesse sofrer transformações. Para Ingrao – e sua concepção não varia muito em relação à ala majoritária dos eurocomunistas –, um partido moderno deveria ser capaz de atuar sobre um terreno plural e exprimir “sínteses de massa” (INGRAO, 1980, p. 35), ou seja, deveria ser capaz de superar a forma-partido leninista, de vanguarda. Chegara o fim do “monopólio da política” em torno de “organismos predeterminados”, sentenciava o autor. A aposta numa íntima relação entre democracia e socialismo, para Ingrao, era a senha para a mobilização plena do partido, como forma de viabilizar a construção de um novo bloco histórico, a partir de uma rede de alianças. (INGRAO, 1980, p. 37).

Ingrao e os eurocomunistas têm clareza de que este era um caminho novo, ainda pouco ou nada testado. Depois do que expusemos, cabe considerar as preocupações do comunista italiano quanto aos riscos potenciais da estratégia que, nos dias que correm, pareceram se confirmar plenamente. O reformismo, na esteira da socialdemocracia alemã, não se constitui em mero desvio moral e individual – ainda que a vilania e as mudanças individuais de posição de classe também ajudem a explicar as capitulações. O risco está dado como produto direto da luta de classes, de um *equilíbrio instável* permanente. Eis a correta percepção de Ingrao:

emergiu – ou está emergindo – o absurdo, a abstração, a impotência demagógica de uma ação de renovação estrutural da sociedade italiana que concebe as reformas como muitos “pedaços” separados ou separáveis uns dos outros. Uma ação que *permanece* setorial, uma *única* reforma, mesmo a

mais audaciosa, estão condenadas à falência. É necessária uma *política de reformas*, gradual, mas orgânica. (INGRAO, 1980, p. 122, grifos do autor).

Noutra passagem, Ingrao aponta para o que considera o momento crucial da luta, que não hesita também chamar de “limites e dilemas”, quando a prática democrática da classe trabalhadora bate no teto e só tem como alternativas o recuo reformista ou o avanço revolucionário. Ainda que para Ingrao não esteja na conta da estratégia (a não ser como risco em potencial) o recuo, tampouco a certeza cega do avanço o ilude. Do ponto em que está se pode derivar para a manutenção da aposta *reformista revolucionária*, como veremos adiante, ou para a denúncia do estancamento da luta, como aponta, neste último caso, Przeworski (1989). Mais uma vez, Ingrao:

O fato é que, partindo de reivindicações genericamente democráticas (quero dizer que não colocamos diretamente em questão o sistema capitalista), tais como a questão meridional, o desequilíbrio indústria-agricultura, etc., hoje se é *constrangido* a investir não contra as margens, mas contra algo de essencial no sistema atual. O que demonstra o potencial anticapitalista que a sociedade italiana carrega em seu ventre, mas também os limites e os dilemas dos quais se está aproximando a política que chamamos de renovação democrática. (INGRAO, 1980, p. 123, grifo do autor).

Por fim, Ingrao, em mais um sinal de lucidez teórico-política, parece alertar para uma questão que, em verdade, pertenceu sempre à totalidade do movimento comunista internacional.

Nós devemos ter clareza sobre o alcance de tais palavras: não podemos enganar ou nos enganarmos a esse respeito. Se tais afirmações não se destinam a permanecer frases apenas, mas exprimem uma *necessidade*, devemos saber que, no momento de se traduzirem em vontade política, elas exigem que se golpeie diretamente o poder das grandes concentrações econômicas privadas, e que se dê o golpe em dois aspectos vitais, dos quais, com justa razão, essas grandes concentrações são muito ciosas: no momento da acumulação e no momento da opção dos investimentos. (INGRAO, 1980, p. 122, grifo do autor).

Para finalizar, talvez possamos tomar esta última passagem de Ingrao para o debate crítico com o eurocomunismo em geral, posto que a formulação das estratégias parece correr riscos quando se atém aos limites do que se considera alcançável dentro da ordem, como

pretenderam as suas correntes majoritárias. O socialismo científico não teria nascido se Marx e Engels tivessem adotado esta premissa.

#### 2.4.2 As transformações do Estado por um *socialismo democrático*

A contribuição de Poulantzas<sup>49</sup> tem sido constantemente destacada entre estudiosos e militantes da esquerda. Mais especificamente, no entanto, o tratamento dado pelo autor acerca do conceito de Estado foi, sem dúvida, o seu maior legado. Sem abandonar, em essência, a noção marxiana/engelsiana de *Estado de classe*, introduziu uma *perspectiva relacional* para a sua compreensão, elevando-o ao patamar que Marx utilizou para o tratamento do *capital*, não como *coisa*, mas como *relação*. Valorizou também o aspecto apenas indicado pelo próprio Marx e também por Engels, como vimos, da *autonomia relativa* do Estado, tanto no que concerne à luta entre as classes e entre as frações das classes dominantes, quanto no que concerne à economia. A associação desta perspectiva com a defesa de um *socialismo democrático*, que incluía a recusa da fórmula bolchevique de tomada do poder (embora esta filiação não tenha trazido a reboque, para o autor, a recusa também da ruptura da ordem como parte do processo da luta revolucionária), ampliou a teoria da revolução formulada por Gramsci, na medida em que pôs em evidência a importância da aparelhagem estatal como centro estratégico da luta, para ambas as classes. Embora não desconsidere, muito ao contrário, as disputas por hegemonia travadas no âmbito da sociedade civil gramsciana.

Embora já tenhamos tratado do assunto, não custa retomar rapidamente o tema da filiação de Poulantzas ao eurocomunismo. O grau desta adesão, embora ela tenha de fato existido, é motivo de polêmica entre seus comentadores e estudiosos marxistas. De um modo ou de outro, seria empobrecedor tomá-la como rótulo do pensamento do autor, posto que se ele “explicitamente aderiu às propostas estratégicas” (COUTINHO, 2008b, p. 64) desta corrente do pensamento comunista, não o fez de modo integral e indistinto<sup>50</sup>. Posicionando-se à esquerda do movimento, combateu um determinado conjunto de suas formulações, expressas especialmente por Berlinguer e Carrillo. (CODATO, 2008, p. 82). Algumas dessas críticas já podem ser apontadas. Indiquemos duas, basilares, para retomá-las adiante: a) a

<sup>49</sup> Parte da obra deste autor recebeu influência direta do estruturalismo althusseriano. Já na década de 1970, em seus últimos trabalhos, Poulantzas revê posições e incorpora grandemente a obra de Gramsci como sua referência principal. (CODATO, 2008).

<sup>50</sup> Poulantzas nunca se declarou propriamente um eurocomunista, mas o que nos faz colocá-lo aqui sob esse registro, além das indicações dos autores citados, que se referem à sua aproximação da ala à esquerda do eurocomunismo, sobretudo o italiano, é menos uma filiação exata e formal e mais a pertinência de sua obra para esta corrente comunista, presente na sua principal aposta: a *transformação* do Estado.

recusa do Estado como *detentor de um poder apropriável* (Estado-coisa), por um lado, e *agente da transformação social* (Estado-sujeito), por outro, a partir de sua mera conquista eleitoral e b) a compreensão de que *um novo Estado* seria produto de um conjunto infinito de rupturas políticas no seio do *aparelho*, ao contrário da perspectiva eurocomunista majoritária de apelo em favor do aperfeiçoamento incessante dos institutos democráticos da ordem burguesa.

Poulantzas tinha claro em meados dos anos 1970, assim como os eurocomunistas, que eram reais as chances de a esquerda chegar ao poder de Estado pela via eleitoral – pela conjugação dos ventos de maio de 1968, da crise do *Welfare State* e sua consequente estagnação econômica a partir de 1974 (CODATO, 2008; HOBBSAWM, 1995). Mas a clareza de que a conquista formal do aparelho de Estado não só não era suficiente para a consecução da luta pelo socialismo, como as maiores chances, inclusive, eram de que esta luta fosse mais ou menos rapidamente tragada, motivou o seu empenho na busca pelo entendimento desta máquina, a partir do legado marxiano e marxista. O que faz com que “o nó político crucial” (o Estado) figurasse na França de 1976 – bem como na Itália, acrescentaríamos – como “ao mesmo tempo palco da luta da esquerda e muralha a seu acesso ao poder?”, pergunta Poulantzas. E ainda: “Como transformar profundamente este Estado no caso de uma chegada da esquerda ao poder?” (POULANTZAS, 1977a, p. IX–X).

Parte significativa das respostas às questões que formulou, Poulantzas apresentou em 1976, na obra que coordenou e da qual participou como autor, *O Estado em crise*. Ali já estavam presentes, de forma condensada, as noções, hipóteses e perspectivas que seriam desdobradas dois anos mais tarde na sua última publicação, *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Conforme já dissemos, a contribuição central de Poulantzas, em torno da qual circula a miríade de conceitos que criou, diz respeito à noção de Estado como *relação* (POULANTZAS, 1977b, p. 22). Esta percepção, de tacada, punha em xeque o papel do Estado na estratégia de luta comunista formulada até então, seja porque desmontava a tese de que o papel de classe desse Estado (*stricto sensu*) fosse absoluto, infalível e sem fissuras – algo que Gramsci já havia percebido –, seja porque, embora endossando Marx e Engels quanto à impossibilidade de utilização dessa máquina a favor dos trabalhadores, se mantida conforme os interesses da dominação burguesa, propunha a possibilidade de sua transformação. Com esta formulação, o autor reagia às conceituações mais convencionais que davam conta do Estado como “coisa” (“utensílio passivo, senão neutro, totalmente manipulado por uma única fração”) ou como “sujeito” (“autonomia do Estado, considerada

aqui como absoluta, [...] relacionada à sua vontade própria como instância racionalizante da sociedade civil”). (POULANTZAS, 1977b, p. 22).

*O aparelho de Estado não possui poder*, dizia o autor. O *poder de Estado* não seria nada mais do que “o poder de certas classes e frações, a cujos interesses corresponde o Estado” (POULANTZAS, 1977b, p. 22). Isto é, o Estado para Poulantzas mantém-se como essencialmente concebido por Marx e Engels, não exterior nem tampouco acima do conflito de classes, mas desloca-se de uma percepção que o enquadra como mero resultante deste conflito fundamental. O Estado como uma *relação* é a própria luta entre as classes, “constituído-atravesado” por ela. (POULANTZAS, 1977b, p. 23). Disto resulta que não pudesse ser concebido puramente, grosso modo, como instrumento de dominação de uma classe sobre outra, mas sim como espaço estratégico onde se disputa a contenda. Mas isto não equivaleria a tornar o Estado mero terreno do conflito de classes, desprovido de marcas de classe? Não, responderá Poulantzas, posto que, se o conflito fundamental expressa a dominação e a dominação pretende perpetuar-se, o Estado também expressará a mesma condição e intenção, através de sua aparelhagem, de sua *ossatura material*, que seria por definição *dividida, fissurada e contraditória*. Isto é, o Estado de classe da burguesia, ainda que vazado, penetrado, contraditório e permeável à luta dos trabalhadores, comporta exclusivamente a hegemonia burguesa. A construção de uma *hegemonia* de massas passaria, necessariamente, pela construção de um novo Estado. Manutenção da *hegemonia* burguesa ou dissolução desse espaço, eis os caminhos possíveis do conflito.

Ainda que mais notadamente o papel de Estado de classe se objetivasse pela repressão, controle e exercício da violência física sobre as classes subalternas, a sua função não poderia ser reduzida ao binômio “repressão-ideologia”, como se a dominação pudesse se expressar apenas “pelo terror policial e pela repressão interiorizada” (POULANTZAS, 2000, p. 29). Em paralelo, e de modo intimamente associado, caberia destaque para a manutenção de certo equilíbrio, “um certo jogo (variável) de compromissos provisórios” entre as classes em conflito, promovendo a *organização-unificação* do bloco no poder e a *desorganização-divisão* permanente das classes dominadas. (POULANTZAS, 1977b, p. 26; 2000, p. 142, 188).

Que o aspecto ideológico-engodo esteja sempre presente, isto não altera o fato de que o Estado também age pela produção do substrato material do consenso das massas em relação ao poder. Se o substrato difere de sua apresentação ideológica no discurso do Estado, não é contudo redutível a mera propaganda. (POULANTZAS, 2000, p. 30).

O autor faz, no entanto, uma ressalva importante: o aparelho de Estado não concentra apenas o conflito fundamental entre as classes antagonicas, mas também o conflito interno entre as frações da classe dominante que disputam a hegemonia do bloco no poder. E como o papel do Estado é organizar e unificar a dominação desse bloco, a *ossatura material* desse Estado, cristalizada nos seus aparelhos, refletirá a disputa interna do bloco no poder. Ou seja, “as classes dominadas não existem no Estado através de aparelhos ou de ramos que concentrem um poder próprio destas classes”. (POULANTZAS, 1977b, p. 27). E qual não tem sido a pretensão da esquerda, desde a socialdemocracia, senão assumir os aparelhos do Estado, como se para tomar nas próprias mãos as ferramentas de dominação das quais se serviram os seus inimigos? Poulantzas desabona tais pretensões.

Mas isto então significaria que a luta das classes subalternas manter-se-ia exterior ao Estado? Também não, pois sua inscrição na *ossatura material* do aparelho estatal apareceria apenas como reflexo das lutas entre as frações de classe do bloco no poder que, ao fim e ao cabo, é a luta da dessas mesmas frações e, em conjunto, da classe dominante unificada, contra as classes subalternas. Exemplifica Poulantzas:

Se, por exemplo, tal ou qual aparelho reveste o papel dominante no seio do Estado (partidos políticos, administração, exército), é em geral não apenas porque ele concentra por excelência o poder da fração hegemônica do bloco no poder, mas porque ele consegue igualmente, e ao mesmo tempo, concentrar em si o papel político-ideológico do Estado com relação às classes dominadas. (POULANTZAS, 1977b, p. 27).

Ainda assim, conclui Poulantzas, os poderes de classe não são redutíveis ao Estado, mas, inversamente, detêm a primazia sobre os aparelhos que as objetivam. A mensagem embutida, se seguirmos o raciocínio do autor, asseverará o caráter ilusório das lutas ditas contra-hegemônicas que se reduzem ou mesmo que privilegiam a dimensão institucional, como veremos na segunda parte do trabalho. Mas isto constituiria então a negação de uma afirmação anterior acerca do espaço estratégico da luta de classes que o Estado exerceria, para ambas as classes? Não, mas apenas a ressalva de que o Estado, ou melhor, o poder de Estado, não se traduz tão somente pela existência concreta de seus aparelhos, mas reside e emana das relações de produção entre as classes, fundadas, por sua vez, na divisão social do trabalho e na exploração. No âmbito do Estado é que esses poderes se articulariam e se organizariam estrategicamente. “Transformar os aparelhos de Estado numa transição ao socialismo não bastaria para abolir ou transformar o conjunto das relações de poder”, sintetiza. (POULANTZAS, 2000, p. 41).

Na medida, então, que o Estado não concentra poder em si mesmo, mas *condensa materialmente uma relação de forças*, como “um campo e um processo estratégicos” (POULANTZAS, 2000, p. 138-139) – ou ainda como “um *centro* de exercício do poder” (POULANTZAS, 2000, p. 150) –, a dominação não se pode fixar num ou noutra aparelho ou num conjunto deles que, uma vez conquistados, franqueariam a posse do poder de Estado ou da dominação de classe aos seus conquistadores. Ou dito de outra forma, não se poderia acessar o graal da dominação de classe, a ponto de anulá-lo ou transformá-lo, pela conquista institucional do aparelho. Tal conquista não consistiria no encurtamento do caminho para a destruição das relações de produção capitalistas, portanto, posto que suas bases não se encontrariam no Estado. Esta característica constitutiva do poder de classe e do Estado que nasce com ele é o que permite, explica Poulantzas, que as classes dominantes desloquem o centro da dominação, taticamente, toda vez que uma ameaça se aproxima, como quando da conquista do governo pela esquerda. (POULANTZAS, 2000, p. 141).

O debate que Poulantzas promove, portanto, não pode se perder na falsa questão que se colocaria entre transformação ou desaparecimento do Estado. O autor não aborda a problemática, já referida aqui por nós, sobre a existência ou não de alguma forma de Estado no comunismo, nem muito menos no que viria a ser uma sociedade sem classes. Seu debate centra-se na construção das condições para a transição socialista e, como não é incomum entre os que decidem pela consideração deste tema, sua abordagem por vezes é controversa ou mesmo imprecisa. Não há significativas referências ao que seria o Estado hegemônico pelas massas. Fica sugerido que a conquista de uma hegemonia de massas não se trataria de um capítulo definitivo de encerramento da dominação e da sociedade de classes, ao mesmo tempo em que há pelo menos uma passagem em que *transformação* aparece como sinônimo de *desaparecimento* do Estado<sup>51</sup> (POULANTZAS, 2000, p. 267), o que sugeriria não a substituição de um Estado por outro, mas o fenecimento mesmo desta forma especial e concentrada do conflito de classes – supomos, pelo próprio fim do conflito.

Mas como o autor supõe, então, a transformação do Estado, se não se trata de destruí-lo desde o seu exterior? *Pela combinação da luta externa com a luta interna*, afirma, através de um sem número de rupturas, promovidas por “uma luta de massa tal que modifique a relação de forças interna dos aparelhos de Estado”. (POULANTZAS, 2000, p. 262 e 265). Mas alerta:

---

<sup>51</sup> Há também referências à *destruição* do Estado, ora diretamente associada à concepção leninista de revolução, como *tomada do poder*, claramente recusada pelo autor, ora tomada como sinônimo de transformação. (POULANTZAS, 2000, p. 256, 266).

modificar a relação de forças interna ao Estado não significa reformas sucessivas numa contínua progressividade, conquista peça por peça de uma maquinaria estatal ou simples ocupação de postos ou cúpulas governamentais. Significa exatamente um *movimento de rupturas reais*, cujo ponto culminante, e certamente existirá um, reside na inclinação da relação de forças em favor das massas populares no campo estratégico do Estado. (POULANTZAS, 2000, p. 263-264).

Sejamos diretos, num rápido aparte: o reformismo é perfeitamente identificável na prática política, não se trata de cair em relativismos. Mas o seu avesso, digamos, uma prática política revolucionária, não é tão facilmente apreensível, mesmo no discurso, embora infinitamente mais na prática. Feita a exceção para os momentos, digamos, *clássicos* de ruptura violenta da ordem, parece não haver fronteira nítida entre os dois processos, por mínima que seja, posto que só parece possível identificá-la depois que é rompida. Eis o que se apresenta no último trecho citado. *Simple ocupação de postos ou cúpulas governamentais* é uma frase plena de significados políticos, de fácil compreensão. *Um movimento de rupturas reais cujo ponto culminante reside na inclinação da relação de forças em favor das massas populares no campo estratégico do Estado*, no entanto, se traduzido para a prática, não se faz íntegro desde o primeiro passo dado na luta política e, portanto, quase sempre só pode ser reconhecido por sua negação (reformista). Eis o dilema adicional a governar a compreensão dos rumos da luta e da crítica sobre ela, o que só aumenta o desafio também da teoria. Tentemos limpar um pouco o terreno.

Poulantzas percebe o momento em que escreve, de crise do Estado nas formações de capitalismo avançado, como, a um só tempo, crítico e promissor para a luta dos trabalhadores daqueles países. A intervenção crescente do Estado nos domínios do *econômico*, identifica, promovera uma alteração na configuração dos seus aparelhos. Assim, o “estatismo autoritário” – como denominou o processo –, se por um lado, para garantir a saúde do capital, promovera o “declínio das instituições da democracia política”, acentuara o Executivo em detrimento do Legislativo e patrocinara o afastamento das massas dos centros de decisão política, por outro ampliou as fissuras de seus aparelhos, posto que sua nova forma também resultara de um processo de enfraquecimento (POULANTZAS, 2000, p. 208-248), franqueando assim “aberturas inesperadas, rupturas internas, conflitos entre os ramos, fraturas entre as cúpulas e as bases e etc.”. (CODATO, 2008, p. 84). Ou nas palavras do próprio Poulantzas:

Finalmente, o estatismo autoritário engendra ele mesmo, por um lado, novas formas de lutas populares. Constata-se generalizadamente, nos países de que nos ocupamos, a emergência de lutas que visam ao exercício de uma democracia diretamente na base. Essas lutas são marcadas por um antiestatismo característico e se expressam na proliferação de focos autogestores e de redes de intervenção direta das massas nas decisões que lhes cabem: dos comitês de cidadãos até os comitês de bairros, passando por diversos dispositivos de autodefesa e de controle popular, o fenômeno é espantoso e propriamente inédito levando em conta seu caráter maciço. Mesmo se esse movimento se situa “à distância” do Estado, produz consideráveis efeitos de deslocamento no seio do Estado. Fenômeno que caracteriza ao mesmo tempo as lutas políticas mais tradicionais e, muito particularmente, as novas lutas: movimento das mulheres, movimento ecológico, luta pela qualidade de vida. O estatismo autoritário não apenas não consegue o enquadramento das massas em suas malhas disciplinares, ou seja, a “integração” efetiva dessas massas em seus circuitos autoritários, mas provoca uma reivindicação generalizada de democracia direta na base, uma verdadeira explosão de exigências democráticas. (POULANTZAS, 2000, p. 254).

Em suma, a estratégia de uma democracia de massas deveria tomar como ponto central a exploração máxima dessas contradições. Como parece estar claro, no entendimento de Poulantzas isto não significaria investir apenas ou sobretudo na via parlamentar ou eleitoral, como efetivamente fizeram os eurocomunistas. A maioria eleitoral, dizia o autor, era apenas “um momento” da luta, e não a própria luta. Não se tratava, portanto, de uma transformação do Estado pelo Estado, isolado e acima dos poderes de classe que lhe confeririam o seu caráter relacional. Dito de outro modo, a simples presença das classes subalternas no Estado não era sinônimo de poder, nem faria com que a luta pelo socialismo prescindisse da transformação radical do Estado. Arremata o autor: “A ação das massas populares no seio do Estado é a condição necessária para sua transformação, mas não é o bastante”. (POULANTZAS, 2000, p. 146).

Caberia à esquerda, então, a articulação das formas de democracia representativa com a construção e desenvolvimento de formas de democracia direta, na base, como única maneira de alterar a correlação de forças e promover o abalo da aparelhagem estatal com vistas à sua transformação. O desafio não é simples, alerta o autor, posto que

a força de inércia inserida na ossatura do Estado, muito especialmente em seu aparelho econômico, e que se manifesta igualmente em relação à própria burguesia, incidiria muito mais, e não por acaso, sobre a esquerda no poder, mesmo no caso de uma mutação do alto pessoal do Estado. (POULANTZAS, 2000, p. 200).

Por fim, de acordo com a via que propõe, Poulantzas nos fornece pistas para a amenização do dilema que colocamos há pouco: se os impasses decisivos da luta dos trabalhadores têm sido, como aponta, por um lado, o estatismo, que deposita todas as fichas na tomada do *Estado-coisa*, ignorando o funcionamento da máquina e desconhecendo o seu papel no conflito de classes e, por outro, o impasse socialdemocrata, que aposta no protagonismo do *Estado-sujeito* e comete os mesmos erros, embora com outra roupagem, a única saída possível “supõe o suporte decisivo e contínuo de um movimento de massa baseado em amplas alianças populares”. Sem ele, assevera: “nada poderá impedir a social-democratização desta experiência”. E conclui pela “desromantização” do apelo à democracia: “A via democrática para o socialismo certamente não será uma simples passagem pacífica”. (POULANTZAS, 2000, p. 269).

### 2.5 Arremate

Se nos anos 1970, a aposta democrática e pacífica eurocomunista em busca do socialismo parecia em vias de tornar-se realidade, logo a seguir se frustrou. As massas, crescentemente convidadas apenas para o comparecimento às urnas, deixaram de comparecer inclusive a elas. A pretendida renovação do comunismo desaguou na sua dissolução. A democracia voltou-se contra os seus artífices e pacificou a luta de classes em favor das classes dominantes. Em 1991, o PCI se dissolveu dando origem ao Partido Democrático da Esquerda (PDS, na sigla em italiano) – posteriormente Democratas de Esquerda (DS, na sigla em italiano). Na Espanha, o PCE, depois de seguidas derrotas eleitorais, viu sua importância política reduzir-se drasticamente. Em 1982, Carrillo demitiu-se do cargo de secretário-geral. Quatro anos mais tarde, em profunda crise de desagregação interna, o PCE passou a integrar a federação de partidos *Esquerda Unida*, para a qual transferiu sua soberania logo em seguida. O Partido Comunista Francês (PCF) também não experimentou dissolução formal, tendo Marchais permanecido como secretário-geral até 1994. Assim como os outros, amarga profunda crise desde a mesma época. No Brasil, não custa lembrar, também o PCB dissolveu-se em 1992, dando origem ao Partido Popular Socialista (PPS). João Quartim de Moraes sintetiza o desenlace histórico:

A trajetória da corrente ‘eurocomunista’ [...], longe de confirmar-lhe as expectativas otimistas (supondo-se que não fossem meramente retóricas) conduziu rapidamente à deliquescência do PCI. [...] No ‘terreno’ da democracia realmente existente [...], quem retrocedeu não foi ‘o adversário de classe’, e sim os herdeiros de Berlinguer, incapazes de contrapor uma

alternativa de fundo à ofensiva neoliberal. A degenerescência é um poço sem fundo. (MORAES, 2001, p. 10).

Se, como disse acertadamente Gramsci, “na luta os golpes não são dados de comum acordo” (GRAMSCI, 2004a, p. 396), um balanço precisa considerar o quanto da derrota cabe à destreza do inimigo, mas também o quanto o inimigo precisou ou pôde ser mais ou menos destro de acordo com o que se apresentava a ele para o enfrentamento. Os eurocomunistas, na linha da socialdemocracia que diziam combater, parecem ter facilitado a vida do inimigo, mesmo que involuntariamente. E nesse ponto é importante também deixar claro que a crítica ao eurocomunismo não é, neste caso, crítica às suas bases teóricas, mas à síntese que redundou numa determinada prática política e não em outra.<sup>52</sup>

A teoria da revolução de Gramsci continua apropriada para os tempos atuais. O tema da necessária democracia no socialismo também parece fora de crítica. O problema reside na sacralização da democracia e na associação (nada óbvia) desta com uma via pacífica e institucional para o socialismo. Esta combinação, que carrega uma marca socialdemocrata indelével, nunca se sustentou ao longo de sua trajetória, e hoje menos ainda. O permanente elogio das regras do jogo e uma política de cúpula, que absolutizou o Estado como agente da transformação – ainda que em nome das massas –, é a expressão prática dessa estratégia. A defesa do *pluralismo* político sob uma ordem *singularizada* contribui grandemente para esconder a violência que pulsa sob as leis e as superestruturas jurídico-políticas<sup>53</sup>. Os processos de *ocultação* e *inversão* próprios da ideologia burguesa não esperavam tanto sucesso.

Por tudo, nada indica que o reformismo vá nos levar ao socialismo (PRZEWORSKI, 1989), em que pese a tentativa eurocomunista de concebê-lo como revolucionário. As opções tático-estratégicas, os compromissos e as apostas de até então pesam justamente em contrário a essa perspectiva, mesmo que haja sempre flancos abertos à polêmica. “Quando se pode compor uma luta legalmente, ela por certo não é perigosa”, novamente nos socorre Gramsci (2011, p. 277). Por certo ela nem sempre será *perigosa*, posto que também se desenvolverá sob a normalidade legal burguesa, mas o parâmetro da ameaça que se oferece ou não à ordem não pode ser perdido de vista, posto que se constitui em bússola sem a qual o perigo sempre

---

<sup>52</sup> A propósito, afirma Ronald Rocha, com razão: “As ideias do eurocomunismo, que reivindicaram uma leitura liberal de Gramsci, tiveram enorme importância como prolegômeno às elaborações do socialismo liberal contemporâneo”. (ROCHA, 1999, p. 141).

<sup>53</sup> Décio Saes faz uma observação importantíssima na mesma linha de nossa argumentação: “Na atual fase de desenvolvimento da sociedade burguesa, o pluralismo político capitalista implica *sobretudo* [...] a proscrição de projetos situados no outro extremo do espectro político: os projetos revolucionários de destruição do Estado burguês ou de abolição do Estado em geral”. (SAES, 1998, p. 28, grifo do autor).

latente do reformismo (Poulantzas) transforma-se em um inexorável processo de socialdemocratização.

O elogio consequente da democracia, diríamos, na medida em que os fascismos, as ditaduras e o socialismo real – como questões candentes do breve século XX – precisavam de respostas, foi crescentemente assumindo dimensões desproporcionais ao tempo em que essas respostas tornavam-se o *leitmotiv* dos comunistas. A elevação da democracia à categoria de estratégia (traduzida, na prática política, como objetivo final), concebida em paralelo à noção de via pacífica, representou e representa o auge desse processo. Uma síntese crítica geral pode ser feita mesmo a partir da contribuição de Poulantzas. A despeito das incontestáveis ampliações e superações dialéticas a que chegou e do combate às posturas mais moderadas da linha política berlingueriana, pesa negativamente sobre o autor, sob o mesmo registro de certa fetichização da democracia, a atualização que promove e endossa de uma linhagem que vem desde Togliatti, unifica Berlinguer e Ingrao, e aposta na possibilidade de disputa do campo estratégico do Estado a partir de uma correlação de forças favorável aos subalternos (POULANTZAS, 2000, p. 263-264). No lugar da superação do Estado, fica sugerida, para o eurocomunismo, a possibilidade de sua transformação, como vimos.

Para finalizar, ainda em diálogo com os eurocomunistas, à direita e à esquerda (Poulantzas incluso) lembremos de Marx quando disse n’*O Capital* que “o enigma do fetiche dinheiro é, assim, nada mais do que o enigma do fetiche mercadoria em forma patente e deslumbrante” (MARX, 2008d, p. 117). Para trazer luz ao nosso tema, talvez pudéssemos parafraseá-lo: *o enigma do fetiche **democracia** é, assim, nada mais do que o enigma do fetiche **Estado** em forma patente e deslumbrante.*

Vejamos na sequência dos capítulos como a questão democrática, também algo fetichizada, se manifestou no Brasil.

### ***Capítulo 3 – O debate tático e estratégico da esquerda brasileira***<sup>54</sup>

“Manifestações de Junho” é como se convencionou chamar os recentes movimentos de massa em todo o Brasil, surgidos a partir das reivindicações pela redução do valor das passagens dos transportes públicos, iniciadas na cidade de São Paulo em 2013 e organizadas pelo Movimento Passe Livre. Seguidas de violenta repressão policial, em poucos dias, em diversas capitais do país, ao longo de semanas, diariamente, pôde-se presenciar o afluxo às ruas de manifestantes de todo tipo, vocalizando um conjunto multifacetado de discursos e reivindicações, que expressavam, em dose concentrada, questões práticas, aceras, da cada vez mais difícil vida cotidiana nas grandes cidades, revolta acumulada contra o governo, seus agentes e instituições, e também opressões históricas relativas à democracia sempre cambaleante e maltrapilha que caracteriza a sociedade brasileira contemporânea, cravadas no imaginário das classes trabalhadoras.

Não por coincidência, o nome de batismo dos seguidos episódios não se deveu apenas à necessidade da imprensa de criar uma identidade capaz de tornar a transmissão das notícias diárias mais rápida e direta, mas substancialmente a uma situação peculiar do desenrolar da história que, embora não seja possível provar cientificamente, todo mundo que vive sabe do que se trata: aqueles dias marcavam a ocorrência de algo que se inscrevia, enquanto acontecia, na memória coletiva, como acontecimento histórico. Não isoladamente, mas em face de um elenco de questões das quais trataremos, isto talvez nos indique o fechamento de um ciclo político *estratégico* da classe trabalhadora brasileira – iniciado nos anos 1970 e 1980 com a emergência do PT e do novo sindicalismo, em meio ao processo de transição democrática do regime militar. Contemporaneamente, após três governos do PT, é o que a realidade parece nos apresentar.

O exame da história é o recurso permanente para momentos de balanço como o nosso. Se o ciclo liderado pelo PT, com a EDP, inaugura-se sob a autopercepção do novo – em movimento explícito de rompimento com a EDN, sob a liderança do PCB, por décadas –, isto nos exige suspeitar, ao menos, da autoimagem construída, como forma de revelar mais permanências e vínculos do que a necessidade de instituir novas tradições costuma permitir.

---

<sup>54</sup> Este capítulo, com sua estrutura, argumento e hipóteses, é diretamente devedor da disciplina “Classes sociais, sujeito histórico e as estratégias de transformação social”, ministrada por Mauro Luís Iasi no segundo semestre de 2013, no âmbito do programa de pós-graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Muito do que afirmo é endosso das hipóteses e pistas de trabalho atuais deste docente e resulta de debates seminiais travados em sala de aula com o conjunto da turma. A primeira pessoa do plural, sempre protocolar, ganha aqui plena significação.

Para tanto, e por acreditarmos que o ciclo que talvez esteja se encerrando carrega elementos do que pretendeu superar (IASI, 2012), nas páginas que se seguem recuperaremos, panoramicamente, o percurso transcorrido dos anos 1930 aos anos 1980, período em que se desenvolveram, em momentos distintos, as duas estratégias, de modo a caracterizá-las e debatê-las. O papel da questão democrática será evidentemente central para nós, como já é fácil de supor. Veremos como os dilemas do movimento comunista internacional se conjugaram com as peculiaridades da formação social brasileira.

Do saldo deste exame, esperamos extrair elementos que nos permitam compreender melhor o terreno onde emerge o Movimento Sanitário e as opções políticas que fez.

### 3.1 Bases teórico-práticas da estratégia democrático-nacional

Em linhas gerais, para efeito de uma breve caracterização inicial, a EDN vocalizada pelo PCB, mais sistematicamente a partir dos anos 1950, partia da constatação da não ocorrência, no Brasil, de uma revolução burguesa clássica, portadora de uma emancipação política capaz de elevar o grau de desenvolvimento das forças produtivas e, por conseguinte, numa perspectiva etapista, de gerar as condições para a revolução socialista. Face às consequências obstaculizantes resultantes do passado colonial brasileiro, as forças retrógradas dominantes, as oligarquias rurais, latifundiárias, associadas aos interesses do imperialismo, sobretudo o norte-americano, eram consideradas as grandes responsáveis pela renitência do nosso atraso, pela miséria da classe trabalhadora, e contra as quais a burguesia brasileira, considerada débil e frágil, não teria forças suficientes de embate. A reação a este quadro, pela perspectiva dos trabalhadores, com vistas a uma sociedade socialista, só poderia passar então, segundo esta formulação, pelo cumprimento de etapas preparatórias, cuja primeira consistiria, justamente, na realização retardatária da revolução burguesa no Brasil, de caráter antilatifundiário e anti-imperialista, como condição da inscrição do país na modernidade capitalista.

Tal programa exigiria a construção de uma ampla aliança pluriclassista, que pudesse congregiar todas as forças progressistas e democráticas dispostas a unir esforços em nome da superação do atraso brasileiro. Idealmente, sob a direção dos operários e camponeses, tal aliança incluiria a burguesia dita nacional, identificada como uma das vítimas do mesmo atraso e, portanto, suposta e potencialmente interessada em sua superação.

Esta leitura da realidade brasileira, embora contivesse elementos de originalidade, não redundou inteiramente na formulação de uma estratégia também original para a revolução brasileira, mas na transposição de modelos prontos e acabados que precisaram enxergar na

formação social do país, senão exatamente o mesmo, ao menos um passado próximo ao europeu para o vislumbre também de um caminho clássico para o Brasil, tanto capitalista quanto socialista. As dificuldades enfrentadas para uma elaboração teórica e prática autônomas sob pesado domínio stalinista sobre o movimento comunista internacional, formaram os principais elementos do caldo de cultura sob o qual a classe trabalhadora brasileira lutou e pensou.

Como consensualmente aponta a bibliografia, é notória a debilidade da recepção inicial das ideias marxistas no Brasil. Tal situação se deveu em grande parte às condições periféricas do capitalismo brasileiro das primeiras décadas do século passado, rebatidas em sua parca e insuficiente produção teórica, bem como à peculiaridade da constituição da classe trabalhadora brasileira, hegemônica em seus primeiros movimentos pelas correntes anarco-sindicalistas. Apenas em 1923, um ano após a fundação, no Brasil, do PCB, foi publicado por aqui o primeiro texto assinado por Marx e Engels, *O Manifesto Comunista*, traduzido por Octávio Brandão, recém-filiado à agremiação (MORAES FILHO, 2007)<sup>55</sup>.

A este quadro devemos acrescentar o processo de burocratização do marxismo – dito *marxismo-leninismo* a partir da Terceira Internacional –, que já nos anos 1920 se iniciava com a subida de Stálin ao posto de dirigente máximo do PCUS e ao comando do Estado da ainda recente URSS. Eis o cenário de “derrota da dialética”, como cunhou Leandro Konder (2009), conjugando fatores internos, relativos às características da formação social e cultural brasileiras, a elementos próprios do movimento comunista internacional. Para o que nos toca diretamente, tal conjunção ajuda a explicar o rumo assumido pelas formulações táticas e estratégicas da classe, expressas pelo PCB, calcados na incorporação integral do programa da IC, mais especificamente no que tange ao seu VI Congresso, realizado em 1928. Vale notar que a incipiência organizativa de então da classe trabalhadora brasileira em formação se refletia diretamente na incipiência do próprio PCB que, à época, ainda não se constituía em força principal entre os trabalhadores. Face a esse quadro, a filiação à IC, para além da adesão teórico-prática ao movimento comunista internacional, funcionava também como meio de legitimação do jovem partido. A consequência prática, embora nem sempre mecânica, foi a inscrição do PCB nos dilemas do comunismo internacional, bem como a necessidade de se posicionar diante de suas questões mais candentes – posições estas, como dito, quase sempre traduzidas pela adesão tático-estratégica que, a um só tempo, se impunham de fora para

---

<sup>55</sup> Apenas para efeito de registro, há uma indicação distinta na bibliografia especializada a respeito do ano desta primeira publicação. Carlos Nelson Coutinho, em texto de abertura do livro de Leandro Konder, *A derrota da dialética*, aponta 1924 como o marco inaugural, que teria ficado a cargo de um “pequeno jornal operário” (COUTINHO, 2009, p. 8).

dentro e ganhavam endosso acrítico internamente. Cabe, no entanto, fazer justiça aos primeiros anos de existência do partido, quando, embora com poucos recursos organizativos, políticos e teóricos, arriscou uma interpretação original da realidade brasileira e um conseqüente posicionamento tático, que caminhava na contramão do sectarismo que começava a grassar no movimento comunista internacional. Este breve período foi interrompido em 1930, quando a IC, em ato de intervenção direta, logrou a saída de Astrojildo Pereira do posto de secretário-geral e afastou Octávio Brandão da direção do partido. Tal processo culminaria, em 1932, com a expulsão do primeiro e a imposição de uma desconfortável e insincera autocrítica ao segundo, relativa à sua obra *Agrarismo e Industrialismo*, responsável, justamente, por este lampejo de originalidade na tentativa de compreensão da formação social brasileira por uma ótica marxista (KONDER, 2009; VIANNA, 2007). Vejamos porquê.

Em meio à profunda crise do movimento comunista internacional, após as derrotas dos movimentos revolucionários principalmente na Alemanha, Hungria, Baviera, Áustria e Itália, a partir da segunda metade de 1919 a perspectiva de uma revolução mundial começou a declinar (DEL ROIO, 2007). Lênin e o PCUS perceberam, face ao modo como se apresentava a realidade internacional, a necessidade de investir na superação das mazelas sociais do próprio povo russo, o que redundou, em 1921, na criação da Nova Política Econômica (NEP), que teria fortes repercussões sobre o debate que opunha as correntes que defendiam a internacionalização da revolução ou a realização do socialismo num só país. A IC terminou por refletir, crescentemente, a leitura soviética como a própria situação do movimento comunista internacional, subordinando as especificidades das formações sociais de cada país, embora não tenha deixado de reconhecê-las, a um modelo preestabelecido que se alinhava com a direção que o PCUS passava conferir à IC (HOBSBAWM, 1995; MAZZEO, 1999), sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1920.

De início, vale dizer que o dogmatismo que marcaria a atuação da IC, mais notadamente a partir de então, não pode ser visto sem mediações. Se para os países caracterizados como *coloniais*, *semicolônias* e *dependentes* – o Brasil era enquadrado nesta última categoria – se consagrava o etapismo para o alcance da revolução socialista, não pode passar despercebida a admissão de um princípio de fundo que considera a pertinência das particularidades nacionais (IASI, 2011; MAZZEO, 1999) para o estabelecimento das táticas e estratégias mais adequadas a cada realidade específica:

a desigualdade do desenvolvimento econômico e político é uma lei absoluta do capitalismo. Essa desigualdade acentua-se e agrava-se na época imperialista. Daí resulta que a revolução proletária internacional não pode ser considerada como uma ação única simultânea e universal (IC, 1928, p. 16-17).

Tal princípio, não podemos deixar de localizar, é parte da grossa polêmica sobre a possibilidade ou não de desenvolvimento do socialismo num só país, que assomou os debates na própria IC e também no PCUS, polarizado por Trotsky e Stálin, e que terminou pendendo para este último, que se por um lado teve a favor de sua posição a própria conjuntura desfavorável à internacionalização da revolução – algo constatado ainda por Lênin –, por outro, solapou mesmo as parcas possibilidades de uma revolução mundial no contexto entreguerras, face à submissão dos interesses revolucionários internacionais, que a rigor deveriam ser expressos pela IC, à política do PCUS: “a vitória do socialismo é portanto possível, primeiro em alguns países capitalistas, mesmo num só isoladamente. Mas cada vitória do proletariado alarga a base da revolução mundial”. (IC, 1928, p. 16–17).

Se por um lado cabe uma crítica que termina por quase invalidar este princípio, qual seja o profundo desconhecimento das realidades nacionais por parte da IC, não se pode elidir o fato de que o estágio mais ou menos precário da teoria marxista em cada uma dessas realidades nacionais contribuiu, em maior ou menor grau, para a aceitação e ênfase ou a recusa e crítica do dogmatismo já contido no programa da IC. Como bem caracterizou Del Roio, em boa síntese sobre o período anterior e posterior à hegemonização acachapante do stalinismo sobre o movimento comunista internacional, no mesmo registro abordado por nós:

Para a IC, uma organização de caráter mundial, não restava qualquer dúvida na identificação do *imperialismo* como o inimigo principal de todos os povos. Partindo dessa premissa é que se buscou uma fórmula teórica suficientemente ampla que servisse às ‘colônias’ e ‘semi-colônias’ [sic], com ênfase notável na questão agrária. A debilidade teórica e cultural dos comunistas sul-americanos encontrou-se com a ânsia de generalização dos dirigentes da IC [...], sem que no entanto tenha havido, em princípio, qualquer forma de imposição [...] O *stalinismo*, como regime político e como concepção teórica, só iria se impor por completo em meados de 1929, quando então teve início a interferência direta da IC nas seções nacionais. (DEL ROIO, 2007, p. 81, grifo do autor).

Há ainda outro elemento deste dogmatismo a destacar antes de chegarmos ao ponto central do nosso debate. Na contramão da prática política avessa ao internacionalismo revolucionário da URSS – embora não alheia ou ausente da política internacional –, e que hegemonizava a IC, afiou-se uma retórica revolucionária que se fundava na aposta da crise

final iminente do sistema do capital, cujos elementos encontraram sua origem mais no catastrofismo panfletário do que na avaliação concreta da realidade – embora, incontestavelmente, o capital atravessasse, à época, uma forte crise de superprodução, sem precedentes em sua história. A questão, no entanto, parecia ser menos a compreensão exata da crise e da correlação de forças e mais o anúncio espetacular do “derrubamento do jugo capitalista pela revolução”. Afirmava ainda o mesmo documento: “A época do imperialismo é a do capitalismo em agonia” (IC, 1928, p. 1); “a crise revolucionária amadurece irresistivelmente nos próprios centros do imperialismo” (IC, 1928, p. 14). Tal retórica ultra-esquerdista, que prevaleceu na IC entre 1928 e 1934, como atesta Hobsbawm,

deve ser explicada antes pela política interna do Partido Comunista soviético, quando Stálin assumiu o seu controle, e talvez também como uma tentativa de compensar a cada vez mais evidente divergência entre os interesses da URSS [...] e o movimento cujo objetivo era subverter e derrubar todos os outros governos (HOBSBAWM, 1995, p. 77).

Este desenho geral, no entanto, requereria, como dissemos, a compreensão da especificidade dos diferentes contextos nacionais, o que só se deu precariamente, a partir de abrangentes e genéricas classificações dos “tipos” de formações sociais. A cada bloco corresponderiam “tipos” de revolução: “revoluções proletárias propriamente ditas”; revoluções de tipo democrático-burguês que se transformam em revoluções proletárias; guerras de emancipação nacional, revoluções coloniais” (IC, 1928, p. 28). A afirmação do etapismo vem na sequência:

As circunstâncias tornam historicamente inevitável a desigualdade das vias e do ritmo da conquista do poder pelo proletariado; elas tornam necessárias em diversos países certas etapas transitórias para a ditadura do proletariado, bem como a diversidade das formas do socialismo em via de construção. (IC, 1928, p. 28).

Numa caracterização mais esquemática, o documento divide a diversidade de condições e as diferentes vias para a ditadura do proletariado, de acordo com o grau de desenvolvimento capitalista de cada país, em três tipos: “capitalismo altamente desenvolvido”, “desenvolvimento capitalista médio” e “países coloniais, semicoloniais e dependentes” (IC, 1928, p. 28). Embora longa a citação, nos será útil mais adiante se conferirmos com exatidão a caracterização desta condição:

[países que possuem] um embrião de indústria, por vezes mesmo uma indústria desenvolvida, insuficiente embora, na maioria dos casos, para a edificação independente do socialismo; **países em que predominam as relações sociais da Idade Média feudal** ou o ‘modo de produção asiático’, tanto na vida econômica como na sua superestrutura política; países, enfim, em que as principais empresas industriais, comerciais, bancárias, os principais meios de transporte, os maiores latifúndios, as maiores plantações, etc., se encontram nas mãos de grupos imperialistas estrangeiros. Aqui têm uma importância primordial., por um lado, **a luta contra o feudalismo**, contra as formas pré-capitalistas de exploração e a conseqüente revolução agrária e, por outro lado, **a luta contra o imperialismo estrangeiro**, pela independência nacional. **A passagem à ditadura do proletariado só é possível nestes países, regra geral, depois de uma série de etapas preparatórias**, esgotado todo um período de transformação da revolução burguesa-democrática em revolução socialista, sendo que o sucesso da edificação socialista é, na maior parte dos casos, condicionado pelo apoio direto dos países de ditadura proletária. (IC, 1928, p. 28, grifos nossos).

Tal matriz teórica e de ação política, que teria vigência ao longo de toda a existência da IC – extinta em 1943, por Stálin, como um gesto diplomático, conciliador, em relação às Forças Aliadas (SAGRA, 2010) – teria vida longa também na história do PCB. Há um elenco de fontes disponíveis que nos poderiam dar mostras da adesão a tais teses. Centraremos-nos nas mais representativas e significativas em face do conteúdo que pretendemos abordar, com destaque para os dois únicos congressos que ocorreram no intervalo de 26 anos entre o III, de 1928-29, e o IV, em 1954, que consolida, após um longo e difícil período de ilegalidade e forte repressão, a linha política do partido, que perdurará, ainda, com algumas diferenças até o estouro de um novo período de crise, quando do golpe empresarial-militar de 1964. A célebre *Declaração de Março*, de 1958, bem como o V e o VI congressos do partido também se farão presentes na análise. Vejamos.

Ainda em 1928, o PCB se reuniria em seu III Congresso, de modo a oficializar a linha política definida na IC em meados daquele ano. São significativos e incontestáveis os termos que refletem a adesão à linha política a ser seguida. Admitindo um “sério trabalho de autocrítica” e reputando ao evento o mérito pela construção de “um conhecimento em conjunto seguro da situação nacional”, e que permitiu “firmar o seu plano estratégico e [traçar] a linha tática de sua ação política na etapa atual do movimento revolucionário brasileiro” (CARONE, 1982a, p. 71), eis as definições:

Procedendo à análise da situação econômica, política e social do Brasil, o III Congresso levou em conta os seguintes elementos fundamentais de sua formação: a) **a dominação imperialista**; b) **a economia agrária**; c) **o problema da terra**; d) **a revolução democrático-burguesa**. Partindo do exame desses elementos, as teses políticas chegaram a conclusões que

podem ser assim resumidas: 1º) **O Brasil é um país de tipo semicolonial, economicamente dominado pelo imperialismo [...].** 2º) **O Brasil é um país de economia principalmente agrária, baseada na grande propriedade [...].** 3º) O desenvolvimento autônomo e normal das forças produtivas do país [...] é entravado pelas **forças de compressão imperialista [...].** 5º) **A burguesia nacional**, que até um certo momento parecia poder desempenhar um papel revolucionário, **capitulou completamente diante do imperialismo**, aliando-se aos grandes proprietários de terra [...]. 7º) De tal sorte, **a pequena burguesia constitui um fato revolucionário da maior importância no momento atual, tendendo a aliar-se às forças revolucionárias do proletariado.** (CARONE, 1982a, p. 71, grifos nossos).

Qualquer semelhança com as formulações da IC não seria mera coincidência, a ponto de não ser necessário que façamos comentários com pretensões elucidativas. Cabe um destaque, no entanto, que nos servirá mais adiante, posto que tal postura sofrerá uma inflexão. Referimo-nos à posição do partido sobre a “burguesia nacional”. A aliança desta com os interesses do imperialismo consistirá num dos pilares das críticas mais severas e demolidoras que a EDN, aqui já renunciada, sofrerá a partir dos anos 1960, como teremos oportunidade de conferir. Do mesmo modo, o vislumbre da pequena burguesia como aliada potencial será parte constitutiva da estratégia que pretenderá assumir, mais tarde, os rumos da luta da classe trabalhadora brasileira, a EDP. Guardemos esses registros e os retomemos em momento propício.

Seis anos mais tarde, em julho de 1934, o partido realizou a sua 1ª Conferência Nacional, na cidade de Niterói (RJ). Como principais resultados do encontro, reverteu-se a linha sectária e desastrosa de “proletarização” (que consistiu, grosso modo, no expurgo de elementos considerados não-proletários autênticos da direção partidária e de seus quadros), predominante desde o início da década (VIANNA, 2007) e instituiu-se uma frente antifascista. No documento final do encontro, podemos localizar outras passagens significativas da manutenção da mesma linha política, quando da caracterização da situação do Brasil naquele momento conjuntural:

Esta situação [de crise], criada pela adaptação do país aos interesses dos **grandes proprietários e dos imperialistas** em prejuízo das massas populares, cria margem e facilita ainda mais a penetração do capital estrangeiro e uma maior intensificação das lutas das camadas dominantes, grupos dos **feudais** e burgueses, ligados por seus interesses a um ou outro bando imperialista (CARONE, 1982a, p. 160, grifos nossos).

Note-se que, embora de modo não tão claro, torna a aparecer a ideia de uma burguesia nacional (“grandes proprietários”, “burgueses”), ainda associada ao imperialismo, mas não

poupada das lutas internas presentes no interior das camadas dominantes. O mesmo documento reforça a caracterização da iminência de uma revolução conjugada à crise terminal do sistema do capital:

A Conferência Nacional constatou a entrada do país numa crise revolucionária [...]. As classes dominantes estrebucham para prolongar, por mais algum tempo, a existência do seu regime e, nos seus esforços, arrastam à desgraça e causam a miséria de milhões e milhões de trabalhadores (CARONE, 1982a, p. 163).

Na ressaca do fracasso da tentativa insurrecional de 1935, e com o consequente desmatelamento de sua direção e colaboradores, presos ou assassinados, o partido se expressava precariamente, na ilegalidade, pelo seu Secretariado Nacional (SN), eleito em 1934, e que contava, entre outros membros, com Luis Carlos Prestes, que o dirigia da prisão, através de cartas. Dando prosseguimento à linha política instituída em 1928, o SN manteve a afirmação de uma revolução democrático-burguesa como etapa necessária da revolução socialista para um país nas condições do Brasil, como podemos notar numa publicação do partido (jornal *Classe Operária*) – que manteve-se em circulação mesmo durante a ilegalidade. Em sua edição 208 (de 2 de fevereiro de 1937), consta a seguinte passagem:

É indiscutível que o proletariado, para sua libertação, deve facilitar a vitória da burguesia para que essa possa romper os entraves que impossibilitam o seu desenvolvimento e dessa maneira ajudar a própria libertação do proletariado. [...] O caráter da revolução brasileira é *democrático-burguês*. [...] A vitória da revolução burguesa, justamente pelo fato de não estarmos na França de 1789, mas sim no Brasil semicolônia de 1937, não será somente uma vitória da burguesia nacional [...] mas sim a vitória do bloco de classes que a levará a termo NOS QUADROS DA DEMOCRACIA BURGUESA, com a liquidação indispensável da dominação imperialista (apud VIANNA, 2007, p. 351-352, grifos, maiúsculas e colchetes da autora).

<sup>56</sup>

Pouco antes, porém, na edição de dezembro de 1936 do mesmo jornal, apareceria uma novidade importante na formulação da estratégia expressa pelo partido, que se tornaria habitual desde o VI Congresso da IC. Desagravava-se o papel da burguesia nacional, que de sócia passava à condição de mais uma vítima do imperialismo: “a dominação imperialista não só mantém a burguesia nacional **oprimida**, como agrava ainda mais as condições de vida do

---

<sup>56</sup> Não foi possível conferir com exatidão a informação constante do artigo referido, do qual extraímos o conteúdo que ora apresentamos, mas tudo leva a crer, pela sequência numérica e a pouca distância temporal entre as edições citadas, que a autora cometeu um erro na referência que lançou. Provavelmente trata-se do número 28 do periódico, e não “208” como consta literalmente no próprio corpo do texto, à página 351 (VIANNA, 2007).

proletariado e de todo o povo” (VIANNA, 2007, p. 351-352, grifo nosso). Chegava-se assim à essência da formulação que se tornaria clássica da EDN.

Em agosto de 1943 realizou-se a 2ª Conferência do PCB, conhecida como “Conferência da Mantiqueira” por ter ocorrido numa localidade da serra que leva o mesmo nome, no Estado do Rio de Janeiro, em caráter sigiloso, face à ilegalidade do partido à época. Deste encontro resultou o repúdio à linha “liquidacionista” presente no interior das fileiras do partido e que pregava o seu desaparecimento como consequência e endosso do gesto de Stálin com a extinção, naquele mesmo ano, da IC. Decidiu-se também pela adoção de uma linha política de “União Nacional” contra o fascismo e “apoio ao governo Vargas no esforço de guerra”. Na ocasião, Luis Carlos Prestes, mesmo preso, foi eleito secretário-geral do partido (VINHAS, 1982, p. 75).

Três anos mais tarde, em julho de 1946, na esteira das expectativas democratizantes do pós-Guerra, já de volta à legalidade desde o ano anterior, o PCB realizou a sua 3ª Conferência Nacional, na qual manteve a defesa em nome da “união nacional”, da democracia e contra o fascismo renitente. Em seu documento final, reafirmam-se as ideias-chave já aqui indicadas:

A política de União Nacional defendida pelo nosso Partido visa conquistar as mais amplas massas sociais, desde o proletariado até as camadas da burguesia progressista, que sentem a pressão do imperialismo e desengam o desenvolvimento do país. O processo de União Nacional pode e precisa ser impulsionado na base de um programa mínimo de defesa e consolidação da democracia. Nessa união estamos dispostos a marchar com todos os homens, forças e partidos políticos que queiram conosco defender a democracia, solucionar os problemas mais sentidos do povo, enfrentar os problemas da inflação e da carestia da vida e assegurar uma Constituição democrática, criando assim condições para chegarmos ao governo de confiança nacional que almejamos (CARONE, 1982b, p. 67-68).

Vale ressaltar, porém, a adoção de um tom moderado no discurso, que afirma a luta pela democracia em clara referência negativa a toda e qualquer movimentação política que pusesse em xeque a ordem: luta pela melhoria salarial como “saída pacífica para o descontentamento popular”, “governo de confiança nacional”, “luta intransigente, se bem que pacífica, ordeira e dentro dos recursos legais” são apenas alguns exemplos (CARONE, 1982b, p. 67-68). A tentativa de preservação da legalidade pode ajudar a explicar, mas não resolve. Na sequência da Conferência da Mantiqueira, o partido se rearticulou e tornou-se efetivamente uma agremiação nacional, de massas, alcançando algo em torno de 200 mil filiados em 1947. (VINHAS, 1982, p. 130). O tom ordeiro, de luta por dentro da institucionalidade, seria o traço característico da agremiação nas décadas seguintes, no

entanto, mesmo quando na ilegalidade ou em refluxo, à medida que se ampliava a importância da questão democrática entre suas fileiras, assentada na formulação estratégica democrático-nacional.

É significativo, assim, que, em 1949, sob o efeito de uma inflexão à esquerda provocada por nova cassação do seu registro, ocorrida dois anos antes, a recusa (mesmo que passageira) da “união nacional” e da aliança com a burguesia tenha deixado intocada a questão democrática. Dito de outra forma, se a inflexão propriamente parece compreensível, como atesta Moraes (2007), ante o fechamento dos canais de participação política, é notável que ela não figure como contraditória com o tema da democracia, que resiste à guinada – o que fortalece a perspectiva que tentamos evidenciar em torno do papel central da democracia na história política da esquerda brasileira, e que alcançará o ponto mais alto com a afirmação do seu “valor universal”, como veremos mais tarde. Conhecido como “Manifesto de janeiro” (1948), o documento que expressou tal guinada na linha política do partido ataca sem piedade a colaboração de classes adotada nos anos anteriores, denuncia o abandono dos objetivos revolucionários e a penetração de tendências reformistas em suas fileiras. A leitura de realidade mais geral, no entanto, permanece a mesma, quase intocada. Mantém-se a caracterização da sociedade brasileira como “semifeudal e semicolonial”, portadora de uma “estrutura econômica atrasada” e submetida ao imperialismo (CARONE, 1982b, p. 73). Não insistamos mais nisso.

A aposta na democracia, no entanto, que em fundamento significa a afirmação da necessidade de uma etapa revolucionária democrático-burguesa como condição da revolução socialista, compromete a ácida crítica pretendida contra a burguesia nacional, que oscila entre a condenação do seu caráter antidemocrático e antinacional e a denúncia de sua subjugação, suposta como involuntária, ao imperialismo norte-americano. É ausente a expressão “aliança com a burguesia nacional”, como se pode notar em outros momentos. Embora conste a ideia, o foco da argumentação é o reforço da organização dos operários e camponeses, como principais integrantes de um bloco de forças democrático a ser construído, que até agora teriam sido relegados a segundo plano pelo partido, conforme a autocrítica expressa, face ao pacto assumido com o governo Dutra em torno de uma “unidade nacional”. Em um primeiro momento, reproduz-se a caracterização clássica das forças do capital estrangeiro *versus* o capital nacional. Nomeia-se de “classe dominante” os governantes acusados de “traição nacional”. Na contramão, denuncia-se a liquidação da “indústria nacional” e a obstaculização do “progresso” (CARONE, 1982b, p. 73). Mais adiante, em manifestação típica dos limites impostos pela tática à teoria – e não o contrário –, desvela-se o *modus operandi* do

imperialismo no ato de associação ao capital “nacional”, de modo a “absorver o capital financeiro de outros países e manobrar toda a sua vida econômica”. Mas o desfecho da constatação passa longe da responsabilização direta da dita “burguesia nacional” na consecução e autobeneficiamento da exploração imperialista, e atribui-se o caráter ardiloso da manobra apenas ao imperialismo, que lograria dessa forma o encobrimento do “caráter estrangeiro da exploração”, como forma de “nela [na exploração] envolver a burguesia local e conseguir sua proteção” (CARONE, 1982b, p. 75). A condição supostamente “atrasada” das forças do capital no Brasil, segundo a interpretação hegemônica do partido, impediu sempre que se vislumbrasse a inserção interessada e voluntária da “burguesia nacional” nos círculos da exploração imperialista.

Num arroubo autocrítico, páginas à frente, nada parece sobrar em face do que até então se afirmara:

Essa tendência direitista se caracteriza ainda pela sistemática contenção da luta das massas proletárias em nome da colaboração operário-patronal e da aliança com a ‘burguesia-progressista’ [...]. Manifestaram-se em nossas fileiras tendências ao espontaneísmo na luta pela paz e o desenvolvimento pacífico, desvio direitista que nos levava a transformar *possibilidade* em *realidade*, a subestimar as lutas de massas e a própria necessidade da atividade do Partido [...]. Nossa atenção se volta para o secundário e esquece o fundamental, o revolucionário [...]. Levamos longe demais a preocupação de manter nossa luta dentro de formas estritamente legais e subestimamos as lutas extraparlamentares. (CARONE, 1982b, p. 81 et. seq., grifos do autor).

Mas eis que retomam-se as tarefas a cumprir e o objetivo estratégico, qual seja o *progresso nacional*, antilatifundiário e anti-imperialista. Para tanto, retornam à cena a burguesia nacional, na roupagem do conceito de “forças democráticas”, cuja liga, como não se pode deixar de notar, é a própria agenda democrática, burguesa, capaz de superar o atraso brasileiro: “criação de um amplo e sólido bloco de forças democráticas e populares”, “defesa da independência nacional [...] da indústria nacional contra a concorrência imperiaista, pela industrialização do país e maior facilidade de créditos aos pequenos e médios industriais” (CARONE, 1982b, p. 87 et. seq.). Como se vê, nos parece que o delineamento da EDN atravessa a conturbada história do partido, muito mais como permanência do que como ruptura.

Cheguemos ao IV Congresso<sup>57</sup>, realizado entre fins de 1954 e princípios de 1955. Mais do que em qualquer outra manifestação até o momento vista por nós, aqui se apresenta de modo mais nítido, consideramos, o delineamento da EDN – que ainda encontrará desdobramentos na *Declaração de Março* de 1958 e no V Congresso do partido, de 1960, como tentaremos mostrar. Nos marcos da sucessão de Getúlio Vargas, em 1954, que tempera dramaticamente mais uma difícil conjuntura que já se avizinhava para o partido é que, como confirmação de uma tendência, se valorizarão “as liberdades democráticas cada vez mais como via privilegiada para obter a conquista das reivindicações populares” (SANTOS, 2007, p. 203).

Detenhamo-nos com algum vagar sobre o presente programa, posto que nos servirá de guia quando da sua crítica, em momento posterior. Não nos surpreenderemos com a caracterização da situação de atraso do Brasil, mas não nos furtaremos também de repeti-la, destacando, quando for o caso, um ou outro elemento novo. Estagnado, preso a um ranço colonial que se manifestaria na permanência dos grandes latifúndios, na existência de restos feudais e na obstaculização, por consequência, da revolução burguesa, estaríamos condenados à privação de direitos políticos, experimentando a miséria e a ignorância consequentes. Em face desse quadro, o capitalismo não teria encontrado, no Brasil, condições plenas para o seu desenvolvimento, posto que uma das consequências nefastas da posição do Brasil seria exatamente a relativa fraqueza de sua burguesia. Concentrados no imperialismo e no latifúndio, aí residiriam os principais “inimigos do progresso do Brasil” (CARONE, 1982b, p. 127-128). Note-se que a burguesia, como sujeito coletivo, em bloco e indiferenciada, ainda não havia sido apresentada sob tal caracterização de debilidade, o que não constitui detalhe à medida em que a identificação desta condição traz a reboque o chamamento para a união de esforços em nome do progresso e do desenvolvimento, mesmo que tardio, do capitalismo que não foi, no Brasil.

O programa da “revolução brasileira em sua etapa atual seria, assim, uma revolução democrático-popular, de cunho anti-imperialista e agrária anti-feudal”. Sua consecução lograria o deslocamento do Brasil para o “campo da paz, da democracia e do socialismo” (CARONE, 1982b, p. 127-128). Mas como se comporia o arco de alianças capaz de enfrentar e debelar estas forças do atraso, como forma de viabilizar a “etapa” da revolução brasileira antes da qual não se poderia almejar o socialismo? Se da centralidade do

---

<sup>57</sup> Como aponta Caio Prado Junior, atestando a importância deste congresso para a consolidação do que chamamos de estratégia democrático-nacional: “se trata da primeira vez, nesta última fase posterior à guerra, em que a teoria da revolução brasileira se inscreveu num programa partidário regularmente discutido e aprovado em Congresso. Isso lhe concede autenticidade como expressão daquela teoria” (PRADO JUNIOR, 2004, p. 55).

proletariado e do campesinato nunca restou muita dúvida, qual o papel desta burguesia caracterizada em função de sua suposta fraqueza neste movimento emancipatório? E ainda, como reagir a um poderoso inimigo externo, qual seja, o imperialismo?

Antes de prosseguirmos em terreno movediço, atentemos para algo desconfortável: nos parece que a formulação estratégica da classe trabalhadora brasileira que ora nos ocupa, capitaneada pelo PCB, suspeitou que o nacionalismo, essencialmente burguês, pudesse ser usado a favor de objetivos socialistas, sob o beneplácito da própria burguesia. Como uma espécie de troco da história, o movimento do PCB parece ter se inspirado na aliança interessada da burguesia europeia oitocentista com a classe trabalhadora, em sua luta contra o Antigo Regime, que em muito se aproveitou da emancipação comum que sinalizava para os seus aliados provisórios. Se na prática política concreta burguesa não foram fartos os momentos, nesses primórdios, em que os seus interesses estiveram abertos a uma franca mediação com os interesses dos trabalhadores, no plano retórico a aliança quase sempre esfumou as diferenças, pretendendo amalgamar conflitos inconciliáveis na essência. Pouco menos de um século mais tarde, ao movimento comunista internacional e ao PCB ocorreu mesmo a confiança de que a burguesia pudesse desejar embarcar numa luta conjunta sob a hegemonia declarada de sua classe inimiga, que guardava caprichosamente o seu fim para o momento seguinte ao de sua ascensão supostamente emancipada do jugo imperialista. Senão, vejamos.

A caracterização do imperialismo nos documentos do congresso também apresenta novidades. Se antes era visto em bloco, nos anos 1950 toma feições dominantes estadunidenses, face à forte penetração norte-americana a partir justamente deste decênio. Para os comunistas, sob o contexto da Guerra Fria, não havia problema em distinguir o imperialismo ianque dos demais imperialismos, e lhe conferir, por consequência, a posição de inimigo-mor, a ponto de se conceber taticamente a aliança com imperialismos concorrentes contra este inimigo incontestado. E não foi outra a formulação do partido. Esta premissa permitiria avaliar as possibilidades de colher aliados inclusive entre os grandes capitalistas brasileiros que porventura estivessem associados a interesses imperialistas outros que não os norte-americanos. Vejamos os termos originais da formulação:

Leva-se ainda em conta a atual situação mundial no campo imperialista, onde as contradições entre os países capitalistas e deles com os Estados Unidos, como ensina Stálin, tendem sempre a crescer. Existem possibilidades reais de utilizarmos tais contradições, desde que saibamos concentrar o fogo no inimigo mais forte – o imperialismo norte-americano – e **abrir para os demais monopolistas imperialistas e perspectiva de**

**entendimentos e acordos.** Torna-se também mais fácil **neutralizar os grandes capitalistas brasileiros** ligados aos grupos imperialistas rivais dos norte-americanos, podendo-se, em condições particulares e temporariamente, chegar mesmo a **tê-los como aliados na luta contra os monopolistas norte-americanos** (CARONE, 1982b, p. 130, grifos nossos).

No que tange à burguesia nacional, o partido não poderia ter sido mais explícito do que foi, profundamente coerente, diga-se de passagem, com a formulação estratégica que expressava:

No que concerne às relações com a burguesia nacional, o Programa do Partido não só não ameaça seus interesses como defende suas reivindicações de caráter progressista, em particular o desenvolvimento da indústria nacional [...]. A burguesia nacional não é, portanto, inimiga; por determinado período pode apoiar o movimento revolucionário contra o imperialismo e contra o latifúndio e os restos feudais (CARONE, 1982b, p. 132)

Apresentado o cartão de visitas, a análise de conjuntura segue pela caracterização das divisões internas da própria burguesia:

A burguesia brasileira encontra-se hoje dividida em dois grupos distintos. Um deles é formado pelos grandes capitalistas estreitamente ligados aos latifundiários e que servem diretamente aos interesses de um ou de outro grupo de monopolistas estrangeiros [...]. Constituem eles minoria insignificante pelo seu número, porém poderosa. O segundo grupo é constituído pela parte restante da burguesia brasileira, denominada pelo Programa com acerto de burguesia nacional, e que reflete principalmente os interesses da indústria nacional [...]. Se bem que não seja capaz de romper por completo suas ligações econômicas com o imperialismo e os latifundiários, sente-se oprimida por ambos, opõe-se a ambos e, deste ponto de vista, pode participar do movimento revolucionário anti-imperialista e antifeudal. O Programa reflete esta realidade. Declara expressamente que não serão confiscados os capitais e as empresas da burguesia brasileira [...]. Seria um erro [...] subestimar a significação que tem a burguesia nacional, especialmente no estágio atual do movimento revolucionário brasileiro. (CARONE, 1982b, p. 132).

Por suposto, avaliavam os comunistas que fosse andrajosa a burguesia brasileira e que, dado o fato, não poderia esta querer outra coisa que não superar a sua condição. E de tal forma relegada a um plano interior no desenho do capitalismo internacional, não hesitaria em se engajar na estratégia de outra classe, mesmo que a sua inimiga de morte, posto que não gozaria de autonomia suficiente que lhe facultasse uma estratégia própria. A história mostraria algo distinto.

Não se pode também traduzir esta formulação apenas como a capitulação da classe trabalhadora diante das forças burguesas. Tratava-se, como dito, de uma “leitura” – equivocada, como se configurou, mas uma leitura. Embora seja mesmo possível afirmar que o momento tático da etapa democrático-burguesa não tenha recebido tratamento condizente no interior de uma estratégia que deveria lhe guiar os rumos. Ao lado das afirmações da impossibilidade de “realizar agora no Brasil transformações de caráter socialista” ou de que o “novo regime não será uma ditadura do proletariado” (CARONE, 1982b, p. 134), ao que parece também abonadoras, desagravantes e endereçadas às classes dominantes do que apenas empenhadas em definições tático-estratégicas, encontramos passagens que apontam para um vislumbre do que seria, para além da negação de um horizonte próximo, a afirmação do socialismo, ainda que timidamente, como ponto de ruptura com o sistema do capital:

Graças à atual correlação de forças de classes no mundo e ao papel dirigente da classe operária na revolução brasileira, irá ela adiante da revolução democrático-burguesa, criará um poder de transição para o desenvolvimento não capitalista do Brasil (CARONE, 1982b, p. 134)

Dito isto, não haveria estranhamento se, num piscar de olhos, recuássemos cerca de 25 anos no tempo ou algo em torno de dez páginas no texto e tomássemos de novo contato com as formulações do VI Congresso da IC, de 1928, o que também nos permite reforçar a negação de um sedutor maniqueísmo na adoção da tese do puro reflexo ou mero rebatimento das formulações do *marxismo-leninismo* pelo PCB, ao longo de sua história – embora, como também afirmamos, a debilidade teórica e o endosso acrítico tenham feito parte desse enredo. Mas não é demais afirmar que parece se tratar de algo que vai além da mera aplicação mecânica de um modelo. O acolhimento dessas teses talvez se explique, pelo menos em parte, por estas raízes reiteradamente apontadas – o que não significa que tenhamos que concordar inteiramente com as caracterizações da situação brasileira e muito menos com as propostas de sua superação. A perspectiva do atraso histórico, imposta pelo passado colonial, marca a trajetória do pensamento social brasileiro mesmo fora dos círculos comunistas, não raro tendo também como referência de progresso os EUA. O passado escravocrata, como símbolo da antimodernidade, do arcaico, é outro traço de nossa formação social que ajuda a explicar a tese de um presente atrasado, onde imperam relações ultrapassadas, típicas de um outro tempo que não o moderno, desassalariado, desurbanizado, desindustrializado. Tais questões, acreditamos, devem estar na conta para a correta compreensão da formulação estratégica da classe trabalhadora brasileira no período que por ora nos ocupa.

Na sequência, vejamos a *Declaração sobre a política do PCB*, mais conhecida como “Declaração de Março de 1958”. Morto Stálin em 1953, três anos mais tarde, por ocasião do XX Congresso do PCUS, Nikita Krushev, que assumira o secretariado-geral do partido e o controle do governo soviético quando da morte do antigo líder, pronuncia o famoso “discurso secreto”, no qual denuncia os crimes de genocídio e culto à personalidade cometidos por Stálin durante as três décadas em que esteve à frente do poder na URSS. Não é preciso dizer que a declaração caiu como bomba sobre o movimento comunista internacional. O movimento de revisão e autocrítica que se inaugura, então, em diversos PCs mundo afora, não deixaria o PCB incólume. Após um período inicial de vacilação, silêncio e atordoamento, o partido se posicionou em repúdio aos crimes denunciados e se viu, em pleno contexto de Guerra Fria, ainda mais espremido na tarefa de defender o seu retorno à legalidade. No plano externo, o receio, desde o imediato pós-Guerra, de que os EUA construíssem um poderoso arco de influência na Europa que pusesse sob ameaça o Estado soviético, empurrou a política externa soviética – equivocadamente estendida para os PCs sob a sua órbita de influência – para a defesa da democracia no interior da ordem burguesa. Caberia, então, aos partidos comunistas, em suas conjunturas nacionais específicas, apresentarem-se como forças auxiliares de sustentação da democracia que, em tese, significava a própria sustentação do bloco comunista, concebido como o pólo democrático na luta contra o imperialismo encabeçado pelos EUA. No entanto, “nesta ótica, diluía-se a luta de classes e a contradição entre socialismo e capitalismo” (MAZZEO, 1999, p. 86).

A Declaração de 1958 é produto direto, portanto, dessa conjuntura interna e externa. O apelo democrático que caracteriza o documento, no entanto, não pode ser considerado propriamente como um divisor de águas na história do partido acerca da questão da democracia. Ainda que haja elementos novos de uma inflexão democrática, a atenção que chamou sobre si desde então, nos parece, deveu-se mais à conjuntura especial do que propriamente ao seu conteúdo.

Muito do que constaria neste documento seria retomado dois anos mais tarde na resolução política resultante do V Congresso do partido, em 1960. As linhas gerais se manteriam. O *atraso* brasileiro, expresso pelas péssimas condições de vida da população em geral, especialmente no campo, em consequência da extrema concentração de terra e intensa exploração imposta pelo imperialismo, continuava a figurar como problema central a ser superado pelas forças interessadas no desenvolvimento nacional e nos valores democráticos. (CARONE, 1982b, p. 177). O que há de novo é a constatação de que um “desenvolvimento capitalista nacional”, ainda que nos quadros de uma estrutura atrasada, estava em curso no

Brasil, engendrando não só a ampliação e renovação do operariado, como também uma burguesia nacional comprometida com o desenvolvimento e, portanto, potencialmente aliada da classe trabalhadora na tarefa de promover a superação do subdesenvolvimento brasileiro, contra das forças do latifúndio e contra o imperialismo. (CARONE, 1982b, p. 176).

Tal desenvolvimento seria produto de um “capitalismo de Estado” que caracterizaria o governo de Juscelino Kubitschek, como elemento “progressista e anti-imperialista” (CARONE, 1982b, p. 176, 180), ainda que não isento de contradições que, ao mesmo tempo, também franqueavam às forças conservadoras e imperialistas a manutenção de seu poder e privilégios. Mas no cômputo geral, o resultado mais latente desta franca disputa entre o progresso e o atraso se expressaria num intenso processo de “democratização da vida política nacional”, face a esta nova configuração da sociedade brasileira:

As forças novas que crescem no seio da sociedade brasileira, principalmente o proletariado e a burguesia, vêm impondo um novo curso ao desenvolvimento político do país, com o declínio da tradicional influência conservadora dos latifundiários. Este novo curso se realiza no sentido da democratização, da extensão dos direitos políticos a camadas cada vez mais amplas. (CARONE, 1982b, p. 178).

Colocava-se, assim, claramente para o partido, como se depreende da análise, um momento de embate aberto pelo controle do Estado entre forças progressistas e conservadoras. Abria-se para os trabalhadores a oportunidade de promover, segundo apostava o partido, a *etapa* da revolução no Brasil que cabia àquelas condições nacionais: “anti-imperialista, anti-feudal, nacional e democrática” (CARONE, 1982b, p. 184). Tal constatação, no entanto, não impedia que a transição para o socialismo fosse afirmada como a tarefa daquela época histórica – em condições favoráveis, asseveravam, face ao contexto internacional de “coexistência pacífica” (CARONE, 1982b, p. 182). Dentro de arco mais amplo, no entanto, das tarefas históricas, caberia, antes, construir as bases sobre as quais o socialismo efetivamente teria terreno para se firmar e desenvolver. “A revolução no Brasil [...] não é ainda socialista”. (CARONE, 1982b, p. 184). O socialismo era o objetivo final a ser perseguido etapisticamente.

Para tanto, caberia aos trabalhadores organizados liderar uma frente única de “todas as forças interessadas na luta contra a política de submissão ao imperialismo norteamericano”. O programa da frente deveria girar em torno de cinco pontos: “1- Política exterior independente”, “2- Desenvolvimento independente e progressista da economia nacional”, “3- Medidas de reforma agrária em favor das massas camponesas”, “4- Elevação do nível de

vida do povo” e “5- Consolidação e ampliação da legalidade democrática”. (CARONE, 1982b, p. 190). O arco das alianças que aos olhos dos comunistas encamparia este programa justifica a citação a seguir:

Ao inimigo principal da nação brasileira se opõem, porém, forças muito amplas. Estas forças incluem o proletariado, lutador mais consequente pelos interesses gerais da nação; os camponeses, interessados em liquidar uma estrutura retrógrada que se apoia na exploração imperialista; a pequena burguesia urbana, que não pode expandir as suas atividades em virtude dos fatores de atraso do país; a burguesia, interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano, derivadas da disputa em torno dos preços dos produtos de exportação, da concorrência no mercado internacional ou da ação extorsiva de firmas norte-americanas e de seus agentes no mercado interno; os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos e que são prejudicados por estes. (CARONE, 1982b, p. 185).

Tal chamamento às forças consideradas progressistas ou interessadas na luta contra o latifúndio associado ao imperialismo norte-americano era acompanhado ainda de uma convicção expressa:

Os comunistas consideram que existe hoje em nosso país a possibilidade real de conduzir, por formas e meios pacíficos, a revolução anti-imperialista e antifeudal [...] O caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democratização da vida política, o ascenso do movimento e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país. [...] O povo brasileiro pode resolver pacificamente os seus problemas básicos com a acumulação, gradual, mas incessante, de reformas políticas, chegando até à realização completa das transformações radicais colocadas na ordem do dia pelo próprio desenvolvimento econômico e social da nação. (CARONE, 1982b, p. 191-192).

Note-se que a referência não é à transição socialista agora, mas à etapa burguesa da revolução brasileira. A suposta harmonia de interesses entre as forças progressistas que comporiam a frente é parte da justificativa para um desdobramento não-violento da revolução brasileira, como se uma maré montante de consensos pactuados, em que todos sairiam beneficiados, governasse o rumo da luta de classes, tanto internacional como nacionalmente. Isto combinado à compreensão de que também para a transição socialista a época histórica era favorável, face ao contexto internacional proporcionado pela política de coexistência pacífica, parecia significar o compromisso explícito de que se o socialismo não viesse pelos trilhos da legalidade, não viria por qualquer outro meio.

A despeito da importância atribuída à questão democrática por uma determinada corrente de interpretação da história política do PCB, que a enxerga como traço da resistência tenaz do partido aos descaminhos apeguantes do *marxismo-leninismo*<sup>58</sup>, o recuo – travestido de confiança no processo – parece indiscutível.

Ocorrido dois anos e meio após a divulgação da Declaração de Março, o V Congresso do partido reproduziu e chancelou com a autoridade das instâncias decisórias partidárias o teor fundamental da análise de conjuntura expressa em 1958, incluindo a reprodução de trechos inteiros daquele documento. Não difere o diagnóstico sobre a conjuntura brasileira e internacional, bem como o caráter da revolução brasileira, nem tampouco a amplitude do arco de alianças e o programa a cumprir para a superação do atraso brasileiro. Para além ainda da intenção de retorno à legalidade, expressa no documento por elogios consecutivos à ordem, havia uma preocupação de conferir à disputa eleitoral que se avizinhava um caráter prioritário, conjugado à construção de uma aliança com a burguesia. (MORAES, 2007, p. 168). Caberia um destaque final para o que parece ter sido uma correção de rumos em relação à declaração de 1958. Ao contrário do que se afirmava naquele documento (“Os comunistas de modo algum condicionam a sua participação na frente única a uma prévia direção do movimento” (CARONE, 1982b, p. 188)), o partido passara a defender, em 1960, que no interior da *Frente*, o proletariado devesse preservar a “sua independência ideológica, política e organizativa”, como ainda “assumir a hegemonia do movimento e conduzi-lo”. E ainda, e mais importante: “o caminho pacífico da revolução não significa conciliação de classes, passividade ou espontaneísmo”. (PCB, 1960, não paginado).

Por fim, se formos ao VI Congresso, finalizado três anos após o golpe de 1964, veremos que não houve também mudança na linha política definida em 1958, que marca, desde então, a adoção do reformismo como tática e que se manteria, com pouca variação, até a grande crise de 1992 e a dissolução do partido (MAZZEO, 1999). O endosso da linha política de fins dos anos 1950 é explicitamente realizado nos documentos de 1967:

Foi a partir de 1958 que se tornou possível a nossa participação conseqüente no movimento nacionalista. Com a ruptura ocorrida naquele ano, o Partido deu um passo histórico na sua evolução como organização revolucionária do proletariado [...].

Com a Resolução Política do V Congresso, que confirmou, no essencial, a Declaração de 1958, pôde o Partido avançar rapidamente, passando a exercer influência política considerável na vida nacional. (CARONE, 1982c, p. 50).

---

<sup>58</sup> Entre outros, cabe destaque para VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

As linhas gerais da estratégia e da tática mantêm-se as mesmas: a liquidação do imperialismo e do latifúndio – o que continua impondo à revolução brasileira um caráter nacional e democrático, em aliança com a burguesia progressista. Tratava-se, então, de promover o acúmulo de forças no combate à ditadura, através de uma frente democrática que congregasse todas as forças contrárias ao regime de exceção:

O proletariado é a força motriz principal da revolução. O campesinato e a pequena burguesia urbana constituem com ele as forças fundamentais. A burguesia nacional, tendo interesse objetivo na emancipação nacional, é uma força capaz de opor-se ao imperialismo e de participar da revolução em sua presente etapa. A classe operária deve lutar para conquistar a hegemonia do processo revolucionário, a fim de que esse seja consequente. (CARONE, 1982c, p. 71).

Eis, alinhavadas, todas as dimensões da EDN. Vejamos, a seguir, os termos de sua crítica.

### 3.2 A “revolução brasileira” de Caio Prado Junior

É dispensável a apresentação do autor que por ora nos ocupará. É sabida a sua recusa à condição de classe (abastada) a que pertencia, assim como o teor marxista de sua obra e sua militância política junto ao PCB, a partir de 1931 (REIS, J. C., 2007). Sua crítica da formulação estratégica democrático-nacional, no entanto, se inscreve num registro que extrapola tais opções políticas, traços biográficos e a própria teoria da revolução brasileira que submete à análise. Trata-se de uma interpretação da complexa formação social brasileira, refletida também em outros títulos de sua obra, capazes de sintetizar as visões de conjunto da classe trabalhadora no interior do conflito de classes. A pertença aos quadros do partido e a participação ativa no debate “interno”, embora determinantes para as escolhas do autor sobre o que e como analisar, não afetam a validade e o alcance da análise.

O seu livro *A revolução brasileira*, onde consta o debate que nos interessa e cuja primeira edição veio a público em 1966, é uma obra de balanço, em momento imediatamente posterior à derrota imposta às classes trabalhadoras pelo golpe empresarial-militar de 1964. Ao ato de força em resposta à intensa mobilização dos trabalhadores ao longo de pouco mais de uma década, e que culminava com a luta em torno das “reformas de base”, não houve quase reação. Não vieram em socorro da revolução brasileira as forças democráticas, antifeudais e anti-imperialistas conclamadas pelo PCB. Nem tampouco os camponeses, operários urbanos e camadas médias. Não só não compareceu também a “burguesia nacional”

como, ao contrário, esta foi parte ativa das forças golpistas. Algo não combinava entre a estratégia concebida e a realidade concreta que se apresentava. E como sempre, este intervalo de desajuste, que parece exigir uma revisão criteriosa dos passos da luta até o momento, foi aberto por um acontecimento histórico importante. Por ele é que Caio Prado entrará – e na sequência virão outros.

A avaliação de uma derrota, também como sempre, não demole por completo os elementos que compuseram as táticas e a estratégia que contribuíram para o fracasso, assim como uma nova formulação nunca parte de uma terra arrasada para se conceber. (IASI, 2012). Caio Prado evidenciará traços de ruptura e permanência que atravessam os dilemas da luta da classe trabalhadora. Isto é, por obra de uma síntese do processo histórico da luta da classe trabalhadora sob aquela determinada conjuntura, evidenciará elementos de superação da estratégia, mas ainda sem superá-la. (IASI, 2011). Suas principais questões estavam calcadas sobre as interpretações da formação social brasileira, acerca das quais havia se construído a EDN, corresponsáveis, “pelo desastre do 1º de abril” (PRADO JUNIOR, 2004, p. 23).

Em síntese, Caio Prado promove o desmonte das duas teses centrais do que chama de “teoria da revolução brasileira”: não há resquícios feudais a serem superados, nem tampouco se poderia falar da existência de uma burguesia nacional entre nós (IASI, 2011 e 2012). Para este autor, o Brasil já teria alcançado o estágio de sociedade capitalista, embora de um capitalismo dependente – como já supunham o PCB e mesmo a IC –, intimamente relacionado ao peso do passado colonial e ao papel destinado ao Brasil nesta ordem internacional. Isto posto, conclui, em primeiro lugar: não há revolução burguesa a ser feita, menos ainda nos moldes clássicos. Segundo: a tarefa da revolução seria a superação do atraso brasileiro, incongruente com a modernidade ocidental. O impulso desta revolução caberia à massa trabalhadora rural, mas sob a liderança dos trabalhadores urbanos. O Estado, na ausência de uma burguesia nacional, orientaria a tarefa revolucionária, pela via democrática (e isto é importante reter). Assim como na formulação estratégica que criticava, Caio Prado não via espaço para a revolução socialista na conjuntura imediata, além de condenar a via insurrecional. Detenhamo-nos com mais calma sobre alguns desses pontos.

Fiel ao método do materialismo histórico e dialético, Caio Prado interpretará a história da formação social brasileira sob o registro da totalidade. Isto exigirá a compreensão da situação particular do Brasil, desde a sua inserção no sistema colonial a partir do século XVI, como parte de uma engrenagem que não poderia ser compreendida e tomada como matriz explicativa a partir de particularismos, calcados estes em elementos quase sempre não científicos, como traços étnicos ou psicológicos e mitos fundadores do *povo brasileiro*. Dessa

forma, embora faça parte de uma linhagem do pensamento social brasileiro que se empenhou na compreensão e superação do “atraso” – e por isso não deixou de notá-lo e denunciá-lo –, não se proporá a explicá-lo no registro comum desta tradição. Assim é que não hesitará em classificar o passado colonial brasileiro como parte da ordem capitalista internacional em expansão, já à época colonial, numa perspectiva relacional que não atribui importância decisiva ao fato de que não se pudesse falar na existência de uma burguesia no Brasil.

Tal perspectiva instituirá uma compreensão mediada da ideia de atraso, como até agora anunciamos. Pela perspectiva caiopradiana, trata-se de superar uma visão linear e imutável do desenvolvimento capitalista, a partir do modelo europeu. Isto traria como consequência lógica a compreensão de que derivam das formas dominantes de desenvolvimento formas particulares, mas subordinadas sempre, estas últimas, às primeiras. A respeito desse aspecto, Coutinho acertadamente comenta:

graças à utilização tácita do conceito de vias ‘não-clássicas’ para o capitalismo, Caio Prado combateu corretamente a ideia de que esses ‘restos servis’ constituíssem óbices ao desenvolvimento do modo de produção capitalista entre nós, como sempre supôs o dualismo cepalino e aquele implícito nas propostas do PCB (COUTINHO, 2000, p. 229).

Este teria sido, precisamente, o caso do Brasil, como elemento periférico do ordenamento central do capitalismo europeu que promovia a sua “acumulação primitiva”, conforme mostrou Marx, e ensaiava a mundialização das suas relações. É o que lhe permite concluir, sobre este período inicial e decisivo da formação social do país, que “as premissas do capitalismo já se achavam incluídas na ordem econômica e social brasileira” (PRADO JUNIOR, 2004, p. 115). Ou seja, para o autor, seria um equívoco de princípio supor que as relações capitalistas, aqui ou em qualquer parte, precisassem se impulsionar a partir de dentro para se configurarem como existentes e, portanto, da mesma forma ou tanto mais se se pretendesse enxergar no passado colonial brasileiro as mesmas condições a partir das quais se instituíram relações capitalistas (clássicas) nas sociedades europeias. A combinação dessas perspectivas só poderia produzir duas conclusões: 1) as relações burguesas no Brasil se impuseram a despeito da não existência de uma burguesia brasileira em sentido clássico, posto que o movimento do capital, da sua forma dominante, se encarregou da empreitada; e 2) a visualização de “restos feudais” na formação social brasileira seria parte de uma operação enviesada e dogmática, que pretendia encaixar a realidade na teoria, a exigir da história uma “revolução democrático-burguesa” no lugar de promover a construção de uma teoria não clássica para uma situação não clássica como a do Brasil.

Diz o autor:

O fato, contudo, é que o Brasil não apresenta nada que legitimamente se possa conceituar como “restos feudais”. Não fosse por outro motivo, pelo menos porque para haver “restos”, haveria por força de preexistir a eles um sistema “feudal” de que esses restos seriam as sobras remanescentes. Ora, um tal sistema feudal, semifeudal ou mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo em sua acepção própria, nunca existiu entre nós, e por mais que se esquadrinhe a história brasileira, nela não é encontrado. (PRADO JUNIOR, 2004, p. 39).

A caracterização deste ponto se conclui com a próxima passagem:

A economia agrária brasileira não se constituiu à base da produção individual ou familiar, e da ocupação parcelária da terra, como na Europa, e sim se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado. E o que é mais [sic], o mercado externo, o que acentua ainda mais a natureza essencialmente mercantil da economia agrária brasileira, em contraste com a dos países europeus. Não se constituiu assim uma economia e classe camponesas, a não ser em restritos setores de importância secundária. E o que tivemos foi uma estrutura de grandes unidades produtoras de mercadorias de exportação trabalhadas pela mão-de-obra escrava. Situação essa que no economicamente fundamental se conservou até hoje. Manteve-se praticamente intacta a grande exploração agrária, operando-se nela, com a abolição da escravidão, a substituição do trabalho escravo pelo livre, sem afetar com isso a natureza estrutural da grande exploração (PRADO JUNIOR, 2004, p. 79)

A segunda crítica basilar do autor dirigida às concepções de fundo sobre a realidade nacional, diz respeito à inexistência de uma “burguesia nacional”, progressista, supostamente avessa aos interesses do imperialismo e disposta a lutar ao lado dos trabalhadores pela afirmação de uma ordem burguesa autônoma. Sobre esta trataremos de passagem, posto que sua refutação parte das mesmas bases já apresentadas para a questão dos “restos feudais”.

Para o historiador paulista, conjugado ao primeiro, este foi outro grave erro de leitura histórica e teórica capitaneada pelo PCB e que havia trazido consequências desastrosas. A atribuição de um caráter “nacional” à burguesia no Brasil, na visão caiopradiana, não passaria, portanto, de uma expectativa política de adesão dessas frações<sup>59</sup> da classe dominante ao projeto de civilização do capitalismo, como cunhou Del Roio (2007b, p. 113). Desprovida de essência, não resistiria ao exame da história e às determinações da realidade objetiva e concreta.

---

<sup>59</sup> A esta “burguesia nacional” se oporia a dita “burguesia compradora”, segundo explica Caio Prado, associada ao imperialismo. (2004, p. 72).

Para efeito da crítica da noção de “burguesia nacional”, o autor apresenta duas formulações de seus defensores, para em seguida pô-las em choque com os movimentos concretos da classe burguesa (em suma, com a realidade). Burguesia nacional, portanto, “seriam os industriais que encontravam pela frente [...] a concorrência e oposição do imperialismo interessado em manter o Brasil na posição de simples fornecedor de matérias-primas” (PRADO JUNIOR, 2004, p. 72). No entanto, o abandono desta caracterização foi imediato, segundo aponta, quando do começo da entrada de grandes empresas estrangeiras no Brasil, profundamente imperialistas, e responsáveis em boa medida pelo estímulo ao processo de industrialização no país (PRADO JUNIOR, 2004, p. 72). Ter-se-ia criado, assim, a necessidade de deslocamento, para outro registro, da vigência do conceito de “burguesia nacional”, que a partir de então reivindicaria o seu estatuto de existência na oposição aos interesses das empresas imperialistas instaladas no Brasil, pela concorrência desigual que estas fariam, pondo em risco e desvantagem a produção nacional (PRADO JUNIOR, 2004, p. 73).

Embora a manutenção de uma condição “primarizada” da economia se constituísse num fato verificável desde há muito para um país capitalista periférico e dependente como o Brasil, assim como a distância entre capitalistas brasileiros e os grandes trustes estrangeiros também de fato existisse, não seria em torno de uma disputa aberta entre frações da mesma classe, especialmente em terreno nacional, que se constituiria a engrenagem do sistema-mundo do capital. Caio Prado não negava que pudesse haver, potencialmente, e de fato havia, pontualmente, conflitos de interesse entre capitalistas individuais, brasileiros e estrangeiros, mas não concluía com isso que fosse possível opor, em bloco, em campos opostos e sob tal registro, frações da classe burguesa em disputa, seja em contexto nacional ou internacional.

A mesma compreensão de fundo acerca da existência de formas dominantes e subordinadas do capital que habitam funcionalmente o mesmo estágio histórico, num processo de retroalimentação permanente, serviu mais uma vez de base para o autor no desmonte da noção. Não se tratava, pela lógica de funcionamento do capital, de compreender a posição do Brasil como se estivesse em “atraso” em relação ao capitalismo central no que tange ao desenvolvimento das forças produtivas. E se isto era verdade, e correspondia a um ordenamento previsto e coerente com as leis do capital, não teria sustentação teórico-prática a tese de que tal ou qual fração burguesa, engendrada por estas mesmas leis e ordenamentos, pudesse passar ao largo da repartição, embora bastante desigual, dos dividendos da exploração da classe trabalhadora. Eis a base sobre a qual Caio Prado operará para concluir:

os capitais e as iniciativas estrangeiras e nacionais se foram combinando e interpenetrando de tal forma, que não há realmente mais, hoje, como deslindar a meada e circunscrever uma indústria puramente brasileira e livre de ‘contaminação’ imperialista, sem ligação e relação alguma com interesses estrangeiros; e determinar, por conseguinte, uma ‘burguesia nacional’ anti-imperialista do tipo daquela que prevê a teoria consagrada da nossa revolução. (PRADO JUNIOR, 2004, p. 73).

Fica patente para Caio Prado que a posição de sócia minoritária da burguesia dita “nacional” na relação com o capital imperialista não é, por definição, desvantajosa. Muito ao contrário, é a sua condição mesma de existência. Mas por outro lado, isto também não o autorizaria, e ele efetivamente não o faz, a supor que estas vantagens não sofressem as limitações das condições dependentes da posição ocupada pelo Brasil no sistema internacional do capital. É bom que atentemos para isto, posto que nos será útil na sequência, quando abordarmos o pensamento de Florestan Fernandes, que parte de aproximações com Caio Prado, como esta relativa à condição dependente e à apropriação, conseqüente, de uma limitada fatia dos dividendos pelas burguesias periféricas e dependentes, para tecer conclusões distintas.

Vale ainda notar, no presente momento da exposição, o papel um tanto dúbio atribuído à categoria “nacional” pelo autor, que em verdade não se configura como fragilidade da análise, mas encontra sua gênese numa compreensão mais profunda, de classe, produto não só da concretude cotidiana da *vida nacional*, como da preponderância dos valores burgueses sobre o conjunto das classes. Mas não se constitui novidade para o pensamento marxista a filiação e origem histórica de tal conceito, tão intimamente ligado à história da consolidação da sociabilidade burguesa e da formação do seu Estado. Se isto não deixa de ser verdade, embora não explicitamente, não se pode deixar de notar um apelo “nacional” no que seria o programa da revolução segundo Caio Prado, como veremos adiante.

Encerramos esse ponto para entrarmos na parte final desta seção, quando abordaremos o programa da revolução brasileira indicado pelo autor, em linhas gerais, além do conseqüente papel que atribui ao Estado neste processo. Mas antes, vale que o chamemos novamente, pela acuidade com que conclui a questão e pela atualidade tático-estratégica do que afirma:

A ‘burguesia nacional’, tal como é ordinariamente conceituada, isto é, como força essencialmente anti-imperialista e por isso progressista, não tem realidade no Brasil, e não passa de mais um destes mitos criados para justificar teorias preconcebidas; quando não pior, ou seja, para trazer, com fins políticos imediatistas, a um correlato e igualmente mítico ‘capitalismo progressista’, o apoio das forças políticas populares de esquerda. (PRADO JUNIOR, 2004, p. 121).

Como dissemos, Caio Prado encontra-se numa transição entre uma estratégia e outra. Se não se descola por inteiro da formulação que critica, também não é capaz de formular integralmente uma nova estratégia, já que não se trata, esta, de uma tarefa individual, mas de classe. Classe da qual seus intelectuais orgânicos atuam individualmente, mas também e, sobretudo, expressam a voz de um sujeito coletivo. Nesse registro, passamos ao tratamento das pistas deixadas por Caio Prado para o que, entendia, fosse a correção de rumos estratégicos a partir das críticas que tecia.

Segundo compreendia o historiador paulista, a situação do campo brasileiro constituía-se em elemento central do que necessitava ser superado. A miséria e o retardo dos padrões civilizatórios resultantes da permanência herdada do estatuto colonial seria o principal obstáculo à entrada do Brasil na modernidade, à “integração progressiva numa organização econômica nacional, a saber, estruturada em função e para o fim precípua do atendimento das necessidades do próprio país e de sua população” (PRADO JUNIOR, 2004, p. 99). Ou dito de outra forma, Caio Prado defendia claramente o desenvolvimento do que seria um mercado interno de massas, através de relações capitalistas que, pela sua dinâmica, promoveriam a superação da condição subordinada do Brasil na engrenagem do sistema do capital.

Como já anunciamos brevemente, embora negue a possibilidade histórica de uma revolução burguesa no Brasil, clássica ou não clássica, já que para ele esse processo já se consolidara na Era Vargas, Caio Prado também não afirma, de pronto, que o caráter da revolução brasileira devesse ser socialista (faltariam, para tanto, avanço considerável das forças produtivas e meios de planejamento disponíveis no aparelho de Estado) (PRADO JUNIOR, 2004). Não se tratava, como dizia, de trocar um dogmatismo por outro. O caráter da revolução brasileira, para além da vontade subjetiva da classe, precisaria ser buscado na história. Em seu exame, no entanto, Caio Prado identificaria pelo menos dois problemas, além dos já apontados como impeditivos do socialismo no plano imediato: 1) estão em aberto ainda as tarefas democrático-burguesas não realizadas pela burguesia; e, pior, elas são incontornáveis; 2) uma vez que a burguesia já fez a sua revolução, a despeito do não cumprimento das tarefas democrático-burguesas, é forçoso que outro agente assumira essas bandeiras. Este agente, dirá Caio Prado, não pode ser outro que não a classe trabalhadora. Ou dito de outra forma: se as revoluções burguesas clássicas serviram, historicamente, para consolidar o poder burguês e a dinâmica do capital, mas também garantiram, a reboque, um processo de *emancipação política*, a revolução burguesa brasileira, não clássica, de extração

periférica e dependente, teria atingido apenas os objetivos restritos à própria classe burguesa. Era preciso ampliá-la.

Retomemos rapidamente o teor da crítica, agora com as palavras do autor, para encaminharmos algumas conclusões acerca do que propõe no lugar da estratégia que deveria ser superada:

o erro dessa teoria provém em última análise do sistema e do quadro geral em que ela se acha colocada, a saber, na suposição de que a conjuntura atual do processo histórico-social brasileiro reflete a transição de uma fase feudal ou semifeudal para a democracia burguesa e o capitalismo, consistindo pois as transformações pendentes e que se trata de promover e realizar revolucionariamente, na superação dos restos semifeudais que ainda se incluem como remanescentes do passado, na situação e conjuntura vigente. Daí a ideia da revolução democrático-burguesa, agrária e antifeudal (PRADO JUNIOR, 2004, p. 64).

Não seria demais concluir que embora sob outra configuração de alianças, partindo de uma leitura mais sólida da realidade, com diferenças profundas na forma, não há, em termos de conteúdo, distanciamentos inegociáveis entre o crítico e a estratégia criticada. Tratava-se para Caio Prado, ao que parece, embora assim não nomeasse, não de realizar no todo, é verdade, mas de concluir a revolução burguesa brasileira, como condição para a consecução, no futuro, da luta pela revolução socialista. Vejamos ainda o lugar da iniciativa privada e o papel do Estado na revolução brasileira de Caio Prado.

Já dissemos noutra passagem que o longo processo de parciais rupturas, a realizar-se através de um “programa de reformas”, proposto por Caio Prado, era essencialmente burguês. A superação das marcas do passado colonial se daria por uma “reestruturação da economia brasileira” (PRADO JUNIOR, 2004, p. 197), que alterasse profundamente as relações de trabalho, especialmente no campo, elevando o Brasil a outro patamar civilizatório, segundo projetava. Note-se ainda que para o autor, esta transformação interna, que faria saltar a economia brasileira de um patamar “colonial” para outro “nacional” (PRADO JUNIOR, 2004, p. 193), seria responsável pelo enfrentamento das forças imperialistas, que não poderiam ser combatidas *a priori*, sem que antes se promovesse a “luta nacional” (PRADO JUNIOR, 2004, p. 196) capaz de retirar o país da condição de abate. Eis uma importante passagem que nos confirma o entendimento:

Não nos podemos libertar da subordinação com respeito ao sistema internacional do capitalismo, sem a eliminação paralela e simultânea daqueles elementos de nossa organização interna, econômica e social, que

herdamos de nossa formação colonial. E a recíproca é igualmente verdadeira: a eliminação das formas coloniais remanescentes em nossa organização econômica e social é condicionada pela libertação das contingências em que nos coloca o sistema internacional do capitalismo no qual nos entrosamos como parte periférica e dependente (PRADO JUNIOR, 2004, p. 187)

Isto pressupunha não o escanteamento da iniciativa privada do processo, como se poderia supor numa leitura aligeirada em face da crítica de uma aliança dita estratégica com a burguesia. Mas, ao contrário, a sua integração era parte essencial do programa. Havia uma distinção, no entanto, entre “iniciativa privada” e “livre iniciativa privada”. Para o autor, esta última deveria ser eliminada, posto que não seria capaz de harmonizar-se “com os interesses gerais e fundamentais do país e da grande maioria de sua população” (PRADO JUNIOR, 2004, p. 165). A primeira, no entanto, era

insubstituível e não poderia ser abolida sem dano para o funcionamento normal da economia, [posto que representaria] um poderoso fator de propulsão das atividades econômicas perfeitamente suscetível de se enquadrar no novo sistema econômico proposto, sem introduzir nele perturbações excessivas. (PRADO JUNIOR, 2004, p. 165).

E o autor vai além:

É preciso não esquecer que a situação da economia brasileira, a pobreza e os baixos padrões da população trabalhadora derivam menos, frequentemente, da exploração do trabalhador pela iniciativa privada, que da falta dessa iniciativa com que se restringem as oportunidades de trabalho e ocupação (PRADO JUNIOR, 2004, p. 165-166).

Mas tomemos a pista deixada pelo autor: a “livre” iniciativa privada deveria ser eliminada, e apenas ela. A iniciativa privada *não livre* – assim chamemos para efeito de diferenciação – “uma vez devidamente orientada” (PRADO JUNIOR, 2004, p. 165-166), completa Caio Prado, poderia exercer papel decisivo. Eis aqui a ponta de fio do novelo: caberia ao Estado, como condutor do programa de reformas, a *devida orientação* da iniciativa privada, voltada para o desenvolvimento nacional e para o atendimento dos interesses da maioria da população. Isto significaria, para o autor, a inversão da mão que até então vigerava no tráfego das relações entre Estado e classes dominantes no Brasil. A crítica do Estado pela ótica caiopradiana é a denúncia da sua captura por interesses privados, portanto – como fará também insistentemente o Movimento Sanitário nos anos 1970 e 1980. Submeter ao controle

público, ao interesse geral, a iniciativa privada, era parte essencial da mudança de patamar societário necessária à continuidade da revolução brasileira.

Para a superação de tal situação em prazo e ritmo compatíveis com a premência das questões que nela se propõem, e que atendam à intensidade crescente das reivindicações populares, torna-se necessária a intervenção decisiva do poder público na condução dos fatos econômicos e na orientação deles para objetivos prefixados (PRADO JUNIOR, 2004, p. 168).

Mas o tema do Estado é, talvez, o mais problemático desta obra de Caio Prado, seja pela importância lateral que assume no desenvolvimento da análise do autor – embora ocupe papel decisivo no programa –, seja pela ausência de uma conceituação em termos marxistas ou ainda pela maneira como constrói a crítica dos rasgos patrimonialistas do Estado brasileiro, que termina por encobrir outros traços da formação social brasileira que ajudariam a clarificar exatamente o teor do que denuncia. Começemos pelo fim.

A caracterização do Estado “na generalidade dos países subdesenvolvidos do mundo moderno” cumpre apenas parte da tarefa que deveria desembocar numa compreensão mais totalizante deste Estado-condutor. Para ele, atingiria “proporções excepcionais” nessas formações o locupletamento de cada uma das burguesias naqueles Estados, tomando-os, muito além dos formatos *ordinários* e *normais*, como meros instrumentos de acumulação capitalista (PRADO JUNIOR, 2004, p. 122). Não é difícil supor que, para o autor, a medida de *normal* e *ordinário* diga respeito às formações estatais do capitalismo central, norte para onde o Brasil deveria rumar. Mas como aponta Coutinho, escapa a Caio Prado, no calor da crítica, a percepção de que, guardadas as devidas proporções do aparelhamento privatista que decerto também marca presença na formação do Estado no Brasil, a serventia deste mesmo Estado ao processo de acumulação capitalista é “traço substancial de nossa modernidade”. A falta de clareza sobre esse aspecto compromete em parte o programa vocalizado por Caio Prado, posto que atribui ao Estado um papel “limpo” que ele não pode desempenhar no contexto específico da sociedade brasileira, como que a desencadear um “desenvolvimento capitalista saudável” (COUTINHO, 2000, p. 238) – outro vício que o Movimento Sanitário e a esquerda democrática capitaneada pelo PT reproduzirá.

A excelência e as opções teórico-metodológicas do autor nos permitem ir ainda mais fundo na crítica: parece ausente ou amainado da compreensão do Estado, *stricto sensu*, para Caio Prado, o seu caráter de classe, posto que talvez considerasse, em face das condições civilizatórias brasileiras, a necessidade de realização de um programa mínimo que pudesse equiparar o Brasil a uma sociedade de classes em termos europeus. A conjugação coerente da

constatação de uma revolução burguesa (embora não clássica) já realizada e da inviabilidade conjuntural da revolução socialista parece forçada, mais ainda quando o que se propõe como meio termo, alternativa para o imediato, é o aperfeiçoamento do regime burguês, com a participação incontornável da iniciativa privada e a condução do mesmo Estado que até agora cumprira à risca o papel para o qual fora criado. Lembremos que Caio Prado não está pensando num Estado sob a transição para o socialismo. Deste debate não há sombra na obra em questão, como não poderia mesmo haver se se parte da constatação da inviabilidade do processo que engendraria tal transição – que aliás, em Caio Prado, parece apresentar-se como a *transição da transição* que vimos na socialdemocracia alemã e no eurocomunismo. Ao fim e ao cabo, Caio Prado parece cair na armadilha que de início atentou-lhe o juízo para a crítica: um taticismo sem estratégia, que a propósito de não se dogmatizar, enxergando na realidade mais do que ela de fato apresenta, terminou por circunscrever a subjetividade, o projeto, ao limite estrito de uma concretude adversa.

Como veremos na sequência, ora se aproximando, ora se distanciando de Caio Prado, Florestan Fernandes restituirá ao debate da estratégia a compreensão profunda do papel e função do Estado. Senão, vejamos.

### 3.3 Revolução burguesa e socialismo em Florestan Fernandes

Inegavelmente, a despeito das aproximações possíveis entre Caio Prado e Florestan Fernandes, o que os une de fato neste breve panorama que tecemos é a crítica às formulações estratégicas da esquerda de então. Se a recusa das principais teses que embasaram a formulação pecebista é consensual, as leituras alternativas não são coincidentes, nem tampouco os pontos de partida e chegada. Tomaremos para análise, da parte de Florestan, a sua coletânea de ensaios *A revolução burguesa no Brasil*, editada em 1975, mas que reúne uma produção iniciada ainda nos anos 1960, já após a derrota imposta pelo golpe empresarial-militar. Por essa característica da obra, e diferentemente de Caio Prado, Florestan refletirá sobre o momento imediatamente posterior ao golpe e durante o desenvolvimento do regime, chegando até o ponto em que a sua distensão é anunciada, sob o governo Ernesto Geisel (1974-1979).

Começemos, então, por uma distinção essencial. Florestan, que assim como Caio Prado encontra-se no período histórico de transição entre uma estratégia e outra, destoa de ambas no que tange à interpretação das condições históricas para a transformação socialista no país. Ao contrário de seu predecessor, a partir de uma visão de conjunto que parece mais

ampla e menos fixada à conjuntura brasileira, percebe a abertura de um ciclo revolucionário socialista, inaugurado pela Revolução Russa de 1917, bem como o encerramento do ciclo revolucionário burguês, que não só teria alcançado a sua plenitude como também o seu ponto de saturação (FERNANDES, 2005). As energias da classe trabalhadora, portanto, no sentido de uma revolução “democrático-burguesa”, estariam sendo até então empregadas – como se não bastassem os equívocos táticos – em esforço anacrônico, funcional à dominação. A base para esta inferência, no entanto, é a mesma de Caio Prado: a revolução burguesa já teria se dado no Brasil.

Como anunciamos e já seria possível supor, Florestan não endossará as teses dominantes a respeito da suposta existência de “resquícios feudais” na formação social brasileira, nem tampouco de uma “burguesia nacional” potencialmente capturável na contramão dos interesses imperialistas. Os anos 1930 fecharam o ciclo da revolução burguesa no Brasil, dirá o autor. Mas assim como não se poderia falar em restos feudais, já que não houve “feudos” e relações feudais no Brasil, também não se poderia falar em burguesia, já que também não teria havido “burgos” e relações burguesas. Ao contrário de Caio Prado, que visualizava um *sentido burguês* na ação das oligarquias brasileiras desde a colônia, Florestan identificará o “burguês” como um elemento recente na composição societária do Brasil, a ponto de concluir que a revolução burguesa não fora realizada propriamente pelo elemento burguês clássico, e sim assumida por um aglomerado de frações de classe (as elites cafeeiras e os imigrantes), que teriam tomado para si a tarefa de instituir um determinado padrão de civilização burguês. “O domínio burguês não precisou se enfrentar com a velha ordem oligárquica, pelo contrário, encontrou nessa forma os meios de manter e legitimar o domínio burguês”, aponta Iasi interpretando corretamente Florestan. (2012, p. 301). O que Florestan chama, portanto, de *revolução burguesa*, em certa medida aproxima-se da noção processual, não episódica, que é também de Caio Prado: “não constitui um episódio histórico [a revolução burguesa]. Mas, um fenômeno estrutural, que se pode reproduzir de modos relativamente variáveis” (FERNANDES, 2005, p. 37).

Noutra breve passagem, podemos captar também o processo efetivo de constituição de uma burguesia no Brasil, segundo a descrição do autor:

A burguesia nunca é sempre a mesma, através da história. No caso brasileiro, a burguesia se moldou sob o tipo de capitalismo competitivo que nasceu da confluência da economia de exportação (de origens coloniais e neocoloniais) com a expansão do mercado interno e da produção industrial para esse mercado (FERNANDES, 2005, p. 258).

Se a burguesia não é sempre a mesma no percurso histórico, isto indica a impropriedade da adoção de modelos fechados de compreensão da realidade para contextos distintos. A noção de revolução burguesa *não clássica* surge em Florestan, assim como em Caio Prado, como ponto central para o entendimento das peculiaridades nacionais que deveriam ser consideradas para uma formulação estratégica da classe trabalhadora. A tecla em que Florestan baterá incansavelmente é a da dissociação, possível e perfeitamente dentro do *script*, entre relações burguesas e democracia, sob um contexto de uma revolução burguesa não clássica. A variabilidade de modos que o processo poderia assumir diria respeito justamente à possibilidade de diversas combinações não excludentes entre si, “dadas certas condições e circunstâncias, desde que certa sociedade nacional possa absorver o padrão de civilização que a converte numa necessidade histórico-social” (FERNANDES, 2005, p. 258). Tal conclusão acarreta uma outra para Florestan, de suma importância para o debate no qual está inserido e que o coloca, dessa vez, na contramão de Caio Prado. Tendo sido a revolução burguesa no Brasil, como aponta, uma revolução dentro da ordem oligárquica – ordem oligárquica esta que “‘aburguesou-se’, desempenhando uma função análoga a de certos segmentos da nobreza europeia na expansão do capitalismo” (FERNANDES, 2005, p. 45) –, isto não permitiria rotular de “fracá” a burguesia no Brasil. Ao contrário, a ocorrência da revolução em termos não clássicos, sem que tenha sido necessário derrotar o seu inimigo, demonstraria justamente a potência dessa burguesia, evidentemente amparada nas forças do imperialismo.

Uma vez caracterizadas a formação da burguesia no Brasil e o modo como se deu a sua revolução, Florestan passa a analisar a íntima relação desta burguesia com o imperialismo. A convergência com Caio Prado, nesse registro, é completa. Florestan não só refuta a vigência de uma relação obstaculizante do desenvolvimento de burguesias nacionais, como a brasileira, em face do imperialismo, como atesta a importância desta relação para o seu crescimento. Isto, evidentemente, não elidiria o caráter dependente dessas formações periféricas, limitadas pela sua condição, embora beneficiárias do arranjo que lhes garantiria a existência:

a ‘fraqueza’ das burguesias submetidas e identificadas com a dominação imperialista é meramente relativa. Quanto mais se aprofunda a transformação capitalista, mais as nações capitalistas centrais e hegemônicas necessitam de ‘parceiros sólidos’ na periferia dependente e subdesenvolvida – não só de uma burguesia articulada internamente em bases nacionais, mas de uma burguesia bastante forte para saturar todas as funções políticas autodefensivas e repressivas da dominação burguesa. (FERNANDES, 2005, p. 342).

Florestan, no entanto, ao contrário de Caio Prado, leva às últimas consequências o papel desse caráter dependente. Se para Caio Prado tal situação de dependência poderia ser rompida dentro mesmo da ordem, através de um desenvolvimento econômico capitaneado pelo Estado; para Florestan, o próprio *modus operandi* do capital em sua fase monopolista, na relação centro-periferia, não permitiria rearranjos que estivessem no registro apenas da vontade de superação do formato de uma determinada formação social ou subordinados à necessidade de manutenção do equilíbrio interno da dominação por parte dessas burguesias dependentes. Isto trará a reboque, para o sociólogo paulista, o debate da democracia possível em sociedades sob tais determinações estruturais. Isto é, a “democracia restrita” dos capitalismo periféricos seria apenas e tão somente a forma política da condição econômica dependente destas nações. Em suma, a ordem burguesa pôde ser garantida a despeito do não cumprimento das tarefas democráticas e nacionais. Tal quadro se apresentaria de modo ainda mais dramático, posto que o caráter tardio do desenvolvimento burguês no Brasil teria se dado em meio ao período histórico das transformações socialistas, o que teria implicado uma ação de contenção ainda mais intensa sobre as massas despossuídas, pela potencialidade de suas lutas – conclui Florestan.

Eis que estão dados os elementos para a compreensão do que o autor chamou de “autocracia burguesa”, que consistiria na concentração máxima e autojustificada do poder pelos poucos grupos e frações burguesas beneficiárias da ordem estabelecida. Tal exercício de dominação não poderia prescindir, explica o autor, de um forte aparato estatal, uma vez que não seria capaz de construir sólidas ou mesmo relativas bases de consenso entre os dominados, precisando manter-se quase que exclusivamente pela espada, fazendo de um Estado de exceção a regra. Nas palavras do autor: “A democracia não só é dissociada da autoafirmação burguesa, como ela seria um tremendo obstáculo ao tipo de autoprivilegiamento que as classes burguesas se reservaram” (FERNANDES, 2005, p. 404).

A arguta percepção de Florestan oferece uma explicação para o golpe empresarial-militar de 1964 e para o próprio papel dos militares na história brasileira (IASI, 2012). A necessidade de manter uma contrarrevolução permanente explicaria a tomada preventiva do poder, sob um contexto em que as classes trabalhadoras se agitavam e organizavam. O golpe teria representado assim a própria garantia da consolidação da ordem e a necessária modernização estrutural exigida pelo capital monopolista que por aqui se consolidava. Ou dito de outra forma, na ótima síntese do próprio autor:

Um poder que se impõe sem rebuços de cima para baixo, recorrendo a quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesmo em fonte de sua própria legitimidade e convertendo, por fim, o Estado *nacional e democrático* em instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva (FERNANDES, 2005, p. 346, grifos do autor).

Como se vê, o papel que Florestan atribui ao Estado neste concerto não combina com o que Caio Prado lhe reserva no programa da revolução brasileira que propõe. Enquanto para este último, sob a direção dos trabalhadores, mas ainda dentro da ordem burguesa, o Estado poderia atuar em benefício das massas e dos interesses da nação, na contramão do papel funcionalizado que historicamente protagonizou; para o primeiro, como instrumento de luta o Estado só faria sentido fora da ordem burguesa, sob o contexto de uma transição socialista. O Estado de Florestan, em suma, não só é incontornavelmente de classe, capturado precipuamente pelos interesses imperialistas e de suas burguesias locais, como, poderíamos acrescentar, atua de fato como *comitê executivo da burguesia*, sem espaços para concessões posto que sob um registro *dependente*.

No entanto, aponta Florestan, existe um problema neste formato de exercício da dominação autocrática. Se o convencimento pode ser adiado, não pode sê-lo indefinidamente – o que se sabe desde Maquiavel, digamos de passagem: “os mais importantes alicerces de qualquer Estado, seja ele novo, velho ou ainda misto, são as boas leis e os bons exércitos” (2007, p. 57). Não se vive apenas de *bons exércitos*, portanto, alerta o pensador florentino; e *boas leis* não se constroem sem bases de hegemonia. Mas terão estas forças burguesas condições de responder a esta *lei* da dominação? Florestan crê que não:

As forças burguesas, que lutam pela eternização de um regime autocrático, ignoram a essência do capitalismo privado [...] e, em consequência, o sentido da dominação burguesa [...]. Ao confundir aquilo que ‘foi preciso fazer’ em dado momento, para preservar e fortalecer o poder burguês, com o que se ‘deve fazer sempre’, tais forças correm o risco de concorrer, ou para criar uma evolução alternativa dentro do capitalismo [...] ou para suscitar uma evolução anticapitalista (FERNANDES, 2005, p. 321-322).

A “evolução” dentro do capitalismo, explica Florestan, seria o fortalecimento de um capitalismo monopolista de Estado, que teria, por definição, que conter drasticamente o peso da iniciativa privada no contexto do desenvolvimento capitalista-monopolista. Mas o autor não vê factibilidade para esta possibilidade, pelo caráter mesmo da burguesia que se formou no Brasil. Isto o levará também a negar, em debate franco com Caio Prado, a possibilidade de que o desenvolvimento econômico pudesse promover a superação do modo autocrático

burgues e sua dependência estrutural em relação ao capitalismo central. Tal perspectiva está relacionada a uma percepção de fundo, que considera o cenário de uma formação social dependente como algo estrutural e não apenas conjuntural. Sendo assim, Florestan é coerente quando declara não enxergar possibilidade de que uma revolução dentro desta ordem possa se estender ou se desdobrar para fora dela. A alternativa que enxerga, em face mesmo do caráter da autocracia burguesa, e do choque provocado pelas crescentes pressões vindas *de baixo*, é a ruptura revolucionária da ordem, uma vez que o mínimo atendimento das demandas das classes trabalhadoras, em nome do consenso (através do que denominou de uma “democracia de cooptação” (2005, p. 422 et. seq.)) já ameaçaria o poder desta autocracia, e sua rigidez seria reflexo da base material restrita sobre a qual se sustentaria, e não obra deste ou aquele aspecto moral ou ético que pudesse determinar ou relativizar o grau de sua ganância ou a disposição de negociar os anéis para manter os dedos.

Em face do cenário descrito, o choque produzido pela reivindicação das massas com a recusa do mínimo de concessão por parte da autocracia burguesa já representaria a possibilidade de ruptura, capaz de gerar as condições para a luta revolucionária socialista. Isto porque, como dito, Florestan não apostava que a autocracia burguesa aceitasse nem mesmo a “democracia de cooptação”, como também porque supunha que as massas, pelo acúmulo de sua opressão e péssimas condições objetivas de vida, não aceitariam apenas o mínimo. Prospectivamente, Florestan intuiu acertadamente o recrudescimento da autocracia burguesa no pós-ditadura, cujo sinal máximo foi a abertura política sob controle, instituindo-se uma transição *pelo alto*. (IASI, 2012).

Mais tarde, através da continuação de sua obra e de sua farta produção jornalística, prosseguiu sempre um furo abaixo do entusiasmo democrático que marcara os anos 1980, apontando a necessidade de radicalização da luta revolucionária pelo socialismo. Na sequência de Florestan, virá Carlos Nelson Coutinho, que com Caio Prado Jr. formam a tríade que elegemos para pensar a transição estratégica que abordamos. O mesmo Coutinho, em fins da década de 1990, dirigiu a Florestan uma crítica que nos será útil para uma posterior retomada. Para este não menos importante pensador, a aposta de Florestan, de que a burguesia brasileira fosse inflexível ao reequilíbrio da sua própria condição autocrática, não permitiu ao sociólogo paulista enxergar o fato de que o processo de abertura política que se iniciara nos anos 1970, no Brasil,

[fora] atravessado e contraditado por um *processo* de abertura, isto é, por um movimento social objetivo que resultou da ativação da sociedade civil, em

particular dos segmentos ligados às classes trabalhadoras. O “processo” de abertura, atuando de baixo para cima, abriu e conquistou espaços que nem de longe estavam previstos no ‘projeto’ geiseliano-golberiano, que previa apenas uma reforma da autocracia ‘pelo alto’, com a conservação de suas características essenciais (COUTINHO, 2000, p. 259, grifo do autor).

Diz ainda Coutinho: “Ora, em 1974, no momento em que escreveu a última parte de *RBB [A Revolução Burguesa no Brasil]*, era absolutamente compreensível que Florestan subestimasse as potencialidades desse *processo* de abertura” (COUTINHO, 2000, p. 259). Certamente podemos aplicar a mesma crítica ao próprio Coutinho: talvez fosse compreensível, em 1998, quando o seu texto foi escrito, sob pleno processo de recrudescimento autocrático, tal como Florestan previra nos anos 1970, a atualização da aposta democrática com o que talvez se assemelhasse, ou de fato fosse, um processo de reestruturação forçada da autocracia burguesa, ainda que sob controle, na esteira do acúmulo das lutas oriundas do processo de abertura, e que se materializava na socialização da política e na possibilidade concreta de disputa do poder pela via eleitoral. Mas guardemos esta indicação. Aproximemo-nos agora, através de Coutinho, dos esboços da nova estratégia das classes trabalhadoras que viria a ter no PT a sua mais expressiva vocalização.

#### 3.4 Carlos Nelson Coutinho e a *democracia como valor universal*

Não são muitos os pensadores sociais que formularam, em suas obras, o que podemos chamar de uma ‘imagem do Brasil’ [...] a nos dar uma visão de conjunto, que implica não só a compreensão de nosso passado histórico, mas também o uso dessa compreensão para entender o presente e, mais do que isso, para indicar perspectivas para o futuro. (COUTINHO, 2000, p. 245).

Dessa forma Carlos Nelson Coutinho abre o texto “Marxismo e a ‘imagem do Brasil’ em Florestan Fernandes”, publicado numa coletânea de textos seus, que ganhou o título de *Cultura e sociedade no Brasil*, há pouco citado por nós. A justa e sincera homenagem a Florestan também pode servir ao seu próprio autor, pelo corte de *grande política* que distinguiu sempre a sua militância e a sua *batalha das ideias*. Virgínia Fontes o chamou, com justeza, de um dos “intérpretes do Brasil”, inserindo-o na melhor tradição do pensamento social brasileiro. (FONTES, 2012, p. 178). Como agiu e pensou *grande*, as polêmicas que elegeu e das quais participou não poderiam se caracterizar pela timidez. Seu pensamento, também não resta dúvida, exerceu forte influência nos meios políticos e acadêmicos brasileiros, por vezes, inclusive, tendo sido apropriado na contramão do que defendia. Como o mais importante introdutor de Gramsci no Brasil, sua *leitura* forneceu as bases a partir das

quais ainda hoje se interpreta o legado gramsciano – o que carrega mais ganhos do que perdas, mas que também trouxe a reboque, por vezes, a despeito de Coutinho, certa canonização de Gramsci. É da sua intervenção seminal, das questões candentes do real que ajudou a identificar e expressar, dos acertos e dos equívocos, bem como da influência que exerceu na consolidação da esquerda democrática brasileira, que trataremos nesta seção.

Coutinho, desde a segunda metade da década de 1970 está empenhado num acirrado e importante debate interno do PCB – partido a cujas fileiras pertenceu entre 1961 e 1982 –, que embora não fosse propriamente novo<sup>60</sup>, para o partido e para a tradição marxista, naquele momento de abertura política no Brasil e também de crise do movimento comunista internacional, adquirira um renovado fôlego. A questão democrática para o PCB remonta a fins da década de 1950, como tivemos oportunidade de conferir. No entanto, não se pode tomá-la, a questão democrática, como unificadora das dissensões internas do partido. Se quanto à recusa do legado stalinista o cimento que fornecia parecia mais sólido, o solo tornava-se imediatamente instável quando o assunto passava a ser a realidade brasileira. O momento exigia a compreensão de como empreender o enfrentamento da ditadura, em meio à crise da EDN, concebida em etapas. Fazia-se urgente, então, um redesenho da questão democrática para os novos tempos que se anunciavam, em face de um pujante movimento operário saído das greves do ABC paulista. A crise estratégica que se abatera sobre o partido, portanto, desde o golpe de 1964, e que se desdobrara em consequentes “rachas” e fragmentações em suas fileiras (basta lembrar os inúmeros grupos e correntes que romperam com o partido para pegar em armas ao longo dos anos 1960 e 1970), assumia agora tons dramáticos com a incapacidade flagrante do partido de liderar a classe trabalhadora no combate à ditadura<sup>61</sup>. A duríssima repressão sofrida a partir de 1974 pelos quadros de seu Comitê Central, que obrigou os que se salvaram a se exilarem, completava aquele cenário cinzento. (BRAZ, 2012, p. 239-246).

---

<sup>60</sup> João Quartim de Moraes esclarece que “a tese de que o socialismo resultaria do aprofundamento e da ampliação das instituições democráticas forjadas no capitalismo [...] havia sido sustentada pela II Internacional, cujos partidos-membros se intitulavam socialdemocratas exatamente para marcar o vínculo que declaravam essencial entre democracia e socialismo”. E completa: “Toda a dificuldade, evidentemente, consistia (e continua consistindo) em determinar a natureza deste nexos, ou, mais dinamicamente, a lógica objetiva deste processo”. (MORAES, 2001, p. 22-23).

<sup>61</sup> A pretensão dos chamados “renovadores”, como também eram conhecidos os membros da corrente eurocomunista dentro do PCB, de se aproximar do novo movimento operário que despontava, é declarada. A *renovação* passava pela superação da estratégia democrático-nacional. Leandro Konder, também pertencente às fileiras dos eurocomunistas do PCB, em texto publicado um ano depois do ensaio de Coutinho, esclarece o ponto, indicando, por tabela – assim como fizera Coutinho –, parte dos elementos do que viria a ser a estratégia democrático-popular: “O novo proletariado [...] não é propenso a ilusões ‘golpistas’: a vida lhe ensinou, empiricamente, nas campanhas salariais, que os objetivos só são alcançados após laboriosa acumulação de forças”. (1980, p. 133, grifo do autor).

Segundo Celso Frederico:

Três facções disputavam o poder partidário: os eurocomunistas, a direção partidária recém-chegada do exílio, e a ala comandada por Prestes. As duas primeiras correntes defendiam a renovação do PCB contra o continuísmo de Prestes e de suas práticas mandonistas. Prestes, por sua vez, criticava a todos por ‘oportunismo de direita’: abandono da luta operária e adoção de uma linha conciliatória e democratista. (2007, p. 210).

O desfecho da disputa se daria em 1982, quando da realização do VII Congresso do Partido. A corrente da direção partidária vinda do exílio, liderada por Giocondo Dias, ficaria com o controle do partido, provocando a saída de Prestes e da corrente eurocomunista – da qual Coutinho fazia parte. Foi sob esse fogo cruzado que, ainda em 1979, o autor tornou público o ensaio *A Democracia como valor universal*<sup>62</sup>, onde não só fazia a crítica da estratégia etapista democrático-nacional, como indicava as linhas gerais do que viria a ser a EDP liderada pelo PT já na década seguinte. Nele encontramos também as bases teóricas que se tornariam dominantes entre a esquerda democrática brasileira pelas décadas seguintes. Ainda outras intervenções, na esteira do pioneirismo de Coutinho no tratamento mais contemporâneo da questão democrática, diríamos, se fizeram presentes e serão aqui tratadas lateral e parcialmente<sup>63</sup>. Textos mais recentes, produzidos nos anos 1990 e 2000, críticos à perspectiva que Coutinho deu forma, serão também por nós aqui trabalhados ao final desta seção, assim como serão consideradas outras produções do autor, posteriores ao texto analisado.

Para início de conversa, podemos dizer que, em essência, o *valor universal* da democracia defendido por Coutinho respondia, em bloco, a um conjunto de problemas em relação aos quais o autor pretendia reagir<sup>64</sup>: o totalitarismo<sup>65</sup> das experiências do socialismo

---

<sup>62</sup> O texto foi originalmente publicado no número 9 da revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, dirigida por Ênio Silveira.

<sup>63</sup> Braz (2012, p. 257) apresenta uma relação farta de títulos que, pela esquerda, contra ou a favor de Coutinho, reforçaram o debate da questão democrática ao longo dos anos 1980. Reproduziremos sumariamente, apenas para registro, as informações elementares, sem as referências bibliográficas completas: a) em resposta a Coutinho: *Contra o revisionismo* (Otávio Rodrigues, 1979) e *A democracia como valor operário e popular* (Adelmo Genro Filho, 1979); b) inseridos mais amplamente no debate: *Notas sobre democracia e transição socialista* (José Paulo Netto, 1979), *A democracia e os comunistas no Brasil* (Leandro Konder, 1980), *Por que democracia?* (Francisco Weffort, 1984), *Imagens da revolução* (Daniel Aarão Reis e Jair Ferreira de Sá, 1985), *As esquerdas e a democracia* (Marco Aurélio Garcia (org.), 1986), *A redefinição da democracia* (José Paulo Netto, 1986) e *Democracia* (Décio Saes, 1987).

<sup>64</sup> O próprio Coutinho afirmou que o ensaio em questão era “sobretudo um texto de combate”. (2012, p. 405).

<sup>65</sup> Em que pese a polêmica caracterização, foi esta a forma com que Coutinho se referiu à ex-URSS. (2012, p. 412).

real<sup>66</sup>, a ditadura empresarial-militar no Brasil e a estratégia fracassada de seu partido. No primeiro caso, a afirmação de uma inabalável identidade entre socialismo e democracia marcava a posição a favor de um outro socialismo, distinto do que vigera na URSS e no leste europeu. No segundo e no terceiro casos, ainda que pela reafirmação dos valores democráticos, propunha a recusa da conciliação de classes que até então embasara a estratégia pecebista. Uma vez que democracia e socialismo eram considerados indissociáveis, apenas uma democracia de massas poderia fornecer a base da luta pela democracia que, para o autor, nesses termos, já seria a própria luta pelo socialismo. Em todos os casos, sobressaía a corrente eurocomunista como influência direta nas proposições de Coutinho<sup>67</sup>. Vejamos os termos do ensaio um pouco mais de perto.

Logo na abertura do texto, Coutinho declara a sua fonte de inspiração, em referência direta ao discurso de Berlinguer já citado aqui por nós, em 1977, em plena Moscou. Para o autor, além das questões estratégicas próprias de cada realidade nacional, a exigirem, todas, a luta democrática, a democracia figurava como um patrimônio da humanidade, diríamos. Reagindo à ideia de que a democracia devesse ser adjetivada, como burguesa ou operária, lançou mão do materialismo histórico para defender a ideia de que não seria correto atribuir uma identidade mecânica entre *gênese* e *validade*. Partindo da conclusão de Marx acerca da *validade universal* da arte de Homero, a despeito do desaparecimento da sociedade grega que a produziu (e vendo nesta formulação um “alcance metodológico geral”), concluiu que a origem burguesa (*gênese*) da democracia moderna não implicava necessariamente que o fim do sistema trouxesse a reboque o fim de todos os seus resultantes (*validade*). (COUTINHO, 1979, p. 36).

Se cabe então à democracia um valor estratégico e não meramente tático, é com base nessa constatação que o autor investirá contra “correntes e personalidades” que partilhavam, segundo ele, no Brasil, uma “visão estreita” sobre o assunto, que adviria de uma “errada concepção da teoria marxista do Estado, numa falsa e mecânica identificação entre democracia política e dominação burguesa”. Sua argumentação acerca das “tarefas” colocadas para os trabalhadores brasileiros à época fornece os elementos de um programa:

---

<sup>66</sup> Coutinho, por mais de uma vez, deixou claro o seu pouco apreço pelo modelo de socialismo dito “real”. Na mesma oportunidade a que acabamos de fazer referência, declarou: “Minha grande dor não foi a queda do muro de Berlim ou o fim da URSS, mas o fim do Partido Comunista Italiano”. (2012, p. 397).

<sup>67</sup> Sobre a influência que sofreu do eurocomunismo italiano, com o qual travou contato direto a partir de 1976, na condição de exilado político, afirmou o autor: “Meu ensaio ‘A democracia como valor universal’ não teria sido escrito se não fosse esse meu período italiano”. (2012, p. 398).

essas tarefas não podem ser identificadas com a luta imediata pelo socialismo, mas sim com um combate árduo e provavelmente longo pela criação dos *pressupostos* políticos, econômicos e ideológicos que tornarão possível o estabelecimento e a consolidação do socialismo em nosso País. (COUTINHO, 1979, p. 35, grifo do autor).

A outra hipótese central de Coutinho girava em torno da percepção de que a história política brasileira fora até então marcada pelas mudanças *pelo alto* (“via prussiana”), conduzidas invariavelmente pelas classes dirigentes – da qual o regime de exceção vivido então pelo Brasil era apenas mais uma expressão. Essa conformação política, colada à ausência de uma revolução democrático-burguesa por aqui, teria sustado todo o processo de conquistas de direitos e liberdades civis experimentado pelos países onde revoluções burguesas clássicas aconteceram, deixando marcas de “debilidade” em nossa democracia. A via de superação de tal estado de coisas, ainda segundo Coutinho, passaria por um intenso processo de socialização da política, que funcionaria como uma espécie de acerto de contas com a defasada história de participação popular brasileira na política<sup>68</sup>. A “*renovação democrática* do conjunto da vida nacional [...] não pode ser encarada apenas como objetivo tático imediato, mas aparece como o conteúdo estratégico da etapa atual da revolução brasileira” (1979, p. 35, grifo do autor), completa Coutinho.

Coutinho parece captar um processo de *ocidentalização* – no registro gramsciano – em curso no Brasil de fins da década de 1970. O franco desenvolvimento da sociedade civil, especialmente colocado pelos *novos sujeitos* políticos que despontavam, sobretudo no movimento operário paulista, na luta contra a ditadura, é o mote a partir do qual parte. Diferentemente de Florestan, registremos, que concebe a *autocracia burguesa* como traço estrutural da formação brasileira e, portanto, insuperável sem o rompimento da ordem que a sustinha, Coutinho – mais próximo de Caio Prado nesse aspecto – considera a “via prussiana” uma *forma política*, capaz de ser superada pela mudança do padrão de interação da *sociedade civil* com a *sociedade política*. A aposta na pujança da movimentação da sociedade civil de então, que se intensificaria na década de 1980, pretendia acudir também à proposta de renovação do PCB em nome da qual o autor empenhava-se, na tentativa de restaurar o seu posto de liderança da classe trabalhadora organizada, perdida desde o golpe em 1964. Coutinho repete a aposta dos eurocomunistas, embora de modo conceitualmente mais rigoroso, de que a socialização da política, corolário de um processo de *socialização da produção*, abriria a possibilidade de disputa do Estado para fins não apenas econômicos. O

---

<sup>68</sup> “A luta democrática passava a ser interpretada como uma reversão do prussianismo presente em toda a nossa vida política”, dirá acertadamente Celso Frederico. (2007, p. 208).

recado dirigido às experiências do socialismo real não poderia ser mais explícito: “o socialismo não consiste apenas na socialização dos meios de produção [...]; ele consiste também – *ou deve consistir* – numa progressiva socialização dos meios de governar”. (COUTINHO, 1979, p. 38, grifo do autor). Isto é, se o custo (ou a condição) de uma socialização dos meios de produção forçada, violenta, embora mais célere no tempo, for a negação da socialização da política, o “humanismo socialista” não vingará e o socialismo não será socialismo. A socialização da política – que se expressaria na articulação da democracia representativa com formas de democracia direta – deve constituir-se na base sobre a qual serão buscados os *pressupostos* para a luta pelo socialismo. Ou nas palavras do autor, que por tabela nega o etapismo da revolução brasileira:

a conquista de um regime de democracia política não é uma etapa no caminho do socialismo a ser posteriormente abandonada em favor de tipos de dominação formalmente não democráticos. É, antes, a criação de uma base, de um patamar mínimo que deve certamente ser aprofundado (tanto em sentido econômico como em sentido político), mas também *conservado* ao longo de todo o processo. (COUTINHO, 1979, p. 43, grifo do autor).

Coutinho constantemente tece associações entre a luta pela democracia e a luta pelo socialismo, aposta na incompatibilidade da plenitude democrática com o capitalismo, e defende uma concepção processual da revolução socialista. Isto nos impede que imputemos ao autor, sem polêmica e como marca permanente, a reprodução de um etapismo rígido na sua concepção de revolução – mesmo que qualitativamente distinto da estratégia pecebista –, mas também nos parece inegável a presença de um traço kautskyano de uma *transição* que deve preceder a *transição socialista*, também claramente assumido pelo eurocomunismo. Certo inacabamento da revolução burguesa no Brasil é o que parece informar o autor no empenho por uma luta que não de imediato convergiria para o socialismo<sup>69</sup>, também como assevera Caio Prado. Ainda que, para Coutinho – não será demais repetir –, esta percepção não se desdobrasse na defesa de uma aliança com a burguesia em nome do seu próprio desenvolvimento.

Mas voltemos. Se a socialização da política não é propriamente um corpo estranho para o capital, mas, ao contrário, potencializada por ele, como pensar a “democratização da economia”? Através da “aplicação de um programa econômico antimonopolista, antilatifundiário e anti-imperialista – repete Coutinho a tríade estratégica do PCB –; um

---

<sup>69</sup> Virgínia Fontes não tem dúvidas a respeito do assunto: “inexiste na reflexão de Carlos Nelson a suposição de uma etapa prévia, democrática, apresentada como uma pré-condição para a luta socialista”. (2012, p. 181).

programa que interessaria a amplas parcelas da população, desde a classe operária e os camponeses até as camadas médias assalariadas e a pequena e média burguesia nacional”. Isto corresponderia à construção de um “consenso majoritário”, que para os eurocomunistas e para Coutinho significava a própria *hegemonia* (COUTINHO, 1979, p. 43, 45), através da formação de “um poderoso bloco democrático e popular” (COUTINHO, 1979, p. 44). Eis aqui, já colocados, os traços essenciais da EDP que veremos adiante. Com as devidas adaptações e condições nacionais particulares, não parece haver significativas diferenças entre o que propõe e o “compromisso histórico” de Berlinguer, combinado à “democracia de massas” de Ingrao.

Isto posto, Coutinho investirá na recusa do modelo russo de revolução como alternativa válida de luta para a classe trabalhadora. Para o autor, o “golpismo de esquerda” fora até então, na história da luta de classes,

apenas uma resposta equivocada e igualmente ‘prussiana’ aos processos de direção ‘pelo alto’ de que sempre se valeram as forças conservadoras e reacionárias em nosso País. Quanto mais se torne efetiva a socialização da política, tanto menos será possível invocar a justificação relativa aos processos desse tipo. (COUTINHO, 1979, p. 45).

A alternativa, como já se supõe, recairia sobre a *guerra de posição* gramsciana, que permitiria a “conquista de posições firmes no seio da sociedade civil” (COUTINHO, 1979, p. 44) e, ao mesmo tempo, inibiria ações voluntaristas, golpistas, que, antes de se configurarem apenas como inócuas diante da maior complexidade das sociedades ocidentais modernas, poderiam mesmo significar um retrocesso da luta. Isto poria em risco a *unidade* (em Coutinho, portadora de “valor estratégico” para a luta por hegemonia), seja pela ativação das forças de repressão e potenciais reedições de regimes de exceção, seja pelo rompimento das alianças que garantiriam uma correlação de forças favorável às classes trabalhadoras<sup>70</sup>.

Ao final do ensaio, Coutinho roteiriza o programa que anunciara no início. A precisão – se não quisermos *etapista*<sup>71</sup>, digamos *gradualista* – da exposição, bem como a fiel apropriação que as forças da esquerda democrática, capitaneadas pelo PT, fariam dessas linhas para a construção de sua estratégia, explícita ou veladamente, vale a citação. Depois de

---

<sup>70</sup> Não por curiosidade, mas pela identidade política que revela, observemos os trechos a seguir: 1) “[a democracia] tende a impedir que as classes ascendentes tentem a solução de problemas para os quais não estão maduras”. (KAUTSKY, 1979, p. 25); 2) “O problema das alianças é, então, o problema decisivo de toda revolução e de toda política revolucionária, assim como também é decisivo para a afirmação da via democrática”. (BERLINGUER, 2009, p. 83).

<sup>71</sup> Mauro Iasi chamará o mesmo processo de “uma transição antes desta transição, uma etapa”, portanto (IASI, 2006, p. 431-432).

apontar a necessidade de reconquista e consolidação do Estado de Direito, a partir de uma unidade com as forças dispostas e interessadas na manutenção das regras do jogo, que teria como um dos seus desdobramentos uma Assembleia Constituinte, nos diz Coutinho:

trata-se de construir as alianças necessárias para aprofundar a democracia no sentido de uma democracia organizada de massas, com crescente participação popular; e a busca da unidade, nesse nível, terá como meta a conquista do consenso necessário para empreender medidas de caráter antimonopolista e anti-imperialista e, numa etapa posterior, para a construção em nosso País de uma sociedade socialista fundada na democracia política. (COUTINHO, 1979, p. 46)<sup>72</sup>.

Não é preciso dizer que este ensaio gerou uma enorme polêmica. Ao longo das décadas seguintes, e diante das críticas recebidas, Coutinho voltou ao assunto diversas vezes. Em 1989, já filiado ao PT, reafirmou a tese controversa, mas acrescentou que se tivesse a intenção de retomar o fôlego do tema, alteraria o título do trabalho para “*Democratização* como valor universal” – por inspiração de um texto de Lukács (2011) –, posto que a mudança permitiria conferir à tese, com maior precisão, o caráter processual que naquela oportunidade, embora dessa forma concebida, não havia sido expressa da melhor maneira que poderia. (COUTINHO, 2008a, p. 23). Mas se em 1979 o autor intuía um processo de ocidentalização

---

<sup>72</sup> Em 29 de julho de 1979 – portanto quatro meses após a publicação do ensaio de Coutinho – o *Jornal do Brasil*, em seu “Caderno Especial” de domingo, publicou uma longa reportagem sobre o PCB, intitulada “O PCB encara a democracia”, que incluía uma entrevista com cinco membros de sua direção no exílio: Anita Leocádia (que havia se desligado do grupo recentemente), Armênio Guedes (membro da velha-guarda do Partido e um dos nomes representativos internamente do debate em torno da questão democrática, com ligações com o grupo de Coutinho), Giocondo Dias (que lideraria o partido após o traumático VII Congresso, de 1982), Hércules Correa e Zuleica Alembert. Se todos, feita a exceção para Anita, descartavam sem pestanejar a via insurrecional para a revolução socialista, a fala de Armênio é notável pelas semelhanças com o texto de Coutinho: “Acho que houve um certo tempo em que nós identificávamos liberdades democráticas com o poder da burguesia. Mas a verdade é que, pouco a pouco, a vida foi nos mostrando **que a democracia é algo importante, permanente para o avanço da sociedade, para um próprio avanço no sentido do socialismo**. E hoje o nosso trabalho é o de elaborar, de uma forma mais precisa, esse nexos entre a luta pela democracia e a luta pelo socialismo, sem fazer uma dissociação entre esses dois importantes momentos da luta do nosso povo no sentido do progresso, de um futuro de justiça social e de paz. [...] **Para os comunistas, a luta pela democracia política, por sua conservação e aprofundamento, é parte integrante da luta pelo socialismo, pela democracia socialista.** [...] **Estamos convencidos da necessidade de elaborar e aplicar, vencida a ditadura, um programa de desenvolvimento democrático da economia, que elimine progressivamente o poder dos monopólios, do imperialismo e do latifúndio.** [...] Mas tais medidas só poderão se concretizar se forem, obviamente, sustentadas pela dinamização e mobilização permanente de todas as forças organizadas do povo; **só com tal mobilização, capaz de assegurar um consenso majoritário na luta contra a reação**, será possível derrotar os monopólios e, ao mesmo tempo, evitar os perigos de uma contraofensiva capaz de levar à desestabilização do país e ao conseqüente retorno a novos regimes autoritários. [...] **E nossa luta pelas liberdades democráticas, hoje, não é apenas uma luta de caráter tático, é também de caráter estratégico.** [...] **Nós não pretendemos instrumentalizar hoje a democracia ou essa luta pelas liberdades democráticas para impor, amanhã, um tipo de governo que seja antidemocrático.** [...] O esforço que nós, da direção, e todos os comunistas, devemos fazer, é para que o Partido não contribua para a desestabilização que poderia ser provocada por uma posição radical, intempestiva, uma posição que não correspondesse a um balanço real de força, às possibilidades reais de avanço na sociedade”. (GUEDES, 1979, p. 2, grifos nossos).

da sociedade brasileira em curso, dez anos mais tarde ele já não tinha dúvidas de que o Brasil se ocidentalizara. Tal constatação carregava, no entanto, alguns desdobramentos teórico-práticos importantes.

A resposta que Coutinho dará para a necessidade de uma nova concepção de revolução, em face de um Estado que se ampliou, seguindo as pistas de Gramsci, chamava-se “reformismo revolucionário”<sup>73</sup> – meio termo entre as estratégias revolucionárias próprias para os países ditos *orientais*, com suas táticas de “assalto”, e a capitulação da socialdemocracia, cujo grande produto histórico, o *Welfare State*, atravessava em fins da década de 1970 uma profunda crise. Mas Coutinho avançaria na caracterização do seu *reformismo alternativo*, para explicar como poderia ser *revolucionário*. E, mais uma vez, foi buscar suas ferramentas no eurocomunismo italiano. Defende, assim como Ingrao, uma “política de reformas [...], de novo tipo, efetivamente estruturais, que tenham como objetivo a progressiva construção de uma nova lógica de acumulação e de investimento, não mais centrado na busca do lucro e na satisfação do consumo meramente privado”. (COUTINHO, 2008a, p. 46-47). A aposta no gradualismo (e aqui Togliatti, com sua “democracia progressiva”, também se faz presente) se explicaria pela constatação objetiva de que esse era o caminho para o socialismo e também pela aposta de que as reformas sob tal configuração (não isoladas ou estanques e atuando sobre questões estruturais), em longo prazo seriam incompatíveis com a lógica da acumulação capitalista. Eis aqui o desenho completo da polêmica que se agrega à noção de *democracia como valor universal*.

Coutinho não aprisiona a sua defesa do valor universal da democracia, no entanto, ao que de mais trivial haveria no exercício democrático entre as classes antagônicas: as regras do jogo – embora também as valorize. Além de *universal*, como dito, a democracia se apresentava para Coutinho como essência mesma do socialismo. Isto significava também o reconhecimento de que a democracia sob a sociabilidade capitalista não poderia ser plena e, portanto, deveria ser *radicalizada*. Em suma, a plenitude democrática exigiria o fim do capitalismo. E isto é bom que se diga, para demarcarmos, desde já, a diferença de Coutinho em relação a um conjunto de outros militantes da esquerda que, a pretexto de seguir o seu trilho, negaram a luta de classes e a perspectiva da revolução. Equivocado ou não em suas proposições, este não foi o seu caso. O debate é com as apostas que vocalizou.

---

<sup>73</sup> Informa-nos o próprio Coutinho que originalmente a expressão foi formulada por André Gorz, “quando ele ainda era marxista”. (COUTINHO, 2008a, p. 155). Mas antes de chegar a Coutinho, o conceito foi também trabalhado e defendido por Luigi Longo. (BERLINGUER, 2009, p. 42).

Dois aspectos que nos parecem fundamentais sintetizam (embora não esgotem na sua variedade) as formulações de Coutinho: o papel central do Estado na transição e o processo, supostamente progressivo e ininterrupto, de socialização da política. Nos dois casos, o *otimismo da vontade* de Coutinho parece superar, em muito, o *pessimismo da inteligência* – para lembrarmos novamente Gramsci. Vejamos cada um dos pontos, destacando as suas limitações e problemas, antes de estendermos o debate para outros autores.

Na tradição marxista, o Estado sempre esteve no centro das estratégias de classe, revolucionárias ou reformistas, como não poderia deixar de ser. Esta constatação inicial não permite conferir a Coutinho e à esquerda democrática qualquer originalidade no papel que atribuíram ao mesmo Estado para dar consecução à estratégia que ajudaram a formular – para o bem ou para o mal. Grosso modo, poderíamos dizer que, para esta tradição, inicialmente se atribuiu ao Estado (compreendido como máquina) o papel de pura coerção e concebeu-se, conseqüentemente, a sua tomada e destruição; posteriormente, com a *ampliação* desse Estado, considerado sob uma perspectiva *relacional*, decidiu-se pela sua disputa mais franca, embora essa postura não tenha necessariamente excluído a projeção de sua tomada e destruição. Seja, portanto, para indicar o centro da dominação burguesa, para abater o inimigo de classe ainda presente na transição socialista, para servir à classe trabalhadora na construção das condições de luta pelo socialismo, ou mesmo para manter uma existência fluida numa futura formação comunista (como sugere Coutinho), a constatação é que não se pode prescindir do Estado. Se isto é válido em termos gerais, no caso brasileiro haveria um agravante, seguindo Coutinho, já que o nosso recente passado *oriental* – até os anos 1930 – estaria na origem de um grave equívoco teórico e político, qual seja o de conceber o Estado como “demiurgo das relações sociais”. (COUTINHO, 2008a, p. 107). E a formação social brasileira ainda guardaria outro traço típico em relação ao Estado: por aqui o “privatismo” expresso na *sociedade política*, a despeito da caracterização “privada” do Estado capitalista em geral, teria assumido traços muito acentuados (COUTINHO, 2008a, p. 126). Mas a par dessas corretas percepções prévias, ou mesmo por causa delas, Coutinho (escorado nos eurocomunistas) aposta com muita ênfase na possibilidade de transformação desse Estado, na “reconstrução do Estado brasileiro”, num “Estado controlado pelas forças populares” (COUTINHO, 2008a, p. 144-145).

Mas o que significa esse *Estado ampliado* para Coutinho?: “o Estado, ao se ‘ampliar’, deixou de ser o instrumento exclusivo de uma classe para se converter na arena privilegiada da luta de classes (que se trava agora também em seu interior)”. (COUTINHO, 2008a, p. 29). E quanto à sua *autonomia relativa*?

Acho que o Estado tem uma autonomia relativa muito grande; é muito difícil derivar todos os movimentos do Estado a partir da lógica do capital. [...] o Estado não é simplesmente um instrumento na mão da classe dominante. O Estado capitalista não é mais – se é que alguma vez o foi, como o supuseram Marx e Engels na época do *Manifesto* – o comitê executivo da burguesia. (COUTINHO, 2012, p. 414).

Mas retenhamos por ora algumas dessas conclusões.

A combinação que parece haver para justificar esta ênfase é no mínimo controversa, posto que se a transformação do Estado – e estamos falando agora da realidade brasileira – é parte da superação de um passado *oriental e patrimonialista, autocrata, prussiano*, típico de uma formação social *dependente e periférica*, não parece adequado atribuir ao Estado que é produto dessa formação características de *autonomia relativa* presentes na caracterização mais geral do Estado, pensada para as formações mais desenvolvidas do capitalismo central – seja originalmente, com Engels, seja mais recentemente, com Poulantzas. É bem verdade que estamos tratando de *múltiplas determinações*, que os aspectos particulares da nossa formação social se combinam dialeticamente com os aspectos da formação capitalista em geral, mas o que estamos sugerindo é que parece haver um desequilíbrio entre a leitura da realidade particular e a consideração dos aspectos gerais. Um alerta sobre esta problemática fez Florestan Fernandes, no início dos anos 1990, ao considerar a necessidade de ir a fundo nas especificidades de nossa formação social antes da adoção, *a priori*, de verdades acabadas, como as concepções absolutizantes em torno da democracia, sobretudo se resultante, como lhe parecia, de uma vaga de repúdio ao comunismo:

O debate que se tem travado no Brasil suscita, ainda, dois temas interligados. O primeiro tem que ver com a condenação do comunismo e dos clássicos do marxismo. O segundo passou despercebido, porque não foi ventilado nas ondas da moda “crítica” procedentes do exterior. Trata-se dos requisitos funcionais ou das premissas históricas que condicionam a eclosão, a persistência e a renovação do socialismo em países de desenvolvimento capitalista desigual. (FERNANDES, 1995, p. 209).

Coutinho e a corrente democrática parecem desconsiderar (mesmo que apenas como possibilidade teórica) que o processo de ampliação do Estado talvez não necessariamente exclua a possibilidade de *recuos restritivos*, a despeito, em paralelo ou mesmo contra a progressividade da ampliação da sociedade civil – que parece poder realizar-se, também, formal e inocuamente, mesmo que sob a aparência de constante avanço. Ao que parece

haveria um elogio incondicional do processo de ocidentalização brasileiro, sob um vetor de constante superação dos obstáculos societários presentes em nossa formação.

Edmundo Dias segue linha parecida com a de Florestan:

Ocidental e oriental a um só tempo, a sociedade brasileira requer e exige um aprofundamento do estudo da densa rede de contradições e não apenas um novo rótulo. Não haverá, nessa leitura, um curioso evolucionismo? Um determinismo de novo tipo? Ao invés de se falar que o mundo caminha para o socialismo, não estaremos falando em “o mundo caminha para a modernidade”? Não estamos mudando apenas a linguagem? Ocidental em vez de capitalista e oriental em vez de feudal? Com isso, sutilmente, se muda o projeto civilizatório! (DIAS, 1996, p. 119).

Causa certa estranheza em Coutinho o atravessamento da estratégia formulada sobre a realidade nacional apreendida por sua análise. Tal aparente descompasso impede a colocação do problema de forma distinta. Se parece ponto pacífico que não basta a tomada violenta da *sociedade política*, não parece estar seguramente descartada, em absoluto – sobretudo ante o diagnóstico das formas assumidas pelo Estado burguês no Brasil – a indicação de Marx sobre a impossibilidade de utilização desta máquina a favor dos trabalhadores. Mas se poderia argumentar que a “utilização” de que falam os eurocomunistas, Coutinho e a esquerda democrática não contradiz Marx e Engels: tratar-se-ia de um *uso* parcial, concebido, da mesma forma como nos clássicos, para um período de transição. O que diferiria, apenas, é a forma de acesso a essa máquina: pela via democrática e não pela tomada violenta. Isso não é tudo. Não seria demais nem contraditório com a *nova teoria da revolução para o ocidente*, formulada por Gramsci, em primeiro lugar, considerar a combinação de formas de luta distintas, que não se reduziriam apenas e tão somente à “via democrática”, e muito mais ainda à conclusão, *a priori*, do caráter “pacífico” desta via. Também não pareceria um rompante bolchevique relativizar a democracia como caminho por excelência para o socialismo e, mais ainda, como rota que não prevê desvio. Coutinho disse certa vez que a teoria do fim do Estado, afirmada por Marx, Engels e Lênin, derivou no não debate sobre a forma que este Estado deveria assumir no socialismo, o que teria trazido consequências graves para a luta dos trabalhadores. Mas a resposta a esta limitação tampouco pode ser dada pela definição prévia do que ele deverá ser: “um Estado de direito, com alta participação popular, com institutos de democracia de base corrigindo as deformações da representação”. (COUTINHO, 2012, p. 413).

À crítica de que transplantou para o Brasil a realidade italiana, Coutinho reagiria dizendo, como já vimos, que o Brasil ocidentalizou-se, embora não se tratasse de uma

formação capitalista desenvolvida – modo como Berlinguer circunscreveu a “validade geral” do “caminho italiano para o socialismo” que propunha. E ainda segundo Coutinho, tal processo de ocidentalização teria aberto espaço para concessões no Brasil, isto é, para negociações entre as classes, que estariam agora sob as condições clássicas, diríamos, de disputa de hegemonia, através da via democrática. Como dissemos, marcando a diferença com Florestan, o crescimento da sociedade civil e a ampliação do Estado no Brasil, dos anos 1930 para cá e, mais intensamente, a partir de meados dos anos 1970, abriria a possibilidade, para Coutinho, já na segunda metade dos anos 2000, da adoção do conceito de “revolução passiva” no lugar do de “via prussiana” para a análise e compreensão da realidade atual da formação social brasileira – embora o autor se dissesse “cético”, inicialmente, quanto a esta possibilidade, e apontasse para a pertinência ainda de um segundo conceito gramsciano, que seria mais apropriado para a época neoliberal: o de “contra-reforma”. (COUTINHO, 2008a, p. 91). Sigamos Coutinho.

Se pela “via prussiana” as mudanças *pelo alto* se caracterizariam por um forte autoritarismo, intimamente ligado e explicado pela inexistência de condições materiais para *concessões*, com a “revolução passiva” se facultaria a compreensão de formações sociais ocidentalizadas (ou em processo), ainda que sob o peso de uma forte tradição *oriental*, a partir de dois momentos, distintos mas combinados: “restauração” e “renovação”. O primeiro se caracterizaria pela reação conservadora a toda e qualquer iniciativa de transformação radical da realidade, proveniente dos *de baixo*. O segundo, como relativização interessada do primeiro, diria respeito ao atendimento, ainda *pelo alto*, de parte das demandas populares, como forma de conferir margem de manobra à dominação e conter o ímpeto reformador e revolucionário dos subalternos. Dessa forma Coutinho define as fases do processo:

...algumas das características principais de uma revolução passiva: 1) as classes dominantes reagem a pressões que provêm das classes subalternas, ao seu ‘subversivismo esporádico, elementar’, ou seja, ainda não suficientemente organizado para promover uma revolução ‘jacobina’, a partir de baixo, mas já capaz de impor um novo comportamento às classes dominantes; 2) esta reação, embora tenha como finalidade principal a conservação dos fundamentos da velha ordem, implica o acolhimento de ‘uma certa parte’ das reivindicações provindas de baixo; 3) ao lado da conservação do domínio das velhas classes, introduzem-se assim modificações que abrem o caminho para novas modificações. Portanto, estamos diante, nos casos de revoluções passivas, de uma complexa dialética de *restauração e revolução*, de *conservação e modernização*. (COUTINHO, 2008a, p. 96).

Já assinalamos anteriormente que é perceptível em Togliatti certa posituação da *revolução passiva* de Gramsci, e arriscaríamos dizer que ela também está presente em Coutinho. No entanto, repetimos, em Gramsci o conceito parece se prestar muito mais à compreensão do exercício da dominação, ainda que sob o imperativo das *concessões*, do que a potencial reação contra-hegemônica. Não constitui propriamente um equívoco identificar na musculatura recentemente conquistada pela sociedade civil brasileira a possibilidade de construção de uma hegemonia alternativa, das classes trabalhadoras, mas a aposta não elide as condições ainda especialmente adversas e talvez não autorize a adoção, *a priori* e incondicional, do campo do inimigo para a batalha, por mais que se reivindique que este mesmo campo, onde o inimigo aparenta estar mais bem estabelecido, pertença aos litigantes que vêm *de fora*.

Se retomarmos rapidamente o conceito em Gramsci, veremos que, tratando de sua aplicação à realidade italiana do período do *Risorgimento*, destacará a diferença essencial entre Cavour e Mazzini, qual seja: este primeiro, como agente da *revolução passiva-guerra de posição*, em nome das classes dirigentes interessadas na unificação italiana, “tinha consciência de sua missão (pelo menos, em certa medida), já que compreendia a missão de Mazzini” (GRAMSCI, 2002, p. 317). Retenhamos essa passagem e retomemos também rapidamente Coutinho: poderíamos dizer que a socialização da política, o atendimento parcial das demandas populares, e mesmo uma *política de reformas*, também fizeram e fazem parte da guerra de posição jogada pelas classes dirigentes e, portanto, a dialética restauração-revolução pode não caminhar progressivamente no sentido das *modificações que abrem o caminho para novas modificações*. Isto é, “a emergência do novo, como as conquistas resultantes das importantes lutas dos trabalhadores e dos subalternos nas últimas décadas, nem sempre tem o aspecto que gostaríamos”, disse Virgínia Fontes retomando o debate no chão histórico contemporâneo. (FONTES, 2012, p. 177).

Esta preocupação parece tão ou mais verdadeira se considerarmos que o próprio Coutinho, como dissemos há pouco, cogitou que o conceito de *contra-reforma* – apenas marginal em Gramsci – pudesse ser mais apropriado para a compreensão da contemporaneidade. Segundo Coutinho, se na “revolução passiva” o que preside é a dialética entre o *velho* e o *novo*, em que para que o velho se mantenha o novo precisa surgir, mesmo que como produto de apassivamento, na *contra-reforma*, embora a dialética entre a restauração e a renovação também se faça presente, prepondera o velho, isto é, uma *restauração* mais preservada do *novo*, mesmo que não isenta dele. (COUTINHO, 2008a, p. 98; GRAMSCI, 2002, p. 143). Coutinho enxerga a época neoliberal precisamente neste

registro, de preponderância da restauração do poder de classe da burguesia, escaldada por décadas de *Welfare State* – este sim um processo clássico de “revolução passiva”, assevera o autor (COUTINHO, 2008a). Sob a configuração assumida pelo Estado capitalista na contemporaneidade, e dado o refluxo da luta dos trabalhadores, viveríamos um momento de profundo desequilíbrio na luta de classes, restando aos subalternos menos a conquista de novos direitos e mais a tentativa de preservação dos já conquistados. (COUTINHO, 2008a, p. 102).

O leitor atento já terá percebido que o substrato teórico e político que pode explicar as apostas de Coutinho, dos eurocomunistas e da esquerda democrática brasileira precisa ser buscado não apenas em Gramsci, mas também em Kautsky<sup>74</sup> – formalmente ausente das formulações. Está tudo lá, como vimos. O Estado burguês passaria a ser disputável, em condições parelhas entre as classes. Suas marcas de classe teriam se borrado de tal modo que franqueariam essa disputa e sua eventual conquista pelas forças da maioria, lideradas pelos trabalhadores. “É muito raro que apenas uma classe disponha de força suficiente para dominar o Estado. Quando uma classe se apodera do governo sem ser capaz de manter-se unicamente por suas próprias forças, deve buscar um aliado”. (KAUTSKY, 1979, p. 22–23). Tratava-se de disputar o Estado e não de destruí-lo.

Kautsky previra, como parte da estratégia, uma luta concomitante *por dentro e por fora* do aparelho de Estado (a luta no parlamento, pela ocupação dos postos institucionais, alcançáveis pela via eleitoral, em paralelo à criação de instâncias de democracia direta, na base), para a sua transformação. Dirá o socialista alemão:

Mesmo que não se trate exatamente de democracia “absoluta” ou “pura”, é, apesar de tudo, necessário ter bastante democracia para organizar as massas e informá-las regularmente. Esse fim jamais pode ser atingido de maneira satisfatória na ilegalidade. Alguns folhetos não podem substituir um jornal diário especializado. Não se pode organizar as massas na ilegalidade, e, ademais, uma organização ilegal não pode ser democrática. (KAUTSKY, 1979, p. 15).

<sup>74</sup> A respeito desta influência sobre o autor e as correntes citadas ver, entre outros, BIANCHI, 2012 e SAES, 1994. Na mesma entrevista concedida em 1999, já fartamente citada aqui por nós, disse Coutinho, sobre as mudanças que identificava em suas próprias concepções ao longo de sua trajetória política e intelectual: “Mudei também minha avaliação de Lênin. Eu o considerava o terceiro clássico do marxismo. [...] Não é a minha posição hoje. [...] Hoje, não me considero mais um ‘leninista’. [...] Em consequência, mudei também minha avaliação de vários outros autores marxistas, que durante muito tempo, sem maior reflexão, considerava ‘renegados’, como Kautsky, ou simplesmente equivocados, como Rosa Luxemburgo. Ou seja: passei a aceitar e a valorizar positivamente o pluralismo no interior do marxismo”. (2012, p. 418).

Como se vê, dentro ou fora do Estado, para Kautsky o conjunto da luta deveria se circunscrever aos limites da ordem. Este movimento duplo, interno e externo, garantiria uma correlação de forças favorável aos trabalhadores, aliados às forças progressistas da hora, posto que numa democracia, sentencia o autor, “as maiorias mudam”. Sob o seu império, “nenhum regime pode pretender durar eternamente”. E ainda: “Se democracia é sinônimo de império da maioria, não é menos sinônimo de proteção da minoria” (KAUTSKY, 1979, p. 22). Eis que a negação da *ditadura do proletariado* exige de Kautsky que force às avessas as evidências do real, como bem mostrou Lênin, a ponto de considerar que as maiorias burguesas, uma vez, supostamente, tornadas minorias, aceitariam de bom grado a mudança do seu próprio *status* e também, por consequência, da face do regime. Mas não é senão esta perspectiva do conflito de classes, que reconhece diferenças mas que já não as considera insuperáveis dentro da ordem, que permite ao autor falar em “democracia pura”. E não será equivocado se associarmos, por similitude, ainda que guardadas as proporções e o grau de elaboração, as *democracias* de Kautsky e Coutinho.

Em rápida síntese do que vimos até agora, antes de seguirmos, podemos dizer que o teor da recusa à tese da “democracia como valor universal”, como se pode perceber, gira em torno, essencialmente, do potencial abandono da revolução e do socialismo em nome da luta democrática e pacífica, por dentro da ordem, mesmo que através de um *reformismo revolucionário* que, se levado a termo, se desdobraria em socialismo. Tal processo, no entanto, lento e gradual, garantiria o amadurecimento das classes trabalhadoras para tornarem-se *dirigentes*, ao tempo em que as permitiria consolidarem-se nas *posições* assumidas.

José Paulo Netto, em texto também datado de 1979, trouxe importantes contribuições para o debate. Segundo o autor, o abandono da perspectiva em que se insere a luta revolucionária da classe trabalhadora fez por onde desmontar os sentidos das táticas e da estratégia que deveriam apontar para o objetivo final. Ou dito de outra forma, e ao que parece em clara resposta a Coutinho, a democracia deveria ser assumida objetivamente como meio de luta na concretude dos embates de classe, e não como valor abstrato, como um valor em si mesmo. (NETTO, 1990, p. 83). Netto alerta ainda (aos partidários da estratégia das reformas e aos entusiastas da revolução como ato de força) para as idas e vindas, para os permanentes avanços e retrocessos inerentes à luta de classes, que não podem permitir, portanto, na leitura criteriosa da realidade, romantismos e apostas incondicionais:

a prática histórica comprovou indesmentivelmente que certos estádios iniciais da socialização da política – aqueles que se caracterizam pela

universalização da democracia-método<sup>75</sup> – podem perfeitamente ser neutralizados, a partir de patamares verificáveis no exame de particularidades históricas, pela manutenção de estruturas econômicas excludentes, tanto como certas vias que pretendem a socialização da economia podem limitar a socialização da política. De um lado, o capitalismo tardio, com sua estrutura econômica monopólica, tem se mostrado apto para articular-se com ordenamentos democráticos bastante flexíveis, e não há motivos sólidos para supor que a sua capacidade de acomodação esteja esgotada, *desde que estes ordenamentos mantenham-se no interior de formas institucionais e testadas de representação*; de outro, o chamado *socialismo real* promoveu a supressão da propriedade privada dos meios de produção sem, com isto, instaurar um ordenamento político compatível sequer com os padrões de exercício da democracia-método. (NETTO, 1990, p. 88, grifo do autor).

A grande questão que está colocada para essa aposta nas reformas por dentro da ordem como alavanca para o socialismo, nos parece, tem a sua melhor formulação no trecho a seguir, pelo mesmo autor:

Se o caráter definidor do capitalismo como terreno político é a ‘separação formal entre o econômico e o político’, ou a transferência de certos poderes políticos para a ‘economia’ e para a ‘sociedade civil’, quais as consequências para a natureza e o alcance do Estado e da cidadania? Como o capitalismo gera, entre outras coisas, novas formas de dominação e de coerção fora do alcance dos instrumentos criados para controlar as formas tradicionais de poder político, ele também reduz a ênfase na cidadania e o alcance da responsabilização democrática. O capitalismo, em poucas palavras, tem a capacidade de fazer uma distribuição universal de bens políticos sem colocar em risco suas relações constitutivas, suas coerções e desigualdades. Isso tem implicações de grande alcance para a compreensão da democracia e das possibilidades de sua expansão. (NETTO, 1990, p. 23).

Se o Estado se amplia e deixa de ser monopólio de uma classe, prossigamos, isso não deve significar que a sua *natureza de classe* tenha sofrido alteração substancial. Se constitui “erro histórico e teórico”, como defendeu Coutinho, associar a democracia formal ao capitalismo e qualificá-la como “burguesa”, posto que com isso se ignoraria a luta histórica dos trabalhadores por direitos (2008a, p. 20-21), não se pode concluir que a democracia seja fundamentalmente um poder exclusivo das classes trabalhadoras, nem tampouco ignorar que o funcionamento regular das instituições democráticas de Estado tem contribuído igualmente para a legitimação da ordem (TOLEDO, 1994, p. 34). Se a dinâmica do capital, com a crescente divisão do trabalho, estimula (não garante) a socialização da política (COUTINHO, 2008a, p. 25-26), também não é possível esquecer que esta ponta do processo carrega na sua

---

<sup>75</sup> “Por democracia-método deve entender-se o conjunto de mecanismos institucionais que, sob formas diversas (mais ou menos flexíveis), numa dada sociedade, permitem, por sobre a vigência de garantias individuais, a livre expressão de opiniões e opções políticas e sociais”. (NETTO, 1990, p. 84).

origem (como fato e não potencialmente) o aumento *da miséria, da opressão, da escravidão, da degradação e da exploração*, como explicou Marx (2009b, p. 876), conferindo a dimensão de totalidade necessária à compreensão da realidade que deve franquear as apostas. Como aponta Quartim de Moraes, autor de uma das mais duras críticas à perspectiva do valor universal da democracia:

No pensamento otimista de Coutinho, decididamente convencido, com Leibniz, de que vivemos no melhor dos mundos possíveis, a socialização da política acompanha a da economia, desenvolvendo gradualmente as virtualidades universais contidas nos ‘regimes políticos democráticos ainda dominados pela burguesia’. Basta ‘eliminar o domínio burguês sobre o Estado’ para que ‘esses institutos políticos democráticos possam alcançar pleno florescimento e, desse modo, servir integralmente à libertação da humanidade trabalhadora’. [...] Infelizmente, parece-nos que o segredo de tão amplo sucesso está em que ele desarma ideologicamente a crítica à ‘democracia’ realmente existente. (MORAES, 2001, p. 40).

Décio Saes, em 1981, apresentou sua crítica através de uma busca às origens do debate sobre a questão democrática. Seu esforço identificou a necessidade de refutar “duas velhas teses” que, segundo entendia, se apresentavam de novo, requentadas, a informar o debate da esquerda no Brasil. A primeira delas corresponderia às posições da corrente política dominante na Segunda Internacional, cujas expressões mais claras seriam os trabalhos de Kautsky e Max Adler (*A ditadura do proletariado*, do primeiro, e *Democracia e conselhos operários* e *Democracia Social e Democracia política*, do segundo), que na Europa teriam inspirado o eurocomunismo e no Brasil teriam sido defendidas com rigor apenas por Coutinho, em seu ensaio de 1979. Esta primeira tese, segundo Saes, consistiria,

fundamentalmente, em negar o caráter *burguês* das democracias que surgem, como consequência de revoluções políticas burguesas ou de revoluções democráticas subsequentes, nas formações sociais em processo de passagem para o capitalismo. Os autores que a sustentam separam radicalmente *instituições democráticas* e *Estado burguês*, considerando que a *democracia política* é a *forma que*, nas formações sociais capitalistas, recebe como *conteúdo* a dominação de classe burguesa (Estado). (1994, p. 152-153, grifos do autor)

A segunda tese seria a justa oposição da primeira, posto que asseveraria o caráter *burguês* da democracia, ou seja, teria cabido à classe burguesa, no século XIX, a criação das instituições democráticas. Esta corrente teria em Trotsky a sua principal referência teórica, manifesta em trabalhos como *Balanço e Perspectivas* e *Revolução e Contra-Revolução na Alemanha*

(SAES, 1994, p. 158-159). Em síntese, para Saes, o que alimentaria *eurocomunistas e trotskistas* seria a suposição de que

a democracia burguesa, como produto histórico concreto de práticas de classe, tem de corresponder necessariamente, e de modo integral, aos objetivos, intenções ou finalidades de uma só dentre as classes sociais antagônicas. Ou seja: ou a democracia corresponde aos objetivos, intenções e finalidades do proletariado (primeira tese), ou ela corresponde aos objetivos, intenções e finalidades da burguesia (segunda tese). (SAES, 1994, p. 160).

Tais perspectivas opostas, segundo ainda o autor, retirariam da questão a dialética necessária à sua compreensão no registro da totalidade, posto que, em verdade, a democracia estaria em franca disputa, podendo servir “tanto como instrumento de reforço da dominação ideológica burguesa, como levar ao desenvolvimento da consciência revolucionária do proletariado” (SAES, 1994, p. 172). Este caráter disputável, portanto, para Saes, não significa a possibilidade de um resultado absoluto, favorável a uma ou outra classe, e não autoriza, assim, apostas no suposto caráter universal da democracia, nem tampouco na possibilidade de se constituir como via, por excelência, para o socialismo.

Na linha de Saes, Ronald Rocha também produziu uma importante crítica à esquerda democrática e à sua proposta central, vocalizada por Coutinho. Para o autor, membro do Diretório Nacional do PT quando da publicação do pequeno artigo em *Teoria & Debate*, o ponto central que se deveria observar dizia respeito ao deslocamento, “preocupante”, e à perda de espaço da categoria de revolução no debate estratégico, promovido pela questão democrática. Identificando os antecedentes internacionais da problemática, foi buscar na socialdemocracia alemã (mais notadamente em Bernstein e Kautsky) e no austromarxismo de Adler e Bauer a origem do debate democrático sob este viés estratégico para a transição. A principal operação teórico-política promovida por essas correntes do pensamento marxista teria sido a recusa das marcas de classe burguesas da democracia, permitindo a sua positivação e elevação a *valor universal* e, por consequência, a “conduto privilegiado, fim manifesto e núcleo conceitual da política marxista”. Rocha também identifica nesta inflexão antecedentes nacionais, embora não os trabalhe, mas destaca especialmente a nefasta associação direta, que se tornara habitual, entre o fracasso das experiências socialistas e os processos revolucionários que lhes deram origem, a partir do que identifica como um “idealismo moral” da parte dos críticos marxistas que, acrescentamos, não à toa, quase todos, assumiam a questão democrática, na sequência, como questão central. Completa o autor:

Salta aos olhos o tratamento exclusivamente abstrato que vem sendo conferido à questão democrática: a democracia como valor universal. Divinizada como absoluta, como ‘absoluta mediação’, isola-se no alto de sua torre de marfim, sem o pecado original do concreto. [...] A democracia deve ser vista como totalidade. [...] Reduzir a democracia ao momento universal, transformá-la em universalidade abstrata, sem particularidade de classe, é uma postura que potencializa ilusões. [...] A democracia é vista como o terreno incolor das disputas políticas ‘civilizadas’ e o Estado como uma correlação de forças. Se tal concepção chega ao paroxismo, a democracia burguesa assume um valor supraclassista, como se fosse o *habitat* da igualdade política. (ROCHA, 1990, não paginado)

Por fim, acrescentaríamos, como último aspecto a ser destacado, que o respeito à ordem estabelecida terminaria por desconsiderar, como vimos com Poulantzas no capítulo anterior, o tanto de violência que se esconde sob as letras de fôrma das constituições modernas. O debate sobre a legitimidade das regras do jogo, que traz a reboque a questão do pluralismo, chega então com toda a força. É de Jacques Texier (2005) a tese de que o pensamento e a ação de Marx e Engels caracterizavam-se essencialmente por serem profundamente democráticos. O autor afirma, inclusive, que possivelmente a legitimidade que os revolucionários alemães viam na democracia se devia à sua origem revolucionária, marcadamente na Revolução Francesa. Tal reconhecimento não significou, no entanto, a sua romantização, mas, ao contrário, sugere a compreensão da legitimidade do que é instaurado pela revolução. (TEXIER, 2005, p. 143). Não é difícil verificar o duplo movimento de Marx na defesa e indicação de limites da democracia (estão aí *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, Para a questão judaica, Manifesto Comunista, As lutas de classe na França (1848-1850)* e tantos outros trabalhos para atestá-lo). De Engels, noutros termos e mais significativamente, não podemos esquecer, além do já citado *Manifesto*, o famoso prefácio às obras de Marx, de 1895, já referido aqui por nós, em que a um só tempo, e sem cair em contradição, aponta para o ocaso das *revoluções feitas por minorias através de golpes de surpresa* e a afirma o *direito à revolução como único direito realmente histórico*. Em suma, a constatação objetiva das transformações nas condições da luta apenas exige a mudança da estratégia e das táticas, mas não elimina a *legitimidade* da supressão daquela ordem, mesmo que se trate de uma ordem democrática, tão legítima como produto da revolução como legítima seria a nova ordem que a superasse. Seja para aqueles que apostaram na radicalização democrática como tensionamento para a ruptura da ordem, como Coutinho, seja sobretudo para os que abandonaram, no discurso e na prática, a perspectiva de construção do socialismo, como nos parece ser o caso de parte da esquerda democrática, a democracia não pode então

ser afirmada, a despeito da ordem, como possibilidade de superação justamente das travas que a reduzem a formalismos. É curioso que, no mais das vezes, para os defensores do seu “valor universal” sem luta de classes, que o *universal* se apresente ainda sob a restrita sociabilidade burguesa, e não se afirme como a sua própria superação – a não ser retoricamente – posto que sua plenitude *universal* se justificaria exatamente pela plenitude da ordem que pretende preservar.

Como bem nota Braz, “os *usos e abusos* feitos do ensaio de 1979 acabaram contribuindo para que se estruturasse ao longo dos anos 1980 e 1990 uma espécie de ‘pensamento único de esquerda’”. (BRAZ, 2012, p. 278, grifo do autor). Uma das sínteses desse pensamento único, com todo o seu conteúdo fetichizante da democracia, foi expressa por Francisco Weffort, em *Por que democracia?*, com o qual entrou no debate reaberto em 1979: “O programa de uma democracia moderna no Brasil é o de uma verdadeira revolução”. (WEFFORT, 1984, p. 130)<sup>76</sup>. Muito mais tarde, como um risco em potência desdobrado em realidade, na esteira desse recuo estratégico travestido de retórica revolucionária que já se esboçava no momento de formulação da EDP (embora pudesse não ter vingado), Coutinho manifestava o seu repúdio, que anteciparemos:

Hoje [em 2002], dado o tipo de combate ideológico que estamos travando, é necessário sublinhar que *sem socialismo não há plena democracia*. É preciso combater não só aqueles que negam a democracia no socialismo, mas também aqueles que, em nome da democracia, abandonam o socialismo – infelizmente uma tendência hoje muito presente no interior do PT. (apud BRAZ, 2012, p. 274, grifo do autor).

Tinha razão, Coutinho, quando afirmou a urgência, para a esquerda, da definição do que efetivamente compreendia por democracia e, particularmente, “em que sentido se pode[ria] falar hoje que a democracia tem valor universal” (COUTINHO, 2008a, p. 153) – ou, se se poderia falar hoje em *democracia como valor universal*, diríamos nós. Este debate se mantém em aberto.

### 3.5 A estratégia democrático-popular: socialismo e democracia

Até agora vimos a partir de quais pressupostos foi formulada e criticada a EDN. Dissemos também que os três críticos apresentados, Caio Prado Junior, Florestan Fernandes e Carlos

---

<sup>76</sup> Toledo reforça o que já expusemos: “O ensaio de Carlos Nelson Coutinho [...] estaria na origem das postulações da esquerda ‘moderna’ no Brasil”. Posteriormente, *Por que Democracia?*, de Francisco Weffort, contribuiu igualmente para a difusão das teses mais representativas desse setor. (TOLEDO, 1994, p. 28).

Nelson Coutinho encontram-se numa fronteira de transição entre a estratégia que vai minando e a nova que será formulada no bojo da retomada da organização dos trabalhadores e do processo de abertura política que porá fim à ditadura empresarial-militar. E como tal, suas críticas carregam elementos de ambas<sup>77</sup>.

Para darmos início ao percurso final, digamos em linhas gerais no que consistiu a EDP, nos momentos iniciais de sua formulação. Seus formuladores partem de duas premissas presentes, de maneiras variadas, em Caio Prado, Florestan e Coutinho: a revolução burguesa já foi realizada no Brasil e o socialismo está fora de cogitação num tempo próximo – embora se constitua no horizonte estratégico da luta. Daí resultam algumas assertivas e posições: a aliança estratégica com a burguesia está descartada, seja porque a revolução burguesa no Brasil já se realizou, seja porque não existe uma *burguesia nacional* empenhada na luta contra o imperialismo e o latifúndio – é por isso, inclusive, que a estratégia não se diz *nacional* e sim *popular*; a luta não se cumprirá através de etapas: as tarefas democrático-populares já constituem parte do movimento, embora gradual, em direção ao socialismo; e, por fim, o Estado assume o centro da estratégia, como elemento que, embora reconhecidamente de classe, pode acelerar o processo de “acúmulo de forças” no sentido do socialismo.

Não constitui novidade a efervescência da conjuntura da qual resulta o PT. Em meio ao processo de abertura política, ainda que *pelo alto*, uma forte mobilização dos trabalhadores pôs sob tensão o retorno *lento, gradual e seguro* desejado pelas classes dominantes, em meio aos reflexos da crise do capital nos anos 1970, com os choques do petróleo, na antessala do período que, na melancólica sequência do “milagre econômico”, ficaria conhecido como a “década perdida”. Se sua base veio do (novo) movimento sindical paulista, terminou por amalgamar um conjunto variado de frações da classe trabalhadora, de diversos segmentos, entre os quais partidos clandestinos já constituídos e com uma organicidade própria, em torno de um projeto em permanente tensão e disputa. (COELHO, 2012; IASI, 2006; MARTINEZ, 2007). Este registro não é protocolar, mas o que nos habilita a eleger as formulações desse

---

<sup>77</sup> Cabe aqui um rápido apontamento metodológico. Destacamos dois estudos críticos relativamente recentes acerca da trajetória de ascensão e queda do PT – COELHO, 2012; IASI, 2006 –, e que nos serviram de base. Em ambos, seus autores exploraram exaustivamente as fontes oficiais do partido, além de outras mais, produzidas em Encontros e Congressos nacionais, manifestos, teses de tendências e programas. Embora suas abordagens sejam distintas, não divergimos, via de regra, das interpretações que deram a este material. Diante disso, e também em função do fato de que nossa abordagem se pretende panorâmica, não iremos aqui repetir o longo caminho para chegarmos a conclusões parecidas, mas os traremos para o debate sempre que oportuno. Sendo assim, selecionamos para o trabalho desta seção um pequeno conjunto deste universo de fontes produzidas nos eventos periódicos do partido, lançando mão das mais significativas para o tema específico que abordamos. Continuaremos ainda a nos servir dos artigos publicados na revista *Teoria e Debate*.

partido, dos anos 1980 para cá, como a expressão da síntese de uma estratégia de luta das classes trabalhadoras que representou.

O processo de esvaimento da radicalidade do projeto de classe e do próprio partido na condução desse projeto não pode ser debitado apenas à máquina partidária e a seus dirigentes. A classe também recuou, não parece haver dúvida. No entanto, o partido não é o seu mero reflexo, para o bem ou para o mal. Ele tem papel importante – e esse é o seu sentido revolucionário de existência, quando é criado com este propósito (como fora o PT), quando não se trata apenas de dançar conforme a música que ressoa sob a ordem burguesa – seja na tentativa de manter a temperatura da luta, seja para amoldá-la.

Desde os momentos iniciais de sua constituição, foi patente a afirmação de um caráter classista, independente, anticapitalista e socialista como marca desse novo partido que surgia. Expressava o desejo da classe trabalhadora de vocalizar-se em seu próprio nome, negando a conciliação de classes e assumindo a compreensão do seu papel, na clareza do sentido da luta, que não poderia redundar senão em manutenção da exploração e da opressão ou em sua própria superação – pela superação, em última análise, do sistema do capital. Se é verdade que o socialismo expresso parece ter funcionado quase sempre como um desdobramento lógico das características e dos papéis autoatribuídos, sua marca mais presente ao longo de toda a trajetória foi a qualificação deste mesmo socialismo como “democrático”, numa clara e declarada tentativa de se distinguir, também, das experiências do socialismo real. Não é pouco significativo que todos esses elementos já estejam presentes na *Carta de Princípios*, de 1979, assinada por uma comissão provisória encarregada da criação formal do partido – o que se efetivaria no ano seguinte. Lê-se, portanto: “o PT recusa-se a aceitar em seu interior representantes das classes [exploradoras] [...]. Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática [...]. Pois não há socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo” (PT, 1979, p. 5-6).

Alguns outros elementos importantes, que mais tarde viriam a compor a formulação completa da EDP, também já se fazem presentes neste momento inicial. A intenção declarada é construir um partido de massas, capaz de organizá-las. Para tanto, propõe-se um movimento duplo que, a um só tempo, seja capaz de desenvolver o trabalho de base indispensável junto às massas e disputar o plano institucional. Como em tantas outras questões táticas e estratégicas, esta também não foi consensual no partido em formação (COELHO, 2012), mas vingou um termo de equilíbrio entre as duas dimensões – que mais tarde seria um dos melhores termômetros das profundas alterações de rota que o partido sofreu:

O PT afirma o seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Nesse sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas (PT, 1980, p. 2).

A subordinação da via institucional ao trabalho de base não se incompatibilizou, no entanto, com o objetivo maior da conquista do Estado, como “ponto estratégico fundamental” (IASI, 2006, p. 359) de seu programa democrático-popular<sup>78</sup>: “o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores”, finaliza o documento (PT, 1980, p. 3). O crescimento exponencial do partido, que em menos de dez anos de existência se punha a disputar a presidência da República, pode explicar em parte porque a balança terminou pendendo com muito maior força para o lado dos que defendiam a sua institucionalização crescente. Não à toa, o aspecto institucional terá peso determinante na estratégia da classe vocalizada pelo partido, como veremos adiante.

Na sequência desses movimentos iniciais, o partido precisou conviver com a falta de quadros e estrutura para administrar o crescimento acelerado de sua máquina, em escala nacional, bem como gerir politicamente as centenas de mandatos de vereadores e deputados, e ainda as administrações de prefeituras que crescentemente começou a conquistar. Questões dessa natureza e, como não poderia faltar, relativas à construção da estratégia de luta da classe trabalhadora, povoaram os quatro primeiros encontros nacionais que o partido realizou. Em síntese, passemos às suas caracterizações.

Em 1981 realizou-se o 1º Encontro do partido após a fundação. Com caráter de convenção, foram aprovados um estatuto e um programa, bem como se elegeu o seu primeiro diretório nacional. Em linhas gerais, para além das questões organizativas iniciais, retomou-se o processo de construção identitária do partido. E nesse aspecto, como os discursos de Lula, analisados por Iasi (2006), já demonstravam, repetiu-se o movimento de negação das tradições indesejadas, afirmando-se primeiro o que o partido não era ou não pretendia ser. Se “o mundo caminha para o socialismo” (apud IASI, 2006, p. 387), como afirmou o próprio Lula em seu discurso de abertura dos trabalhos, não se tratava certamente de qualquer socialismo. Num movimento duplo, rechaçava-se, para um lado, a socialdemocracia e, para outro, o socialismo real. No meio do caminho se tentaria erguer o “socialismo petista”, no mais das vezes caracterizado como “socialismo democrático” – expressão que acompanharia a trajetória do partido e que fazia sua estreia naquele momento.

---

<sup>78</sup> Em 1991, o 1º Congresso do partido definiria este objetivo como meta prioritária (MARTINEZ, 2007).

No ano seguinte, em face das eleições gerais que se avizinhavam, realizou-se o 2º Encontro. O documento resultante do evento apresenta, nesse contexto, pela primeira vez, uma análise de conjuntura mais consistente, um *dizer ao que veio* (IASI, 2006). A questão do socialismo reaparece, no mesmo tom, como rechaço ao perfil do partido de vanguarda de extração bolchevique e como condição para o alcance de outro patamar civilizatório, onde estaria superada a sociedade de classes. A construção do seu teor demandará tempo, “será definido por todo o povo. Não nascerá de decretos, nem nossos, nem de ninguém. Irá se definindo nas lutas do dia-a-dia e será sinônimo de emancipação dos trabalhadores e de todos os oprimidos” (PT, 1982, p. 8). O partido se posiciona ainda em defesa do *poder popular*, com uma maior participação dos trabalhadores na política e na gestão dos serviços públicos, bem como sobre as questões gerais mais candentes acerca daquela conjuntura específica: pelo fim da ditadura, pela reforma agrária, combate à fome, direito à educação, à cultura e à habitação, contra a discriminação racial, étnica e sexual, e também a favor de uma saúde pública e gratuita<sup>79</sup>.

Ao final do processo eleitoral, abertas as urnas, o PT elegeu 117 vereadores em todo o território nacional, 12 deputados estaduais e oito federais. Levando-se em conta a falta de traquejo do jovem partido na disputa de pleitos eleitorais, e ainda a sua parca estrutura, há méritos na conquista (REIS, D. A., 2007, p. 511-512). Este desempenho repercutiria sobre o encontro nacional seguinte, realizado em 1984. Questões relativas à estruturação e organização do partido, ainda débeis, com vistas ao melhor aproveitamento do potencial oposicionista conquistado, deram a tônica do 3º Encontro, portanto. O conflito que repousava, em potência, desde a *Carta de Princípios*, reaparece em face dos ganhos político-eleitorais de 1982. Se o documento não expressa as manifestações dos lados opostos desse conflito, conhecidas de todos, o tom ora defensivo, ora afirmativo do papel institucional que um partido também deveria ter, dá mostras do clima do debate político interno: “a luta por eleições livres e diretas significa, para nós, apenas o começo do futuro democrático e

---

<sup>79</sup> Podemos dizer que, embora não com os mesmos termos, o Partido expressa uma defesa que já vinha sendo trabalhada pelo Movimento Sanitário desde a década anterior: uma *agenda pelo SUS*, digamos. Para além disso, se faz ainda presente a noção de *determinantes sociais da saúde*, muito cara ao campo e que está na base da sua compreensão *ampliada*: “a saúde não é apenas o produto de um bom atendimento médico [...]. A doença é também um produto da má alimentação, dos quartos úmidos, da falta de agasalhos e da falta de lazer [...]. A única forma de garantir o mesmo padrão de atendimento médico para qualquer cidadão é oferecer atendimento médico público e gratuito”. (PT, 1982, p. 4). No entanto, em texto recente, Jairnilson Paim problematizou a questão. Identificando no período de transição democrática dois “projetos alternativos” por parte das forças opositoras ao regime (*Esperança e Mudança*, gestado no âmbito do então Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e o *Democrático-Popular*, produzido no âmbito do PT, como sabemos), afirmou o autor que “nenhum deles, porém, incorporou a Reforma Sanitária Brasileira como projeto de governo, nem demonstrou um compromisso efetivo com o SUS nos termos estabelecidos pela Constituição de 1988”. (PAIM, 2013, p. 1932).

socialista que desejamos para o Brasil [...] a democracia que interessa aos trabalhadores não se esgota nas instituições”. Mas o equilíbrio da balança grita: “o PT não seria um partido político se não almejasse o poder” (PT, 1984, p. 9 ss).

A defesa da luta institucional se faria ainda através de um elemento cuja presença se inaugurava neste encontro e que também teria vida longa (e controversa) na trajetória do partido, qual seja: o *acúmulo de forças* (IASI, 2006, p. 393), elemento de síntese de posicionamentos múltiplos. Se o socialismo petista é afirmado como o avesso da sua versão burocrática, soviética, isso significava o repúdio à ação de vanguarda, como já dissemos, vulgarmente compreendida como a direção da luta destituída de base social, que *toma o poder* em nome dos trabalhadores, mas a despeito deles. A sequência lógica seria a negação também da via insurrecional, célebre para a esquerda democrática da qual o PT é fruto. No entanto, faça-se justiça, o partido nunca chegou a desabonar explicitamente a via insurrecional, a ruptura, embora tenha marcado posição a todo momento pela negação, pela defesa do que não fazer: *o poder não apenas se toma, mas se constrói; o socialismo não é um modelo pronto e acabado, precisa ser construído por todos; a tomada do poder exige a consciência dos trabalhadores em torno da sua necessidade*. Nesse sentido, o acúmulo de forças indica que a revolução é processo e não *dia D* pelo qual se deva esperar, que o caminho é longo, gradual e cumulativo e, ainda, que é legítimo e necessário investir na luta institucional sob as regras do jogo da burguesia. Não resta dúvida da honestidade dessas teses, mas não se pode negar também que essa fórmula ajudou a resolver em parte a tensão originária do partido, silenciar os críticos da institucionalização e, como um desdobramento que não era inevitável, mas possível, distanciar o debate estratégico e revolucionário do cotidiano da luta, como de fato aconteceria (IASI, 2006, p. 393). Atentemos para este ponto mais adiante.

O 4º Encontro, em 1986, como aponta Iasi, é o primeiro “em que o partido se debruça sobre uma caracterização da formação social brasileira”, que servirá de base à consolidação da formulação estratégica que se apresentará no ano seguinte (IASI, 2006, p. 395). Não por acaso, aproximam-se em parte das leituras críticas da estratégia anterior que, como dissemos, também em parte indicaram elementos que viriam compor esta nova formulação.

De início, o capitalismo brasileiro é qualificado como portador de “alto nível de desenvolvimento”, embora tenha se desenvolvido de forma “subordinada e dependente do capitalismo internacional”. Por consequência, uma poderosa classe burguesa, embora desigual regionalmente, havia se constituído, mostrando-se coesa em momentos críticos de ameaça à sua hegemonia, ao longo da história do Brasil, ainda que convivesse com a existência de dissensos intraclasse (PT, 1986, p. 1 et. seq.). Não será demais notar que, mesmo ocultos,

Caio Prado e Florestan, mais do que Coutinho, se fazem presentes em tal caracterização. Tanto para um quanto para outro, como vimos, o capitalismo brasileiro era claramente de filiação *dependente* e não havia contradição estrutural interna à própria classe burguesa, em âmbito nacional ou internacional, que pudesse justificar a aliança de classe defendida pela formulação estratégica democrático-nacional. É verdade também que a compreensão da força dessa burguesia no Brasil se deve mais a Florestan que a Caio Prado, mas o que vale reter é que já aqui está colocado um dos elementos centrais da EDP: não cabe aliança estratégica com a burguesia (o que Coutinho também defende, embora não parta de um diagnóstico idêntico ao de Caio Prado e Florestan). Isto talvez nos levasse a concluir, por antecipação, que também estaria vedada a *etapa* democrático-burguesa da revolução socialista. É o que afirmará o PT, claramente, nos documentos que analisaremos logo na sequência. Mas aguardemos ainda um pouco para indicarmos uma conclusão.

O Estado brasileiro, não por coincidência, vem logo a seguir na análise dos petistas. Apresentado como “moderno, poderoso, aparelhado material e culturalmente”, seu caráter de classe é nitidamente destacado, diríamos que até mais marxiana e engelsiana do que gramscianamente, como não seria comum ao longo da trajetória do partido: “o Estado brasileiro é um instrumento da classe burguesa que não pode ser ignorado nem minimizado” (PT, 1986, p. 4). O caráter autoritário desse Estado a serviço da burguesia também não passa despercebido à compreensão do partido. Embora não exatamente, fica sugerida a limitação da margem de manobra das classes dominantes, que as obriga a lançar mão da repressão em muito maior medida do que do consenso para lidar com as “contradições fundamentais do desenvolvimento do conjunto da sociedade” (PT, 1986, p. 6). Aqui a dívida é maior com Florestan, que observou, registrou e criticou a implantação e consolidação do capitalismo monopolista de Estado no Brasil, durante as décadas de 1960 e 1970, em pleno regime militar, bem como explicitou o caráter classista desse Estado, sem titubeios. Florestan e Caio Prado, como vimos, guardam nesse aspecto ainda uma divergência essencial. Enquanto para este último a condição dependente do capitalismo brasileiro poderia ser superada pelas mãos do Estado sob a direção da classe trabalhadora (tese da qual Coutinho se aproxima), a partir de um modelo de desenvolvimento de caráter nacional, não selvagem, para o primeiro não havia alternativa dentro da ordem burguesa, posto que a mesma limitação dependente do capitalismo brasileiro, já que estrutural, só poderia ser superada pela superação da própria ordem que a engendrava e sustinha.

Uma das passagens mais importantes ainda do documento do 4º Encontro, pelo que aponta em termos táticos e estratégicos, dá conta das tarefas e possibilidades daquela conjuntura:

é possível afirmar que o estágio do desenvolvimento do capitalismo, da formação das classes e do grau de luta entre as classes, no Brasil, já apresentam as condições necessárias para as lutas que permitam um acúmulo de forças, ampliem o espaço democrático, assegurem e intensifiquem os avanços e as conquistas populares. (PT, 1986, p. 6).

Não parece faltar nada para a luta pelo socialismo. Há capitalismo desenvolvido, classes plenamente formadas e um grau considerável de luta de classes, um partido que unifica as frações da classe trabalhadora e suas lutas fragmentárias, uma dominação burguesa instável, pressionada em boa medida pela força organizada dos trabalhadores, que tensionam a sua *transição pelo alto*. No entanto, falta. As *condições* estariam dadas para se estabelecerem as *condições* da luta maior pelo socialismo, através do *acúmulo de forças* (ou dito de outra forma, já um tanto íntima de nossa abordagem, as condições estariam dadas para o alcance de uma transição que pudesse proporcionar a *transição socialista*). A ideia do acúmulo de forças, como vimos, se foi a um só tempo coerente, porque factível, e importante para manter a unidade do partido, só fez sentido (e continuaria fazendo, como expressão da luta política interna às próprias classes galvanizadas pelo PT) pelo seu significado de *latência*, de movimento incessante, de *acúmulo* permanente. Esta formulação, porém, estabelece um marco zero e, por tabela, um *momento* de não acúmulo, de não luta, antes do qual não teria lugar nem bem a sua face gradual (*ampliação do espaço democrático*), nem bem a face vanguardista (*ruptura e tomada violenta do Estado*). A caricatura, embora pareça se referir ao passado da luta, a um divisor de águas entre o que teria vindo antes e o que se anunciava, serve para ilustrar, naquele presente, o certo desencaixe entre o concebido em teoria, em leitura do real, e o projetado em termos práticos. Iasi, submetendo à crítica outras partes importantes desse mesmo documento, que tratam de uma futura sociedade socialista e os argumentos para a suposta impossibilidade imediata de abolição da propriedade privada e de supressão do mercado, vai ao ponto: “Estamos diante do primeiro elemento que formará um dos exemplos mais nítidos de algo que o novo partido queria superar, mas que acabou por reproduzir: a teoria da etapa nacional e democrática no rumo de uma revolução socialista”. (IASI, 2006, p. 411).

Não é pouco significativo, no entanto, que nas formulações produzidas um ano mais tarde, em 1987, por ocasião do 5º Encontro Nacional, onde serão apresentadas as linhas mestras da EDP, afirme-se claramente:

“o PT rejeita a formulação de uma alternativa nacional e democrática, que o PCB defendeu durante décadas, e coloca claramente a questão do socialismo [...] um governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular, e, o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática e popular” (PT, 1987, p. 17 ss).

Marquemos, mais detalhadamente, as diferenças entre uma estratégia e outra.

Para o PT, o erro capital do PCB fora a importação de um modelo de revolução socialista para o Brasil, que impunha a necessidade de uma etapa democrático-burguesa para que se pudessem alcançar as condições, *o terreno da luta* pelo socialismo, mesmo que por aqui não houvesse um conjunto de forças do Antigo Regime para debelar. Assim como Caio Prado e Florestan, a leitura que faz o PT da formação social brasileira visualiza uma revolução burguesa já plenamente realizada, um Estado forte para garantir as condições de dominação de uma burguesia dependente e a ausência de qualquer contradição estrutural entre a burguesia brasileira e o imperialismo. Tudo isso, como já apontara Florestan, dissociado das conquistas democráticas características das revoluções de tipo clássico. Para o jovem partido, portanto, o processo revolucionário burguês esgotara-se. Chegara o momento da revolução socialista, embora isto não pudesse ser confundido – e a ressalva era correta – com a existência de condições objetivas de uma *situação revolucionária*. Tratava-se, em suma, de promover a luta revolucionária já, antimonopolista, anti-imperialista e antilatifundiária (como também endossara Coutinho), garantindo a independência de classe e ocupando os espaços institucionais conjugados à luta de base (poder popular), organizativa e conscientizadora das classes trabalhadoras da cidade e do campo.

Sob tal conjuntura de luta contra a ditadura e contra os seus “entulhos autoritários”, ao longo de toda a década de 1980, e ainda sob o impacto do desmanche do bloco socialista – que culminará com a Queda do Muro de Berlim e com a dissolução da URSS, respectivamente em 1989 e 1992 –, a questão democrática confirmou o seu peso decisivo na formulação da nova estratégia para as classes trabalhadoras. Tratava-se de realizar o que Florestan Fernandes chamara de “tarefas em atraso” deixadas pela burguesia, que Coutinho identificara como herança do “veneno prussiano” e que Caio Prado apontou como

incontornáveis. Este parece ser o mote da EDP. É válido que percorramos, panoramicamente, o programa constante do documento final do 5º Encontro Nacional, a ser realizado por um eventual governo petista da República: retorno das eleições diretas, revogação da Lei de Segurança Nacional, fim da censura, liberdade de associação, autonomia sindical e direito de greve, rompimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e não pagamento da dívida externa, controle de remessa de lucros, reforma tributária e taxaço das grandes fortunas, ensino público e gratuito em todos os níveis, criação de um sistema único de saúde (estatal, público e gratuito), estatização dos serviços de transportes coletivos, da indústria do cimento (para programa habitacional) e do sistema financeiro, reforma agrária, reforma urbana, congelamento de preços de artigos da cesta básica, elevação dos salários, direitos de os trabalhadores se organizarem em comissões de empresas etc. (PT, 1987, p. 8). Não parece difícil uma síntese: *democratização radical* do Estado, um programa expressivo de políticas sociais e crescimento econômico associado à constituição de um mercado de consumo de massas – conforme indicara Caio Prado.

Mas o documento faz duas ressalvas importantes, que não nos podem escapar. Na luta pelo socialismo, seria necessário desdobrar a estratégia em dois momentos: a tomada do poder político e a construção da sociedade socialista. Diferenciar-se-iam ainda as atividades destinadas à conscientização dos trabalhadores sobre a importância da conquista do poder das que objetivam a conquista imediata do próprio poder (PT, 1987, p. 8-9). Assim,

Para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, é necessário, em primeiro lugar, realizar uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado [...]. Não há qualquer exemplo histórico de uma classe que tenha transformado a sociedade sem colocar o poder político – Estado – a seu serviço (PT, 1987, p. 8-9).

Eis a já referida tática do “acúmulo de forças”. Note-se que aqui “tomada do poder” não parece equivaler à via insurrecional, mas sim à chegada ao poder de governo. Chegada esta ao poder que, coordenada à construção silenciosa e constante do poder popular, funcionaria como a construção mesma, ainda dentro da ordem burguesa, de formas embrionárias de um socialismo democrático, como propugnara Coutinho em 1979. Na medida em que, assim como a indefinição do socialismo petista, não há clareza sobre o *como* e o *quando* da ruptura, o desdobramento esperado parece ser apenas um: a dominação burguesa, de tão bombardeada pelo *poder popular*, em dado momento cairia de joelhos. Para a ruptura talvez sobrasse apenas o desfecho final, a confirmação da vitória.

Como correlato obrigatório do “acúmulo de forças”, reafirma-se que o momento conjuntural não permite “a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo” (PT, 1987, p. 5), sem maiores diferenciações entre os sentidos de um e outro processo. Parece razoável compreender, no entanto, que se estivesse negando a possibilidade imediata de uma ruptura violenta e também de um movimento contrário às leis de mercado e à propriedade privada, que pudesse mesmo ser iniciado a partir da chegada do partido ao poder central. A alternativa sobrando só poderia ser a luta indireta pelo socialismo, dentro da ordem, com os instrumentos da ordem e sem negá-la frontalmente. Resta saber do que podemos chamar uma luta anterior à luta direta pelo socialismo e que prepara as condições para o momento seguinte, senão de *etapa*.

A despeito das indefinições, no entanto, o centro da estratégia, não há dúvida, era o Estado. A via, democrática. A tática consistiria em ocupar os espaços institucionais e promover a luta na base, a um só tempo. Esta dupla articulação, a ser operada pelo partido, seria a estratégia que orientaria a conquista do socialismo. Eis os elementos da “teoria da pinça”, formulada pela corrente interna Democracia Socialista (DS) e que ficou gravada como a imagem da EDP: “nosso movimento de longo prazo consiste no estabelecimento de um cerco à dominação burguesa sob a forma de uma pinça, onde a luta institucional e a pressão de massa representam os dois braços do instrumento” (VANNUCHI, 1990, não paginado). Noutra definição ainda mais precisa:

a hipótese estratégica central deve basear-se na noção de que a ruptura com a ordem burguesa será o resultado de um movimento articulado, em pinça, dos trabalhadores sobre o centro do poder burguês – isto é, pela combinação do avanço sobre a institucionalidade com a criação do poder popular (GUIMARÃES, 1990, não paginado).

Antes da luta pelo socialismo, portanto, as *tarefas em atraso* deixadas para trás por uma burguesia que fora e continuava sendo incapaz de realizá-las. Dessa constatação, se extrai o princípio da não aliança estratégica com as forças do capital dito “nacional”, mas sim aproximações táticas com a pequena burguesia. Sai o aliado de antes (a “burguesia nacional”), da estratégia que se pôs sob crítica, mas mantém-se o programa a cumprir e também o etapismo da luta. Vale notar, porém, que embora o partido tenha adotado a formulação de Florestan referente ao papel não exercido pela burguesia no Brasil, este autor projetava, como vimos, o cumprimento das *tarefas* em questão não como um movimento imediatamente anterior à luta pelo socialismo, mas como parte mesmo desta luta fundamental. Para este autor, o caráter autocrático da burguesia e sua marca *dependente* estrutural fariam com que se

abrisse a possibilidade da luta revolucionária tão logo a classe trabalhadora tomasse para si as bandeiras das *tarefas em atraso*, em face da dura reação que resultaria, por obra da incapacidade de absorção das demandas por parte da autocracia burguesa. Não estava na conta para Florestan, portanto, a realização das “tarefas em atraso” como momento anterior e condicionante da luta pelo socialismo, ainda dentro da ordem burguesa. Repetimos: a ordem burguesa *dependente*, para o sociólogo paulista, não poderia ser superada senão pela sua extinção completa.

Realizar as *tarefas em atraso*, portanto, exigiria não só a conquista da máquina do Estado, mas também a “sua radical transformação revolucionária”, o que poderia ser alcançado apenas como resultado de uma “nova hegemonia social” (VANNUCHI, 1990, não paginado), como produto de uma *nova correlação de forças*. Tal perspectiva, claramente inspirada na corrente eurocomunista, não sairia ilesa do debate interno do partido. Além de Vainer e Palmeira (1989) e das críticas dos próprios entusiastas da estratégia – uma das quais veremos à frente –, podemos citar a intervenção de Augusto de Franco, membro da Executiva Nacional e da Comissão de Política do Diretório Nacional do PT em 1990, quando da publicação do seu texto em *Teoria & Debate*. Passando em revista o 7º Encontro, ocorrido naquele ano e no qual se apresentou ao partido a *teoria da pinça*, Franco acusará a DS de cair no que seriam os velhos vícios do leninismo. Sua interpretação aponta para um erro de concepção que faria do partido o “demiurgo” a operar, de fora, a articulação entre as pernas da pinça, com base numa “estratégia fragmentada” que, no lugar de articular, promoveria um conjunto de tarefas a cumprir, através de rupturas estanques e não articuladas. Ressalta ainda que a conquista da sociedade civil é indispensável para o sucesso de qualquer estratégia de ruptura socialista. Critica, portanto, o peso excessivo atribuído ao aparelho de Estado na estratégia, tocando num ponto central para a esquerda democrática: “a tomada do aparelho de Estado (no sentido restrito do conceito) não é suficiente para assegurar a realização de transformações socialistas”. (FRANCO, 1990).

Juarez Guimarães, insuspeito crítico, até hoje ligado ao partido, declarava sem meias palavras no mesmo ano:

nosso movimento político está *tensionado* para o desvio estratégico de direita – reformista ou socialdemocrata [...]. Utilizando a imagem da ‘pinça’, é como se ela estivesse desequilibrada: o seu braço esquerdo (a construção do movimento socialista de massas) está deprimido e subordinado ao seu braço direito (a ocupação de posições na institucionalidade). E precisaríamos ter exatamente o inverso (GUIMARÃES, 1990, não paginado, grifo do autor).

Exatamente um ano antes, quando as possibilidades de vitória da candidatura Lula eram reais e concretas, os mesmos Vainer e Palmeira, em artigo já citado por nós no início deste trabalho, punham a nu os vícios, os riscos já perceptíveis e a necessidade de compreensão, pelo partido, do papel revolucionário que o engendrou e que não poderia se esvaír:

Preparar-se para a possibilidade da crise revolucionária significa elaborar uma estratégia política e uma estratégia de governo que contemplem essa possibilidade, discutir essa possibilidade e a estratégia no interior do partido (dos núcleos até a direção), definir uma política de massas que ultrapasse os limites do governo. Essa estratégia, claro, deve contemplar, igualmente, a possibilidade (que hoje nos parece mais provável) de que a crise atual, mesmo com uma vitória de Lula, não venha desembocar numa crise revolucionária. O PT, por seu passado, sua disposição de luta e a dinâmica social e política que expressa, não pode apenas assistir e esperar a afirmação dessa possibilidade, não pode pensar o processo eleitoral exclusivamente no âmbito dessa possibilidade. Se o fizer, estará, na verdade, tornando o que é possível, o que é provável, inevitável. Estará, assim, se transformando num partido que retirou a revolução de seu universo político-ideológico (sejam quais forem os discursos), num partido cuja prática se transformou em mais um meio e instrumento de homologação da dominação e opressão burguesa. Um partido que abandonou a luta pelo socialismo antes de travar as grandes batalhas (1989, não paginado).

Não por coincidência, ou mesmo sem esta clareza, estes autores anunciavam o processo de “inflexão moderada” do partido, que para Iasi começa a se dar exatamente a partir de fins da década de 1980 e se confirmaria no 7º Encontro (1990), quando “o contraponto ao capitalista é cada vez mais a ‘democracia’ e não o socialismo”. (2006, p. 452, 455). A fórmula kautskyana e eurocomunista, endossada por Coutinho, de que, se levada ao limite, a democracia seria incompatível com o capitalismo, assume o posto de bordão máximo do partido. Assumir-se como “democrático” passava a equivaler a assumir-se como socialista. Eis a nervura através da qual o partido, doravante, sustentaria a sua cada vez mais crescente institucionalização, manteria de pé a tática do acúmulo de forças (mesmo que ameaçado o objetivo final) e tentaria se livrar de um passado incômodo, expresso pelo fim do socialismo real. “Para o PT, socialismo é sinônimo de radicalização da democracia”, declara o partido numa das resoluções resultantes do seu I Congresso, em 1991. (PT, 1991, p. 18)

Os encontros e congressos seguintes, grosso modo, ainda que com especificidades aqui e ali (que justificam os estudos exaustivos dos autores aqui citados), fizeram por onde reforçar esta perspectiva, que já viemos apontando ao longo do trabalho. Termos como

“revolução democrática” e “democracia radical” se tornariam corriqueiros nas manifestações do partido. Do mesmo modo, e de maneira correlata, “ampliação da *participação cidadã*”, “controle democrático do Estado pela sociedade”, “democratização do poder”, “ampliação da cidadania”, “construção de um mercado de consumo de massas” e etc., tornar-se-iam as expressões práticas do que estrategicamente havia deixado de ser a superação da sociedade capitalista.

Passados mais de 25 anos da formulação inicial dessa estratégia, é forçoso reconhecer que as *tarefas em atraso* permanecem e a democracia socialista mal foi tentada, mas o objetivo tático central foi atingido: o partido assumiu o governo. Tal ascenso não se articulou, no entanto, com a construção do poder popular, nem tampouco o partido operou a pinça no sentido revolucionário que propunha. O *socialismo petista* e a *revolução democrática* parecem ter redundado na captura pelo inimigo, que logrou circunscrever a potência das lutas dos anos 1970 e 1980 a um elogio democrático vazio de conteúdo e preche de mistificação. Há no tempo presente, incontornavelmente, uma constatação e uma pergunta candentes que não podem ser escamoteadas. Aquela, obrigatória, diz respeito ao acúmulo de forças. Esta nos exige que perguntemos o que fizemos com elas, ou o quão distante nos conduziram das *grandes batalhas*.

**Parte II – Reforma Sanitária Brasileira e Democracia: qual  
reforma e qual democracia?**

#### ***Capítulo 4 – Reforma Sanitária Brasileira: ainda em busca de uma teoria para um debate necessário***

Concluída a primeira parte do trabalho, vimos não só como há uma linha de continuidade entre a socialdemocracia alemã e a experiência eurocomunista, como também de que maneira a crítica do Estado e da democracia sob o registro da ordem burguesa, feita por Marx e Engels, aponta com precisão as armadilhas teóricas e práticas nas quais incorreriam o movimento comunista internacional nestes dois momentos da sua história. O recuo estratégico da classe trabalhadora, circunscrevendo – na prática política efetiva –, à *emancipação política* o alvo central da sua luta, esteve diretamente associado à mudança de sinal atribuída ao Estado, que de centro da dominação burguesa a ser combatido passou a instrumento da *emancipação humana*. No entanto, a rigor, a sua entrada em cena já significou a consagração da vitória parcial da burguesia sobre os trabalhadores – seja pela integração da classe ou de parte dela ao sistema (material e politicamente), seja pelo aspecto da inversão e ocultação ideológica como se a sua função estivesse franqueada à disputa.

Esta luta em processo, como tendência, tem se reproduzido seguidamente muito proximamente ao feitiço que descrevemos, com resultados quase sempre desfavoráveis à classe trabalhadora. Se podemos dizer – sem susto ou direito à surpresa, posto que o estudo sistemático da história nos serve precisamente para isto – que estamos observando o exercício vitorioso da dominação burguesa através do seu principal instrumento, o Estado, sobrarão distinguir no quê a estratégia da classe trabalhadora já tem se *antecipado*, em função e a favor do conjunto de mistificações próprias e resultantes da luta de classe também jogada pela burguesia. Isto é, a perspectiva da *transformação* do Estado pela *via democrática*, em face do exame da teoria que até agora realizamos, parece se configurar numa pretensão irrealizável através de uma ferramenta insuficiente. Está sugerido por nós que a linha de continuidade que apontamos virá desdobrar-se na esquerda democrática, no Brasil, e no Movimento Sanitário. Vejamos, na sequência dos próximos capítulos, como tem se realizado, no confronto com a teoria que expusemos, a expressão política desta agenda de luta.

Iniciemos por um alerta. “O produto esconde o processo”, disse Marx no capítulo de abertura de *O Capital*. Ainda que guardados os limites para uma analogia entre o produto como mercadoria, cambiável no mercado, e o produto como resultado da luta social, a observação guarda o seu mérito essencialmente no que tem de indicação metodológica. Partamos do concreto.

O SUS, inscrito na Constituição Federal de 1988, a despeito da crise de subfinanciamento que o acompanha ao longo da sua curta história e do conjunto de gargalos que enfrenta, é reconhecido, dentro e fora do Brasil, como uma importantíssima conquista, inserida no bojo da luta contra a ditadura empresarial-militar. É consenso também na literatura especializada que a força da luta dos trabalhadores retardou em alguns anos a chegada da agenda neoliberal ao país. Logo, no entanto, o capital encontraria formas e instrumentos de fazer retroceder o alcance e o impacto das vitórias parciais da redemocratização. O SUS, como uma das mais importantes, senão a principal, não poderia passar incólume à contraofensiva e tem sido um dos alvos privilegiados dos ataques privatistas que objetivam extirpar desta política pública de grande envergadura precisamente o caráter público e universal que ela comporta.

Este mesmo SUS é também reconhecidamente obra da moderna Reforma Sanitária Brasileira, surgida na mesma conjuntura de retomada da luta organizada dos trabalhadores, nos anos 1970. Tanto é verdade que contemporaneamente tornaram-se, praticamente, assuntos conjugados. Fala-se do SUS até, a despeito da Reforma Sanitária, mas à Reforma Sanitária, aos seus formuladores e militantes, é incomum uma referência que não remeta à obra que o SUS representa. Tal associação direta, no entanto, também reflete, contemporaneamente, a atrofia da agenda de luta do Movimento Sanitário.

Vê-se com alguma clareza na atualidade um movimento duplo que expressa a problemática que acabamos de apontar: um SUS cada vez mais distante do teor emancipatório inscrito na luta política de classes que o engendrou e uma retórica da Reforma Sanitária bastante recuada nos poucos propósitos políticos que tem conseguido formular, emparedada por debates técnico-administrativos, no mais das vezes restritos ao “funcionamento” do SUS<sup>80</sup>. Não à toa, como é de se notar, iniciamos pela apresentação de uma crise – a exigir um balanço –, que embora focada na Saúde, vai muito além dela, como tentaremos mostrar.

Tal quadro, no entanto, se remetido aos pouco mais de dez anos compreendidos entre meados da década de 1970 e fins da década de 1980, seria bastante diverso. A ditadura dava sinais claros de exaustão, os movimentos sociais se reorganizavam, o campo da Saúde despontava na luta pela redemocratização e um novo ciclo da esquerda brasileira parecia se

---

<sup>80</sup> Tal recuo crítico, digamos assim, é ressaltado, entre outros autores, por Jairnilson Paim (2008), Sonia Fleury Teixeira (2009) e Amélia Cohn, esta última autora afirma: “A partir da década de 90, e mais acentuadamente nos anos recentes, verifica-se um deslocamento na produção, acadêmica e não acadêmica, das grandes questões envolvidas na proposta original da Reforma Sanitária – democracia, papel do Estado, dimensões estruturais do processo saúde/doença, projeto nacional de nação – para estudos de caráter pragmático e tecnicista. Não se trata aqui de atribuir juízos de valor a um e outro, mas tão somente de apontar a perda do caráter reflexivo da produção do campo, subsumida pela visão tecnicista da implantação, ou implementação do SUS”. (2009, p. 1615).

iniciar, com o surgimento do novo sindicalismo, a partir das célebres greves do ABC paulista, e da fundação do PT.

Desde os anos 1970, a idealização do SUS como parte de um projeto maior de sociedade, dito “civilizatório”, “socialista”, nas palavras das principais lideranças do Movimento Sanitário, é marca de sua construção<sup>81</sup>. A agenda do campo da Saúde (e não só da Saúde) empunhava a bandeira da democracia como carro-chefe da luta contra a ditadura. A pujança do movimento dos trabalhadores fornecia o esteio sobre o qual os projetos e demandas setoriais tomavam corpo, produzindo uma unidade nem sempre visível e perfeitamente articulada, mas suficiente para pôr, sob alerta, as classes dirigentes – já empenhadas na superação do modelo de acumulação que se esgotava com a ditadura.

Mas, conjugada à luta contra o regime de exceção, experimentava-se, a um só tempo, a crise do socialismo real, prenhe, inegavelmente, de desvios autoritários. A combinação peculiar destes elementos conjunturais parece ter produzido, em um mesmo movimento, o antídoto e o veneno. Se no plano nacional a luta democrática consumou-se como verdadeiro elã da organização das classes trabalhadoras em luta, a habilidade com que as classes burguesas, em âmbito global, conduziram a luta de classes pelo viés da condenação da “antidemocracia” das experiências socialistas parece ter logrado a construção de outro sentido para os fins revolucionários da esquerda que, na sua origem, nunca se incompatibilizaram com a democracia, ao contrário do que uma crítica antileninista (que quando à esquerda é quase sempre pró-gramsciana) deseja mostrar. Não foi à toa que o próprio Gramsci alertou para a necessidade incontornável de se considerar a situação internacional em seu aspecto nacional. (2011, p. 265).

Se a compreensão média do que viria a ser ausência de democracia centrou-se, em essência, em torno da não observância das regras do jogo institucional e da não garantia das liberdades civis, o Leste Europeu e a América Latina (para a direita, o primeiro; para a esquerda, ambos) eram terreno fértil para o apelo e união de esforços em nome dos valores democráticos – em face também dos desvios autoritários *realmente existentes*.

Tal compreensão, com toda a dialética que exige a luta de classes, nos permite sugerir que o sentido político atribuído à ideia de reforma também variou no tempo e sentidos distintos conviveram em disputa ao longo do processo histórico que estamos abordando. O espectro é amplo, mas não parece difícil notar que, de uma concepção articulada entre

---

<sup>81</sup> “Para melhor entender e analisar a viabilidade da ‘Reforma Sanitária’ na atual conjuntura, é necessário compreendê-la como um projeto setorial, articulado a uma estratégia maior, global para a sociedade”. (GALLO et al., 1988, p. 414). Jairnilson Paim (2008) e Sonia Fleury Teixeira (1997), entre outros, reforçam tal perspectiva.

reforma e revolução, que caracteriza a visão marxista assumida de início tanto pelos sanitaristas quanto pela esquerda democrática, no Brasil – da qual o Movimento Sanitário é parte – transitou, como manifestação própria do processo de fetichização da democracia, para um entendimento do conteúdo puramente tático, descolado da estratégia<sup>82</sup>, isto é, reformas não mais como via, como acúmulo para a busca do socialismo, mas concebidas num plano estritamente setorial, desconectadas do movimento de superação da sociedade capitalista, reformas sem revolução, portanto. Internamente ao Movimento Sanitário, é verdade, havia, por opção política, ainda os que defendiam a reforma pelo viés de um caráter técnico-administrativo, puramente institucional, e não necessariamente anticapitalista e emancipatório, mas nosso debate é com a perspectiva de esquerda que vingou como marca do movimento reformista da Saúde. Parece inegável que a radicalização do Movimento, nos momentos em que vocalizou, setorialmente, um projeto de sociedade alternativo, acompanhou o compasso maior da luta da classe trabalhadora brasileira, o que torna obrigatório compreender esta luta maior se quisermos decifrar o *produto* e extrair dele o *processo*. Afirmamos que esta perspectiva não só não é casual, dado o momento de fechamento de um ciclo político-estratégico da classe trabalhadora que, ao que tudo indica, experimentamos na atualidade, como é necessária, posto que pouco comum nas análises a respeito do Movimento da Reforma Sanitária, quase sempre circunscritas aos limites do próprio campo.

Um traço importante, porém, entre os modernos sanitaristas é a afirmação constante da necessidade de um balanço de suas conquistas e limites, de suas promessas não cumpridas. A avaliação dos alcances e dos obstáculos do Movimento é parte de sua própria história. Desde muito cedo também a sua presumida capacidade de aglutinar os movimentos sociais e

---

<sup>82</sup> A compreensão exata dos conceitos de tática e estratégia, oriundos do campo militar e aplicados à política, tem uma importante tradição no pensamento contemporâneo, também para a esquerda marxista, e não se constitui em mero detalhe de erudição bibliográfica. Não caberá aqui explorar esta tradição, mas em poucas linhas tentar apresentar o entendimento por nós compartilhado. Diríamos, então, que uma estratégia não é apenas uma formulação teórica, mas também uma prática política. Por expressar uma síntese (de múltiplas determinações e não apenas da vontade dos agentes – ainda que haja escolhas), é sempre maior que os sujeitos e grupos que as formulam e implementam. Originam-se da unidade entre aspectos objetivos e subjetivos da realidade, que se condensam numa avaliação das experiências históricas de uma classe. A teoria, comumente confundida com a própria estratégia é, antes, elemento de sua construção, assim como a consciência social de uma época. Estratégia não é também sinônimo de objetivo final, mas da combinação dos elementos parciais que podem levar ao objetivo final. E o mais importante: possuindo ou não uma estratégia, toda classe é certamente parte da estratégia de outras classes. Carl von Clausewitz, em seu clássico *Da Guerra*, publicado em 1832, fornece-nos uma definição mais objetiva: “A condução da guerra é, portanto, a formação e a condução do combate. Se o combate fosse um ato único, não haveria, então, necessidade de qualquer subdivisão. Mas o combate é composto de inúmeros atos distintos, completos em si mesmos, a que chamamos recontros. [...] Daí, surgem atividades totalmente diferentes: a formação e a condução de recontros distintos, e a combinação deles entre si, visando o objetivo da guerra. A primeira chamamos de tática; a outra, de estratégia. [...] **De acordo com nossa classificação, tática é a teoria do uso das forças armadas no recontro. Estratégia é a teoria da utilização de recontros para o objetivo da guerra**”. (2008, p. 81, grifo nosso).

extrapolar as questões do campo da saúde são apontadas. Da mesma forma, são comuns as referências às vitórias particulares do campo da saúde, via institucionalização das demandas do Movimento, como os seus momentos culminantes, o que se constitui em ponto de contato, como veremos mais a fundo, com a compreensão tática do papel do Estado tanto da EDN quanto da EDP. São constantes ainda as afirmações da necessidade de busca de uma teoria para interpretar a realidade. Embora funcionalizada em face das questões mais caras ao Movimento, tentaremos mostrar como essa busca pertencia também ao movimento da classe trabalhadora como um todo, tendo no campo da saúde uma de suas expressões.

De seus enfoques mais tímidos aos mais audaciosos, portanto, que revelam também as suas divisões internas, o Movimento Sanitário não pôde – como não deixaria de ser – ir além das próprias contingências da luta de classes que vem caracterizando a conjuntura brasileira e internacional dos anos 1970 para cá. Isto, evidentemente, não nos permite desconsiderar as suas especificidades e eximi-lo da crítica de suas opções e rumos assumidos, mas também não permite que esta crítica, se a quisermos por uma perspectiva da totalidade histórica, materialista-dialética, circunscreva-se à média do discurso de seus próceres e, portanto, esquematicamente, estabeleça uma lista de checagem entre o declarado e o efetivamente cumprido. É a crítica radical que pretendemos chegar, a partir da práxis do movimento, mas também da reinserção dessa práxis na totalidade da qual, incontornavelmente, fez e faz parte.

Este debate terá sempre a preocupação de estarmos cobrando de um determinado projeto algo que ele não desejou, vislumbrou ou pretendeu. Entendemos, no entanto, que assim como não se pode concentrar sobre os indivíduos, exclusivamente, a cobrança dos projetos frustrados (no registro apenas da traição de classe, por exemplo), também não está na escolha, exclusiva, dos atores mais ou menos destacados de um determinado projeto/movimento, circunscrever os limites da luta que empreendem. Assim como a luta de classes vai muito além dos indivíduos que, por opções multideterminadas podem adotar posições de classe distintas das quais originariamente pertenceram, a classe toma para si, radicaliza, arrefece, é tragada ou confere sentido revolucionário às bandeiras e espaços de luta que possam ter nascido tímidos e restritos. É por sobre e por entre esta delicada dialética que precisaremos transitar.

O que se quer dizer com isto é que a partir da crítica da Reforma, em boa medida já realizada pelos próprios sanitaristas, é urgente que se faça a *crítica da crítica*, posto que apenas esta poderá pôr sob análise o lugar a partir do qual os sanitaristas voltaram os olhos sobre si mesmos, bem como reposicionar a Reforma Sanitária na totalidade que integra. E parece que um dos seus calcanhares de Aquiles, talvez o principal, reside precisamente na

certa dificuldade de alçar a vista para além do próprio campo da Saúde. Isto, evidentemente, não denuncia o carácter isolado do setor, mas indica as contradições e obstáculos produzidos e enfrentados pelo Movimento. Por tudo, não seria exagero afirmar que a Saúde se apresenta como um microcosmo da luta mais geral dos trabalhadores, inscrita no mesmo período – uma totalidade que integra outra totalidade (LUKÁCS, 1968). Suas conquistas e percalços, suas potências e limites, suas apostas táticas, são também as da classe trabalhadora brasileira, com os ganhos, as limitações e as armadilhas que nos últimos tempos puseram-na de joelhos. Isto nos exige uma avaliação dos rumos assumidos até aqui, posto que talvez não se trate de requestrar as mesmas formulações já testadas, sob o risco de que, como disse Gramsci sobre a situação de crise da classe dominante, *mesmo com o velho morto o novo não possa nascer* (e é dramático que a conjuntura atual nos permita inverter as classes na caracterização gramsciana sem que o sentido se perca).

Para tanto, não pretendemos recontar, em detalhes, uma vez mais, a história do Movimento Sanitário, desde as experiências do MOPS<sup>83</sup> ou dos debates travados nos departamentos de Medicina Preventiva (DMP), passando pela organização dos trabalhadores da saúde – elementos que amalgamados produziram o Movimento Sanitário (SCOREL, 1999, p. 70). Muitos já o fizeram (BERLINGUER et al., 1988; COHN, 1989, 2009; ELIAS, 1993; SCOREL, 1999; FLEURY, 1997, 2009; GALLO et al., 1988; GERSCHMAN, 2004; LIMA et al., 2005; PAIM, 2008b; TEIXEIRA, 1987; TEIXEIRA & MENDONÇA, 2006, entre outros). Faremos, isto sim, um brevíssimo apanhado e nos ocuparemos, de fato, dos temas/momentos-chave de inflexão política do Movimento, pondo em debate as suas opções táticas e estratégicas e inserindo-as na conjuntura maior da luta dos trabalhadores em cada momento. Iniciaremos pelo SUS. Em paralelo à descrição mais factual do processo político que o engendrou, será possível tecer os ganchos com a situação mais geral da classe trabalhadora e compreender a prática política do Movimento sob o registro da luta de classes. Na sequência, abordaremos as bases teóricas adotadas pelo Movimento para a compreensão da realidade. Por fim, tentaremos perceber como a matriz teórica declarada agregava e desagregava o Movimento Sanitário, matizando as suas questões internas e os posicionamentos políticos de suas lideranças. Por último, submeteremos ao debate a sua opção *reformista*.

---

<sup>83</sup> “Os movimentos populares em saúde se originam nos bairros pobres das periferias das grandes cidades e/ou nas favelas localizadas nos grandes centros urbano-industriais”. (GERSCHMAN, 2004, p. 68).

#### 4.1 O SUS como ponto de chegada?

A década de 1970 se distinguiu, no Brasil, por um intenso processo de industrialização, urbanização e transformação da estrutura social, que alterou profundamente os quadros sanitários e epidemiológicos até então existentes.

Na área da Saúde, observou-se uma crescente distinção entre a assistência médica individual, colocada sob a esfera de influência da estrutura previdenciária do país, e a atenção à saúde coletiva, sob a responsabilidade do Ministério da Saúde (MS). Em termos financeiros, esta divisão foi materializada em um forte desnível em favor da medicina curativa levada a cabo pela estrutura privada, conveniada à Previdência Social que, desde as décadas anteriores, vinha crescendo rapidamente. Tal situação levou a um brutal decréscimo da participação direta do Estado no atendimento à população e sua consequente substituição pela rede privada (BAHIA, 1999; TEIXEIRA, 1985).

Nessa perspectiva, a prioridade conferida à medicina curativa, ao financiamento público e ao crescimento dos grupos privados no setor Saúde, terminou por materializar-se nas engrenagens de um processo em que a capitalização e a expansão da rede privada, por um lado, e a degradação dos serviços públicos e a sangria dos recursos do Estado, por outro, constituíram-se em faces de uma mesma moeda. Dividida entre a Saúde Pública, propriamente dita, e a Medicina Previdenciária, a área encontrava-se extremamente fragilizada e com escassas possibilidades de resposta às novas e graves demandas que o modelo de desenvolvimento econômico trazia para o setor. Precariamente estruturado e subordinado a lógicas de outros setores, o MS detinha reduzida margem de manobra e pouca capacidade de planejamento para equacionar e enfrentar com eficácia os problemas colocados sob sua esfera de competência. Em 1973, no auge do “milagre econômico”, os recursos destinados ao Ministério correspondiam a apenas 1% do orçamento da União, enquanto que ao Ministério dos Transportes e às Forças Armadas, por exemplo, eram reservados 12% e 18%, respectivamente (DANTAS, 2008; EPSJV, 2006).

Foi sob tal contexto que o Movimento Sanitário articulou-se. Uma série de iniciativas destinadas a repensar a estrutura de atenção à saúde no país, então, começou a surgir na esteira da construção do projeto deste Movimento, face à conquista de espaços institucionais e também à crescente legitimidade alcançada pelo discurso sanitário no contexto da profunda crise por qual passava o país, encadeada, por sua vez, à crise do próprio regime.

Sonia Fleury<sup>84</sup> completa:

[o Movimento Sanitário] opera uma leitura socializante da problemática evidenciada pela crise da medicina mercantilizada, bem como da sua ineficiência, enquanto possibilidade de organização de um sistema de saúde capaz de responder às demandas prevalentes, organizado de forma democrática em sua gestão e administrado com base na racionalidade do planejamento. (TEIXEIRA, 1987, p. 95).

Assim, gradativamente, uma série de iniciativas destinadas a repensar a estrutura de atenção à saúde no país foi sendo posta em prática, como: a) a crítica ao modelo preventivista de saúde, no interior dos DMPs das Faculdades de Medicina, que primava por uma concepção de saúde centrada nos males do indivíduo isolado e não reconhecia as determinações sociais que interferem na produção da saúde e da doença (AROUCA, 2003); b) a pressão sobre o executivo federal pela retomada da realização das conferências nacionais de saúde – que expressa também uma pressão generalizada por maior participação social nas definições das políticas públicas –, como importante canal de debate e difusão da crítica ao estado da saúde brasileira; c) a constituição de núcleos de estudos em Saúde Coletiva em diversas universidades brasileiras e d) a criação do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBES), em 1976, e da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO), em 1979 (ESCOREL, 1999; GERSCHMAN, 2004), que buscavam articular teoria e prática política (PAIM, 2009, p. 31). Sobre o CEBES, Fleury atesta:

representou a possibilidade de uma estrutura institucional para o triedro que caracterizou o movimento da reforma sanitária brasileira: a construção de um novo saber que evidenciasse as relações entre saúde e estrutura social; a ampliação da consciência sanitária onde a Revista Saúde em Debate foi, e continua sendo, seu veículo privilegiado; a organização do movimento social, definindo espaços e estratégias de ação política. (FLEURY, 1997, p. 26).

Outra alternativa buscada pelo Movimento Sanitário foi o estreitamento da relação com o Congresso Nacional, em face da repercussão que o debate na Saúde começava a alcançar. Pela leitura política dos sanitaristas, tal encaminhamento ia ao encontro da intenção do Parlamento de retomar sua interface com a sociedade, em meio ao processo de redemocratização em curso. Não coincidentemente, é também de 1979 o primeiro Simpósio

---

<sup>84</sup> Ao longo da exposição, será comum a referência formal a esta autora variar, posto que se assina constantemente como Sonia Fleury e também Sonia Fleury Teixeira, ou ainda Sonia Maria Fleury Teixeira. Optamos pela não padronização. Na bibliografia, portanto, as referências deverão ser buscadas pela entrada dupla: Fleury e Teixeira, respeitados os créditos que figuraram em cada obra.

de Saúde convocado pelas comissões de Saúde da Câmara e do Senado<sup>85</sup>. (TEIXEIRA, 1987).

Arouca sintetizou a tática do movimento:

A questão da democratização da saúde passa pela política, a política passa por uma luta parlamentar, o CEBES detém o conhecimento técnico na área da saúde, então, ele pode se transformar num elemento de assessoria nas instituições da sociedade civil que estão levando a luta pela democratização. (apud ESCOREL, 1999, p. 86)

Com a aproximação do fim do regime e a convocação iminente de uma Constituinte, os sanitaristas passaram a investir na ocupação de espaços na aparelhagem governamental considerados estratégicos para a consecução da agenda setorial da Saúde, uma vez que a análise de conjuntura que faziam indicava a factibilidade dessa tática<sup>86</sup>. (TEIXEIRA, 1987, p. 98). Marcando sua presença na máquina do Estado, portanto, e ancorado nas reflexões acadêmicas e em experiências internacionais, sobretudo a italiana (BERLINGUER et al., 1988; TEIXEIRA; MENDONÇA, 2006), o Movimento Sanitário começou assim a esboçar alternativas que se pretendiam mais sólidas em face das ações descoordenadas e fragmentadas levadas a efeito pelo complexo público de atenção à saúde. Considerava-se fundamental a busca de um consenso que facilitasse a aprovação de suas propostas. Para tanto, foram organizados, em todo o país, diversos fóruns que contavam com a participação de profissionais de outros setores e representantes de inúmeras instituições públicas e privadas. A intenção declarada era ampliar ao máximo a interlocução com os mais variados setores da sociedade, uma vez que se tinha como certo que somente um movimento social abrangente e suprapartidário reuniria forças para viabilizar as transformações almejadas.

Parte significativa dessa mobilização popular iria marcar presença na 8ª CNS, que se constituiu como marco aglutinador de todo o movimento político da área àquela altura. As discussões ocorridas no âmbito da Conferência resultaram na elaboração do projeto de Reforma Sanitária, que defendia a criação de um *sistema único* de Saúde, *público e universal*,

---

<sup>85</sup> A partir de 1979, ocorreram no Congresso Nacional, através das comissões de Saúde da Câmara Federal dos Deputados e do Senado, com a participação direta do CEBES, os Simpósios sobre Política de Saúde da Câmara. Praticamente toda a literatura a respeito do tema trata esses episódios como significativos em termos de ganhos políticos do Movimento Sanitário, com o reconhecimento e a legitimação de suas bandeiras pela classe política (TEIXEIRA, 1988, p. 199; FELIPE, 2008, p. 180-181).

<sup>86</sup> Entre 1985 e 1989, militantes e estudiosos do movimento sanitário identificam o que Paim (2008b) chamou de “desalojamento dos anéis tecno-burocráticos e a ocupação de espaços no aparelho de Estado nas áreas de Saúde, Previdência e Ciência e Tecnologia por atores sociais identificados com políticas racionalizadoras ou democratizantes”. Neste período, ascenderam à presidência do INAMPS, Hésio Cordeiro; à presidência da Fiocruz, Sergio Arouca; à Secretaria Geral do Ministério da Saúde, Eleutério Rodriguez Neto; e José Saraiva Felipe à Secretaria de Serviços Médicos do Ministério da Previdência e Assistência Social. (PAIM, 2008b, p. 96-97).

mais tarde incorporado ao texto constitucional de 1988. Desta Conferência, se originaram ainda propostas como a de garantir a gestão democrática e participativa dos cidadãos (controle social) sobre a produção e execução de políticas públicas para o setor. Neste sentido, seriam significativas as palavras de Arouca em seu discurso de abertura da Conferência:

Não é simplesmente não estar doente, é mais: é um bem-estar social, é o direito ao trabalho, a um salário condigno; é o direito de ter água, à vestimenta, à educação, e, até, a informação sobre como se pode dominar este mundo e transformá-lo. (AROUCA, 1986, p. 36).

Marco importante do período, como parte do *modus operandi* do Movimento Sanitário, foi o documento *Pelo direito universal à Saúde* (1985), divulgado no ano anterior à Conferência, que se tornaria célebre e teria importância capital no desenvolvimento dos debates em função das propostas que apresentou e de sua representatividade.<sup>87</sup> Produzido pela ABRASCO a partir do temário da 8ª CNS, tinha o objetivo declarado de fornecer elementos para o debate, partindo de três eixos estruturantes (Saúde como direito de cidadania e como dever do Estado, Reorganização do Sistema de Saúde e Aspectos do Financiamento do Sistema de Saúde). Em síntese, sistematizava os pilares básicos sobre os quais se assentava a agenda do Movimento Sanitário e que seriam consagrados na Conferência do ano seguinte e, mais tarde, expressos no texto constitucional. Além da compreensão da saúde como um conceito ampliado, que não significava apenas a ausência de doença, defendia a participação popular e o controle do Estado pela sociedade civil e reivindicava a saúde como dever do Estado e direito universal. (ABRASCO, 1985; PAIM, 2008b). A abrangência que seria conferida ao primeiro ponto, o conceito ampliado de Saúde, é uma das marcas do Movimento Sanitário neste período, e que nos ajuda a responder, de início, negativamente à questão que dá título a esta seção. O SUS não figurava como ponto de chegada, portanto.

Para a confecção do documento, cada eixo específico contou com contribuições individuais solicitadas previamente, como forma de subsidiar ainda mais os debates nas conferências municipais e estaduais, como preparação para o evento nacional. Com diferenças pontuais e pouco significativas, todos os autores<sup>88</sup>, em suas respectivas áreas, reforçaram os

---

<sup>87</sup> “Este documento abrange desde a etapa das conferências estaduais, e a sua importância se evidencia não só por representar a posição de um sujeito coletivo [...], mas também por ter servido de referência para os textos e intervenções apresentados na Conferência”. (PAIM, 2008b, p. 99).

<sup>88</sup> Foram os seguintes os colaboradores em cada eixo: Jairnilson Paim, José Geraldo de Sousa Jr., Hélio Pereira Dias e Sonia Fleury (Saúde como Direito Inerente à Cidadania e à Personalidade); Adib Jatene, João Yunes, José Alberto Hermógenes de Souza e Hésio Cordeiro (Reformulação do Sistema Nacional de Saúde); Adolpho Chorny, André Cesar Médici, Pedro Luiz Barros Silva e Humberto Gomes de Melo (Financiamento do Setor Saúde).

princípios já consagrados pelo debate àquela altura. Para o que nos interessa, cabe destacar as inserções de Paim e Fleury. Em paralelo à afirmação genérica dos valores da cidadania e da democracia, em pleno processo de redemocratização e do horizonte palpável de uma emancipação política que parecia se avizinhar, os autores expressavam uma clareza teórica que nos parece própria de um momento em que a classe trabalhadora manifestava um pensamento e uma ação estratégica. Pouco tempo depois, este debate, e com ele a clareza teórica, se esfumariam dentro e fora do Movimento Sanitário. Diz-nos Paim:

O Estado, numa sociedade estruturada em classes, não é neutro. Seu desempenho é orgânico aos interesses das classes hegemônicas que, para evitar acúmulo de tensões sociais, passa a contemplar, dentro de certos limites, determinadas necessidades das classes subalternas. [...]  
O Estado também não é um instrumento que pode ser manipulado livremente pelos grupos que controlam o poder. A presença de forças conservadoras ou progressistas no governo não muda, necessariamente, o caráter do Estado capitalista, ainda que possa torná-lo permeável ou não a determinados interesses sociais. (PAIM, 1986, p. 45-46).

Não parece ter sido este o entendimento que prevaleceu acerca do Estado no interior do Movimento Sanitário, indicando o acerto da percepção, inclusive. Como tentaremos demonstrar, a tática institucional tendeu a caminhar e se desenvolver sem o apoio desta compreensão. Na outra ponta, Fleury, não sem antes reforçar a noção de “democracia como valor universal”, antecipa o risco de não se conceber a ação do inimigo de classe no mesmo terreno em que uma sociedade civil autoelogiosa parecia não enxergar obstáculo à frente. É interessante notar que a preocupação de Fleury diz respeito precisamente ao risco de mistificação da democracia. A autora parece reagir ao clima de “porre democrático” (FALEIROS et. al., p. 85) que, embora rapidamente curado com a eleição de Fernando Collor, em 1989, manteria seus efeitos inebriantes sobre boa parte da esquerda desde então:

Autores<sup>89</sup> que se dedicam ao estudo do sistema político latino-americano chegam mesmo a afirmar que, na medida em que a burguesia entre nós prescindiu da democracia para implantar a sua dominação, as bandeiras democráticas desfraldadas no continente nos últimos anos têm por sua vez um cunho revolucionário e anticapitalista.  
Embora concordemos com a singularidade do curso que a democracia teve e terá na América Latina, não nos parece que as consequências apontadas lhe sejam inerentes. Em primeiro lugar porque embora a questão democrática tenha sido posta pela a para a esquerda, está-se longe de ter alcançado um desenvolvimento teórico e político destes grupos que assegure uma

---

<sup>89</sup> A autora se refere à obra *Opciones democráticas en America Latina* (1981), de Enzo Faletto.

compreensão homogênea e uma estratégia de luta clara, onde a relação entre democracia capitalista e a transição para o socialismo esteja elucidada.

**Em segundo lugar, é preciso ter claro que a luta pela democracia é hoje um projeto de várias facções da burguesia e das camadas burocráticas, mesmo que se desconfie da pureza e profundidade destas intenções.**

(TEIXEIRA, 1986, p. 93, grifo nosso).

Concluídos os trabalhos da Conferência, ficaria a cargo da CNRS, criada através de portaria interministerial, em 1986, o encaminhamento formal e institucional das propostas emanadas da Conferência. (BRASIL, 1986c, p. 25). Sua constituição consistiu no segundo capítulo da batalha política iniciada pela 8ª CNS pela implementação da Reforma Sanitária.

Segundo Gerschman,

A Comissão Nacional da Reforma Sanitária [...] previa uma composição paritária de entidades do governo e da sociedade. No entanto, sua composição não correspondeu ao peso real das associações da sociedade civil, ficando estas em minoria em relação aos organismos estatais e privados do setor saúde. A Comissão foi aprovada e constituída por 22 representantes, dos quais somente seis eram representantes de organismos populares: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores (CGT), a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), a Confederação Nacional dos Médicos (FNM) e a Confederação Nacional de Associações de Moradores (Conam). Outros 16 membros pertenciam a organismos governamentais, a parlamentares, a centrais patronais e a prestadores privados de serviços de saúde (2004, p. 56).

A autora identifica no processo de constituição e composição da Comissão o movimento típico de institucionalização e desarticulação, pelo Estado, de uma potente demanda que alcançara amplo consenso social. Originalmente, a Conferência havia sugerido a criação de um Grupo Executivo da Reforma Sanitária, que não só foi descartado como substituído pela CNRS, de natureza apenas “consultiva”. Rodriguez Neto ainda nos lembra que a CNRS só foi instalada após forte articulação de CEBES e ABRASCO, através da interferência direta do então secretário geral do MS, José Alberto Hermógenes, e do presidente do INAMPS, Hésio Cordeiro. As críticas da parte do próprio Movimento Sanitário que pesaram sobre a atuação da Comissão não foram poucas, ainda que o balanço final de sua atuação tenha sido considerado positivo (FALEIROS et. al., 2006; GERSCHMAN, 2004; PAIM, 2008b). Setores mais à esquerda ressaltavam, no entanto, que o texto final aprovado na Comissão, a ser encaminhado como subsídio aos trabalhos constituintes, cedera em demasia às demandas do setor privado (RODRIGUEZ NETO, 2004).

Em paralelo, como forma de garantir o processo participativo culminante na 8ª CNS, criou-se a Plenária Nacional de Entidades de Saúde, em meados de 1987 – articulada a diversas Plenárias Estaduais – e que reuniu partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, universidades e personalidades, sob a coordenação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), do Conselho Federal de Medicina (CFM), da CUT e da representação de movimentos sociais (PAIM, 2008b). Segundo Gerschman: “a Plenária [...] teve significativos avanços em termos de articulação de um movimento social de caráter nacional em torno da questão da saúde, conseguindo plasmar na Constituição Nacional os princípios da Reforma Sanitária”. (2004, p. 58).

Sob tal movimentação, desenvolviam-se os trabalhos da ANC, instalada desde fevereiro daquele ano. Nesta arena, como se sabe, a disputa capital foi com o chamado Centro Democrático (“Centrão”), composto pelos segmentos mais conservadores do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), e ainda por PFL (Partido da Frente Liberal), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e PDS (Partido Democrático Social), representantes do grande capital no Congresso, que assumiu a tarefa de frear a inscrição de demandas e conquistas dos trabalhadores na nova carta constitucional.

Dispondo de uma base social frágil, ao contrário do que parecia indicar a 8ª CNS no ano anterior, a emenda popular da Saúde, através da articulação da Plenária da Saúde, angariou pouco mais de 50 mil assinaturas, apenas 20 mil a mais que o mínimo permitido para o seu aceite pelo Congresso Constituinte, conforme regimento da ANC – fortemente contrastante com os quatro milhões de assinaturas que as emendas favoráveis à reforma agrária e ao ensino público conseguiram juntas. (RODRIGUEZ NETO, 2003). Na base da articulação institucional, no entanto, o Movimento Sanitário não enfrentou muitas dificuldades até o momento da votação do projeto constituinte em plenário. O trabalho da Subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, que recebeu da CNRS a proposta elaborada por esta comissão, foi considerado participativo, democrático e satisfatório pelo Movimento (PAIM, 2008b; RODRIGUEZ NETO, 2003). Na sequência, durante os trabalhos da Comissão de Ordem Social – que deveria dar forma de anteprojeto aos conteúdos advindos das subcomissões –, algumas dificuldades se apresentaram para a área da Saúde, seja em função de propostas polêmicas, seja pela articulação mais orgânica dos interesses privatistas, que lograram criar alguma resistência na votação final. Mas ainda assim, a avaliação do Movimento Sanitário era de que o essencial do projeto da Saúde havia sido mantido. (PAIM, 2008b; RODRIGUEZ NETO, 2003). Concluídos também os trabalhos da Comissão de Sistematização, na última fase do processo antes da votação do projeto de Constituição em

plenário, veio a tentativa de golpe do Centrão. Por um artifício regimental, aprovado por uma maioria de ocasião, logrou-se a alteração do regimento original que havia vigido até ali e puseram-se sob ameaça as conquistas já praticamente sacramentadas, incluindo-se, claro, o SUS. Houve, inclusive, uma tentativa de retirar por completo a seção relativa à Saúde do projeto final a ser votado em plenário, como atestou o então deputado Euclides Scalco (PMDB), um dos parlamentares identificados com as demandas da Reforma Sanitária (CEBES, 2008e). Uma tática de alianças com setores de centro e centro-direita começou então a ser desenvolvida para evitar derrotas significativas. O resultado, revela Eduardo Jorge – então deputado constituinte, pelo PT, e também defensor da agenda da Reforma Sanitária –, foi que:

o que estava muito conservador, deixou de ser um tanto conservador, veio um pouquinho mais para o centro; o que era muito revolucionário deixou de ser revolucionário e hoje é meramente progressista, mas mesmo assim há perda de qualidade. (CEBES, 2008e, p. 185).

Scalco é ainda mais preciso:

...nós vimos, nas votações, que o Centro se aliou à Direita e nós da Esquerda de todos os matizes acabamos sendo derrotados. É por isso que, em determinado momento, entendemos que era necessário fazer aliança à nossa direita com liberais e conservadores e por isso surgiu o grupo que o Eduardo Jorge falou, o grupo do Consenso, o grupo progressista. (CEBES, 2008e, p. 189).

Mais uma vez, a despeito de se tratar de uma conjuntura cujo destaque para as lutas travadas no interior do Parlamento era notório, e apesar do clima de otimismo e euforia diante das substantivas conquistas, queremos destacar como a tática institucional, já norteadora do Movimento, depois da batalha da Constituinte sai ainda mais fortalecida. A aposta na força do Movimento, que se não parecia vir da sua base social, mas, antes, da sua capacidade de articulação institucional – permitia que Fleury relativizasse a força do setor privado: “É evidente que se fez concessão. Não se está estatizando, não se está expropriando, mas é uma formulação muito mais próxima ao nosso projeto político do que o do setor privado”. (CEBES, 2008e, p. 196). É dramático que 30 anos depois dessa declaração otimista, não só sem que nenhuma ruptura institucional tenha ocorrido, como ainda após a chegada ao governo das mesmas forças políticas que comemoravam a vitória suada, esta frase tenha que ser dita, hoje, do avesso. Mas não nos antecipemos.

Ao fim e ao cabo, por obra de fortes articulações institucionais, ação enérgica dos partidos de oposição e pressão popular, conseguiu-se preservar em boa medida o teor do trabalho realizado até então. Conquistado o SUS universal, como direito de todos e dever do Estado, aprovou-se a participação complementar do setor privado no sistema, tal como o projeto propunha, que a rigor já havia sido motivo de controvérsia na 8ª CNS, como podemos ver através de um trecho do seu Relatório Final:

[item dois da Introdução]: A questão que talvez mais tenha mobilizado os participantes e delegados foi a natureza do novo Sistema Nacional de Saúde: se estatizado ou não de forma imediata ou progressiva. A proposta de estatização imediata foi recusada, havendo consenso sobre a necessidade de fortalecimento e expansão do setor público. Em qualquer situação, porém, ficou claro que a participação do setor privado deve-se dar sob o caráter de serviço público ‘concedido’ e o contrato regido sob as normas do Direito Público. (BRASIL, 1986a, p. 2).

Cabe aqui um esclarecimento importante: na 8ª CNS, o grande debate, que vimos refletido na citação acima, girou em torno da estatização progressiva ou imediata do Sistema de Saúde. Esta última tese, derrotada, foi sustentada pelo MOPS, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), por setores sindicais ligados à CUT e também pelo PT – que terminaria, este último, por votar contra o texto final da Carta Constitucional e recusar-se a assiná-la. A tese aceita, de estatização progressiva, foi apoiada por CEBES, ABRASCO, PCB, Partido Comunista do Brasil (PCdoB) (RODRIGUEZ NETO, 2003) e pelas centrais sindicais<sup>90</sup> (GERSCHMAN, 2004), sob os seguintes argumentos principais: a) dadas as condições estruturais e logísticas do complexo público de saúde, não haveria, naquele momento, possibilidade de prescindir da participação privada no sistema; e b) dada a correlação de forças expressa no Congresso Constituinte, uma proposta de estatização imediata seria certamente derrotada.

Na ANC, a disputa girou em torno dos termos em que a participação privada no sistema se daria. Diante de todas as forças em disputa, os sanitaristas e os estudiosos do tema são praticamente unânimes quando afirmam a vitória que o processo constituinte representou:

Considerando a correlação de forças existentes na Constituinte e as propostas que eram defendidas pelos setores ligados à iniciativa privada através do ‘Centrão’, não sobra a menor dúvida de que o texto aprovado significa uma expressiva vitória do movimento pela Reforma Sanitária (RODRIGUEZ NETO, 2008, p. 199).

---

<sup>90</sup> A autora não esclarece a quais centrais sindicais se refere. Lembremos que a CUT, segundo a citação anterior, não figurava entre as que apoiaram a segunda tese que apontamos (estatização progressiva).

Sílvia Gerschman confirma: a luta do movimento sanitário conseguiu “plasmar na Constituição Nacional os princípios da Reforma Sanitária” (2004, p. 58).

Não podemos deixar de dizer que as formas como o Movimento Sanitário captou a presença do setor privado nos espaços de luta, e a própria luta contra os interesses privados, nem sempre foram incisivas como talvez pudessem ter sido. Isto se deve, nos parece, a uma questão central que ainda destacaremos com mais vagar: a compreensão da luta empreendida essencialmente como ocupação de espaços institucionais, com o intuito de transformá-los, a partir dos quais os interesses públicos poderiam, como se apostava, fazer frente aos privados, influenciando na direcionalidade do aparelho de Estado, numa disputa de *lobbies* contra *lobbies*. É de um membro da Plenária da Saúde, a afirmação da mesma tática: “O Congresso Nacional, ou o Congresso Constituinte, ou Constituinte, está fazendo um grande treino democrático. A gente precisa entender que o setor privado vai lá com dinheiro fazer o lobby comercial, e a gente vai fazer o nosso lobby político, o nosso lobby social” (CEBES, 2008e, p. 193)<sup>91</sup>.

Nesses termos, é significativo o comentário de Marco da Ros, médico e professor da Universidade Federal de Santa Catarina, integrante do Movimento Sanitário em 1988 e membro da Andes: “Quando foi aprovada a Constituição, nós festejamos a conquista de direitos, como a universalidade e a equidade. Mas o complexo médico-industrial comemorou também. Alguma coisa estava errada”. (GUIMARÃES, 2013, p. 7).

A continuação dessa história é de conhecimento amplo. Sob forte recuo dos movimentos populares a partir da década de 1990, restou ao Movimento Sanitário, além de certo ostracismo, denunciar, como medida de contenção, o ataque ao SUS, que só fez se

---

<sup>91</sup> Podemos citar algumas passagens explícitas no registro dessa compreensão da luta política. Ainda que com o desconto por se tratar de momento específico de uma negociação política em ANC, à qual as falas se referem, as concepções e práticas políticas que viemos analisando nos autorizam, acreditamos, a conceber tal generalização. A primeira referência importante encontra-se no próprio documento da ABRASCO que há pouco abordamos. Dizem os autores, referindo-se à intenção da ABRASCO de mobilizar o Movimento Sanitário através da realização de eventos que possibilitassem uma ampla divulgação do documento em questão e das ideias do movimento, com vistas à ANC que se avizinhava: “Nesses eventos, a ABRASCO poderá desempenhar o papel de convocar e articular os profissionais que ora ocupam cargos de importância na estrutura político-administrativa do MPAS e do MS, assim como seus organismos a nível estadual. Ou seja, constituir ‘lobbies’ que permitam a difusão de informações e a consolidação de uma prática administrativa mais consentânea com a perspectiva de democratização do setor”. (ABRASCO, 1985, p. 35). A segunda é de Eleutério Rodriguez Neto: “A partir da convocação da Assembleia Nacional Constituinte, a atuação do movimento sanitário no e através do Parlamento, passou a privilegiar o próprio processo legislante, como seu objetivo estratégico maior; isto é, passou-se a investir na própria mudança da Constituição e das leis, a fim de criar a nova base jurídico-institucional para a Saúde, nos novos tempos democráticos. Mais ativo, com maior consciência de sua importância e representatividade, o próprio Parlamento passou a produzir fatos novos, pela sua própria dinâmica, ao mesmo tempo que **se permeabilizava mais à própria influência direta e aberta de ‘lobbies’, entre os quais o do movimento sanitário**. O que diferenciava este dos demais era a sua organicidade com os interesses sanitários e populares, ainda que fosse também um ‘lobby’”. (RODRIGUEZ NETO, 1997, p. 69, grifo nosso).

ampliar até os dias de hoje. A esta altura, por opção e por contingência histórica, todo o debate estratégico foi praticamente abandonado. Projeto civilizatório, socialismo, aproximação das bases, construção de unidade entre lutas setoriais, tudo isto caiu em desuso. Assumiu a proa do debate a questão do financiamento do sistema, calcada, invariavelmente, sobre as articulações parlamentares para o estabelecimento formal desta ou daquela fonte permanente de recursos, junto do tema da gestão da força de trabalho, extensão e agilidade na prestação de serviços de saúde, através das fundações de direito privado, Organizações Sociais (OSs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) que, embora controversas, mais têm dividido o Movimento Sanitário e confundido o debate – uma vez que mantido no registro da *pequena política*, embora jogado na *grande*<sup>92</sup>.

#### 4.2 Reforma Sanitária em disputa

Um mapeamento preciso das questões em torno das quais os sanitaristas se dividiam nos tempos considerados áureos do Movimento, entre as décadas de 1970 e 1980, ainda está por ser feito. Não são fartos nessa trajetória os momentos explícitos de tratamento das divergências, fossem elas pontuais ou de fundo. Daí a dificuldade de uma abordagem como esta que pretendemos. Sobram para algumas poucas passagens de textos importantes sobre a história do Movimento, depoimentos de militantes e uma polêmica ou outra de que se tem notícia, as possibilidades de reconstruir esse registro.

Grosseiramente, teçamos uma caracterização a partir de dois traços gerais, intimamente associados: a) uma divergência sobre a abrangência que a luta pela agenda sanitária do Movimento deveria assumir, se restrita ao próprio setor e a uma dimensão mais técnico-institucional ou se necessariamente como parte de uma luta maior, pela redemocratização (FLEURY, 1997); b) uma diferença de fundo ideopolítico, polarizada entre socialistas e socialdemocratas (GALLO e NASCIMENTO, 2006) que, ao que tudo teria

---

<sup>92</sup> O tema é polêmico e no último capítulo voltaremos a ele, mas vale registrar – tanto para uma crítica mais contundente, quanto para que não incorramos num reducionismo fácil, que a tudo atribui o oportunismo – a antiguidade da problemática referente à modernização do Estado, para a esquerda democrática, sem que isto se confunda obrigatoriamente com a sua reforma liberal. No mesmo documento aqui citado por nós, produzido pela ABRASCO, em 1985, a seção intitulada “Dever do Estado”, pertencente ao primeiro ponto do temário da 8ª CNS (Saúde como direito de cidadania e dever do Estado), expressa a seguinte posição: “Torna-se necessário desmistificar a falsa oposição estatização versus privatização. [...] Em outras palavras, constata-se que **nem tudo que é estatal é público** [...] ...torna-se necessário alterar o próprio aparelho estatal conformado no autoritarismo, para que ele possa vir a ser permeável ao controle da sociedade. O pluralismo na oferta dos serviços não exclui a noção de uma direção estatal, democrática, mas com meios efetivos de controle. [...] **Já existem experiências na sociedade brasileira em que serviços essenciais, como os transportes e telecomunicações, são monopólios estatais, sendo a prestação de serviços realizada por empresas privadas considerada uma concessão. Neste caso, o serviço é assumido como bem público essencial, permitindo ao Estado mecanismos legais de controle e intervenção sobre os prestadores privados.** (ABRASCO, 1985, p. 15-16, grifos nossos).

indicado, tornara-se mais grave ante a uma conjuntura fortemente politizada e face às escolhas táticas e estratégicas que a classe construía nos anos 1970 e 1980<sup>93</sup>.

A conjugação permanente dessas duas vertentes é um dado, com a maior ou menor procedência das relações de causa e efeito ou mesmo do seu conteúdo e pertinência. Sua manifestação, no entanto, foi inteiramente atravessada pelo fenômeno da questão democrática, que parece ter tornado o quadro um tanto indiferenciado. Ainda assim, partamos de uma tipologia ideal de ambas para em seguida desmontá-las. No primeiro caso, um pensamento de corte socialista (ressaltamos, sob o registro da questão democrática, já caracterizada) que tivesse, de modo correspondente, uma prática política, digamos, coerente, provavelmente primária por uma tática para o Movimento Sanitário que tentasse uma combinação entre o fortalecimento de suas bases sociais e a disputa do aparelho do Estado, pela via democrática. Desse grupo também se esperaria uma concepção de *reforma* que vislumbrasse no constante acúmulo de forças – não restritas, evidentemente, às conquistas pontuais de cada demanda específica, mas atinentes sobretudo aos ganhos políticos e organizativos de uma luta que se manifesta setorialmente mas que caminha plena de objetivos estratégicos – o caminho para a construção do socialismo. Ponto. Do mesmo modo, considerando a existência de alguma coerência entre princípios e prática política, da parte dos socialdemocratas teríamos o forte apelo à luta institucional, como tática privilegiada – embora isto não pudesse significar, automaticamente, o desabono de uma relação próxima com os movimentos sociais de base. Ainda deste segundo grupo, esperaríamos uma concepção de reforma circunscrita aos seus próprios objetivos específicos. No lugar da revolução, os socialdemocratas apostariam num *capitalismo democrático*. Eis, em síntese, as pedras brutas que temos em mãos, sugeridas por Gallo e Nascimento (2006).

Começemos a lapidação pela ideia ampliada de saúde. Não serviria para a adequada compreensão da complexidade sobre a qual se assentava o Movimento Sanitário associar este conceito aos socialistas e retirá-lo do leque de ferramentas teóricas dos socialdemocratas, como se apenas para os primeiros obedecesse a um entendimento sistêmico da determinação social da saúde. A avaliação do papel das mudanças setoriais, de sua potência como acúmulo de forças para novas conquistas parciais e, quiçá, para transformações estruturais, pode variar, evidentemente, entre estratégias revolucionárias e reformistas, sem que nenhuma delas abra mão de uma compreensão totalizante da realidade social ou mesmo da necessidade de

---

<sup>93</sup> Tal perspectiva, sugerida pelos autores citados, embora não nos pareça capaz de fornecer uma explicação que dê conta das divisões internas do Movimento, oferece uma chave de leitura a partir da qual se pode construir caminhos do meio, aproveitando o que há de pertinente e retrabalhando o que se apresenta de modo esquemático.

transformações, se nos ativermos a uma caracterização mais geral. A dificuldade aumenta se a tomarmos como camisa de força para analisar o Movimento. Entre os sanitaristas, não parece servir a associação entre *socialistas/trabalho de base e revolução*, por um lado, e *socialdemocratas/privilégio da tática institucional e reformismo*, por outro. Isto também não quer dizer que tais identificações nunca tenham ocorrido, o que negaria por sua vez a existência de qualquer correspondência entre concepção de mundo e prática política. O que queremos chamar a atenção é para o risco de esquematizações duras, impermeáveis às mediações que a realidade concreta exige, que nos atrapalhariam no esforço de compreender o lugar da Reforma Sanitária, dentro e, sobretudo, fora do campo da Saúde, inserida que sempre esteve num contexto muito maior do que parte importante dos integrantes do próprio campo talvez tenham dado conta de notar. Mas sigamos.

Se retomarmos agora, com maior ênfase, o item “a” da caracterização que propusemos no início desta seção, tornaremos um pouco mais clara a chave de leitura que, embora sedutora, estamos tentando desencorajar. Para tanto, o tema da luta pela democratização é de extraordinária riqueza. A unanimidade que conhecemos hoje em torno dos valores democráticos é um fenômeno recente e que nos anos 1970 encontrava-se em pleno curso<sup>94</sup>. O engajamento numa luta mais geral, que dizia respeito às classes em disputa e à necessidade de um trabalho de base junto às classes trabalhadoras, e não somente junto aos grupos de profissionais ligados ao setor, foi motivo de alguma controvérsia no recém-criado CEBES, já em 1977, como mostram os editoriais de revista *Saúde em Debate*, editada pelo Centro (CEBES, 1977)<sup>95</sup>. Escorel apresenta esse embate e mostra como daí derivou a adesão do CEBES, e do Movimento Sanitário que a entidade aglutinava, à luta pela democracia:

---

<sup>94</sup> A rigor, o percurso da questão democrática no Brasil, capitaneada inicialmente pelo PCB, segundo autores como Carlos Nelson Coutinho, remonta aos anos 1930. Mas são inegáveis, nos parece, três momentos importantes de inflexão: o fim dos anos 1950, sob o impacto da divulgação dos crimes de Stálin; o fim dos anos 1970, após a declaração de Enrico Berlinguer em Moscou a respeito do “valor universal” da democracia; e, por fim, os anos 1990, quando o caldo crítico da própria esquerda ao *socialismo real* foi avassaladoramente apropriado pela direita e tornado de vez mercadoria “ideológica”, com direito a fetiche e tudo – mas preservando-se o mesmo nome do agora produto: *democracia*.

<sup>95</sup> Uma nota metodológica: para seguirmos este rastro dos conflitos, não podemos desconsiderar o papel central exercido pelo CEBES na produção, síntese e divulgação do discurso do Movimento Sanitário. Parte dessa tensão, e da importância atribuída a ela, pode ser captada através das páginas da revista *Saúde em Debate*, editada pela entidade desde 1976. Não é por outra razão que militantes reconhecidos e autores que vêm estudando o Movimento lhe atribuem este importante lugar de destaque: “a pedra fundamental do movimento sanitário” (ESCOREL, 1999, p. 70); o seu “braço civil” (DÂMASO, 2006, p. 71); detentor de “capacidade de mobilização [e de um] papel elaborativo e crítico em relação às formulações e iniciativas setoriais” (FELIPE, 2008, p. 180-181); “um verdadeiro partido sanitário” (FLEURY, 1997, p. 26); difusor de “uma nova proposta para a organização do sistema de saúde, inserida na luta mais geral pela democratização do país”. (TEIXEIRA; MENDONÇA, 2006, p. 206). No caso deste Centro, os embates passavam pelo que deveria ser o seu escopo de atuação, se mais voltado às questões corporativas, ligadas às condições de trabalho e vida dos profissionais da saúde – para o que, se compreendia em parte, precipuamente havia sido criado – ou se atinente às questões mais

De maneira geral, mas principalmente na Região Sudeste, os núcleos do CEBES dedicaram mais atenção ao trabalho com os profissionais – e, posteriormente, com as instituições – do que às atividades diretamente voltadas para a comunidade, através de suas organizações [...]. A democratização passou a ser o princípio básico: da democracia tudo dependia. Nesses três primeiros anos de existência, o CEBES representou, com essa proposta, a sua adesão aos demais movimentos sociais, tais como o movimento contra a carestia e a luta pela anistia. (SCOREL, 1999, p. 81).

Fleury define o conflito entre as duas *orientações*, uma “institucional” e outra “movimentalista”, como parte ineliminável do processo de transição vivido pela sociedade brasileira de então, “caracterizando diferentes concepções e estratégias democráticas que podemos designar como **democracia como conflito, democracia como movimento, democracia como institucionalidade**” (1997, p. 26, grifo nosso).

Se bem notarmos, o corte entre socialistas e socialdemocratas não nos serve aqui para a compreensão dessas tensões. Ao contrário, sugere como a questão democrática figurou desde cedo como o enlace responsável pelo chão comum que teriam partilhado uns e outros, com filiações, trajetórias e objetivos políticos mais ou menos distintos. De forma subjacente, e isto parece atravessar toda a história do Movimento Sanitário e da classe trabalhadora, em torno da democracia, como processo concreto e contraditório da luta e como valor tático e/ou estratégico, parece ter se concentrado a disputa teórica e política que aqui se nos apresenta em fragmentos.

Fleury, novamente, uma das intelectuais que vocalizou de forma mais extensiva e fundamentada a importância atribuída à democracia para a luta política, dentro e fora do campo da Saúde, defende:

...a democracia é o *locus* de articulação das mediações entre Estado moderno e sociedade. [...]

No Brasil, a Reforma Sanitária insere-se no processo de construção democrática na medida em que, ao propor o deslocamento efetivo de poder, desde um setor específico mas sem se reduzir a ele, trata de formular propostas contra-hegemônicas e organizar uma aliança entre as forças sociais comprometidas com a transformação. (2006, p. 31-33; 41, 42).

E ainda:

assumindo o caráter dual da saúde, como valor universal e núcleo subversivo de desmontagem da ordem social em direção à construção de uma nova correlação de forças, o movimento sanitário pretendeu ressignificar

politicamente a noção de cidadania, dando a ela um caráter transformador. (FLEURY, 1997, p. 27-28).

Mas o fato é que se houve vencidos nesta luta interna, não parecem ter se apresentado como tal. A *democracia como valor universal* assumiu ares de unanimidade entre intelectuais e militantes. Toda e qualquer filiação era mais ou menos dispensável em face da adesão, que exercia um papel amalgamador perante os inimigos comuns já identificados: a ditadura e o socialismo real.

A expressão concreta dessas divergências parece ter se apresentado de modo muito mais prosaico, embora não tenham faltado certos ares de nebulosidade a encobrir diferenças políticas que não tiveram o peso necessário para provocar dissensos fundamentais, especialmente em termos de prática política, posto que no plano do discurso algumas assertivas podem sugerir algo que na prática não se apresentava de modo tão rasgado. Um dos episódios, entre os poucos havidos de modo mais explícito, deu-se em torno da disputa entre o grupo do MPAS e o do MS, durante o governo Sarney, na implementação de uma arquitetura administrativa distinta da que até então vigia para o sistema de saúde brasileiro.

Mas antes, tomemos um documento da ABRASCO, de 1985, já referido por nós na seção anterior. Tal documento, em suas seções finais, apresenta importantes análises sobre o quadro em que se encontrava a disputa entre projetos distintos na Saúde naquele momento, bem como uma excelente localização dos conflitos internos do Movimento Sanitário que aqui apenas indicaremos e exploraremos com mais vagar na seção seguinte. Quanto aos projetos em disputa, tomando como base as reflexões de Eleutério Rodriguez Neto, o documento identifica três forças: os *conservadores*, os *modernizantes-privatistas* e os *racionalizadores*. No caso dos primeiros, seus interesses estariam representados por entidades como a Federação Brasileira de Hospitais (FBH), interessada na continuidade do modelo de compra dos serviços privados pelo Estado, praticado especialmente pela Previdência Social. O segundo projeto, também associado diretamente ao mercado, teria seus interesses expressos pela Associação Brasileira de Medicina de Grupo (ABRAMGE) – tal como no caso da FBH, interessada na manutenção da compra de serviços privados pelo Estado, mas especificamente voltados para a prestação de serviços aos trabalhadores urbanos, através especialmente dos “Convênios-Empresas”. Por fim, o projeto *racionalizador*, “em luta pela hegemonia”, era onde se encontrava o Movimento Sanitário, cuja expressão mais evidente era a “estratégia das

AIS – Ações Integradas de Saúde<sup>96</sup>, já em implantação em todos os Estados da Federação”. O documento identifica ainda alguns outros atores no cenário: o movimento sindical dos médicos e profissionais de saúde e as companhias seguradoras privadas em forte movimento de ampliação de sua influência. Finaliza conclamando os “segmentos democráticos e populares” a promoverem, através do debate e das análises de conjuntura, a “acumulação de forças”, de modo a se viabilizarem “alianças” que possam neutralizar os projetos contrários à perspectiva do Movimento Sanitário. (ABRASCO, 1985, p. 33).

Tal perspectiva é acompanhada, no entanto, de um diagnóstico sobre as divisões internas do movimento sanitário que, embora não evidencie com clareza o terreno e as determinações do conflito, faz um apontamento bastante elucidativo da inserção e forma de atuação do Movimento Sanitário. O documento divide os grupos entre “teóricos” e “políticos” da saúde coletiva, e remete o início do conflito à definição da tática de ocupação de postos considerados chaves na administração federal. A conclusão sobre o descompasso entre teoria e prática política, ou uma prática política sem teoria, parece ser, além de uma tomada de posição pela causa dos teóricos, uma importante autocrítica que muito poucas vezes se pôde notar na história do Movimento:

Uma das causas dessa cisão está em que os fundamentos das propostas de intervenção não foram suficientemente escrutinados do ponto de vista da teoria e dos conhecimentos de saúde coletiva então existentes. Por outro lado, a atuação executiva tem se realizado de maneira dissociada da reflexão teórica, implicando no abandono da teoria como fio condutor da prática política. Esta dissociação principia-se a ser superada quando se toma consciência que a atuação ao nível executivo teve que enfrentar-se como uma problemática que não fora equacionada ao nível teórico, até porque não se tinha acesso ao aparelho estatal. A introdução destas novas questões reclama um desenvolvimento teórico compatível, capaz de resgatar a união entre teoria e prática social. (ABRASCO, 1985, p. 38)

É interessante notar como esta breve passagem destoa do que há de mais corriqueiro em relação à autocrítica do Movimento, posto que esta, quase sempre, permanece num *meio de caminho* entre uma certa reprovação da *institucionalização* e a sua afirmação como processo incontornável, na medida em que também representaria o êxito da reforma sanitária. Fleury chamou esta mão dupla de “dilema entre o instituinte e o instituído” (FLEURY, 2009).

---

<sup>96</sup> As AIS estão inseridas no contexto de redemocratização da sociedade brasileira com o advento da Nova República. Diante da grave crise que atravessava a Saúde no período, consistiram na canalização de recursos previdenciários para estados e municípios, como forma de fortalecer a prestação dos serviços públicos de saúde, exercendo certo poder de contenção da sangria de recursos públicos historicamente patrocinada pela Previdência Social. (PAIM, 2008b).

Mas se esta condição é parte ineliminável do processo, sumamente mais grave se torna se não há ou se é frágil a teoria que deveria lhe conferir o norte. A autora vai além, no entanto, e se aproxima do alerta que faz o documento que acabamos de ver:

O paradoxo da reforma sanitária brasileira é que seu êxito, ainda que em condições adversas e parciais, terminou por, ao transformá-la em política pública, reduzir a capacidade de ruptura, inovação e construção de uma nova correlação de forças desde a sociedade civil organizada. Em outras palavras, **o instituído se impôs ao instituinte**, reduzindo o caráter libertário e transformador da reforma. (FLEURY, 2009, p. 751).

Retornemos ainda ao plano da crítica teórica do documento citado para constatar como ele começa bem e termina mal, numa relativização de princípios, *a priori*, que vulnerabiliza e desmonta a chamada ao pensamento estratégico, pela constatação do que aparentemente é o óbvio: “A saúde coletiva abrir-se-á, nos planos teórico e prático, à *pluralidade* de projetos, **sendo esta a ordem natural das coisas numa sociedade democrática**” (ABRASCO, 1985, p. 39, itálico do original, grifo nosso).

O problema é que o limite da pluralidade confunde-se com os limites da democracia da “sociedade democrática” onde ela está inserida. A pluralidade como fragmentação ou circunscrita aos limites da ordem não parece servir a perspectivas emancipatórias, desde que tal emancipação também deseje romper com a reprodução da sociedade de classes. É digno de nota perceber que já em meados dos anos 1980 (antes da derrota imposta pelo neoliberalismo, portanto), está colocado para o Movimento Sanitário um conjunto de gargalos teórico-políticos que se tornarão mais comuns e visíveis a partir dos anos 1990.

Completemos o quadro agora com o conflito anunciado páginas atrás, entre o MPAS e o MS, acerca das questões ligadas às reconfigurações administrativas da Saúde, com vistas à constituição de um sistema unificado. Tais mudanças, tornadas práticas já a partir dos momentos iniciais da Nova República, representavam certa inflexão na condução dos rumos da política de saúde, em face da ocupação, por sanitaristas, de importantes postos na máquina do Estado, como já vimos. Os grupos divergentes, grosso modo, eram liderados, respectivamente, por Hésio Cordeiro e Sergio Arouca. Não parecia haver questão sobre a necessidade de unificarem-se os serviços de Saúde, mas a disputa pelo papel central desta unificação estava dada entre MPAS e MS. Até onde pudemos apreender, as diferenças diziam respeito às formas e abrangência da reorganização do sistema: se pelo interior da burocracia do INAMPS/MPAS ou se pela descentralização concebida a partir da unificação das ações em

torno do MS; se com a predominância de um ou outro ministério, portanto; se com o SUDS (Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde) ou com o SUS, por fim.

O SUDS, surgido em 1987, por iniciativa do INAMPS/MPAS, dera prosseguimento, segundo atesta a bibliografia, ao processo de unificação dos serviços e descentralização da administração do sistema, iniciado pelas AIS (LUZ, 1991; PAIM, 2008b; RODRIGUEZ NETO, 2003) – desencadeando pela base a reformulação do sistema através da assinatura de convênios entre os governos estaduais e as secretarias e superintendências, promovendo a transferência de recursos federais para o âmbito regional. No entanto, tal compreensão não era isenta de discordâncias. O grupo contrário às ações do MPAS acusava este ministério de promover o esvaziamento da Reforma Sanitária (PAIM, 2008b), na medida em que mantinha, na estrutura, a separação das ações de Saúde entre dois ministérios e reduzia a importância prevista para o MS no projeto original da Reforma.

As percepções variaram em torno do tema. A maior parte dos militantes e estudiosos apontaram o SUDS como um avanço, embora tenham endossado a crítica de que não caberia reduzir a ele o projeto da reforma. (CORDEIRO, 2004; ESCOREL, 1999, GERSCHMAN, 2004; LUZ, 1991; PAIM, 2008b; RODRIGUEZ NETO, 2003 etc.). Mas ouçamos diretamente, entre os sanitaristas, as partes implicadas na querela. Começemos com Saraiva Felipe, secretário de Serviços Médicos do MPAS no período:

a transferência do INAMPS para o Ministério da Saúde, viável ou não politicamente, para alguns passou a ser o *leitmotiv* da reforma sanitária, a sua única expressão, a ponte obrigatória entre o caos irremediável e a solução de todos os problemas. A ação necessária se encolheu na defesa ardorosa da medida [...].

O que tem sido esquecido nestas discussões é que o principal recorte da nossa sociedade não são as pertinências administrativo-burocráticas ou geográficas, mas as classes sociais. Aliás, por viés profissional e corporativo, a reforma sanitária não tem conseguido sair do discurso e das proposições de cunho administrativo para trabalhar a questão do sistema de saúde real com as suas distorções internas relacionadas com o próprio conteúdo das práticas médicas, nem tem conseguido avançar na questão da articulação do sistema de saúde existente ou proposto com a sua própria razão de existir, a população a que serve [...].

Em suma, todas estas iniciativas se inserem no corpo doutrinário e na práxis da reforma sanitária, que não pode ser concebida, cartesianamente, como um processo que tem princípio, meio e fim, desvinculada da luta política das forças sociais que interagem na nossa sociedade. Só se concebida abstratamente, como projeto intelectual e burocrático, pode-se pressupor um ponto-final, demarcado por medidas administrativas, que significarão não mais do que o resultado provisório de um processo que avançará sempre mais com a democratização da sociedade. (2008, p. 175-180).

A fala é clara o bastante, mas a sua compreensão, no interior do conflito, nem tanto. Felipe, no lugar de se posicionar como defensor de medidas técnico-administrativas, identificadas com o grupo de Hésio Cordeiro, que é também o seu, desmerece o problema colocado pelos que orbitavam em torno do MS. Sua chamada à responsabilidade não só nega o motivo original da contenda (a suposta redução dos alcances da reforma que estaria sendo promovida pelas ações do MPAS), como recoloca para “os teóricos” (se lembrarmos da caracterização feita pela ABRASCO, em 1985) a *teoria* que deveria guiar a luta, denunciando neles próprios o teor técnico-administrativo que imputavam aos seus criticados. Mas de um modo ou de outro, a maior abrangência da agenda da Reforma (tomando a luta de classes como a referência fundamental sobre como e pelo que lutar) ou a sua dimensão mais restrita, não pareciam impor práticas políticas essencialmente distintas ou mesmo opostas. O depoimento de José Gomes Temporão, também identificado ao grupo de Hésio Cordeiro, no INAMPS, parece revelador. Sua fala recoloca a contundência de Felipe, trazendo a questão para um plano mais prático e menos ideopolítico. Diz Temporão:

Quando a gente entra em 1986, o Arouca era presidente da Fiocruz, o Eleutério era secretário-executivo do Ministério da Saúde, o José Agenor, hoje [2005] secretário-executivo do Ministério da Saúde, era secretário de planejamento do Ministério da Saúde, e eu era o secretário de planejamento do Inamps. Todos trabalhávamos juntos nesse contexto, mas havia uma tensão entre o grupo do Inamps e o grupo do Ministério da Saúde. [...] nós percebíamos, na perspectiva marxista, o Inamps como o setor moderno do desenvolvimento da saúde no capitalismo. E, exatamente por isso, nós falávamos que o motor de indução das mudanças do setor saúde estava no Inamps. O Ministério da Saúde, apesar de naquele momento contar com dirigentes progressistas, pelas suas características e pela sua estrutura não tinha as condições históricas, digamos assim, para fazer grandes mudanças. (FALEIROS et al., 2006, p. 76).

A disputa de sentido em torno da Reforma Sanitária, ao contrário do que diz Felipe, não parece se plasmar neste episódio. O teor essencial daquela luta política, dentro de um determinado arco de compreensão de suas lideranças, isto é, a “ocupação de espaços estratégicos no aparelho governamental” (FLEURY, 1987, p. 98) para a efetiva “implementação” da Reforma, está inteiramente preservado por ambos os contendores – posto que, muito além de uma *fase* do Movimento Sanitário, como costuma ser apontada, sua tática institucionalizante figurou mesmo como a marca de sua trajetória. Senão vejamos mais um pouco.

Fleury, em 1987, no mesmo ano do texto de Saraiva Felipe, trata do problema em tom menos apaixonado e, nos parece, mais proximamente do exato teor do embate. A centralidade da dimensão institucional parece ainda mais clara em sua abordagem:

...duas linhas de ação parecem ter sido as que mais claramente marcaram essa fase atual: a utilização dos instrumentos institucionais a fim de propiciar o aumento da organização técnico-política necessária para o avanço do projeto/processo da reforma sanitária e a transformação e/ou criação de mecanismos capazes de alterar, de maneira gradual e ascendente, a organização institucional do setor, em direção a um sistema público de saúde mais racional, eficiente e democrático. (TEIXEIRA, 1987, p. 98).

Tal como no conflito expresso através do CEBES, dez anos antes, a que fizemos referência há pouco, a distância entre vencedores e vencidos, se houve, não aparenta ter sido significativa. A unidade em torno do projeto da Reforma Sanitária estava dada seja pelos princípios democratizantes, reformadores do sistema de Saúde brasileiro, plasmados na 8ª CNS, seja por uma opção tática de não expor os conflitos em nome da preservação da unidade.

A esse respeito, o depoimento de Fleury fornece todos os elementos para a confirmação do que afirmamos. Em entrevista concedida em 2005, refere-se a autora a este período do embate entre grupos distintos pela condução dos rumos da Reforma Sanitária. Embora em tom jocoso, fica claro que não poderia haver questões de fundo com a dimensão apontada por Gallo e Nascimento, que pudessem se resolver na simples escolha pela manutenção da unidade do projeto da Reforma Sanitária e do Movimento:

...teve um dia que a grande tensão se deu quando o Ésio [sic], estando na Previdência Social e o Arouca, aqui na Fiocruz, que era a disputa entre esses dois. Então o Ésio [sic], a cabeça dele passa a raciocinar com a lógica da própria previdência, da instituição, e o Arouca com a outra. Então, **os nossos grandes ídolos** naquele momento se enfrentam com seus projetos conjunturalmente distintos... e foi muito difícil porque foi quando a gente quase racha como grupo. A ABRASCO tentou costurar, mas estava muito difícil então nós fizemos uma reunião, que foi no Hotel Novo Mundo, e num dado momento começou uma tensão muito grande, alguém falou assim: 'eu acho que o importante é que a gente tenha clareza e adesão ao projeto', que era o projeto da reforma [...]. Isso continuou e as demais falas acabaram sendo nesse sentido, de adesão ao projeto embora as diferenças tivessem fazendo com que um quase matasse o outro. Aí, num dado momento alguém perguntou assim: 'mas então qual é o nosso projeto?', aí o Arouca disse assim: 'Aí não... aí não, senão a gente vai rachar de vez!' (risos). Ou seja, **num determinado momento a gente teve a clareza que nós não podíamos mais discutir isso, se a gente discutir a gente racha**. Então foi o projeto e

pronto, acabou! Agora vamos jantar, vamos tomar uma cerveja e acabou por aqui! (risos). (FLEURY, 2005, não paginado, grifo nosso).

A questão, guardadas as dimensões de uma luta setorial – mas o que afirmamos também vale para a compreensão de uma tendência experimentada pela luta geral dos trabalhadores à época – não parecia passar fortemente pelo embate *estratégico* em torno da definição dos objetivos finais da luta: se a saúde sob a socialdemocracia ou sob o socialismo, como sugerido por Gallo e Nascimento (2006). Esta perspectiva de encaminhamento da luta, no geral e no específico, que crescentemente foi deslocada do posto de debate estratégico pela valorização da democracia e do processo de democratização brasileiro em curso, conduziu o debate e a prática política crescentemente para a dimensão *institucional* da luta, na medida em que lutar pela democracia, fosse ela *conflito, movimento ou institucionalidade* – fosse ela *ruptura ou integração à ordem*, acrescentaríamos de modo propositalmente caricato –, parecia exigir os mesmos esforços e o percurso dos mesmos caminhos, *possíveis*.

Felipe, que mesmo *colocado* no campo oposto, faz a crítica da burocratização da Reforma Sanitária, excessivamente institucionalizada segundo a sua percepção, encerra o seu texto apelando para que o Movimento Sanitário voltasse sua atenção para a sociedade civil. Sua face técnico-administrativa, no entanto, se até então esfumaçada, apresenta-se no feitiço exato da crítica que foi dirigida ao grupo a que pertencia – restrita à dimensão pragmática do “possível”<sup>97</sup>:

...talvez possamos recuperar as nossas propostas, traduzidas hoje em algumas iniciativas institucionais, a partir da perspectiva da população, que é o que importa mais [...]. **Acredito que, explorando o possível de forma decidida, vamos diminuindo a distância entre a intenção e o gesto. Mesmo porque não existe ação no futuro ou transformação substanciada apenas no desejo e nos slogans.** (FELIPE, 2008, p. 181, grifo nosso).

Fleury arremata o debate tomando precisamente a parte final do texto de Felipe, restituindo o companheiro de luta à sua posição de origem, ao debate o seu caráter estratégico e ao projeto da Reforma Sanitária o seu papel transformador:

---

<sup>97</sup> Este é um movimento recorrente dos sanitaristas. Uma vez constatada a institucionalização do movimento, e essa constatação foi feita diversas vezes, defendem a reaproximação do Movimento com a *sociedade civil*. Vinte anos depois de Felipe, foi de Gastão Wagner o mesmo clamor, como uma das *alternativas*, como chama, entre sete propostas, para assegurar a continuidade da Reforma Sanitária e a consolidação do SUS: “1- Estimular a constituição de um poderoso e multifacetado movimento social e de opinião em defesa do bem-estar e da instituição de políticas de proteção social no Brasil”. (CAMPOS, 2007, p. 302). Jairnilson Paim, ainda mais recentemente, reforçou o coro: “Novos esforços são necessários para revitalizar a sociedade civil, na qual tem origem a Reforma Sanitária Brasileira e o SUS”. (PAIM, 2013, p. 1933).

Mesmo no interior do movimento sanitário, essa tensão se expressa cada vez mais intensamente na cobrança de uma unidade de ação em torno da *dialética do possível*, como afirma Saraiva Felipe [...]. **Ocupar os espaços institucionais e atuar de acordo com a dialética do possível aparece como uma decorrência natural de um projeto de transformação setorial em direção a uma democracia social fundada na concepção do cidadão como sujeito de um direito a ser garantido pelo Estado.** No entanto, esse projeto também se fundamenta na concepção das classes como sujeito, não de um direito, mas **de um processo de transformação da natureza do Estado capitalista enquanto pacto de dominação.** (FLEURY, 1987, p. 101, grifos nossos).

A tática institucional gozou sempre de forte e maciço apoio entre as lideranças do Movimento, é o que podemos concluir, seja para a compreensão de que a democratização do Estado deveria ser o norte a ser buscado; seja para a compreensão que vislumbrava um movimento consequente de transformações tendo em vista o socialismo, pela via da transformação da natureza do Estado capitalista. Seria excessivo continuar reforçando a caracterização da defesa da tática institucional por parte dos sanitaristas, posto que ela (e também a sua aplicação) não carece mais de evidenciação, mas queríamos destacar ainda uma passagem, pela sua representatividade, uma vez que a autora que virá foi capaz de apontar, em defesa da tática (mesmo que com alguma autocrítica), o custo político que havia e que, segundo ela, o Movimento decidiu pagar para garantir a ocupação de espaços no aparelho de Estado. Com a palavra, Sarah Scorel:

A partir de 1983, o movimento sanitário conseguiu pôr em prática uma de suas estratégias, a ‘ocupação dos espaços institucionais’. Na tentativa de modificar o direcionamento da política pública, passou a fazer das instituições de saúde um *locus* de construção da contra-hegemonia. Com a adoção dessa estratégia, separou-se ainda mais do movimento popular. Ao privilegiar as instituições de saúde, relegou a segundo plano a ampliação e o aprofundamento da aliança com as classes populares e trabalhadoras – às quais o projeto dirige suas propostas e ações. Esse processo de ‘institucionalização’ dos projetos e propostas revelou-se uma faca de dois gumes: por um lado, era estratégico penetrar nos espaços para tentar implementar ideias e alterar os rumos da política; por outro lado, assim agindo o movimento passou a sofrer as limitações das alianças que a instituição impõe. O processo passou a ficar restrito a avanços e recuos no âmbito das políticas institucionais e, concentrado nesse espaço (político-legal ou jurídico-institucional) de luta, o movimento tendeu a perder de vista a necessidade de trabalhar melhor sua aliança com as classes populares. (SCOREL, 1999, p. 195).

Mas completa:

Nos primeiros anos da Nova República, o movimento sanitário viveu um ciclo de euforia quando, inserido nas instituições de saúde, conseguiu promover uma inflexão na direcionalidade da política de saúde como um todo. Esse período foi caracterizado por alguns autores como a institucionalização do movimento sanitário, que perdera a base na sociedade civil e abandonara as propostas transformadoras em favor de simples reformas administrativas. Não há dúvida de que, excetuando-se a VIII CNS e a luta na Constituinte, a atuação do movimento sanitário esteve concentrada no plano das instituições de saúde. No entanto, as duas exceções foram profundas e marcantes, atenuando as supostas tendências ‘institucionalizantes’. (SCOREL, 1999, p. 196).

Em síntese, o que estamos vendo corresponde ao movimento da classe trabalhadora em transição estratégica, capitaneada pelo PT, representado nos dilemas vividos por este partido, que padeceu das mesmas contradições. Escorel, novamente, com uma útil alegoria, descreve o fenômeno consequente da tática como “fantasma da classe ausente”, que teria consistido na incapacidade do Movimento Sanitário – dificultado também pela conjuntura repressiva, ressalta – de se articular sistematicamente com as “classes populares”, uma vez que pretendia falar em nome delas. (FALEIROS et al., 2006, p. 64).

O desenvolvimento da tática, sabemos, não pode ser debitado a mero oportunismo. Evidentemente, foi parte da luta e de suas contingências, incluindo as conquistas e os equívocos<sup>98</sup>. O que estamos tentando marcar aqui é que, no caso do Movimento Sanitário, as tais divergências internas não se expressaram no debate/embate entre suas lideranças principais ou entre grupos divergentes, mas justamente no distanciamento do Movimento de suas bases, que Escorel e outros autores identificam, embora não expliquem adequadamente, como se se tratasse de episódio fortuito, compensável aqui e ali por momentos de forte mobilização popular, como a 8ª CNS e o processo *constituente*. O “fantasma da classe ausente” é o nó que acompanha a história recente da esquerda brasileira, que de espectral só tem o nome, posto que até a imaginação dos analistas assume uma ineliminável concretude. Senão, vejamos.

---

<sup>98</sup> Sarah Escorel confere à questão o peso da polêmica: “Eu acho que teve uma outra percepção que foi importante, e que foi objeto de discussão bastante acalorada naquele início (76 a 79, há muito tempo atrás), que era a coisa do papel do Estado. Se entrar no Estado, assumir alguma função num órgão governamental era se corromper completamente, fazer o jogo da ditadura, **ou se era a possibilidade de por dentro do aparelho de Estado tentar iniciar uma transformação**. Então isso era uma briga acalorada, tinham várias... E aí a gente pode dizer que a linha partidária era muito forte, porque o Partidão era favorável a essa entrada no aparelho de Estado. Já o PCdoB e outros movimentos, trotskistas como o MEP [Movimento pela Emancipação do Proletariado], eram contrários. **Essa linha de entrar no aparelho de Estado se revelou a mais correta**, porque a briga foi travada por dentro, e muitas coisas que depois foram feitas, que conseguiram ser viabilizadas, foram porque pessoas ligadas a esse movimento eram contratadas como técnicas, pelo seu currículo, sua capacidade técnica, mas conseguiam dentro dessas instituições às vezes promover pequenas mudanças [...] de rumo da política. (SCOREL, 2005a, não paginado, grifos nossos).

Devemos a Silvia Gerschmann a melhor caracterização das relações entre as lideranças do Movimento Sanitário e o que seriam as suas bases, embora suas respostas para o fenômeno também não sejam suficientes. Para a autora, que identifica conflitos entre as lideranças do MOPS e as lideranças intelectuais do Movimento Sanitário e contribui, dessa maneira, talvez involuntariamente, para o desmonte necessário do confortável consenso que se formou em torno da 8ª CNS – como espaço sobretudo de consensos e quase nunca de dissensos (ao menos não incontornáveis) –, a essência do problema se concentrava nos movimentos populares, expressos através de outra “ausência”, dessa vez de “maturidade” para compreender e aceitar os rumos institucionalizantes da luta. Vejamos, por partes, a sua argumentação.

De início, é possível testemunhar certo pesar pelo abandono do MOPS do que seria uma escala evolucionista concebida pela autora, que o teria levado da posição de movimento social de base à condição de ator da disputa pelo aparelho de Estado:

Precisamente no momento em que o MOPS esteve mais próximo das decisões políticas substantivas, a ausência de maturidade para absorver a institucionalização como uma exigência do processo político no setor se traduziu em cisão interna. (GERSCHMAN, 2004, p. 70).

Notemos que o problema não é apresentado propriamente como a cisão do MOPS com as lideranças do Movimento Sanitário – que detinha o acerto da tática, segundo defende –, mas como a desintegração interna do próprio MOPS. Na sequência, embora tenha sido de fato complexo o debate acerca da viabilidade prática de uma estatização imediata do Sistema de Saúde brasileiro, a autora destaca o que seria o isolamento do MOPS diante de uma proposta irrealizável e, portanto, infundada:

Os delegados do MOPS apresentaram uma proposta de estatização do setor, sem participação nenhuma do setor privado, a qual não contou com a aprovação da maioria das entidades representadas, dentre elas o CEBES, a ABRASCO e as centrais sindicais. (GERSCHMAN, 2004, p. 105).

Ora, em nenhum momento essa história, da forma como vem sendo tradicionalmente contada, foi pensada pelo avesso e confrontada com o tal *fantasma*. Perguntam as (autoproclamadas) lideranças: onde estão as classes populares? Respondem as classes populares, sem se fazerem ouvir, dadas então como ausentes: onde estão e o que defendem essas lideranças em nosso nome? Por fim, a autora nos apresenta a argumentação que se encontra subjacente a toda

construção de sua análise: o acerto incontestável da tática sanitarista reformista, que de tão acertada poderia prescindir de sua base social (alguma semelhança com a EDP e a trajetória do PT ou mais um caso de mera coincidência?). É verdade, fazemos justiça, que ao final do trecho citado há uma reprovação quanto à forma de condução das divergências pelas lideranças do Movimento Sanitário, mas nada que equilibre a concepção de *Estado, democracia, sociedade civil e hegemonia* que sua compreensão da realidade social expressa, direta ou indiretamente, no conjunto de outros muitos intelectuais e militantes que marcaram esta geração:

A mudança no terreno da luta política se explica: o Movimento Sanitário, vanguarda do processo de transformação das políticas de saúde, tinha como estratégia penetrar nos aparelhos de Estado com o objetivo de tentar implementar suas táticas para mudar a direção da política e, assim, privilegiar o setor público... a participação nos organismos estatais acabou sendo uma decisão unilateral do Movimento Sanitário, o que dificultou sua relação com o MOPS no transcorrer da década de 80. (GERSCHMAN, 2004, p. 112).

O controverso antiestatismo do MOPS<sup>99</sup> e, especificamente no contexto da 8ª CNS, a recusa da participação do setor privado no Sistema de Saúde que se propunha, e sua consequente estatização completa, são os pontos destacados pela autora para aludir ao que Lênin chamaria de “esquerdismo” e “doença infantil” do MOPS, se tivesse escrito o livro de Gerschman e endossasse a sua perspectiva. Mas Lênin talvez não tomasse o comportamento crítico do MOPS como simples imaturidade, num momento histórico crucial de construção de uma formulação estratégica. Para continuar no registro da fantasmagoria acadêmica, talvez o revolucionário russo tirasse uma média dos embates e recomendasse ao Movimento Sanitário, ao MOPS e à classe trabalhadora brasileira o mesmo que repudiou em Kautsky: “O proletariado deve levar a revolução democrática burguesa até ao fim, sem se deixar ‘enredar’ pelo reformismo da burguesia”. (1975a, p. 99). Ou num registro mais terreno, tomemos um texto escrito a quatro mãos, por Carlos Vainer e Vladimir Palmeira, em 1989, portanto muito

---

<sup>99</sup> Tal postura não era exclusiva do MOPS, mas própria de um contexto de recusa a um Estado ditatorial e de reorganização política da classe trabalhadora, na relação com este mesmo Estado e através dos meios disponíveis, formais, de representação de interesses. Virgínia Fontes sintetiza: “Operava-se uma identificação entre forma de governo e Estado, na qual a recusa da ditadura passava a se constituir, simultaneamente, numa negação da luta no âmbito do Estado” (FONTES, 2010, p. 227). Pedro Roberto Jacobi completa: “Muitos movimentos se tornam catalisadores de um discurso anti-Estado em escala nacional, como reflexo do corte que se opera entre a sociedade civil e o Estado, que estimula a emergência de diversas formas de resistência. As mudanças políticas posteriores, que implicam num paulatino processo de redemocratização da sociedade, colocam em pauta a permanente tensão existente entre o caráter de resistência do movimento social e a sua institucionalização”. (JACOBI, 1989, p. 16).

próximo historicamente dos debates entre o MOPS e o Movimento Sanitário, para satisfazer os mais presentistas ou que não guardam por Lênin muito apreço. À época, ambos eram quadros do PT e tratavam, portanto, do que consideravam os desvios de rota do partido, fazendo um alerta quanto ao processo de sua “domesticação” (repetimos: estamos em 1989!)<sup>100</sup>. Vejamos, então, para os autores, o principal sinal deste processo já em curso, como mais tarde de fato se pôde tristemente comprovar:

Ela [a prática institucional] ameaça o PT, que pode ser domesticado pelo sistema institucional, envolvido pela institucionalidade e pelos compromissos que ela cobra de seus participantes [...]. Neste processo, são vários aqueles que começam a acreditar que os gravíssimos problemas de nosso povo poderiam ser resolvidos no interior mesmo do capitalismo, por meio de reformas da própria institucionalidade burguesa [...]. Em outras palavras, o que precisamos ter claro é que se a participação no jogo institucional burguês pode trazer, e tem trazido, importantes ganhos do ponto de vista da luta e organização dos trabalhadores, ela pode também fortalecer – e já começou a fazê-lo – tendências no interior do partido que o impulsionam para a adesão a projetos de reformas do sistema que poderiam ser operadas sem rupturas com a institucionalidade vigente. (1989, não paginado).

Parece-nos, mais uma vez, que a semelhança com a trajetória do Movimento Sanitário não se deve à coincidência do acaso. O insuspeito Giovanni Berlinguer<sup>101</sup>, analisando a Reforma Sanitária brasileira, também foi direto ao ponto: “à medida que avança, a Reforma vai se tornando mais administrativa e menos sanitária”. (apud DÂMASO, 2006, p. 88).

Dissemos que os conflitos de perspectiva teórico-política mais centrais pouco se manifestaram no interior do próprio Movimento Sanitário. Para finalizar esta seção, vamos a eles, dado que embora a sua ausência estrutural tenha sido responsável por uma condução quase em linha reta do Movimento, mesmo a sua manifestação residual pode nos permitir vislumbrar o rebatimento das contradições mais gerais da luta de classes no campo da Saúde sob aquela conjuntura histórica.

Começamos pela polêmica entre Gastão Wagner e Sonia Fleury, em 1988, motivada pela resposta do primeiro a um texto de Jaime Oliveira. Antes, cabe dizer que este último autor, um dos mais seminais da Reforma Sanitária, embora detentor de um enfoque de peso residual no interior do Movimento, reforça a nossa compreensão de que o grau de radicalidade

<sup>100</sup> Como já dissemos algumas vezes, estas aproximações que propomos não são casuais, mas fazem parte do mesmo caldo de cultura que produziu também o Movimento Sanitário, que no seu interior expressou, ainda que com particularidades, as mesmas questões da classe que estavam colocadas pelo PT – daí a sua validade geral.

<sup>101</sup> Berlinguer foi um importante quadro do PCI e destacada liderança do movimento da Reforma Sanitária Italiana, que exerceu forte influência sobre os sanitaristas brasileiros. Seu irmão, Enrico Berlinguer, já foi apresentado aqui por nós em capítulo anterior.

do Movimento e a força da sua luta obedeceram a uma mediação que está colocada entre a direção que lhe deram os líderes do chamado “partido sanitário”<sup>102</sup> e o substrato de luta política da classe trabalhadora. É também dele a percepção de que a conjuntura que se apresentava ao Movimento Sanitário, nos anos de 1980, abria possibilidades de encaminhamento desta luta setorial para além dela mesma. Sua formulação do problema é concebida no interior de uma *estratégia*, portanto. Embora não ignore os preceitos da luta setorial em que se vê envolvido e participante, sua preocupação fundamental é enxergar o *particular* inserido no *universal*:

...no meu entendimento, o conjunto de proposições que gira em torno da ideia de Reforma Sanitária tem seu significado inovador dado pelo fato de que estas proposições apontam numa direção que se situa para além destas preocupações e de suas auto-limitações. Ou seja, se situa para além dos esforços de resolução de uma crise de legitimidade e fiscal do Estado. E, portanto, para além dos esforços de auto-reprodução deste Estado e das condições econômico-sociais e políticas que ele ajuda a sustentar. (OLIVEIRA, 2008, p. 203).

Oliveira coloca claramente a questão da superação do Estado, identificando o seu papel reprodutor das relações de produção da sociedade capitalista, pondo em dúvida, assim, a tática de mera ocupação de uma máquina que tem por serventia a manutenção da dominação de classe.

Este texto foi publicado na edição n.º 20 da revista do CEBES, *Saúde em Debate*, de abril de 1988, em pleno trabalho da ANC. Partindo dos mesmos referenciais marxistas dos polemistas, o autor constata, acuradamente, que o momento conjuntural da luta de classes no Brasil era “marcado por uma tensão entre projetos de hegemonia alternativos” (OLIVEIRA, 2008, p. 203). A caracterização do que chamou de “período anterior” da Reforma Sanitária, pré-8ª CNS, cujo projeto se resumiria à defesa de “interesses econômico-corporativos enraizados nesta área” conjugados a “esforços racionalizadores que compunham [...] um projeto de recuperação da eficácia político-ideológica das Políticas Sociais enquanto instrumento de hegemonia” (OLIVEIRA, 2008, p. 203), apenas sugere que o autor estivesse

---

<sup>102</sup> Segundo Escorel, “o apelido com cunho pejorativo [...] surgiu em um seminário da OPAS em 1981, tentando caracterizar um grupo com propostas coesas cujos componentes eram militantes ou simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB)” (1999, p. 189). Isto é, por Partido Sanitário ficou conhecido o grupo que hegemonizou a direção política do Movimento Sanitário, bem como os canais de divulgação de suas ideias. Fleury, em texto publicado em livro que organizou em 1997, deu contornos teóricos à mesma designação: “...parafrazeando Gramsci, é quando as ideologias se tornam partido, que se está colocando em questão a hegemonia dominante. Nesse sentido, a institucionalização do movimento sanitário através da criação do CEBES, alcançando assim constituir-se em um verdadeiro *partido sanitário*, foi capaz de organizar as diferentes visões críticas do sistema de saúde...”. (FLEURY, 1997, p. 26, grifo da autora).

se referindo à dimensão interna do Movimento Sanitário. Pouco antes, a vinculação do projeto setorial com a luta de classes mais abrangente fica evidenciada na seguinte passagem: “estas proposições [inovadoras] apontam numa direção que se situa (**e hoje pode situar-se**) para além destas preocupações e de suas auto-limitações” (OLIVEIRA, 2008, p. 203, grifo nosso, colchetes do autor). Isto é, *se situa* porque superou, setorialmente, o seu momento econômico-corporativo – no sentido mesmo gramsciano, adotado pelo autor –; *pode situar-se* porque as contingências históricas permitiriam; e *para além de suas auto-limitações* porque se constitui em luta parcelar, incapaz, portanto, de se colocar numa vanguarda cujo denominador comum seja o setor e não a classe. Em suma, a combinação do decisivo ato de vontade da luta com as condições para a sua consecução, a ponto de franquear uma disputa entre projetos com pretensões hegemônicas, estaria abrindo esta possibilidade.

Como se pode notar, Oliveira percebe um momento especial do Movimento Sanitário, conjugado à pujança da luta dos trabalhadores. E a partir do quadro que tece, parte para o debate tático e estratégico. Sua perspectiva teórica incorpora, além de Marx, também Lênin, Gramsci e Palmiro Togliati. Dos dois últimos, essencialmente, além dos conceitos de *hegemonia*, *guerra de movimento* e *guerra de posição* (Gramsci), trabalha com a noção de *democracia progressiva* (Togliati). Dos revolucionários alemão e russo, Oliveira se utiliza da noção de *quebra do Estado*, o que reforça a nossa afirmação quanto à sua assunção de uma perspectiva de compreensão do Estado como “Estado de classe”, a serviço da dominação que o engendrou e incapaz de servir aos interesses dos dominados para além dos tensionamentos responsáveis pela existência de políticas públicas e sociais, inflexível à *transformação de sua natureza capitalista* e, portanto, de classe – também como apontou Marx (2008b) analisando a experiência da Comuna de Paris.

Situam-se aqui os elementos que permitem o diálogo com as perspectivas do Movimento Sanitário, como pretende o autor. Da reunião dessas ferramentas, concebe o projeto de luta do qual o Movimento Sanitário seria parte: conquistas parciais, cumulativas, na esteira da redemocratização, mas não esgotadas em si mesmas e sim radicalizadas pela clareza do ponto a que quer chegar – tática com estratégia. Daí a importante ressalva que faz:

o que queremos frisar é que a noção de guerra de posição/democracia progressiva inclui a noção marxiana-leninista de ‘quebra do Estado’. Com a diferença de que esta ‘quebra’ é pensada, aqui, como algo que se realiza (tem que se realizar) anteriormente à tomada do poder político, do poder de Estado. E como condição para tal [...]. Em síntese, a ideia de guerra de posição, e sua sucedânea (democracia progressiva) apontam, conjuntamente, no sentido da necessidade de promover, naqueles contextos, uma ação

política, e ideológica (moral, cultural) ampla, que inclui, além dos problemas ligados à ‘quebra’ do aparelho de Estado, todo o processo de luta pela hegemonia nos aparelhos, públicos e privados, de hegemonia e de coerção. (OLIVEIRA, 2008, p. 204–205).

A noção de *democracia progressiva*, portanto, compreende, grosso modo, a conquista paulatina da democratização do Estado, mas o Estado no sentido ampliado de Gramsci, isto é, para além (e contra) do (o) seu próprio aparelho (OLIVEIRA, 2008, p. 204) – o que constitui em boa medida um contraponto importante à tática institucional assumida pelo Movimento Sanitário sob a mesma conjuntura em que escreve o autor.

Tal perspectiva, que talvez pudesse, mesmo que indevidamente, ser acusada de situar-se num plano teoricamente rigoroso mas distante da realidade concreta, foi enriquecida pelo autor justamente no ponto que pareceria aos mais pragmáticos (no sentido da menor importância conferida à teoria e à estratégia) a sua fragilidade: as conquistas parciais e a relação com o Estado. Da constatação elementar do papel essencial de “manutenção e reprodução do status quo” ( OLIVEIRA, 2008, p. 206) exercido pelas políticas públicas, o autor transita ao debate das táticas na consecução de uma estratégia (e esta, nos parece, foi a busca que propôs por uma teoria, que tratasse do fazer da luta naquele agora; o agora que se define, duplamente, pelo legado das gerações passadas e pela projeção do devir, ambos no presente), indagando:

como devem ser pensadas, alternativamente, as chamadas “Políticas Públicas” (e, mais particularmente, as “Políticas Sociais”) no interior de um projeto de **guerra de posição/democracia progressiva**? [...] como devem ser encaradas, alternativamente, num projeto de transformação radical, revolucionária (embora “progressiva”) deste quadro? (OLIVEIRA, 2008, p. 206, grifo nosso).

E arrisca uma resposta que não nos parece nada óbvia nem tergiversante:

identificar, no que tange ao âmbito das Políticas Públicas”/”Políticas Sociais”, em que aspectos básicos daquilo que o faz ser o que é, o Estado capitalista precisa ser ‘quebrado’, e em que aspectos da sua participação no processo de constituição da hegemonia burguesa ele precisa ser enfrentado, [no] interior de uma tal estratégia de transição (OLIVEIRA, 2008, p. 206).

Ou dito de forma mais precisa:

A questão que se coloca para nós é, portanto, a de como incorporar, concretamente, estes ‘temas básicos’ (a ‘quebra’ do Estado e a luta pela

hegemonia) no desenho teórico das formas de enfrentamento da problemática das Políticas Públicas/Políticas Sociais, da perspectiva da estratégia da ‘Democracia Progressiva’ (OLIVEIRA, 2008, p. 208).

Gastão Wagner discordará de Oliveira não por sua perspectiva teórica ou em função das opções políticas que este autor adotava para o prosseguimento da luta do Movimento Sanitário, mas sim pelo diagnóstico a respeito do tensionamento positivo que Oliveira enxergava no interior do próprio Movimento – perspectiva que não seria endossada “pelos próprios ideólogos da Reforma Sanitária oficial”, diria Gastão (CAMPOS, 2008, p. 214). Em síntese, este autor afirmará, categoricamente, que não havia projeto inovador, mas sim uma agenda que se caracterizaria pelo seu aspecto restrito e racionalizador (CAMPOS, 2008, p. 212).

Gastão porá em xeque não só a tática institucional – que chamará de “tentativa de impor reformas ‘por cima’, por intermédio do aparelho estatal” (CAMPOS, 2008, p. 212) – como também dialogará, crítica e indiretamente, com o célebre “fantasma da classe ausente”, há pouco referido por nós. Segundo apontou, possivelmente em referência indireta ao processo de reforma sanitária italiano,

ao contrário de outros países capitalistas, que realizaram reformas na saúde, e nos quais os intelectuais progressistas tiveram que compor-se com o movimento sindical de trabalhadores ou com os partidos apoiados nessa classe, aqui, o principal agente das transformações teria sido o ‘partido sanitário’ encastelado no aparelho estatal e apoiado, evidentemente, por autoridades constituídas. Ou seja, a própria eleição dos instrumentos para implementação das políticas, em larga medida, já diz de seus limites ‘transformistas’ e da renúncia, *a priori*, de qualquer veleidade de trabalhar, junto à sociedade, pela construção de uma nova hegemonia, de um novo bloco político, capaz de dar concretude, apesar dos constrangimentos impostos pela realidade brasileira, a um projeto de socialismo (CAMPOS, 2008, p. 213).

O autor denuncia o que compreende se constituir numa espécie de tática *prussiana*, *pelo alto*, para a implementação das reformas no campo da saúde. Sua crítica não recai, propriamente, sobre esta ou aquela bandeira específica defendida pelo discurso sanitário “oficial”, como qualifica, mas justamente sobre as suas limitações, sobre a circunscrição do projeto brasileiro de Reforma Sanitária aos limites da ordem, a despeito das manifestações discursivas existentes em favor do socialismo. “Causa estranheza a utilização desse conceito, dessa noção de revolução, para caracterizar a Reforma Sanitária oficial, imaginada por seus próprios idealizadores como um processo restrito de mudanças” (CAMPOS, 2008, p. 216-

217), nos diz, em referência crítica a uma fala de Hésio Cordeiro<sup>103</sup> – a quem chama de “destacado dirigente do movimento sanitário” (CAMPOS, 2008, p. 216).

Gastão esmiúça:

Essa noção de reordenamento de um determinado modo de produção de serviços de saúde, sem rupturas importantes de sua lógica, se articula com outra, que também faz parte do universo teórico desses técnicos: a de **tomar o Estado, e dentro dele, especificamente o governo**, como principal base de sustentação para o desenvolvimento da reorganização da assistência médico-sanitária (CAMPOS, 2008, p. 215, grifo nosso).

Trata-se, porém, do mesmo Estado, em processo de transição democrática, contra o qual brotavam reações em face do seu *perfil* autoritário e privatista. A conquista do Estado, para os sanitaristas, como sugere o autor, parecia se confundir com a conquista de postos dentro do próprio aparelho. Não se pode, no entanto, considerar que os defensores da tática desconheciam a noção de *Estado ampliado* de Gramsci, que extrapola a compreensão do aparelho estatal. O problema parece ter sido outro, se de fato estivermos conseguindo apreendê-lo<sup>104</sup>.

O diagnóstico da realidade brasileira feito pelo Movimento Sanitário passava por dois entendimentos complementares e que informavam diretamente as suas práticas, até com certa coerência – o que não exclui o seu caráter controverso: 1) o forte papel jogado pelo Estado na condução das mudanças sociais e econômicas e 2) a fragilidade da sociedade civil supostamente em face da tradição autoritária das relações entre Estado e sociedade civil no Brasil – com ênfase no período ditatorial inaugurado em 1964 – o que a teria impedido ou

<sup>103</sup> Segundo mostra o próprio Gastão, Cordeiro havia dito que o SUDS (Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde), que antecederia o SUS, significara “a maior revolução no setor saúde já ocorrida no Brasil” (apud CAMPOS, 2008, p. 216).

<sup>104</sup> Em um breve aparte, vale notar mais uma vez, posto que oportuno, que, de forma indireta, Gastão ajuda a pôr em evidência outra perspectiva controversa do Movimento Sanitário, mas amplamente defendida pelos sanitaristas, que tem funcionado como uma espécie de verdade absoluta ao longo da história do Movimento, mesmo que se baste pela simples afirmação coletiva e repetida de sua procedência, qual seja: o suposto caráter particular da saúde, como lugar privilegiado da luta de classes, de subversão da estrutura social, de formação de consenso, de luta pela democracia, de construção de alianças policlassistas e suprapartidárias, como valor universal, acima das classes e etc. (DÂMASO, 2006, p. 73; ESCOREL, 2006, p. 182-184; FLEURY, 1997, p. 27; GALLO; NASCIMENTO, 2006, p. 93, 113; RODRIGUEZ NETO, 2003, p. 126; TEIXEIRA, 2006, p. 28, 42, 43, 45) – perspectiva que, suspeitamos, serve-se por vezes vulgarmente, e mais do que lhe é permitido, do conceito ampliado de saúde, da noção de determinantes sociais da saúde em termos mais objetivos. O autor nos ajuda a recolocar a questão: “A discussão, agora, tem que ser travada com uma parcela do ‘partido sanitário’, instituição imaginada para reforçar a aparência que essa linha de pensamento ou até mesmo esse movimento sanitário teriam um afastamento e uma independência das classes dominantes. Na verdade, esse movimento é composto por um conjunto de intelectuais que pensam e elaboram políticas de saúde segundo diferentes perspectivas e que poderão corresponder, pelo menos potencialmente, aos interesses de diversos blocos sociais [...]. **Não existe, portanto, um ‘partido de saúde’ colocado acima das classes, supostamente capaz de elaborar políticas em nome de e para ‘a sociedade’**”. (CAMPOS, 2008, p. 213, grifo nosso).

dificultado no processo de assunção, *para si*, dos rumos da luta pela saúde. (FLEURY, 2008, p. 222-223; LUCCHESI, 2006, p. 173-175).

Senão vejamos a essência da resposta de Fleury às críticas de Gastão: “No caso dos países de industrialização retardatária, a relação Estado/Sociedade assume uma configuração particular, caracterizada pela marcada presença do Estado na condução dos processos econômicos e sociais”. (FLEURY, 2008, p. 222). E ainda:

Assim sendo, a predominância do papel do Estado nestas sociedades não é uma questão que possa ser resolvida ao nível da vontade dos pretensos formuladores dos processos da Reforma Sanitária. Ao contrário, trata-se de um reconhecimento pela configuração da relação Estado/Sociedade, que, no entanto, não pode ser identificada com uma posição de renúncia à busca de construção de uma nova hegemonia [...]. Por outro lado, a análise da sociedade [...] não pode deixar de considerar a sua baixa capacidade de organização e mobilização em questões que transcendem os interesses corporativos (FLEURY, 2008, p. 223).

Não se trata aqui, portanto, de uma incoerência teórica, em que pese a pertinência de um questionamento diante da leitura de realidade apresentada: pelas lentes gramscianas, era o Brasil um país “ocidentalizado”? Se *sim* por um lado, se *não* por outro, qualquer das respostas traria desafios teórico-práticos que nunca foram suficientemente abordados, não só pelo Movimento: em suma, como explicar a adoção de uma prática política com referenciais gramscianos que considera o aparelho de Estado como o locus central da disputa e da ação política, em nome de sua transformação e não de sua superação?<sup>105</sup> Uma sociedade civil fragilizada é coerente com a existência de uma sociedade “ocidentalizada”, onde, por excelência, se deveria adotar a tática de “guerra de posição”? Como pensar o papel dos intelectuais para a construção da contra-hegemonia sem o “organismo”, sem a base social, que lhes daria sustentação e sentido de existência?

Como tentamos caracterizar, parte importante do debate teórico do Movimento Sanitário parece ter ficado alheio a essas questões; essas sim, *de fundo*. A busca por uma teoria, como veremos, nos parece também sintomática desse alheamento, fruto, em boa

---

<sup>105</sup> Embora não o esgotemos aqui, o debate não se reduziu ao que por ora apresentamos. Jairnilson Paim afirma a tática, com substrato teórico, categoricamente: “O referencial teórico que sustentava essa estratégia indicava que para avançar a Reforma Sanitária exigiria a utilização permanente das instituições para garantir os espaços conquistados e fortalecer a ‘guerra de posição’ na construção da hegemonia dos setores democráticos e populares”. Recupera, no entanto, a crítica de Edmundo Gallo, feita em 1991: “a tática utilizada pelo Partido Sanitário não correspondia à estratégia por ele propugnada: ao mesmo tempo em que se apontava o socialismo [...] isolava-se a possibilidade de efetiva participação popular, trabalhando-se cada vez mais *em nome* da população e não em articulação orgânica com os setores populares. Isso leva a crer que nessa não correspondência tático-estratégica (prático-teórica) situava-se o cerne daquilo que posteriormente se chamaria de *dilema reformista*” (2008, p. 138, 276–277, grifos do autor).

medida, do comportamento autorreferente do campo da Saúde. Senão, vejamos, com Escorel, ainda uma vez mais:

A saúde – medida da existência em si, pois lida com a vida e com a morte – assim como outros direitos sociais, é um elemento potencialmente *revolucionário e de consenso* [...]. Desta forma, a luta pela saúde adquire um caráter subversivo, inclusive em contraposição ao tratamento de mercadoria que recebe nas sociedades capitalistas. Porém, o que queremos destacar com o que chamamos de potencial revolucionário é o fato de **a saúde constituir um campo privilegiado da luta de classes**. (2006, p. 183, grifo nosso).

Eis o autocentrismo da Saúde representado por inteiro<sup>106</sup>. A *ampliação* do conceito de saúde foi responsável, justamente, pela complexificação e politização do campo. No entanto, a pretensão de universalidade da Saúde, pela simplória relação entre vida e morte, parece fazer o movimento contrário, no sentido da vulgarização, porque pretende conferir à saúde um lugar especial, retirando-a, em certa medida, da totalidade complexa que o conceito ampliado lhe confere e inserindo-a numa generalização – o que é substancialmente distinto. Em que pese o fato de que outros intelectuais do Movimento não tenham tomado para si a íntegra da argumentação de Escorel, em coro potente endossaram o mesmo princípio relativo ao *campo privilegiado da luta de classes* que caracterizaria a saúde.

Não será demais lembrar aqui de Maria Cecília Donnangelo, com quem encerramos esta seção e a quem de fato, junto de alguns outros poucos, a Saúde e o Movimento Sanitário parecem dever um marxismo consistente:

pode-se admitir que o processo pelo qual a prática médica acabou por tomar necessariamente como seu objeto praticamente todas as classes, frações de classe e camadas sociais constitui sobretudo um das formas de manifestação, no plano político, das relações de classe. O próprio fato de que a enfermidade e a morte se distribuam de maneira a revelar as formas de participação dos grupos sociais na estrutura da produção e nas oportunidades de consumo contribui para tornar a medicina uma área significativa do ponto de vista político (1979, p. 46).

#### 4.3 “Com que teoria vamos examinar a realidade?”

A vasta literatura a respeito da Reforma Sanitária Brasileira via de regra apresenta um tom laudatório sobre o Movimento que a engendrou, por certo em face de duas razões dominantes

<sup>106</sup> Tal perspectiva autocentrada não se restringe à noção de abrangência da luta na Saúde, que a tornaria especial, mas também, e contraditoriamente, com a clareza de seu isolamento. A referência de Fleury, embora localizada em conjuntura específica (de uma ANC), pode ser estendida para a caracterização da trajetória do Movimento: “...nós fizemos uma luta muito específica e muito sem articulação com as outras áreas”. (ABRASCO, 2008b, p. 195).

e combinadas: a) parte significativa dos analistas é também, ou foi, sanitarista militante e b) quase sempre o tema favorito das intervenções versa sobre as conquistas do processo e não sobre suas contradições internas e crises (COHN, 1989, p. 131). Eis uma dificuldade adicional para um balanço histórico-político.

Um tanto sumariamente e de modo representativo, pretendemos aqui oferecer um panorama das bases teóricas adotadas pelo Movimento Sanitário, a partir dos atores individuais e coletivos que vocalizaram a sua agenda política. Este passeio nos permitirá analisar as práticas políticas do Movimento, referenciadas, ao que se subentende, nas bases teóricas declaradas. No entanto, o que se subentende pode ser apenas a primeira impressão a respeito de um fenômeno, que costuma ser sempre mais complexo do que parece. Isto é de suma importância, posto que, mesmo oculta, toda prática política carrega uma teoria; mas isso não significa garantia de coerência entre o declarado e o praticado. Interessa-nos, então, o duplo movimento: a coerência ou o descompasso da prática política em face da teoria declarada, bem como – quando em descompasso – a teoria oculta, mas efetiva, a informar uma determinada prática política.

Poucas vezes o silêncio tático acerca dessas entranhas teórico-práticas foi rompido, evidenciando zonas de conflito, ausências e áreas de sombra internas do Movimento. Uma excelente oportunidade para este debate nos é dada pelo livro organizado por Sonia Fleury, em 1989, fruto de um seminário que pretendia avaliar os rumos da Reforma Sanitária Brasileira até então. Significativamente, da referida obra constava em seu subtítulo o seguinte anúncio: “em busca de uma teoria”. Para tentar responder a tal busca, foram convidados nomes que, uns mais outros menos, uns constantemente outros esparsamente, ao longo dos anos 1970 e 1980, participaram e ajudaram a construir este “projeto”.

Tomamos essa chamada por uma teoria e a polêmica em torno do caráter do Movimento, que põe em discussão a sua prática política, como centrais e representativas do processo histórico da Reforma Sanitária, posto que se inscrevem num momento histórico em que toma corpo a EDP, como já indicado, o que desparticulariza o Movimento Sanitário na busca de um rumo mais ciente dos próprios passos e, quiçá, unificador, para a luta que empreendia. E vale dizer que, assim como para a classe trabalhadora em geral, este *movimento* de busca não é privilégio de um ou outro momento específico da história da Reforma Sanitária, mas, ao contrário, perpassa toda a sua trajetória<sup>107</sup>. O corte socialista

---

<sup>107</sup> É por demais significativo do que tentamos apresentar que no mesmíssimo período, o partido que vocalizaria a EDP, o PT, manifestasse a mesma busca, no mesmo registro. Há diversas passagens – e que não se esgotam nesses anos finais da década de 1980 – que poderiam ser arroladas. Citaremos duas, ambas publicadas na Revista

preponderante entre os nomes que mais vocalizaram a agenda do Movimento é um ingrediente a mais nesse caldo. E vale notar que, não por coincidência, parte expressiva dos principais canais de divulgação das ideias gerais do Movimento – como o CEBES<sup>108</sup> e a ABRASCO – foi hegemonizada precisamente por grupos com esta trajetória, que se expressava também partidariamente, especialmente através do PCB e do PT.

A existência de um inimigo comum, a ditadura, capaz de unificar dissensos, parece ter sido funcional aos conflitos internos do Movimento, enquanto durou. Já nos anos 2000, 20 anos mais tarde do primeiro anúncio da busca por uma teoria, Lígia Bahia, outro nome constante, mais contemporaneamente, nas referências ao Movimento Sanitário, recolocou a questão nunca de todo desaparecida: “estamos diante de muita retórica, uma retórica assustadora. É muita retórica sem teoria” (2008, p. 43). Tentemos nos aproximar do dilema.

Se formos aos precursores do discurso sanitário moderno, eleitos entre os seus próprios pares, não será difícil notar que a base conceitual que informa o pensamento sanitário, hegemonicamente falando, é a de extração marxista. Se ficarmos nos dois autores que consensualmente são considerados os pais teóricos do moderno sanitário, Maria Cecília Donnangelo (1979) e Sergio Arouca (2003), a filiação é mais do que explícita. Mas deixemos as sutilezas de lado. Marx e o marxismo e, dentro deste, Antonio Gramsci, especialmente, são declaradamente as bases teóricas do Movimento Sanitário<sup>109</sup>, como mostraremos a seguir. E não podemos deixar de notar que o grosso dessas adesões encontra-se

*Teoria e Debate*, de autoria de importantes lideranças do Partido: Tarso Genro e Valter Pomar. Diz-nos Genro: “O novo movimento interno do PT, de compreender a necessidade de ter uma teoria, passou a qualificar minimamente o debate sobre as correntes de opinião e as organizações que o compõe”. (1988, não paginado). Pomar completa: “Delfim Netto acha que o PT é o último partido comunista do mundo. Prestes fala que o PT é um partido burguês progressista [...]. O Partido dos Trabalhadores sempre teve mais dúvidas do que certezas. Provavelmente, nunca houve um partido que se perguntasse tanto sobre seus objetivos, suas correntes internas, sua estratégia, seu revolucionarismo. Numa era de incertezas, o PT assumiu de público que está à cata de respostas”. (1989, não paginado).

<sup>108</sup> A respeito do CEBES, Arouca destaca o seu caráter plural no que se refere às posições políticas dos grupos que o compunham, embora admita a existência de “uma hegemonia do Partido Comunista Brasileiro” na instituição. (apud ESCOREL, 1999, p. 82). Escorel, na mesma obra, endossa a afirmação (Ibidem, p. 85). Jairnilson Paim segue a mesma linha, tomando, por tabela, Eleutério Rodriquez Neto como referência: “Apesar de inicialmente contar com a influência de militantes do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e de reunir profissionais de saúde, o CEBES caracterizava-se pelo suprapartidarismo e pelo não corporativismo” (2008, p. 79). Sonia Fleury, em entrevista concedida em 2005, afirmou: “O CEBES era a base legal do Partido Comunista (...). E nós fazíamos política oficialmente no CEBES”. (2005, não paginado).

<sup>109</sup> Vale notar que esta *tendência* teórica também se insere num arco mais amplo do espectro político. Paulo Vannuchi, militante histórico do PT, em texto do ano de 1990, não vacila em apontar a tendência gramsciana que se estabelece no partido no seu 7º Encontro (e que só faria se consolidar ao longo dos anos seguintes): “Há [sic] exceção, talvez, das teses apresentadas pela Convergência Socialista e por O Trabalho, que adotam pontos de vista mais ortodoxos (ainda que numa vertente trotskista), predomina no conjunto um enfoque inovador. As noções gramscianas da disputa de hegemonia, importância da sociedade civil, existência de um Estado ampliado, necessidade de se travar uma ‘guerra de posições’ para gradual conquista de espaços políticos rumo às rupturas revolucionárias, e muitas outras ausentes nas formulações dos anos 60, aparecem em quase todas as contribuições”. (1990, não paginado).

justamente na publicação que pretende empreender a *busca* por uma teoria. É curioso que uma resposta tão unívoca combine com a intenção por uma *busca*, como se faltasse chão. Tal movimento de busca, podemos considerar numa rápida síntese, parece ser parte de uma declaração, ainda velada, de iminente abandono (ou certo escanteamento) das matrizes marxistas para análise da realidade, em face da crise profunda do socialismo real que já se projetava. Eis o descompasso de uma prática política vicejante que se percebe crescentemente carente de base teórica.

Grosso modo, podemos tecer uma periodização, indicativa, embora não muito rigorosa, da predominância da matriz teórica marxista no Movimento Sanitário. O período de maior ascendência, com a utilização de categorias presentes essencialmente no pensamento de Marx e Engels e forte influência do estruturalismo althusseriano – embora Gramsci já figurasse, mas residualmente –, é contemporâneo da estruturação do Movimento, por volta de meados da década de 1970. Tal compasso se mantém até mais ou menos meados da década seguinte, quando a adoção do pensamento do comunista italiano torna-se mais evidente. Na sequência, a década de 1990 representa uma espécie de apagão do Movimento Sanitário, em todos os sentidos, incluindo os trabalhos de análise de sua trajetória. Mais recentemente, a partir dos anos 2000, retomam-se as referências a Gramsci. Evidentemente, esta capenga periodização, se minimamente correta, se relaciona com a conjuntura nacional e internacional ao longo de todo o período. E não é coincidência que este percurso teórico (e também prático) seja rigorosamente o mesmo da esquerda em transição de projeto estratégico, no mesmíssimo período. Tentemos, topicamente, uma rápida caracterização com o cuidado necessário para não cairmos em maniqueísmos:

- A partir de meados da década de 1970, a necessária crítica do Estado autoritário encontrava terreno fértil no marxismo de viés estruturalista, que atribuía pouco peso à política. A forte crise internacional do capital, a partir das duas crises do petróleo (1973 e 1979) e o momento de rearranjo da hegemonia burguesa no Brasil, com o fim iminente da ditadura, permitiam vislumbres de superação da ordem do capital. A questão democrática, recolocada pelas mãos dos gramscianos do PCB, produto do mal-estar de parte da esquerda comunista com os rumos da experiência socialista, já se fazia presente. Novamente, não por coincidência, é de 1979 o célebre documento do CEBES, *A questão democrática na área da Saúde*;
- Ao longo dos anos 1980, com a aproximação da redemocratização no Brasil e a revitalização da política institucional, conjugadas à profunda e declarada crise terminal do socialismo real, a matriz estruturalista foi perdendo terreno para o

eurocomunismo, que propunha uma guinada do marxismo no sentido da *via democrática para o socialismo*, a partir de uma particular leitura da obra de Gramsci. À *democracia como valor universal*, unia-se a ideia do *acúmulo de forças*, via reformas parciais (“reformismo revolucionário”, na versão brasileira do eurocomunismo). Falava-se ainda em superação da ordem capitalista e construção do socialismo, sobretudo frente ao diagnóstico do impacto que representaria o cumprimento das “tarefas em atraso” deixadas pelo caminho por uma revolução burguesa não-clássica, se assumidas como bandeira de luta pela classe trabalhadora. Neste programa democrático, com vistas à superação da ordem do capital, o Estado desempenharia papel decisivo na formulação tático-estratégica que se desenhava. Data deste período o empenho dos sanitaristas na tática institucional de ocupação de postos na máquina estatal;

- Os anos 1990 foram de recuo, teórico e prático, dentro e fora do Movimento Sanitário. Como substrato, esta década serviu, diante do deserto neoliberal, para o amansamento e vulgarização do pensamento gramsciano, bem como da democracia e da propalada *participação democrática*. Desaparece do cenário, praticamente, a agenda de *grande política* da Reforma Sanitária, como também os seus princípios, matrizes teóricas e objetivos societários. Desaparece aos poucos o teor socialista dos projetos e da prática política da classe trabalhadora organizada como um todo (à frente, o PT), mesmo no que diz respeito ao seu caráter meramente declaratório. Grassa um crescente pragmatismo político, com notável redução de horizontes. Para o Movimento Sanitário restou a defesa, no que foi possível, do SUS;
- Nos anos 2000, pós-crise neoliberal, pós o dissimulado *mea culpa* do capital e tudo mais que de lá para cá tem servido como peça de ideologia para a manutenção da dominação, Gramsci reforça a sua presença, cada vez mais sem Marx, sem ruptura, sem revolução, sem socialismo e como tutor de uma democracia apassivada – embora dita *radicalizada* –, que de tão inofensiva ao capital tem sido capaz de produzir um consenso em torno dela mesma nunca antes visto em sua curta história moderna, a ponto de tornar cúmplices gregos e troianos. No plano internacional, isto corresponde a um poderoso reforço da hegemonia do capital, embora a crise econômica do sistema tenha se mantido e agravado. O Movimento Sanitário aparentemente se revigora com a vitória da esquerda, encabeçada pelo PT. A EDP se realiza, também apassivada, coerente com o que foi se tornando nos

últimos tempos. Os quadros do Movimento Sanitário povoam o Executivo seguidamente e o SUS mantém a sua curva de atrofiamento – em paralelo a conquistas pontuais. Parte do Movimento Sanitário, assim como parte da esquerda que não sofreu com a labirintite petista, afunda-se numa crise sem precedentes. Gramsci é virado do avesso e serve, à revelia, a todos os senhores.

Retomemos agora o debate no que tange especialmente ao Movimento Sanitário. Seria exaustivo recheiar essas páginas de citações diretas, esquadrinhando as obras de cada um dos militantes-autores. Aproveitemos a utilidade da pesquisa de outra forma aqui. Optaremos pelas citações literais quando se tratarem de passagens que afirmam e reafirmam o fundamento marxista do pensamento sanitário, tratando-se de suas lideranças ou de estudiosos do tema. Ao final, nos deteremos com mais vagar sobre um dos textos da coletânea da obra organizada por Fleury, por julgarmos que ele tem coisas a nos dizer que enriquecem o debate que propomos.

Escorel, recorrentemente citada aqui por nós, produziu o que certamente foi o primeiro trabalho aprofundado de análise sobre a trajetória do Movimento Sanitário. Em seu *Reviravolta na Saúde* que, embora publicado apenas em 1999, data de 1986, nos diz a autora, tratando, primeiro, das bases universitárias do Movimento e, na sequência, da perspectiva do CEBES, cuja importância central para o Movimento já foi indicada aqui:

Alternativamente, construiu-se uma ‘teoria social da saúde’ a partir da abordagem histórico-estrutural, materialista marxista, que travou uma luta teórica com as duas outras escolas de pensamento: a preventivista liberal e a racionalizadora técnica. (SCOREL, 1999, p. 25).

A mesma autora, quase 20 anos mais tarde, voltou a reforçar esta perspectiva, em texto escrito a seis mãos, quando se completavam também 20 anos do fim da ditadura empresarial-militar: “O pensamento reformista, que iria construir uma nova agenda no campo da saúde, desenvolveu sua base conceitual a partir de um diálogo estreito entre as correntes marxistas e estruturalistas em voga”. (SCOREL et al., 2005b, p. 64).

Jairnilson Paim, outro militante histórico que em 2008 lançou um livro resultante de sua tese de doutorado, versando também sobre o processo de constituição e atuação da Reforma Sanitária, afirmou:

A opção pelo marxismo, enquanto corrente teórica, e pelo pensamento desse filósofo da práxis [referência a Antonio Gramsci] deve-se ao fato de suas categorias de análise serem passíveis de contextualização para a realidade brasileira, além de terem fundamentado, segundo alguns autores, a concepção da Reforma Sanitária Brasileira. (PAIM, 2008, p. 39).

Dois dos autores referidos por Paim, mas que no trecho transcrito não aparecem, são Gallo e Nascimento, aqui por nós já referidos. Eis a contribuição da dupla para a caracterização que buscamos: “A reflexão que a abertura política enseja [...] pode ser mais rica e frutífera se exercida a partir do pensamento de Antonio Gramsci”. (GALLO e NASCIMENTO, 2006, p. 91).

Ainda na mesma publicação, Romualdo Dâmaso, em texto interessante, mas pouco debatido, nos responde sem pestanejar:

A movimentação, a inclinação e a trajetória teórica encetada pelos militantes do Movimento Sanitário projeta-se, evidentemente, em direção ao marxismo. É no marxismo – de modo essencial em Gramsci – que se buscará a fundamentação intelectual de uma possibilidade simultaneamente reformadora e revolucionária. (DÂMASO, 2006, p. 68, 74).

Amélia Cohn, empenhada, em suas intervenções, na compreensão dos conflitos silenciados resultantes das divisões internas do Movimento, reforça a existência de “preceitos marxistas que orientam a formulação e justificação dos projetos reformistas”. (COHN, 1989, p. 134). Gastão Wagner, outro nome assíduo nos debates acerca dos rumos do Movimento Sanitário, embora falando em primeira pessoa, nos fornece elementos que, cotejados com o que vimos debatendo e contando ao longo dessas páginas, reforçam a coerência da perspectiva que estamos apontando, bem como levam o debate para a dimensão estrutural, de classe, que buscamos aqui:

Em geral, nós, que crescemos entre as décadas de 1960 e 1980, encontramos no marxismo uma teoria que nos parecia apropriada para acolher a compulsão que compartilhávamos em buscar um mundo melhor. [...] havia o marxismo reformulado de Gramsci, dos eurocomunistas e de outras correntes que almejavam humanizar e democratizar o comunismo. (CAMPOS, 2005, p. 122, 137).

Segue ainda outro depoimento, coletado para uma publicação de 2006, patrocinada pelo MS. Trata-se de José Carvalho de Noronha, militante histórico e presidente da ABRASCO entre 2000 e 2003. Afirma o entrevistado: “É um movimento intelectual de inspiração marxista com diversas variáveis, que entende que a saúde tem papel fundamental

na estrutura e no modo de produção e organização da sociedade” (FALEIROS et al., 2006, p. 76). Mas cabe destacar ainda outro aspecto do depoimento de Noronha. Em outra passagem, o entrevistado nos fornece uma pista do que quis dizer quando apontou para a existência de “diversas variáveis” no marxismo do Movimento Sanitário. Tratando dos momentos iniciais da *Nova República*, concluiu: “E havia também um grande sonho. A Nova República, na sua fase inicial [...] foi a possibilidade de construção do sonho socialdemocrático” (FALEIROS et al., 2006, p. 85). Detenhamo-nos rapidamente.

Amélia Cohn, a quem nos referimos há pouco, já desde fins dos anos 1980 desenvolve uma abordagem próxima da que nos propomos, buscando também identificar os compassos e os descompassos entre essas matrizes teóricas declaradas e as práticas políticas efetivas dos sanitaristas. Entre outros elementos, sua crítica aponta para uma perigosa proximidade do Movimento em relação aos parâmetros do *Welfare State*, marcadamente em face da sua “exagerada dimensão institucional” (COHN, 1989, p. 134). Mantendo o corte da apreciação que temos dado às relações do Movimento Sanitário com a luta mais geral dos trabalhadores, é forçoso notar, uma vez mais, que este traço é constituinte da esquerda democrática brasileira, que inclui o Movimento Sanitário, mas vai muito além dele. Isto é, a percepção de Cohn tem fôlego para uma leitura da realidade que extrapola o Movimento Sanitário, como também pretendemos. A declaração final de Noronha nos parece um forte indício do acerto da interpretação de Cohn.

Para finalizar a seção, portanto, tomemos agora o texto de abertura da obra já largamente citada por nós, *Reforma Sanitária – em busca de uma teoria*, propositalmente deixado para o final, pelo seu caráter sintético. Assinado pela própria organizadora, Sonia Fleury, nos parece seminal para a compreensão não só da declarada falta de uma teoria do Movimento, mas também porque é atravessado pelas questões tático-estratégicas da classe trabalhadora – em seu esforço histórico, naquela conjuntura específica, de construção de um projeto capaz de disputar a hegemonia. De início, nos faz a autora uma indicação de compromisso teórico – que em parte serviria como resposta à questão central que coloca a obra que organiza –, seguida do indicativo de um problema, de uma limitação:

A introdução da concepção histórico-estrutural à área de saúde inaugura um novo paradigma no conhecimento da relação entre medicina e sociedade e consequentemente do papel do Estado nessa relação. [...] Reproduzem-se no campo da saúde as dificuldades encontradas no marxismo com relação à problemática da determinação entre os níveis infra-estrutural e super-estrutural (TEIXEIRA, 2006, p. 17-18).

Fleury está pondo claramente em questão o paradigma estruturalista que ganhou terreno também no marxismo nos anos 1960 e 1970. Sua perspectiva, nos parece, não nega a determinação econômica em última instância, que é um postulado marxiano/engelsiano, mas questiona o peso atribuído à estrutura e o pouco relevo conferido às superestruturas – que traduz como “nível político” e “nível ideológico” (TEIXEIRA, 2006, p. 17-18) – nas análises produzidas no campo da Saúde. Sua motivação é pensar a saúde não apenas como “resultante”, mas também como estruturante, posto que “se constitui em um espaço sempre específico de reprodução ampliada das relações políticas e econômicas” (TEIXEIRA, 2006, p. 28).

Sua crítica adota claramente as lentes gramscianas, em face dos conceitos de *hegemonia*, *bloco histórico* e *guerra de posição*, dos quais se utiliza sob uma ótica que parece dialogar diretamente com a de Carlos Nelson Coutinho.<sup>110</sup> Assim, apresenta uma significativa agenda teórica que deveria, como propõe, nortear a ação política dos sanitaristas. Qual seja, em síntese: a) repõe o caráter de conquista e disputa que deve caracterizar também as políticas sociais, deplorando uma concepção que enxerga nessas ações do Estado apenas uma funcionalidade para a dominação (TEIXEIRA, 2006, p. 20); b) problematiza o papel do Estado como, supostamente, mero comitê executivo da burguesia, para trazer a reboque a importância da valorização de categorias como “cidadania” que, por sua vez, como crê, também não poderia ser reduzida à mera “mistificação da relação de igualdade burguesa” (TEIXEIRA, 2006, p. 21) e c) confere à luta democrática um caráter central como essência mesma da luta política de classes, posto que “universal”, apontando inclusive para a superação da sociabilidade burguesa (TEIXEIRA, 2006, p. 30-32). Embora longa, vale a citação:

Algumas correntes da esquerda teriam sido o primeiro e principal ator político a rever suas concepções e assumir uma proposta efetiva de redemocratização da sociedade [...]. A luta pela hegemonia por parte das classes dominadas recoloca a questão da democracia não só como um valor tático, mas também estratégico. A democracia, enquanto uma modalidade

---

<sup>110</sup> Coutinho foi um dos convidados do seminário organizado por Fleury e que depois se tornaria livro. Não pretendemos, evidentemente, afirmar que a simples presença do referido intelectual brasileiro como um dos autores do livro em questão seja decisiva para determinar a filiação teórica que identificamos em Fleury. Nossa hipótese, secundária para este trabalho, se baseia na identificação de uma compreensão particular de Gramsci, identificável, não só em Fleury, mas em toda uma geração de intelectuais que se desenvolveu muito proximamente à leitura do próprio Coutinho – não à toa o principal introdutor de Gramsci no Brasil. Dito isto, a referência a Coutinho torna-se um dado a mais a ser considerado. Cabe ainda acrescentar que o próprio Coutinho, em texto de 2007 acerca da recepção do pensamento gramsciano no Brasil, citou o livro organizado por Fleury como uma das importantes pesquisas realizadas nos anos 1980 “sob a influência de categorias ou problemáticas gramscianas”. (2007b, p. 165).

plural de exercício do poder político, passa a ser vista como o espaço ideal de formulação de uma contra-hegemonia, ampliando o campo de alianças das camadas populares, de sorte que os intelectuais oriundos das classes médias e da burguesia vêm a ser um aliado fundamental neste processo de formulação de um projeto político e cultural dos setores dominados. Esta revisão da perspectiva ‘golpista’ das esquerdas (no sentido de buscar soluções de cúpula, sem mobilização das bases) aponta para a conquista de reformas no interior do capitalismo, como condição de consolidação de uma contra-hegemonia, e mesmo como uma via de transição a um socialismo que preserve as conquistas democráticas alcançadas (TEIXEIRA, 2006, p. 32)

Se não estivéssemos tentando acompanhar o percurso teórico-prático do Movimento Sanitário, e em maior escala, da classe trabalhadora organizada nesta determinada conjuntura histórica, talvez pudéssemos encerrar aqui o relato da busca, posto que estamos diante não só da resposta à pergunta que faz o livro, como da síntese da EDP. Se estivermos corretos na indicação da importância de Carlos Nelson Coutinho como vocalizador – talvez o principal – deste projeto político da esquerda democrática a partir dos anos 1980, vejamos uma passagem do autor, no mesmo livro, em que o conteúdo da citação dialoga intimamente com a anterior:

Não é possível compatibilizar a plena cidadania política e social com o capitalismo. Assim como a expansão dos direitos políticos, da democracia participativa, quando impulsionada além de certo limite, entra em choque com a dominação capitalista, também a expansão dos direitos sociais termina por encontrar obstáculos na conservação da lógica da acumulação do capital. O avanço da cidadania, portanto, coloca na ordem do dia a necessidade do socialismo [...]. A estrutura institucional que prepara e consolida essa nova hegemonia das classes subalternas é concebida como uma ‘democracia de massas’; e sua estratégia pode ser definida como um ‘reformismo revolucionário’ (um objetivo revolucionário, superador do capitalismo, que se explicita por meio de reformas graduais). (COUTINHO, 2006, p. 57 e 59).

Como dissemos, estamos tateando uma conjuntura extremamente rica e complexa, cheia de áreas de sombra, de avanços e recuos, revisões e novas formulações de projetos políticos de classe, tanto para a burguesia quanto para os trabalhadores, fortalecidos sob a conjuntura de luta contra a ditadura e forte crise do capital em âmbito internacional. Toda primeira impressão, portanto, pode ser sempre superficial e frágil, como já dissemos.

A essência dessa visão do papel da democracia na luta pelo socialismo, através de um *reformismo revolucionário*, é notadamente de extração eurocomunista, como pudemos conferir de perto. Longe de ser consensual, a leitura particular que, em primeira mão, Palmiro Togliatti e o PCI fizeram de Gramsci<sup>111</sup>, fortemente incorporada no Brasil, por Coutinho e

---

<sup>111</sup> A respeito desta leitura particular, Guido Liguori afirmou: “Sem o trabalho de editor e intérprete efetuado por Togliatti, hoje talvez Gramsci não seria o Gramsci que conhecemos (...). Sob muitos pontos de vista, Gramsci é

pela esquerda democrática, bem como a certa transposição da realidade italiana para pensar o caso brasileiro, são dois dos principais pontos de crítica a esta perspectiva.

Feita esta primeira aproximação do que foi o cartão de visitas do Movimento Sanitário, vejamos como as diferenças se manifestavam no seu interior. Antes, porém, em síntese parcial, vale uma problematização inicial trazida por Lincoln Secco acerca da apropriação de Gramsci pela esquerda brasileira, que serve para o período que estamos tratando, embora o autor se refira especificamente à segunda metade dos anos 1970:

o que os intelectuais e militantes de esquerda observam como sua tarefa imediata no Brasil de Geisel é a restauração da democracia formal e a conquista de um amplo leque de liberdades democráticas que haviam sido suprimidas pelo golpe de 1964 ou que nunca chegaram a existir de fato, daí o Gramsci absorvido por muitos teóricos brasileiros ser um Gramsci das reformas e que introduziu a temática da transformação democrática da sociedade capitalista no ideário marxista. (2006, p. 146-147).

#### 4.4 Quando a democracia vira estratégia: “reformistas graças a Deus”

Não é preciso muita ginástica para caracterizar o Movimento Sanitário como reformista, posto que é como ele próprio se apresenta. O que precisamos fazer é qualificar este reformismo. Sonia Fleury é direta na caracterização dos embates teóricos e práticos que estavam colocados para a classe:

Porque havia uma perspectiva político-partidária que era de fazer uma transformação nessa realidade, enquanto que os colegas latino-americanos até nos acusavam de reformistas [...] desde aquela época dos anos 70, **quando todo mundo estava querendo fazer a revolução na área da saúde, nós encaramos fazer a reforma porque essa era a perspectiva do Partido Comunista.** Eu acho que a apropriação da categoria do marxismo, a análise dela aplicada à saúde coletiva [...] era mais particularmente de tentar interferir nessa realidade. Nisso eu acho que tinha a perspectiva reformista do Partido Comunista que já tinha feito a opção não-revolucionária, ou seja, reformista pela democracia, já nos congressos dos anos 60 e tudo mais (TEIXEIRA, 2005, não paginado, grifo nosso).

A autora não nos deixa dúvidas. Fazer a reforma (e não a revolução) parecia significar pôr a mão na massa, *interferir na realidade*, investir no possível e no concreto. Com sua habitual honestidade, a autora não hesita em chamar de reformista a inflexão democrática

---

um autor mais vital e moderno, e *maior*, do que aquele que emerge do ‘uso’ dele feito por Togliatti e pelo Partido Comunista Italiano (PCI)”. (2007, p. 183).

experimentada pelo PCB desde fins dos anos 1950, ou seja, trabalha com os termos exatos dos críticos a tal inflexão sem que se coloque nesta posição crítica da estratégia pecebista.

Cabe, porém, alguma relativização da fala de Fleury, para que não se considere também, por tabela, uma objetividade da realidade tal como parece ser objetivo o discurso. É bem sabido que não se trata de uma simples escolha, pragmática: reformar ou revolucionar. Por certo há escolhas, mas sempre circunscritas a um arco de possibilidades dadas por condições materiais objetivas. A conjugação de umas e outras é que resulta nas opções táticas e estratégicas das classes em luta. Não se trata, portanto, de uma cobrança idealista, pelo simples acerto da teoria, mas nem tampouco de um determinismo historicista, como se apenas as condições objetivas dadas fossem determinantes para a consecução das ações humanas que, assim, não estariam mais no registro das opções. Disso resulta que, ainda que privadas de completa autonomia e controle absoluto sobre o processo real, são das escolhas, sob tais condições, que estamos tratando. Ou dito de outra forma: “ainda que determinado por condições e determinações materiais, pelo peso das circunstâncias, o agir humano é o fator que faz a história”. (IASI, 2011, p. 34).

Não é outra senão a perspectiva de Rosa Luxemburgo, que em primeira mão apontou a nefasta dissociação entre *reforma* e *revolução*, como uma verdadeira quebra dialética, operada pela socialdemocracia alemã:

...a reforma legal e a revolução não são métodos diferentes de desenvolvimento histórico que se pode escolher à vontade no refeitório da história, como se escolhe entre salsichas frias ou quentes, e sim fatores diferentes no desenvolvimento da sociedade de classe, condicionados um ao outro e que se completam (1999, p. 96).

Já foi possível notar que as posições divergentes identificadas dentro do Movimento Sanitário não correspondiam à sua realidade complexa de forma tão esquemática. As oscilações que podem ser notadas no pensamento de atores individuais e coletivos indicam um processo tortuoso e dialético de construção de uma teoria e de uma prática política, inteiramente atravessadas pela questão democrática. Nesse sentido, permanece válido o esquadramento dos rumos assumidos pelo debate teórico que, de forma mais ou menos consistente, contribuiu para embasar a prática política do Movimento Sanitário. Voltemos ao sanitarisra baiano Jairnilson Paim:

Na realidade, desde a sua emergência o movimento sanitário explicitava a sua opção reformista, tendo em conta os fracassos no Brasil dos movimentos revolucionários do final dos anos sessenta e início dos setenta. Parodiando o

livro de Zélia Gattai – *Anarquistas Graças a Deus*, Sonia Fleury declarava em diversas oportunidades: ‘Reformistas, graças a Deus...’. (PAIM, 2008b, p. 279).

Notemos que a síntese jocosa de Fleury, apesar de jocosa, ganha plena validade com a justificativa que Paim apresenta para a escolha *reformista* dos sanitaristas: *o fracasso no Brasil dos movimentos revolucionários*; tal como expressara, em termos muito parecidos, Gastão Wagner: “Os caminhos que me levaram à saúde pública foram o desvio possível para o atoleiro que se revelou ser a via revolucionária” (CAMPOS, 2005, p. 122). Mas isto significaria o abandono do socialismo? Cremos que não, se considerarmos a honestidade de princípios dos que se propuseram a transformar a realidade concreta por esta via, embora o que estivesse sempre em jogo não fosse apenas o norte pretendido, mas também e tão fundamentalmente quanto, os caminhos através dos quais persegui-lo. Todos os autores a que fizemos referência até agora ao longo deste trabalho parecem ter acreditado na possibilidade de construção do socialismo por uma *via democrática e pacífica*. Hoje parece claro que essa escolha não vingou. Ao contrário inclusive de um *avanço lento*, como se poderia contrapor, só fez retroceder. O próprio desaparecimento do debate estratégico na esquerda é o sinal mais dramático desse retrocesso.

Se estivermos corretos no modo de apreender as oscilações inerentes a um processo de formulação estratégica de classe, não estranharemos que a mesma Fleury, em fins da década de 1980, expressasse ressalvas justamente à tática *reformista* que, a tirar pela referência de Paim (não datada pelo autor), pareceria ter defendido, sempre, incondicionalmente. Dirá a autora, citada por Gallo e Nascimento: “a Reforma Sanitária [...] seria um aspecto setorial da construção de uma nova hegemonia? Isto é possível, viável, ou a transição pactada, as estratégias governamentais etc., **vão reformar o reformismo?**” (2006, p. 109, grifo nosso). A dupla entra no debate:

Aqui há uma discordância com a autora em relação ao significado da categoria *reformismo*, que ela concebe como o que aqui se prefere chamar de *atitude reformadora*: a ação política que envolve reformas estatais ao [sic] interior do capitalismo, mas sem perder de vista a necessidade de sua superação; em contraposição ao *reformismo*, que seria essa ação contra um fim *em si* mesma, abdicando da necessidade do processo revolucionário, com consequências teóricas graves (GALLO; NASCIMENTO, 2006, p. 109).

A despeito das divergências quanto ao significado teórico desta ou daquela categoria, os autores não refutam a prática política (seja como *reformismo*, seja como *atitude*

*reformadora*) do Movimento Sanitário na luta por reformas que, uma vez acumuladas revolucionariamente poderiam abrir as portas para a construção do socialismo, democrática e pacificamente. O que os une é precisamente a *via democrática*, é a democracia compreendida como *valor universal*, como já apontamos anteriormente.

Mas vejamos melhor, com a ajuda de Paim, a combinação possível (e quase obrigatória), sob tal conjuntura, da negação do socialismo real e da defesa incondicional da democracia:

Independentemente dessas diferenças, admitia-se, portanto, a superação da concepção que defendia a tomada súbita do aparelho de Estado e, também, daquela que supunha uma elite governando ‘por cima’ da sociedade. Reconhecia-se, enfim, que qualquer proposta de mudança ou permanência do *status quo* teria de ser ‘conquistada na sociedade, nos marcos de regras democráticas, sob pena de inevitável fracasso’ (PAIM, 2008b, p. 163).

Mas vale aqui um comentário. Parece haver um fosso, de grandes proporções, entre a recusa do socialismo real e a formulação elogiosa da democracia, que não é só de Paim, Fleury, Gastão, Gallo e Nascimento, mas do projeto de classe ao qual todos eles e outros tantos aderiram. Da constatação primeira de ausência de democracia nos regimes comunistas em geral, com especial atenção para o stalinismo soviético, resulta uma valorização universal da democracia para, além de garanti-la em uma futura sociedade socialista – com o inimigo de classe derrotado, embora ainda vivo –, afirmá-la na luta daquele agora contra o inimigo de classe ainda dominante. Para responder à flagrante ausência de democracia, associada ao socialismo real, promoveu-se a sua valorização indistinta, eis a operação da qual já sabemos as origens, recentes e remotas. O abandono, no entanto, da perspectiva da revolução violenta não representaria propriamente a recusa da ruptura ou da superação do sistema do capital. Também vale lembrar que o socialismo, sempre que afirmado, era tratado como consequência da radicalização da democracia, isto é, o resultante desta. Em nome dele ou por ele, nada mais seria preciso além de tornar a democracia o quanto mais abrangente e sólida possível. Veremos mais adiante, como anunciado, o caminho mistificante que esta formulação assumiu a partir dos anos 1990, a despeito das mais honestas intenções socialistas e revolucionárias que possam ter havido entre os integrantes da esquerda democrática.

Sumária e esquematicamente relembremos também o marxismo gramsciano de Carlos Nelson Coutinho, que forneceu parte importante do estofamento teórico do Movimento Sanitário nos seus momentos de auge: a ampliação do Estado, captada por Gramsci, teria complexificado sobremaneira a luta de classes, uma vez que, a um só tempo, teria tornado a

dominação de classe mais difícil de ser batida – já que espreada e enraizada culturalmente por uma sociedade civil encorpada –, bem como teria franqueado a representação de interesses também dos dominados, que passaram a tensionar e disputar tal dominação através dos seus aparelhos privados de hegemonia, como associações, sindicatos e partidos. Como consequência, as táticas e a estratégia também sofreriam alterações. Teria passado o tempo (de Marx e Engels) das revoluções por tomadas súbitas e violentas do Estado (compreendido estritamente como aparelho), uma vez que tais métodos não seriam mais aplicáveis a contextos de sociedades “ocidentalizadas”, isto é, nas quais o Estado teria experimentado tal ampliação. Abria-se um novo tempo de luta de disputa *molecular* pela hegemonia cultural, desdobradas em “reformas graduais” que, seguidamente ampliadas e acumuladas, teriam o socialismo como norte. Para Coutinho, a plena democracia, portanto, seria, por este raciocínio, revolucionária e, dessa forma, incompatível com uma sociedade capitalista, em longo prazo. (COUTINHO, 2006).

Tomando Pietro Ingrao como importante referência, Coutinho defende um novo tipo de hegemonia, que pudesse, nas sociedades complexas, superar o seu corporativismo capitalista intrínseco. Coutinho expõe, baseado em Gramsci, o papel crescente jogado pelo consenso em sociedades cujos interesses apresentam-se de formas múltiplas e variadas. Este pluralismo seria parte “ineliminável das complexas sociedades modernas”, como já pudemos conferir com Berlinguer e companhia. Diz-nos:

[uma] nova concepção de hegemonia implica a criação de blocos majoritários que se articulem em torno de questões de abrangência nacional (como a da saúde, por exemplo), elaborando propostas globais de reforma que transcendam (mas sem ignorar) os interesses meramente corporativos dos múltiplos segmentos envolvidos. Essas reformas globais [...] deveriam apontar em conjunto, no sentido de um reordenamento da sociedade, de uma superação da lógica capitalista [...] Nessa nova concepção neogramsciana de hegemonia, torna-se possível conservar o pluralismo da sociedade civil e, ao mesmo tempo, evitar o corporativismo selvagem que desemboca na ingovernabilidade (COUTINHO, 2006, p. 59).

Se ainda pairava alguma sombra de dúvida sobre a origem eurocomunista/coutiniana do pensamento do Movimento Sanitário, ela acaba de se dissipar. O pluralismo é outra marca desse discurso de crise (do movimento comunista internacional e do projeto da esquerda), nos parece. O seu elogio parece inverter a sua ordem de constituição. Se não foi plural, desde a origem, a sociedade do capital, o tensionamento que engendra esta diversificação de interesses é próprio do movimento da classe trabalhadora, não pode restar dúvida.

Evidentemente, podemos falar de multiplicidade de interesses intraclasses, mas não estamos tratando aqui dos interesses específicos de frações internamente às suas classes, posto que estes, embora conflituosos, não carregam um peso vital, não ameaçam a existência da própria classe. Pensando, portanto, no conflito fundamental *entre* as classes antagônicas, que disputam projetos de sociedade distintos, é notório que o pluralismo se inaugura com o irrompimento da classe trabalhadora no cenário político formal. Assim como com a democracia, porém, ao pluralismo se atribuiu um caráter mais amplo do que o seu significado de origem. Tanto nessa quanto noutra situação, parece haver um chamado ao inimigo de classe para um terreno que ele já habita, posto que se não o inventou, absorveu-o.

Causa algum estranhamento também o receio da (*in*)*governabilidade* manifestado por Coutinho. Ao que parece, o mote fundamental das reformas graduais, uma vez retirada da agenda a transformação abrupta e repentina da realidade concreta, era a garantia das melhores condições de vida possíveis até, digamos, a vitória definitiva. Mas isto também pareceu se confundir – e não falamos de uma confusão cognitiva, individual, mas coletiva, fruto das correlações de força entre as classes e espraiada ao longo das últimas décadas – com a manutenção do jogo social mais harmônico possível entre as classes, pela via da democracia e do respeito às diferenças de interesses.

Noutra passagem que consideramos seminal para a compreensão desta complexa engenhoca conjuntural, Coutinho explicita o que seriam as bases materiais para a tática do “reformismo revolucionário”:

o aumento da produtividade do trabalho permite agora que a exploração do trabalhador passe a ser feita também através da mais-valia relativa, ou seja, permite um aumento simultâneo do lucro capitalista e da taxa de acumulação, por um lado, e, por outro, da massa salarial apropriada pelos trabalhadores. O jogo já não é mais de soma zero. É isso que cria o espaço econômico para concessões, ou seja, para que novos interesses se façam representar na formulação de políticas estatais. Então, eu diria que, por um lado, a velha ordem liberal, pressionada pela expansão dos direitos políticos, tende a se converter cada vez mais em liberal-democracia; e que, por outro com a ampliação dos direitos sociais, chega-se finalmente ao que hoje se conhece como Estado do Bem-Estar (que poderíamos chamar de socialdemocracia). (COUTINHO, 2006, p. 54).

Fica sugerido, portanto, assim nos parece, que o autor concebe a ampliação dos direitos políticos, desde o século XIX, como parte de um longo processo de conquistas dos trabalhadores que, se acumuladas e com direcionalidade, podem servir à construção do socialismo. A direcionalidade é o socialismo e o acúmulo, que deve ser norteado por esta, é o

*reformismo revolucionário*. De passagem, vale lembrar que este mesmo autor, em texto de 2000, escrito, segundo afirma, face às “dificuldades em que se debatia o PT quando tentava articular, na teoria e na prática, democracia e socialismo”, afirmou:

Penso ser chegado o momento de superar definitivamente os anátemas resultantes da divisão do movimento operário em 1917 (divisão pela qual, decerto, a socialdemocracia é em grande parte responsável) e reconhecer claramente que essa opção dos socialdemocratas pelo reformismo possibilitou às classes trabalhadoras do ‘Ocidente’ significativas e duradouras conquistas sociais e democráticas, certamente mais amplas – sobretudo no que se refere à democracia – do que aquelas obtidas nos países ‘orientais’ que seguiram um caminho não capitalista (nos países do chamado ‘socialismo real’). (COUTINHO, 2008, p. 44).

De modo muito semelhante, a ABRASCO, em 1985, lançou um documento em que deixava clara a necessidade de avanços imediatos ou os mais próximos possíveis do momento da luta:

Nas sociedades industriais modernas, o caráter compensatório das políticas sociais permite reduzir, a níveis socialmente aceitáveis, as desigualdades sociais geradas pela estrutura das classes sociais [...]. Pretende-se lograr, como tendência, em um horizonte de médio prazo, que as políticas sociais no Brasil, como parte do processo de consolidação da Democracia, convirjam para a universalização ao acesso a serviços que atendem às necessidades sociais básicas [...] sob controle democrático da sociedade sobre o aparelho institucional que define, implementa e executa as políticas, planos e programas da área social (CEBES, 2008d, p. 169).

Queremos dizer de chofre que não reside aí o substrato da nossa crítica. A questão decisiva é quando a luta pelo imediato consome todas as energias e se descola da luta mais abrangente, como parece ter ocorrido nessas últimas décadas com o Movimento Sanitário e com a esquerda democrática – em paralelo a uma redução dos horizontes das próprias *lutas pelo imediato*. Assumindo a problemática, cerca de 20 anos mais tarde, Jairnilson Paim provocou: “por que a Reforma Sanitária Brasileira não cumpriu o que prometeu?” (2008, p. 22). Sua resposta foi direta. A Reforma Sanitária “institucionalizou-se por filtros”, isto é, alçou-se ao aparelho de Estado, mas foi também tragada por ele à medida, justamente, que se institucionalizava. Mas o mesmo Paim aprofunda a análise e enriquece a resposta à pergunta que formulou, dando contornos estratégicos ao problema, que ajudariam a explicar o recuo dos horizontes da luta:

As análises realizadas durante a 8ª CNS identificavam dois pactos durante a redemocratização: o liberal-burguês e o democrático-popular. [...]. *É preciso ter clareza de que em nenhum dos dois pactos a classe trabalhadora estará em condições hegemônicas* [citando Fleury] [...]. Essa análise da correlação de forças apontava para os limites de as classes trabalhadoras sustentarem reformas sociais mais amplas. Assim, a luta pela cidadania, não obstante a sua identidade socialdemocrata, representaria um ‘pré-requisito’ para projetos mais avançados, a exemplo da Reforma Sanitária. (PAIM, 2008, p. 271).

Fleury, que ao lado de Paim, na primeira metade da década de 1980, defendeu a tática da institucionalização, (FALEIROS et al., 2006, p. 72), retoma os termos da autocrítica:

...a estratégia reformista de ocupação de espaços ‘estratégicos’ e a quase absolutização da mudança ao nível formal da institucionalidade democrática encaminharam a Reforma Sanitária para fora das organizações sociais, acuando-as nas torres da academia, nos gabinetes da burocracia e nas antesalas do Parlamento. A pergunta que permanece nos debates é em que medida esta estratégia estava informada por um paradigma no qual as estruturas tomaram o lugar dos sujeitos, enfim, da própria história? (apud STOTZ, 1994, p. 264-265).

A autora destaca aqui, mais uma vez, o peso de um determinado marxismo (estruturalista), contra o qual já advogava em 1989, como responsável por uma concepção enviesada do Estado e, por consequência, também da sociedade civil – que teria terminado por contribuir (ou determinar) a formulação de táticas também enviesadas para o Movimento Sanitário. O ponto acerca do qual gira a análise (a via institucional), no entanto, como não temos cansado de apontar, parece extrapolar esses limites, isto é, o viés estruturalista nos parece que seja apenas mais um elemento a ser considerado, mas nem de longe, nem tampouco preponderantemente, o único.

A autocrítica não abrevia o nosso trabalho, uma vez que nos seus termos, nos parece, podem ser identificados os mesmos problemas que deram ensejo à formulação original da tática. Digna de nota é para nós a distância que parece haver – e isto não se constitui em particularidade ou imperícia dos autores-militantes – entre a avaliação do percurso do Movimento Sanitário e o movimento mais geral da classe trabalhadora. A Reforma Sanitária figura como o próprio sujeito da luta (ELIAS, 1993). A conjuntura é chamada apenas para apontar os obstáculos que supostamente travaram a transformação pretendida pelos sanitaristas. Em segundo lugar, como correlato do que acabamos de apontar, arriscamos dizer que não se trata propriamente de uma autocrítica, mas da identificação de acidentes de

percurso. A tática sai ileso, embora pareça desancada. Não fosse o grau exagerado de institucionalização, talvez os problemas não fossem tantos, parecem indicar os autores.

Uma determinada compreensão do Estado e da sociedade civil (concebidos numa relação de opostos) contribuiu para a formulação e para uma prática política na consecução desta e de outras táticas do Movimento. Alguns temas específicos, que atravessaram a agenda política dos sanitaristas, são especialmente representativos dessa compreensão e úteis para a nossa análise, como o papel da iniciativa privada no sistema de saúde brasileiro e a regulação que dela cabia ao Estado, o papel dos partidos políticos na mediação entre este mesmo Estado e a sociedade civil, além do empenho na democratização desse Estado que, em última análise, forneceria as bases para uma relação mais saudável, menos viciada, com a sociedade civil. Este último ponto, o abordaremos no capítulo seguinte. Tratem os dois primeiros na sequência.

Diga-se de antemão, o que pretendemos apresentar é sumamente significativo exatamente porque os sanitaristas compreenderam sempre os interesses privados na saúde como opostos à agenda de reformas que propunham para o setor (CEBES, 2008e, p. 193, 196; GERSCHMAN, 2004, p. 38; ESCOREL, 1999, p. 58, entre outros), mas ao que parece, como veremos, ainda por cima ilegítimos sob a vigência da ditadura, posto que escusos. E por oposição, a normalidade democrática significaria dizer que, uma vez em condições de suposta “igualdade” (sob um regime formalmente democrático que, vigiado pela sociedade civil, não privilegiaria uns ou outros), seria legítima a disputa em tal arena. Em suma, o Estado, porque ditatorial, seria um *inimigo* por ser *ilegítimo*. Quando, com a redemocratização, recuperasse a sua *legitimidade*, se não deixasse de ser inimigo, passaria a ser *disputável*.

Atentemos para o relato de Paim a respeito do chamado de Arouca na abertura da 8ª CNS. Lembremos que o texto do sanitarista baiano é de fins da primeira década dos anos 2000, quando o “porre democrático” pós-8ª CNS, de que falara José Carvalho de Noronha (FALEIROS et al., 2006, p. 85), já havia sido curado:

Pedi licença aos profissionais para destacar um convidado especial – a sociedade civil brasileira organizada, conclamando a CNBB [Confederação Nacional dos Bispos do Brasil], a ABI [Associação Brasileira de Imprensa], a OAB [Ordem dos Advogados do Brasil], as confederações nacionais de trabalhadores, associações de bairros, sanitaristas, pesquisadores, trabalhadores de saúde, inclusive entidades ligadas ao setor privado. (2008, p. 121).

Cita diretamente Arouca: “Não pretende excluir nenhum dos grupos envolvidos na prestação de serviços [...]. Portanto, todo aquele empresário que está trabalhando seriamente na área da saúde, na qualidade de sua competência técnica e profissional, não precisa se sentir atemorizado, porque aqui ele vai ser defendido” (apud PAIM, 2008b, p. 121). Conclui Paim:

Esta convicção democrática, assentada no respeito a possíveis oponentes, implicava um **agir comunicativo** na esfera pública a exigir argumentos para sustentar o projeto da Reforma Sanitária [...]. Esta foi a convocação para um projeto nacional que tomava a Reforma Sanitária como referência para as mudanças necessárias com vistas a uma sociedade democrática e socialista no Brasil. (PAIM, 2008b, p. 121-122, grifo nosso)

Tomemos agora um documento do CEBES, de 1985, por representativo que é, a despeito da citação longa:

Uma intervenção nesse ‘caos’, no sentido de anular suas desigualdades não poderá advir de medidas meramente administrativas, racionalizadoras, originadas no interior do próprio setor saúde. Isso corresponderia a uma visão burocrática, gerencial dos problemas, condenada ao fracasso como tem sido o destino de várias iniciativas em curso nesse sentido. Não estamos evidentemente preconizando o imobilismo, uma postura expectante até que se resolvam contradições fundamentais de nossa sociedade. Durante muito tempo teremos que conviver com o pluralismo, com desigualdades no atendimento à saúde de nossa população. Frente aos avanços das relações capitalistas na produção de serviços de saúde não podemos simplesmente desconsiderar ou ignorar a iniciativa privada no setor. Não há condições, quer econômicas, quer políticas, quer técnicas, para no contexto de um regime de transição democrática, prescindir-se da iniciativa privada, responsabilizando-a simplesmente pelos problemas de nossa assistência à saúde. **Um Estado legítimo** e como principal agente financiador, possui instrumentos e mecanismos suficientemente eficazes para superar muitos desses problemas. **Desde que se proponha a enfrentar de modo realista as relações com os produtores privados** e desde que na definição de suas políticas **haja possibilidade de participação dos diversos segmentos sociais interessados**, as políticas de saúde estatais têm condições de orientar, fiscalizar e promover estímulos àquelas modalidades que se revelam nessa conjuntura, adequados às necessidades assistenciais. (CEBES, 2008c, p. 161-162, grifos nossos).

O que fica patente, embora se afirme que o encaminhamento de soluções para o setor saúde não poderá advir de medidas meramente racionalizadoras, é que se reputa à gestão do setor – mas poderíamos estender a percepção e considerar o Estado em geral na fala dos sanitaristas – uma importância maior do que a devida. Dito de outra forma, a gestão não seria capaz, sozinha, de resolver a sociedade (permeada pelo autoritarismo do Estado), mas uma vez resolvida a sociedade, a gestão ganharia centralidade, posto que passaria a contar com a

*participação* de “amplos setores sociais” na “definição de políticas de saúde e controle de sua implantação”. Em suma, ao invés da luta de classes que permeia o todo indivisível formado por Estado e sociedade civil, a centralidade do conflito passaria a residir na suposta fronteira entre este mesmo Estado e a sociedade civil, isto é, a burocracia. Fleury não deixa dúvida: “Não se trata mais de organizar a sociedade em torno de um projeto de transformação do Estado, mas se requer a utilização, o manejo do aparelho estatal na direção proposta” (TEIXEIRA, 1988, p. 201). Em suma, não se trata mais de transformar o Estado, mas de assumi-lo. Antes, um Estado nocivo, porque ditador. Agora, um Estado ocupável, porque democrático. Eis a equação central, segundo interpretamos, a guiar o Movimento Sanitário e sua tática institucional.

O elogio da sociedade civil, pela crítica do Estado (ilegítimo), por um lado, e do mercado, por outro, também se mostra presente mesmo em autores pouco representativos do Movimento Sanitário. Luiz Felipe Moreira Lima, autor de um trabalho incluído na coletânea de textos clássicos do CEBES, mas publicado originalmente em 1987, afirma:

A prática tem demonstrado que o Estado não tem cumprido o seu papel previsto, nem a livre-iniciativa suprindo as comunidades daqueles bens com a necessária qualidade. Houve, e ainda há um conluio entre o Estado e os interesses econômicos e políticos, que redundam no enfraquecimento do poder das comunidades (LIMA, 2008, p. 126).

É interessante notar, a despeito dos referenciais teóricos anarquistas que utiliza, a aposta do autor num papel *previsto* do Estado de impedir, sustar, ou regular que seja, a penetração de interesses particularistas em suas próprias estruturas (evidentemente, a compreensão de Estado do autor remete ao seu *aparelho*), de modo a não permitir o enfraquecimento do *poder das comunidades*, entenda-se, da sociedade civil. Eis a base da noção de *ilegitimidade* do Estado, construída ainda durante a ditadura, pela denúncia, embora legítima e acertada no cotidiano da luta política, da promiscuidade entre interesses públicos e privados que caracterizou o período da ditadura empresarial-militar.

Vejamos o que está dito num documento do CEBES de 1981:

...vêm-se delineando algumas estratégias concretas e possíveis que, o CEBES entende, são condições indispensáveis para o Estado começar a resgatar imediatamente a dívida que tem com todos os brasileiros no que diz respeito à sua saúde. (CEBES, 2008b, p. 153).

Atentemos ainda para outro trecho, noutro documento do mesmo CEBES, de 1985, que há pouco nos referimos: “Os regimes autoritários tendem a estimular uma falsa dicotomia, um falso dilema entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, como se a produção de riquezas fosse um objetivo em si, não importando quem delas se beneficiam” (CEBES, 2008c, p. 159). Até agora, pelo que pudemos ver, reputa-se ao *Estado autoritário* algo que para a tradição marxista caracteriza o próprio *Estado (lato sensu)*, independentemente do regime de governo (sempre conjuntural) que este assuma. Parte-se de uma generalização sem qualquer apoio analítico mais sólido (“os regimes autoritários tendem...”). Para equacionar o problema de um *Estado autoritário*, um *Estado democrático*, sugere-se.

Insistimos ainda no mesmo documento:

Claro está que um Projeto de Sociedade com estas características implica na participação política de todos os segmentos sociais em sua elaboração e implementação, o que pressupõe amplo debate de ideias num contexto de livre organização da sociedade civil, fortalecimento dos partidos políticos e da representação política e [no] nível do aparelho de Estado (CEBES, 2008c, p. 159).

Como se pode conferir nos parágrafos que antecedem este trecho do documento, a reação que implicaria outro *projeto de sociedade* é ao regime militar. A democratização parece valer como o signo da transformação. As diferenças estruturais, de base econômica, não são lembradas, mas o *amplo debate de ideias*, a partir da *livre organização* desta sociedade civil bastaria (isto é, a igualdade jurídico-política e a garantia da livre expressão e da livre organização – justamente o que um Estado autoritário costuma ferir!) – seja porque se ignora a centralidade das questões de base econômica, seja porque se considera que elas podem ser resolvidas ou amenizadas através do debate de ideias e da construção, em conjunto, de um *projeto de sociedade*.

Há um deslocamento, nos parece, do referencial da luta de classes quando da redemocratização. A interpretação da tática por Gallo e Nascimento nos parece sumamente representativa do que desejamos apontar. Embora reconhecendo o caráter abrangente da luta que se travava no setor Saúde (o que é diferente, ressaltamos, de compreender a luta setorial inserida na luta de classes), os autores fazem uma distinção: “seria errôneo a partir desta constatação remeter a luta na área da saúde à dicotomia classe operária versus burguesia, sob pena de estreitar a base social e política do Movimento Sanitário, e colocar em xeque o próprio projeto hegemônico”. (GALLO; NASCIMENTO, 2006, p. 93). Isto é, a negação da

luta de classes se dá por conveniência e, da forma como se apresenta esta sentença, o conceito de hegemonia, em Gramsci, se reduziria, como já apontamos, a um grande pacto.

Deste ponto da análise podemos desdobrar outro, que diz respeito à postura do Movimento Sanitário frente aos partidos políticos e à sua relação com os receios da partidização da luta. Seja pela compreensão tática, declarada, de que esta aproximação poria em risco a unidade do Movimento e acarretaria o estreitamento de suas bases de sustentação, seja pela via de justificação que colocava a saúde acima dos interesses parciais de cada agremiação partidária, estes foram sempre os grandes ausentes da teoria e da prática política dos sanitaristas (COHN, 1989, p. 131) – embora suas lideranças tivessem, quase todas, vinculação partidária. O interlocutor direto do Movimento foi sempre o Estado (ELIAS, 1993), durante a ditadura e depois dela. No momento-auge do Movimento, a 8ª CNS, os partidos estavam também distantes (RODRIGUEZ NETO, 2003). Este também foi um problema percebido, senão por todos, pelos mais argutos sanitaristas, como Fleury:

No caso brasileiro, a base social do Movimento Sanitário está concentrada, desde suas origens, nas camadas intelectuais e [na] burocracia pública, progressiva, mas esporadicamente ampliando essa composição com a inclusão das organizações sindicais e dos movimentos populares. A ausência de partidos e organizações sindicais na base de apoio à reforma tem como consequência o deslocamento da luta para dentro do aparelho de Estado, correndo o risco de, ao assim fazê-lo, reduzir ainda mais as possibilidades de fortalecer uma organização social autônoma. (TEIXEIRA; MENDONÇA, 2006, p. 209).

Scorel, outra presença importante nesta avaliação permanente, sai em socorro do Movimento e dos acertos de suas opções táticas:

o Movimento Sanitário fez valer uma de suas outras características que é o estabelecimento de alianças com setores progressistas, populares ou não, comprometidos com a luta. O que lhe permitiu consolidar alianças, manter-se enquanto movimento orgânico e organizado, foi ‘conceber a unidade como valor estratégico’ e tratar a questão da saúde como questão nacional (SCOREL, 2006, p. 186)

Não estaremos carregando nas tintas se afirmarmos que há aqui uma indicação clara de aliancismo de classes em nome da questão da saúde, que estaria, supostamente, acima dessas diferenças. A linha de corte é bastante generosa e imprecisa: o comprometimento com a luta. Scorel talvez estivesse fazendo uma referência indireta a parlamentares de partidos conservadores, quem sabe. Mas de um modo ou de outro parece haver uma secundarização do jogo de forças entre as classes, que necessariamente está além dos indivíduos. Há também

a questão da *unidade como valor estratégico*, mas não sabemos ainda a que custo. Voltemos à autora:

O Movimento Sanitário pode ser considerado como um *intelectual coletivamente orgânico* das classes trabalhadoras no campo de luta da saúde. Ainda se depara com o ‘fantasma da classe ausente’, já que nos seu processo de desenvolvimento não foi capaz de estabelecer, de maneira permanente e profícua, não apenas alianças com os setores subalternos, mas sim a construção de uma estratégia comum de luta e de operacionalização do novo (ESCOREL, 2006, p. 186-187, grifo da autora).

A partir dessa passagem, o sentido das afirmações fica prejudicado. O Movimento Sanitário teria conseguido se fazer intelectual orgânico de uma classe que não o reconhece nesta posição – por simples ato de vontade. Parece-nos que esta é uma declaração flagrante da essência institucional do Movimento, em que pesem as relações que construiu com os movimentos populares, mas que também dispensou quando julgou oportuno para dar consecução às formulações que trazia desde a origem. Como pensar, então, em unidade, sobretudo como valor estratégico? Escorel está, de novo, inflacionando a importância do setor saúde e disputando posição com a própria classe trabalhadora pela qual o Movimento se dispôs a lutar. A despeito das relações, mais ou menos intensas, a despeito da adesão ou não da classe na luta setorial com potencialidades abrangentes, o central para a autora é a unidade do Movimento Sanitário.

Agora Teixeira e Mendonça é que retornam para contribuir com o esforço explicativo iniciado por Escorel:

A fragilidade do Movimento Sanitário decorria principalmente da incapacidade de ampliar suas bases de apoio, de forma a englobar os supostos principais interessados na mudança da política de saúde: a população deserdada pelo modelo econômico altamente concentrador levado a cabo pelos governos autoritários [...]. Apenas uma pequena parcela distinguia-se dessa massa pouco politizada, estando organizada nas CEBs [Comunidades Eclesiais de Base] vinculadas à Igreja Católica progressista, adepta da Teologia da Libertação. Neste caso, porém, predomina uma ideologia radical que rejeita qualquer possibilidade de alteração na política pública como estratégia de mudança social. (TEIXEIRA; MENDONÇA, 2006, p. 206-7).

Em suma, os poucos que havia não serviam. As autoras reafirmam Escorel: “o Movimento Sanitário preservou sempre seu caráter suprapartidário e policlassista, condição essencial para manutenção da unidade política” (TEIXEIRA; MENDONÇA, 2006, p. 206).

Atentemos para o fato de que as táticas do Movimento concebiam a relação com sociedade civil, ao que parece, sempre tendo em vista a mediação passível de ser exercida pelo Estado. Vejamos outra significativa passagem das autoras citadas acima:

A visibilidade que a questão da saúde começava a alcançar expressou-se também ao nível do Parlamento, onde, em associação com o CEBES, foram realizados importantes simpósios discutindo a política de saúde [...] o papel importante desempenhado por estes simpósios ficou por conta do encontro, **em igualdade de condições**, dos vários protagonistas do setor saúde: empresários, burocracia, Movimento Sanitário [...]. Assim, o valor simbólico dos debates travados nos Simpósios de Saúde foi o de **trazer para uma arena democrática os interesses divergentes** no campo das políticas de saúde, o que certamente contribuiu para alterar auto e hetero-identidades políticas dos diferentes grupos. (TEIXEIRA; MENDONÇA, 2006, p. 206, grifos nossos).

Eis, mais uma vez, o viés da leitura de realidade feita pelos intelectuais do Movimento Sanitário. A aposta de todas as fichas na redemocratização via como manifestação máxima da democracia que se restabelecia a participação de diversos setores da dita *sociedade civil* em, como se cria, *igualdade de condições*, nos espaços institucionais. Este é o substrato da *unidade* do Movimento Sanitário, supostamente resultante da defesa de um perfil *suprapartidário e policlassista*. Ao que parece, os sanitaristas confundiram interesses divergentes com interesses conciliáveis. Evidentemente que uma política de coalizões reúne interesses divergentes, mas não todo e qualquer interesse divergente e nem indefinidamente no tempo de duração. A coalizão é uma tática de enfraquecimento do inimigo de classe e não o ponto de chegada (MARX; ENGELS, 1850). Coalizão com setores progressistas não é o mesmo que *interesses divergentes em condições de igualdade*. A tomada da disputa hegemônica apenas como disputa no plano das ideias é que conferiria sentido à afirmação de que esses encontros permitiriam uma *troca*, uma influência mútua entre classes.

Ao que parece, a ocupação, desde bem cedo, dos espaços institucionais por parte do Movimento Sanitário, não por coincidência, pôs em segundo plano a construção sólida de uma unidade teórica (secundária para a manutenção do viés institucional) e política (secundária ante a existência de um inimigo comum representado pela ditadura empresarial-militar), bem como o debate profundo sobre as opções táticas e estratégicas. Ocupar ou não o aparelho de Estado, manter-se na luta setorial ou avançar para além dela, aproximar-se ou não das lutas populares, foram, entre outras, problemáticas que nunca assumiram um peso estrutural para a manutenção do próprio Movimento. Em paralelo aos embates, que houve, o

Movimento Sanitário parece ter se mantido da forma como se criou: institucionalizado. Ajustemos alguns ponteiros.

Mas há que se perguntar no que consiste a dita *legitimidade* do Estado, uma vez que ele seguiu cumprindo a sua função precípua de classe a despeito da forma política que tenha assumido conjunturalmente (aliás, as formas conjunturais têm precisamente o intuito de garantir o seu papel de classe conforme as exigências momentâneas de acumulação do capital). Tal bandeira, portanto, embora válida na disputa política, como discurso que pode angariar apoio e ajudar a promover unidades intra e extraclasse, parece não servir como critério de leitura do papel e das funções do Estado sob o capitalismo, seja ele do centro ou da periferia do sistema. O segundo problema diz respeito ao que, supostamente, além de conferir a tal legitimidade ao Estado, permitiria não só vigiá-lo de perto, bem como garantir o consenso entre desiguais, qual seja: a participação de todos os segmentos sociais interessados nos negócios do Estado. Ora, se o papel de classe desse Estado, supostamente, amainou-se, o que se poderia esperar é que sobre os ombros da democracia (formalizada, institucionalizada) fossem lançadas todas as expectativas de solução (mesmo que parcial) dos problemas do setor saúde. O fato de se reconhecerem contradições fundamentais não elide a percepção enviesada que descuida dessas mesmas contradições como óbices que são à construção de um consenso entre os desiguais fundamentais. E ainda: parece despolitizada a noção de consenso dos sanitaristas, nesses termos que apontamos, posto que fica a impressão de que se poderia sempre alcançar, mesmo entre desiguais inconciliáveis, o melhor possível para todas as partes (classes) – aliás, como crê Habermas.

Não será demais chamar a atenção, assim, para o fato de que o Estado parece ter significado sempre, para a EDP, “sujeito” ou “coisa”, como bem caracterizou Poulantzas. Os sanitaristas parecem ter tratado como *verdade consagrada*, diria Caio Prado, a ideia de que porque as relações sociais entre uma sociedade civil *frágil*, no Brasil, e um Estado *forte* foram historicamente presentes, as transformações deveriam ser conduzidas necessariamente pelas mãos deste mesmo Estado – aspecto *demiúrgico* contra o qual Coutinho não deixou de reagir (2008, p. 107), reconheçamos. Se bem notarmos, ainda, eis um dos aspectos do *dilema reformista*: uma pretensa contra-hegemonia institucionalizada, que guarda, por sua vez, sérias aproximações com a atrofia da *estratégia da pinça*, como vimos no capítulo anterior, captada por Juarez Guimarães (1990).

A compreensão do significado exato da luta de classes numa política de alianças pode ser decisiva para os resultados da luta. Não se trata de purismo revolucionário do “esquerdismo”, avesso a qualquer tipo de aliança, mesmo que tática; mas da necessidade

constante de reavivar os *fins* de um projeto transformador, socialista, revolucionário, que não podem ser substituídos ou negligenciados.

Para o Movimento Sanitário, o que foi apenas e tão somente uma forma de atuação de um Estado de classe figurou como o próprio Estado, em essência. A forma ditatorial parece ter concentrado toda a carga da crítica, que permitiu, por sua vez, a aposta na sua disputa, uma vez extirpada a negatividade supostamente essencial com o processo de redemocratização. A partir de então, a receita era manter sob nocaute o autoritarismo pela extensão, *ad infinitum*, da *participação democrática* – como síntese máxima do consenso originado do conflito aberto e direto (legítimo!).

O papel do consenso nas sociedades complexas, como apontou Gramsci, é produto do acirramento da luta de classes, e não resultado de uma dominação burguesa mais amena e ponderada. As bases materiais do consenso denotariam precisamente as concessões que a burguesia, sob o Estado ampliado, precisaria fazer para se manter hegemônica. Ao que parece, a constatação da maior força conquistada pelos trabalhadores através de seus aparelhos privados de hegemonia levou muitos a acreditarem que o poder de classe da burguesia estaria, desde então, constantemente posto contra a parede. Isto não parece de todo verdade, posto que se de fato, a partir de dado grau do desenvolvimento histórico das relações capitalistas, a burguesia não pôde mais ignorar o seu inimigo de classe, também soube sofisticar as suas próprias ferramentas de luta, a ponto de dificultar e, em algumas conjunturas específicas, neutralizar, o poder das classes trabalhadoras, no Brasil e em outras partes. Mas se o consenso é a garantia de que a representação de interesses, guardadas as proporções das forças em jogo, tem espaço para ser exercida nas sociedades modernas e complexas, é também, ao mesmo tempo, a certeza de que foram mantidas as condições de reprodução do capital – que produzirá novas mazelas, acirrará a luta, que engendrará novos consensos. Consenso este que não pode ser tomado de modo descolado das forças representadas por cada classe ou fração de classe, isto é, consenso que é sempre o *consenso possível*, resultante de uma luta. Se todos talvez percam ou não saiam plenamente vitoriosos, uns evidentemente perdem muito mais do que outros. Na base do consenso está, em última análise, o poder de coerção. Ou como bem lembrou o próprio Coutinho neste mesmo texto que citamos há pouco: “quando dois direitos iguais se enfrentam, o que decide – em última instância – é a força” (2006, p. 56).

Para finalizar, o sempre citado Paim, em texto de 1997, remetendo-se ao debate de fins dos anos 1980 sobre os gargalos e potencialidades da Reforma Sanitária, apresenta os riscos de uma crítica *obsessiva* que a todo tempo aponta o que a Reforma Sanitária *não é*, desconhecendo-a na realidade, posto que poderia levar ao “fatalismo” e ao “imobilismo”.

Paim argumenta corretamente que uma vez inserida a Reforma Sanitária numa “totalidade de mudanças”, deve ser parte da radicalidade do processo “uma certa distância entre realidade e projeto na medida em que novos propósitos sejam historicamente estabelecidos”. E completa: “Não parece convincente, portanto, aguardar o ‘Grande Dia’ em que seria declarada, finalmente, a implantação da Reforma Sanitária” (PAIM, 1997, p. 15-16). A referência negativa feita por Paim, por analogia, ao modelo russo de revolução, parece clara. Considerando válida a sua ressalva, tomaríamos a liberdade de completar o seu raciocínio, em se tratando de processo dialético, próprio de *uma totalidade de mudanças*, para também por analogia à recusa do *Grande Dia*, lembrar que não se trata, por outro lado, de considerar que o *movimento seja tudo e o objetivo final não seja nada*.

## **Capítulo 5 – Por uma reeducação do Estado**

Estado e Sociedade Civil são temas caros, áridos e controversos para a filosofia e a ciência política – o que não constitui novidade. Na luta política, a relação é sobejamente mais difícil, posto que se está lidando, na prática, com “objetos” de complexa objetivação, escorregadios e imprecisos em suas fronteiras e interações. Não é de se estranhar, portanto, a relação também controversa que se estabelece na conjunção entre teoria e prática quando se trata de analisar e agir sobre a realidade com as ferramentas teóricas disponíveis e as táticas e estratégias formuladas, sob as contingências históricas sempre incontornáveis. Isto não indica, no entanto, para a luta de classes, a impossibilidade de construção de compreensões que se aproximem da precisão da análise histórica e da coerência entre *meios* e *fins*. Ao contrário, serve para nos alertar precisamente da importância e do cuidado que requerem as avaliações a respeito da *situação* e da *conjuntura*.

Neste capítulo, a proposta é buscar a materialidade do Movimento Sanitário, nos resultados mesmos de sua prática política, como expressão das apostas e contradições presentes no seio da classe trabalhadora e até aqui indicadas. Para tanto, abordaremos a principal bandeira que expressa a questão democrática na Saúde, qual seja, a *participação social*. Serão retomados e aprofundados também alguns temas decisivos para essa agenda, como o papel central atribuído ao Estado e a importância da democracia formal para o que estamos chamando de uma *reeducação* deste mesmo Estado.

### 5.1 Participação social e o campo da Saúde: o fenômeno e suas bases materiais

A chamada participação social na Saúde tem sido tratada como sinônimo de *controle social*. Não faremos diferente neste trabalho, mas consideramos importante, de início, estabelecermos alguma distinção. Enquanto a primeira noção, para a Sociologia, carrega um sentido mais abrangente associado à participação dos cidadãos nas decisões políticas, na relação direta ou não com o Estado, já o segundo conceito, em que pese que na mesma tradição disciplinar tenha se originado para designar o processo de manutenção e controle da ordem social, foi ressignificado como *controle* da sociedade civil sobre o Estado, isto é, como participação institucionalizada. No Brasil, o conceito tem estado associado ao campo da Saúde, mais acentuadamente. (CORREIA, 2008; STOTZ, 2008).

A agenda de participação, notadamente dos anos 1960 e 1970 para cá, não é exclusiva do Brasil. Fortes mobilizações no mesmo sentido têm marcado presença também em países como África do Sul, Colômbia, Índia, Moçambique, Portugal (SANTOS, 2005), Alemanha, Espanha e Itália<sup>112</sup>, para citarmos alguns casos. Segundo Maria da Glória Gohn, o termo participação “tornou-se parte do vocabulário e da agenda das nações ocidentais a partir dos anos 1960 [e] é uma das palavras mais utilizadas no vocabulário político, científico e popular da modernidade”. Sociologicamente, porém, suas origens remontam à Revolução Francesa e ao aparecimento do cidadão sob tal configuração, conclui a autora (GOHN, 2007, p. 14, 21). Já Marcos Nobre nos informa que “participação e deliberação aparecem hoje no centro de um grande debate sobre a renovação da democracia, sendo que a experiência brasileira nessa área, por sua dimensão e vitalidade, ganhou um lugar de destaque no cenário internacional” (NOBRE, 2004, p. 11). Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna (*et. al.*), de modo substancialmente mais crítico e não por simples constatação, confirma a perspectiva dos dois autores citados, mas alerta: o tema da participação tem sido crescentemente despolitizado. “Ao seu encontro ocorrem conceitos díspares como capital social, empoderamento, responsabilidade social das empresas, gestão corporativa, terceiro setor, governança...”. (2009, p. 237).

É possível identificar duas ordens principais de influências para a explicação deste no fenômeno no Brasil: a tradição conselhistas de esquerda, inspirada na Comuna de Paris (1871) e nos *soviets* surgidos durante o processo revolucionário russo (1917)<sup>113</sup>, e as constantes reconfigurações do Estado sob a vigência do capitalismo monopolista, expressas pelas *recomendações* de incentivo à *participação* das agências internacionais. (RIBEIRO; RAICHELIS, 2012, grifos das autoras). No primeiro caso, a motivação revolucionária é clara: como desdobramento da luta, promover a construção de espaços e formas de poder popular capazes de mobilizar o *governo operário*, pondo a ordem sob tensão, com o objetivo de superá-la. No segundo caso, trata-se de uma participação no mais das vezes rebaixada, incapaz de tensionar a ordem constituída, e que veio servindo, desde então, como importante

---

<sup>112</sup> Sobre o contexto italiano, que nos é caro, conta-nos David Kaisergruber: “A conjuntura nacional italiana relaciona-se [...] desde há alguns anos, em particular, com um fenômeno de descentralização democrática do Estado, tendo por conteúdo novas formas de organização dos poderes públicos: conselhos regionais, conselhos de bairros, comunidades aldeãs, assembleias escolares [...] e, finalmente, conselhos de delegados de fábrica e conselhos de zona de trabalhadores”. (BALIBAR et al., 1976, p. 10).

<sup>113</sup> O primeiro *soviete* formou-se na cidade de São Petersburgo, em outubro de 1905, durante o processo revolucionário conhecido como “Ensaio Geral”, na Rússia. Os principais líderes da Revolução Russa de 1917, Lênin e Trotsky, atribuíram-lhe sempre destacada importância. Lênin afirmou mesmo que esta forma de organização política dos trabalhadores, multiplicada no contexto revolucionário de 1917, constituía-se como a principal ferramenta para a destruição do Estado burguês e instituição de um novo tipo de Estado que pudesse dirigir a transição socialista. (BOTTOMORE, 1983, p. 77-79).

peça ideológica do capital para a legitimação de suas ações, no registro da divisão de responsabilidades com a *sociedade civil* e redução dos custos com a política social. (CÔRTEZ, 1996, 2009a; RIBEIRO; RAICHELIS, 2012). Caracterizemos melhor cada uma das vertentes, começando pela primeira.

Na história do pensamento marxista, uma *nova democracia* foi sempre base da defesa do socialismo, como forma de romper com “os limites formais e materiais” da forma democrática capitalista, garantidora da uma ordem em benefício da minoria (MARTORANO, 2011, p. 25-26), ainda que a *forma democrática capitalista* historicamente tenha discursiva e ideologicamente postulado o contrário. É do jovem Marx, ainda um democrata radical, a tentativa inicial de desmonte das formas ilusórias que, identificava, cercavam o Estado capitalista enquanto suposta encarnação do universal. Em seu *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, de 1843, o pensador e revolucionário alemão, denunciando a distância entre *forma material e conteúdo político* que pesava sobre o homem real em seu cotidiano material, quando confrontado com o *cidadão político burguês* – investido este de uma universalidade apenas formal –, apontava para a necessidade de restauração do sentido de *autogoverno* que, ao contrário da ideia de *representação*, expressaria o encontro de *forma e conteúdo*. Se superada a contradição – para o esfumaçamento da qual contribui a falsa isenção encarnada pelo Estado –, continua Marx, não faria sentido pensar em *participação nos assuntos universais do Estado* como algo que se faculta ou pelo qual se opta, posto que a essência mesma da religação entre forma e conteúdo seria a superação da forma ilusória deste mesmo Estado. O autogoverno, portanto, não abriria espaços à participação simplesmente porque a participação seria a razão de ser do próprio autogoverno. Assim:

Tomar parte nos assuntos universais do Estado e tomar parte no Estado é, portanto, idêntico. Que, portanto, um membro estatal, uma parte do Estado, participe do Estado, e que essa participação possa aparecer apenas como *deliberação* ou *decisão* ou em outras formas semelhantes, e que, por conseguinte, cada membro do Estado participe na *deliberação* e da *decisão* [...] sobre os assuntos universais do Estado, é uma *tautologia*. Se se trata, portanto, de *reais* membros do Estado, então não se pode falar dessa participação como de um *dever*. (MARX, 2010a, p. 132, grifos do autor).

Mas a primeira experiência histórica moderna que tentou aliar forma e conteúdo, através dos conselhos, foi a Comuna de Paris. Em pouco mais de dois meses, o governo dos trabalhadores de Paris aboliu privilégios, pôs em xeque a divisão social do trabalho, reduziu a jornada, aboliu a pena de morte, tornou a educação gratuita, secular e obrigatória, instalou cooperativas de trabalhadores nas fábricas fechadas, desapropriou e ocupou residências

vazias, extinguiu o exército permanente, entre muitas outras medidas que pretendiam desarticular o poder da máquina estatal. (PINHEIRO, 2011). Formada por conselheiros municipais, eleitos por sufrágio nos diversos bairros da cidade, cujos mandatos eram revogáveis em qualquer tempo, e para o exercício do qual recebiam o mesmo salário médio de um operário, a Comuna instituiu uma combinação entre democracia direta e representativa – um corpo operante, segundo Marx, “executivo e legislativo ao mesmo tempo”. (MARX, 2008b, p. 402). O controle sobre a burocracia e a instituição de uma relação distinta entre os trabalhadores e seus representantes “administrativos e políticos” (MARTORANO, 2011, p. 26) era a condição para tornar realidade a “destruição do poder de Estado” (MARX, 2008b, p. 404).

Lênin, algumas décadas mais tarde, em pleno processo revolucionário russo, em diversas passagens, como nas *Teses de Abril* ou n’*O Estado e a Revolução* (ambos escritos em 1917), por exemplo, reforçou a mesma compreensão através da valorização dos *soviets*, que considerava a forma, em embrião, de um novo Estado, de *transição*, capaz de, a um só tempo, conter a contrarrevolução burguesa e crescentemente democratizar as relações na medida em que as bases materiais que instituíam o conflito de classe fossem perdendo terreno, tornando mesmo este *Estado transitório* obsoleto, em franco processo de *definhamento*, como haviam indicado Marx e Engels. Com a palavra, Lênin:

Os Sovietes dos deputados operários soldados, camponeses, etc. [...] representam uma nova forma de Estado, ou, mas exactamente, um novo *tipo de Estado*. [...]. É o Estado do tipo da Comuna de Paris, que *substitui* o exército e a polícia separada do povo pelo armamento directo e imediato do próprio povo. (LÊNIN, 1975c, p. 53-54, grifos do autor).

Ou ainda: “O Estado desse período deve, pois, necessariamente ser democrático *de uma maneira nova* (para os proletários e para os não possidentes em geral) e ditatorial *de uma maneira nova* (contra a burguesia)”. (LÊNIN, 1978, p. 51, grifos do autor).

Evidentemente, as concepções em torno do papel dos conselhos para a luta revolucionária variaram entre os diversos autores que compuseram o que se convencionou chamar de *tradição conselhistas* ou *comunismo de conselhos*. Se Lênin e Trotsky representavam a posição mais à esquerda, cuja principal marca era a impossibilidade de conciliar a democracia conselhistas com a dita democracia burguesa, expressa na existência do Parlamento, logo perderiam terreno para compreensões que primavam pela tentativa de promover justamente tal conciliação (Kautsky e Adler) ou mesmo que punham em xeque a centralidade até então atribuída a esse tipo de organização do poder proletário (Ebert e

Cohen). Gramsci, ainda nos tempos do PSI, ao lado de Amadeo Bordiga, foi outro importante pensador e revolucionário adepto do conselhismo. Mais tarde, a ênfase nessa perspectiva foi revista em sua obra de maturidade, embora nem de longe tenha abandonado a ideia de construção de um poder popular, paralelo, autônomo, próprio da classe trabalhadora e capaz, portanto, de tensionar a legalidade. Para Gramsci, que considerava os *conselhos de fábrica* equiparáveis aos *soviets*, essas organizações, tal como em Lênin, não se configuravam apenas como instrumentos de elevação da luta dos trabalhadores a outros patamares, mas como o próprio modelo do Estado proletário. (BOTTOMORE, 1983, p. 78). Caberia aos conselhos ainda a organização e canalização da potência de ruptura dos trabalhadores organizados com a ordem burguesa para a construção de uma nova ordem. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 211). Apesar da citação longa, vale o didatismo das palavras do próprio Gramsci sobre a necessidade do “controle operário”:

O terreno do controle, portanto, aparece como o terreno no qual burguesia e proletariado lutam para conquistar a posição de classe dirigente das grandes massas populares. O terreno do controle, portanto, aparece como o fundamento sobre o qual a classe operária – tendo conquistado a confiança e o consenso das grandes massas populares – **constrói o seu Estado, organiza as instituições do seu governo**, chamando para integrá-lo todas as classes oprimidas e exploradas, e inicia o trabalho positivo de organização do novo sistema econômico e social. Através da luta pelo controle – **luta que não se trava no Parlamento**, mas que é luta revolucionária de massas e atividade de propaganda e de organização do partido histórico da classe operária, o Partido Comunista –, a classe operária deve adquirir, nos planos espiritual e organizativo, **consciência de sua autonomia e de sua personalidade histórica. É por isso que a primeira fase da luta se apresentará como luta por uma determinada forma de organização. Esta forma de organização só pode ser o conselho de fábrica**, bem como a organização nacionalmente centralizada do conselho de fábrica. Esta luta deve ter como resultado a constituição de um Conselho Nacional da classe operária, que será eleito – em todos os seus níveis, do conselho de fábrica ao conselho urbano e ao conselho nacional – mediante sistemas e procedimentos estabelecidos pela própria classe operária, e não pelo parlamento nacional, não pelo poder burguês. Esta luta deve ser encaminhada no sentido de demonstrar às grandes massas da população que todos os problemas existenciais do atual período histórico, os problemas do pão, do teto, da luz, do vestuário, só podem ser resolvidos quando todo o poder econômico – e, portanto, todo o poder político – tiver sido transferido para a classe operária. Ou seja: esta luta deve ser encaminhada no sentido de organizar em torno da classe operária todas as forças populares em revolta contra o regime capitalista, com o objetivo de fazer com que a classe operária se torne efetivamente classe dirigente e guie todas as forças produtivas a se emanciparem através da realização do programa comunista. (GRAMSCI, 2004b, p. 39-40, grifos nossos).

Passado o período das revoluções na Europa Central e institucionalizados e burocratizados os soviets na URSS – face à simbiose entre o PCUS e o aparelho de Estado, que redundou em extremo enrijecimento do processo revolucionário soviético –, reduziu-se a importância atribuída aos conselhos. Apenas em torno de Anton Pannekoek, na Holanda, e Paul Mattick, nos Estados Unidos (ao qual Karl Korsch estava ligado), manteve-se acesa a produção teórica em torno do tema. Esses dois grupos retomaram a centralidade dos conselhos para a luta revolucionária dos trabalhadores, posicionando-se criticamente em relação a Lênin e à experiência soviética, acusando-os de promover o atrofiamento da pujança dos *soviets* em nome da supremacia do partido. (BOTTOMORE, 1983, p. 78-79). Mas a despeito dos conflitos, a síntese da perspectiva revolucionária conselhistas é que “a luta pelo fim do Estado, presente desde o início da transição, é [...] o objetivo maior da socialização e da participação”. (MARTORANO, 2011, p. 149).

Retomemos agora a segunda vertente anunciada, na qual a *participação* é produto das reconfigurações do Estado na fase do capital monopolista (ou monopolista-financeiro). Embora tal fase se inicie na segunda metade do século XIX, o processo participativo desdobrado dela apenas se configuraria com maior efetividade e presença no segundo pós-guerra, quando o fato político da Guerra Fria, a emergência do *Welfare State* e a criação de um conjunto de organismos internacionais – FMI e Banco Mundial (BM) (1944), como resultado de Breton Woods<sup>114</sup>, e Organização das Nações Unidas (ONU) (1945) – terminaram por se conjugar. Se a reprodução ampliada do capital esteve a todo tempo na base das transformações no ordenamento do sistema do capital e na sua dinâmica econômica, é forçoso notar que a considerável ampliação da esfera de influência comunista pela Europa Oriental e Ásia, sobretudo, trouxe uma dificuldade extra para as forças do capital. Se, no imediato, ao FMI e ao BM coube, respectivamente, a manutenção da estabilidade financeira internacional, sob um novo padrão monetário, e o financiamento da reconstrução dos países destruídos pela guerra, logo suas atenções se voltariam também para a América Latina, em face do *perigo vermelho* representado por Cuba, que havia feito a sua revolução em 1959. Não por coincidência, é de 1961, sob o governo de Kennedy nos EUA, o programa da *Aliança para o*

<sup>114</sup> As conferências de Breton Woods, ocorridas em julho de 1944 na cidade que leva o mesmo nome, no estado de New Hampshire (EUA), contaram com representantes dos países considerados à época os mais industrializados do mundo e tinham por objetivo o estabelecimento de regras para as relações monetárias entre as nações, frente à nova configuração econômica e geopolítica que resultava do fim iminente da Segunda Guerra Mundial. Pelo “acordo”, que expressou a incontestável supremacia norte-americana a partir do fim daquele ciclo histórico de liderança do capital inglês, o dólar passava a ser a *moeda-reserva mundial*, bem como o desenvolvimento econômico do mundo capitalista passava a subordinar-se à política fiscal e monetária norte-americana. “A América agia como o banqueiro do mundo em troca de uma abertura dos mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações”. (HARVEY, 2002, p. 131).

*Progresso*, cujo objetivo central foi conter o possível avanço comunista no continente. Coube ao BM, através da Usaid (*United States Agency for International Development*), executá-lo. (HOBSBAWM, 1995; RIBEIRO; RAICHELIS, 2012; UGALDE, 1985). Conforme Ribeiro e Raichelis, também baseadas em Ugalde, as ações apoiadas pela iniciativa norte-americana objetivavam “instrumentalizar a participação da comunidade como veículo de promoção da sociedade de consumo”. E ainda:

além de utilizado como instrumento de cooptação das lideranças tradicionais, o estímulo à participação da comunidade em programas de auto-construção de equipamentos públicos, infraestrutura, sistemas de irrigação e habitação, entre outros, permitiu a canalização de recursos financeiros para o desenvolvimento da infraestrutura urbana em benefício das elites rurais e urbanas, tais como: aeroportos, agronegócios, universidades e, inclusive, a aquisição de armas e equipamentos utilizados pela polícia para reprimir organizações e movimentos populares. (RIBEIRO; RAICHELIS, 2012, p. 52).

Especificamente no campo da Saúde, no Brasil, tal disposição das agências internacionais em prol da participação das comunidades nos moldes que descrevemos, conjugou-se, desde a virada dos anos 1960, com uma forte pressão de grupos organizados que reivindicavam, em âmbito local, maior permeabilidade nas decisões políticas relativas ao setor. (CARVALHO, 1995). Vale notar que neste jogo de pressões e contrapressões, no qual ao mesmo tempo em que o Estado é mais flagrantemente capturado pela lógica monopolista-financeira é que se dão também as suas antecipações estratégicas de modo mais sistemático e constante. Precisamente para que ele pudesse se manter numa posição estratégica para a fração hegemônica do capital – e diríamos mesmo, acompanhando Netto (2011), no papel de seu “comitê executivo” – é que precisou, em paralelo, legitimar-se ampliando a sua base de sustentação, “mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais [que lhe permitisse] organizar um *consenso* que [assegurasse] o seu desempenho” (NETTO, 2011, p. 27). Este é o registro que permite entender, por exemplo, as recomendações da Conferência de Alma-Ata (1978), patrocinada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), acerca dos cuidados primários de saúde – que autores como Côrtes (1996) compreendem como “a principal referência para exemplificar a influência exercida pelas agências internacionais na origem de processos envolvendo a participação de usuários na área da saúde” (RIBEIRO; RAICHELIS, 2012, p. 58).

Mas é fato que estamos diante do contraditório permanentemente. Alma-Ata, se significou, por um lado, a incorporação de uma *agenda de saúde* no interior de uma

perspectiva da necessária manutenção das condições mínimas de reprodução da força de trabalho mundo afora, sob violenta crise do capital e, por consequência, em sensível situação de aumento da exploração; por outro, foi também um divisor de águas importante para a concepção *ampliada* de saúde, fazendo valer um entendimento que necessariamente politizava a temática, por associá-la às condições socioeconômicas dos indivíduos e grupos. No registro da *participação* defendida pela Conferência conflitavam, portanto, o reconhecimento da amplitude do conceito de saúde conjugada a uma consequente responsabilização do Estado pela implementação de políticas públicas para o setor, com o chamamento para a autorresponsabilização das comunidades por suas próprias condições de saúde, face à suposta escassez de recursos disponíveis.

Os cuidados primários de saúde são cuidados essenciais de saúde baseados em métodos e tecnologias práticas, cientificamente bem fundamentadas e socialmente aceitáveis, colocadas ao alcance universal de indivíduos e famílias da comunidade, mediante sua plena participação e a um custo que a comunidade e o país possam manter em cada fase de seu desenvolvimento, no espírito de autoconfiança e automedicação. (DECLARAÇÃO DE ALMA-ATA, 1978, p. 1, item VI).

A *participação comunitária*, portanto, como produto da *medicina comunitária*, surgida nos anos 1960, nos EUA (PAIM, 2008a), toma corpo na América Latina nos anos 1970, através dos programas de saúde das agências internacionais. (CÔRTEZ, 1996; RIBEIRO; RAICHELIS, 2012). O Movimento Sanitário, desde cedo, a colocou sob crítica, denunciando o caráter reduzido e instrumental que preconizava. (CARVALHO, 1995, 2008; FELIPE, 2008; GERSCHMAN, 2004; NORONHA; TRAVASSOS, 2008; PELLEGRINI FILHO, 2008; TEIXEIRA; MENDONÇA, 2006). Mas, em paralelo, o Movimento compreendia positivamente a mobilização popular em torno de uma agenda da saúde, em face de um regime autoritário que cerceava os canais convencionais de reivindicações e pela possibilidade de ser disputada e elevada a patamares emancipatórios. Em 1981, o CEBES expressou uma posição sintética dessa postura intermediária do Movimento Sanitário a respeito do tema: “No entender do CEBES, a Participação Comunitária deve ser vista como componente fundamental do desenvolvimento político da sociedade, não devendo ser utilizada apenas instrumentalmente ou com fins de cooptação”. (2008b, p. 155).

Feitas as devidas caracterizações que anunciamos, sigamos mais uma vez com Netto, quando atenta para o conflito de classes como o fiel da balança para a compreensão do caráter multideterminado dos seus resultados, sempre parciais. O grau de investimento do Estado nas

*antecipações estratégicas* para garantir o consenso e, o quanto mais, a ocultação da sua condição de classe, esteve sempre na relação direta com o grau de organização e força de luta dos trabalhadores em cada contexto nacional. Ao contrário de desmerecer as conquistas, mesmo que eivadas de elementos contraditórios, o alerta nos serve, segundo as palavras do próprio autor, para que compreendamos que

assinalar, portanto, a compatibilidade da captura do Estado pela burguesia monopolista com o processo de *democratização* da vida sócio-política não é eludir o fenômeno real de que o núcleo dos sistemas de poder opera em favor dos monopólios – e, menos ainda, que jogue no sentido de reduzir os conteúdos de direitos e garantias de participação política. Ao contrário, equivale a indicar que um componente, mesmo amplo, de legitimação é plenamente suportável pelo Estado burguês no capitalismo monopolista; e não só é suportável, como necessário, em muitas circunstâncias históricas, para que ele possa continuar desempenhando a sua funcionalidade econômica. (2011, p. 28).

As mudanças comportadas pela ordem, mesmo que *mudanças*, podem indicar que o essencial da base do contraditório não foi comprometido. Sua importância, sob uma perspectiva de superação da ordem capitalista, só pode servir para alertar sobre a necessidade de avanço da própria luta, e de suas formas. Gramsci nos faz o mesmo alerta, em passagem em que refuta a leitura amansada que tem sido feita de sua obra:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, **se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.** (2007, p. 48, grifo nosso).

Mas se ao longo dos 1950, 1960 e parte dos 1970, o *Welfare State*, como produto da Guerra Fria, forçava um equilíbrio relativo entre as forças dos blocos capitalista e socialista, impondo ao primeiro mais concessões do que de *hábito*, em nome de um consenso permanentemente em vigília, na sequência das duas crises do petróleo (1973 e 1979) este jogo começou a virar. Desta vez, uma nova conjugação, entre a crise de acumulação do capital, em face da saturação do modelo fordista (HARVEY, 2002), junto ao processo flagrante em curso de derrocada do mundo socialista, permitiu ao capital uma poderosa contraofensiva sobre o terreno que até então precisara ceder. Se à *participação* instrumental das agências

internacionais, nos anos 1970, foi possível reagir com a pujança do *movimento popular em saúde*, ressignificando-a e tornando-a ponta de lança de uma bandeira civilizatória que nascia na saúde mas extrapolava os seus limites setoriais, o mesmo não aconteceria nos anos 1990, com a chegada retardatária, ao Brasil, da *tsunami* neoliberal. (BRAVO e CORREIA, 2012). Tal processo, em toda a sua complexidade, com a conseqüente reconfiguração do aparelho de Estado, não pode ser desconsiderado se quisermos compreender, em profundidade, a aposta convicta na democratização – que para o Movimento Sanitário, como assinalamos, se expressa principalmente na participação democrática dos conselhos de saúde – e o arrefecimento de toda a energia empregada. Vejamos mais de perto, então, como o terreno praticamente livre encontrado pelo capital para a retomada das posições que precisara negociar, na combinação com as opções táticas e estratégicas das classes trabalhadoras em luta, logrou um dramático e brutal esvaziamento do conteúdo de classe da luta pela democracia, tornando-a objeto de puro fetiche.

Disse Hobsbawm que “a história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise”. (1995, p. 393). As respostas, no imediato, à desestabilização da *Era de Ouro* que se seguiu ao primeiro choque do petróleo, não eram óbvias. E embora saibamos hoje da vaga conservadora que sucedeu tal descentramento, aproveitada pelos ultraliberais escanteados desde os anos 1930-1940, tendo à frente Friedrich von Hayek e Milton Friedman, não se trata de supor que, a despeito dos caminhos encontrados no sentido da desconstrução do *Estado regulador*, as distintas escolas de pensamento (e de frações do poder burguês) tenham simplesmente se alternado, respeitosamente, na condução dos rumos de longo prazo do sistema do capital, após franco debate de ideias. A necessidade de encurtar o giro do capital para manter graus *aceitáveis* de acumulação e o aproveitamento das novas tecnologias de produção, comunicação, transporte e informática, eram também dados objetivos da realidade a exigir novas práticas e novas formulações para o capital, consideradas sob uma conjuntura de crise.

A tendência de uma maior presença do Estado na economia, desde a grande crise dos anos 1920, secundada por uma guerra de grandes proporções, não perdeu força no pós-1945. Ao contrário, o grande trunfo dos defensores de um *braço keynesiano* para a *mão invisível* de Adam Smith era precisamente a necessidade do capital de controlar o “espírito animal” dos capitalistas e, por conseqüência, as suas crises e os seus efeitos, como forma de evitar não só o abalo da paz interna no interior de cada nação, como também a sangria da estabilidade que poderia fornecer munição ao inimigo socialista. Não é difícil notar, portanto, na *tendência*

*inversa*<sup>115</sup>, a partir de 1973 e ao longo do período indicado por Hobsbawm, a correspondência existente entre o crescimento da crítica liberal radical à forte presença do Estado na economia e a crise profunda por que passava o socialismo real.

Mas conjugada a esta conjuntura específica da luta de classes, o keynesianismo e a sua expressão prática no campo da produção, o fordismo, já apresentavam sinais de incapacidade na contenção das contradições próprias do sistema do capital, desde meados dos anos 1960. Nesta década, o papel de principal centro fornecedor de produtos industrializados para o mundo, exercido pelos EUA, começava incomodamente a ter que conviver com a recuperação plena da capacidade produtiva da Europa Ocidental e do Japão, também interessados nos mercados mundiais para os seus excedentes. Em paralelo, como fato novo, também data desta época o processo de industrialização fordista em diversos países do chamado Terceiro Mundo, com destaque para o contingente latino-americano. (HARVEY, 2002). A consequente queda de produtividade e lucratividade das corporações estadunidenses depois de 1966 deu ensejo a uma crise fiscal na economia norte-americana que, por sua vez, exigia, como contrapeso, uma aceleração do processo inflacionário; mas por tabela, tal solução paliativa punha sob ameaça o papel do dólar na economia mundial, tal como havia se configurado até então. A rigidez das inversões em larga escala e de longo prazo, para a produção em massa, sustava ou dificultava a existência de margens de manobra que pudessem reagir às novas configurações do mercado mundial com a rapidez que a reprodução do capital passava a exigir, até então calcadas na presunção de “um crescimento estável em mercados de consumo invariantes”. (HARVEY, 2002, p. 135). Sob a ótica do capital, crescentemente tal rigidez também se expressaria nos

---

<sup>115</sup> Relativizemos a expressão: a despeito de toda a reação dos liberais radicais à presença do Estado na condução dos rumos da economia, como já foi apontado, identificamos, ao contrário, que o capitalismo monopolista intensifica a presença do Estado para a manutenção da saúde do capital. Se a crítica liberal recai especialmente sobre o papel do Estado na tentativa de regulação do ritmo, das crises e das mazelas resultantes e inerentes à lógica própria do sistema do capital, ela não diz respeito ao papel estruturante e agenciador das condições de reprodução do capital, que não só não diminuiu como, inversamente, ampliou-se incessantemente ao longo de todo o século XX e não dá sinais de tendência oposta à vista. Como aponta David Harvey: “...a ‘mão invisível’ do mercado, de Adam Smith, nunca bastou por si mesma para garantir um crescimento estável ao capitalismo, mesmo quando as instituições de apoio (propriedade privada, contratos válidos, administração apropriada do dinheiro) funcionam adequadamente. Algum grau de ação coletiva – de modo geral, a regulamentação e a intervenção do Estado – é necessário para compensar as falhas de mercado (tais como os danos inestimáveis ao ambiente natural e social), evitar excessivas concentrações de poder de mercado ou combater o abuso do privilégio do monopólio quando este não pode ser evitado (em campos como transportes e comunicações), fornecer bens coletivos (defesa, educação, infraestruturas sociais e físicas) que não podem ser produzidos e vendidos pelo mercado e impedir falhas descontroladas decorrentes de surtos especulativos, sinais de mercado aberrantes e o intercâmbio potencialmente negativo entre expectativas dos empreendedores e sinais de mercado (o problema das profecias autorrealizadas no desempenho do mercado)”. E ainda: “...há fortes evidências de que as modalidades, os alvos e a capacidade de intervenção estatal sofreram uma grande mudança a partir de 1972 em todo o mundo capitalista, pouco importando a tendência ideológica do governo no poder [...]. Isso não significa, porém, que o intervencionismo estatal tenha diminuído de modo geral, visto que, em alguns aspectos – em particular no tocante ao controle do trabalho –, a intervenção do Estado alcança hoje um grau bem mais fundamental”. (2002, p. 118, 161).

compromissos assumidos pelo *Estado regulador* com as classes trabalhadoras, justamente sob uma conjuntura em que a crise fiscal constrangia a expansão de gastos públicos para o atendimento da *questão social*, bem como no considerado *longo* percurso para a valorização do capital, e ainda no processo de produção de mercadorias, nas formas de contratação de força de trabalho, e mesmo nos produtos e padrões de consumo. Até que a decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) de aumentar os preços do barril e embargar as exportações para o mundo ocidental evidenciou a inviabilidade da manutenção do desenho da política econômica internacional vigente. A reação do capital se expressaria na concepção de uma nova forma de acumulação e na consequente superação da anterior. *Acumulação flexível* foi o termo que o já citado Harvey criou para caracterizar o

surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas... (HARVEY, 2002, p. 140).

Tal configuração está diretamente relacionada à ascensão do *capital financeiro* ao posto de fração de classe hegemônica da burguesia, que conquistou maior destaque do que recebera nos tempos de auge da produção fordista. O que se viu nas décadas seguintes, a começar por EUA e Grã-Bretanha ainda em fins de 1970, que inauguraram a chamada *era neoliberal*, foi uma importante redução do *Welfare State*, através sobretudo do “ataque ao salário real e ao poder sindical organizado”. (HARVEY, 2002, p. 158). Para as regiões periféricas do mundo, que não experimentaram o Estado de Bem-Estar Social, a receita não só foi a mesma, como as doses foram maiores, incidindo mesmo sobre o que não havia.

O caso do Brasil foi ainda mais particular. Em face da reação à ditadura e do significativo acúmulo de luta social ao longo dos anos 1970 e 1980, os trabalhadores brasileiros conquistaram importantes avanços no sentido da assunção pelo Estado de um conjunto de demandas sociais, em forma de direitos adquiridos, justamente no momento em que as classes trabalhadoras do mundo desenvolvido amargavam sua redução. O certo adiamento da chegada até nós de uma agenda neoliberal, que só aportaria com verdadeira intensidade a partir da década de 1990, foi resultado da combinação dessa complexa conjuntura nacional e internacional. Era preciso, então, reformar o Estado, entendido este,

para os neoliberais, como avalizador das boas condições de negócio em cada âmbito nacional. A melhora constante da posição competitiva deveria ser obsessivamente buscada a partir de então. Residiria no suposto gigantismo do Estado, fruto de uma prática intervencionista e reguladora<sup>116</sup>, o mal a ser sanado em benefício da saúde do mercado global. Um Estado gozando de boa saúde financeira (entenda-se: desonerado, enxuto, dono de uma importante poupança e de uma moeda sólida) seria o sinal mais claro de um bom mercado para o investimento privado. (HARVEY, 2012).

Abertura comercial, aumento vertiginoso dos juros, desregulação, privatização, flexibilização de leis trabalhistas e repressão/cooptação dos movimentos sociais e do movimento sindical têm sido, em síntese, a tônica da ação dos governos já desde Fernando Collor de Mello (1990-1992). Mas coube a Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), ao longo de seus dois mandatos consecutivos na presidência da República, implementar de fato o *ajuste estrutural*. Vencidas as eleições de 1994, um dos primeiros atos de Cardoso, em janeiro do ano seguinte, foi a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), para o qual convidou Luiz Carlos Bresser-Pereira, intelectual acadêmico, fundador do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em 1988, com larga folha de serviços prestados à iniciativa privada e experiência na administração pública<sup>117</sup>. No MARE, Bresser-Pereira permaneceria por todo o primeiro mandato de Cardoso, e seria diretamente responsável por toda a arquitetura da *reforma gerencial* que habilitaria o Brasil a tornar-se plataforma de valorização do capital internacional (PAULANI, 2006), aplicando por aqui o receituário de agências internacionais que falam em nome das corporações transnacionais, como FMI, BM e Organização Mundial do Comércio (OMC).

O *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*, documento produzido pelo MARE e aprovado pelo Congresso Nacional, continha todo um conjunto de propostas que foram sendo aplicadas e incorporadas à prática institucional do Estado, às relações de trabalho e ao trato da *coisa pública*. (BEHRING, 2008). Para viabilizar o conjunto de medidas necessárias à adequação do Estado brasileiro aos novos ditames do chamado *mundo globalizado*, que exigia o conjunto de ações apontadas sinteticamente por nós no início do parágrafo anterior, seriam imprescindíveis, segundo Bresser-Pereira, uma *reforma*

---

<sup>116</sup> No que respeita aos termos utilizados, *Estado intervencionista* e *Estado regulador*, esclareçamos que os dois adjetivos são comumente utilizados para designar o período keynesiano. No Brasil, na reforma do Estado dos anos 1990, *Estado regulador* passou a designar a forma ideal a ser buscada, na oposição ao *Estado intervencionista*, que se manteve, sozinho, como o adjetivo por excelência do período keynesiano.

<sup>117</sup> Presidiu o Banco do Estado de São Paulo (1983-1985), foi secretário de governo do mesmo estado (1985-1987), ministro da Fazenda do governo José Sarney em 1987 e, mais tarde, em 1999, durante o primeiro ano do segundo mandato de Cardoso, ocuparia por alguns meses o cargo de ministro de Ciência e Tecnologia. Fonte: *Bresser-Pereira web site*. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

*administrativa* da aparelhagem estatal, a criação de *organizações sociais* e *agências executivas* para liberar o Estado de tarefas que não lhe caberia executar (ao menos diretamente), alterações substanciais na legislação que regulava o regime de trabalho dos servidores públicos (“eliminando privilégios e distorções”), definição e formatação dos *contratos de gestão* e do conceito de *indicadores de desempenho* para a definição do termos da relação do Estado com as entidades e instituições que passariam a lhe prestar serviços, além de um nova política de “recursos humanos” para o “fortalecimento do núcleo estratégico do Estado”. (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 11).

Toda a caracterização que até aqui apresentamos nos servirá a partir de agora para compreendermos o lugar reservado à *participação* no projeto *neoliberal*. Antes de prosseguirmos, vale termos em mente o alerta de Netto, páginas atrás, sobre a necessidade de legitimação do capitalismo monopolista pela via da *democratização da vida sociopolítica*. Com Bresser-Pereira, podemos constatar que a mensagem é bastante clara:

A Reforma Gerencial ocorre hoje nos quadros do regime democrático. Se a globalização obriga as administrações públicas dos estados nacionais a serem modernas e eficientes, **a revolução democrática** deste século que está terminando as obriga a ser de fato públicas, voltadas para o interesse geral, ao invés de auto-referidas ou submetidas a interesses de grupos econômicos. (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 151, grifo nosso).

Curiosamente, é também de Bresser-Pereira a desqualificação do processo democrático que redundou na *Constituição Cidadã*, de 1988, a que chama de “retrocesso burocrático” e mesmo de “contrarreforma<sup>118</sup> de 1988”, por oposição à “reforma desenvolvimentista de 1967”, implementada em pleno regime militar e que teria sido sustada pelo processo constituinte da Nova República. (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 163, 167).

Para o autor, que se autoproclama um homem de *centro-esquerda*<sup>119</sup> e aponta Marx como uma de suas três maiores influências intelectuais, “eficiência administrativa e

---

<sup>118</sup> Já dissemos aqui que a linguagem é a consciência prática. Esclareçamos, portanto, a batalha em torno das noções de *reforma* e *contrarreforma* que tornaram-se comuns no linguajar acadêmico e militante desde os anos 1990. Bresser-Pereira, como vimos, refere-se ao processo de redemocratização no Brasil recente como “contrarreforma”. No entanto, ao contrário da perspectiva sugerida por este autor, muito pontual e nada usual, a ideia de *contrarreforma* tem sido compreendida pela esquerda como o desmantelamento das conquistas democráticas expressas na Constituição de 1988, pelo processo de *reforma do Estado* (BEHRING, 2008). Neste trabalho, manteremos a designação original conferida por Bresser e companhia (*reforma do Estado*).

<sup>119</sup> Há aqui uma sutileza ideológica que não teremos oportunidade de abordar, mas que vale ser destacada. Bresser-Pereira, assim como Fernando Henrique Cardoso e boa parte da socialdemocracia europeia e latino-americana, vocalizam uma agenda neoliberal que se pretende reformada, limpa do teor *selvagem* do ultraliberalismo. Tanto que promovem a crítica discursiva do neoliberalismo *clássico*, digamos, e também das soluções *clássicas* de esquerda, para se colocarem como um *caminho do meio*, numa versão requentada e já secular, iniciada pela socialdemocracia alemã de Bernstein e Kautsky. Se já não bastasse a classificação fluida e

democracia são dois objetivos políticos maiores das sociedades contemporâneas”. Isto implicaria, seguindo o seu raciocínio, que a reforma gerencial só poderia chegar a bom termo se pudesse contar com um sólido regime democrático. Isto é, os “controles administrativos” e a “competição administrada”, responsáveis por um Estado mais eficiente, deveriam ser completados pelos “controles democráticos que estão sendo e deverão ser aprofundados: o **controle social ou participativo**, o controle da imprensa e da opinião pública, o controle da oposição política”. (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 17, grifo nosso). Ou ainda: “a democracia só pode existir quando a sociedade civil, formada por cidadãos<sup>120</sup>, distingue-se do Estado ao mesmo tempo que o controla” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 48). Não precisamos de muito esforço para compreender que o autor considera o Estado como instância *administrativa* e não como produto de uma sociedade de classes – a despeito da sua declarada filiação política e influências intelectuais. Caberia a este Estado, portanto, a busca pelo equilíbrio dos interesses e demandas dos diferentes atores e grupos presentes na sociedade. Não será por outra razão que o *controle social* será concebido como espaço complementar da gestão, capaz de fiscalizar o Estado, controlá-lo, mantendo-o isento de corporativismo (como o dos *funcionários públicos*, por exemplo, como aponta o autor). Uma *reforma gerencial* voltada para o cidadão, portanto, que os pressupõe organizados em comunidades de interesses, *clientes* que são, não poderia prescindir da existência de “conselhos formais e informais dos mais variados tipos” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 112). A perspectiva é claramente conciliatória, com vistas à manutenção do consenso:

A Reforma Gerencial convive melhor com um capitalismo de portadores de direito, na medida que o Estado, enquanto organização, é um sistema de cooperação, é um instrumento político (e não de mercado) de ação coletiva, que só pode funcionar bem se for capaz de limitar o conflito e promover a cooperação. (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 138).

Toda a argumentação aponta para uma suposta democratização do Estado, consequente da sua *reforma*, e baseia-se no mesmo diagnóstico feito pela esquerda (e não só por ela), do caráter historicamente patrimonialista do Estado brasileiro. A *reforma* do Estado viria em boa hora para extirpar a praga contemporânea que atualizaria o passado

---

hesitante do que venha a ser “centro-esquerda”, Bresser-Pereira acrescenta o binômio “social-liberal” para designar o que chama de “nova esquerda moderna e reciclada”, na qual se insere. (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 38-39). Tal perspectiva mistificadora da realidade é muito bem trabalhada e criticada por Martins (2009), Neves (2005) e Coelho (2012).

<sup>120</sup> Sugestivamente, o autor também emprega o termo “cidadão-cliente” ao longo de todo o livro que escreveu contando a história da reforma gerencial que coordenou em perspectiva comparada com as reformas implementadas em outros países.

patrimonialista: o corporativismo. (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 94). Todo o teor das mudanças na administração da máquina estatal teriam o objetivo de “desparticularizar” o Estado, tornando-o verdadeiramente *público* e pondo-o finalmente a serviço da sociedade.

Não coincidentemente, e nem por acaso, vejamos os pontos de contato da agenda vocalizada por Bresser-Pereira e as diretrizes do BM, expressas em documento já fartamente trabalhado pela literatura acadêmica, datado de 1997. Trata-se do *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*. Toda a cartilha de *focalização, profissionalização da filantropia e resgate da cidadania* – esta última, em termos claramente liberais –, vem acompanhada do incentivo à *participação* das comunidades, com o fito declarado de torná-las *capazes de gerir a própria vida*. Antes, no entanto, destaquemos que esta instituição, como mostram estudos recentes, muito além de um desempenho exclusivamente *financeiro*, tem atuado também como importante ator *político e intelectual*, responsável direto pela implementação de agendas decisivas para os continentes latino-americano, africano e asiático. (PEREIRA, 2010; RIZZOTO, 2012).

O tema central do documento a que acabamos de nos referir é o Estado. Nestas páginas são apresentadas todas as diretrizes para a *reforma do Estado*. A revisão forçada do receituário neoliberal, que teve resultados sociais catastróficos ao longo de 20 anos de vigência nos países do terceiro mundo, e a consequente revalorização do papel do Estado para o combate da *questão social* estão afirmadas logo no Prefácio, assinado pelo então presidente da instituição, James D. Wolfensohn. O apelo a um Estado nem tão mínimo, como forma de aliviar as pressões sociais e manter, ao mesmo tempo, os índices de acumulação de capital, precisava continuar contando com a divisão das responsabilidades pelo ônus. O que mais senão a *participação* da sociedade civil poderia contribuir para a redução de um problema sem pai nem mãe e, portanto, pertencente a *todos*? Não por acaso, um dos capítulos do relatório intitula-se “Um Estado mais próximo do povo”. Lá está dito o seguinte:

Não é capaz o Estado que ignora as necessidades de grandes setores da população ao estabelecer e implementar políticas. E, mesmo com o máximo de boa vontade, o governo poucas probabilidades terá de atender eficientemente às necessidades coletivas se não souber quais são muitas dessas necessidades. Assim, é preciso que o revigoramento das instituições públicas comece com uma aproximação do governo com o povo. Isso significa **inserir a voz do povo na formulação de políticas: abrir campo para que indivíduos, organizações do setor privado e outros grupos da sociedade civil expressem as suas opiniões**. No cenário apropriado, também pode significar maior descentralização do poder e dos recursos do governo. [...] **Incentivar uma participação mais ampla** na preparação e provisão desses bens e serviços por meio de parcerias entre o governo, as

empresas e as organizações cívicas também pode melhorar a sua oferta (BM, 1997, p. 116, grifos nossos).

Como se vê, a funcionalidade da democracia em sua versão fetichizada, ao que parece, pode servir indistintamente a todos, mas serve em verdade aos que precisam dela para legitimar a sua dominação. Virgínia Fontes apresenta os termos exatos da crítica:

A democracia seria um terreno precioso para a investida empresarial e das agências internacionais do capital, com ênfase para o próprio Banco Mundial [...]. Tratava-se [...] de incorporar de maneira subalterna entidades e associações populares, convocadas a legitimar a ordem pela sua participação na gestão de recursos escassos. As reivindicações populares seriam canalizadas, por exemplo, pelos Orçamentos Participativos, que teriam forte papel pedagógico. Fruto de reivindicações populares pelo controle efetivo dos orçamentos públicos, resultariam na sua agregação à institucionalidade vigente, bloqueados economicamente e subalternizadas politicamente [...]. Essa inserção subalternizada, apartada das formas classistas e da problematização da dinâmica propriamente capitalista no Brasil, seria apresentada como o modelo fundamental para a **participação popular** e para o **‘controle’ popular** a ser exercido sobre as políticas públicas voltadas para a questão social, **em especial na saúde**. (FONTES, 2008, p. 208-209, grifos nossos).

Não é possível ignorar a apropriação da bandeira democrática da esquerda pela direita. Mas voltemos a Bresser-Pereira e seu MARE. Tal como o BM, a ONU, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciências e a Cultura) e a OMS produziram um conjunto expressivo de documentos com o intuito de pautar o lugar do Brasil no concerto do capital internacional, conferindo um importante destaque para a Saúde, a *reforma gerencial* patrocinada pelo governo de Cardoso dedicou-lhe um capítulo especial<sup>121</sup> – único setor a receber tal tratamento. Vejamos as motivações que podem justificar tamanho interesse.

Dois elementos nos parecem centrais para a devida compreensão do tratamento especial recebido pela saúde no processo de reforma do Estado que estamos acompanhando. O primeiro constitui-se na expressiva conquista de uma política pública de caráter universal

<sup>121</sup> Em 1998, Bresser-Pereira publicou o livro *Reforma do Estado para a cidadania – a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*, cujo propósito foi sintetizar o processo de reforma do Estado que coordenou. É nessa publicação que estamos nos baseando para este debate. No que diz respeito à reforma do setor Saúde, em 1995, o MARE, em conjunto com o Ministério da Saúde, elaborou o documento *Sistema de Atendimento de Saúde do SUS*, para guiar o processo. Em 1998, o mesmo documento foi incluído no n.º 13 da publicação *Cadernos do MARE*, sob o título *A reforma administrativa do Sistema de Saúde*. No livro em questão, o capítulo dedicado ao tema recebeu o título de *Reforma Gerencial na Saúde*. Compõe-se de duas partes: na primeira, são descritas as linhas gerais da reforma adotada para a Saúde e suas problemáticas centrais. A segunda parte é a reprodução de um artigo do autor, escrito em 1995, para embasar a proposta específica para o campo da Saúde (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 258, nota 167).

que o SUS representou e representa, resultante de um importante acúmulo de luta social ao longo dos anos 1970 e 1980. Em segundo lugar, se não bastasse a intenção de *restauração do poder de classe*, que explica em grande medida a ofensiva neoliberal (HARVEY, 2012), o potente viés econômico do setor, vislumbrado pelo capital desde fins dos anos 1960<sup>122</sup> (RIZZOTTO, 2012), forma o par perfeito a impor uma ação agressiva de desarticulação e desmantelamento da conquista em si, do potencial de mudança que carrega e dos grupos e frações da classe trabalhadora que empunharam e empunham essa luta. Não é por outra razão que o autor classificou o MS, na área social, como o “mais difícil” de *reformular*: “como trata de um direito humano fundamental, e com grandes somas de recurso, é um ministério altamente politizado e ideologizado, o que dificulta em muito sua administração”. Não à toa, considera que “uma das maiores vitórias” da sua gestão foi ter “conseguido convencer os médicos sanitaristas<sup>123</sup> que dirigem[iam] o MS da superioridade do modelo proposto”. (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 253-254).

Não esperemos, claro, que tais motivações apareçam sempre inteiramente declaradas e facilmente captáveis, como esta. Não é por outra razão senão a de confundir o debate e esfumegar o antagonismo de classe que os agentes do capital primam pelo viés, pela dubiedade e pelos *meios-terminos* na declaração de seus propósitos. Assim, é na defesa de “prioridade à área social” que o autor enquadra a reforma da Saúde. Da mesma forma, o seu elogio ao SUS como conquista de “grande envergadura” e que deve fazer valer os princípios que constitucionalmente o caracterizam não pode iludir o leitor. (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 251, 259, 261). A redução da *universalidade* ao simples acesso, descolado da qualidade do serviço prestado; a defesa da equidade como *focalização* e não como tratamento desigual de desiguais; a *descentralização* como desresponsabilização do Estado e não como racionalização do sistema, são algumas das armadilhas produzidas pelo discurso escorregadio pretensamente de centro-esquerda e crítico do capitalismo de face neoliberal. Sigamos com o autor.

---

<sup>122</sup> Data já de 1975 um importante documento do BM sobre a importância do setor para o desenvolvimento (*Salud: documento de política sectorial*), e que em boa medida se fará presente na Declaração de Alma-Ata, já vista por nós. Mais tarde, outros viriam, com abrangência mais geral ou especificamente tratando do Brasil: *Financiando os serviços de saúde nos países em desenvolvimento: uma agenda para a reforma* (BM, 1987); *Brasil, novo desafio à saúde do adulto* (BM, 1991); *Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 1993: investindo em saúde* (BM, 1993); *A organização, prestação e financiamento da saúde no Brasil: uma agenda para os anos 90* (BM, 1995); *Informe sobre la salud en el mundo 2000 – mejorar el desempeño de los sistemas de salud* (OMS, 2000); *Governança do Sistema Único de Saúde no Brasil: aumento da qualidade do gasto público e da administração de recursos* (BM, 2007), para citar os principais.

<sup>123</sup> O autor se refere explicitamente, noutra passagem do texto, ao então ministro da Saúde, Adib Jatene, a seu secretário executivo, José Carlos Seixas, e ao secretário responsável pelo SUS, Eduardo Leukowitz. (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 255).

O desmonte do SUS a que Bresser-Pereira e os interesses que representa se dedicam é carregado de sutilezas. O autor declara estar convencido, diante da falta de recursos para fazer funcionar o SUS tal como concebido (o que toma como verdade pré-concebida), de que o melhor modelo de gestão a ser seguido pelo sistema de saúde brasileiro é o britânico (“financiado pelo Estado, mas provido por organizações públicas não estatais competitivas”), menos custoso (*per capita*) se comparado ao norte-americano (“privado, baseado em empresas de seguro”) e ao francês (“basicamente estatal”). Entre o essencialmente privado e o essencialmente estatal, o autor inaugura também uma *terceira via* da Saúde. Sua proposta de reforma se baseia em *quatro ideias básicas*: descentralização e controle dos gastos; criação de um “quase-mercado entre os hospitais e ambulatórios especializados”; transformação dos hospitais em organizações públicas não estatais (leia-se: *organizações sociais*); e criação de um “sistema de entrada e triagem constituído por médicos clínicos ou médicos de família”. (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 252-253).

Se a economia de recursos é o norte a guiar a reforma, a que serve a declaração de um *estado de emergência* permanente, a má utilização dos recursos disponíveis também foi parte do argumento. Baseado em dados dos quais não são citadas as fontes, afirmava o então ministro que a oferta de leitos hospitalares no país era muitíssimo maior do que a demanda: 25 mil para 13 mil. Este hiato se deveria ao enrijecimento de uma administração centralizada, incapaz de dar conta da capilaridade de um sistema nacional, num país com as dimensões do Brasil. A transferência da execução dos serviços para prestadores descentralizados – que competiriam entre si – tornaria mais eficiente o atendimento na ponta do sistema e desobrigaria o Estado de uma tarefa que, por princípio, ele não teria condições de cumprir. Este modelo engessado, apontava, seria responsável, na prática, ainda, pela não-universalidade do sistema e por sua não equidade. Idealmente, deveria caber ao Estado o financiamento e a fiscalização da efetividade e qualidade do serviço prestado. Tomando ainda como base o sistema inglês, defende o autor uma espécie de *toyotização* do sistema de saúde brasileiro, cuja administração deveria primar pela *demanda* e não pela *oferta*. (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 255-257, 261).

Em suma, o SUS seria uma importante e inegável conquista – “inovadora” para usar os termos do autor. Como tal, deveria ser defendido, mas o problema é que a falta endêmica de recursos não permitiria que todo esse louvável edifício funcionasse a contento. Em face da dura constatação, seria preciso refunda-lo sob outro registro, isto é, sob o registro do *mercado*. Eis a mensagem final. Foi sob este arcabouço que os conselhos e conferências de saúde foram tomando corpo e se expandindo no Brasil, a ponto de alcançarem significativo

reconhecimento internacional. Vejamos o que resultou deste processo multiplamente determinado.

## 5.2 O controle social na Saúde: um gigante com pé de barro?

Se o capitalismo monopolista, como vimos, trouxe a reboque da ampliação do papel do Estado (para a valorização do capital) uma forma política que guarda especial lugar para a participação e para a democracia, a ofensiva neoliberal *radicalizou a democracia*, mas na sua versão fetichizada. À correlação de forças atual, que tem resultado numa *direita para o social* e numa *esquerda para o capital* (COELHO, 2012; MARTINS, 2009; NEVES, 2010), tem correspondido uma *democracia de cooptação, retórica e apassivada*. (FONTES, 2008, 2010; IASI, 2012).

O festejado processo de participação social no Brasil está no centro desse debate, dessa disputa e também deste impasse. Desde fins da década de 1980, o Orçamento Participativo (OP) – surgido na cidade de Porto Alegre durante as administrações do PT<sup>124</sup> – tem sido uma das experiências mais representativas desta agenda – compreendida, mundo afora, como parte da dita *radicalização democrática*. O modelo tem sido copiado em outras partes do Brasil e também no exterior<sup>125</sup>. As Conferências, nas diferentes esferas de poder, também merecem destaque, pela significativa ampliação que experimentaram desde 1988, embora mais notadamente de 2003 para cá. (MORONI, 2009, p. 265). Estima-se que entre 2003 e 2012, algo em torno de sete milhões de pessoas tenham participado de conferências (municipais, regionais, estaduais ou nacionais). Um dado inserido numa escala de tempo mais extensa dá bem a medida do que tentamos apontar: segundo a Secretaria Geral da Presidência da República, de 1941 a 2011 foram realizadas 127 conferências nacionais, das quais 86 ocorreram entre 2003 e 2012. (BRASIL, 2013, p. 2). No que diz respeito aos conselhos gestores de políticas públicas, se considerarmos, além do campo da Saúde, outras áreas como Assistência Social, Meio Ambiente e Criança e Adolescente, chegamos à casa de 10 mil

---

<sup>124</sup> Alguns dados interessantes sobre os rumos do processo de *democratização* no Brasil recente: se até 1997 a existência de OPs, em sua grande maioria, estava vinculada à presença de administrações petistas, a partir deste ano identifica-se uma tendência à pluralização do universo partidário na implementação de OPs. Em 2004, apenas 47% das 170 experiências existentes ocorriam em administrações do PT, embora a maioria delas (57%) estivessem ligadas a partidos do campo da esquerda ou centro-esquerda, como PSB (Partido Socialista Brasileiro), PCdoB e PDT. Faltam dados mais atualizados, mas o fenômeno a ser observado entre os anos 2000 e 2004 é o crescimento na implementação de OPs entre as administrações de partidos considerados de centro ou centro-direita, como PMDB e PSDB. (AVRITZER, 2009, p. 38-39).

<sup>125</sup> “Em 2008 existiam mais de cem cidades europeias com orçamento participativo. Entre elas, Sevilha, com mais de 700 mil habitantes, e distritos de Paris, Roma, Lisboa e Berlim (uma primeira tentativa também foi realizada em Londres, no ano de 2005)”. (SINTOMER et. al., 2010, p. 41-42).

conselhos em todo o país e um número maior de conselheiros do que de vereadores em todo o território nacional. (AVRITZER, 2009, p. 28).

Ao lado dos OPs, o complexo participativo da Saúde constitui-se numa das mais destacadas experiências de participação no Brasil recente, experimentadas desde a virada dos anos 1980. (AVRITZER, 2009). Os conselhos de Saúde mobilizam hoje algo em torno de 72 mil conselheiros em todo o Brasil (ESCOREL, 2013, p. 1938)<sup>126</sup>. Da mesma forma, as Conferências de Saúde, em âmbitos municipal, estadual e nacional, têm sido responsáveis pela reunião de milhares de pessoas, a cada quatro anos<sup>127</sup>.

Instituídos pela lei n.º 8.142, de 1990, as atribuições das conferências e dos conselhos de Saúde são as seguintes, respectivamente: “avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde” e “formulação de estratégias e [...] controle da execução da política de saúde”. Se as conferências são compostas pela “representação de vários segmentos sociais”, os conselhos, cujo caráter é deliberativo, devem compor-se por “representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários” na proporção de 50% de usuários, 25% de trabalhadores da Saúde e 25% por prestadores e gestores. O SUS garante aos estados, Distrito Federal e municípios a autonomia para administrar os recursos da saúde, de acordo com a sua condição de gestão, mas para isso é preciso que cada estado, município e região tenha seu Conselho de Saúde formalmente constituído. (BRASIL, 1990, p. 1 et. seq.).

O processo participativo que acompanha, nos tempos atuais, conferências e conselhos de saúde é fruto inegável da luta social dos anos 1970 e 1980. No entanto, conferências nacionais de Saúde estão previstas em lei desde 1937 e ocorrem no Brasil desde 1941. Destinavam-se ao intercâmbio de informações entre a esfera central e as esferas regionais de poder do Estado, como forma de orientar a execução de ações locais e a concessão de subvenções federais. Não dispunham de caráter deliberativo (ESCOREL e BLOCH, 2005a). A 8ª CNS, de 1986, a única que é considerada parte efetiva do processo de Reforma Sanitária, foi a última a ocorrer antes da nova legislação, criada na sequência da Constituição de 1988. Quanto aos conselhos, sua origem remete aos movimentos populares da área, presentes desde os anos 1960 através de conselhos populares de Saúde, conselhos comunitários e conselhos

---

<sup>126</sup> Em 2011, o então ministro da Saúde, Alexandre Padilha, em entrevista para uma publicação do Conselho Nacional de Saúde, elevou este número para algo em torno de 100 mil conselheiros em todo o Brasil. (PADILHA, 2011, p. 11).

<sup>127</sup> Apenas a título de ilustração, somadas as etapas municipal, estadual e nacional, 104 mil pessoas participaram da 12ª CNS, ocorrida em 2003. No mesmo ano, conferências nacionais de Assistência Social, Meio Ambiente e Direitos da Criança e do Adolescente, somadas as mesmas três etapas, contaram com a participação, respectivamente, de 12, 65 e 7 mil pessoas. (MORONI, 2009, p. 265).

administrativos (LABRA, 2005, p. 360-361), mesmo que, na disputa de sentidos pelo teor da participação que expressavam, como vimos, também estivesse presente a concepção de *participação comunitária*, de caráter mais fortemente instrumental e defendida pelas agências internacionais.

Soraya Côrtes apresenta uma interpretação um pouco distinta sobre o assunto, no que diz respeito à origem e caráter dos conselhos. Para a autora, que não pretende negar a força instituinte da luta social contra a ditadura no que concerne à demanda por participação que esta gerou, as conferências e os conselhos de Saúde não são “experiências de participação” e sim fóruns institucionalizados inspirados nesta concepção de *participação comunitária* a que acabamos de nos referir (CÔRTEZ, 2002, p. 25-26). Côrtes defende que esta nova institucionalidade, reivindicada pelo Movimento Sanitário, em verdade não era tão nova assim e, mais ainda, não teria surgido a partir de um “vazio institucional”. Segundo aponta, na maior parte dos casos os conselhos de saúde teriam resultado da adaptação das *comissões interinstitucionais* existentes desde a segunda metade dos anos 1980. Tais comissões originaram-se no âmbito do Programa das Ações Integradas de Saúde (PAIS), criado em 1984, que consistiu na tentativa do governo militar de reduzir os custos do sistema previdenciário e melhorar a prestação dos serviços nas redes municipal, estadual e federal – que receberiam (estados e municípios) os recursos financeiros da Previdência. As comissões interinstitucionais, então, foram criadas precisamente para promover a integração das ações nos diversos âmbitos de governo. Pela esfera municipal, respondia a CIMS (Comissão Interinstitucional Municipal de Saúde), responsável, entre outras coisas, pela alocação dos recursos financeiros recebidos e pelo monitoramento dos gastos – precursora dos conselhos de Saúde, segundo a autora. Além de representantes dos prestadores de serviços e também do governo, deveria contar ainda com a presença de “entidades comunitárias, sindicais, gremiais, representativas da população local”. (CÔRTEZ, 2002, p. 25 et. seq.).

De um modo ou de outro, estabelecido o fluxo geral participativo entre conferências e conselhos, em 1990, cabe dizer, acompanhando Stotz (2006), que a despeito da conquista, devidamente comemorada pelo Movimento Sanitário, o teor da participação presente no texto constitucional (1988), que deu base à legislação específica a que nos referimos, plasmou-se como algo aquém da concepção formulada no interior do projeto de Reforma Sanitária e expresso na 8ª CNS. Se os conselhos, pela legislação de 1990, formalmente já se reduziam, na prática, ao papel de fiscalização das ações do Estado, tal redução parece dialogar diretamente com o amesquinamento promovido já em 1987/1988 pelo texto constitucional – que não desavisadamente, refere-se apenas à “participação da comunidade” quando aborda as

diretrizes organizacionais do SUS, por inspiração direta da noção de *participação comunitária*. (STOTZ, 2006, p. 151). E vale notar que em fins dos anos 1980, a despeito de todas as resistências inerentes ao próprio processo constituinte, a agenda neoliberal ainda não havia aportado por aqui, a justificar todos os recuos e fracassos dos projetos emancipatórios da classe trabalhadora brasileira, mas sim nublando por vezes os seus erros táticos e estratégicos. Recorramos, portanto, às formulações clássicas e originais do Movimento Sanitário, antes de abordarmos o conteúdo concreto da experiência dos conselhos e conferências, e vejamos como a participação social foi concebida até culminar com a 8ª CNS.

Se formos ao importante manifesto do CEBES, de 1979, *A questão democrática na área da Saúde*, já citado aqui por nós, veremos como sintetiza a agenda do setor saúde que seria trabalhada ao longo da década seguinte, na medida em que localiza a luta setorial no contexto maior de luta contra a ditadura e promove a crítica do Estado. O aspecto que ressaltava nessa crítica, no entanto, já é de nosso conhecimento: o seu caráter centralizador, autoritário e empresarial, que favorecia os grupos de interesse do capital em detrimento das demandas coletivas e populares. Punha em xeque a sua legitimidade pela não observância das regras republicanas elementares de garantia do bem-estar geral da população, do direito ao debate público das questões de interesse geral e pelo fechamento dos canais através dos quais se daria a participação democrática e popular.

Como resposta, a participação democrática da sociedade civil, a garantia de sua “voz” e do seu “voto” é que conferiria a legitimidade reclamada a esse Estado. Isto é, os desvios privatistas, explicados pela tradição autoritária e patrimonialista brasileira, acreditava-se, poderiam ser mediados, contidos, sustados, *vacinados* pela participação popular organizada, que exerceria o papel de vigilante permanente contra os vícios do Estado.

...viabilizar uma autêntica participação democrática da população nos diferentes níveis e instâncias do sistema, propondo e controlando as ações planejadas de suas organizações e partidos políticos representados nos governos, assembleias e instâncias próprias do Sistema Único de Saúde. [...] Trata-se de canalizar as reivindicações e proposições dos beneficiários, transformando-os em voz e voto em todas as instâncias. (CEBES, 2008a, p. 150).

O verbo é bastante revelador das intenções. A percepção que parece vigorar é a de um *controle* de fora para dentro, por uma sociedade civil, vista em bloco, positivada na sua capacidade de, através de uma ação organizada, equilibrar a gangorra da máquina estatal a favor dos trabalhadores. Não se pretende uma participação concentrada apenas em torno do

aparelho central, no entanto. A referência a *todas as instâncias* significa precisamente a defesa da *descentralização* na administração do Sistema de Saúde, seja pela maior racionalidade que permite a integração, pela diminuição do risco da burocratização excessiva, seja pela proliferação e espraiamento dos canais de participação, em todos os níveis hierárquicos de poder.

Tal perspectiva expressava uma concepção geral sobre a nova institucionalidade almejada pelo Movimento Sanitário para a reforma do sistema de Saúde. Militantes sanitaristas e estudiosos do tema recorrentemente ressaltaram a importância de Sergio Arouca para a construção das bases do movimento, tanto no que diz respeito à sua fundamentação teórica, quanto nas diretrizes gerais do seu formato institucional. (SCOREL, 1999; FLEURY, 2003; PAIM, 2003, entre outros). Para o autor de *O dilema preventivista*, o Estado teria a tarefa de “promover a rearticulação do setor saúde” (AROUCA, 2003, p. 240), reorganizando o trabalho médico pelo desmonte de sua feição liberal, expressa na prática médica e típica do modelo preventivista que punha sob crítica – fazendo chegar ao usuário, na ponta do sistema (descentralizado), o atendimento de saúde. Fleury confirma a importância de Arouca para a centralidade que o tema da participação ganhou entre os sanitaristas:

A ideia da participação vinha dessa discussão da Medicina Comunitária, da experiência que o Arouca tinha tido lá em Paulínia, então eles já tinham essa ideia. E nós já tínhamos um laboratório que eram as prefeituras do MDB<sup>128</sup>. Quando ganhou Niterói e algumas outras [prefeituras] [...], nós começamos a ver que dava certo, que não era uma doideira. (2005, não paginado).

Mais tarde, novamente o CEBES (1981) reforçaria a ideia de uma participação democrática institucionalizada, vislumbrada como a forma ideal para a garantia da efetividade do projeto:

Deve, sim, representar a manifestação democrática da vontade popular, dando acesso à população, a decisões e controle sobre o serviço a que tem direito. **Esse acesso deve ser formalizado, dando assento às entidades nos vários níveis deliberativos do sistema.** (CEBES, 2008b, p. 155, grifo nosso).

À ABRASCO (1985) também caberia o endosso do programa e da via:

---

<sup>128</sup> Movimento Democrático Brasileiro. Partido da oposição consentida durante a ditadura empresarial-militar e que, após a redemocratização, veio dar origem ao PMDB.

Nas sociedades industriais modernas, o caráter compensatório das políticas sociais permite reduzir, a níveis socialmente aceitáveis, as desigualdades sociais geradas pela estrutura das classes sociais. [...]. Pretende-se lograr, como tendência, em um horizonte de médio prazo, que as políticas sociais no Brasil, como parte do processo de consolidação da Democracia, convirjam para a universalização ao acesso a serviços que atendem às necessidades sociais básicas [...] sob controle democrático da sociedade sobre o aparelho institucional que define, implementa e executa as políticas, planos e programas da área social. (CEBES, 2008d, p. 169).

*Define, implementa e executa*, retenhamos a informação. Como parte do apelo à institucionalização, é perceptível ainda a referência ao modelo do *Welfare State*, em franco processo de crise na Europa no momento de publicação do texto e tardiamente almejado no Brasil. Parece ficar de lado, no entanto, a consideração das forças do capital, no campo oposto, para a consecução do projeto – que durante a chamada *Era de Ouro* não foram vítimas de uma correlação de forças apenas favorável aos trabalhadores, posto que lograram a reprodução ampliada do capital, como vimos, enquanto ela pôde durar sob o registro da produção fordista e acompanhada por um Estado regulador. O vislumbre de um projeto civilizatório, mesmo sob os ditames da sociedade capitalista, parece ter feito parte do elenco dos caminhos possíveis para a sociedade brasileira que assumia ares de refundação com o fim iminente do regime empresarial-militar. Como já vimos anteriormente, é Coutinho (2006) quem fornece a elaboração sintética e representativa desta compreensão em termos precisos, quando destaca o papel da mais-valia relativa na configuração contemporânea do capitalismo, o que franquearia a possibilidade da *representação de interesses* por parte das classes trabalhadoras, já que haveria bases materiais que permitiriam, simultaneamente, *o aumento do lucro e da massa salarial*.

A base teórica que sustenta esta percepção, que é a do *Estado ampliado* de Gramsci, veio acompanhada de uma aposta na *democratização*, como temos visto, que seria capaz de transformar a *natureza* do Estado, tornando, supostamente, a disputa de interesses de classe menos desigual e fazendo recuar o liberalismo pelo avanço da democracia. O que em Gramsci, como também já indicamos, significava o alerta quanto à maior dificuldade e necessidade de preparação da luta, em função das novas ferramentas e estratégias da classe dominante, parece ter se tornado, em tempos de luta contra a ditadura e forte organização dos *de baixo*, afirmação da possibilidade de extrair conquistas sob a ordem do capital como o elemento mais importante da equação – um projeto de *ocidentalização*, portanto, à luz de Gramsci. Evidentemente que não se trata de negar esta possibilidade, como parte da luta política. Já corroboramos aqui o elogio de Marx à emancipação política. Mas a formulação

em torno de conquistas que resultam também da maior capacidade de resistência do inimigo parece sugerir maior apreço pelas elaborações tático-estratégicas, que não devem perder de vista o objetivo final. A ocupação do Estado, a transformação de sua institucionalidade, se traduzia na penetração institucional através do controle (social) do aparelho de Estado, de fora para dentro, sugerindo a viabilidade do caminho.

Vejamos ainda outro documento do CEBES. Trata-se de texto produzido também em 1985. Novamente está presente a aposta na restauração democrática e na mudança da correlação de forças que pudesse franquear a disputa de interesses majoritários sob um Estado transformado em sua *natureza*.

Claro está que um Projeto de Sociedade com estas características [voltado para a melhoria das condições de vida e de trabalho de toda a população] implica na participação política de todos os segmentos sociais em sua elaboração e implementação, o que pressupõe amplo debate de ideias num contexto de livre organização da sociedade civil, **fortalecimento dos partidos políticos e da representação política e [a] nível do aparelho de Estado**. (CEBES, 2008c, p. 159-160, grifo nosso).

Uma arena democrática parecia pressupor mais do que a socialização da política para as classes trabalhadoras. Significava trazer para um terreno *legítimo*, como já dissemos, os contendores que se habituaram a fazer do aparelho de Estado um bem próprio. O patrimonialismo característico da formação social brasileira parecia se confundir com a própria *natureza* de classe do Estado capitalista. A aposta na manutenção das regras mínimas do jogo não parece autorizar que a confundamos com mudanças na *natureza* do Estado, mas esta parece ter sido sempre a expectativa depositada pelo Movimento Sanitário sobre a participação social. Avancemos um pouco mais.

A 8ª CNS, em 1986, como momento simbólico da luta do Movimento Sanitário, conseguiu reunir, um conjunto importante de forças representativas dos trabalhadores e movimentos sociais da saúde e de outros setores, além de sindicatos e partidos, consolidando a agenda da Reforma Sanitária. Tendo contado com mais de quatro mil participantes – dentre os quais apenas mil eram delegados –, foi a culminância de um amplo processo de participação através das pré-conferências estaduais (realizada por todos os estados) ao longo do ano anterior. Como aponta Escorel, ali o que se viu foi a inauguração, ainda informal, não institucionalizada, da participação na Saúde na Nova República (ESCOREL; BLOCH, 2005a). Dessa energia concentrada, ao que parece, é que os conselhos e conferências, atualmente, oportuna ou dramaticamente, têm se mantido. O Relatório Final do evento

apresenta claramente o mesmo diagnóstico e o mesmo remédio para sanar o problema de um Estado com vícios autoritários e patrimonialistas e uma sociedade civil alijada da participação nas decisões políticas do seu interesse geral. Vale a citação extensa:

#### TEMA 1 – SAÚDE COMO DIREITO

[...]

8- A evolução histórica desta sociedade desigual ocorreu quase sempre na presença de um **Estado autoritário**, culminando no regime militar [...].

9- Na área da saúde, verifica-se um acúmulo histórico de vicissitudes, que deram origem a um sistema em que **predominam interesses de empresários** da área médico-hospitalar [...].

10- Este quadro decorre basicamente do seguinte: [...]

- **debilidade da organização da sociedade civil, com escassa participação popular** no processo de formulação e controle das políticas e dos serviços de saúde; [...]

12- Para assegurar o direito à saúde a toda a população brasileira é imprescindível: [...]

- **estimular a participação** da população organizada nos núcleos decisórios, nos vários níveis, assegurando o **controle social sobre as ações do Estado**; [...]

#### TEMA 2 – REFORMULAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE

[...]

3- O novo Sistema Nacional de Saúde deverá reger-se pelos seguintes princípios: [...]

- **participação da população**, através de suas entidades representativas, na formulação da política, no planejamento, na gestão, na execução e na avaliação das ações de saúde; [...]

23- As Ações Integradas de Saúde deverão ser reformuladas de imediato possibilitando o **amplo e eficaz controle da sociedade organizada** [...];

24- Será constituído um novo **Conselho Nacional de Saúde**, composto por representantes dos ministérios da área social, dos governos estaduais e municipais e das entidades civis de caráter nacional, como partidos políticos, centrais sindicais e movimentos populares, cujo papel principal será o de **orientar o desenvolvimento e avaliar o desempenho do Sistema Único de Saúde**, definindo políticas, orçamento e ações;

25- Deverão também ser formados **Conselhos de Saúde** em níveis local, municipal, regional e estadual, compostos de representantes eleitos pela comunidade (usuários e prestadores de serviço), que permitam a **participação plena da sociedade no planejamento, execução e fiscalização dos programas de saúde** [...];

26- É indispensável garantir o acesso da população às informações necessárias ao **controle social dos serviços** [...];

(BRASIL, 1986a, p. 5 et. seq., grifos nossos).

Como já vimos, os interesses privados, escusos, aparelhados no Estado, deveriam ser democraticamente confrontados com o poder da sociedade civil organizada, nas trincheiras abertas pela participação institucionalizada e pelo retorno à normalidade democrática. Note-se, portanto, mais uma vez, que a opção tática termina por reduzir o Estado ao seu *aparelho*, uma vez que o movimento organizado da classe só se completaria com a abertura de canais

formais ou ocupação de postos na máquina. O reconhecimento formal da atuação da sociedade civil, que pudesse impedir ou dificultar o recuo conjuntural das conquistas, bem como a aposta na mudança de sinal do Estado pela incorporação dos representantes legítimos dos interesses gerais à sua estrutura, compunham o teor fundamental a guiar a luta dos sanitaristas. A fala de Eduardo Jorge, militante sanitarista, é reveladora do que estamos apontando:

Uma busca da institucionalização em canais institucionais onde a pressão do movimento popular pudesse se refugiar e ter seu curso perene garantido, em tempos de cheia ou em tempos de seca, com as águas sempre correndo, mesmo que pouquinho. (FALEIROS et. al., 2006, p. 35).

Faleiros *et al.*, na introdução à obra que assina em conjunto com outros três autores (dois dos quais também sanitaristas) e na qual constam mais de três dezenas de depoimentos coletados, afirma na mesma linha de raciocínio do entrevistado que acabamos de citar:

A democracia participativa do conselho de saúde permite ao povo falar em seu próprio nome, expressar seus interesses diretamente, pressionar, acompanhar e fiscalizar as ações do Estado. **A democracia participativa traz as “ruas” para dentro do Estado**, para os espaços do próprio poder executivo [...]. Os de baixo passaram a ter mais um espaço para controlar o Estado e regular o mercado. (FALEIROS et al., 2006, p. 19, 22, grifo nosso).

Parece estar presente na fala do autor citado uma perspectiva de sociedade civil como “terceiro setor”, que tem sido peça decisiva para o sustento do processo de fetichização da democracia que viemos apontando. (MONTAÑO, 2007). Tal compreensão, no registro das polarizações, não se pode dizer ausente em toda a medida da concepção de participação do próprio Movimento Sanitário. Dessa forma, é uma *sociedade civil* que se pretende capaz de vacinar o *Estado* para defender-se dele mesmo e também do *mercado*. Idealizada como espaço *do bem*, o processo se completa na confusão do Estado com a *forma* ditadura assumida e sua íntima relação com o setor privado. (FONTES, 2010). Faleiros *et al.* completa o raciocínio:

A democracia participativa também se institucionaliza e se torna uma expressão plural da sociedade, não se impõe como um projeto hegemônico, mas **vai minando a hegemonia das elites nos espaços dos conselhos**, na conquista de lugares de voz, de pressão, de fiscalização, numa guerra de posições, na expressão gramsciana. [...] ...o Estado passa a ser inquirido como lugar de exclusividade do poder das elites ou de arranjos de poder dos dominantes e se torna um lugar público, onde o paradigma do direito passa a

fazer parte da agenda do governo e do próprio Estado. (2006, p. 20, grifo nosso).

E o ciclo se fecha. A democracia expressaria a existência *legítima* dos conflitos pela ocupação não exclusiva do Estado por nenhuma das classes em conflito. A presença dos *de baixo* no mesmo terreno clássico da dominação burguesa, sugere-se, promoveria a asfixia paulatina das elites, *minando* o seu poder – concentrado este, supostamente, no aparelho.

A arena política onde entrariam em disputa os interesses divergentes parece assim tão mistificada como espaço neutro quanto o *mercado*, onde as relações de troca entre proprietários e não proprietários se dariam em condições de igualdade pelo simples fato da ocorrência de uma *troca*. Há por parte da esquerda democrática uma defesa, compreensível, da legalidade, ante uma ditadura; mas há também, ao que parece, uma aposta subjacente no direito como garantia e condição da legitimidade do Estado, que ao fim e ao cabo figura como a legitimidade das regras do jogo que este Estado institui e pelas quais, em tese, deveria zelar. Chama a atenção, no entanto, a absolutização dessa institucionalidade – que se explica pela projeção de sua transformação em favor das classes trabalhadoras com a entrada destas na arena estatal (pela via da participação). É de Humberto Jacques de Medeiros<sup>129</sup>, uma interessante interpretação a respeito desta característica que identifica no Movimento Sanitário, em comparação com outros movimentos sociais:

O MST, que discute o acesso à terra, tem uma relação crítica com o direito, porque entre outras coisas eles dizem ‘lei injusta não é lei, o direito injusto não é direito [...]’. Então, eles têm uma posição tensa e crítica com o direito e são um movimento social de vanguarda. Aí eu pego o Movimento Sanitário, que também é um movimento social de vanguarda, e ele tem um discurso jurídico legalista do tipo ‘é a lei, tem que cumprir a lei, viva a legalidade’. É isso que faz desaguar no vagão normativo, cheio de papel, uma espécie de face triste do direito. O movimento sanitário considera a lei uma vitória, enquanto outros movimentos sociais têm a lei como adversária. [...] ...há uma contradição permanente entre legalidade e legitimidade, entre direito e lei. (FALEIROS et al., 2006, p. 195).

Agora, oportunamente, lembremos ainda um pouco de Poulantzas (2000), que tratamos em capítulo anterior, quando dizia que *a ação das massas no seio do Estado é condição para a sua transformação, mas não é o bastante* (2000). A perspectiva deste autor nos sugere que a *transformação do Estado* não aparenta que possa se realizar tendo apenas ou principalmente o próprio Estado como instrumento dessa transformação. É fato que para

<sup>129</sup> Advogado entrevistado por Faleiros et al. (2006) em abril de 2005 e à época vice-presidente da Ampasa (Associação Nacional do Ministério Público Federal em Defesa da Saúde).

Poulantzas, o Estado, ainda que gozando de certa autonomia em relação ao conflito entre as classes, carrega, nos seus aparelhos, a própria expressão da luta. Se nele reside o seu teor estratégico, não se reduz a ele, no entanto; mas é resultado, não mecânico, da luta entre as classes e também entre as frações de classe burguesas. “Se os poderes de classe não são redutíveis ao Estado e sempre transcendem seus aparelhos, é que estes poderes fundamentados na divisão social do trabalho e na exploração detêm a primazia sobre os aparelhos que os encarnam, notadamente o Estado”, nos diz o autor. (POULANTZAS, 2000, p. 36). Isto é, ainda que se articulem e organizem estrategicamente no Estado, os poderes de classe o transcendem. Poulantzas pretende compreender o funcionamento do Estado (sociedade política), esse é o seu objeto privilegiado, mas não confere a este Estado uma centralidade em termos de estratégia política que possa significar o seu privilégio numa relação de oposição com a sociedade civil. “Integrar-se ou não nos aparelhos de Estado, fazer ou não o jogo do poder, não se reduz à escolha entre uma luta externa e uma luta interna”, conclui. (POULANTZAS, 2000, p. 265). A ação das massas no seio do Estado não pode se reduzir à sua presença física nos aparelhos, nem a crítica a essa perspectiva pode significar o seu abandono ou um permanente deslocamento da luta entre a sociedade civil e o Estado, como se pudéssemos compreender este processo como fenômeno oscilante entre *lugares materiais* distintos e não como luta orgânica, a um só tempo *dentro* e *fora*. Arremata o autor, como que a atender a uma encomenda para a contribuição no debate estratégico com a esquerda democrática e o Movimento Sanitário:

Seria falso [...] concluir que a presença das classes populares no Estado significaria que elas aí detenham poder, ou que possam a longo prazo deter, *sem transformação radical desse Estado*. As contradições internas do Estado não implicam, **como particularmente acreditam certos comunistas italianos**<sup>130</sup>, uma ‘natureza contraditória’ do Estado no sentido em que ele apresentaria, atualmente, uma real situação de *duplo poder em seu próprio seio*: o poder dominante da burguesia e o poder das massas populares. (POULANTZAS, 2000, p. 145, grifo nosso, itálico do autor).

Tal perspectiva, que nunca ecoou com muita força para o Movimento Sanitário no período de auge da sua luta, foi claramente defendida por Fleury mais recentemente, em 2009, quando dramaticamente se desenrolava o processo contra o qual o chamamento teórico e político da autora parecia soar:

---

<sup>130</sup> Em nota, Poulantzas refere-se a Luciano Gruppi e ressalva que a respeito do tema, dentro do PCI, as posições de P. Ingrao, G. Vacca, U. Cerroni, A. Reichlin e G. Amendola divergiam sensivelmente. (2000, p. 164).

O problema que se coloca é de como desenvolver uma via democrática para um socialismo democrático – já que se considera que as instituições da democracia são necessárias para construção de um socialismo democrático – cujas lutas sejam travadas tanto fora como no campo estratégico do Estado, evitando os riscos de um mero transformismo, ou seja, da contínua e progressiva transformação estatal que termina preservando as condições atualizadas da dominação? (FLEURY, 2009, p. 746).

O tempo percorrido desde os anos 1980, somado à parcial e insuficiente autocrítica já há algum tempo realizada pelo Movimento Sanitário em relação à sua tática institucional (COHN, 1989; ESCOREL, 1999; FLEURY, 1992; PAIM, 2008b; RODRIGUEZ NETO, 2003), e à passagem do vendaval neoliberal, permite a Fleury que recoloca o problema a ser enfrentado por uma prática política que se pretendesse emancipatória e socialista:

Na medida em que se considera que a luta estratégica pelo poder atravessa o Estado, será necessário realizá-la neste espaço sempre com a necessidade de diferenciá-la da ocupação de posições nas cúpulas governamentais e também do reformismo progressivo, que não passa de transformismo estatal. O que identifica a luta pelo socialismo, mesmo que no interior do Estado, será sua capacidade de realizar rupturas reais na relação de poder, tensionando-a em direção às massas populares, o que requer a sua permanente articulação com as lutas de um amplo movimento social pela transformação da democracia representativa. (FLEURY, 2009, p. 746-747).

Não resta dúvida de que esta síntese teórica e prática significa uma resposta aos principais gargalos que o Movimento Sanitário (e a esquerda democrática de que é expressão) vem enfrentando desde a sua origem. Se num primeiro momento, também através de Fleury (1989), Poulantzas, funcionalmente, fornecia um lustro teórico para uma tática institucional previamente definida, 20 anos mais tarde o mesmo autor vem contribuir efetivamente para o reconhecimento de que a construção do socialismo não pode prescindir da luta social, por esta ou por aquela tática. E mais: o caráter autoritário da formação social brasileira e o papel de destaque que o Estado sempre desempenhou em face de uma sociedade civil incipiente, embora se mantenha como dado de uma realidade que não se supera facilmente, não pode se prestar a compor a justificativa para uma via institucional de transformação da realidade. Por fim, o enigmático *fantasma da classe ausente* parece reunir agora todas as condições para, de uma vez por todas, evaporar-se, junto do lamento inerte que o acompanha, para ceder lugar à compreensão de que a luta por *dentro* precisa escorar-se na luta *por fora* (da ordem e não (só) do aparelho de Estado), como par dialético indivisível. Por fim, evidentemente, o vislumbre de superação teórica e prática lançado por Fleury não é uma panaceia para todos os males nem mesmo seria suficiente para produzir mudanças substantivas na prática do Movimento

Sanitário, ou mesmo para reativá-lo, mas parece significativo como passo necessário, sem o qual não pode haver saída para o impasse – especialmente se considerarmos que, a despeito da imposição de temas como a *participação*, herdeiros das lutas populares, o revés a partir dos anos 1990 não poupou ninguém, “tanto prática quanto intelectualmente”. (FONTES, 2010, p. 266).

Mas como já salientamos, a estratégia burguesa de manutenção da dominação de classes, fortemente implementada no Brasil a partir dos anos 1990, como reação ao avanço organizativo da luta dos trabalhadores nos anos 1970 e 1980, também guardou um papel especial para a participação e para a democracia. Vejamos como os desafios colocados para o controle social na Saúde têm sido lidos e interpretados, primeiro, para que recoloquemos a crítica, em seguida.

As virtudes e as fraquezas do controle social na Saúde têm sido constantemente apontadas, quase sempre, num caso ou noutro, em nome de sua defesa, de *per si*. Têm sido habitual dois registros principais: o primeiro diz respeito ao contexto desfavorável (*neoliberal*) para a luta dos trabalhadores em que esta arquitetura participativa se implementou e consolidou (anos 1990) como a origem de boa parte dos problemas que apresenta e de sua pouca efetividade (BAHIA, 2008; BRAVO, 2008; BRAVO e CORREIA, 2012; BRAVO e MATOS, 2008; CORREIA, 2000; COSTA, 2007; DAGNINO, 2002; LABRA, 2005; MORONI, 2009; PEDRINI et. al., 2007; RIBEIRO e RAICHELIS, 2012; SANTOS, 2008; TATAGIBA, 2002, entre outros). O traço autoritário, patrimonialista e clientelista da nossa formação social, responsável pelo incipiente caráter republicano de nossa concepção e prática política, completaria o cenário dos males estruturais que fariam desmerecer e dificultariam sobejamente o deslanche de uma participação política consciente e empenhada na defesa dos interesses gerais e coletivos, e que pudesse garantir o caráter público do Estado. (CARVALHO, 1995; DAGNINO, 2002; ESCOREL, 2008; GUIMARÃES, 2009; SPOSATI e LOBO, 1992, entre outros). Em paralelo, e quase sempre pelas mãos dos mesmos autores, a despeito dos problemas apontados (que em boa medida giram em torno do tema da *gestão* e da *capacitação* de conselheiros) subsiste, predominantemente, uma aposta na novidade e no caráter potencialmente democratizante representado pelo controle social<sup>131</sup>. (BAHIA, 2010; BAHIA; SALM; MALTA, s/d.; CÔRTEZ, 2009b; VIANNA et al., 2009).

---

<sup>131</sup> Além de toda a bibliografia citada no parágrafo anterior, e haveria ainda muito mais a citar, acrescentaríamos: AVRTIZER, 2009; BAHIA et al., s/d.; COELHO, 2004; CORREIA, 2005; FALEIROS et al., 2006; GUIZARDI, 2008; GUIZARDI e PINHEIRO, 2006; MOREIRA, 2008.

Mas a despeito da aposta, os estudos disponíveis não apresentam forte caráter conclusivo – como também consideram os trabalhos de AVRITZER (2009); MORONI (2009) e TATAGIBA (2002). No máximo, a sustentar o elogio, apontam-se *tendências*, como faz Avritzer e alguns outros poucos pesquisadores:

não existem dados conclusivos sobre o papel dos conselhos na mudança do padrão de políticas públicas nas áreas nas quais eles estão mais bem estruturados [...]. No caso dos conselhos de saúde e de assistência social, há uma **tendência democratizadora** da ação dos conselhos nos lugares em que eles são mais atuantes (AVRITZER, 2009, p. 37, grifo nosso).

Tais tendências, no entanto, por diversas vezes, não se apresentam de modo muito convincente, e se devem mais, nos parece, à mesma aposta prévia na necessidade de consolidação, ampliação e aperfeiçoamento do aparato do controle social, também presente no restante das abordagens – só que no caso destas, com menor apreço pela cientificidade de suas análises. A título de ilustração e para completar o conteúdo da citação que acabamos de fazer, apreciemos o caráter gelatinoso dessas tendências, a que têm conseguido chegar parte dos estudiosos. São os seguintes elementos que Avritzer toma para afirmar a *tendência democratizadora* que aponta:

levantamento de um conjunto de queixas e demandas sobre o funcionamento de postos de saúde, **que acaba tendo** um efeito positivo sobre a organização da política pública [...]. Há também **evidências** de organização mais eficiente das políticas públicas na área da assistência social. A partir da resolução do Conselho Nacional de Assistência Social de redistribuir os recursos de emendas de parlamentares a partir de critérios técnicos, **há uma tendência** mais racional de distribuição dos recursos federais na área. (AVRITZER, 2009, p. 37, grifos nossos).

E conclui:

**Assim**, ainda que não tenha havido até o momento uma avaliação nacional do papel dos conselhos, **existem evidências parciais** de um funcionamento exitoso em **algumas** grandes cidades ou no caso do papel desempenhado por **alguns** conselhos nacionais, como os da saúde e da assistência social. (AVRITZER, 2009, p. 37, grifos nossos).

Como é possível observar, são *tendências* que apontam para *evidências parciais*, das quais se extraem novas *tendências*, que são factíveis em *algumas grandes cidades* e *alguns conselhos nacionais*. Podemos ainda acrescentar que mesmo no que diz respeito aos êxitos

que seriam produto da democratização promovida pelos conselhos, o alcance parece bastante curto: *queixas sobre o funcionamento de postos de saúde e melhor distribuição de recursos*. O mesmo autor, que tomamos aqui como representativo do pequeno conjunto de estudiosos que tem tentado embasar empiricamente a avaliação da efetividade do controle social, aponta outras “três grandes tendências”, mais abrangentes que as primeiras, das políticas participativas no Brasil: 1) parece haver uma relação entre as gestões participativas exitosas e a continuidade dos governos que as implementaram; 2) constata-se a existência de “limites políticos claros às experiências de participação no Brasil hoje”, e um deles, aponta o autor, é a menor incidência de instrumentos e canais participativos na região nordeste; 3) há uma “pluralização dos formatos participativos no Brasil hoje”, para além dos conselhos e dos OPs – embora o autor só se refira a “audiências públicas” de âmbito estadual e federal, onde, afirma, “há uma participação mais acentuada de ONGs do que de atores da sociedade civil”. (AVRITZER, 2009, p. 40). Vejamos ainda um pouco mais como, mesmo aqui, se caracterizam pela pouca precisão as tendências percebidas pelo autor, uma vez que não basta a constatação de ampliação dos espaços e formatos (tendências 2 e 3) ou a mera associação de dados (tendência 1) para a conclusão (implícita) de que experiências administrativas mais permeadas pela participação social trariam a reboque uma maior politização da sociedade civil e aí, por consequência, a manutenção ou renovação destas administrações, posto que careceria de cotejamento com outras variáveis para que pudesse ser afirmada (ainda que como tendência). Até porque poderíamos pensar o movimento inverso: a politização massiva é que engendraria, de baixo para cima, mecanismos de democratização e construiria alternativas de poder que se expressariam na existência de experiências administrativas seguidamente mantidas e renovadas, como foi precisamente o caso de Porto Alegre, referido pelo próprio autor. Este é, ao que se revela, o dilema teórico e político que temos enfrentado na Saúde (e não só na Saúde): a origem *de baixo* da energia democratizante que, já perdendo força, veio redundar no controle social, parece ter se tornado, de criador, criatura, engendrada que seria por esse mesmo controle social. Uma das consequências dessa perspectiva invertida tem sido voltar as atenções para os aspectos gerenciais e fazer deles o principal elemento de luta política.

Mas de um modo ou de outro, mesmo se para nós a essência dos problemas não reside nos gargalos que dificultariam ou impediriam o funcionamento adequado do controle social (e sim no seu conceito e na estratégia a partir da qual foi concebido); mesmo se as análises sob tal registro não apresentam musculatura suficiente, ainda assim é necessário fazer algumas considerações a respeito dos problemas identificados por esta bibliografia no

mais das vezes frouxamente elogiosa – também porque comprometida politicamente com a bandeira, em parte –, posto que sinaliza os vieses da prática política e dos anseios depositados sobre essa agenda. Vejamos então o que nos dizem esses autores.

É significativo que quase todos os textos estudados por nós, que se propõem a abordar os problemas do controle social na saúde, girem em torno, no geral, das mesmas questões. Embora variem na abrangência, dialogam intimamente entre si em face desta similitude. Evidentemente, a depender da região analisada, do grau de organização popular local, do caráter e do posicionamento político da administração municipal ou estadual, da composição dos conselhos e etc., um ou outro conjunto de problemas, ou questão isolada, pode apresentar maior ou menor incidência aqui ou acolá, outros podem inexistir ou se fazerem presentes de modo evidente, mas compõem (no geral, frisamos) um conjunto que alcança uma rápida saturação por repetição<sup>132</sup>.

Conselhos carentes de estrutura material para o funcionamento adequado, politicamente frágeis, extremamente burocratizados, com baixa capacidade propositiva e tomados pelos poderes executivos como meros legitimadores das ações do Estado. Excesso de demandas sobre os conselheiros, sobretudo de representação externa, que lhes impede constantemente de tomar pé dos assuntos regulares dos conselhos com a atenção que mereceriam. Presença constante de práticas clientelistas, tornando os conselhos espaços de jogos políticos escusos e na contramão dos interesses coletivos. Crescente redução, na prática cotidiana, das atribuições dos conselhos previstas em lei, que em muitos casos não têm atuado na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, mas apenas como “carimbadores de despesas”. Gestores autoritários, mal intencionados ou pouco permeáveis ao exercício do controle social, que lançam mão de linguajar técnico, incompreensível para leigos, distorcem dados epidemiológicos, usam de artifícios contábeis para a manipulação interessada dos recursos do Fundo de Saúde e sonegam informações essenciais à tomada de decisões. Conselheiros despreparados politicamente e também,

---

<sup>132</sup> O Laboratório de Economia Política da Saúde (LEPS), do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva (IESC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), desenvolveu há alguns anos um projeto de sistematização da produção acadêmica sobre as experiências de conselhos e conferências de saúde, sob a coordenação das professoras Lígia Bahia e Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna. Até onde nossa análise conseguiu avançar sobre o material disponível para a consulta, além de um relatório de 2006, onde resultados parciais são apresentados, há um texto de Vianna (2009), já referido aqui por nós, que traz dados ilustrativos do que apresentamos. Cumprindo um período que vai de 1988 a 2005, os dados se referem a artigos acadêmicos. Vejamos: a) neste arco de tempo, foram localizados 99 artigos sobre o tema *participação em saúde*. Destes, 59% são “estudos de caso” e os 41% restantes foram classificados como “teórico-reflexivos”; b) “a expressiva maioria dos autores é ou foi militante na questão”; c) 56,6% dos autores “expressam uma posição claramente favorável à participação social na saúde. Em 23,2%, a manifestação das críticas supera os aspectos positivos da participação [...]; 6% dos resumos apresentam um equilíbrio na avaliação dos limites e possibilidades da participação e, em 14,1% não foi possível identificar uma tendência ou ponto de vista predominante. (VIANNA, 2009, p. 238-239).

frequentemente, com baixo grau de instrução formal. Desrespeito flagrante à paridade de representação estabelecida em lei. Entidades e organizações com assento nos conselhos defensoras de causas muito restritas e específicas, pouco ou nada representativas de coletividades numericamente significativas, frágeis politicamente, precariamente comprometidas com questões unificadoras de uma luta social comum. Baixo grau de articulação entre representantes e representados. Profissionalização da representação e desconhecimento, por parte dos conselheiros, das questões de saúde mais candentes de seu município ou região. No que tange às conferências, as questões giram em torno da incapacidade de vocalizarem demandas populares, refletindo, quase sempre, as agendas do MS, além de baixíssimo grau de efetividade em função da inobservância, pelos poderes públicos, das indicações, conclusões e encaminhamentos dos conferencistas. E no conjunto, como questão de fundo, atribui-se também a uma sociedade civil pouco afeita ao jogo democrático, em face da tradição autocrática das elites manifesta no autoritarismo do Estado brasileiro, o maior obstáculo para o funcionamento de uma estrutura participativa inovadora e complexa, que exigirá um aprendizado árduo e longo. (AVRITZER, 2008, 2009; BAHIA, 2008; BAHIA; SALM; MALTA, s/d.; BRAVO, 2008; BRAVO; CORREIA, 2012; CICONELLO, 2008; BRAVO; MATOS, 2008; CARVALHO, 1995, 1997; COELHO, 2004, 2007; CORREIA, 2000, 2005, 2006; CÔRTEZ, 2002, 2009a, 2009b; COSTA, 2007; DAGNINO, 2002; DELGADO; ESCOREL, 2008; ESCOREL, 2008; FLEURY; GUARANÁ, 2008; GERSCHMAN, 2004; GONÇALVES et al., 2008; GUIZARDI; PINHEIRO, 2006; LABRA, 2005, 2009; MOREIRA, 2008; MORONI, 2009; PEDRINI et al., 2007; RIBEIRO; RAICHELIS, 2012; SANTOS, 2008; SILVA, 2008; SPOSATI e LOBO, 1992; STOTZ, 2006; TATAGIBA, 2002; VIANNA et al., 2009).

Mas isto não é tudo. É bom que frisemos ainda que as análises destes autores, embora nem sempre o digam explicitamente, nos permitem concluir que o controle social tem se mantido muito aquém do que se esperava. Em paralelo, a aposta no princípio democratizante de fundo – que não costumam entender como ameaçado – e na possibilidade de superação dos gargalos, equilibra a constatação do parcial fracasso da experiência. Mas uma vez superados os problemas, toda esta arquitetura participativa teria, em potencial, as condições para funcionar em plenitude – e entenda-se aqui por plenitude, para estes autores, o que está previsto em lei, isto é, um papel propositivo, formulador e fiscalizador da execução de políticas. Não é comum, portanto, que faça parte de suas preocupações, feitas as exceções para Sposati e Lobo (1992) e Stotz (2006), a perda de parte do teor participativo na tradução institucional do projeto, quando da sua formatação legal. É das duas primeiras autoras a

observação de que “a organização da representação popular em conselhos é, sem dúvida, um avanço, mas um avanço face ao autoritarismo do passado” (SPOSATI; LOBO, 1992, p. 373). Isto é, se a restauração democrática era o horizonte a ser buscado sob o contexto da ditadura, a conquista do restabelecimento democrático não se esgotaria nela mesma, o que sugere uma interpretação menos comportada do controle social, e nos obriga a associá-lo à luta de base, que ao mesmo tempo talvez pudesse lhe dar sustento e permitir que desempenhasse o papel de catalisador, no interior da institucionalidade, da luta popular do setor.

Já Stotz, depois de apontar a certa impermeabilidade das conferências de Saúde às demandas populares, sublinha o recuo da radicalidade do conceito de *participação popular*, reconfigurado sob uma nova síntese teórica e prática: o *controle social*. Para o autor, “o nascimento do termo ‘controle social’ e a inflexão de seu significado virá em 1992, com a 9ª CNS (1992)” (STOTZ, 2006, p. 151) e representará uma redução do papel participativo concebido pelo Movimento Sanitário e expresso na 8ª CNS, na medida em que a legislação específica que instituiu o complexo participativo da Saúde foi contemporânea do governo Collor de Mello (1990-1992), já sob o refluxo da luta dos trabalhadores e da ofensiva neoliberal. A postura forçosamente recuada, em face da conjuntura adversa dos anos 1990, então, diferentemente da que havia caracterizado as décadas de 1970 e 1980, teria inibido a participação, que “deslocou-se do âmbito da formulação para o da fiscalização das políticas e, principalmente, da gestão do sistema de saúde”. (STOTZ, 2006, p. 152). Não discordamos do essencial da análise, embora seja necessário relativizá-la, posto que, ao contrário do que afirma o autor, tanto o termo “controle social” quanto o propósito do exercício de uma *fiscalização do Estado* já aparecem no Relatório Final da 8ª CNS, seis anos antes da 9ª CNS – como anteriormente mostramos e se pode conferir –, e integram, portanto, para além dos constrangimentos conjunturais que também ajudam a explicar os limites, a concepção de *participação* do Movimento Sanitário – como temos insistido. Como processo associado a este, o autor aponta a fragmentação do movimento popular em saúde, traduzido nas diversas e variadas organizações de portadores de patologias, incapacidades e problemas de saúde, como um dos fatores que podem ajudar a explicar a burocratização dos conselhos e a pouca permeabilidade que apresentam às demandas populares com potencial de unidade e universalização. A inflexão conceitual da participação no sentido do controle social, isto é, de controle da sociedade sobre o Estado – insistimos que a noção e a perspectiva deste *controle* já se faz presente na 8ª CNS, mas concordamos com a *acentuação* que se dá nos anos 1990 –, teria resultado, a um só tempo, “do temor da perda de autonomia dos movimentos sociais diante do governo neoliberal de Fernando Collor de Mello, em plena ofensiva contra as

organizações populares e a esquerda em geral” (STOTZ, 2006, p. 152) e da consequente fragmentação das demandas (e da luta), centradas sobre os indivíduos e não sobre as coletividades, na disputa por recursos do fundo público de saúde, no interior dos conselhos. Nas palavras do autor:

O problema é que tais avanços ficaram limitados ao âmbito das políticas especificamente voltadas para estas populações específicas, quer dizer, insulados na relação imediata entre as agências governamentais responsáveis pelas políticas e os atores nela interessados como porta-vozes de seus beneficiários. As dificuldades de generalização dos avanços têm uma de suas raízes nas limitações intraburocráticas e nas alianças políticas que permeiam o SUS, sustentadas numa frente parlamentar em que os interesses privados se fazem representar. [...]

...a participação das organizações populares, além de relativamente recente, é insignificante diante dos interesses do chamado complexo médico-industrial [...], o grande beneficiário dos recursos financeiros arrecadados por impostos e contribuições destinados ao setor da saúde. (STOTZ, 2006, p. 154).

Eis, portanto, as questões atinentes a aspectos de maior e menor abrangência, de caráter mais e menos conjuntural, de corte que se pretende mais gerencial ou inserido no registro da luta de classes. Sobre elas queremos ainda fazer algumas considerações. Para tanto, contaremos com a ajuda de três das autoras citadas entre as nossas referências para o estudo do controle social: em primeiro lugar, traremos novas contribuições de Maria Eliana Labra (2009); em segundo lugar, construiremos uma indagação a partir de uma observação de Dagnino (2002) e, por último, ofereceremos uma problematização das expectativas de Tatagiba (2002) acerca do controle social, que consideramos sintética das apostas tático-estratégicas do Movimento Sanitário e da esquerda democrática.

Se como vimos até agora, as abordagens avaliativas do controle social quase sempre tecem o elogio da arquitetura participativa e do seu potencial democratizante e cobram a conta de sua muito discutível efetivação, após duas décadas de implementação, dos problemas estruturais de nossa formação social clientelista, patrimonialista e autoritária, Labra promoveu e ajudou a divulgar um importante conjunto de estudos que têm apontado para um abalo na solidez dessa tese, mas que não tem recebido a devida atenção. O que diz a autora, tomando como base, além de suas próprias análises, as investigações de pesquisadores estrangeiros sobre o fenômeno mundial da participação? Não há diferenças significativas entre os gargalos apresentados pela participação social no Brasil ou fora dele. Vejamos nas suas próprias palavras:

Nas democracias ocidentais existem, hoje, variadas formas de participação dos cidadãos nas decisões públicas. No entanto, as avaliações do funcionamento desses esquemas mostram que, em geral, há problemas semelhantes, independentemente do contexto nacional ou local. Estudos dos conselhos gestores no Brasil [...] bem como dos arranjos participativos na Inglaterra [...], na Espanha [...] e na Itália [...] e comparações entre Rio de Janeiro e Barcelona [...], por exemplo, constata anomalias similares nos planos nucleares de qualquer esquema participativo: autoridades, participantes, organizações sociais representadas e representatividade. (LABRA, 2009, p. 182).

Na sequência, a autora passa à descrição minuciosa dos problemas em suas esferas principais. Vale a pena conferir.

No que tange ao tema das *autoridades*, a constatação é que “buscam apenas legitimar suas políticas [...]. Tendem a impor suas próprias decisões porque desconfiam da opinião leiga”. Quanto aos *conselheiros ou participantes*, os problemas passam pela fragilidade dos vínculos das organizações com a sociedade, falta de clareza sobre os temas que têm para debater, profissionalização da representação e baixa incidência da ação dos conselheiros na gestão governamental. No que respeita às características do que a autora chamou de *mundo associativo*, o principal obstáculo é a baixa representatividade das entidades que têm assento nos conselhos. Por fim, a *representatividade da sociedade civil* apresenta-se como uma dificuldade a mais, diante da extrema fragmentação das causas e identidades, o que necessariamente acarreta alijamento de parte significativa das entidades que pleiteiam assento nos conselhos (e não são poucas). (LABRA, 2009, p. 183).

Não parece restar dúvida de que, para a discussão que propomos, estas rápidas conclusões são de extrema significação, posto que permitem tomar a situação brasileira em termos distintos dos que até agora a bibliografia estudada veio caracterizando, bem como nos reforça a ideia de que o teor do debate a ser travado a respeito do controle social no Brasil não reside nos aspectos gerenciais, nem tampouco se devem apenas, exclusiva ou preponderantemente, às características de nossa formação social, mas devem se localizar no terreno da estratégia de classe que o concebeu e sustentou. Este debate tem sido obstaculizado frequentemente em face da canonização da democracia, como temos sugerido – que numa formação social autoritária como a nossa, assumiria ares de unanimidade. As semelhanças do Brasil com países, sobretudo, europeus, que experimentaram revoluções burguesas clássicas e emancipatórias, com sociedade civil fortalecida desde o século XIX, se pode confirmar a nossa *ocidentalização* definitiva, pode também contribuir para o reequilíbrio da questão democrática na balança do debate estratégico que tem sido relegado a segundo plano. Mas sigamos agora com Dagnino.

A colocação correta das questões é condição para a obtenção das melhores respostas, sempre, inclusive no trabalho de análise científica. Sob o registro da luta de classes, precisamos ter em vista que as respostas, independentemente de quem as forneça, serão respostas congruentes com a condição e posição de classe de quem responde, com todas as mediações e multideterminações que deve exigir. É nesse registro que traremos Evelina Dagnino para o debate. No livro que organizou, publicado em 2002, e para o qual também escreveu, a autora tece a seguinte consideração:

Em primeiro lugar, a avaliação frequentemente negativa e o tom crítico que permeiam parte significativa dos estudos de caso podem indicar que os parâmetros dessa avaliação receberam uma forte influência das expectativas geradas com a constituição dessas experiências. Se este for o caso, corremos o risco de reproduzir os mesmos erros de análise que caracterizaram parte importante da literatura sobre o papel dos movimentos sociais nos anos 70 e 80 no Brasil. Os movimentos sociais foram entusiasticamente recebidos, em algumas versões como os novos sujeitos da Revolução (esta, por sua vez, com o novo nome de Democracia [...]). Quando não a fizeram, viram decretada a sua “morte”, “crise”, “refluxo” etc., ou simplesmente, a sua “irrelevância” para a “consolidação” democrática, quando comparados a outros atores políticos como os partidos, por exemplo. Nesse sentido, atribuir indiscriminadamente aos espaços de participação da sociedade civil o papel de agentes fundamentais na transformação do Estado e da sociedade, na eliminação da desigualdade e na instauração da cidadania, transformando as expectativas que estimularam a luta política que se travou pela sua constituição em parâmetros para sua avaliação, pode nos levar inexoravelmente à constatação do seu fracasso. (DAGNINO, 2002, p. 296).

De início, parece que a autora percebe algum descompasso entre a *expectativa* que a constituição dessas experiências gerou e a avaliação dos seus resultados com base nessas expectativas. A princípio, a prudência aconselhada traria, na base, apenas uma questão de método e outra de história, que em verdade são a mesma e com a qual concordamos: o projeto sofreu inflexões desde a sua origem e, portanto, não cabe diálogo apenas e exclusivamente com as suas formulações originais. Tais inflexões, rearranjos e adequações sofridos ao longo da sua implementação e efetivação carecem de uma análise que leve em consideração as alterações nas correlações de força. Mas há algo mais, que explica e legitima o que a autora percebe como apenas desencaixe: as apostas políticas e a luta social que permeia também a ciência, posto que a compreensão do recuo das bandeiras ou da não realização das expectativas pode significar uma importante ferramenta de luta. Se formos além no debate com a sua argumentação, trata-se de saber, justamente, por que os *novos sujeitos da Revolução* tornaram-se *os novos sujeitos da Democracia*. Não se trata de pura e simples constatação científica. Se hoje parece anacrônico falar em *transformação do Estado*

*e da sociedade*, é preciso saber por quê. Para tanto, o primeiro passo é reconhecer, politicamente (o que não quer dizer não cientificamente) que, das duas, uma: ou não podemos cobrar pelos percalços do que hoje se apresenta como o teor dessas experiências porque a história faz o seu movimento e nos cabe apenas segui-lo no seu encaixe para narrá-lo, à distância, ou porque houve equívocos de origem nas opções tático-estratégicas que lhes deram base, ou ainda, embora corretamente concebidos, foram mal conduzidos. Em suma, mal concebidos, equivocados taticamente ou não, não se pode elidir (nem deixar de daí extrair questões) que a polissêmica agenda participativa e democrática dos anos 1970 e 1980, se fez apostas táticas e estratégicas próximas do eurocomunismo, como temos tentado mostrar, também pretendeu a transformação do Estado e da sociedade, pretendeu o fim do sistema do capital e a instauração do socialismo. A correlação de forças atual por certo carrega a história da descoloração desse projeto, dessa estratégia, e precisa ser remexida e investigada. Não se trata de cobrar do presente o que se teria perdido no passado, mas de enxergar o passado como parte ineliminável do presente. O que estamos cobrando das experiências de participação e da agenda democrática, de modo mais abrangente, portanto? – perguntamos. Precisamente o porquê da “frustração” que Dagnino pretende evitar. O contraste que a autora deseja resolver na origem do processo de investigação – pela redução das expectativas – só nos parece possível buscar na origem e no desenrolar do processo histórico, no movimento da concepção estratégica que engendrou e sustentou a *experiência*.

Por fim, Luciana Tatagiba (2002), no mesmo livro, endossa a perspectiva de Dagnino quanto às possíveis frustrações que poderiam ser evitadas se os *limites de atuação dos conselhos fossem compreendidos* previamente; mas, curiosamente, é também desta autora uma constatação do mais alto teor das expectativas depositadas sobre o seu alcance, em paralelo à identificação da principal pretensão que governou a transição estratégica de que viemos tratando, qual seja, o papel do Estado e a possibilidade de sobre ele se exercer *controle*. Afirma Tatagiba:

Embora o pouco tempo de existência dos conselhos, pouco mais de dez anos, não favoreça afirmações mais conclusivas, a análise da bibliografia, a partir de uma perspectiva comparada, sugere que muitas são as dificuldades [...]. Ou seja, apesar de a própria existência dos conselhos já indicar uma importante vitória na luta pela democratização dos processos de decisão, **os estudos demonstram que tem sido muito difícil reverter, na dinâmica concreta de funcionamento dos conselhos, a centralidade e o protagonismo do Estado na definição das políticas e das prioridades sociais.** (TATAGIBA, 2002, p. 55, grifo nosso).

A constatação da autora revela a manutenção do teor do projeto, como pudemos constatar também em sua origem conceitual quando estudamos os documentos mais representativos do Movimento Sanitário. Se como vimos, Stotz (2006) tem razão quando aponta uma inflexão conceitual na noção de participação popular nos anos 1990, que passa a significar, no todo, cada vez menos uma transformação da institucionalidade com objetivos emancipatórios e cada vez mais o estabelecimento de casamatas – ou cordões sanitários, em linguagem mais caseira – no interior do aparelho de Estado, parece um contrassenso supor o controle do Estado por ele mesmo. A constatação da autora, portanto, se levada a sério, significaria a negação da estratégia de classe em processo de transição (mas que não ameaçou o *lugar* do Estado em momento algum), no interior da qual o Movimento Sanitário se constituiu. Se no momento de auge da luta social, que encorpava a luta no âmbito institucional, pretender transformar o Estado por dentro, ou usá-lo a favor da classe trabalhadora ignorando a sua natureza de classe, já foi um equívoco fatal, produtor de mistificações e derrotas fragorosas, assumir como tarefa, em momento de recuo da luta social, o controle desse Estado pelas suas franjas, mais ainda – com o agravante de que a aposta incessante nessa possibilidade, mesmo que as análises pontuais, objetivas, reunidas em bloco, digam o contrário, tem impedido o debate estratégico sobre este mesmo Estado.

Mas tomemos a pista de Tatagiba sobre a reversão da centralidade e do protagonismo do Estado, à qual, uma vez superada a perspectiva, ideológica (no sentido marxiano, de inversão e ocultação), de controle do Estado (que é também a pretensão de controle do capital ou mesmo a não percepção de que uma coisa significa a outra e de que nenhuma das duas é possível (MÉSZÁROS, 2007)), apontará para um sentido revolucionário de destruição do Estado. Provavelmente sem saber ou se dar conta, a autora parece estar lidando com uma bandeira atualmente esvaziada de seu conteúdo emancipatório, mas que não à toa conserva traços de sua forma e, por essa razão, funcionalmente para a dominação, pode mobilizar as energias dos trabalhadores em torno de uma pretensão ilusória ou, no máximo, atuar sem promover qualquer abalo à ordem.

Até agora indicamos as fragilidades das análises sobre o controle social, seus elogios incondicionais e o viés da sua crítica negativa, em face dos aspectos secundários que costuma eleger ou, quando é o caso de abordar elementos importantes do passado histórico ou da conjuntura recente, isolando-se nesse recorte e pondo de lado o debate estratégico – como se o teor institucionalizado assumido pela participação fosse isento de história e de conflitos. Assim, propomos um último e breve recuo no tempo, aos anos 1980, especialmente, com o fito de retomar os termos do debate estratégico em torno da concepção de participação,

expressa na forma de conselhos. No campo da Saúde, como ficou subentendido, o divisor de águas para este debate foi a 8ª CNS, em que o rompimento do MOPS com as lideranças do Movimento Sanitário expressou o ápice e o desfecho do conflito entre o encaminhamento preponderante da luta para as vias institucionais e a corrente que defendia a manutenção da autonomia completa em relação ao Estado, porque enxergava na via institucional importantes riscos de cooptação. No interior do PT, este debate assumiu tons de oposição mais rasgada com a rápida chegada do partido ao governo das prefeituras, a partir já do início dos anos 1980. O tema da participação, em verdade, sob tal registro, também se institucionalizou e foi crescentemente tomando forma de *questão de governo*. Já no início dos anos 1990, portanto, consolidada a via institucional para a esquerda democrática capitaneada pelo PT, o debate rarearia e a concepção de participação que até hoje vige, predominantemente, assumiria em definitivo o proscênio da questão democrática. Não por coincidência, portanto, é do interior do PT que emergirá o debate que propomos. Representativamente, elegeremos algumas poucas intervenções de militantes que refletirão as principais linhas de compreensão em disputa, à época.

É com Celso Daniel que abriremos o debate. Em 1988, em texto publicado na revista *Teoria & Debate*, sob o título de “Participação Popular”, o futuro prefeito da cidade de Santo André nos anos 1990, expressou o seu entendimento acerca da participação no registro do que acima chamamos de *questão de governo*. Sua clara preocupação residia na busca da forma mais adequada de estabelecimento de uma relação entre sociedade e Estado, que pudesse contribuir para “o florescimento de uma cultura política socialista”. (DANIEL, 1988, não paginado). Para Daniel – e não notaremos ineditismo nessa perspectiva, de certo –, sob uma compreensão polarizada entre Estado e sociedade, caberia a esta última esfera, de preferência sob uma administração petista, tomar a participação popular “como parte de seu projeto político”, que deveria encampar a constituição de canais formais (conselhos populares) de “participação popular **independente**” (DANIEL, 1988, não paginado, grifo nosso). No entanto, o autor apressa-se em fazer a distinção entre a criação de canais participativos e a própria ideia de participação. O exercício desta última – desejável para o autor, que de fato pretende, como declara, a construção do socialismo – dependeria da mobilização única e exclusiva dos movimentos sociais, o que lhes garantiria também total autonomia e independência. Já quanto aos primeiros, estes seriam parte do papel do Estado de abrir-se ao governo da sociedade. Por isso afirma, ainda se referindo aos conselhos, que estes não deveriam ser confundidos com os *soviets*, posto que sua natureza seria bastante distinta. Pelo que aponta, sua composição, inclusive, a depender da “força das

circunstâncias”, poderia ser alterada no sentido inverso de um espaço exclusivamente popular de participação – franqueado – no interior da institucionalidade do Estado, podendo incluir, “em certos casos, até mesmo setores do poder econômico”. (DANIEL, 1988, não paginado).

A despeito do incentivo e da aposta no exercício de um “poder social alternativo” (p. 16), construído autonomamente pela ação dos movimentos sociais, a questão que move Daniel é a da participação pela via do Estado; mais: pela ação do Estado – compreendido como o agente por excelência da democratização e, por consequência, da construção do socialismo. A fala do autor não deixa dúvida:

É preciso [...] criar canais por meio dos quais possam **adquirir poder** aqueles que não o possuem; só assim será possível a estes – a maioria da população – contraporem-se ao poder econômico, administrativo ou das elites locais. (DANIEL, 1988, não paginado, grifo nosso).

É latente a compreensão do papel do Estado assumida pelo autor – representativa da EDP – em face do seu entendimento do que o Estado seja propriamente: um *local de poder*, que a depender de que força política esteja à frente do seu comando, pode fazê-lo funcionar à sua moda, cedendo e franqueando *poder* a quem bem entender. Noutra passagem, o sentido é ainda mais revelador:

Levar até às últimas consequências a ideia de que **a construção de um poder popular supõe que o governo local abra mão do poder de tomar decisões**. Supõe dotar os conselhos populares – canais de participação popular – de caráter deliberativo, nas questões a ele atribuídas. (DANIEL, 1988, não paginado, grifo nosso).

E por fim, a despeito do trajeto para o sul ou para o norte, da maior ou menor intensidade da coloração ideopolítica, da afirmação mais ou menos convicta do socialismo, da afirmação mesmo da socialdemocracia como objetivo final a ser perseguido, parece que retornamos sempre ao mesmo ponto – o que indica a compreensão média de uma dada conjuntura histórica e a existência de uma estratégia, que transcende partidos políticos ou movimentos setoriais:

Em que sentido, afinal, a ideia dos conselhos populares é efetivamente inovadora? É que eles se constituem em **espaços para a administração de conflitos a partir da sociedade, e não a partir do Estado**. Eles podem, então, ser um dos meios de concretizar o estabelecimento de **canais de controle da maioria da sociedade sobre o Estado**, invertendo a relação autoritária e excludente hoje dominante. (DANIEL, 1988, não paginado, grifos nossos).

A conclusão de Tatagiba (2002), que vimos há poucas páginas, faz todo o sentido se pensarmos que o projeto foi concebido com este propósito: controlar o Estado, como primeira, mais importante e imediata tarefa. Isto porque, como fica indicado, a tomada do Estado pela *maioria da sociedade* permitiria administrar os conflitos de modo não tendencioso, interessado e parcial, subentende-se. É curioso notar ainda que a existência mesma dos conflitos é naturalizada. O Estado não teria sobre eles qualquer dose de responsabilidade ou participação. Seria o caso apenas de deslocar a sua *administração* (dos conflitos) para o controle da sociedade (o polo positivo do binômio). Para nós, no entanto, parte significativa do problema está no projeto e, por isso, a insistência no debate estratégico.

O outro militante do partido, à época, que traremos para o debate com Daniel é Mauro Iasi, autor já referido aqui por nós. Iasi foi membro do Diretório Municipal do partido na cidade de São Bernardo do Campo – talvez não por coincidência, outra cidade das quais, assim como a Santo André de Celso Daniel, pertencente à região do ABC paulista, berço de nascimento do PT. A perspectiva de Iasi, diferentemente da defendida por Daniel, põe a centralidade da luta na destruição do Estado burguês que, segundo acredita, não torna esfumada a sua natureza de classe a partir de um determinado grau de penetração da “sociedade” na sua institucionalidade, fazendo pender a balança para o lado daquela. Isto porque há uma diferença capital entre a sua perspectiva e a de Daniel que não podemos deixar de referir para compreendermos com exatidão a divergência: para Iasi, Estado não é sinônimo de governo, mas de “conjunto dos principais instrumentos colocados à disposição de uma classe [...] para garantir a continuidade de sua dominação”. (IASI, 1989, p. 1). Diríamos que esta é a distinção marcante entre as duas concepções de participação que por ora apreciamos e que informa a nossa crítica ao controle social da Saúde e, de modo geral, a toda a agenda da dita *radicalização democrática*, que enxerga no Estado (tomado como *governo*) o seu principal aliado pela democracia ou pelo socialismo – ainda que se afirme pelo polo da sociedade civil.

O segundo ponto que coloca Daniel e Iasi em campos tático-estratégicos distintos, e se liga diretamente ao debate sobre os conselhos, diz respeito à noção de *duplo poder* – trabalhada por Marx, Engels, Lênin, Gramsci e também por Poulantzas, entre muitos outros autores marxistas. Enquanto para Daniel (e sua perspectiva, já foi possível notar, é representativa do que mais tarde veio estabelecer-se como a ideia mais geral acerca da via democrática para o socialismo, expressa, em sua concretude, na participação social institucionalizada, da qual o controle social praticado na Saúde é o exemplo mais destacado)

trata-se de minar o Estado burguês por dentro, transbordando sua máquina de instâncias participativas (conselhos), Iasi endossa a conclusão de Marx, já vista por nós no capítulo 1, que aponta para a impossibilidade de utilização da máquina do Estado, a mesma máquina burguesa, a favor da classe trabalhadora. Tratar-se-ia, portanto, de construir, em paralelo, na contramão do poder burguês, um *poder popular*, configurando uma situação de duplo poder.

Já está claro, nos parece, que esta perspectiva não permite confiar ao próprio Estado burguês, à própria institucionalidade do Estado da burguesia, a tarefa do seu desmonte. A luta legal, tal como em Lênin, continua o autor, precisa ser combinada com a luta ilegal, isto é, por fora *da* e contra *a* ordem burguesa. Esta seria a forma de, a um só tempo, minar o poder burguês, pela negação do *seu* Estado e das relações sociais de que é produto, e construir as bases do *Estado* dos trabalhadores (transitório). Explica o autor, noutros termos, a essência do que nos acostumamos a ver cotidianamente com o controle social:

O problema das formas institucionais criadas pelos trabalhadores que não conseguem converter-se em duplo poder e nem tão pouco implantar o poder proletário, é que eles podem, e normalmente é o que acontece, ser deformadas e cooptadas pelo poder burguês que não foi derrotado. (IASI, 1989, p. 6).

Coerentemente, Daniel rechaça o formato dos *soviets* para os conselhos que propõe no âmbito da institucionalidade burguesa (que não considera “burguesa”, evidentemente). Sua aposta tático-estratégica é outra. Iasi, diferentemente, faz a defesa da forma *soviets*, mas toma o cuidado de não desmerecer o papel do partido: como instrumento capaz de construir a unidade da classe, necessário à luta contra um dominador unificado (em torno do Estado) e conter o espontaneísmo das massas. Mas lembremos aqui uma ressalva importante do autor, antes de avançarmos. “O duplo poder se estabelece somente em uma situação revolucionária” (IASI, 1989, p. 9) – esta, por sua vez, depende de um conjunto complexo de combinações de determinações *objetivas* e *subjetivas*. Tal sutileza não pode ser um convite às radicalizações fora de hora, nem tampouco ao imobilismo: “é necessária firmeza no princípio estratégico e flexibilidade nas táticas”, conclui (IASI, 1989, p. 9).

Em síntese, o papel dos conselhos, ou melhor, o papel de um contrapoder, popular, a ser gestado no exercício de uma democracia negadora da ordem burguesa, autônoma e independente de sua institucionalidade, parece se constituir na contraface de uma perspectiva que pretende abreviar o trabalho mudando o sinal da máquina já existente. Isto não quer dizer que um governo, local ou nacional, comprometido com a luta dos trabalhadores, não possa se configurar num importante aliado na tarefa de “debilitar a eficiência desta instituição

particular de exercer a dominação” (IASI, 1989, p. 10), mas este *momento conjuntural* não pode elidir a necessidade da luta ilegal, bem como não pode ser confundido com a própria conquista do Estado. Da luta legal construir-se-ia a ilegal, o que significaria não cair no paradoxo de “na legalidade lutar pela legalidade”. (IASI, 1987, p. 10).

Do exposto concluímos que o que se entende por (e pratica como) *controle social* consiste, hoje, em um processo fortemente institucionalizado, pouco permeável à luta combativa da classe trabalhadora, e que guarda muito pouco da rica experiência democrática que o engendrou, a despeito do fato de que a opção *institucional*, como temos tentado mostrar, foi, acima de tudo, uma *opção*, franqueada pela combinação da pujança e das fragilidades da luta social presente no momento mesmo da formulação estratégica da classe. No que vai além das escolhas estratégicas da classe trabalhadora, posto que diz respeito ao inimigo, a questão parece recair na disjunção formal entre política e economia, reforçada pelo processo de fetichização da democracia e que, uma vez reconhecida como peça ideológica, não pode passar despercebida na luta. A construção do socialismo – quando ele ainda é parte constitutiva da luta – não pode ser assumida como um processo histórico contínuo, sem rupturas, como se o acúmulo de forças, em dado momento, pudesse lograr o fim de uma dominação de classes calcada em sofisticados processos de mistificação, a começar pelo próprio Estado. (TONET; NASCIMENTO, s/d., p. 15).

O que vemos, portanto, é que este Estado, fazendo jus à sua *natureza* de classe, pretende franquear uma *determinada* participação, dentro de limites seguros para a dominação do capital, que seria integral e parte constitutiva das relações sociais de produção se a própria reprodução da ordem capitalista não necessitasse apartar da política, a economia; da participação, a produção. A *cidadania política* (almejada pela agenda da radicalização democrática, da participação, do controle social) só pode se efetivar pela submissão ao conjunto de regulamentos que institucionalizam justamente a alienação dos meios, através dos quais, não fosse o sistema burguês (!), se alcançaria a “*cidadania plena*”<sup>133</sup>, diríamos ironicamente (isto é, os bens privados, o reencontro do produtor direto com o produto do seu trabalho).

Tais diferenças, de base material, são flagrantemente ignoradas na abstração que caracteriza o Estado, através de sua expressão jurídica (o direito), mas têm peso notório na política, onde os atores igualados formalmente nunca são de fato iguais materialmente. Daí

---

<sup>133</sup> As aspas e o itálico se devem apenas ao fato de que nos apropriamos da expressão como recurso de texto e não do teor do conceito em sua acepção comumente aceita (plenitude de direitos civis, políticos e sociais, no registro da ordem burguesa).

que é um contrassenso a defesa da pluralidade no jogo democrático do Estado burguês, precisamente pelos que têm sua existência política condicionada ao aceite e à naturalização das diferenças de poder material como algo dado e não determinante para a luta política. Mézáros nos acode:

Como controla *realmente* todos os aspectos vitais do metabolismo social, o capital é capaz de definir separadamente a esfera constituída da legitimação política como uma questão estritamente *formal*, excluindo *a priori* a possibilidade de qualquer contestação legítima em sua esfera *substantiva* de operação reprodutiva socioeconômica (2007, p. 129, grifos do autor).

O que acabamos de descrever sobre as opções estratégicas democráticas da classe trabalhadora na luta contra o capital e pelo socialismo, no Brasil recente, se completa com a explicitação das condições do terreno onde se optou pela luta institucional como tática primordial. Invariavelmente, parece, pelas determinações *objetivas*, mas também pelas *subjetivas* (e são sobre essas que expressamos o nosso desacordo e centramos o debate), fomos empurrados para posições de extração liberal (PANIAGO, s/d.) em nome da efetivação de uma luta institucional que pretendia o inverso, que pretendia o controle do Estado para a construção socialista. Parece-nos, em definitivo, que essa aposta não deu certo. Não se extrairá um caminho para o socialismo do controle social sobre o Estado burguês, que em última análise é tentativa de controle do capital, como já apontamos. Isto é parte significativa do enredo da luta de classes no Brasil nos últimos 30 anos – e o recuo não tem cessado.

Em recente debate promovido pela revista *Cadernos de Saúde Pública* sobre os 25 anos da Constituição de 1988 e do SUS, em que o texto (principal), de Jairnilson Paim, foi comentado por oito autores, entre os quais estiveram presentes nomes com Amelia Cohn, José Carvalho de Noronha e Sarah Escorel, Ana Luiza d'Ávila Viana, pesquisadora de temas ligados à saúde, ao SUS e às políticas públicas, legitimada pelas publicações e pelos fóruns que debatem a reforma sanitária brasileira hoje, afirmou a seguinte pretensão política para os desafios civilizatórios expressos pela envergadura de uma política pública como o SUS (elemento central do texto de Paim), sem que na tréplica tenha havido qualquer contestação por parte do autor principal:

**A política precisa domar os interesses do capital na área da saúde**, para que ganhe poder, pois o momento atual é aquele em que o econômico se liberta da política e a política fica destituída de poder. Gestores sem poder e interesses corporativos pautando as decisões da política, é o que se vê nos diferentes níveis de governo. (VIANA, 2013, 1944, grifo nosso).

A manutenção da mesma batida pelo discurso emancipatório na Saúde, na tentativa permanente de afirmar a importância e validade da Reforma Sanitária, atribuindo o ônus do fracasso à conjuntura adversa e às mazelas de toda ordem que caracterizam a formação social brasileira, ao contrário do que parece, não exime os que proferem tal discurso, justamente, da consideração, em termos estratégicos, do que afirmam e reafirmam como tática e estratégia incessantemente. Esta talvez seja, atualmente, a fronteira que pode delimitar a retomada da pujança ou o ostracismo definitivo do Movimento e da Reforma Sanitária. É de chamar a atenção que continuemos anos-luz distantes do debate estratégico, insistindo no mesmo brado.

Na pista de Iasi (1987), para finalizar, lembramos Ernesto Che Guevara em texto sobre a tática e a estratégia da revolução latinoamericana, impressionantemente preciso e atual:

Frente a esta tática y estrategia continentales, se lanzan algunas fórmulas limitadas: luchas electorales de menor cuantía, algún avance electoral, por aquí; dos diputados, un senador, cuatro alcaldías; una gran manifestación popular que es disuelta a tiros; una elección que se pierde por menos votos que la anterior; una huelga que se gana, diez que se pierden; un paso que se avanza, diez que se retroceden; una victoria sectorial por aquí, diez derrotas por allá. Y, en el momento preciso, se cambian las reglas del juego y hay que volver a empezar. ¿Por qué estos planteamientos? ¿Por qué esta dilapidación de las energías populares? Por una sola razón. En las fuerzas progresistas de algunos países de América existe una confusión terrible entre objetivos tácticos y estratégicos; en pequeñas posiciones tácticas se ha querido ver grandes objetivos estratégicos. Hay que atribuir a la inteligencia de la reacción el que haya logrado hacer de estas mínimas posiciones defensivas el objetivo fundamental de su enemigo de clase. En los lugares donde ocurren estas equivocaciones tan graves, el pueblo apronta sus legiones año tras año para conquistas que le cuestan inmensos sacrificios y que no tienen el más mínimo valor. Son pequeñas colinas dominadas por el fuego de la artillería enemiga. La colina parlamento, la colina legalidad, la colina huelga económica legal, la colina aumento de salarios, la colina constitución burguesa, la colina liberación de un héroe popular... Y lo peor de todo es que para ganar estas posiciones hay que intervenir en el juego político del estado burgués y para lograr el permiso de actuar en este peligroso juego, hay que demostrar que se puede estar dentro de la legalidad burguesa. Hay que demostrar que se es bueno, que no se es peligroso. (GUEVARA, s/d., p. 10-11).

## ***Capítulo 6 – Reforma Sanitária, SUS e Socialismo: questão de princípios***

Ao longo dos últimos dez anos, a tirar pela percepção dos militantes de diferentes origens, reconhecidas lideranças históricas, acadêmicos e entidades representativas do Movimento Sanitário, a Reforma Sanitária *ainda se move!* (PAIM, 2013b, p. 1952). Embora mais ou menos distintos, mais ou menos discordantes entre si, todos indicam, em medidas e perspectivas também variantes, que a luta e o projeto precisam se reinventar, seja para retomar uma agenda forte, reformar efetivamente o Estado, intensificar a luta pelo SUS, ir além dele e do próprio campo da Saúde, revitalizar a luta de massas, reagir contra a privatização no setor, recuperar a perspectiva do socialismo dos anos 1980 etc. (BRAVO; MATOS, 2008; BRAVO; MENEZES, 2011; CEBES, 2014; COHN, 2013; COSTA, 2013; ESCOREL, 2013; FNCPS<sup>134</sup>, 2011; FRSB<sup>135</sup>, 2005, 2006; MRSB<sup>136</sup>, 2014; PAIM, 2009, 2013; TEIXEIRA, 2009; VIANA, 2013). A constatação de que a Reforma Sanitária e o SUS

---

<sup>134</sup> Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde. Criada em 2010, inicialmente pela articulação dos fóruns de saúde dos estados de Alagoas, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, e ainda do município de Londrina, em torno da procedência de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), contrária à lei 9.647/98, que instituiu a figura jurídica das OSs. Aos poucos, diversas organizações foram se incorporando à luta, ampliando o escopo de ação da Frente. Atualmente, o seu objetivo é fortalecer as lutas contra a privatização em estados e municípios, articulando-as nacionalmente, além de lutar pela Reforma Sanitária tal qual formulada nos anos 1980, na perspectiva da busca pelo socialismo. Compõem a Frente as seguintes entidades: ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), ASFOC-SN (Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz); CMP (Central de Movimentos Populares), CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), CSP-CONLUTAS (Central Sindical e Popular), CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina, Enfermagem e Serviço Social, FASUBRA (Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras), FENASPS (Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social), FENTAS (Fórum das Entidades Nacionais de Trabalhadores da Área da Saúde), Fórum Nacional de Residentes, INTERSINDICAL (Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora e Instrumento de Luta, Unidade da Classe e de Construção de uma Central), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Seminário Livre pela Saúde, os Fóruns de Saúde (Rio de Janeiro, Alagoas, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Norte, Distrito Federal, Pernambuco, Minas Gerais, Ceará, Rio Grande do Sul, Paraíba, Goiás, Maranhão, Pará e Mato Grosso); os setoriais e/ou núcleos dos partidos políticos (PSOL, PCB, PSTU, PT e PCdoB), Consulta Popular e projetos universitários (UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFF – Universidade Federal Fluminense, UFAL – Universidade Federal de Alagoas, UEL – Universidade Estadual de Londrina, EPSJV/Fiocruz – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, CESTE/ENSP/Fiocruz – Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, UFPB – Universidade Federal da Paraíba, USP – Universidade de São Paulo). (FNCPS, 2011).

<sup>135</sup> O Fórum da Reforma Sanitária Brasileira (FRSB) começou a se reunir em 2005, na esteira do 8º Simpósio sobre Política Nacional de Saúde, na Câmara Federal, realizado em junho do mesmo ano e ao final do qual foi lançada a *Carta de Brasília*. Neste mesmo encontro definiu-se pela *refundação* do CEBES, como parte da retomada do movimento em torno da Reforma Sanitária Brasileira. (PAIM, 2009). O Fórum foi composto pelas seguintes entidades: ABRASCO, ABRES (Associação Brasileira de Economia em Saúde), AMPASA, CEBES e REDE UNIDA (Associação Brasileira Rede Unida). (BRAVO; MENEZES, 2008).

<sup>136</sup> O Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (MRSB) tem se reunido constantemente também como resultado da tentativa de rearticulação do Movimento Sanitário. É uma iniciativa das seguintes entidades: ABRASCO, ABRES, AMPASA, APSP (Associação Paulista de Saúde Pública), CEBES, IDISA (Instituto de Direito Sanitário Aplicado, REDE UNIDA e SBB (Sociedade Brasileira de Bioética).

ganharam uma tradução liberal por parte das forças do capital também não é estranha aos defensores/rearticuladores do Movimento. Autores como Paim apontam mesmo a ocorrência de um *transformismo* na saúde, sobre parte dos integrantes do Movimento Sanitário. (2013, p. 1933). Bravo e Matos indicam a existência de dois projetos em disputa: o da *Reforma Sanitária* e o *Privatista*. Se o primeiro não precisa de apresentação, o segundo seria consequência do ajuste estrutural neoliberal e teria as seguintes principais tendências: “a contenção dos gastos com racionalização da oferta, a descentralização com isenção de responsabilidade do poder central e a focalização” (BRAVO; MATOS, 2008, p. 200). Bravo e Menezes (2008), em referência específica à conjuntura de transição do primeiro para o segundo mandato de Lula, que teria o sanitarista José Gomes Temporão como seu ministro da Saúde entre 2007 e 2010, assim caracterizaram o comportamento do Movimento Sanitário em face da conclusão de que a combinação de um governo petista com um ministro sanitarista, a despeito de “algumas propostas [que] procuram enfatizar a Reforma Sanitária”, estaria redundando, estranhamente, em manutenção de políticas focais, articulações com o mercado e universalização excludente:

Identifica-se também mudança no discurso dos protagonistas do Projeto de Reforma Sanitária, construído nos anos 80, principalmente, a partir de 2007, com a escolha do ministro da saúde. Há uma flexibilização de suas proposições pautadas nas possibilidades de ação no atual contexto brasileiro. Diversos sujeitos sociais do Movimento Sanitário não têm enfrentado a questão central do governo que é a subordinação da Política Social à política macroeconômica. A grande bandeira do movimento, nos anos 80, era a perspectiva de Reforma relacionada à mudança de projeto societário, ou seja, tendo como horizonte a transição para o socialismo. Esta questão aparece, na atualidade, de forma muito tênue. (BRAVO; MENEZES, 2008, p. 21).

Novamente Bravo, em setembro de 2013, quando de sua participação em evento promovido pela ENSP/Fiocruz<sup>137</sup>, dentro das comemorações dos 59 anos da instituição e das homenagens pelos 10 anos de morte do sanitarista Sergio Arouca, qualificou este comportamento dos protagonistas do Projeto de Reforma Sanitária de “Reforma Sanitária flexibilizada”, que seria então um terceiro projeto e, ao que nos parece, se localizaria na fronteira entre os dois primeiros, posto que encabeçado por sanitaristas de origem, que teriam aberto mão ou revisto as bandeiras históricas do Movimento; e guardariam, portanto, um pé lá e outro cá. Bravo e Menezes (2011), em texto mais recente, também identificam uma inflexão teórica entre os sanitaristas, que estariam abandonando os referenciais marxistas que caracterizaram o

---

<sup>137</sup> Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/59anos/reforma.php>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

Movimento Sanitário nos anos 1980, em defesa de um *pluralismo*, “mas sem hegemonia da teoria social crítica” – o que carrega o risco do ecletismo, concluem as autoras. (BRAVO e MENEZES, 2011, p. 21). Não nos parece distinta de Bravo, Matos e Menezes a suspeita de Paim:

Uma hegemonia às avessas parece ser construída pelas forças que defendem o SUS, pois na aparência constata-se uma direção cultural e moral, quando integrantes do movimento sanitário chegam a ocupar posições de governo, a ponto de um ex-presidente do CEBES tornar-se ministro da saúde, mas na essência prevalecem os interesses do capital, assegurados por seus representantes dentro e fora do setor. (PAIM, 2013a, p. 1934).

A despeito da factibilidade das hipóteses e da concretude dos fatos, nada surpreende se notarmos que, extrapolando os limites setoriais da Saúde, podemos identificar o mesmo processo em curso num registro mais ampliado da classe trabalhadora, expresso na realização mitigada da EDP liderada justamente pelo PT no mesmo período. (COELHO, 2012; IASI, 2006). Não pretendemos, no entanto, traçar um quadro da captura de sanitários e de bandeiras do Movimento Sanitário pelos grupos e frações de classe associados às forças do capital. Nossa pretensão é explorar a problemática de como e por que meios a aposta na transformação da institucionalidade não só acomodou-se como assumiu um teor avesso ao projeto original que a concebeu. Este, nos parece, passa a ser o grande nó do Movimento Sanitário e da esquerda democrática já na sequência do ajuste estrutural na década de 1990 e que, mais tarde, assumiria proporções dramáticas a partir da posse de Lula (2003). Não parece haver dúvida, assim como se deu e tem se dado com toda a esquerda, de que um governo oriundo das mesmas bases, em franco processo de burocratização, institucionalização e enquadramento pela ordem do capital, tenha provocado fissuras no Movimento Sanitário. Este é o impasse que está colocado nos dias de hoje, à cata de solução. Isto nos exige o acompanhamento do debate estratégico do Movimento dos anos 1990 para cá, de modo a podermos perceber as inflexões do pensamento sanitário a partir de 2003.

Antes, porém, cumpre que exploremos um pouco mais o debate em torno da questão democrática e de como passou a se comportar a partir dos anos 1990. Seguindo a pista de Iasi (2012), parece se configurar hoje o que Florestan Fernandes chamou de uma *democracia de cooptação*, como importante chave para compreendermos o *transformismo*, o *impasse* e a crise estratégica que vivemos nos dias atuais – o que inclui a trajetória do Movimento Sanitário. A tessitura deste quadro compreenderá os contornos do terceiro momento-chave –

na periodização sugerida por nós no início deste trabalho – do processo de fetichização da democracia.

### 6.1 A questão democrática na Saúde: cooptação e apassivamento

Escrevendo nos anos 1970, Florestan visualizava uma situação-limite colocada para as classes em luta no Brasil: diante do caráter autocrático e não reformável da burguesia brasileira, estruturalmente dependente e periférica, e, portanto, limitada para concessões, as “tarefas em atraso”, típicas da não ocorrência em nossa formação social de uma revolução burguesa clássica, não encontrariam espaço para que pudessem ser realizadas no interior da ordem. Com a ditadura caminhando para o fim e a ascensão da luta dos trabalhadores, uma alternativa do desenrolar dos conflitos de classe, dizia Florestan, em benefício da burguesia, seria uma “democracia de cooptação”, que consistiria na concessão de  *muito pouco* aos trabalhadores em troca da aceitação da ordem, de um  *novo pacto social* – considerando que uma nova edição de um regime ditatorial estaria por algum tempo descartada. O próprio autor, no entanto, rechaçaria esta hipótese porque considerava que nem os trabalhadores estariam dispostos a aceitar tão pouco, nem a burguesia quereria ceder o mínimo que fosse<sup>138</sup>. Este cenário, ainda segundo o sociólogo paulista, colocava as classes trabalhadoras diante de um desafio: empunhar a bandeira das tarefas em atraso e, diante do conflito que se instituiria em face da recusa da burguesia em negociar e ceder, aproveitar-se do flanco aberto e viabilizar um caminho para uma revolução fora da ordem. Para o autor, portanto, como já ressaltamos anteriormente, não haveria etapa prévia,  *democrática*, a ser cumprida. A luta em torno das tarefas em atraso já faria parte do curso da revolução socialista. Tratava-se de combinar uma revolução  *dentro da ordem* com uma revolução  *fora da ordem* (FERNANDES, 2005; IASI, 2012).

Ao contrário de Florestan, Coutinho dirá, com base em Gramsci, que, face ao processo recente de  *ocidentalização* da sociedade brasileira, com a potente  *ampliação do Estado*, a “via prussiana” que caracterizara a história política brasileira desde a Independência – isto é, as transformações e “modernizações” realizadas pelo alto, através da conciliação entre frações da classe dominante – poderia ser superada (acrescente-se: dentro da ordem burguesa). Coutinho fará a crítica de Florestan, pondo na conta deste uma dureza na análise da situação

---

<sup>138</sup> Nas décadas seguintes, Florestan reforçaria seguidamente essa perspectiva. Em 1984, por exemplo, diria o autor: “A ilusão sobre a ‘indole pacífica do Povo brasileiro’ é uma racionalização que apenas doura a pílula. A revolução democrática bate à nossa porta e os de baixo não irão interrompê-la em troca de ‘dez réis de mel coado’...” (FERNANDES, 2007, p. 216).

brasileira, que não teria lhe permitido enxergar o processo de ocidentalização vivido pelo Brasil, o que significaria, por tabela, a superação de sua forma política *prussiana*. Em suma, Florestan apostou na incompatibilidade de situações de classe extremadas e Coutinho vislumbrou espaço para a consecução das tarefas em atraso, prévias ao curso do socialismo e no interior da ordem burguesa. A realidade, no entanto, surpreenderia a ambos.

A EDP, em sua formulação inicial, partia de um pressuposto similar ao de Florestan, até onde acompanhamos no terceiro capítulo: a impermeabilidade da burguesia brasileira se constituiria em obstáculo para o atendimento das demandas represadas da classe trabalhadora brasileira, como já dissemos. “A apresentação de tais demandas pelos trabalhadores e a resistência do poder burguês em incorporá-las seriam o momento dentro da ordem que prepararia a possibilidade de ruptura, na verdade a legitimaria perante a maioria da população” (IASI, 2012, p. 310). No entanto, e aqui chegamos ao ponto, toda a energia da luta popular que se acumulara nos anos 1970 e 1980, de onde brotara também o Movimento Sanitário, sofreria um profundo esvaziamento a partir dos anos 1990, com a reestruturação produtiva neoliberal, como também já pudemos acompanhar. Tal processo, embora tenha posto de joelhos o movimento organizado dos trabalhadores, não anulou a possibilidade de disputa do Estado no plano institucional. Não é coincidência que as importantes conquistas plasmadas na Constituição Federal de 1988, tendo o SUS como carro-chefe, tenham se dado concomitantemente à possibilidade concreta da eleição de um governo de esquerda, encabeçado pela candidatura do PT, em 1989. Porém, seguindo ainda a trilha de Iasi, uma combinação inesperada de chances reais de conquista do governo federal e ausência de uma correlação de forças, na base, que pudesse garantir a radicalidade das reformas democráticas, impôs um caminho distinto do originalmente formulado.

A solução encontrada, ainda dentro do campo de uma estratégia democrática e popular, é que seria possível e desejável seguir o acúmulo de forças agora dentro desse espaço institucional estratégico, assim como já se supunha se realizar nos espaços institucionais menores conquistados nesse processo (administrações municipais, mandatos parlamentares, máquinas sindicais etc.). (IASI, 2012, p. 311).

De início (anos 1980), portanto, se a tática de implementação de reformas radicais era *democrática e popular*, em face da impossibilidade da luta direta pelo socialismo, posto que a correlação de forças e o grau de consciência precisavam ainda obter ganhos de musculatura, diante do novo quadro (anos 1990), com o recuo do acúmulo inicial, as reformas praticamente saíram de cena, reduzindo o programa a um horizonte *democrático* apenas. (IASI, 2012). Não

é fortuito, como veremos adiante, que a Reforma Sanitária também tenha saído de cena no período. O fato é que o recuo da classe parece ter vulnerabilizado a sua liderança, que alimentou a ilusão desde então de poder disputar e se manter no centro da institucionalidade do Estado, em compasso de espera, no aguardo da classe e da correlação de forças desejada. Mais uma vez Iasi, referindo-se ao PT, dá contornos ao debate:

A metamorfose, ou o transformismo, se preferem, se dá no processo pelo qual acabam por se chocar dois interesses que até então formavam uma unidade: os interesses da classe trabalhadora retomando seu processo de luta com a crise da autocracia e os interesses de uma camada burocrática que se especializou na gestão dos espaços institucionais ocupados (partido, sindicatos, espaços governativos ou parlamentares). Tal contradição se materializa na questão das eleições presidenciais e nas sucessivas derrotas de Lula (em 1989, 1994 e 1998), o que leva um setor do PT a defender a tese segundo a qual seria necessário ampliar as alianças, o que implicaria uma moderação programática, para que fosse possível ganhar as eleições. (2012, p. 312).

A própria intencionalidade expressa na decisão política de perseguir o objetivo de ocupação do aparelho de Estado, a despeito da correlação de forças que pudesse conferir radicalidade àquela ocupação, já resultava do processo denominado por Florestan de “democracia de cooptação”, que logrou engolfar, aos poucos e constantemente, a expressão de vanguarda resultante da luta social dos anos 1970 e 1980. O alerta de Vainer e Palmeira, ainda (já!) em 1989, além de política e estrategicamente primoroso, recoloca no seu devido lugar os argumentos que tentam imputar apenas à conjuntura complexa, às contingências da história, por fim, os descaminhos recentes da esquerda no Brasil: “E, deixemos claro, a domesticação do PT traria automaticamente sua transformação em instrumento de domesticação do movimento popular”. (VAINER; PALMEIRA, 1989, não paginado).

O desenlace da questão parece ter se dado com a chegada de Lula ao governo, depois de garantida internamente a uma determinada corrente do partido do futuro presidente a condução do objetivo de alcançar o governo central através de um amplo arco de alianças, que punha para escanteio, em definitivo, o princípio da independência de classe que inicialmente os termos da EDP previa. As formulações do XII Encontro Nacional, que antecede a vitoriosa eleição de 2002, são reveladoras. A despeito da defesa do socialismo e da convocatória para uma verdadeira “revolução democrática” no país, o projeto se apresenta por completo em sua face institucional:

Nosso maior desafio é construir uma candidatura e um programa de governo que possam viabilizar um novo governo para o Brasil, com uma nova maioria parlamentar, que sustente as grandes mudanças históricas. Nosso objetivo deve ser o de construir uma aliança ampla, com forças políticas de esquerda e de centro que estejam em oposição ao governo FHC e às políticas neoliberais e que concordem com um programa alternativo, capaz de superar os impasses políticos, econômicos e sociais com os quais o país se defronta. (PT, 2001, p. 13).

As referências à participação ativa das massas se restringem à noção de democratização do Estado, através principalmente da “gestão participativa” e da “gestão estratégica”. A ênfase na reforma política, a despeito de sua pertinência, revela o traço que viemos apontando também no Movimento Sanitário e no projeto da Reforma Sanitária, já presente no seu momento de auge e reforçado quando de sua crise e recuo para posições de defesa quase exclusiva do SUS:

O Brasil precisa de uma ampla e profunda reforma política e institucional com vistas a democratizar o poder e conferir eficácia e governabilidade ao sistema político. O presidencialismo brasileiro vem marcado por um viés centralizador e autoritário. (PT, 2001, p. 19).

Por fim, o trecho capital:

**Um novo contrato social**, em defesa das mudanças estruturais para o país, exige o apoio de amplas forças sociais que deem suporte ao Estado-nação brasileiro. As mudanças estruturais estão todas dirigidas a promover a inclusão social – portanto distribuir renda, riqueza, poder e cultura. Os grandes rentistas e especuladores serão atingidos diretamente pelas políticas distributivistas e, nessas condições, não se beneficiarão do novo contrato social e serão penalizados. **Já os empresários produtivos** de qualquer porte estarão contemplados com a ampliação do mercado de consumo de massas e com a desarticulação da lógica puramente financeira e especulativa que caracteriza o atual modelo econômico. Crescer a partir do mercado interno significa dar previsibilidade e **estímulo ao capital produtivo**. (PT, 2001, p. 39, grifos nossos).

Não teria sido preciso chegar à *Carta ao povo brasileiro*, no ano seguinte. Se, como vimos, a EDP nascera na contramão da conciliação de classes que corretamente percebia e criticava na EDN liderada pelo PCB, conformar-se-ia, acomodar-se-ia, por seu turno, pouco mais de uma década depois de sua formulação original, no interesse precisamente da burguesia e de seu desenvolvimento. Aqui se apresentaria, plenamente configurada, a reprodução dos desvios pecebistas e a adequação definitiva do PT à ordem. (COELHO, 2012; IASI, 2006).

Desde então ficaria claro não só que a burguesia estaria sim disposta a ceder um mínimo, como também os trabalhadores estariam dispostos a aceitá-lo e, pior, o agente a estabelecer tal mediação (aliás, o único capaz) (IASI, 2013, 2012, 2006, s/d.) e fazer com que essa *concessão* em troca da *aceitação* da ordem fosse efetiva e exitosa, seria precisamente a liderança da própria classe trabalhadora construída a partir de sua base. Eis o que nem Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho reunidos num ser pensante único teriam sido capazes de intuir e apontar, com algum grau de previsibilidade.

Se estendermos ainda o panorama da questão democrática para uma resultante que extrapola a absorção pela ordem da liderança da classe trabalhadora, mas é consequente dela, constataremos que a democratização tomada como condição da luta política, tendo a participação social como principal tática, foi não só suportada pela ordem burguesa, como fagocitada e amesquinhada, na medida para manter sob controle uma classe crescentemente acéfala. Na impossibilidade do apagamento imediato da força organizativa acumulada da classe trabalhadora, apostou-se no seu “apassivamento” através também de uma suposta adesão às suas causas e à ampliação, seletiva, da sociedade civil e dos espaços de gestão pública do Estado. (FONTES, 2010). Atentemos especialmente para o processo participativo que tem nos ocupado: “O conjunto díspar das lutas populares remanescentes da década de 1980 foi capaz de impor temas (como o da participação e do combate às desigualdades), mas sofreu golpes assestados de seu próprio interior”. (FONTES, 2010, p. 266). Estabelecidos os traços gerais, vejamos agora como este processo de *cooptação* e *apassivamento* se expressou na Saúde.

Se a redução da Reforma Sanitária ao SUS é parte do recuo teórico e político do Movimento Sanitário desde a década de 1990, também é verdade que, sendo a sua expressão mais concreta, não é possível ignorar os processos que têm se erguido em torno desta política pública justamente para neutralizar a força política da luta e o projeto que a engendrou. Conceber a atuação das forças do capital na saúde, atualmente, como a oposição rasgada à consolidação do SUS é insuficiente para alcançarmos as determinações fundamentais do problema. (BRAGA, 2012). Aliás, o relevo conferido pelos sanitaristas ao tema do subfinanciamento parece um tanto fora de esquadro, tanto mais pelo fato de o empresariado da saúde cerrar fileiras com o Movimento Sanitário em torno da defesa de mais recursos para o setor. Não pretendemos, claro, negar a importância da problemática do subfinanciamento para a compreensão dos percalços enfrentados pelo SUS, no conjunto das questões. É notório que expressou sempre parte de uma tentativa de desidratação do sistema. O que estamos destacando, no entanto, é que crescentemente o subfinanciamento parece perder centralidade

como chave explicativa dos conflitos no interior do setor Saúde, posto que a estratégia do capital também parece ter sofrido alterações no sentido de tomar o SUS por dentro, como instrumento de sua própria valorização, no lugar de combatê-lo frontalmente.

De alvo privilegiado da ofensiva neoliberal, portanto, o SUS passou à ponta de lança do projeto do capital para a Saúde. Evidentemente, a cooptação e a tentativa constante de anulação política do Movimento Sanitário e dos seus focos de resistência indicam que um SUS constitucional, público e verdadeiramente universal não só é possível, como vem sendo seguidamente minado pelo grande capital. Mas parece forçoso dizer que o SUS hoje, tal como se apresenta, fortemente fragilizado e flexibilizado em relação ao caráter público da sua condução política e administrativa, não parece em vias de extinção, posto que conta com poderosos interesses diretos pela sua manutenção sob o atual feito.

O desafiante dessa constatação, no entanto, é que tal processo se desabrochou na última década, justamente sob o governo do partido que liderou a EDP, cuja essência foi a disputa do Estado pela transformação da institucionalidade, no sentido do estabelecimento de reformas e conquistas democráticas secularmente presentes na agenda de lutas dos trabalhadores, por não realizadas ou inacabadas. O que estamos chamando de *reeducação do Estado*, isto é, a sua democratização em nome dos interesses das classes trabalhadoras, a transferência das energias de luta para a construção de uma nova institucionalidade parece ter se transmutado em educação de seus educadores. A institucionalidade construída em nome desta agenda é hoje a mesma institucionalidade que, manejada pelos timoneiros da classe trabalhadora, serve à negação da emancipação da própria classe que deu base à sua construção. Mas como já apontamos diversas vezes, ainda que o nosso debate seja com a própria esquerda e com as estratégias que concebeu, retomemos e avancemos rapidamente no tema das bases econômicas sobre as quais, contemporaneamente, os conflitos têm se desenrolado.

Como vimos com Harvey (2002, 2012), a crise do *Welfare State* e a investida neoliberal não se deveu apenas a um contexto político de crise do socialismo real, que permitiria então às forças do capital a retomada do terreno perdido em tempos de Guerra Fria. O modelo de produção fordista e o seu correspondente Estado intervencionista haviam também esgotado a capacidade de promover a reprodução ampliada do capital. O aprofundamento da crise estrutural de acumulação do capital, que não é processo recente (MÉSZÁROS, 2007), tem exigido novos meios para a sua reprodução e um correspondente papel do Estado, tão ou mais intenso do que antes, mas doravante distanciado do certo caráter arbitral que encarnou durante a chamada Era de Ouro. Contemporaneamente, a ampliação

significativa de sua face coercitiva, no equilíbrio instável entre consentimento e força, tem correspondido ao desempenho de uma função claramente castradora de direitos conquistados e drástica redução de políticas sociais e distributivas abrangentes. Este é o cenário sobre o qual emerge o “fundo público” como alvo privilegiado do capital em tempos recentes. Constituído principalmente a partir da arrecadação de impostos e contribuições, é a principal fonte de financiamento das políticas sociais<sup>139</sup>. Sua colonização pelo capital, portanto, não deixaria de afetar diretamente tais políticas (GRANEMANN, 2012) – entre as quais o SUS se inclui, evidentemente.

No Brasil, não vem de hoje, no entanto, deixemos claro, o incentivo à saúde privada através de subsídios públicos. A ditadura empresarial-militar já o punha em prática, embora a dimensão que vem assumindo desde a Nova República seja algo de se notar. Atualmente, é através da renúncia fiscal que o Estado brasileiro mais tem *incentivado* a iniciativa privada na saúde. Como também nota Lígia Bahia, no entanto: “É uma ironia que tenha sido nos governos Lula e agora no de Dilma que a saúde tenha se consolidado como *business*. Trata-se então de estudar o fenômeno”. (BAHIA, s/d., p. 20 e 26).

O argumento a partir do qual vem se orientando o incentivo estatal a um mercado que não tem parado de crescer é o suposto desejo de consumo de serviços privados de saúde (e educação) por parte de um contingente de 35 milhões de supostos novos integrantes da classe média, que neste estrato teriam ingressado entre 2002 e 2012, como consta da cartilha *Vozes da Classe Média*, produzida pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), ligada à Presidência da República. (BRASIL, 2012, p. 7). Entretanto, se não bastassem os duvidosos critérios metodológicos utilizados para a apuração desses dados e para o estabelecimento das fronteiras entre as classes baixa, média e alta; se não fossem também questionáveis os métodos e contraditáveis as conclusões sobre *desejo de consumo* da suposta nova classe média (BAHIA, s/d.), sobraria uma pergunta de caráter apenas republicano: qual o papel de um governo que subfinancia um sistema público e universal de saúde, cuja administração é dever constitucional do Estado, e utiliza como critério de atendimento de demanda dos seus governados os *desejos de consumo* de um determinado segmento da população?

O caso do SUS nos parece exemplar para nos proporcionar uma resposta aproximada. Lembremos que no seu plano mais objetivo e imediato, a Reforma Sanitária previa o

---

<sup>139</sup> Conforme o economista Evilasio Salvador: “O fundo público envolve toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, seja por meio das empresas públicas, pelo uso das suas políticas monetária e fiscal, assim como pelo orçamento público. Um das principais formas da realização do fundo público é por meio da extração de recursos da sociedade na forma de impostos, contribuições e taxas, da mais-valia socialmente produzida”. (SALVADOR, 2012, p. 126).

reordenamento institucional da prestação dos serviços de saúde, uma vez tendo garantido o direito universal do acesso e a responsabilização do Estado pela prestação do serviço, estruturação e financiamento do sistema. O diagnóstico do Movimento Sanitário passava pela compreensão de que a Saúde não poderia ser pensada e executada de modo estanque, não sistêmico e com base em excessiva centralização. A extinção do INAMPS e a concentração das ações pelo MS, a organização do sistema em uma rede descentralizada, onde a cada esfera de poder corresponderia também graus de complexidades variados no atendimento de saúde – de modo a racionalizar a assistência e romper com uma lógica hospitalocêntrica e meramente curativa, não preventiva –, eram parte do projeto de uma nova arquitetura jurídico-administrativa a ser exigida em função de uma nova concepção de saúde. Não por outra razão, a inscrição do SUS na Constituição Federal representou importante conquista, embora os sanitaristas tivessem clareza de que uma vez encerrados os trabalhos constituintes teria início uma nova batalha para a regulamentação do que previra a Constituição e para a implementação efetiva do sistema – como de fato se deu e tem se dado. Para além das questões associadas à estratégia de classe, cujo forte apelo institucional era uma característica central, como temos visto, talvez o apego à tática que insistentemente decidiram travar se explique também, ciclicamente, pela aposta inicial da qual não quiseram abrir mão mesmo nos reveses mais significativos, sob conjunturas bastante adversas. Mas talvez nada pudesse fazer crer que, justamente durante os governos da esquerda democrática não só esta institucionalidade não seria posta em funcionamento pleno, como, ao contrário, figuraria como elemento central de um movimento anti-Reforma Sanitária, que ressignificaria e instrumentalizaria o SUS, mantendo-o a serviço da saúde privada, de quem deveria ser referência; tornando-o, ele sim, secundário, *suplementar*. Vejamos alguns dados que objetivam nossas afirmações.

Segundo Gastão Wagner, “hoje a saúde privada atende 25% da população e responde por 54% do gasto em saúde no Brasil” (apud GUIMARÃES, 2013, p. 4). Isto significa dizer que os outros 75% da população dividem entre si o restante da porcentagem de gastos (46%). Como vimos, parte significativa dos gastos privados é produto de isenção governamental e, portanto, entram na conta do dinheiro público. Isto é, considerando apenas o orçamento já existente, o gasto público com saúde é bem maior do que os desiguais 46% para três quartos da população, só que transita dos cofres públicos diretamente para as contas das empresas privadas de saúde ou, como pagamento indireto, para o bolso dos *clientes* dessas empresas. Ainda segundo Gastão Wagner, se os recursos do SUS fossem dobrados, cerca de 90% da população estaria coberta pela assistência. (apud GUIMARÃES, 2013, p. 4).

Dados de uma pesquisa desenvolvida pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), sob a responsabilidade do pesquisador Carlos Octavio Ocké-Reis, apontam para o importante volume de gasto tributário<sup>140</sup> do governo com a Saúde, em função do abatimento que concede a contribuintes pessoas física e jurídica. Seus estudos estabeleceram como corte o período compreendido entre os anos de 2003 e 2011 – tomando como marco o início dos governos petistas. Apenas neste último ano, o gasto tributário em saúde correspondeu a 22,5% do total de gastos federais no setor. Se percorrermos a série retroativamente, veremos que tal percentagem nunca foi menor que 20%, tendo chegado ao seu pico em 2006, quando bateu a casa dos 30%. (OCKÉ-REIS, 2013, p. 4). Neste mesmo período, enquanto o gasto federal em saúde, se tomarmos o primeiro e o último ano da série, cresceu duas vezes e meia, o lucro líquido do mercado de saúde quadruplicou. (OCKÉ-REIS, 2013, p. 4 e 10). Os números parecem bastante significativos.

Outras modalidades de incentivo público à demanda por saúde privada são conhecidas, como repasse direto de recursos públicos para pagamento de planos de saúde para funcionários públicos, por exemplo<sup>141</sup>. Há ainda incentivos governamentais à oferta, que passam pela isenção de impostos devidos pelo mercado privado de saúde, atingindo principalmente aqueles que financiam as políticas sociais, como a Cofins e a CSLL.<sup>142</sup> (GUIMARÃES, 2013, p. 8), além de linhas de financiamento do BNDES para hospitais particulares, por exemplo. (BAHIA, s/d.). Não parece difícil notar, portanto, mesmo que breve o nosso panorama, que o alarde em torno de uma *nova classe média*, supostamente ávida por consumo de planos de saúde, responde muito mais à intenção de colocar o fundo público a serviço do crescimento do capital privado na saúde. O que isto significa senão o princípio da *universalidade* do acesso posto às avessas? Não foi preciso extinguir o SUS para abrir inteiramente o mercado à concorrência. Foi o bastante transformar em *consumo* um princípio calcado na noção de *direito*.

Tampouco outros princípios caros ao sistema têm passado incólumes. A *integralidade* se encontra bastante comprometida em função da combinação entre a precariedade da rede de assistência e de sua deficiente organização e integração nos três níveis de governo, com o

---

<sup>140</sup> Segundo o pesquisador citado, “ao deixar de arrecadar parte do imposto, o Estado age como se estivesse realizando um pagamento. Trata-se de um pagamento implícito, isto é, não há desembolso, mas constitui-se, de fato, em pagamento”. (OCKÉ-REIS, 2013, p. 2). Este é o significado de *gastos tributários*.

<sup>141</sup> Instituída pela Lei 11.302, de 2006, prevê a introdução da possibilidade de assistência ao servidor mediante a forma de auxílio-ressarcimento do valor parcial dos gastos com planos ou seguros privados de assistência à saúde. (BAHIA, s/d., p. 37).

<sup>142</sup> Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social. CSLL – Contribuição sobre o Lucro Líquido.

crescimento desordenado e não programado da assistência privada, que por motivos óbvios desconsidera a atenção básica – relegada como nicho de mercado – e desvia deste nível de acesso ao sistema, que deveria ser a sua porta de entrada, um contingente cada vez maior de pessoas. Sobre a participação da comunidade, outro dos princípios do SUS, em que pesem elogios possíveis a experiências isoladas de controle social, não alimentamos ilusões nem tampouco prognósticos muito animadores da capacidade mobilizadora, contestadora, formuladora e nem mesmo fiscalizadora dos conselhos de saúde e conferências. Como debatemos no capítulo anterior, nos parece que, involuntariamente, mas de modo também manobrado, seu papel tem sido decisivo, negativamente, no amortecimento, por sua simples existência e pelos elogios e entusiasmo que sempre o acompanham, do impacto destrutivo da mercantilização do sistema de saúde.

Se quisermos ainda ir um pouco mais longe, pensemos na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Criada em 2000, sua função precípua, prevista em lei, é regular o mercado privado de saúde, sob as diretrizes do SUS. No entanto, talvez pouco possa ser dito sobre a justeza e adequação do desempenho dessa instituição ao longo de seus mais de dez anos de existência, face à sua assunção explícita do papel de “entrepósito de negócios” do mercado privado de saúde, como corretamente observou Bahia (S/d., p. 30). Seguidamente, suas diretorias, indicadas pelo poder executivo federal, têm transitado pelo mercado privado de saúde e não têm feito senão defender tais interesses à frente de uma estrutura que deveria justamente preservar as diretrizes e princípios universalizantes do SUS, mantendo no lugar correspondente o papel suplementar da iniciativa privada, tal como previsto na Constituição Federal.

Tudo isso compõe a base material que se expressa na disputa de sentidos que os últimos governos do PT têm feito em torno da saúde. A *inclusão* pelo consumo, através do subsídio público e da farta oferta de crédito e conseqüente endividamento desta nova classe média (LUCE, 2013), na saúde tem sido vendida como a própria universalização do direito de acesso. A dificuldade adicional que todo este processo traz diz respeito ao fato, ao que parece, de que esta inclusão rebaixada se realiza sem que os representantes clássicos e mais claramente identificados à burguesia precisem estar à frente da sua condução. Isto talvez explique, a despeito do que viemos apontando, o imobilismo tático e estratégico do Movimento Sanitário.

Mas embora esse cenário não fosse nada óbvio, vejamos como pensou estrategicamente o Movimento Sanitário em meio à ocorrência dos processos que acabamos de descrever e caracterizar e as fissuras que foram provocando o abalo de sua unidade.

## 6.2 Reforma Sanitária e pensamento estratégico: balanço em pleno movimento

Para seguir no mesmo rastro, cheguemos agora ao debate estratégico travado no mesmo período (dos anos 1990 para cá) no interior do Movimento Sanitário e confirmamos como aqui ele se expressou. Para tanto, percorreremos os editoriais da revista *Saúde em Debate*, editada pelo CEBES, além de documentos representativos do pensamento sanitário, produzidos por eventos públicos da saúde ligados a esta agenda, e de manifestações coletivas de organizações resultantes da luta conjuntural, como o FRSB, o MRSB e da FNCPS, todas expressões dos rearranjos do Movimento Sanitário, com o objetivo de recuperar o terreno perdido ou reagir aos abalos da conjuntura pós-Lula. Começemos.

Ao abrir dos anos 1990, a ressaca da derrota da candidatura Lula, no ano anterior, é que dava o tom do ânimo da luta organizada dos trabalhadores. No papel de organizador da luta no setor, o CEBES assumiu postura oposta. O editorial da edição de número 28, de março de 1990, intitulado “Otimismo incorrigível”, convoca o movimento sanitário para a luta:

Com a posse do novo presidente eleito, o CEBES renova o seu otimismo (incorrigível). [...]. Não compactuamos com o pessimismo, desânimo, desesperança ou mesmo a perplexidade que toma conta de setores da sociedade brasileira. [...]

Nossa opinião inclusive é de que a crise, o modelo neo-liberal e suas projeções devem se constituir no eixo central de nossa atenção política<sup>143</sup>. [...] Enfim, estamos otimistas de que a consolidação da democracia aqui e alhures constitui-se no ingrediente fundamental para continuarmos avançando. (CEBES, 1990a, p. 3).

Mas do otimismo inicial e da aposta na “consolidação da democracia”, o movimento sanitário despencou na perplexidade com a inércia diante dos ataques às conquistas do setor e da constatação de que a arquitetura institucional prevista em lei estava sendo flagrantemente boicotada. É sintomático que três meses após o manifesto otimista, a edição seguinte mudasse o tom. “Saúde abalada” é o título do editorial:

O momento é crítico. [...].

O que não se esperava era a letargia de setores organizados da sociedade e do movimento sanitário. Estamos acuados, medrosos, incapazes de reação. É verdade que alguns setores já se movimentam, greves se realizam, decisões

---

<sup>143</sup> Notemos, de passagem, que a desconsideração do combate frontal ao neoliberalismo, como principal bandeira de luta, foi a crítica central feita por Gastão Wagner (1991) em sua tese de doutorado, sob o título *Reforma da Reforma: repensando a saúde*. Ver especialmente capítulo 2.

jurídicas sustam o avanço autoritário. Na saúde, porém, ainda são tímidas – apenas esboçadas – as reações. (CEBES, 1990b, p. 3).

Nesta mesma edição, um artigo assinado por Sonia Fleury inaugurava o teor do debate que passaria a vigorar desde então, ora pela denúncia do que o movimento não fora, ora pela iniciativa de sua retomada. A autora segue o tom do editorial, aponta um vazio deixado pelo Movimento Sanitário e se diz surpresa com o imobilismo. Mas o que de fato interessa são as quatro razões que aponta como pistas para elucidar o enigma: 1) a perda de hegemonia das forças do Movimento Sanitário, seja pela diversificação provocada pelo processo de redemocratização, seja ainda em função da identificação desses grupos e indivíduos com a condução institucional recente da Reforma Sanitária; 2) a ausência de uma resposta imediata que pudesse recolocar nos termos exatos a apropriação desvirtuada das bandeiras do movimento pela agenda neoliberal; 3) “a ausência de uma visão estratégica” sobre o mercado de saúde e suas transformações recentes, que pudessem permitir uma crítica autônoma sobre os rumos do setor e 4) a incapacidade de uma atuação política, por parte do Movimento Sanitário, distante dos vícios do “clientelismo” e do “corporativismo”; o que teria impedido a devida cobrança ao movimento sindical médico, de uma postura ética a ser preservada no exercício médico (TEIXEIRA, 1990, p. 14). É notável como a aposta na força do Movimento, na sua capacidade articuladora contra o setor privado na saúde e no desenrolar do processo democrático, um tanto a despeito da correlação de forças (como o editorial de marco de 1990 ainda reflete), cai por terra, de súbito.

O “esfacelamento” do movimento sanitário (e operário, diga-se de passagem) – para usar os termos de Fleury no artigo a que acabamos de nos referir –, é mais do que evidente no período. Em 1991, o tom de estupefação diante do imobilismo dos sanitaristas permanece (CEBES, 1991a, 1991b). Começam a se esboçar com maior clareza, daí em diante, duas expressões do recuo do movimento sanitário (e da classe trabalhadora): o abandono do debate estratégico (como alertara Fleury), e a conseqüente redução da agenda da Reforma aos limites do SUS; além do enclausuramento do discurso político aos limites estreitos da *ética na política*, em face das denúncias de corrupção no centro do governo federal, que redundariam, pouco tempo depois, no *impeachment* do então presidente da República, Fernando Collor de Mello.

Sob tais registros, a bandeira da reforma do Estado (CEBES, 1992; 1993) se descolore ainda mais, pairando sobre um conceito genérico de *democracia* e outro puramente gerencial de *reforma*. Mas para além do recuo que apontamos, também na relação direta da força do

inimigo, que recuperava terreno a passos largos, vejamos o que vislumbrou o Movimento Sanitário como reação possível. “A situação atual não corresponde em nada à proposta da Reforma Sanitária. O problema é da proposta ou das conjunturas políticas nacionais tão adversas?”, pergunta o editorial da *Saúde em Debate* de março de 1994. (CEBES, 1994a, p. 3). As respostas, ou as tentativas para tanto, virão na sequência.

Em meio ao reajuntamento dos cacos e à rearticulação das forças em luta, que abruptamente se viram tolhidas e dribladas justo no terreno que até há pouco parecia o lugar por excelência onde as conquistas da luta deveriam realizar e confirmar, o caminho preferencial, *institucional*, manteve-se o mesmo. Em junho de 1994, às vésperas das eleições presidenciais que levariam Fernando Henrique Cardoso ao governo, o editorial da *Saúde em Debate* repunha sobre o Estado as expectativas, como que a retomar uma frente de batalha para o Movimento. O tom saudoso parece sintomático da perspectiva que apontamos:

Lá se vão dez anos, estávamos todos nós, brasileiros, frente à iminência do fim do regime militar e a esperança (maior para uns e menor para outros) do advento da redemocratização [...]. No setor saúde, em particular, a unanimidade era maior, dado o alto grau de consenso existente sobre as propostas para a reorientação do setor que vinham, também há quase dez anos, sendo amadurecidas no seio do movimento Sanitário. A recente implantação das AIS – Ações Integradas de Saúde, dava a certeza da direção: unificação, descentralização e participação. Vale a pena conferir a RSD n.º 17 [...]. As vicissitudes do processo com, inclusive, enfrentamento de concepções no interior do movimento, não impediram, todavia, a construção de um novo arcabouço jurídico legal para o sistema de Saúde. (CEBES, 1994a, p. 3).

Mas então sobreveio o choque:

Entretanto, o clientelismo deslavado do governo Sarney e a prática predatória e recentralizadora do governo Collor [...], abriram espaços para uma deterioração setorial intolerável [...]. A derrubada de Collor e a ascensão de Itamar, se num primeiro momento pareciam criar novas expectativas, não foram menos frustrantes... (CEBES, 1994a, p. 3).

O que esperar senão por um novo governo que pudesse reabrir os flancos da disputa institucional, a começar pelo simples cumprimento do que já fora conquistado legalmente? No mesmo número da revista, foi divulgado o documento *Carta da Saúde: por uma reforma sanitária contra a exclusão social, pela dignidade da vida humana*, produzido com o fito de apresentar aos presidenciais nas eleições gerais daquele ano um retrato do setor e extrair deles o comprometimento com as bandeiras da Reforma Sanitária. Fazendo a crítica das

condições de miséria de parte significativa da população brasileira, o documento expressava a recusa ao neoliberalismo que pretendia anular os marcos dos direitos sociais garantidos pela Constituição de 1988:

Mesmo que os maiores avanços da Reforma Sanitária estejam em sua base legal, está ainda por ser consolidada. Para tal, é fundamental que seja aprovado um conjunto de leis que completem a regulamentação da Constituição. (CEBES, 1994b, p. 5).

A validade da disputa legal nos parece inegável. Não se trata de desaboná-la. O que é passível de crítica é o aparente nivelamento entre os distintos projetos de sociedade em disputa – representados pelas candidaturas à Presidência –, em função da questão legal. O que se percebe nesta manifestação é um traço típico do Movimento Sanitário – qualificado costumeiramente como suprapartidarismo, mas que parece promover certa indistinção das forças políticas em nome da saúde como algo maior, acima das classes<sup>144</sup> –, em que o debate político de princípios se reduz a um aspecto formal que, em tese, a despeito dos interesses distintos que representassem, qualquer uma das candidaturas poderia encampar.

Já no início de 1995, derrotada a candidatura Lula, o CEBES decide conclamar os sanitaristas à retomada da ofensiva, uma vez mantidas e aprofundadas as medidas do ajuste estrutural neoliberal. Mas no que consistia, sob tal conjuntura, repor em órbita a radicalidade da Reforma Sanitária?

O CEBES entende que é hora de se parar de atuar apenas reativamente às políticas governamentais e retomar o nosso projeto original da Reforma Sanitária com radicalidade. Afinal, já faz tempo que descobrimos que o *nosso* SUS não é o *deles* [...]. Dessa forma, julgamos que se o momento não é propício (pela acachapante maioria conservadora hoje existente na sustentação política do Governo), pelo menos é oportuno para se recolocar algumas questões que os próprios atores favoráveis ao SUS, muitos premidos pelas suas responsabilidades imediatas ou por interesses imediatistas de natureza corporativa já tenham esquecido ou negligenciado. E, assim, retomamos o *nosso* projeto, apontando para o seu avanço, numa real perspectiva de modernização e democratização do Estado [...]. O que importa é nos perguntarmos até que ponto estamos dispostos a reavaliar e rever estratégias e, conseqüentemente, as nossas pautas de lutas, especialmente as corporativas, e participar ativamente das reformas necessárias, que dêem **mais consequência ao projeto da Reforma Sanitária, seja em termos constitucionais, legais ou jurídicos**. O CEBES convida todos a enfrentarem com determinação essas questões, **fazendo as análises e alianças necessárias à sua viabilização, como sempre foi a**

<sup>144</sup> Tal como afirmara Escorel em 1988, “Podemos considerar a saúde como valor universal, como parte do ideário universal, elemento constitutivo da humanidade e portanto um valor para todas as classes e acima das classes” (ESCOREL, 2006, p. 182).

**prática (até certo ponto) bem sucedida do movimento sanitário** recuperando, atualizando e qualificando as bandeiras da Reforma Sanitária, da Seguridade Social e do SUS. (CEBES, 1995a, p. 3-4, itálicos do autor, grifos nossos).

Notemos de saída que por *projeto original* e *radicalidade* não se aparenta compreender a articulação de massas como base sobre a qual se reergueria o Movimento Sanitário ou a adoção de uma perspectiva que tomasse como ponto de partida o rompimento do insulamento do campo da saúde e a união de esforços com outros setores com suas lutas parciais. Os passos a serem dados para a *retomada* são todos no campo da institucionalidade: mobilização dos *atores favoráveis ao SUS* e *modernização e democratização do Estado*. Poder-se-ia argumentar, legitimamente inclusive, que a conjuntura recuada para a classe trabalhadora explicaria o recuo nos propósitos e formulações políticas do Movimento. Não temos dúvida disso. No entanto, é significativo que este aspecto do *recuo* não conste da análise de conjuntura que habilita a tomada de posição. Ao contrário, a conjuntura serve apenas para indicar a dominância, nos espaços institucionais, de uma *maioria conservadora*. A base de compreensão do jogo político praticado pelo Movimento Sanitário, como fica demonstrado, passa pelas negociações e alianças de cúpula no espaço estratégico do Estado. Lembremos que a opção por esta tática, responsável pelo distanciamento das bases, data já dos anos 1980, quando o movimento de massas não só não estava em processo de recuo, como, inversamente, avançava sensivelmente.

Em nome desta retomada, e conseqüente aos objetivos declarados de como ela deveria se configurar, ainda no primeiro semestre de 1995 o CEBES realizou, na Câmara dos Deputados – tradição do Movimento Sanitário iniciada em 1979 e reputada como elemento importante de sua capacidade *instituinte* – o seminário *Para onde vai a Saúde no Brasil?*, que contou com a presença de Sonia Fleury (ENSP/Fiocruz), Lenir Santos (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP), Maria Alícia D. Ugá (ENSP/Fiocruz e ABRES), além de Eleutério Rodriguez Neto, pelo CEBES<sup>145</sup>. Em linhas gerais, com destaque para Rodriguez Neto e Fleury, os palestrantes indicaram a necessidade de superação do imobilismo e da reconfiguração das estratégias do Movimento Sanitário para aquela conjuntura específica. Puseram em evidência ainda outros aspectos como a burocratização da Reforma Sanitária, na medida em que se reduzira à defesa do SUS e do cumprimento da lei, além do insulamento da

---

<sup>145</sup> Eleutério integrou a gestão 1994-1996 do CEBES, como 1º Vice-Presidente. Os demais componentes da diretoria eram: Volnei Garrafa (Presidente); Roberto Luiz Brant Campos (2º Vice-Presidente); Jorge Adriano Feitosa Solero (Secretário); Samara Rachel Vieira Nitão (Tesoureira); Ivo Ferreira Brito (1º suplente) e Maria Angélica Gomes (2º suplente). (CEBES, 1995b).

Saúde no interior de uma batalha política que poderia agregar outros tantos aliados de outros setores (CEBES, 1995b). E não houve tanto mais para ser dito ao longo do restante dos anos 1990, década “hostil ao ‘processo’ da Reforma”, como disse Paim (2009, p. 32), já que pouco depois, em 1996, como sinal dos tempos, a revista publicaria o seu último número antes da suspensão de suas atividades por um período de três anos, tendo voltado a circular apenas em fins de 1999. Apenas na primeira metade dos anos 2000 é que a Reforma Sanitária voltaria a aparecer nos editoriais do CEBES. Paim completa o panorama:

[a Reforma Sanitária] esteve ausente, também, dos editoriais da ABRASCO durante duas diretorias (1994-1996 e 1996-2000) [...] ...foi banida dos Relatórios Finais da 9ª, 10ª e 11ª Conferências [Nacionais de Saúde], só reaparecendo na 12ª, ocorrida em 2003. (PAIM, 2009, p. 32).

A relativa perda de empuxo por parte da agenda neoliberal, já a partir da segunda metade dos anos 1990, combinada à possibilidade de subida ao poder de partidos de esquerda e centro-esquerda, face ao desgaste dos governos responsáveis pela implementação dessa agenda (obra dos desastrosos resultados sociais de suas políticas para os continentes de capitalismo periférico) (HARVEY, 2012), está certamente ligada, não só no Brasil, à relativa retomada da força de mobilização dos trabalhadores. É sob tal contexto que o debate sobre a Reforma Sanitária Brasileira reaparece. Por ocasião das eleições gerais de 2002, que terminariam por consagrar a vitória de Lula para a presidência da República, a ABRASCO publicaria nas páginas de *Saúde em Debate*, o documento *A agenda reiterada e renovada da Reforma Sanitária Brasileira*. Apesar do título, podemos dizer, pouco se apresentaram os termos do que viria a ser a *renovação*. Basicamente, além da crítica à política econômica restritiva e às condições de desigualdade social no Brasil, reafirmam-se as proposições da 11ª CNS, entre as quais o fortalecimento do controle social, a urgência da solução da questão do financiamento e a “suspensão e proibição de quaisquer contratos e convênios substitutivos da gestão pública” (CEBES, 2002, p. 328 et. seq.) – o que já se constitui como pauta contra a privatização, é importante destacar. Na sequência, já com Lula empossado, o editorial do primeiro número da revista, em 2003<sup>146</sup>, parecia intuir um possível desenrolar dos acontecimentos, destoando do certo clima de euforia pela chegada da esquerda ao governo:

---

<sup>146</sup> A gestão 2000-2003 do CEBES contou com a seguinte composição: Sarah Escorel (Presidente); Armando de Negri Filho (1º Vice-Presidente); Eduardo Freese de Carvalho (2º Vice-Presidente); Carlos Botazzo (3º Vice-Presidente); Alcides Silva de Miranda (4º Vice-Presidente); Rogério Renato Silva (1º Suplente) e Maria José Scochi (2º Suplente). (CEBES, 2003). Entre 2003 e 2006, Escorel cumpriria um segundo mandato consecutivo à frente do CEBES, tendo contado com os seguintes nomes na composição da diretoria: José Gomes Temporão (1º

Ano novo... Vida nova? A esquerda está no poder. Lideranças do movimento estudantil de 68 e dirigentes do ‘novo sindicalismo’, que deflagraram as greves de 1978, estabelecem, em 2003, os objetivos e os rumos do desenvolvimento nacional. Grandes expectativas costumam gerar imensas frustrações. Os fatos não mudam no tempo nem na forma desejada. (CEBES, 2003, p. 3).

A tônica dessa relação com aliados históricos que se tornaram *governo* tem oscilado – como tem oscilado a radicalidade do discurso –, embora no mais das vezes venha se expressando por uma crítica intimidada, *um morde e assopra* que tem feito refém não só o Movimento Sanitário, mas a classe trabalhadora organizada em geral, como já indicamos. Dessa forma, o receio inicial, conjunturalmente marcado pelo mal-estar gerado pela Reforma da Previdência, logo nos primeiros meses do governo Lula, deu lugar a um importante entusiasmo com a convocação da 12ª CNS, cercada de sinalizações positivas do então ministro da Saúde, Humberto Costa, quanto ao respeito e cumprimento das diretrizes que fossem apontadas por aquele fórum<sup>147</sup>.

Em 2005, cumprido mais da metade do tempo de governo, um novo capítulo, agora crítico dessa oscilação, acontece. Diante da manutenção de uma política econômica restritiva, da permanência do subfinanciamento do SUS e da implementação crescente de uma agenda *focalizada* para as políticas sociais, o Movimento Sanitário tentou uma vez mais colocar-se em ação. No mês de junho, o CEBES – em meio a uma grande crise financeira e de projeto, expressa nos editoriais de *Saúde em Debate* ao longo de parte de 2005 e 2006 – organizou, na Câmara Federal, como já nos remetemos, o 8º Simpósio sobre Política Nacional de Saúde, do qual resultou o documento *Carta de Brasília*, no qual os princípios gerais do Movimento, nos termos que temos visto neste rápido panorama, foram mais uma vez reafirmados. No entanto, mais significativo que o simpósio, nos parece, foi a criação do FRSB, reunindo entidades empenhadas na luta pela Saúde e na retomada da agenda da Reforma Sanitária – entre as quais CEBES e ABRASCO. Este grupo, no mês de novembro daquele ano, em ato também na Câmara Federal – como forma de pressão política sobre os parlamentares, em face da reivindicação de aprovação da chamada “Emenda Constitucional, n. 29”, com vistas à destinação de fontes e percentuais permanentes de recursos para a Saúde –, lançou um manifesto intitulado: *Reafirmando compromissos pela saúde dos brasileiros*. Recheado de

---

Vice-Presidente); Carlos Octavio Ocké-Reis (2º Vice-Presidente); Rita Sório (3º Vice-Presidente), Jacob Portela (4º Vice-Presidente), Maria Ceci Misoczky (1º Suplente) e Carmen Teixeira (2º Suplente). (CEBES, 2005b).

<sup>147</sup> Ao final do processo, não foi exatamente isto que se viu, tendo tardado em muito, inclusive, a confecção do Relatório Final, pela extrema desorganização do evento que – tecnicamente – não chegou a ser concluído.

dados sobre o funcionamento do SUS, ressalta seus méritos e destaca as suas limitações em face do subfinanciamento. Defende a “intensificação da realização da Reforma Sanitária” como forma de caminhar no sentido da correção das imensas distorções sociais expressas nas preocupantes condições de vida e acesso à saúde, especialmente da população de baixa renda. O documento reforça ainda a ideia de que *desvios* estavam ocorrendo na implementação do SUS e que deveria ficar a cargo de uma nova pactuação política a correção de rumos, uma vez que a carência de recursos para a saúde era apenas parte de uma política econômica perversa e comprometida, isto sim, com o pagamento dos juros da dívida pública. Uma *reforma política*, que franqueasse ao *movimento da sociedade brasileira* a ampliação do “seu controle sobre o Estado” era o norte a ser buscado. (FRSB, 2005, p. 3-4)

O Estado Brasileiro vem regulando a Sociedade para seguir com um modelo econômico excludente, quando, nos moldes de um Estado democrático, deveria estar regulando a Economia para assegurar, ampliar e proteger os direitos e bem estar da Sociedade. Este Estado vem propiciando governos e coalizões, que levam a graves crises políticas e aprofundam na população a perplexidade e descrença sobre a política e a ética como o caminho para as necessárias transformações. (FRSB, 2005, p. 4)

O pesado clima político de então, em meio às graves denúncias de compra de votos de parlamentares do Congresso Nacional<sup>148</sup>, e ainda o fato de se constituir em resultado de esforço coletivo das diferentes entidades componentes do Fórum, pode servir para que relativizemos a crítica, mas é impossível não notar mais uma vez uma concepção de corte liberal sobre o Estado, que prejudica a criteriosa análise política do documento, na medida em que a legítima bandeira da reforma política, por exemplo, assume uma dimensão decisiva quando em verdade é, na luta política, apenas episódica e paliativa. Implicitamente, o que é parte da *natureza* de classe do Estado traveste-se de questão democrática ou problema de fundo ético e moral. Dessa forma, ainda que não estejamos cobrando um principismo revolucionário que precise ser afirmado com todas as letras em cada manifesto ou documento, não parece haver dúvida, por outro lado, que cada uma das batalhas, *individualizadas*, expressa uma prática política e uma teoria, que informará a luta seguinte e a combinação tático-estratégica ou o esgotamento da energia a cada novo fôlego. Nesse registro é que o

---

<sup>148</sup> “Caso do Mensalão” ou “Escândalo do Mensalão” foi o nome atribuído pela grande imprensa às denúncias sobre compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional, supostamente por parte do governo federal, que vieram a público a partir de meados de 2005, durante o primeiro mandato de Lula à frente da Presidência da República. Fonte: *site* do Jornal Zero Hora. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/politica/pagina/especial-mensalao.html>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

substrato desse documento é a recusa de horizontes *utópicos*, a redução da importância dos *meios* (uma reforma política para servir a uma tática comportada) e a manutenção da regra de ouro (também a serviço de uma tática comportada – e ilusória): o controle sobre o Estado.

Neste mesmo simpósio, uma assembleia geral do CEBES definiu não pela sua extinção ou fusão à ABRASCO, como chegou a ser aventado diante da grave crise (CEBES, 2005b), mas pela sua refundação<sup>149</sup>. A última edição da *Saúde em Debate* daquele ano trouxe dois importantes textos: a plataforma de *refundação* do CEBES e o documento “A identidade do CEBES”, como pontos de partida para repensar a atuação do Centro – o que em boa medida reflete a crise e o repensar do próprio Movimento Sanitário. Em ambos, recuperam-se formulações que estavam fortemente presentes na agenda do Movimento Sanitário dos anos 1980 e que apresentavam-se já um tanto enfraquecidas. De início, afirma-se mais uma vez que a superação do clientelismo e do patrimonialismo incrustados no Estado brasileiro só poderia se dar pela “transformação do aparato institucional”. (CEBES, 2005a, p. 227). No entanto, dessa vez, retoma-se um vocabulário que havia perdido terreno nos últimos 20 anos. Diz o documento:

Mais do que atuar na trincheira do aparato estatal, o CEBES tem como missão a luta pela **hegemonia** [...]. A disputa por projetos de sociedade – da liberal à **socialista** – se dá com cada vez maior intensidade [...]. Se o poder é mais bem percebido pelo que ele é capaz de concretizar institucionalmente, ele só tem sentido e direção se [se] mantiver unido às bases sociais que radicalizam a demanda democrática. (CEBES, 2005a, p. 227-228, grifos nossos).

Mais adiante, o texto põe em dúvida os alcances do processo de democratização no Brasil, terreno até então intocável:

A sociedade civil organizada tem se articulado em redes que buscam pensar formas mais eficazes de atuação política, permitindo superar os limites impostos pela setorialização, fragmentação e tentativas de cooptação. O CEBES necessita assumir um papel neste movimento social, articulando-se com a sociedade civil organizada para pensar **os limites da democracia brasileira**. (CEBES, 2005a, p. 228, grifo nosso).

---

<sup>149</sup> Para o triênio 2006-2009, a diretoria seria composta por Sonia Fleury (Presidente), Lígia Bahia (1º Vice-Presidente), Ana Maria Costa (2º Vice-Presidente), Luiz Neves (3º Vice-Presidente), Mario Scheffer (4º Vice-Presidente), Francisco Braga (1º Suplente) e Lenaura Lobato (2º Suplente). (CEBES, 2005a).

O documento seguinte, na tentativa de reafirmar a *identidade* do CEBES, confirmaria a tentativa de uma inflexão à esquerda que estamos sugerindo, desdobrada na intenção de reaproximação do Movimento Sanitário de suas bases, próprias dos anos 1980:

Reafirmamos os princípios expressos na Plataforma de Refundação do CEBES, e entendemos que este é um processo que apenas iniciamos, mas que já nos reposiciona na cena política de forma a poder participar da construção coletiva de uma direção política para a saúde e para a democracia brasileira. **Entendemos que a identidade coletiva que nos agrega é a de uma instituição comprometida com o socialismo** e, portanto, com a radicalização da democracia, o que requer participar da construção de uma nova correlação de forças na sociedade brasileira e também mundial, que permita um real deslocamento do poder em direção aos setores dominados e excluídos. (CEBES, 2005a, p. 397, grifo nosso).

Em 2006, com as eleições presidenciais se aproximando, um novo documento se apresenta, mais uma vez assinado pelo FRSB. Verdadeiro programa de governo para o setor Saúde, *O SUS pra valer: universal, humanizado e de qualidade* contém propostas de encaminhamentos para diversas questões ligadas à gestão do sistema. Para além da defesa da participação não apenas como instrumento de gestão, mas também como forma de tornar a democracia algo concreto, que se expressasse em medidas que pudessem afetar positivamente a vida das pessoas, o seu eixo central foi, também mais uma vez, a construção de um pacto, de uma aliança, a despeito de divergências ideológicas ou partidárias, em nome da Saúde e do SUS:

As eleições que se aproximam repõem a saúde na agenda de prioridades dos candidatos e dos partidos. Nossa intenção é abrir este debate de forma ampla, com todos os partidos políticos, de forma a alcançar um lugar de destaque de nossas propostas em seus programas. A luta pela democratização da saúde sempre foi suprapartidária e permitiu a construção de uma ampla e sólida coalizão reformadora que tem dado sustentação ao processo da Reforma Sanitária. (FRSB, 2006, p. 8).

É interessante notar, quando da ação política mais direta (e menos quando do debate estratégico), certa artificialidade nos esforços do Movimento Sanitário para fazer da saúde uma *questão nacional*, uma vez que, concretamente, não era o reflexo da classe desde os anos 1990. Este mesmo Movimento que dez anos antes ousou reconhecer a existência de um SUS *deles* (os outros), privatista, na contramão do projeto da Reforma Sanitária, que pelas páginas do seu ator coletivo mais representativo, o CEBES, acabava de expressar a tentativa de retomar o norte socialista para uma luta que não poderia restringir-se ao setor, faz apelo

supostamente incolor, insípido e inodoro a todos os candidatos, como forma de tentar garantir, na gestão e na institucionalidade, um *SUS pra valer*. Embora esta seja de fato uma marca da atuação do Movimento Sanitário, que obteve resultados importantes, também com prejuízos importantes, talvez possamos especular que o custo de uma correta percepção do inimigo significasse, naquele momento conjuntural, um difícil reconhecimento dos antigos e históricos aliados como *eles* e não mais como *nós*. Como já é possível notar, a resposta àquela pergunta com a qual iniciamos o debate, embora com oscilações, esteve desde sempre dada: o problema não passava tanto pelo projeto, mas pela conjuntura que pudesse viabilizar o prumo do projeto.

Mas voltemos ainda ao CEBES e ao ano de 2007 em rápida passagem de grande importância para o debate estratégico que propomos. Empossado José Gomes Temporão como ministro da Saúde de Lula, no mês de março, logo como um dos seus primeiros atos, lança-se o tema das *fundações estatais de direito privado*, como solução paliativa para os problemas da gestão pública que, supostamente, sem alterar significativamente o papel e as atribuições do Estado, permitiria maior agilidade para a contratação de pessoal e prestação de serviços. Se não bastasse o conjunto expressivo de pontos polêmicos da proposta; se não se tratasse (o ministro) de um militante sanitário a encaminhar, sem o devido debate, projeto no mínimo controverso; se ainda não estivéssemos falando de um governo de um partido que se construiu no mesmo caldo de luta e cultura política que o Movimento Sanitário, que fez a crítica da reforma do Estado bresser-pereiriana e tornou-se reconhecido promotor da participação democrática; sob o argumento da urgência, o projeto não foi sequer encaminhado pelo ministro ao Conselho Nacional de Saúde antes de seguir para o Congresso Nacional. Na sequência, quando este Conselho decidiu analisar o projeto *a fórceps*, o rejeitou em bloco – tal como fizeram todas as conferências estaduais preparatórias para a 13ª CNS. (BRAVO, 2009).

Pois bem, estavam postos todos os ingredientes para um novo capítulo do esgarçamento da esquerda, em especial na Saúde. O CEBES, que acabara de reafirmar o socialismo como meta, adotou postura cautelosa, ressaltando a necessidade do debate:

A retomada do debate em torno à [sic] reforma do Estado, depois do longo período em que ele esteve aprisionado pela lógica de redução do Estado e privatização, é mais que bem-vinda.[...]

A polarização em torno do projeto governamental de criação das Fundações Estatais de Direito Privado tem o potencial de fazer o processo avançar, ao ampliar o debate sobre tema tão relevante para a conjuntura atual da reforma. Mas também corre o risco de ter este potencial esvaziado, se for impedido o debate ou se o projeto for deslocado para uma perspectiva de isolamento das

fundações em relação ao SUS e aos preceitos da reforma. (CEBES, 2006<sup>150</sup>, p. 136-137).

A rebeldia da institucionalidade na qual se apostou parecia não ter fim. O estado ditatorial saíra de cena, saíra de cena também um governo alinhado explicitamente com as forças do capital, privatizante e antipopular. Assumira o governo *a esquerda de 68 e de 78*, do movimento estudantil e sindical. No MS, seguidamente, nomes históricos do sanitarismo se sucederam, sem grandes resultados. Como explicar? Continuemos com o CEBES:

Não há governo progressista sem articulação com a sociedade civil.[...] Retomar o projeto da Reforma Sanitária, na conjuntura atual, é superar esta dissociação entre Estado e sociedade, entre governo e forças sociais organizadas, entre as políticas e o sistema público e as necessidades e aspirações da população. (CEBES, 2006, p. 129-130).

O que seria a *superação da dissociação entre Estado e sociedade*? Em termos marxistas, o fim das classes, o fim do Estado, a reabsorção do primeiro pela segunda, mas é de se suspeitar que o sentido que o texto pretende conferir não seja exatamente este. Se “as contradições de classe constituem o Estado” e “a política do Estado é o efeito do seu funcionamento no seio do Estado” (2000, p. 135), como disse Poulantzas, como esperar que a *articulação com a sociedade civil* redunde em simbiose, como fica sugerido? A democracia de massas de Poulantzas e o Estado por ele apreendido em sua dinâmica – referência teórica com a qual o Movimento Sanitário também dialoga – não prevê um caminho harmônico e sem sobressaltos. Mas sigamos com o diagnóstico:

A institucionalidade criada até aqui também não deu conta de estabelecer, no campo da saúde, relações republicanas, transparentes e efetivas entre os três poderes [...]. Precisamos avançar neste sentido, colocando controles a práticas inadequadas e deletérias de cada um dos poderes, aumentando a transparência e reduzindo a corrupção na alocação de recursos no interior do sistema de saúde. (CEBES, 2006, p. 135).

---

<sup>150</sup> Toda a consulta às diferentes edições da revista *Saúde em Debate*, do CEBES, foi realizada por meio eletrônico, já que o seu acervo está disponível no *site* da instituição. Ao que nos parece, de forma evidente nesta edição citada, há um erro na atribuição da data de publicação que não sabemos dizer se afeta as informações relativas às edições anteriores e subsequentes. Pelo que consta, o n.º 72 (v. 30) é de jan./abr. 2006 (tal como informamos ao final da citação e também nas referências bibliográficas, ao final). No entanto, o editorial e o documento que utilizamos para debate, constantes desta edição, fazem referência à nomeação de José Gomes Temporão para o cargo de ministro da Saúde e à ocorrência próxima da 13ª CNS, fatos que só se deram no ano de 2007, nos meses de março e novembro, respectivamente. Com a limitação do meio, portanto, não foi possível apurar a correção das informações.

Diríamos que a institucionalidade não deu certo não só na saúde. *Grandes expectativas costumam gerar imensas frustrações*, como se afirmou pelas páginas da *Saúde em Debate*. O curioso é notar como as frustrações têm se acumulado, mas não têm sido suficientes para, senão promover uma mudança de rota, ao menos alterar profundamente as expectativas. As oscilações que apontamos parecem denunciar o fenômeno: basta um respiro na correlação de forças, que parece se traduzir na ocupação de postos no Estado ou na mobilização de agentes capazes de atuar no interior dessa institucionalidade, para que as esperanças de uma tática *prussiana* se renovem. No *I Documento de Estratégia do CEBES*, produzido em 2007, durante a gestão da mesma diretoria responsável pela *refundação* do Centro, está dito:

A trajetória da Reforma Sanitária é um enredo complexo entre a força de um forte movimento de transformação social, ou seja, instituinte, e a bem sucedida estratégia de ocupação de espaços instituídos. Contraditoriamente, a cada vez que se avança nos espaços instituídos, o que representa nossa pujança e presença na correlação de forças, novas contradições se colocam, a principal delas sendo a redução do poder de transformação do movimento sanitário. (CEBES, 2007, p. 1-2).

Eis uma passagem interessante, reveladora de uma estratégia de um projeto que hesita em se afirmar na sua plenitude e se vê obrigada a reclamar uma força instituinte que foi decisiva, não resta dúvida, mas em nome da qual a liderança institucionalizada do Movimento Sanitário não investiu muita energia depois dos anos 1980. *Contraditoriamente* diz muito pouco para uma força instituinte que se anula ao invés de se reforçar toda vez que a ocupação dos espaços instituídos avança. Como pode avançar a luta nos espaços instituídos se as *novas contradições que se colocam* fazem por onde, precisamente, reduzir o *poder de transformação do movimento sanitário*? A questão não é insolúvel, tendo sido inclusive objeto de estudo de autores já debatidos aqui por nós, como Poulantzas. A afirmação da estratégia do Movimento Sanitário, expressa pelo CEBES, é uma aula involuntária do papel de absorção e cozimento da luta das classes oponentes desempenhado pelo Estado. Não se trata de uma relação de mão dupla que precise de ajustes para deslanchar, mas precisamente do que deve ser atacado, isto é, a capacidade de reprodução da dominação que tem no Estado o seu espaço estratégico.

A absolutização da tática institucional, necessariamente, desarticulada com a luta de massas, no campo estratégico do Estado mas na contramão deste mesmo Estado, se já carrega um problema em si mesma, tende também a secundarizar a batalha teórica, posto que, a despeito de aonde se quer chegar, com a lanterna da teoria, o caminho a percorrer será sempre

o mesmo. Isto explica apenas em parte o fenômeno da oscilação, que é também teórica, portanto, mas se trata de um aspecto que não podemos desconsiderar. No entanto, a despeito de suas questões específicas, o Movimento Sanitário não passou incólume ao abalo teórico dos seus fundamentos marxistas, que veio a reboque do fim do socialismo real e da profunda crise em que mergulhou a classe trabalhadora no Brasil e também fora dele. Se os anos 1990 o preservaram dessa crítica em função da sua hibernação, o mesmo não aconteceria a partir dos anos 2000, quando procura se rearticular. A reafirmação do socialismo, embora tenha sinalizado uma inflexão à esquerda, parece não ter se desdobrado numa prática política efetivamente correspondente. Também por esta razão, pôde ser mais facilmente escanteada, a pretexto da necessidade de decifrar um mundo em rápida transformação. Esta nova inflexão se dá já a partir do final da gestão da *refundação* (2006-2009). Vejamos.

Em 2008, a OMS lançou um relatório sobre Determinantes Sociais da Saúde, expondo situações de iniquidades associadas às condições de vida de imensos contingentes populacionais pelo mundo. Ato contínuo, a Fiocruz lançou o seu próprio relatório tomando o contexto brasileiro como objeto. O debate que se seguiu em torno dos dois documentos gerou no CEBES um documento-base, como subsídio para um seminário a ser realizado meses mais tarde. Neste documento, de fevereiro de 2009, constam posicionamentos contrários, de fundo, à matriz positivista da epidemiologia tradicional, que promove a fragmentação da realidade pela identificação dos fatores responsáveis pelas iniquidades, sem, no entanto, identificar os processos sócio-históricos que estão na origem dos fatores. Atribui-se à matriz marxista o fundamento teórico-político que serviu, nos anos 1970, para a construção da epidemiologia social latino-americana e exerceu influência decisiva sobre o Movimento Sanitário e o campo da Saúde Coletiva. O documento diz ainda que o abandono da matriz marxista pela Saúde Coletiva, nos anos 1990, foi flagrante, em nome do que defende a retomada da reflexão crítica. Contudo – prossegue o documento:

não acreditamos que tal retomada passe necessariamente pelo resgate do pensamento marxista nessa área. O marxismo é hoje apenas uma das múltiplas teorias críticas que nos permitem ter uma posição politicamente comprometida com a mudança social. Sabemos que a crise do pensamento e do movimento marxistas é profunda e ocorre atualmente em escala planetária. E, por outro lado, reconhecemos como legítimas e dignas de serem igualmente auscultadas todas aquelas correntes de pensamento que têm em comum o fato de salientarem os aspectos da autonomia da ação do sujeito, da ética e da intersubjetividade comunicativa (como Heller, Arendt, Habermas, Bourdieu, Taylor, Giddens, Rorty e outros). (CEBES, 2009, p. 3).

Nenhum problema com a última parte da citação. Com autores e seus pensamentos dialogamos, discordamos, aproveitamos e descartamos, respectivamente, os pontos fortes e as suas incongruências. O problema surge quando os colocamos todos, díspares como são, em pé de igualdade, a partir de um denominador comum que se torna, então, abstrato: o *comprometimento com a mudança social*. Ora, sabemos, por exemplo, que a socialdemocracia promoveu *mudança social*, mas no interior da ordem burguesa. Como compatibilizar a superação da sociabilidade capitalista aliada a um ecletismo teórico que termina por informar ou justificar uma prática política eclética, pouco preocupada com a independência de classe? Não há saída, a não ser abrindo mão da perspectiva de ruptura e superação da ordem. Eis a disputa de sentidos que está colocada para a esquerda mundial desde a chamada crise do marxismo, na qual se inclui evidentemente o Movimento Sanitário, que é, em toda a medida, a crise do próprio movimento comunista internacional. O curioso, porém, é que a crítica à OMS e à epidemiologia tradicional se dê precisamente no registro do pensamento marxista – que rechaça uma perspectiva fragmentária da realidade – e logo em seguida se volte contra o próprio marxismo. Não há uma linha de argumentação conceitual que justifique a perda da centralidade do marxismo – aliás, muito ao contrário. Há, sim, adesão a uma recusa em função da derrota da classe trabalhadora e da sua consequente perda de espaço com o fracasso do socialismo real. O substrato desse fenômeno, planetário, é uma inversão ideológica fantástica, como diz Iasi: “os expropriadores continuam expropriando [...] e é o projeto socialista e revolucionário que parece perder a atualidade sendo apresentado como pura anacronia”. (2012, p. 286). A *abertura* para outras matrizes de compreensão da realidade, portanto, não é em si mesma um problema, evidentemente, mas também evidentemente não estamos tratando apenas de uma opção intelectual ou bibliográfica, e sim ético-política, que é determinada e ao mesmo tempo determina a prática política de uma vanguarda, que detém instrumentos e legitimidade para difundir valores e sentidos de uma determinada compreensão do mundo e não de outra.

Mas o quadro contemporâneo do Movimento Sanitário parece apresentar novidades importantes. O surgimento, por exemplo, em tempo bastante recente, em diversos estados e também municípios, de fóruns de saúde, que presentemente vêm se articulando autonomamente através da FNSCP, no bojo da reação contra os processos de privatização que tentam vampirizar o fundo público, como mostramos, expressa um novo momento da luta pela Reforma Sanitária. O que parece certo é que o sentido da Reforma Sanitária e sua condução estão em franca disputa. A luta contra a privatização da saúde parece ser o ponto de contato a unificar, potencialmente, projetos distintos do Movimento Sanitário ou táticas

distintas de um mesmo projeto. Não tem sido simples o equacionamento dessa questão (o combate à privatização e a definição da essência do projeto) no interior da dinâmica de um Movimento Sanitário que se diversificou a despeito e por vezes ao largo dos seus canais clássicos de legitimação, difusão de ideias e debate: CEBES e ABRASCO. Analisemos um polêmico editorial do CEBES<sup>151</sup>, de 2011, por ocasião dos 35 anos do Centro. Na primeira edição deste ano, pode-se encontrar a seguinte passagem:

Em anos recentes, o movimento sanitário foi retomado e renovado com a adesão de quadros jovens e a incorporação das tecnologias da informação, o que permite que se junte a nós uma multiplicidade de vozes que provém de todos os lados do território nacional. Mas, por motivos difíceis de entender, deu-se um afunilamento das energias políticas do movimento. Boa parte da militância se concentrou em torno de dois tipos de problemas que são de natureza inteiramente setorial: 1) a defesa do SUS como modelo de sistema nacional de saúde diante do avanço dos planos de saúde; 2) a defesa do modelo público da gerência dos hospitais do SUS diante da alternativa de contratação por organizações sociais. Acerca dessas duas questões, e sobretudo da segunda, não vem ocorrendo propriamente um debate, mas um confronto ideológico e político muito aguçado com o ‘outro lado’. (CEBES, 2011a, p. 4).

Vamos por partes: em primeiro lugar, a privatização hoje não se reduz a uma questão setorial, como concretamente nunca foi. A sofisticação das formas de escoamento de recursos públicos para os cofres privados – não só na saúde, mas talvez principalmente –, tem exigido esforços à altura para o seu deslindamento e posto na defensiva a classe trabalhadora que, quando muito, tem conseguido postergar o desmonte de políticas sociais e direitos conquistados. Sugerir que o debate da privatização, no que afeta diretamente o SUS, signifique um recuo setorial é, isto sim, ignorar que a saúde não se configura numa ilha que pode, pela capacidade articuladora de suas lideranças sanitaristas, abster-se ou conferir importância secundária a este tema. Em segundo lugar, parece já ter passado o tempo de um Movimento vivido e escolado como o Sanitário supor que o debate de ideias não reflita e não seja parte do conflito de classes; que o aguçamento deveria servir justamente para que se supusesse a sua importância e gravidade; e ainda: que não haja um ‘outro lado’ que precise urgentemente ser combatido. Mas vamos além:

---

<sup>151</sup> A gestão 2009-2011 foi composta por Roberto Passos Nogueira (presidente), Luiz Antonio Neves (1º Vice-Presidente), Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato (Diretora Administrativa), Paulo Duarte de Carvalho Amarante (Diretor de Política Editorial), Ana Maria Costa, Guilherme Costa Delgado, Hugo Fernandes Junior, Lígia Giovannella, Nelson Rodrigues dos Santos (Diretores Executivos) e Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira (Diretor ad-hoc). (CEBES, 2009b)

O combate à privatização do sistema de saúde não é estranho ao espírito do movimento sanitário. [...]. Contudo, por mais importante que se considere a questão da privatização, não se pode desconhecer que ela estreita o horizonte do nosso debate. O que fica de fora deste debate, ao estar concentrado unicamente nos aspectos institucionais e setoriais, é a relação que desejamos estabelecer entre o conjunto da sociedade e o setor saúde, tomando em conta as características da conjuntura peculiar das décadas de 2000 e 2010. Neste caso, é preciso retomar com seriedade outra tradição do movimento sanitário, que é análise da conjuntura política e econômico-social como base para a formulação das estratégias do movimento. (CEBES, 2011a, p. 4).

Insistimos: o combate à privatização na saúde, nos parece, a despeito de críticas possíveis sobre como esteja sendo feito, carrega a potência inversa, rompendo com a pretensão de que a institucionalidade do setor, ou sua capacidade instituinte, lograria passar incólume a um processo que tem como um dos principais alvos, justamente, as conquistas setoriais da saúde. Isto nos parece, portanto, o avesso do estreitamento do debate. Também não fica explicado por que o debate da privatização contribuiria para o afastamento do *conjunto da sociedade* em relação ao *setor saúde*; relação esta que tem funcionado como mantra para o Movimento Sanitário, insistentemente afirmada (na proporção da sua *retomada e revitalização*), mas muito pouco efetivada. Quanto à compreensão da realidade pela ótica de uma *conjuntura peculiar*, este é o desafio que está colocado para a superação do impasse em que nos encontramos. A reivindicação de retomada da análise de conjuntura que é própria do Movimento Sanitário não pode se confundir com um argumento de autoridade que reivindica exclusivamente para a liderança a definição dos debates importantes e secundários, dos rumos táticos e estratégicos a serem seguidos pelo conjunto. Segue um outro trecho preocupante:

Uma análise desse tipo [de conjuntura] indicaria, primeiramente, que o projeto do Sistema Único de Saúde (SUS) não está ameaçado. Interessa a todas as forças políticas hegemônicas que o SUS seja preservado e ampliado, embora apenas uma minoria defenda a criação imediata de novas fontes de recursos para esta finalidade. Para os demais, o SUS pode esperar o aporte futuro de novos recursos, como, por exemplo, quando o país começar a explorar o petróleo do pré-sal e alcançar um alto salto desenvolvimentista. Mas o debate estreitado acaba por ofuscar a necessidade de se discutir exatamente esse modelo de desenvolvimento. Com efeito, tal modelo já está em grande parte desenhado e será seguido nos próximos anos tendo por base as chamadas PPPs, parcerias público-privadas. (CEBES, 2011a, p. 4-5).

A conclamação para o debate da conjuntura, a fim de alinhavar caminhos estratégicos, não impediu que da sua ausência já se extraíssem conclusões, no mínimo, que careceriam de mediações, como a de que o projeto do SUS não está sob ameaça, ainda que saibamos que o

SUS interessa ao capital – o que para nós, no entanto (um SUS inteiramente dominado por interesses privados), não seria sinônimo de ausência de risco, posto que não estamos nos referindo apenas à sua existência formal. A *conjuntura peculiar*, nos parece, é a única explicação possível, posto que sob a sua batuta estariam *todas as forças políticas hegemônicas* – que, suspeitamos, na concepção deste importante ator coletivo do Movimento Sanitário, se reduziria aos partidos políticos dominantes na política nacional, assim como a economia se reduziria à política. Mas há ainda um ônus a ser dividido com a parte do Movimento Sanitário responsável pelo estreitamento do debate: a definição pelo governo do modelo de desenvolvimento para o país, à revelia do movimento da área (e de toda a *sociedade civil*, acrescentaríamos), sem *participação democrática*, e de cujos flancos abertos à iniciativa privada já teria se apossado pela inabilidade tático-estratégica dos que insistem num debate *ideológico e muito aguçado*. Finalizamos com uma última passagem:

O que deve ser rechaçado em definitivo é a ideia de que tanto o SUS quanto o processo de desenvolvimento estejam voltados para consagrar somente os interesses do capital. [...]. Em primeiro lugar, devemos fazer finca-pé na persistência e pertinência da questão democrática. [...]. Quanto a isso, é imperioso que haja instâncias de diálogo e de deliberação entre Estado e Sociedade Civil. Em segundo lugar, é preciso haver garantias de que os frutos do desenvolvimento possam ser revertidos para objetivos sociais de relevância nacional e que favoreçam a maturação progressiva de um Estado de Bem-Estar. (CEBES, 2011a, p. 5).

Tragamos de volta a questão do ecletismo teórico (e prático). O que mais pode contribuir para que expliquemos o aceite, a naturalização, por uma perspectiva que se pretende socialista, ao menos declaradamente, do que a ideia de que uma política de desenvolvimento deva combinar interesses públicos e privados, considerando-os harmônicos e não, em essência, conflituosos? Como explicar, sem que tenha havido uma *análise de conjuntura*, em qualquer tempo, que pudesse embasar uma posição como esta, a recusa da *estatização progressiva* do SUS aprovada pela 8ª CNS? E eis que surge a surrada questão democrática, a despeito das concepções de *desenvolvimento* e *público* e *privado* que se tenha. Ao final das contas, como já apontamos, o caminho apontado é sempre o mesmo: controle democrático do Estado, através de *instâncias de diálogo e de deliberação*, que possam *garantir* a distribuição dos frutos do desenvolvimento, num jogo em que todos ganham, e a partir do qual, ordeira e civilizadamente, alcançaremos um *Estado de Bem-Estar*.

Mas sigamos ainda um pouco mais no rastro do CEBES e de outras manifestações que têm vocalizado o debate estratégico do Movimento Sanitário. Tomemos um documento de

2012<sup>152</sup>, preparado pelo CEBES em função das eleições municipais daquele ano. “Radicalizar a democracia para garantir o interesse público na Saúde: o CEBES nas eleições municipais de 2012” foi o título conferido. Cabem aqui dois destaques importantes: a defesa de uma nova institucionalidade e de uma democracia participativa, não por coincidência também institucionalizada, contra a constante *colonização* do Estado por interesses privatistas, vem acompanhada de uma convicção: “...o CEBES reafirma a necessidade de construção de uma democracia na qual as instituições possam sobreviver livres do jogo do poder, como espaços reais de efetivação de direitos”. (CEBES, 2012, p. 2). Como supor um mundo sob tal feitio se não com o auxílio de uma concepção de democracia que privilegia o consenso no lugar do conflito? Em rota tortuosa, do reconhecimento de diferenças de classe que redundam em propostas de superação (*democrática*) da ordem capitalista, escorrega-se para posições que supõem a possibilidade de uma acomodação ótima de interesses antagônicos, à moda do “Estado livre” lassalleano, criticado por Marx (1975).

Pouco antes da divulgação deste documento, que data de agosto, era possível encontrar no site do CEBES, desde o mês de abril, na aba “Análise de Conjuntura”, reproduzido na íntegra e desacompanhado de qualquer comentário da entidade que o desabonasse ou criticasse, um texto de Tarso Genro, importante quadro do PT, como já vimos, e que ao lado de Juarez Guimarães (também quadro do PT) e Leonardo Avritzer, é um dos principais vocalizadores da agenda da esquerda democrática na atualidade, além de entusiasta incondicional das diversas formas de participação social institucionalizadas que se têm experimentado nas últimas décadas. Consideramos razoável supor que, nas condições que expusemos, o CEBES entende como válida a contribuição do autor e não guarda com ela nenhuma divergência importante ou de fundo, posto que não a manifestou, sendo esta (a análise de conjuntura) uma *tradição* reivindicada pelo Movimento e com a qual, imaginamos, não haveria pouco cuidado. A argumentação do autor sobre uma agenda para a esquerda guarda profundas semelhanças com as posições que têm sido expressas pelo Movimento Sanitário. Vejamos.

De início, faz o autor o mesmo movimento de recusa do marxismo como matriz explicativa central do mundo contemporâneo, ao que adiciona a constatação de que, nas condições atuais, não estaríamos a ponto de lutar pelo socialismo, mas espremidos entre o

---

<sup>152</sup> A diretoria para a gestão 2011-2013 teve a seguinte composição: Ana Maria Costa (Presidente), Alcides Silva de Miranca (Vice-Presidente), Aparecida Isabel Bressan (Diretora Administrativa), Paulo Duarte de Carvalho Amarante (Editor de Política Editorial), Eymard Mourão Vasconcelos, Luis Bernardo Delgado Bieber, Lizaldo Andrade Maia, Maria Lucia Frizzon Rizzotto, Pedro Silveira Carneiro (Diretores Executivos), Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato e Paulo Navarro (Diretores Ad-hoc). (CEBES, 2011b).

neoliberalismo e a única reação possível ao *status quo*, quais sejam: “saídas neo-sociais-democratas”. (GENRO, 2012, não paginado). Mas no que consistiriam tais saídas? Em controle do capital pelo Estado, e do Estado pela sociedade – através da participação direta na gestão pública. Genro acredita que

Só a recuperação da força normativa e da legitimidade política do Estado é que pode gerar um centro aglutinador de poder para enfrentar, concomitantemente – na esfera da política e da economia – uma nova saída neoliberal, ainda mais autoritária e elitista, para a crise do capital. (GENRO, 2012, não paginado).

Continua o autor:

É preciso subtrair o Estado da tutela do capital financeiro, que crescentemente esgota a sua capacidade de financiar políticas públicas de dignificação da vida comum. Isso certamente não ocorrerá fora da política, seja ela processada na sociedade civil, para interferir sobre a gestão do Estado, seja ela infra-estatal, a saber, a que se processa entre as instituições e agências políticas, administrativas e financeiras do próprio Estado. (GENRO, 2012, não paginado).

Ao menos a aposta desse grau de controle do Estado sobre o capital, da política sobre a economia, é coerente com a recusa do marxismo como matriz central de explicação da realidade, posto que ignora a determinação da política, em última instância, pela economia. Como já dissemos, não se trata de negar o papel do Estado e a necessidade de disputá-lo como forma de efetivar o quanto mais a universalização de direitos e dificultar a reprodução da dominação burguesa, mas daí a torná-lo o principal instrumento de luta, absolutizar a sua capacidade, por exemplo, de se *subtrair à tutela do capital financeiro*, vai uma distância que não se constitui em preciosismo teórico, mas é fronteira que sem o reconhecimento da qual, mais cedo ou mais tarde, inevitavelmente (e a história é que tem mostrado), se constatará que o tanto de institucionalidade não bastou, que a lei não foi cumprida, que a classe não apareceu, que o exército não respeitou a democracia tão cuidada, que perdemos a batalha ideológica, que apenas a participação democrática institucionalizada não só não promove o tensionamento e disputa do Estado, como, ao contrário, funciona como excelente instrumento da dominação de classes – e, por fim, que o objetivo socialista virou *revolução democrática* ou *democracia radical* e que a esquerda deixou de ser comunista para se tornar *social-liberal*.

De 2013<sup>153</sup> para cá, em função das *Manifestações de Junho*, o clima de retomada da luta por parte dos movimentos sociais e da classe trabalhadora organizada voltou à tona. O Movimento Sanitário não ficou para trás. Destacaremos dois documentos e os apresentaremos em síntese. Trata-se da *Agenda Política e Estratégica para a Saúde – Universalidade, Igualdade e Integralidade da Saúde: um projeto possível* (2013), do MRSB, e da Tese do CEBES (2014-2015), *Novas vozes, novos rumos: por mais democracia, mais direitos e mais saúde!*. O primeiro inicia pela caracterização das manifestações de junho (2013) como uma combinação das “melhorias sociais” que teriam sido conquistadas na última década em função dos programas de distribuição de renda do governo federal e a cobrança por parte dessas camadas beneficiadas, conseqüente a uma elevação de patamar. Considera que, no campo da Saúde, a resposta governamental às demandas da população deveria passar por dois compromissos: “assumir, concretamente, a implantação do SUS” e “promover a democratização e a ‘republicanização’ do Estado, com reformas política, tributária e administrativa”. A denúncia do processo de privatização da saúde através de subsídios públicos é outro ponto de destaque. Por fim, as entidades que compõem o MRSB apontam para a necessidade de ampliação do raio de ação dos conselhos de saúde, que deveriam estar atentos para o “resgate da participação direta das entidades e dos movimentos da sociedade civil”, bem como resgatar “a mobilização de forças nas bases dos movimentos e das entidades neles representados, incluindo as manifestações de rua da população, para a efetiva democratização do Estado”. (MRSB, 2013).

A tese do CEBES, mais completa e abrangente, na contramão do editorial que citamos há pouco, acompanha a radicalização das ruas. Pede também o fim dos subsídios e das muitas formas de financiamento público disponíveis para as empresas privadas de saúde e ensaia uma crítica, apontando *preocupação* com a “tendência atual de fortalecimento de formas de gestão privada no SUS, como as Organizações Sociais e Empresas Públicas de direito privado”. O documento oferece dois elementos para explicar as manifestações de rua: o modelo econômico seguido pelo governo brasileiro, pautado pelos interesses do capital financeiro, e as limitações da democracia representativa para a efetivação dos “anseios populares”. Conjugada à retomada de uma agenda política para a saúde que tivesse como centro a Reforma Sanitária, o documento ressalta a importância da “formação de uma massa crítica

---

<sup>153</sup> Ana Maria Costa foi reeleita para uma segunda e consecutiva gestão (2013-2015) à frente do CEBES. O restante da composição da diretoria é o seguinte: Ana Tereza da Silva Pereira Camargo (Diretora Administrativa), Paulo Duarte de Carvalho Amarante (Diretor de Política Editorial) e Thiago Lopes Coelho, Gabriela Monteiro, Liz Duque Magno, Paulo Henrique de Almeida Rodrigues, Maria Lucia Frizzon Rizzotto (Diretores Executivos). Disponível em: <<http://cebes.com.br/o-cebes/diretoria/>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

[...] que permita o redirecionamento do modelo”. Considera, entretanto, que o *modelo* diz respeito à forma do Estado e sua capacidade gerencial limitada, carentes de uma reconstrução. Isto permitiria, por exemplo, a ampliação da governabilidade estatal sobre a iniciativa privada e, especificamente, sobre o setor privado de saúde, “para além do que vem sendo realizado pela ANS”. Assim como o documento anterior, o CEBES reforça a necessidade de oxigenação do controle social na Saúde pelas *novas vozes* que foram às ruas, o que proporcionaria “um aprofundamento da radicalização da democracia participativa e direta”. Por fim, em busca da classe sempre *ausente*, o CEBES se une “aos movimentos sociais de mulheres, dos trabalhadores sem-terra, passe livre, LBGT e demais movimentos urbanos” (CEBES, 2013, p. 2 ss.), na luta pela superação das desigualdades secularmente reivindicadas pela sociedade brasileira.

Para finalizar, se retomarmos o debate promovido pela revista *Cadernos de Saúde Pública*, em 2013, entre Jairnilson Paim e um conjunto de nomes com importância variada na história do Movimento Sanitário, a respeito dos 25 anos da Constituição Cidadã e do SUS, notaremos que o autor do texto debatido aponta, em linhas gerais, para o processo que tentamos demonstrar nesta seção: o enredamento da Reforma Sanitária Brasileira nas teias do mesmo Estado que tentou *reeducar*. Além do destaque para o *transformismo* de sujeitos da luta em prol da Reforma, o autor aponta para o *filtro da revolução passiva* – processo ao qual o transformismo se conjuga, como apontou Gramsci – como agente direto do atrofamento da luta, que se expressa em boa medida nas carências, deficiências e baixa efetividade do SUS (PAIM, 2013a). Uma de suas comentadoras, Amélia Cohn, embora concorde com Paim em diversos pontos de sua abordagem, faz uma ressalva importante, que também viemos apontando ao longo de toda a nossa análise, e que caracteriza a agenda da esquerda democrática e não apenas o Movimento Sanitário: o *lugar* onde se colocaram os sanitaristas e a partir de onde empreenderam a luta, qual seja, o aparelho de Estado. “O processo de sua implementação [a democratização da saúde] centrou-se no Estado, distanciando-se da sociedade” (COHN, 2013, p. 1937). Paim, em sua tréplica, endossa a compreensão de Cohn (2013b). Mas a despeito das duas posições de peso, é forçoso reconhecer, como pudemos acompanhar através do panorama que tecemos acerca do debate estratégico contemporâneo do Movimento Sanitário – e que se estende para toda a esquerda democrática –, que a tática se mantém com força, e frouxamente combinada a uma intenção constantemente anunciada, renovada, mas inerte, de reaproximação com os movimentos sociais, de reativação da sociedade civil, de rearticulação das forças organizadas da classe trabalhadora – podemos dar o nome que quisermos.

Não parece que baste, portanto, reivindicar a Reforma Sanitária dos anos 1980, embora a retomada forte e decidida – e não puramente declaratória – de uma perspectiva socialista represente um enorme avanço. Insistir na transformação do Estado através das estruturas do próprio Estado tem sido um erro capital, e já secular das esquerdas em diversas partes do mundo. Se está correto afirmar que o socialismo é democrático porque a sua via de construção também o é, desde o primeiro passo da luta, não se pode negar que a desfetichização do Estado (e da democracia) é passo prévio sem o qual corre-se o risco da institucionalização, uma vez que a democracia na base, não institucional, anti-institucional, que seria o pilar de sustentação da batalha no campo estratégico do Estado, tende a evaporar-se ou tornar-se mera palavra de ordem, da qual se lança mão constantemente sem que se construam, teórica e politicamente, meios para a sua efetivação.

O desafio é imenso, mas vale lembrar o mesmo Poulantzas, também chamado pelas lideranças do Movimento Sanitário para legitimar a luta no campo estratégico do Estado. É dele um alerta que não pode passar despercebido, reproduzido pela segunda vez neste trabalho:

a força da inércia inserida na ossatura do Estado, muito especialmente em seu aparelho econômico, e que se manifesta igualmente em relação à própria burguesia, incidiria muito mais, e não por acaso, sobre a esquerda no poder, mesmo no caso de uma mutação do alto pessoal do Estado. (POULANTZAS, 2000, p. 200).

Mas o autor segue adiante, a completar o quadro:

o problema para a esquerda no poder não é apenas o da elaboração de uma política que supere a simples gestão da crise econômica do capitalismo. Como transformar o aparelho econômico de Estado a fim de poder conduzir uma política diferente? **É evidente que esse processo não deveria situar-se sob a égide do estatismo, ou seja, não deveria apoiar-se exclusivamente, ou mesmo essencialmente, no Estado, mas conclamar, no espaço econômico igualmente a iniciativa das massas populares, pelas formas de democracia direta na base e pelos núcleos autogestores.** (POULANTZAS, 2000, p. 201, grifo nosso).

Democracia direta na base e núcleos autogestores, no espaço econômico, não pode se confundir com participação democrática institucionalizada. Também para Poulantzas, ou sobretudo para este autor, não é razoável a tentativa de exercer controle sobre esta máquina, ou muito menos reeducá-la pela vigilância *cotidiana e interna*. A disputa do Estado não é a disputa pelo controle de suas ferramentas de dominação, mas, ao contrário, deve ser pela

quebra da engrenagem que se retroalimenta incessantemente. E isto não se dará com cinco ou dez mil conselhos gestores de políticas públicas, nem com um número de conselheiros superior ao de vereadores do país, se regulados pelo Estado e harmonizados na sua engrenagem.

Se de fato o socialismo foi e deve ser o princípio a dar sentido e coerência à Reforma Sanitária e ao SUS, parece que é hora de *desromantizar* o Estado e *radicalizar* a própria concepção de socialismo, posto que a democracia não precisa ser anunciada como o seu salvo-conduto. É importante sabermos exatamente pelo que e contra o que lutamos, sem ambiguidades. A plena realização do SUS e todos os seus princípios (universalidade, integralidade e participação da comunidade) são possíveis no interior da ordem capitalista. Resta saber se isto bastará ou a universalização de direitos será tomada como conquista civilizatória, como *emancipação política*, que se articula e combina estrategicamente pela superação da ordem que produz o seu avesso e exige a luta.

## *Considerações Finais*

Se tivermos conseguido chegar a bom termo até aqui, nestas considerações finais será hora de arrematar ainda algumas questões e reforçar outras. Retomemos o título do trabalho como mote.

Do *socialismo à democracia* há claramente, no feitiço que emprestamos ao problema, um sentido de redução, de recuo, de domínio da tática sobre a estratégia e a teoria. Não se trata, evidentemente, da negação da democracia como ferramenta possível de luta, como se algo negativo fosse, na oposição ao socialismo; mas negativa é e tem sido a sua absolutização, que tem trazido a reboque o abandono da perspectiva de superação da ordem capitalista. O centro da nossa preocupação diz respeito ao fato de que a reunião de *socialismo e democracia* numa mesma expressão (“socialismo democrático”) instituiu, inversamente ao que pode aparentar, uma disjuntiva entre os dois termos que refletem a compreensão da luta, e que se antes não havia passa a ser uma questão para a esquerda depois do fracasso da experiência do socialismo real. A qualificação do socialismo como “democrático” passou a figurar como identidade própria dentro do movimento comunista. Nada mais consequente do que qualificar os seus agentes como “esquerda democrática”, como fizemos, apontando de antemão todos os riscos de generalizações e imprecisões. O problema da nomeação dessa esquerda, portanto, é caudatário do seu próprio movimento de diferenciação do conjunto. O essencial é o deslocamento que ela promoveu, ou pretendeu promover, da centralidade do socialismo para a centralidade da democracia. O que esperamos ter conseguido apontar é que se democracia e socialismo são indissociáveis, e achamos que são, isto não pode valer apenas para a crítica ao socialismo real, mas precisa valer também para a crítica do capital e suas formas de exercício de dominação, isto é, para manter vivo o socialismo no discurso e na prática democrática. Se o socialismo não pode deixar de ser democrático, tampouco a democracia pode deixar de ser socialista.

Em 1979, Florestan Fernandes já indicava os contornos do problema, em pleno auge do debate sobre a questão democrática:

O refluxo da contrarrevolução exige esse mínimo de coerência e a condição em que nos encontramos deixa patente que a nova oportunidade histórica não deve ser perdida. Se ela for negligenciada ou se não soubermos aproveitá-la, deixaremos o campo à disposição das “forças democráticas” do capitalismo monopolista, que poderão chegar ao *welfare state*, mas para impedir a revolução socialista. Os que falam em *socialismo democrático* devem meditar sobre esse fato. **O socialismo democrático não constitui um instrumento do proletariado e da revolução socialista. Ele constitui a**

**nova versão do oportunismo da social-democracia e a última barreira de defesa do sistema capitalista de poder.** (FERNANDES, 2011, p. 35, grifo nosso).

Florestan percebe claramente que o registro do debate havia extrapolado perigosamente as fronteiras da esquerda, rifando a sua autonomia na condução da autocrítica que precisava ser feita. O desenrolar deste processo parece mais claro hoje. Mais do que nunca é preciso que afirmemos que a democratização burguesa não se constitui como alternativa ao socialismo. (LUKÁCS, 2011). O debate democrático no socialismo – que precisa ser feito – não deve nada ao sistema do capital, que não tem estofo nem substância para posar de paladino da democracia.

Se formos aos fundamentos da questão, veremos pela retomada que Lukács faz de Marx como a sociedade do capital expressa ao mesmo tempo um avanço civilizatório e um obstáculo para a realização plena deste avanço. Se a antiga Atenas revelava ainda a correspondência entre a vida social e a sua expressão política, compreende-se a realização da democracia para um conjunto bastante reduzido de indivíduos proprietários – posto que esta era, precisamente, a condição de sua cidadania. Tanto que os escravos, como não proprietários, estavam automaticamente excluídos deste exercício. A elevação, civilizatória, de valores como liberdade e igualdade, como condição de humanidade e a despeito, portanto, da inserção econômica dos indivíduos, é produto consolidado da modernidade. Este é o processo que Marx denominou de *recuo das barreiras naturais*, desenvolvido historicamente através de um longo percurso.

O problema, continua Lukács, é que o alcance desse patamar não significou o exercício pleno das condições materiais que pudessem conferir expressão concreta aos valores civilizatórios. O descompasso do capital é precisamente este: na medida em que consolida o rompimento em definitivo com as barreiras naturais, impede materialmente a realização desta plenitude. Dito de outra forma: a um só tempo, a expressão política dos sujeitos na modernidade capitalista não mais reflete apenas a sua condição material (o que é um avanço), mas os obstáculos interpostos ao acesso às condições materiais que estariam na base desse pleno exercício civilizatório (obstáculos não naturais, não mais civilizatoriamente aceitáveis como naturais), não só resultam de uma contradição insolúvel nos termos dessa nova ordem, como criam uma mistificação igualitária no plano da superestrutura, a partir de uma base material concreta desigual.

É neste registro que Marx notara, continua Lukács, que na democracia burguesa “os outros homens constituem não a realização, mas o limite de sua liberdade” (LUKÁCS, 2011,

p. 90). A genericidade do homem alcançada como valor civilizatório coincide dramaticamente, insuperavelmente, com a expressão do homem egoísta que caracteriza a sociedade do capital. Eis a síntese do impasse histórico que está na base do mundo burguês. Nestas condições, em se mantendo viva a ordem social contraditória, a expressão política deste *homem egoísta* só pode se produzir pela mistificação do *cidadão*. Isto é, apenas a superestrutura política e jurídica é capaz de expressar uma universalidade que não guarda correspondência na *estrutura* e, portanto, é uma universalidade fetichizada – ainda que ao mesmo tempo seja produto de uma elevação civilizatória. Nas palavras do próprio autor: a “antítese entre o materialismo da sociedade civil burguesa e o idealismo de seu Estado” (LUKÁCS, 2011, p. 91). Ainda de forma mais clara:

No capitalismo, estamos diante de uma sociedade verdadeiramente socializada; trata-se de uma realização da genericidade humana *em si*, mas que ocorre numa sociedade que só pode ser posta em movimento por contradições insuperáveis, numa sociedade na qual o homem, por motivos econômicos necessários, não pode elevar-se, em sua dimensão social, à verdadeira genericidade, ao verdadeiro ser-homem (LUKÁCS, 2011, p. 98).

Lukács concluirá, assim, que o processo de democratização burguês não pode fugir a esta contradição de fundo, mas ao contrário, ele a reproduzirá obrigatoriamente, através do *idealismo de seu Estado*, não custa repetir. Não parece necessário que nos estendamos muito na caracterização para que possamos afirmar a impossibilidade de alimentarmos ilusões quanto aos alcances civilizatórios da democracia no registro burguês. A fetichização da democracia não é senão a fetichização do próprio Estado na sociedade do capital e de sua suposta universalidade. Toda e qualquer estratégia da classe trabalhadora que desconsiderar o papel precípua do Estado como mantenedor da ordem do capital, como um *falso universal*, portanto, estará fadada ao enredamento nas teias desse mesmo Estado. Este é o debate estratégico que esta tese pretendeu fazer. Não se trata de oposição rasgada entre *reformismo* e *revolução*. A dissociação, como bem mostrou Rosa Luxemburgo (1999), foi produto do abandono da combinação dialética entre ambos pela socialdemocracia alemã, conseqüente ao abandono do socialismo como objetivo final. Trata-se de religá-los estrategicamente, mas para isso é preciso qualificar o reformismo, que só pode fazer sentido para a emancipação humana, se concebido no interior de uma estratégia de superação da ordem capitalista.

Quanto à Reforma Sanitária, vimos que o reformismo absolutizou o Estado, circunscrevendo-se a ele e limitando seus alcances, mesmo que (ou talvez por isso)

vislumbrasse o socialismo como um destino longínquo. É de Fleury a clareza da opção política que estamos submetendo à crítica:

Nós [...] tínhamos uma articulação no Congresso, o trabalho [...] dos simpósios de saúde [...] ...nós fomos testando vários quadros e a gente não rejeitou o reformismo, basicamente foi uma opção política: ‘não rejeitar o reformismo’. (FLEURY, 2005, não paginado).

Se tivermos conseguido evidenciar minimamente os nexos existentes entre a luta setorial na Saúde e a mais geral da classe trabalhadora no Brasil das últimas décadas, saberemos que a expressão dessa tática revelou, em essência, um reformismo de extração socialdemocrata, que foi crescentemente perdendo e abrindo mão de suas referências estratégicas em nome da supervalorização das táticas. A crise do socialismo real e a sua crítica trouxeram a institucionalidade para o centro do debate e da estratégia de classe, como atesta Coelho (2012). A centralidade do Estado, por consequência, parece ter deslocado para um segundo plano a sua *natureza de classe*. À sua correta percepção como lugar estratégico da luta de classes parece ter correspondido a noção de que a luta deveria se dar em nome de sua conquista e não da sua superação.

Há que se perguntar, nos dias de hoje: 1) as bandeiras da radicalização democrática, do reformismo, têm conseguido manter no horizonte a construção de uma sociedade socialista? Ou, dito de outra forma: o *reformismo* que foi produto de opção tática tem conseguido ser *revolucionário*?; 2) se o que diferencia o *reformismo revolucionário* da socialdemocracia é o seu compromisso com o fim da sociedade de classes, em quais aspectos práticos essa luta tem se diferenciado?; 3) se tem havido diferenças, e se essas diferenças são decisivas para a conquista do que a socialdemocracia abdicou, é de se supor que as classes dirigentes e o Estado estejam atentos para isto. No quê, então, tem sido possível identificar uma contraofensiva *diferenciada* por parte dos inimigos de classe sobre o processo de reformas identificado com as bandeiras da *radicalização democrática*?; 4) as reformas têm promovido alterações estruturais a favor das classes trabalhadoras?; 5) como explicar a adesão da classe a esta democracia esquálida, de *dez réis de mel coado*, como dissera Florestan?

Ao que nos parece, vivemos um tempo de quase nenhuma *teoria revolucionária*, o que pode explicar o processo de fetichização da democracia que viemos tratando ao longo do trabalho. Este vazio à esquerda tem sido, em verdade, preenchido ideologicamente pela burguesia, que não vacila na hora de encaminhar os *fins* do *movimento* inicial que não lhe coube. Concordemos ou não com a ênfase do veredito, a preocupação expressa por Tonet e

Nascimento sobre o *reformismo revolucionário*, que resume o teor da crítica à esquerda democrática, não pode ser posta de lado, sobretudo num momento de considerável refluxo da luta dos trabalhadores que, curiosamente, convive com um impressionante crescimento das instâncias de participação democrática, como já atentamos: “O resultado [...] é que, na prática, o caráter reformista acaba se impondo completamente, sobrando para o aspecto revolucionário apenas um discurso vazio e descolorido”. (s/d., p. 29).

Precisamos submeter à crítica o que a tática das reformas tem sido capaz de elaborar e pôr em prática. Mézáros nos alerta para a necessidade de compreender o sistema do capital como um *sistema orgânico*, onde “cada uma de suas partes sustenta e reforça as demais. [...]. Teremos de colocar em seu lugar *outro sistema orgânico*”, alerta. (2007, p. 79, grifo do autor). E completa o marxista húngaro:

O fato de que, no curso da transformação radical, as mudanças onabrangentes exigidas na transferência visada de poderes efetivos não possam ser realizadas *de uma só vez*, mas devam buscar-se *progressivamente*, de maneira contínua, não significa que a ideia de assegurar em última instância o controle do processo sociometabólico em sua integridade e em todos os níveis pelos ‘produtores associados’ deva ou possa ser abandonada. (2007, p. 230, grifos do autor).

Não nos parece retórica fácil, portanto, quando apontamos a necessidade de não descuidarmos da clareza com o que queremos com a luta institucional – alvo sempre preferencial do reformismo. À constatação de que a luta imediata pelo socialismo ainda dista no tempo não pode corresponder a opção pelas “reformas possíveis” (VAINER; PALMEIRA, 1989, não paginado), se isto significar abrir mão do tensionamento da ordem e da construção de um espaço político próprio das classes trabalhadoras. A acumulação de forças precisa ser incômoda para a ordem do capital, não pode se dar ao beneplácito dela ou, mais ainda, como produto de aliança com as forças representativas da mesma ordem – que não compactuarão com a sua própria derrota, evidentemente. Não se trata de sectarismo, mas de preservação da autonomia dos trabalhadores. Como nas palavras de Marx e Engels na famosa *Mensagem à Liga dos Comunistas* (1850), ainda sob o calor dos acontecimentos de 1848: “devem os operários apresentar os seus próprios candidatos, para manterem a sua democracia, para manterem a sua autonomia, contarem as suas forças, trazerem a público a sua posição revolucionária e os pontos de vista do partido”. (1850, p. 7). O reconhecimento das limitações da conjuntura, que costuma ser outro elemento alegado pelos que defendem a tática da reforma, não passa despercebido dos autores alemães, na contramão do que poderia alegar

uma fácil e apressada desqualificação de suas compreensões da realidade objetiva, como se tomados por um “revolucionarismo” a qualquer preço:

Os operários não podem, naturalmente, propor quaisquer medidas directamente comunistas no começo do movimento. Mas podem: [...] Se os democratas [aliados táticos] propuserem o imposto proporcional, os operários exigirão o progressivo; se os próprios democratas avançarem a proposta de um imposto progressivo moderado, os operários insistirão num imposto cujas taxas subam tão depressa que o grande capital seja com isso arruinado; se os democratas exigirem a regularização da dívida pública, os operários exigirão a bancarrota do Estado. (MARX; ENGELS, 1850, p. 8).

Esta não parece ter sido a lógica seguida pela EDP, seja numa de suas expressões setoriais, como a Reforma Sanitária, seja no plano mais abrangente da classe. O ápice de sua realização, a chegada ao governo, a conquista de espaços na institucionalidade (mesmo que com a intenção de transformá-la), pesou, sozinha, mais do que o conjunto que compunha, articulado, a própria estratégia. No lugar de uma democracia de massas, com espaços e organização própria, logrou-se um mercado consumidor de massas associado a uma participação democrática que tem sido – a despeito dos conflitos e das lutas que também reflete – cogestora das franjas do capital e legitimadora da ordem. “Qualquer governo em uma sociedade capitalista é dependente do capital. A natureza das forças políticas que sobem ao poder não afeta essa dependência, pois ela é estrutural”, lembra-nos Przeworski. (1989, p. 60).

A socialização da política (na sua versão rebaixada) tem passado pela desconsideração da *natureza* de classe do Estado. Esta compreensão implica duas apostas e uma terminalidade. As apostas: a possibilidade de construir a emancipação humana através do Estado, das ferramentas da ordem, e a crença na possibilidade de controle do capital pelo Estado. A terminalidade: a conquista de hegemonia como o objetivo máximo da luta.

A necessidade de combinação entre formas legais e ilegais de luta é tema central neste debate. Engels (2008), quando lembrava da revolução como único “direito histórico” dos trabalhadores, bem como quando propunha a adoção de táticas de ocupação do Parlamento, através do sufrágio, pelos trabalhadores alemães organizados em torno do Partido Socialdemocrata, já tornava isto explícito. Lênin, mais tarde, em pleno processo revolucionário, escreveria *O Estado e a revolução* para tratar do tema. Mas não devemos confundir os aspectos *legal* e *ilegal* com *dentro* e *fora* do Estado. A luta por fora ou por dentro da institucionalidade, já disse Poulantzas (2000), não altera a sua inscrição na ossatura material do Estado. A luta pela desestabilização da ordem e da institucionalidade burguesa,

nessa perspectiva, precisa se promover através da luta no interior da ordem e também por fora dela, à distância dos instrumentos de apassivamento e controle do Estado.

A aposta no fim do jogo a partir tão somente das regras do próprio jogo não é algo que a teoria marxista clássica tenha previsto, nem tampouco que a história nos autorize a acreditar. Tal perspectiva não servirá para diminuir o peso da crítica à aposta incondicional na democracia por parte da esquerda democrática, mas para mostrar como a burguesia tem feito valer o *pedigree* do Estado, a despeito da participação democrática dos *de baixo*. Não podemos esquecer que a dominação burguesa se manifesta em diversas esferas, que envolvem diretamente a cultura e não deixariam de afetar as “modalidades de participação política”. (FONTES, 2010, p. 218). A interpretação de que no Brasil o Estado era forte e a sociedade civil era fraca levou a crer que a democracia só interessava aos trabalhadores. Temos visto com bastante clareza que a complexidade do problema é bem maior. Aliás, parece ter havido um erro duplo de interpretação, posto que a sociedade civil não comportou apenas a pujança da luta organizada dos trabalhadores, como atesta, mais uma vez, Fontes:

Enquanto na formulação original gramsciana, o crescimento da sociedade civil se dera pela intensificação das lutas subalternas, pesando sobre a organização do Estado em prol de uma efetiva socialização da política, no caso brasileiro a organização e difusão de aparelhos privados de hegemonia, ainda que respondendo a fortes lutas de classe, concentrara-se nos setores burgueses dominantes, em função da truculência social predominante no trato da questão social. (2010, p. 226-227).

O processo de socialização da política, se guiado pela democracia proletária e não circunscrito ao limite do pluralismo aceitável pelas regras do jogo da ordem burguesa, deve tomar como motivo (oniabrangente) de sua existência o fim da propriedade privada e a superação da sociedade de classes. Compreensão estratégica da luta, reafirmamos, não é sinônimo de imediatismo ou descompasso revolucionário em face da objetividade da realidade. *Objetivos não emancipatórios* resultantes de uma determinada leitura da realidade que aponte a impossibilidade da luta imediata pela superação da ordem só poderão redundar em manutenção da mesma ordem contra a qual se pretenderia, em algum tempo, reagir, posto que a organização do espaço político próprio dos trabalhadores não poderá se constituir como passe de mágica quando do rebento de uma *situação revolucionária* – que como bem nos mostrou Lênin (1916), não resulta apenas de um ato de vontade. Por outro lado, *objetivos emancipatórios* resultantes de qualquer leitura da realidade, favorável ou desfavorável à luta imediata pelo socialismo, podem ou não redundar em *situação revolucionária*, mas no mínimo retiram a classe trabalhadora da condição de refém permanente da ordem burguesa.

Tal perspectiva, presente na tradição marxista com a qual dialogamos ao longo do trabalho, não parece deixar dúvida de que se mesmo com a luta organizada a subestimação do inimigo pode ser fatal (isto é, o resultado da luta não expressa apenas o acerto de uma estratégia, mas a superação ou erro da do inimigo), sem a luta organizada só restará à classe trabalhadora o papel de “cauda política da burguesia”. (FERNANDES, 2007, p. 121). Sem resvalar para determinismos nem tampouco para um jogo de probabilidades que nada tem a ver com a dinâmica histórica, seria bastante provável que também não tivéssemos hoje o socialismo se a luta da classe, guiada pela EDP, tivesse rumado para a construção da autonomia e independência de classe dos trabalhadores, mas também não parece absurdo supor que a classe hoje talvez possuísse instrumentos mais sólidos para esboçar reação diante do *transformismo* de sua vanguarda e da brutal redução de conquistas que lhe tem sido imposta.

De tudo isto, queremos concluir que as apostas não tenham sido legítimas e politicamente válidas? Não, mas que elas foram, desde o momento de sua formulação, e agora tanto mais, passíveis de crítica e que, portanto, não é possível, indefinidamente, continuar captando energia de uma fissão que teve o seu período de auge (que foi também, em tempos recentes, o auge organizativo da classe trabalhadora no Brasil), mas que agora precisa se reinventar, na saúde e fora dela, como movimento de massa e não apenas como novos modelos de gestão ou como reforma do Estado. E para isso será preciso ir aos fundamentos da experiência, isto é, à raiz da estratégia de classe que lhe dá sustento e forma, muito além da arquitetura participativa do controle social da Saúde e de tantas outras áreas.

Em seu balanço da Reforma Sanitária, disse certa vez Paim:

a alternativa de radicalização da Reforma Sanitária, como parte de um processo de radicalização da democracia a partir da sociedade civil, especialmente nas instâncias vinculadas ao movimento sanitário, pode resultar na produção de novos fatos políticos que permitam o reencontro com essas forças e a sua ampliação. (2008b, p. 314).

Estamos de acordo. Certamente é possível (e necessário) radicalizar a democracia pela mobilização dos trabalhadores, mas os objetivos de curto alcance não podem guiar tal investida. O balanço da Reforma Sanitária, a crítica de seus rumos, de suas conquistas e fracassos, precisa ser o balanço da luta mais geral da classe trabalhadora, não pode insular-se em terreno setorial, assim como seus objetivos de luta. Da mesma forma que para a *situação revolucionária* não basta um ato de vontade, mas tampouco se pode prescindir dele se não quisermos eternamente lamentar o que não foi.

“A verdade é que não se pode escolher a forma de guerra que se quer, a menos que se tenha imediatamente uma superioridade esmagadora sobre o inimigo”, disse Gramsci (2007, p. 72). De fato, não resta à classe trabalhadora outra alternativa que não organizar-se, na base, para que possa produzir estratégia, tática, teoria revolucionária e, só assim, decidir como enfrentar o inimigo. Este parece ser o ponto de partida a desafiar-nos atualmente. No entanto, das mistificações talvez já possamos nos livrar. Não é preciso muito esforço para concluirmos, a partir da percepção de Gramsci que, inversamente, a escolha da forma de luta preferida do inimigo como a nossa própria torna voluntariamente o processo sumamente mais difícil.

Mais uma vez é Florestan, em texto de 1985, que vai ao ponto com precisão:

é indispensável recorrer a meios mais diretos e imediatos de consciência social e de combate político. Nos bairros, nas aldeias, nas fábricas, nas fazendas, nos sindicatos, nas organizações estudantis, nas famílias, nas igrejas, nas escolas, nos partidos, nas escolas de samba, nos centros de cultura etc. – em todas as situações grupais concretas e cotidianas –, os proletários e os oprimidos negam a ordem social capitalista, sua teia de espoliação econômica, de dominação social e cultural etc. Essa negação contém a contraface positiva da relação contraditória dos proletários e oprimidos com o capitalismo e põe na cena histórica as forças sociais da revolução democrática que escapam ao controle burguês. (2007, p. 148-149).

Acrescentemos ainda um elemento ao debate estratégico que não poderia faltar e costuma causar arrepios na esquerda democrática: a via insurrecional, cuja forte reação que habitualmente provoca nos parece produto direto do processo de fetichização da democracia que viemos perseguindo até aqui. Assim como a predominância do consenso não elidiu o uso da força para a manutenção da dominação burguesa, a luta revolucionária não pode pretender, *a priori*, elidir a ruptura violenta do horizonte de luta dos trabalhadores – o que de forma alguma significa desmerecer a democracia como conquista da classe trabalhadora e horizonte socialista e comunista. A refutação, por princípio, da via insurrecional se origina de um problema mal resolvido e cria outro: a dramática experiência do socialismo real empurrou os comunistas para uma posição de recuo, que se expressou (pela abdicação dessa tática), na garantia para o inimigo de classe da preservação da ordem que lhe serve. Não por acaso, esta mesma tática só tem se reforçado nas mãos do inimigo, legitimado na exclusividade do seu usufruto. Em paralelo, o elogio e fetichização da democracia, como expressão consequente, afirmativa, da negação inicial, desarmou a classe trabalhadora, também literalmente, posicionando-a, de mãos limpas, diante das trincheiras do inimigo.

Por fim, se Paim tem razão quando diz que a Reforma Sanitária não se esgotou e que não tem prazo de validade, só consideramos possível conceber esta sentença se isto significar parte de uma luta maior pela superação da ordem capitalista, posto que parece ser o único meio de garantir o projeto civilizatório pretendido pelo Movimento Sanitário e na radicalidade de sua proposta original, sem o risco das oscilações próprias dos meios convencionais no interior da ordem capitalista: os direitos sociais expressos nas políticas públicas. O nem tão recente, mas ultimamente agravado, desmonte das conquistas de décadas dos Estados de Bem-Estar europeus dão bem a medida da vulnerabilidade que representam as conquistas inscritas no interior da ordem capitalista, sempre submetidas aos ciclos de crise e à gangorra da correlação de forças da luta de classes. Sobretudo em tempos de ampliação significativa da exploração da força de trabalho e sérias iniquidades ambientais – base da ampliação dos estados de adoecimento crônico das populações expostas em maior medida a tais condições em todo o planeta –, o debate das *determinações sociais da saúde* parece enfrentar hoje, mais do que nunca, uma imposição lógica ineliminável em favor da superação da ordem do capital, a ponto de perder-se em pura retórica.

Do contrário, seremos forçados a concordar com outro dos debatedores do texto de Paim, que disse estar encerrada a Reforma Sanitária, posto que se realizou “na montagem e arquitetura de um sistema de saúde sem paralelo ao sul”. (HOCHMAN, 2013, p. 1949), isto é, com todos os méritos, realizou-se no interior do domínio da ordem. O que acarretaria dizer que se encerrou transmutada, engolfada e satisfeita pela mesma ordem contra a qual se insurgiu como projeto. Se a Reforma Sanitária é processo constante, é movimento, não poderá se contentar com o SUS, mesmo pleno. Eis a questão de *princípio* que parece unificar a luta por um SUS público, universal e de qualidade e uma reforma que se pretende um projeto civilizatório pautado na emancipação consciente dos trabalhadores: o socialismo.

## ***Bibliografia***

ABRASCO – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA. **Pelo direito universal à Saúde – contribuição da ABRASCO para os debates da VIII Conferência Nacional de Saúde**. Rio de Janeiro, nov. 1985. 39p.

AGOSTI, A. O socialismo real: um balanço. **Revista de História (USP)**, São Paulo, n.º. 148, p. 221-225, 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18959/21022>>. Acesso em: 27 fev. 2014.

AMADEO, J. Mapeando o marxismo. In: BORON, A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (orgs.). **Teoria marxista hoje - problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p.51-97.

ARCARY, V. Prisioneiros da legalidade? **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 14, não paginado, abr. 1991. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/debates/debates-para-onde-vai-opot?page=full>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

AROUCA, S. **O dilema preventista - contribuição para a compreensão e crítica da Medicina Preventiva**. São Paulo; Rio de Janeiro: Editora Unesp; Editora Fiocruz, 2003.

AROUCA, S. Democracia é Saúde. In: **Conferência Nacional de Saúde, 8 – Anais**. Brasília-DF, 1986b. p. 35-42. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/8conf\\_nac\\_anais.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/8conf_nac_anais.pdf)>. Acesso em: 5 maio 2014.

AVRITZER, L. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: AVRITZER, L. (org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortêz, 2009. p. 27-54. (Coleção Democracia Participativa).

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, jun. 2008.

BAHIA, L. Participação social na saúde: ‘muito melhor com ela’. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 84, p. 33-40, jan./mar. 2010.

BAHIA, L. A institucionalização da participação social no Conselho Nacional de Saúde: entre a representação de interesses particulares e a universalização do direito à saúde. **Divulgação em Saúde para Debate (CEBES) – Democracia, Conselhos de Saúde e Participação Social**, Rio de Janeiro, jun. 2008, p. 37-47.

BAHIA, L. **Mudanças e padrões das relações público-privado: seguros e planos de saúde no Brasil**. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP)/Fiocruz, 1999 (Tese de Doutorado).

BAHIA, L. **Para onde vai o sistema de saúde brasileiro?**. S/l., s/d., 40p. mimeo.

BAHIA, L.; SALM, C; MALTA, M. M. de. **A participação social e a construção do SUS: anotações sobre as trajetórias dos movimentos sociais e proposições acerca dos conselhos e conferências de saúde**. S/l., s/d. 18p. Disponível em: <<http://ceap-rs.web969.uni5.net/wp-content/uploads/2014/02/A-Participa%C3%A7%C3%A3o-Social-e-a-Constru%C3%A7%C3%A3o-do-SUS.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

BALIBAR, E.; POULANTZAS, N. et. al. **O Estado em discussão**. Lisboa: Edições 70, 1976.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL/Diretoria de Política Econômica. **Risco-país**. Brasília-DF, 2013. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/faq%209-risco%20pa%C3%ADs.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

BM – BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial - o Estado num mundo em transformação**. Washington: Oxford University Press, 1997.

BAKUNIN, M. **O princípio do Estado. Três conferências feitas aos operários do Vale de Saint-Imier**. Brasília-DF: Novos Tempos Editora, 1989.

BALBACHEVSKY, E. Stuart Mill: liberdade e representação. In: WEFFORT, F. (org.) **Os clássicos da política (vol. 2)**. São Paulo: Ática, 1989. p.189-199.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma – desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortêz, 2008.

BERLINGUER, E. **Democracia, valor universal**. Brasília-DF; Rio de Janeiro: Fundação Astrojildo Pereira; Contraponto, 2009.

BERLINGUER, G.; TEIXEIRA, S. F.; CAMPOS, G. W. DE S. **Reforma Sanitária - Itália e Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1988.

BERNSTEIN, E. **Socialismo evolucionário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; Instituto Teotônio Vilela, 1997.

BETTO, F. Socialismo Real - o fim do que foi o princípio. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 10, não paginado, abr. 1990. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/internacional/debate-socialismo-real-o-fim-do-que-foi-o-principio>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

BIANCHI, A. Carlos Nelson Coutinho (1943-2012). **Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado** (sítio da Web), 2012. Disponível em: <<http://pstu.org.br/conteudo/carlos-nelson-coutinho-1943-2012>>. Acesso em: 27 fev. 2014.

BIANCHI, A. Revolução passiva: o pretérito do futuro. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 23, p. 34-57, 2006. Disponível em:

<[http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo12734\\_merged.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo12734_merged.pdf)>. Acesso em: 23 jan. 2014.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOBBIO, N. **Qual socialismo? - discussão de uma alternativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

BOTTOMORE, T. (org.) **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BRAGA, I. F. Entidades empresariais e a Política Nacional de Saúde: da cultura de crise à cultura da colaboração. 2012, 187 fls. Tese (Doutorado). Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP)/Fiocruz. Rio de Janeiro, 28 set. 2012. Mimeo.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. **Participação Social - Conferências Nacionais 2013-2014**. Brasília-DF, 2013. Disponível em: <[http://www.secretariageral.gov.br/art\\_social/publicacoes/folder-conferenciais-2013](http://www.secretariageral.gov.br/art_social/publicacoes/folder-conferenciais-2013)>. Acesso em: 9 abr. 2014.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). **Vozes da classe média**. Brasília-DF, 2012. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/Cartilha-Vozes-Classe-Media.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 8.142/90**. Brasília-DF, 28 dez. 1990. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109610/lei-8142-90>>. Acesso em: 9 abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **8ª Conferência Nacional de Saúde - Relatório Final**. Brasília-DF, 1986a. Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio\\_8.pdf](http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_8.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **8ª Conferência Nacional de Saúde – Anais**. Brasília-DF, 1986b. 429 p. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/8conf\\_nac\\_anais.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/8conf_nac_anais.pdf)>. Acesso em: 5 maio 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Nacional da Reforma Sanitária. **Documentos I**. Brasília-DF, 1986c. 48 fls.

BRAVO, M. I. S. Política de Saúde no Brasil: reforma sanitária e ofensiva neoliberal. In: **XIX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social – El trabajo social en la coyuntura latinoamericana: desafíos para su formación, articulación y acción profesional**. Universidad Católica Santiago de Guayaquil. Guayaquil, Equador, 4-8 out. 2009. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-187.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

BRAVO, M. I. S. Gestão democrática na Saúde: o potencial dos conselhos. In: BRAVO, M. I. S. & PEREIRA, P. A. P. **Política social e democracia**. São Paulo: Cortêz, 2008. p. 43-66.

BRAVO, M. I. S. & CORREIA, M. V. C. Desafios do controle social na atualidade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 109, p. 126-150, jan./mar. 2012.

BRAVO, M. I. S. & MATOS, M. C. de. A Saúde no Brasil: Reforma Sanitária e ofensiva neoliberal. In: BRAVO, M. I. S. & PEREIRA, P. A. P. **Política social e democracia**. São Paulo: Cortêz, 2008. p. 197-216.

BRAVO, M. I. S. & MENEZES, J. S. B. de. A saúde nos governos Lula e Dilma: algumas reflexões. In: BRAVO, M. I. S. & MENEZES, J. S. B. de. (orgs.). **Cadernos de Saúde – saúde na atualidade: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade**. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2011. p. 15-34.

BRAVO, M. I. S. & MENEZES, J. S. B. de. Política de saúde no governo Lula. In: BRAVO, M. I. S. et al. (orgs.). **Política de Saúde na atual conjuntura – modelos de gestão e agenda para a saúde**. Rio de Janeiro: Rede Sirius/Adufrj-SSind, 2008. p. 17-21.

BRAZ, M. **Partido e revolução 1848-1989**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

BRAZ, M. “A democracia como valor universal”: um clássico da esquerda no Brasil. In: BRAZ, M. (org.); **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 237-285.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Reforma do Estado para a cidadania – a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. São Paulo: Editora 34; Brasília: ENAP, 1998.

BUCCI, E. Nós que amaremos tanto a reforma. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 14, não paginado, abr. 1991. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/nos-que-amaremos-tanto-a-reforma>>. Acesso em 1 nov. 2013.

BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

BURDEAU, G. **A democracia - ensaio sintético**. S/local: Publicações Europa-América, 1975.

CAMPBELL, T. **La revolución silenciosa - el ascenso de la participación política y de las ciudades líderes con la descentralización en América Latina**. Bogotá: Banco Mundial & Alfaomega Colombiana S.A., 2005.

CAMPOS, G. W. de S. O debate necessário à construção de uma teoria sobre a Reforma Sanitária. In: FLEURY, S.; BAHIA, L.; AMARANTE, P. (orgs.). **Saúde em debate - fundamentos da Reforma Sanitária**. Rio de Janeiro: CEBES, 2008. p. 225-230.

CAMPOS, G. W. de S. Reforma política e sanitária: a sustentabilidade do SUS em questão? **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 12(2), p. 301-306, 2007.

CAMPOS, G. W. de S. Romance de formação de um sanitarista: um estudo de caso. In: LIMA, N. T.; GERSCHMAN, S.; EDLER, F. C.; SUÁREZ, J. M. (orgs.). **Saúde e Democracia - história e perspectivas do SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 121-150.

CARONE, E. **O PCB - 1922-1943, volume 1**. São Paulo: Difel, 1982a.

CARONE, E. **O PCB - 1943-1964, volume 2**. São Paulo: Difel, 1982b.

CARONE, E. **O PCB - 1964-1982, volume 3**. São Paulo: Difel, 1982c.

CARRILLO, S. **Eurocomunismo e Estado**. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1977.

CARVALHO, A. I. de. Saúde e educação de base – algumas notas. In: FLEURY, S.; BAHIA, L.; AMARANTE, P. (orgs.). **Saúde em Debate – fundamentos da Reforma Sanitária**. Rio de Janeiro: CEBES, 2008. p. 136-140.

CARVALHO, A. I. de. Conselhos de Saúde, Responsabilidade Pública e Cidadania: a Reforma Sanitária como Reforma do Estado. In: FLEURY, S. (org.). **Saúde e Democracia – a luta do CEBES**. São Paulo: Lemos Editorial, 1997. p. 93-112.

CARVALHO, A. I. de. **Conselhos de saúde no Brasil: participação cidadã e controle social**. Rio de Janeiro: Fase/Ibam, 1995.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. **Novas vozes, novos rumos: por mais democracia, mais direitos e mais saúde! – tese política para o biênio 2014-2015**. Fev. 2013. Disponível em: <<http://cebes.com.br/2014/02/cebes-divulga-nova-tese-politica-para-o-bienio-2014-2015/>>. Acesso em: 19 mar. 2014.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. **Radicalizar a democracia para garantir o interesse público na saúde: o CEBES nas eleições municipais de 2012**. Rio de Janeiro, ago. 2012. 3p. Disponível em: <<http://cebes.com.br/site/wp-content/uploads/2014/01/radicalizar-a-democracia-para-garantir-o-interesse-publico-na-saude.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. Editorial. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 88, p. 4-5, jan./mar. 2011a. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 91, out./dez. 2011b. 168p. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. **Rediscutindo a questão da determinação social da saúde – Termo de Referência para seminário do CEBES** (versão I). Rio de Janeiro, fev. 2009. 5p. Disponível em:

<<http://www.cebex.org.br/media/File/Blog/Termo%20%20Determinacao%20Social.pdf>>.

Acesso em: 22 abr. 2014.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. A questão democrática na área da Saúde. In: FLEURY, S.; BAHIA, L.; AMARANTE, P. (orgs.). **Saúde em Debate – fundamentos da Reforma Sanitária**. Rio de Janeiro: CEBES, 2008a. p. 149-151. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. Prev-Saúde – considerações sobre o prev-saúde. In: FLEURY, S.; BAHIA, L.; AMARANTE, P. (orgs.). **Saúde em Debate – fundamentos da Reforma Sanitária**. Rio de Janeiro: CEBES, 2008b. p. 152-156. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. Assistência à Saúde numa sociedade democrática. In: FLEURY, S.; BAHIA, L.; AMARANTE, P. (orgs.). **Saúde em Debate – fundamentos da Reforma Sanitária**. Rio de Janeiro: CEBES, 2008c. p. 159-162. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. Financiamento do setor de saúde: proposta para a transição democrática. In: FLEURY, S.; BAHIA, L.; AMARANTE, P. (orgs.). **Saúde em debate - fundamentos da Reforma Sanitária**. Rio de Janeiro: CEBES, 2008d. p. 169-172.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. Reforma Sanitária: estratégias políticas para a Constituinte (Mesa-redonda). In: FLEURY, S.; BAHIA, L.; AMARANTE, P. (orgs.). **Saúde em debate - fundamentos da Reforma Sanitária**. Rio de Janeiro: CEBES, 2008e. p. 185-198.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. **I Documento de Estratégia do CEBES**. Rio de Janeiro, 2007. 5p. Disponível em: <<http://www.cebex.org.br/anexos/1%C2%BA%20DOCUMENTO%20DE%20ESTRATEGIA%20DO%20CEBES.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. O CEBES na 13ª Conferência Nacional de Saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 72, p. 129-138, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. Editorial. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 71, set./dez. 2005a. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. Editorial. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 70, p. 107, maio/ago. 2005b. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. Editorial. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 63, p. 3, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. A agenda reiterada e renovada da Reforma Sanitária Brasileira – Saúde, Justiça, Cidadania. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 62, p. 327-331, set./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. Editorial. **Saúde em Debate**, Londrina, n. 46, p. 3-4, mar. 1995a. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. Seminário – Para onde vai a Saúde no Brasil?. **Saúde em Debate**, Londrina, n. 48, p. 9-22, set. 1995b. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. Editorial. **Saúde em Debate**, Londrina, n. 43, p. 3, jun. 1994a. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. Carta da Saúde: por uma reforma sanitária contra a exclusão social, pela dignidade da vida humana. **Saúde em debate**, Londrina, n. 43, p. 4-9, jun. 1994b. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. Segunda Carta de Montes Claros. **Saúde em Debate**, Brasília, n. 40, p. 83-84, set. 1993. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. Editorial. **Saúde em Debate**, Brasília, n. 36, p. 3, out. 1992. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>>. Acesso em: 7 maio 2014.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. Editorial. **Saúde em Debate**, Londrina, n. 31, p. 3, mar. 1991a. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>>. Acesso em: 7 maio 2014.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. Editorial. **Saúde em Debate**, Londrina, n. 33, p. 4, dez. 1991b. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. Otimismo incorrigível (Editorial). **Saúde em Debate**, Londrina, n. 28, p. 3, mar. 1990a. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>>. Acesso em: 7 maio 2014.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. Saúde abalada (Editorial). **Saúde em Debate**, Londrina, n. 29, p. 3-4, jun. 1990b. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. Editorial. **Saúde em Debate**, São Paulo, n. 3, p. 3-4, abr./mai/jun. 1977. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 2001.

CHAUÍ, M. Cultuar ou cultivar. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 8, não paginado, out. 1989. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/cultura/cultuar-ou-cultivar?page=full>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

CICONELLO, A. A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil. 2008. p. 1-12. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/artigos/Participacao%20Social%20-%20artigo%20Pec%20em%20portugues.pdf/view>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

CLAUSEWITZ, C. von. Da Guerra. In: Ademar Bogo (org.); **Teoria da organização política (escritos de Sun Tzu, Maquiavel, Clausewitz, Trotsky, Giap, Fidel Castro, Carlos Fonseca e Florestan Fernandes)**, vol. III. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.79-124.

CODATO, A. Poulantzas, o Estado e a revolução. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 27, p. 65-85, 2008. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo156Artigo4.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo156Artigo4.pdf)>. Acesso em 12 dez. 2013.

COELHO, E. **Uma esquerda para o capital - o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)**. São Paulo; Feira de Santana: Xamã; UEFS Editora, 2012.

COELHO, V. S. P. A democratização dos conselhos de saúde – o paradoxo de atrair não aliados. **Novos Estudos** (Cebap), n. 78, p. 77-92, jul. 2007.

COELHO, V. S. P. Conselhos de saúde enquanto instituições políticas: o que está faltando?. In: COELHO, V. S. P e NOBRE, M. **Participação e deliberação – teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 255-269.

COHN, A. Comentário do texto de Jairnilson Paim: discordando mas nem tanto. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 29(10), p. 1937-1938, out. 2013.

COHN, A. A reforma sanitária brasileira após 20 anos do SUS: reflexões. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 25(7), p. 1614-1619, jul. 2009.

COHN, A. Caminhos da Reforma Sanitária. **Lua Nova**, São Paulo, n. 19, p. 123-140, nov. 1989.

COMPARATO, F. K. A nova cidadania. **Lua Nova [online]**, p. 85-106, 1993. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451993000100005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451993000100005&script=sci_arttext)>. Acesso em 10 out. 2013.

CONSTANT, B. Da liberdade dos antigos comparada a dos modernos. **Revista de Filosofia Política [on line]**, p. 1-7, 1985. Disponível em: <<http://caosmose.net/candido/unisinos/textos/benjamin.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2013.

CORDEIRO, H. O Instituto de Medicina Social e a luta pela Reforma Sanitária: contribuição à história do SUS. **Physis – Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, 14(2), p. 343-362, 2004.

CORREIA, M. V. C. Controle social (verbetes). In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (orgs.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 104-109.

CORREIA, M. V. C. Controle social na Saúde. In: MOTA, A. E. et al. (orgs.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortêz, 2006. p. 1-29.

CORREIA, M. V. C. **Desafios para o controle social: subsídios para capacitação de conselheiros de saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

CORREIA, M. V. C. **Que controle social? – os conselhos de saúde como instrumento**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

CORREIA, M. V. C. **Orientações do Banco Mundial à política de saúde brasileira: flexibilização da gestão e as fundações estatais**. S/l., p. 1-8, s/d. Disponível em: <[file:///C:/Users/Andre/Downloads/download%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Andre/Downloads/download%20(1).pdf)>. Acesso em: 5 abr. 2014.

CÔRTEZ, S. M. V. As origens da ideia de participação na área de saúde. **Saúde em Debate**. Londrina, n. 51, p. 30-37, jun. 1996.

CÔRTEZ, S. M. V. Construindo a possibilidade da participação dos usuários: conselhos e conferências no Sistema Único de Saúde. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 7 (ano 4), p. 18-49, jan./jun. 2002.

CÔRTEZ, S. M. V. (org.). **Participação e Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009a.

CÔRTEZ, S. M. V. Conselhos e conferências de saúde: papel institucional e mudança nas relações entre Estado e sociedade. In: FLEURY, S.; LOBATO, L. de V. C. (orgs.).

**Participação, democracia e saúde.** Rio de Janeiro: CEBES, 2009b. (Coleção Pensar em Saúde).

COSTA, A. M. Saúde é desenvolvimento. In: SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013. p. 239-252.

COSTA, M. R. A luta pela Reforma Sanitária: direito em saúde. In: ROMANO, J. O.; ATHIAS, R.; ANTUNES, M. (orgs.). **Olhar crítico sobre participação e cidadania: trajetórias de organização e luta pela redemocratização da governança no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2007 (volume 2). p. 133-160.

COSTA FILHO, D. C. da. A falsidade do círculo vicioso da pobreza e da doença. In: FLEURY, S.; BAHIA, L.; AMARANTE, P. (orgs.). **Saude em debate - fundamentos da Reforma Sanitária.** Rio de Janeiro: CEBES, 2008. p. 46-47.

COUTINHO, C. N. Conversa com um “marxista convicto e confesso”. In: BRAZ, M. **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 387-420.

COUTINHO, C. N. **Contra a corrente - ensaios sobre democracia e socialismo.** São Paulo: Cortez, 2008a.

COUTINHO, C. N. **Marxismo e política - a dualidade de poderes e outros ensaios.** São Paulo: Cortez, 2008b.

COUTINHO, C. N. **Gramsci - um estudo sobre o seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.

COUTINHO, C. N. O Gramsci no Brasil: repecção e usos. In: MORAES, J. Q. de (org.); **História do marxismo no Brasil - o impacto das revoluções (volume 3).** Campinas: Editora da Unicamp, 2007b. p. 151-193.

COUTINHO, C. N. Representação de interesses, formulação de políticas e hegemonia. In: TEIXEIRA, S. F. (org.). **Reforma Sanitária - em busca de uma teoria.** São Paulo; Rio de Janeiro: Cortez; ABRASCO, 2006. p. 47-60.

COUTINHO, C. N. Introdução. In: GRAMSCI, A. **Escritos políticos (vol. 1, 1910-1920).** Carlos Nelson Coutinho (ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 11-32.

COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil - ensaios sobre ideias e formas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

COUTINHO, C. N. Apresentação. In: TOGLIATTI, P. **Socialismo e democracia.** Rio de Janeiro: Ilha, 1980. p. 11-18.

COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 9, p. 33–47, 1979.

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades, In: DAGNINO, E. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 279-301.

DÂMASO, R. Saber e práxis na Reforma Sanitária - avaliação da prática científica no Movimento Sanitário. In: TEIXEIRA, S. F. (org.). **Reforma Sanitária - em busca de uma teoria**. São Paulo; Rio de Janeiro: Cortez; ABRASCO, 2006. p. 61-90.

DANIEL, C. Participação popular, **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 2, não paginado, mar. 1988. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/sociedade/participacao-popular?page=full>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

DANTAS, A. V. Estado e sociedade no mundo capitalista contemporâneo: breves apontamentos sobre a gestão participativa em Saúde. In: PEREIRA, I. B.; DANTAS, A.V. (orgs.). **Estudos de politécnica e saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2008. (volume 3).

DECLARAÇÃO DE ALMA-ATA. Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE/ OMS). Cazaquistão/URSS, 6-12 set. 1978. 3 p. Disponível em: <<http://bioeticaediplomacia.org/wp-content/uploads/2013/10/alma-ata.pdf>> . Acesso em: 31 mar. 2014.

DEL ROIO, M. O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: MORAES, J. Q. de; REIS, D. A. (orgs.). **História do marxismo no Brasil - o impacto das revoluções (volume 1)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007a. p. 51-107.

DEL ROIO, M. A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. In: MORAES, J. Q. de; DEL ROIO, M. (orgs.). **História do marxismo no Brasil - o impacto das revoluções (volume 4)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007b. p. 73-134.

DELGADO, M.; ESCOREL, S. Ensaio sobre a Resolução 333/03 do CNS: entre as dimensões política e técnica, e entre as dinâmicas participativa e fiscalizatória. **Divulgação em Saúde para Debate** – Democracia, Conselhos de Saúde e Participação Social, Rio de Janeiro, n. 43, p. 79-95, jun. 2008.

DIAS, E. F. Sobre a leitura dos textos gramscianos. In: DIAS, E. F et al. (orgs.). **O outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 105-122.

DONNANGELO, M. C. **Saúde e Sociedade**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

ELIAS, P. E. Análises sobre a Reforma Sanitária e concepções políticas subjacentes: a visão autoritária do ideário progressista. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, n. 2(1), p. 59-72, 1993.

ENGELS, F. **Carta para Joseph Bloch**. Arquivo Marxista na Internet (sítio da Web), 1890. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>>. Acesso em: 2 jan. 2014.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

ENGELS, F. Carta a A. Bebel. In: MARX, K. e ENGELS, F. **Crítica dos programas de Gotha e de Erfurt**. Lisboa: Editorial Estampa, 1975. p. 43-52.

ENGELS, F. Introdução. In: MARX, K. **A revolução antes da revolução II (textos de K. Marx)**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 37-62.

EPSJV – ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO (org.). *Politécnico da Saúde: uma conquista da democracia*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2006.

SCOREL, S. Efetivar a reforma sanitária por meio da participação social. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, n. 29(10), p. 1938-1940, out. 2013.

SCOREL, S. Conselhos de Saúde: entre a inovação e a reprodução da cultura política. **Divulgação em Saúde para Debate – Democracia, Conselhos de Saúde e Participação Social**, Rio de Janeiro, n. 43, p. 23-28, jun. 2008.

SCOREL, S. Saúde: uma questão nacional. In: TEIXEIRA, S. F. (org.). **Reforma Sanitária - em busca de uma teoria**. São Paulo; Rio de Janeiro: Cortez; ABRASCO, 2006. p. 181-192.

SCOREL, S. **[Depoimento]**. Projeto Memória e Patrimônio da Saúde Pública no Brasil (A trajetória de Sergio Arouca). Programa de Pós-Graduação em Memória Social (UNIRIO). Entrevistadores: Regina Abreu e Guilherme Franco Neto, 14 abr. 2005. Disponível em: <<http://www.memoriasocial.pro.br/linhas/arouca/>>. Acesso em: 2 nov. 2013.

SCOREL, S. **Reviravolta na Saúde - origem e articulação do movimento sanitário**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

SCOREL, S.; BLOCH, R. A. As conferências nacionais de Saúde na construção do SUS. In: LIMA, N. T.; GERSCHMAN, S.; EDLER, F. C.; SUÁREZ, J. M. (orgs.). **Saúde e Democracia – história e perspectivas do SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005a. p. 83-120.

SCOREL, S.; NASCIMENTO, D. R. do; EDLER, F. C. As origens da Reforma Sanitária e do SUS. In: LIMA, N. T.; GERSCHMAN, S.; EDLER, F. C.; SUÁREZ, J. M. (orgs.). **Saúde e Democracia - história e perspectivas do SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005b. p. 59-81.

FALEIROS, V. de P.; VASCONCELLOS, L. C. F. de; SILVA, J. de F. S. da; SILVEIRA, R. M. G. **A construção do SUS – histórias da Reforma Sanitária e do processo participativo**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2006.

FELIPE, J. S. MPAS - o vilão da Reforma Sanitária? In: FLEURY, S.; BAHIA, L.; AMARANTE, P. (orgs.). **Saude em debate - fundamentos da Reforma Sanitária**. Rio de Janeiro: CEBES, 2008. p. 173-181.

FERNANDES, F. **Brasil: em compasso de espera – pequenos escritos políticos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

FERNANDES, F. **Que tipo de República?**. São Paulo: Globo, 2007.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil - ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, F. Democracia e socialismo. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 3, p. 11-13, 1996. Disponível em:  
<[http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo153\\_Florestan.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo153_Florestan.pdf)>. Acesso em: 2. fev. 2014.

FERNANDES, F. **Em busca do socialismo - últimos escritos & outros textos**. São Paulo: Xamã, 1995.

FLEURY, S. Reforma sanitária brasileira: dilemas entre o instituinte e o instituído. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 14(3), p. 743-752, 2009.

FLEURY, S. A análise necessária da Reforma Sanitária. In: FLEURY, S.; BAHIA, L.; AMARANTE, P. (orgs.). **Saude em debate - fundamentos da Reforma Sanitária**. Rio de Janeiro: CEBES, 2008. p. 222-224.

FLEURY, S. [**Depoimento**]. Projeto Memória e Patrimônio da Saúde Pública no Brasil (A trajetória de Sergio Arouca). Programa de Pós-Graduação em Memória Social (UNIRIO). Entrevistadores: Regina Abreu e Guilherme Franco Neto, 14 abr. 2005. Disponível em:  
<<http://www.memoriasocial.pro.br/linhas/arouca/>>. Acesso em: 2 nov. 2013.

FLEURY, S. Para uma teoria do movimento sanitário. In: AROUCA, S. **O dilema preventivista – contribuição para a compreensão e crítica da Medicina Preventiva**. São Paulo: Ed. Unesp; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003. p. 243-247.

FLEURY, S. A questão democrática na Saude. In: FLEURY, S. (org.). **Saude e Democracia - a luta do CEBES**. São Paulo: Lemos Editorial, 1997. p. 25-41.

FLEURY, S. (org.). **Saúde coletiva? Questionando a onipotência do social**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

FLEURY, S.; GUARANÁ, J. Gestão participativa como instrumento de inclusão democrática: o caso dos comitês gestores de bairro do Programa Nova Baixada. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 94-103, jul./set. 2008.

FNCPS – FRENTE NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE. **Em defesa do SUS – público, estatal, universal e de qualidade!**, nov. 2011, 11 fls. (folder). Disponível em: <<http://www.contraprivatizacao.com.br/p/materiais.html>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

FONTES, V. Carlos Nelson Coutinho: intérprete do Brasil. In: BRAZ, M. (org.). **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 175-203.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo – teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV; Editora UFRJ, 2010.

FONTES, V. A democracia retórica: expropriação, convencimento e coerção. In: MATTA, G. C.; LIMA, J. C. F. (orgs.). **Estado, Sociedade e Formação Profissional em Saúde – contradições e desafios em 20 anos de SUS**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/EPSJV, 2008. p. 189-226.

FRANCO, A. de. Revolução: que ruptura? **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 12, não paginado, out. 1990. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/debate-revolucao-que-ruptura?page=full>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

FREDERICO, C. Presença de Lukács na política cultural do PCB e na Universidade. In: MORAES, J. Q. de (org.). **História do marxismo no Brasil - os influxos teóricos (volume 2)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 187-228.

FRSB – FÓRUM DA REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA. **O SUS pra valer: universal, humanizado e de qualidade**. Jul. 2006. Disponível em: <<http://www.cebes.org.br/media/File/O%20SUS%20pra%20Valer.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

FRSB – FÓRUM DA REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA. **Reafirmando compromissos pela saúde dos brasileiros – Manifesto**. Brasília-DF, 23 nov. 2005. Disponível em: <<http://www.abrasco.org.br/publicacoes/arquivos/20060713121020.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

GALLO, E.; LUCHESI, G.; MACHADO FILHO, N.; RIBEIRO, P. T. Reforma Sanitária: uma análise de viabilidade. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 4(4), p. 414-419. out./dez. 1988.

GALLO, E.; NASCIMENTO, P. C. Hegemonia, bloco histórico e movimento sanitário. In: TEIXEIRA, S. F. (org.). **Reforma Sanitária - em busca de uma teoria**. São Paulo; Rio de Janeiro: Cortez; ABRASCO, 2006. p. 91-118.

GARCIA, M. A. A social-democracia e o PT. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 12, não paginado, out. 1990. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/social-democracia-e-o-pt?page=full>>, Acesso em: 1 nov. 2013.

GENRO, T. **Uma agenda para a esquerda só pode ser mundial**. S/l., 2 abr. 2012. Disponível em: <<http://cebes.com.br/publicacao/uma-agenda-para-a-esquerda-so-pode-ser-mundial/>>. Acesso em: 10 abr. 2014. (republicado do *site* de Carta Maior, 23 fev. 2012).

GENRO, T. A história se reflete. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 10, não paginado, abr. 1990. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/historia-se-reflete?page=full>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

GENRO, T. Um novo partido socialista e de massas. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 4, não paginado, set. 1988. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/um-novo-partido-socialista-e-de-massas?page=full>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

GERSCHMAN, S. **A democracia inconclusa - um estudo da Reforma Sanitária brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

GOHN, M. da G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortêz, 2007. (Coleção Questões de nossa época, v. 84)

GONÇALVES, A de O. et al. Contribuições da gestão participativa no espaço público chamado *conselho*: o contexto dos conselhos de saúde no Brasil. **Divulgação em Saúde para Debate** – Democracia, Conselhos de Saúde e Participação Social, Rio de Janeiro, n. 43, p. 96-105, jun. 2008.

GRAMSCI, A. **O leitor de Gramsci** (C. N. Coutinho, Ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere, vol. 3** (C. N. Coutinho, M. A. Nogueira, & L. S. Henriques, Eds.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere, vol. 2** (C. N. Coutinho, M. A. Nogueira, & L. S. Henriques, Eds.). 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere, vol. 1** (C. N. Coutinho, M. A. Nogueira, & L. S. Henriques, Eds.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos, vol. 2** (C. N. Coutinho, Ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere, vol. 5** (C. N. Coutinho, M. A. Nogueira, & L. S. Henriques, Eds.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere, vol. 4** (C. N. Coutinho, M. A. Nogueira, & L. S. Henriques, Eds.). Civilização Brasileira, 2001.

GRANEMANN, S. Fundos de pensão e a metamorfose do “salário em capital”. In: SALVADOR, E. et al. (orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortêz, 2012. p. 243-260.

GUEDES, A. O PCB encara a democracia. **Jornal do Brasil (Caderno Especial)**, Rio de Janeiro, p. 1-7, 29 jul. 1979. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19790729&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 3 mar. 2014.

GUEVARA, E. (Che). Tática y Estrategia de la revolución latinoamericana. S/d. Disponível em: <<http://juventudguevarista.cl/wp-content/uploads/2013/05/T%C3%81CTICA-Y-ESTRATEGIA-DE-LA-REVOLUCI%C3%93N-LATINOAMERICANA.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

GUIMARÃES, C. Perdendo logo na largada. **Revista Poli - saúde, educação e trabalho**, Rio de Janeiro, ano V, n. 31, p. 6-11, nov./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/EdicoesRevistaPoli/R38.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

GUIMARÃES, C. Saúde: a voz das ruas e a voz do mercado. **Revista Poli - saúde, educação e trabalho**, Rio de Janeiro, ano V, n.º 29, p. 4-10, jul./ago. 2013. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/EdicoesRevistaPoli/R36.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

GUIMARÃES, J. R. Debate: A estratégia da pinça. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 12, não paginado, out. 1990. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/debate-estrategia-da-pinca?page=full>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

GUIMARÃES, J. R. Culturas brasileiras da participação democrática. In: AVRITZER, L. (org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortêz, 2009. p. 13-26.

GUIZARDI, F. L. **Do controle social à gestão participativa: perspectiva (pós-soberanas) da participação política no SUS**. 2008. 259 fls. Tese (Doutorado). Instituto de Medicina Social (IMS)/UERJ. Rio de Janeiro, set. 2008. Mimeo.

GUIZARDI, F. L.; PINHEIRO, R. Dilemas culturais, sociais e políticos da participação dos movimentos sociais nos Conselhos de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 11(3), p. 797-805, 2006.

HARVEY, D. **O neoliberalismo – história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HIRSCH, J. Observações teóricas sobre o Estado burguês e sua crise. In: POULANTZAS, N. (org.). **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977. p. 85-111.

HIRSCH, J. **Teoria materialista do Estado**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HOBSBAWM, E. **A era das revoluções (1789-1848)**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HOBSBAWM, E. **Revolucionários**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos - o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOCHMAN, G. Saudades do futuro ou um sistema de saúde em tempos democráticos. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 29(10), p. 1949, out. 2013.

HOLLOWAY, J. **Mudar o mundo sem tomar o poder – o significado da revolução hoje**. São Paulo: Viramundo, 2003.

IASI, M. L. O PT e a revolução burguesa no Brasil. Marília (SP), 2013. Disponível em: <[http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com\\_content&view=article&id=596:o-pt-e-a-revolucao-burguesa-no-brasil&catid=3:temas-em-debate](http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=596:o-pt-e-a-revolucao-burguesa-no-brasil&catid=3:temas-em-debate)>. Acesso em: 13 maio 2014.

IASI, M. L. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. In: SALVADOR, E.; BEHRING, E.; BOSCHETTI, I.; GRANEMANN, S. (orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortêz, 2012. p. 285-317.

IASI, M. L. Caio Prado Junior: sentido, trilhas e caminhos da revolução brasileira. In: PINHEIRO, M. (org.). **Caio Prado Jr. - História e Sociedade**. Salvador: Quarteto Editora, 2011. p. 31-55.

IASI, M. L. As revoluções do século XIX e a poesia do futuro. In: MARX, K. **A revolução antes da revolução II (textos de K. Marx)**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 7-34.

IASI, M. L. **As metamorfoses da consciência de classe - o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IASI, M. L. **A questão dos conselhos: poder e duplo poder na sociedade de classes**. São Bernardo do Campo: Partido dos Trabalhadores (Diretório Municipal), 1989. mimeo. 12 fls.

IASI, M. L. **Recuperar o marxismo revolucionário**. São Bernardo do Campo, 1987. mimeo. 11 fls.

IASI, M. L. **PT: por que aquilo deu nisso?** São Bernardo do Campo, s/d. mimeo.

INGRAO, P. **As massas e o poder**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

IC – INTERNACIONAL COMUNISTA. **Programa da Internacional Comunista (VI Congresso Mundial, 1928)**. Disponível em: <<http://www.hist-socialismo.net>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

JACOBI, P. R. Movimentos sociais e Estado: efeitos político-institucionais da ação coletiva. In: COSTA, N. do R. et al. (orgs.). **Demandas populares, políticas públicas e saúde**. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes; ABRASCO, 1989, p. 13-35. (volume II – Movimentos sociais e cidadania).

KAUTSKY, K. A ditadura do proletariado. In: **Kautsky e Lenin. História e Política, 2**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. p. 1-87.

KONDER, L. **A derrota da dialética - a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KONDER, L. **A democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

LABRA, M. E. Política nacional de participação na Saúde: entre a utopia democrática do controle social e a práxis predatória do clientelismo empresarial. In: FLEURY, S; LOBATO, L. de V. C. **Participação, democracia e saúde**. Rio de Janeiro: CEBES, 2009. p. 176-203. (Coleção Pensar em Saúde).

LABRA, M. E. Conselhos de Saúde: dilemas, avanços e desafios. In: LIMA, N. T. et al. (orgs.). **Saúde e Democracia – história e perspectiva do SUS**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005. p. 353-383.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.

LÊNIN, V. I. **A revolução proletária e o renegado Kautsky**. Lisboa: Editorial Estampa, 1975a.

LÊNIN, V. I. **Que fazer?** Lisboa: Editorial Estampa, 1975b.

LÊNIN, V. I. **Teses de abril**. Lisboa: Editorial Estampa, 1975c.

LÊNIN, V. I. **O oportunismo e a falência da II Internacional**. 1916. Arquivo Marxista na Internet (sítio da Web). Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/01/falencia.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

LIGUORI, G. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

LIMA, L. F. M. Participação popular e vigilância sanitária. In: FLEURY, S; BAHIA, L.; AMARANTE, P. **Saúde em debate – fundamentos da Reforma Sanitária**. Rio de Janeiro: CEBES, 2008. p. 125-127.

LIMA, N. T.; GERSCHMAN, S.; EDLER, F. C.; SUÁREZ, J. M. **Saúde e Democracia - história e perspectiva do SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

LOSURDO, D. **Democracia ou Bonapartismo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora UFRJ; Editora UNESP, 2004.

LUCCHESI, G. Burocracia e política de saúde: arena ou ator? In: TEIXEIRA, S. F. (org.). **Reforma Sanitária - em busca de uma teoria**. São Paulo; Rio de Janeiro: Cortez; ABRASCO, 2006. p. 157-179.

LUCE, M. S. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, 11(1), p. 169-190, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v11n1/a10v11n1.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

LUKÁCS, G. **Socialismo e democratização - escritos políticos (1956-1971)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 1999.

LUZ, M. T. Notas sobre as políticas de saúde no Brasil de ‘transição democrática’ – anos 80. **Physis – Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 138-154, 1991.

MAGRI, L. **El sastre de Ulm: el comunismo del siglo XX: hechos y reflexiones**. Buenos Aires: CLACSO, 2011. Disponível em: <<http://www.biblioteca.clacso.edu.ar>>. Acesso em: 3 ago. 2013.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

MARCHAIS, G. **O desafio democrático**. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1974.

MARICATO, P. Começar de novo. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 14, não paginado, abr. 1991. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/debates/debates-para-onde-vai-o-pt?page=full>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

MARTINEZ, P. H. O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado: 1980-2005. In: RIDENTI, M.; REIS, D. A. (orgs.). **História do marxismo no Brasil - o impacto das revoluções (volume 6)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 239-288.

MARTINS, A. S. **A direita para o social - a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2009.

MARTORANO, L. C. **Conselhos e democracia – em busca da participação e da socialização**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, K. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, K. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010b.

MARX, K. **Para a questão judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009a.

MARX, K. **O capital - crítica da economia política (livro 1, volume 2)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009b.

MARX, K. O 18 brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, K. **A revolução antes da revolução II (textos de K. Marx)**. São Paulo: Expressão Popular, 2008a. p. 197-336.

MARX, K. A guerra civil na França. In: MARX, K. **A revolução antes da revolução II (textos de K. Marx)**. São Paulo: Expressão Popular, 2008b. p. 339-437.

MARX, K. As lutas de classes na França - de 1848 a 1850. In: MARX, K. **A revolução antes da revolução II (textos de K. Marx)**. São Paulo: Expressão Popular, 2008c. p. 37-196.

MARX, K. **O capital - crítica da economia política (livro 1, volume 1)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008d.

MARX, K. Glosas marginais ao programa do Partido Operário Alemão. In: MARX, K. e ENGELS, F. **Crítica dos programas de Gotha e de Erfurt**. Lisboa: Editorial Estampa, 1975. p. 15-42.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: A. Bogo (org.); **Teoria da organização política (escritos de Engels, Marx, Lenin, Rosa, Mao), vol. I**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 83-125.

MARX, K.; ENGELS, F. **Mensagem da Direcção Central à Liga dos Comunistas**. Arquivo Marxista na Internet (*site*). Londres, mar. 1850. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1850/03/mensagem-liga.htm>>. Acesso em: 10 out. 2010.

MAZZEO, A. C. **Sinfonia inacabada - a política dos comunistas no Brasil**. São Paulo: Editorial Boitempo; Unesp Marília Publicações, 1999.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MILL, J. S. **Considerações sobre o governo representativo**. Brasília-DF: Editora UnB, 1981.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e Questão Social – crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortêz, 2007.

MORAES FILHO, E. A proto-história do marxismo no Brasil. In: MORAES, J. Q. de; REIS, D. A. Reis (orgs.). **História do marxismo no Brasil - o impacto das revoluções (volume 1)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 11-49.

MORAES, J. Q. de. Contra a canonização da democracia. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 12, p. 9-40, 2001. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo7101quarti.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo7101quarti.pdf)>. Acesso em: 21 mai. 2011.

MORAES, J. Q. de. O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência. In: MORAES, J. Q. de.; DEL ROIO, M. (orgs.). **História do marxismo no Brasil - o impacto das revoluções (volume 4)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 161-227.

MOREIRA, M. R. Democracia participativa, democracia representativa e conselhos de saúde no contexto da reforma política. **Divulgação em Saúde para Debate – Democracia, Conselhos de Saúde e Participação Social**, Rio de Janeiro, n. 43, p. 15-22, jun. 2008.

MOTTA, L. E. Nicos Poulantzas, 30 anos depois. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 17(33), p. 221-228, jun. 2009.

MRSB – MOVIMENTO DA REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA. **Propostas do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira para debate nacional – por um SUS para todos os brasileiros!** 4 abr. 2014. Disponível em: <<http://cebes.com.br/2014/04/propostas-do-movimento-da-reforma-sanitaria-brasileira-para-debate-nacional-por-um-sus-para-todos-os-brasileiros/>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

MRSB – MOVIMENTO DA REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA. **Universalidade, Igualdade e Integralidade da Saúde: um projeto possível – Agenda Política e Estratégica para a Saúde**. Belo Horizonte, 3 out. 2013. Disponível em: <[http://www.abrasco.org.br/noticias/noticia\\_int.php?id\\_noticia=1606](http://www.abrasco.org.br/noticias/noticia_int.php?id_noticia=1606)>. Acesso em: 15 abr. 2014.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortêz, 2011.

NETTO, J. P. Prólogo à edição brasileira. In: MARX, K. **Para a questão judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 18-39.

NETTO, J. P. **Democracia e transição socialista - escritos de teoria e política**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

NEVES, L. M. W. (org.). **Direita para o social e esquerda para o capital - intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010.

NEVES, L. M. W. (org.). **Nova pedagogia da hegemonia – estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

NOBRE, M. Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução. In: COELHO, V. S.; NOBRE, M. (orgs.). **Participação e Deliberação - Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 21-40.

NORONHA, J. C. de; TRAVASSOS, C. M. Participação comunitária nos programas de saúde. In: FLEURY, S.; BAHIA, L.; AMARANTE, P. (orgs.). **Saúde em debate – fundamentos da Reforma Sanitária**. Rio de Janeiro: CEBES, 2008. p. 141-143.

OCKÉ-REIS, C. O. Nota Técnica – Mensuração dos gastos tributários: o caso dos planos de saúde, 2003-2011 (n.º 5). **Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA)**. 2013. Brasília, mai. 2013. 13p.

OLIVEIRA, F. de; BRAGA, R.; RIZEK, C. (orgs.). **Hegemonia às avessas - economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Editorial Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, J. A. Para uma teoria da Reforma Sanitária: “democracia progressiva” e políticas sociais. In: FLEURY, S.; BAHIA, L.; AMARANTE, P. (orgs.); **Saúde em debate - fundamentos da Reforma Sanitária**. Rio de Janeiro: CEBES, 2008. p. 202-210.

PADILHA, A. [Entrevista]. **CNS em revista**. Brasília-DF, número especial (ano 1), p. 3, set. 2011). Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/revistas.htm>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

PAIM, J. S. A Constituição Cidadã e os 25 anos do Sistema Único de Saúde (SUS). **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 29(10), p. 1927-1936, out. 2013a.

PAIM, J. S. Reforma Sanitária Brasileira: eppur si muove. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 29(10), p. 1952-1953, out. 2013b.

PAIM, J. S. Um análise sobre o processo da Reforma Sanitária Brasileira. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 81, p. 27-37, jan./abr. 2009.

PAIM, J. S. Medicina comunitária – introdução a uma análise crítica. In: FLEURY, S.; BAHIA, L.; AMARANTE, P. (orgs.). **Saúde em debate – fundamentos da Reforma Sanitária**. Rio de Janeiro: CEBES, 2008a. p. 12-15.

PAIM, J. S. **Reforma Sanitária Brasileira - contribuição para a compreensão e crítica**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008b.

PAIM, J. S. Do “dilema preventivista” à Saúde Coletiva. In: AROUCA, S. **O dilema preventivista – contribuição par a compreensão e crítica da Medicina Preventiva**. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 151-156

PAIM, J. S. Bases conceituais da reforma sanitária brasileira. In: FLEURY, S. (org.). **Saúde e Democracia – a luta do CEBES**. São Paulo: Lemos Editorial, 1997. p. 11-24.

PAIM, J. S. Direito à Saúde, Cidadania e Estudo. In: **Conferência Nacional de Saúde, 8 – Anais**. Brasília-DF, 1986. p. 45-59. Disponível em: <[http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/8conf\\_nac\\_anais.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/8conf_nac_anais.pdf)>. Acesso em: 5 maio 2014.

PANIAGO, M. C. S. **Controle social e o fundamento liberal dos Conselhos Gestores**. S/d., p. 1-8. Disponível em: <<http://www.cristinapaniago.com/textos>>. Acesso em: 01 dez. 2011.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PAULANI, L. M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. **Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. p. 67-107.

PCB – PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Resolução Política do V Congresso (1960)**. Arquivo Marxista na Internet (sítio na Web). Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1960/09/congresso.htm>>. Acesso em: 6 mar. 2014.

PEDRINI, D. M.; ADAMS, T.; SILVA, V. R. da. Controle social e fortalecimento da democracia participativa – dilemas e perspectivas. In: PEDRINI, D. M.; ADAMS, T.; SILVA, V. R. da. (orgs.). **Controle social de políticas públicas – caminhos, descobertas e desafios**. São Paulo: Paulus, 2007. p. 223-237.

PELLEGRINI FILHO, A. Propostas de modelos de saúde. In: FLEURY, S.; BAHIA, L.; AMARANTE, P. (orgs.). **Saúde em debate – fundamentos da Reforma Sanitária**. Rio de Janeiro: CEBES, 2008. p. 25-28.

PEREIRA, J. M. M. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro, 1944-2008**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PINHEIRO, Milton (org.). **140 anos da Comuna de Paris**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

POGREBINSCHI, T. **O enigma do político - Marx contra a política moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

POMAR, V. Que partido é esse? - o enigma petista em letra de fôrma. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 9, não paginado, dez. 1989. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/que-partido-e-esse?page=full>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

POMAR, W. Atos de hoje constroem o amanhã. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 4, não paginado, set. 1988. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/atos-de-hoje-constroem-o-amanha>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POULANTZAS, N. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. 4<sup>a</sup> edição ed. São Paulo: Paz e Terra (Graal), 2000.

POULANTZAS, N. Prefácio. In: POULANTZAS, N. (org.). **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977a. p. IX-XIV.

POULANTZAS, N. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. In: POULANTZAS, N. (org.). **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977b. p. 3-41.

PRADO JUNIOR, C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES. **XII Encontro Nacional - Resoluções Políticas**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos/resolucoes-encontros-nacionais-do-pt>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES. **I Congresso - Resolução (Socialismo)**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1991. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos/resolucoes-encontros-nacionais-do-pt>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES. **V Encontro Nacional - Resoluções Políticas**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1987. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos/resolucoes-encontros-nacionais-do-pt>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES. **IV Encontro Nacional - Plano de Ação Política e Organizativa do Partido dos Trabalhadores para o período 1986/87/88**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1986. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos/resolucoes-encontros-nacionais-do-pt>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES. **III Encontro Nacional - Teses para a atuação do PT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1984. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos/resolucoes-encontros-nacionais-do-pt>>. Acesso em 1 nov. 2013.

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES. **II Encontro Nacional - Plataforma Eleitoral Nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1982. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos/resolucoes-encontros-nacionais-do-pt>>. Acesso em 1 nov. 2013.

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Manifesto de Lançamento. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1980. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos/resolucoes-encontros-nacionais-do-pt>>. Acesso em 1 nov. 2013.

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta de Princípios. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. Santo André-Lins: Fundação Perseu Abramo, 1979. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos/resolucoes-encontros-nacionais-do-pt>>. Acesso em 1 nov. 2013.

REIS, D. A. O Partido dos Trabalhadores: trajetórias, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, J. ; REIS, D. A. (orgs.). **As esquerdas no Brasil - a formação das tradições, 1889-1945 (volume 3)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 503-540.

REIS, J. C. Caio Prado Jr. versus PCB: A revolução brasileira (1966). In: FERREIRA, J. ; REIS, D. A. (orgs.). **As esquerdas no Brasil - nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964 (volume 2)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 173-194.

RIBEIRO, N.; RAICHELIS, R. Revisitando as influências das agências internacionais na origem dos conselhos de políticas públicas. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 109, p. 45-67, jan./mar. 2012.

RIZZOTTO, M. L. F. **Capitalismo e saúde no Brasil nos anos 90 – as propostas do Banco Mundial e o desmonte do SUS**. São Paulo: Hucitec, 2012.

ROCHA, R. “Revolução democrática” ou revolução socialista? **Crítica Marxista**, Campinas, n. 8, p. 135-144, 1999. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/dossie23critica8parte8dossierocha.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie23critica8parte8dossierocha.pdf)>. Acesso em: 1 nov. 2013.

ROCHA, R. Democracia profana. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 11, não paginado, jul. 1990. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/democracia-profana?page=full>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

RODRIGUEZ NETO, E. A saúde na nova Constituição: uma avaliação. In: FLEURY, S.; BAHIA, L.; AMARANTE, P. (orgs.). **Saúde em debate - fundamentos da Reforma Sanitária**. Rio de Janeiro: CEBES, 2008. p. 199-200.

RODRIGUEZ NETO, E. **Saúde - promessas e limites da Constituição**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

RODRIGUEZ NETO, E. A via do parlamento. In: FLEURY, S. **Saúde & Democracia – a luta do CEBES**. São Paulo: Lemos Editorial, 1997. p. 63-92.

SAES, D. O lugar do pluralismo político na democracia socialista. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 6, p. 23-34, 1998. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo36critica6parte3.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo36critica6parte3.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2012.

SAES, D. **Estado e Democracia: ensaios teóricos**. Campinas: IFCH-Unicamp, 1994.

SAGRA, A. **A Internacional - um permanente combate contra o oportunismo e o sectarismo**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2010.

SALVADOR, E. Financiamento tributário da política social no pós-Real. In: SALVADOR, E. et al. (orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortêz, 2012. p. 123-152.

SANTOS, B. de S. (org.). **Democratizar a democracia – os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (Coleção Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos, vol. 1).

SANTOS, N. R. dos. Democracia e participação da sociedade em saúde. In: MATTA, G. C. & LIMA, J. C. F. (orgs.). **Estado, sociedade e formação profissional em saúde – contradições e desafios em 20 anos de SUS**. Rio de Janeiro: Fiocruz; EPSJV, 2008. p. 227-246.

SANTOS, R. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. In: MORAES, J. Q. de; REIS, D. A. (orgs.). **História do marxismo no Brasil - o impacto das revoluções (volume 1)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 199-228.

SECCO, L. **Gramsci e a revolução**. São Paulo: Alameda, 2006.

SILVA, J. O. Conselhos, controle social e racionalidade do Estado. **Divulgação em Saúde para Debate** – Democracia, Conselhos de Saúde e Participação Social, Rio de Janeiro, n. 43, p. 118-127, jun. 2008.

SINGER, P. **Estratégia de mudança**. *Teoria e Debate*, São Paulo, n. 7, não paginado, jul. 1989. Disponível em: <<http://teoriaedebate.org.br/materias/sociedade/estrategia-de-mudanca?page=full>>. Acesso em 1 nov. 2013.

SINTOMER, Y.; HERZBERG, C; RÖCKE, A. O Orçamento Participativo na Europa: potencialidades e desafios. In: SILVA, E. M. da; CUNHA, E. S. M. (orgs.). **Experiências internacionais de participação**. São Paulo: Cortêz, 2010. p. 41-66. (Coleção Pensando a Democracia Participativa, vol. 2).

SPOSATI, A.; LOBO, E. Controle Social e Políticas de Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n.8 (4), p. 366-378, out./dez. 1992.

SPRIANO, P. Marxismo e historicismo em Togliatti. In: HOBBSAWM, E. (org.). **História do marxismo - o marxismo na época da Terceira Internacional: de Gramsci à crise do stalinismo (volume 10)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 251-306.

STOTZ, E. N. Participação social (verbete) In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (orgs.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 293-298.

STOTZ, E. N. Trajetória, limites e desafios do controle social do SUS. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 73/74, p. 149-160, maio/dez. 2006.

STOTZ, E. N. Movimentos Sociais e Saúde: notas para uma discussão. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 10(2), p. 264-268, abr./jun. 1994.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil, In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 47-103.

TEIXEIRA, S. M. F. Retomar o debate sobre a Reforma Sanitária para avançar o Sistema Único de Saúde (SUS). **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 49, n. 4, p. 472-479, out./dez. 2009.

TEIXEIRA, S. F. Reflexões teóricas sobre democracia e Reforma Sanitária. In: TEIXEIRA, S. F. (org.). **Reforma Sanitária - em busca de uma teoria**. São Paulo; Rio de Janeiro: Cortez; ABRASCO, 2006. p. 17-46.

TEIXEIRA, S. F. Denúncias na Saúde: a reação da sociedade. **Saúde em Debate**, Londrina, n. 29, p. 12-14, jun. 1990.

TEIXEIRA, S. M. F. O dilema da Reforma Sanitária Brasileira. In: BERLINGUER, G.; TEIXEIRA, S. F.; CAMPOS, G. W. de S. **Reforma Sanitária – Itália e Brasil**. São Paulo: Hucitec; CEBES, 1988. p. 195-207.

TEIXEIRA, S. M. F. O dilema reformista na Reforma Sanitária Brasileira. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 21(4), p. 94-115, 1987.

TEIXEIRA, S. M. F. Cidadania, Direitos sociais e Estado. In: **Conferência Nacional de Saúde, 8 – Anais**. Brasília-DF, 1986. p. 91-112. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/8conf\\_nac\\_anais.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/8conf_nac_anais.pdf)>. Acesso em: 5 maio 2014.

TEIXEIRA, S. M. F. Política social e democracia: reflexões sobre o legado da seguridade social. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 1(4), p. 400-417, out./dez. 1985.

TEIXEIRA, S. F.; MENDONÇA, M. H. Reformas sanitárias a Itália e no Brasil: comparações. In: TEIXEIRA, S. F. (org.). **Reforma Sanitária - em busca de uma teoria**. São Paulo; Rio de Janeiro: Cortez; ABRASCO, 2006. p. 193-232.

TEMPORÃO, J. G. **[Depoimento]**. Projeto Memória e Patrimônio da Saúde Pública no Brasil (A trajetória de Sergio Arouca). Programa de Pós-Graduação em Memória Social (UNIRIO). Entrevistadores: Regina Abreu e Guilherme Franco Neto, 14 abr. 2005. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/linhas/arouca/>>. Acesso em: 2 nov. 2013.

TEXIER, J. **Revolução e democracia em Marx e Engels**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

TOCQUEVILLE, A. de. **A democracia na América (livro I)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TOGLIATTI, P. **Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Ilha, 1980.

TOGLIATTI, P. **O caminho italiano para o socialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TOLEDO, C. N. de. A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução? **Crítica Marxista**, Campinas, n. 1, p. 27-38, 1994. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/CM\\_1.3.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/CM_1.3.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2010.

TONET, I. A propósito de “Glosas críticas”. In: MARX, K. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 7-37.

TONET, I.; NASCIMENTO, A. **Descaminhos da Esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política**. S/l., s/d. Disponível em: <<http://www.ivotonet.xpg.com.br>>. Acesso em: 27 jan. 2012.

UGALDE, A. Las dimensiones ideológicas de la participacion comunitaria en los programas de salud en latinoamérica. **Cuadernos Médico Sociales**, Rosário (Argentina), n. 41, p. 265-292, s/d. Disponível em: <<http://www.unla.edu.ar/documentos/institutos/isco/cedops/libro2a17.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

VAINER, C.; PALMEIRA, V. PT - ameaçador ou ameaçado? **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 8, não paginado, out. 1989. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/pt-ameacador-ou-ameacado?page=full>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

VANNUCHI, P. Adeus às armas? **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 11, não paginado, jul. 1990. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/adeus-armas?page=full>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

VIANA, A. L. D. Longos dias têm cem anos. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 29(10), 1942-1944, out. 2013.

VIANNA, M. de A. G. O PCB: 1929-1943. In: FERREIRA, J.; REIS, D. A. (orgs.). **As esquerdas no Brasil - a formação das tradições, 1889-1945 (volume 1)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 331-363.

VIANNA, M. L. T. W.; CAVALCANTI, M. de L.; CABRAL, M. de P. Participação em saúde: do que estamos falando?. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21 (ano 11), p. 218-251, jan./jun. 2009.

VINHAS, M. **O Partido - a luta por um partido de massas, 1922-1974**. São Paulo: Hucitec, 1982.

WEFFORT, F. **Por que democracia?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo - a renovação do materialismo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2003.